

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

Fundado em 1º de Novembro de 1894

(Reconhecido de Utilidade Pública pelo Decreto Federal 59.151, de 26
de agosto de 1966 e pela Lei Estadual 508, de 17 de novembro de 1949)

VOLUME LXVI

Acervo da Biblioteca
DÉLIO FREIRE DOS SANTOS

Comissão de Redação da Revista:

Jacob Penteadó

Padre Hélio Abranches Viotti

Pedro Brasil Bandecchi

Vinício Stein Campos

Alfredo Gomes

Célio S. Debes



SÃO PAULO

1969

O SOLAR DA MARQUESA

Wilson Maia Fina

Por uma determinação histórica, oriunda de uma condição tática, os padres jesuítas, quando aqui se instalaram, na Vila de São Vicente, escolheram a crista de uma elevação, protegida pelos rios Anhangabaú e Tamanduateí, para nela instalarem o colégio dos meninos, fundado a beira-mar, para que pudessem continuar aqui na sagrada missão de afastá-los do convívio do colono branco e da maruja pernicioso, e também converter o gentio bravo à fé cristã.

Como sítio defensivo era o melhor da região.

Com o andar do tempo, foram se agrupando em volta do colégio, depois de 1560, por ocasião da mudança da vila de Santo André para São Paulo, não só os moradores da vila transferida, como os novos colonizadores que de São Vicente, vindos do Reino, procuravam a terra da promessa.

Assim, com o desenvolvimento demográfico da vila a zona do Pátio do Colégio se constituiu em centro cívico da vila, com a instalação da Sé, da Casa da Câmara ou seja o Paço do Concelho, a Cadeia, a casa de aposentadoria dos Governadores. E, pelos seus caminhos, os caminhos das vilas, as ruas de hoje, foram os nossos primiveos moradores construindo suas habitações, ou melhor as casas de pousadas, dado que, região agrícola, a faixa do rocio da vila era reservada a direção temporal e espiritual e sobretudo a implantação das casas e quintais. Na segunda faixa, onde se situava o termo da vila, os habitantes moravam nos seus sítios e fazendas.

Depois de 1640, com a expulsão dos jesuítas de São Paulo obedecidas as ordens do Marquês de Pombal, o Colégio dos jesuítas converteu-se em moradia oficial dos Governadores Gerais da Província de São Paulo.

Esta condição de centralização dos órgãos oficiais da comuna, prevaleceu em São Paulo, como condição urbanística, até algum tempo depois do advento do regime republicano no Brasil.

Foi pois a zona da Sé, o foco de interesse viário, dada a comunhão dos interesses político, econômico e social de São Paulo colonial. Além de que, oferecia a sua posição, condição viária, de grande tráfego na época, pois, da rua Tabatinguera

saía pela Glória o caminho do mar, que levava os viajantes à São Vicente, e mais tarde, da rua do Carmo, saía a Estrada Real, hoje av. Rangel Pestana que demandava à Côte, no Rio de Janeiro.

Estes fatores urbanísticos, provocou o adensamento da população, na área central, habitadas pelas famílias gradas, que na rua Tabatinguera, rua do Carmo, rua Direita, rua do Palácio, rua da Quitanda, ruas das Freiras, rua do Quartel e outras construíram suas moradias, habitações essas que abrigaram-nas quando vindas de seus sítios e fazendas, aqui permaneciam para cumprimento de suas missões cívicas e religiosas.

Eram construções, magníficos solares, de arquitetura tipicamente provincial, evocando nas suas fachadas o espírito da época; longos beirais-encachorrados com entalhes sugestivos, alpendres floridos, as grandes salas quadrangulares, os oratórios, onde nossas avós fizeram suas súplicas, os grandes sofás sob as janelas, onde assistiam através das rótulas, o passar das proclamações religiosas, ou lançavam seus olhares suspirosos aos namorados proibidos.

Térreas ou assobradadas, com seus guarda-corpos de adufa os belos solares se espalhavam pelas ruas da cidade e, pelas mais importantes tais como a do Carmo, da Tabatinguera, das Flores, da Glória, onde até a bem pouco tempo podíamos ver alguns exemplares; na rua José Bonifácio existe a última imagem das sacadas gradeadas do século 18, lembrando a geração de hoje, não só as condições de abrigo dos paulistas, como a técnica usada, o partido adotado, permitindo uma visão dos métodos empregados pelos arquitetos daquela época.

Fazendo frente para a rua da Fundição, com a sua fachada no alinhamento da rua do Carmo, tendo um lado voltado para o Palácio do Bispo, e o outro para o Palácio do Governador, e a parte dos fundos dominando todo o vale do Tamanduateí, situa-se uma das maiores e melhores casas brasileiras do século 18.

Vasto sobrado, onde na parte superior sobressaem, na distribuição de seus cômodos, três grandes salas, de fôrro em caixotes dourados, decorados com painéis alegóricos. Na sala do meio penduravam-se às suas paredes quadros reproduzindo os feitos de Napoleão Bonaparte. Na sala à direita, de tamanho menor está a coleção de retratos a óleo de seus filhos, de seus pais, e o seu próprio quando estava em juventude. A do outro lado, com frente para a rua do Carmo, no canto com o Bêco do Colégio, o compartimento mais luxuoso da casa; ostentava rica mobília em jacarandá trabalhado, recoberta com estofados de veludo. Era conhecida como a sala dos Veludos. Era aí que, sentada no grande sofá, deixava-se ficar, por longos minutos, rememorando seus dias na côte, estendendo seu olhar saudoso, ora à estrada do mar a direita, ora à estrada real, a sua frente,

de onde por uma delas, em qualquer momento, poderia surgir o seu grande amor — Pedro I — que seu coração aflito, aguardava-o na esperança de seu arrependimento.

No amplo dormitório, dois toucadores com espelhos e um armário olhavam para o vasto leito de pé de bronze, sob rico docel com finos cortinados, onde seus sonhos envolvavam-se nos mistérios do sono. Ao lado o Oratório, quando às noites elevava aos céus preces fervorosas à Deus, pedindo por aquêles que seu coração espargia amor e dedicação.

Já na sala de jantar a mobília era simples. Alguns aparelhos, com alguns objetos de adorno, e armários para os trastes da casa, tudo sem mais interesse. A mesa colocada no meio, da sala extensa, tinha a recobri-la apenas um singelo pano rendado. Se os móveis eram simples, simples não eram as iguarias servidas ao almoço e ao jantar, tudo preparado por hábeis cozinheiras e quituteiras avisadas no preparo de ricos manjares.

Esta propriedade era herança do Brig. Joaquim José Pinto de Moraes Leme, a uma de suas filhas, tendo a Marquesa de Santos, adquirido-a desta, pela importância de 11:400\$000, no ano de 1834. Entre esta propriedade que tinha o número 3 da rua do Carmo, e a de número 1 na mesma rua, onde hoje se instala uma repartição policial existia uma via de comunicação, que hoje, em técnica urbanística chamamos de viela sanitária, e que no tempo era conhecido por Beco do Colégio. Por sua causa, longa pendência jurídica se originou entre o Brigadeiro e a Câmara Municipal, e depois absorvida pela Marquesa de Santos em virtude da compra da propriedade, pendência esta que se arrastou por longos anos, indo terminar nos Tribunais do Rio de Janeiro.

Ela era passagem dos moradores próximos que a utilizavam-na para se dirigirem à várzea do Carmo ou a beira do rio Tamandateí, quando aí despejavam o lixo domiciliar ou no apanho da água do rio, para os mistérios caseiros.

A propriedade da Marquesa de Santos possuía imenso quintal, que ia até as bordas do rio. Quando do remanejamento do leito dêste lendário afluente do rio Tietê, para a abertura da rua 25 de Março e a construção da nova ponte sobre êle na passagem da ladeira do Carmo, isto lá pelas alturas de 1849, rua esta que se estenderia entre a ladeira do Pôrto Geral e o Beco do Colégio, a Câmara Municipal de S. Paulo, promoveu entendimentos amigáveis para as devidas desapropriações de terras necessárias ao caminhamento do nôvo traçado do rio e da rua, demarches estas que não tiveram êxito, dado ao alto preço pretendido pelos respectivos proprietários. Sômente a Marquesa de Santos não pôs dúvidas em colaborar com a Câmara Municipal, para o sucesso do plano de urbanização, que se ensaiava para a Várzea do Carmo, cedendo gratuitamente a faixa de

terras de sua propriedade, em cêrca de 25 metros de largura por tôda a extensão que vai hoje do alinhamento da rua 25 de Março, até as margens do rio. Êsse ato foi formalizado por seu marido, o Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, em sessão especial do plenário da cidade, no dia 17 de julho de 1849.

Espírito amadurecido, já aos 35 anos de idade, sabia a Marquesa discernir as questões nos seus diferentes aspectos, collocando-se em disputas nos planos econômicos, revelando-se mulher de negócios, colaborando com a cidade nas doações feitas, quer no plano técnico auxiliando o seu desenvolvimento, quer no social espargindo messes caritativas, e compreendendo o valor de uma causa justa, insistindo com denodo até ao coroamento de seus propósitos e de suas razões.

Assim agindo permitiu que por aí recomeçassem a transitar livremente rumo ao Tamanduateí os escravos, pedestres, lavadeiras e outros. Por êsse beco já tinham transitado os antepassados daquela geração, desde o dia em que por aí mesmo, em 1554, desceram os serventes para apanhar a água no leito do rio, água esta que ia fornecer o elemento de liga na feitura da taipa com que se construiu as paredes da Igreja e do Colégio. Serventes dos pedreiros do padre Afonso Braz. Serventes que eram os índios de Tibiriçá; e por êle, por êsse caminho que saía do colégio, por êste mesmo caminho, que devia ser uma das portas do muro defensivo da vila, por êste mesmo beco deve também ter transitado os companheiros de glória, de luta, de fé, de Manuel de Paiva e de José de Anchieta, acompanhados dos primitivos moradores do planalto paulistano.

Sob o ardor do calor, ou sob as intempéries do verão, despendendo esforços na subida, as pernas tropegas de cansaço, deviam os escravos e as lavadeiras, encostarem-se, apoiarem-se às paredes do solar da Marquesa, procurando dessa forma amenizar o esforço da galgada.

Lá está êle, ainda hoje, com suas telhas de canal, com suas janelas, seus balcões com grades de ferro trabalhado, o Pátio interno que sombrea os dias de verão, o velho casarão da rua do Carmo, o solar que pertenceu a André Álvares de Castro, e que mais tarde Domitília de Castro, banida da Côte adquiriu, e que após sua morte passou para o arcebispado paulista, ficando conhecido como o Palácio do Bispo, e que agora é de propriedade da Cia. de Gás.

Vem agora esta Empresa, restaurá-lo com grande carinho, carinho paternal, com histórico interesse, transmitindo naquele lugar o clima regional da época, permitindo assim aos transeuntes uma evocação do passado glorioso de nossa terra.

Ê, enternecido, pela minha sensibilidade de arquiteto, e pelo meu sentimento de paulista, que vejo florear êste majestoso espírito conservador, exatamente de quem não sendo brasileiro, se

dedica e se interessa pelas coisas materiais do nosso passado, quando vemos e assistimos ainda hoje, nós mesmos, os próprios brasileiros a derrubarem magníficos exemplares de arquitetura do passado, para substituí-los por horrendo edifícios, dando mais aso a sua ganância especulativa, de que respeito à tradição ou testemunho de sua cultura.

Por esta iniciativa da Cia. de Gás, bem merece ela os aplausos e a estima de nosso sodalício, permitindo com essa feliz providência que se conserve ainda por muitos anos, êsse prédio, que apesar de uso particular bem reflete os costumes dos paulistas, nossos antepassados, e que façamos votos se conserve como um patrimônio público, pois saído de suas mãos, estará fadado a demolição, de pelo menos a sua fachada que deverá atender ao novo alinhamento da rua do Carmo.

Assim exposto é que venho a presença dêste augusto sodalício, solicitar, ouvido o plenário.

Uma moção de aplausos e reconhecimento bem merece a Cia. de Gás, por êsse interêsse e essa dedicação que bem reflete a sua preocupação de conservar a última testemunha da história da cidade nessa jóia de arquitetura colonial, que é o seu Edifício sede, edifício êste que assistiu as aflições de um coração apaixonado, vibrou nas emoções da independência brasileira, sentiu os sagrados mistérios da fé católica, e foi sede dos despachos temporais e espirituais dos nossos primeiros governantes. Além da moção àquela Companhia, que se formalize um pedido concreto ao sr. Prefeito Municipal, para que, primeiro desaproprie o edifício para nêle se instalar o Museu da Cidade, e que solicite à Câmara Municipal, revogação da lei naquele trecho, que determina novo alinhamento, para assim salvar-nos tão precioso Edifício, para constituir-se num patrimônio artístico e histórico da cidade.

Quero crer, e tenho a certeza disso, de que esta casa, defensora da cultura e da inteligência de nossa gente, não deixará de acolher esta proposta.

EM MEMÓRIA

(ORAÇÃO OFICIAL)

Alfredo Gomes

Instala-se, neste momento, a assembléia da saudade sempre nascente, viva e eterna. Convocada pelo sentimento. Atendem ao apêlo os corações iluminados pelo sol da posteridade que é o sol dos túmulos, no dizer de Rebelo da Silva, à beira da sepultura de Garret, em 11 de dezembro de 1854.

Aqui, no recinto augusto do sodalício, confrades e familiares reúnem-se para altearem o pensamento, buscando no infinito as imagens dos que se fizeram sombras projetadas por êsse sol diferente que tem em nossa afeição a fonte de calor e em nosso aprêço, a origem de esplêndido brilho.

Seria demasiado afirmar que pouco importa a morte do homem quando o nome se torna uma constante presença imposta pela trajetória terrena de vida exemplar e útil?

* * *

Se a morte é fato inevitável, não o é, entretanto, absoluto para aquêle que, desaparecido na constituição corpórea, física, material, deixa profundos vestígios de sua existência. Se as reminiscências se acentuam, ganham tal consistência que o arrebatado pelo ignoto turbilhão alcança a dimensão espiritual da imortalidade.

A resignação difícil, a inconformidade com as leis da natureza, a descrença na fé, como afirmações da vontade de um convívio presidido pelo carinho da família, pela amizade do círculo de relações, pela consideração e admiração, encontram nôvo denominador comum nas tradições deixadas pelo nome, no talento e nas virtudes do homem.

O que fôra ente, passa a luzeiro. O que fôra corpo, passa a lição. O que fôra matéria, passa a estímulo, incentivo. A passada existência transforma-se num documento da história.

É a glória dos que triunfam, dos que alcançam reputação, dos que da memória servem de exemplo, dos que confirmam que o homem se fêz à imagem e semelhança de Deus.

Seria pretensioso afirmar que os túmulos se entreabriram miraculosamente para que êste recinto acolhesse as sombras viventes e elas fôsem testemunhas presentes de louvores e preces?

* * *

Triunfa a morte dos despojos da vida, da humana mortalidade. Por isso há sido qualificada de desumana, de surda, inexoravelmente surda à linguagem dos suspiros, ao ruído das lágrimas e ao clamor das mágoas. Indiferente, ceifa a grama despontante e talha o sobranceiro jequitibá, corta o fechado botão e a aberta flor, fere irremediavelmente o pequenino guanumbi e o robusto gavião. Irracional, deambula com a foice errante podendo no inverno, colhendo no outono, cortando na primavera, golpeando no verão. Túmulo do bérço. Horizonte de oriente, como diria D. Diogo da Anunciação Justiniano, Arcebispo de Cranganor, nas exéquias reais de D. Maria Sofia Isabel, celebradas na real Casa da Misericórdia, em 11 de setembro de 1699.

Mas, a morte

que do batel da vida
toma o leme,
para levá-lo ao pôrto
“imenso, nebuloso, e sempre noite
chamado — Eternidade!”

(Laurindo Rabêlo, «Adeus ao Mundo»)

é generosa para com os que lançam à terra fértil do coração as sementes da saudade regadas pelas palavras de amor nas vigílias evocativas.

Êstes viverão na lembrança dos seus e dos que com êle privaram. Não, porém, como quer o Poeta:

“Quem sempre a morte achou no lar da vida,
deve a vida encontrar no lar da morte.”

(Laurindo Rabêlo, «Adeus ao Mundo»)

Não, porque quem assim existiu, nem mesmo a leve esperança em tôda a vida teve para disfarçar a pena de viver.

Realmente, na fala de Vicente de Carvalho, resumiu-se a existência no malôgro de alma desterrada. E a morte será vida para quem expirou mirradamente esquecido.

Não, os nossos mortos, dos quais a saudade diz à Morte: “Êles são a Eternidade”, e a Morte confirma: “Servi-lhes de guia à Eternidade”!

Tiveram vida de vitória.

Têm lugar certo na história de nossa Casa, na História das Letras e da Cultura. Consagrando a existência aos fastos do passado, conquistaram o direito da presença na posteridade. Redivivos na imensidade dos séculos.

Seria demasiado afirmar que a humana comoção se alivia em momento tão significativo como êste, quando há consciência e ciência de que nem tudo é "unicamente poeira"?

* * *

Estão os nossos mortos associados ao nosso culto pelo respeitoso testemunho à sua memória, pelo que representam como padrão de caráter e de inteligência e por serem lição positivada no pensamento e na ação de cada um.

Ato de devoção o que se pratica neste mandato da liturgia estatutária longe dos ciprestes cujas raízes já foram molhadas pelas lágrimas, distante das campas onde já se escreveu a síntese biográfica nas datas extremas que são o traço de união entre o nascer e morrer.

Êste o culto com que o Sodalício responde ao desgoverno de uma época demolidora de valores, de desatenção para com os homens representativos, de paixões impotentes, de pensamento materializado, de inquietude, indefinição e angústia. O culto que é homenagem à virtude digna de louvor, à idéia merecedora de aplauso, à ação exaltada pelo reconhecimento.

Tal qual o velho culto dos antigos que povoavam os lares de seus honrados antepassados, evocando-os protetores, o Sodalício recorda-os como exemplos.

Tal qual o fogo sagrado, aceso para não se apagar, o Sodalício brilha com o lume dêsses exemplos substanciando no altar da honra e da glória os nomes que, ilustrando-se, enobreceram esta Casa.

Não seria demais afirmar que êles, ausentes em corpo, prosseguem no mister de serem nossa inspiração, nossa animação e nosso conforto?

* * *

No elogio histórico do Barão de Humboldt, o grande escritor Latino Coelho, ao iniciá-lo, proferiu as seguintes palavras:

"Há na terra duas religiões igualmente espirituais, igualmente necessárias. A religião da Fé e a religião do Entendimento. No meio das tribulações, a que as pompas da vida servem apenas de decoração e de teatro só há duas grandes e provenientes consolações: crer e

saber. Por isso os dois maiores tesouros da humanidade têm sido e serão a religião e a ciência.”

Elas tiveram enderêço certo, destinadas como foram aos intolerantes que “buscaram infamar com a nota de ateísmo o sábio venerando e o exemplaríssimo cidadão”.

Nesta circunstância, entretanto, as palavras são válidas pela sua autenticidade mais do que pela precupação conciliatória do encadeamento da Fé e a razão, do dogma e a ciência. Autênticas porque o homem é servo da Fé que representa o conteúdo de seus maiores princípios. Autênticas porque o homem, nos quadros do entendimento, torna-se padrão de saber.

Mercê dos atributos que lastrearam a genealogia intelectual dos nossos mortos, indiscutivelmente podem ser apontados como varões de Fé e padrões de Entendimento.

Como homens de fé deixaram o legado de fecunda atividade harmonizada pela integração espiritual que os caracterizou.

Como homens de entendimento, sobrelevaram-se na investigação e na reflexão que os consagraram nos anais do Sodalício.

Seria supérfluo afirmar que muito se enriqueceu o tesouro cultural do Sodalício com os frutos do talento de cada um dos nossos mortos?

* * *

A prática de revocar consócios roubados ao convívio pela morte religiosamente observada neste Sodalício tem precedentes em instituições outras paulistas, brasileiras, portuguesas, daquem e dalém fronteiras, daquem e dalém mar, principalmente nas academias, nos cenáculos dominados pela fraternidade intelectual, porque há a presidi-la um alto sentido que tange as coisas do espírito e os nomes, quando submetidos ao processo de verificação da glória, ficam quase exclusivamente vinculados ao desempenho dado à vida como instrumento pôsto a serviço do pensamento e da ação, do homem e da Humanidade. Um conteúdo intelectual missioneiro.

Imortalizam-se os homens que dos nomes fazem mensagens de Fé, de Esperança e de Amor. Eles vivem centrífuga e centripetamente. Atraem o mundo para si na fôrça irresistível da bondade e projetam-se para o mundo nas idéias que serão lembradas ou seguidas, e nas ações que serão admiradas ou imitadas.

O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo é corporação cultural, sociedade de intelectuais devotados às tradições, à pesquisa e ao estudo da Gente e da Terra, cujos membros se manifestam através da palavra escrita e falada, oferecendo contribuições ou resultados das investigações a que foram levados por tendência, vocação e preferência. Como existem os mesmos fins

perseguidos com os mesmos anseios, todos fazem-se iguais e tornam-se irmãos, eliminando-se dentro da notável família as diferenças perecíveis da fortuna para subsistir o vulto dos serviços prestados ao Sodalício que, em verdade, são os serviços prestados à cultura, para subsistirem virtudes, predicados, qualidades configuradoras das individualidades das quais se orgulham a Instituição e a Pátria, por tê-las como irmãos e filhos.

“Nas associações literárias, frisou Alexandre Herculano, a vida é de certo modo imaterial, e as nossas distinções são unicamente as da superioridade do engenho.”

O admirável Autor, falando em circunstância como a presente, esclareceu:

“A democracia absoluta, sonho impossível, talvez, de realizar na sociedade civil, torna-se, entre nós, uma condição de existência”,

acentuando:

“É por este caráter democrático de tôdas as corporações como a nossa, porque alheias inteiramente às condições da sociedade civil, que me parece não ser nos arquivos desse pobre mundo das vaidades, a que chamam realidade, onde hajamos de ir buscar documentos e testemunhos, que provarão muito para outro gênero de renome e glória, mas que de nenhum modo vem a ponto para as canonizações literárias, no momento solene em que devemos preparar o processo pelo qual a posteridade tem de julgar inteligências já livres deste sudário da vida. Antepassados, haveres, grandeza, cargos, que nos importam? Outra é a nossa missão: temos de perguntar ao que traçou algumas palavras no livro eterno e imenso da arte e ciência humana — Que foi o que fizeste? — Que era o que podias fazer? Isto era o que nos pertence, o resto à sociedade.”

Numa democracia em que se pauta a conduta social pelo estilo de vida alicerçado no esclarecimento mental, no discernimento intelectual e na compreensão de direitos e deveres, numa democracia cultural como a nossa, do Sodalício, realmente esvaziavam-se de sentido as “diferenças voluntárias e incertas do mundo” e enriquecem-se de conteúdo as semelhanças voluntárias e certas das pessoas que se confraternizam pelo espírito, irmanam-se na

realização das finalidades da instituição e igualam-se no plano das preocupações de se tornarem unidades distintas e comuns pelos legados da inteligência, pelos acervos do saber e pelas riquezas dos desempenhos na existência terrena.

Assim, fizeram-se dignos os nossos mortos, e nós os evocamos pelo que fizeram, pelo que podiam fazer. E pelo que foram, eles nos pertencem.

* * *

O mais antigo na corporação, Afonso Antônio de Freitas Júnior, admitido aos 5 de setembro de 1921, também o que, por último, nos desertou aos 23 de agosto do ano em curso. O de privança menos longa, Vivaldo Coaracy, sócio desde 20 de abril de 1954.

Dentre os da cidade que logo se distanciaram do humano olhar e se ocultaram no longínquo horizonte do silêncio, estão José Inácio Benevides de Rezende, Manuel Carlos de Figueiredo Ferraz, ambos falecidos em São Paulo, embora o segundo de Cajuru, e o primeiro, como o já mencionado Afonso de Freitas Júnior, paulistanos de nascimento. Correspondentes, porém do Estado de São Paulo, Joaquim Duarte Alves Feitosa, da cidade de Santos, e Plínio Travassos dos Santos, da cidade de Ribeirão Preto. Correspondentes de outros Estados, o citado Vivaldo Coaracy, radicado na sua querida Paquetá, e Jorge Godofredo Felizardo, da cidade de Pôrto Alegre. Dalém-mar, incorporado, entretanto, ao patrimônio cultural paulista e brasileiro, Fidelino de Figueiredo, sócio correspondente estrangeiro. Apenas qualificação estatutária extrínseca porque no Brasil, em São Paulo, no Instituto Histórico e Geográfico, português não é estrangeiro na acepção internacional do adjetivo.

Dos correspondentes nacionais freqüentavam a Casa com assiduidade em variada época, Joaquim Duarte Alves Feitosa e Plínio Travassos dos Santos. Dos radicados na cidade, eram assíduos Afonso de Freitas Júnior, Manoel Carlos de Figueiredo Ferraz, e, vez ou outra, José Benevides de Rezende. Ausente em corpo, porém, sempre diante dos olhos e do coração, Vivaldo Coaracy pela constante colaboração no jornal "O Estado de São Paulo". Paulista, visceralmente paulista, Vivaldo Coaracy, ficara na história de São Paulo, pela sua inteligência e pela sua integração na imorredoura jornada constitucionalista de 1932. Amando sua Paquetá, bela, pitoresca e romântica, vibrara com São Paulo viril, dinâmico e realista.

Dos oragos, dos numes, dos luzeiros que lhes serviam de patronos são lembrados, como definições de inspiração e exemplo, o poeta Alberto de Oliveira, preferido por Plínio Travassos dos

Santos, o vulto histórico de Salvador Corrêa de Sá e Benevides, da eleição de seu descendente, José Inácio Benevides de Rezende; e o jurista dr. João Mendes de Almeida Júnior que tutelou Manuel Carlos de Figueiredo Ferraz.

Quase todos, bacharéis em Direito, repartindo as atividades entre os misteres da advocacia, do serviço público, da magistratura, do jornalismo, erigindo, contudo, em objetivo mor o devotamento às tradições, sacrificando civicamente no altar da Pátria no sacerdócio da pesquisa, da investigação, da perquirição histórica e geográfica, no desejo de serem úteis à sua Terra e à sua Gente.

E o foram. Legaram-nos tesouros de exemplos.

* * *

Plínio Travassos dos Santos consagrou suas lucubrações à cidade de Ribeirão Preto e, como se chamou, também, Entre-Rios, embora houvesse nascido em Cravinhos, deixando referências nos volumes 35 e 51 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

José Inácio Benevides de Resende, recebido no Sodalício aos 3 de junho de 1950, honrou o magistério com fecunda atividade docente, traduzida, ainda, em vários trabalhos nas áreas da História e da Sociologia. Salientou-se como conferencista e orador. Em 1932, participou da Revolução Constitucionalista, na Coluna "Romão Gomes", da qual foi um dos oficiais, merecendo os galões de Tenente.

Vivaldo Coaracy foi, durante quase toda a sua existência de escritor e jornalista, de leitura quotidiana obrigatória, nos magníficos estudos, ensaios e crônicas, publicados religiosamente pelo "O Estado de São Paulo", o que, pela vivência paulista e pela sensibilidade de esteta literário, lhe trouxe o reconhecimento do Sodalício, acolhendo-o, como ilustre membro, desde 20 de abril de 1954.

Jorge Godofredo Felizardo foi renomado intelectual na marca sulina, onde sempre viveu e deixou o maior cabedal de seu privilegiado espírito.

Joaquim Duarte Alves Feitosa, simples, modesto, fidalgo, da linha pedagógica dos Feitosa, teve por cenário de atuação a mui prezada cidade de Santos, ali integrando, mercê dos dotes intelectuais, entidades com objetivos culturais.

Afonso Antônio de Freitas Júnior, nesta Casa precedido do eminente genitor que, pela operosidade e qualidade das contribuições, granjeou alto conceito como ilustrado conhecedor da História e da Geografia de São Paulo e do Brasil, a maioria das quais — além de uma centena —, publicadas na Revista do Sodalício. Freitas Júnior seguiu as pègadas paternas, ombrean-

do-se, igualmente nas comunicações, ensaios e estudos divulgados. No exercício nobre e honroso do cargo de orador do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, fêz-se admirado e aplaudido ao gizar, em esplêndidos escôrços, os necrológios dos sócios falecidos nos anos de 1926, 1927, 1928 e 1929.

Aos 20 de março dêste ano, quase otogenário, em Lisboa, já sem que os olhos mais pudessem ver o céu, faleceu o maior ensaísta de Portugal, **Fidelino de Figueiredo**. Ensaísta, crítico e historiador, orgulho da cultura portuguesa, mestre peregrino que iluminou as cátedras universitárias da Pátria Lusíada, da Espanha, da Checoslováquia, dos Estados Unidos, do México e do Brasil pelo longo período de 15 anos, de 1938 a 1952, dos quais apenas dois anos fora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, merecendo o justíssimo galardão de Doutor "Honoris Causa" concedido por esta Universidade. Suas obras, desde as de ficção, com "Órfão" e "Os Humildes" até as suas "Histórias da Literatura" Romântica, Realista e Clássica e "A Épica Portuguesa no Século XVI" são monumentos literários imperecíveis que se ombreiam, se ombreiam com as produções da melhor qualidade.

Fidelino de Figueiredo tinha tanto de sólido como de equívoco. Esteta e crítico, ninguém como êle conseguiu biografar e analisar as coisas do espírito. Leiam-se, por exemplo, as conferências sôbre Metodologia da Crítica Literária publicadas sob o título "Aristarchos" ou as conferências sôbre Antero de Quental, para se ter, no simples plano propedêutico, a incomensurável medida de uma ilustração disciplinada, completa, profunda e multiforme. Razão, e muita, muitíssima, tinha Rui Barbosa quando se referiu a Fidelino de Figueiredo como "uma das maiores inteligências de Portugal". De Portugal, do mundo Luso-Brasileiro. Mas, uma inteligência aplaudida na Europa, na África e na América, por isso, reconhecida e proclamada em todo o mundo.

Em Fidelino de Figueiredo a crítica era a "soberana direção do espírito", a "alta cultura literária", adquirida com o próprio esforço era a que aferia "a realidade vivida com a literatura lida", a arte "a expressão de um estilo, "duma pessoal paisagem da vida, destinada a dentro do espírito do próprio artista" e a emoção da beleza "a realização plena do estilo e da sua expressão fiel".

Um mês depois, aos 25 de abril, desaparecia, aqui em São Paulo, membro da Academia Paulista de Letras, antigo professor da Universidade de São Paulo, nas Faculdades de Direito e de Filosofia, Ciências e Letras, desembargador do Tribunal de Justiça, do qual foi presidente, procurador geral do Estado. Secretário da Justiça e da Segurança Pública, **Manoel Carlos de Fi-**

gueiredo Ferraz, recebido nesta Casa aos 21 de agosto de 1933, e transferido para a categoria de sócio emérito aos 22 de junho de 1954.

Homem puro e nobre, exemplar raro de milagre verbal e escrito. Modelou no mármore da estética e a perfeição do ideal intelectual, obediente à ordem, à verdade e à harmonia.

Exemplo, têmo-lo neste formoso soneto dedicado a Amadeu Amaral:

CARIÁTIDE

No ríspido frontão de arcaico monumento
um corpo de mulher talhado em pedra rija
inda suporta ao dorso pesada cornija,
sem uma contração no rosto de cimento.

Que infinito cansaço! E nunca um só lamento
partiu daquela boca! E quando o céu alija
o raio e o vendaval, o pétreo lombo enrija
e agüenta a carga heróica, ao rebramir do vento

Inda a contemplo agora, o frio olhar de pedra
fixo no espaço e no ombro a mole de granito,
onde o soturno e verde o musgo alastra e medra...

Cariátide, que dor! Se a tua dor falasse...
pois vejo que te esmaga um cansaço infinito,
e que morrendo vais sem um tremor na face!...

Versos parnasianos, fiéis, como tôda a sua produção literária, ao postulado de que a beleza e a verdade não têm data nem escola. Prendeu-se à forma inclusive nos trabalhos jurídicos, sempre corretos, sempre bem elaborados, pondo nestes, como na **“Noção Ontológica do Processo”**, nas **“Notas sôbre a Competência por Conexão”**, e na **“Coletânea de Decisões”** os mesmos cuidados de distinção, de delicadeza e de cadência, que surgem nas poesias ricas em emoção e em ritmo.

Manuel Carlos de Figueiredo, ou, simplesmente Manuel Carlos, como se tornou conhecido, dignificou esta Casa com o encanto da sua inteligência e com a doçura da sua fidalguia, preenchendo-a de afetos, e valorizou a cultura de São Paulo e do Brasil com os frutos do seu saber e as lições das suas virtudes.

Eis os nossos mortos, os adormecidos no “sono que não cessa”, os que alcançaram “a paz perfeita” ao se acolherem ao “imperturbável nada”, no dizer de Afonso Celso.

Eis os nossos mortos que exaltamos como êles nos animam.

Os nossos mortos que a saudade torna vivos.

Os nossos mortos que o tribunal da posteridade julgou em última instância, louvando-os pelo muito que fizeram atendendo ao que podiam fazer.

Os nossos mortos que, dizendo presente, neste momento, ouviram a exaltação de suas idéias e de suas ações, num processo de glorificação que o coração escreveu com a tinta do reconhecimento.

Nossos mortos, nossos exemplos.

O BARÃO DE CAXIAS E A REVOLUÇÃO FARROUPILHA

Antônio Rocha Almeida

Estamos na primavera de 1842. A Província do Rio Grande de São Pedro, desligada do Império Constitucional, vinha sendo talada pela interminável guerra civil, que iniciara, havia sete anos, ainda ao tempo da Regência. “Sete anos de marchas e contra-marchas inúteis, de fraquezas, de contemporizações”.

Doze Presidentes e nove Comandantes de Armas por ela haviam passado, sem que qualquer dêles conseguisse reintegrar na comunhão do Império a longínqua Província rebelada.

Na Côrte, após a exposição do Ministro da Guerra, Conselheiro José Clemente Pereira, não pairava mais dúvida de que só um chefe militar poderia marcar — menos pelas armas do que pelo coração — um ponto final na prolongada contenda. E êsse chefe — cujo nome o austero Ministro da pasta do Império, Conselheiro José de Araújo Viana, levava confiante a São Cristóvão — era o Marechal de Campo Graduado Luiz Alves de Lima e Silva, Barão de Caxias, já àquela época o maior Soldado do Brasil, com excepcionais qualidades de chefe, arguto, competente e bravo. Com a preocupação, despreziosa mas perseverante, de bem servir ao Brasil, combatera e dominara a abrilada — segundo comandante do Batalhão Sagrado —, derrotara os rebeldes do Maranhão, sufocara a rebelião de Sorocaba e impusera a autoridade do Império aos rebelados de Barbacena.

E agora entregavam-lhe nas mãos honradas o govêrno civil e o comando das armas do Rio Grande. A divisão de funções não aprovara e agora teria êle a seu favor os elevados encargos militares ao lado da alta responsabilidade do poder civil. Seria sua primeira vitória — a reunião de poderes.

Cumpria-se a profecia do Ministro da Guerra Tenente-General Conde de Lajes. Quando o Tenente-Coronel Luiz Alves de Lima e Silva foi apresentar-se, antes de seguir para o Maranhão, por ter sido promovido ao pôsto immediato, disse-lhe o titular da Guerra: — Não fiz hoje um Coronel, fiz o General que há de pacificar o Rio Grande do Sul!

A 9 de novembro chega o Barão a Pôrto Alegre, para receber das mãos do Dr. Saturnino de Souza e Oliveira e do Brigadeiro

José Maria da Silva Bittencourt as elevadas funções que iria acumular.

Não trazia ódios no coração generoso e nem prevenções. Falou ao povo do Rio Grande com a encantadora simplicidade de um soldado e a firmeza de um juiz: “Sua Majestade recomendou-me que restabelecesse a paz nesta Província do Império, como a restabeleci no Maranhão, em São Paulo e em Minas. A Divina Providência, que de mim tem feito um instrumento de paz para a terra em que nasci, fará com que eu possa satisfazer os ardentes desejos do magnânimo Monarca e do Brasil todo. Rio-grandenses! Segui-me, ajudai-me e a paz coroará nossos esforços”!

Não disse que trazia mais batalhões, mais munição, maiores verbas. Mas aquela proclamação, simples e sincera, trazia uma assinatura. Nem do iminente perigo do inimigo externo, ávido e solerte, êle tratou. Ficaria para mais tarde. De sua atuação de tôdas as horas, do proceder correto dos officiaes que o acompanhavam, do evoluir da situação política no Prata, haveriam de concluir, antes que lhes lembrasse, que a Pátria corria grave perigo e que mais convinha voltar à grandiosa comunhão brasileira que aceitar a aliança, mais que suspeita, do estrangeiro ambicioso.

As operações militares estavam estacionárias e grande parte da campanha gaúcha em poder dos Farrapos, que dominavam área aproximada de 25.000 km, formando um triângulo, cuja base se apoiava na Lagoa dos Patos, tendo o vértice na vila de Uruguaiana.

Inicia o Barão, como o faria mais tarde no Paraguai, meticolosa e longa fase de preparação. Previa tudo: como Frederico Guilherme I — não haveria de faltar um botão na farda de seus soldados!

Mas um homem faltava, por certo, nas fileiras do Exército Imperial em Operações. Em Montevidéu residia, com permissão do Imperador, um velho ex-chefe farroupilha, General da República e Brigadeiro do Império, soldado de incomparáveis qualidades, herói das Campanhas do Prata, uma das glórias mais legítimas da Cavalaria Brasileira: BENTO MANOEL RIBEIRO. Sérios desentendimentos e graves desavenças haviam-no levado a deixar mais uma vez a causa farroupilha, abandonando a luta.

Três dias depois de empossado, escreve Caxias ao Ministro Conselheiro José Clemente: “Eu julgo, como V. Exa., impolítico o dar comando a Bento Manoel e muito menos antes de êle ter dado provas de sua contrição, porém creio também que êle me vai ser muito útil, suprindo-me naquilo que me falta, que é o conhecimento prático do terreno e com suas relações na campanha espero obter mais alguma gente de cavalaria e cavalos”. O

Ministro acede e Bento Manoel vem apresentar-se a Caxias, em seu quartel-general de Pôrto Alegre.

Inicia o Barão as operações com uma astúcia: faz constar que vai dividir o Exército Imperial em duas colunas e assim atacar os Farrapos. Conservada em completo sigilo a idéia de manobra, faz embarcar em Pôrto Alegre o 3.º Batalhão de Fuzileiros e o 5.º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional, como reforço ao Coronel Silva Tavares, acampado em São Gonçalo, a cujo encontro vai em janeiro de 1843, acompanhado de seu estado-maior e de Bento Manoel. Ignorando o adversário seu ponto de desembarque, pôde o Barão, sem ser molestado, transpor o Passo da Barra com 1.800 homens. Costeando a lagoa dos Patos pelo lado de Oeste, aparece diante de Pôrto Alegre. Havia atingido o primeiro objetivo de seu plano de manobra. O segundo seria a junção de todas as suas forças no acampamento do Passo de São Lourenço. Numa grande parada e desfile militar em frente à cidade que recebera a láurea de "mui leal e valerosa", Caxias recebe mais dois Corpos de Cavalaria e um Batalhão de Infantaria de linha. Rompe a marcha, passa por rio Pardo e transpõe o canal de São Gonçalo, para, a 11 de fevereiro, acampar em São Lourenço.

No dia seguinte, organiza seu Exército em Operações em três divisões, com 8 Brigadas: a 1.ª entrega ao Brigadeiro Felipe Nery de Oliveira, deixa a 2.ª com o Coronel Jacinto Pinto de Araújo Correia e confia a 3.ª ao Coronel João da Silva Tavares. Eram 7.000 homens, bem organizados, disciplinados e às ordens dos melhores chefes de que poderia dispor o Presidente da Província. À 9.ª Brigada foi dada a missão de guarnecer Rio Pardo e à 8.ª, a cidade do Rio Grande. Em Pôrto Alegre deixa o 3.º Batalhão de Fuzileiros, e Batalhão de Depósito, o Corpo Policial e o de Voluntários Alemães.

Os Farrapos dos Generais Canabarro e Souza Netto também se concentraram no Passo do Rosário, junto ao rio Santa Maria, fazendo junção de seus batalhões, a 19 de fevereiro. Tinham 3.500 homens, guiados por um grande ideal, sonhando com a liberdade e a República.

O Comandante John Pascoe Grenfell, com sua esquadrilha imperial, assegurava a linha fluvial de comunicações Cachoeira—Rio Pardo—Pôrto Alegre.

Começavam então — era a tática do caudilhismo — os rebeldes a correr pelas coxilhas, evitando a batalha. Caxias, então, aligeira suas forças, aumentando-lhe o poder de mobilidade. Marcha rapidamente contra a vila do Alegrete, em cujos arredores acampavam os Farrapos. Mas estes, presentindo o perigo, abandonam seus acampamentos e se internam na República Oriental do Uruguai, para irem reaparecer pouco depois nas coxilhas de Santana do Livramento. Eram "aves que voavam pelos

campos do Rio Grande”, como diria Caxias em sua correspondência ao Ministro da Guerra.

Desejando atacá-los em suas novas posições, Caxias reúne, entretanto, um Conselho de Guerra e este opina por que se não ataque o adversário. E na madrugada, o Exército da República desapareceu... Era a primeira e única vez que o Barão se submetia à decisão de seus subordinados. Napoleão dizia: Num conselho de oficiais sempre prevalece a opinião do mais pusilânime. Prefiro não ouvi-los!

O Barão transpõe a fronteira e no Uruguai espera, durante três dias, por 3.000 cavalos que ali adquirira. Aproveitando-se dessa situação, os Farrapos passam por Taquatiá, para atingir, em marchas forçadas, Bagé e São Gabriel. Aqui deixara Caxias a bagagem pesada de seu Exército, de cuja guarda encarregara o Coronel Araújo Correia. Quando a cavalhada saía para a pastagem, caem-lhe em cima os soldados da República e a levam para seus acampamentos. Caxias nem pode acreditar no que lhe relatam, dois dias depois. Mas era verdade! Restava-lhe mandar recolher prêso a Pôrto Alegre seu comandante da 2.^a Divisão, que não soubera cumprir com seu dever.

Decide, então, dar nova organização ao Exército em Operações, dividindo-o em duas colunas, ficando com uma sob seu comando direto e entregando a outra a Bento Manoel. Manhosamente, porém, coloca à frente dos corpos expedicionários gente sua: o tio Tenente-Coronel Luiz Manoel e o irmão Francisco de Lima e Silva... A primeira tinha a missão de varrer o inimigo aquém do Rio Santa Maria e a segunda, além do importante curso d'água.

Os Farrapos, vendo dividido o Exército Imperial, que os chefes legalistas de 1835 a 1841 haviam conservado indiviso, julgaram haver chegado sua oportunidade e atacaram violentamente Bento Manoel no Poncho Verde. Alinhavam-se ali, e ali lutaram todos os Generais da República: Bento Gonçalves da Silva, Antônio de Souza Netto, João Antônio da Silveira e David Canabarro. João Manoel de Lima e Silva jazia, desde 1837, em Caçapava, capital da República, e Bento Manoel Ribeiro comandava, naquela jornada, a tropa inimiga. Ao lado daqueles centausas destacava-se a cavalaria incomparável do Comandante Jacinto Guedes da Luz, cujos lanceiros inscreviam na fita de seus chapéus gaúchos: Eu sou do Guedes, morro sêco e não me entrego!

Bento Manoel viu logo que os rebeldes haviam juntado tudo para enfrentá-lo. Uma superioridade de forças de estarrecer, principalmente no tocante à massa de Cavalaria. Mas os quadros da Infantaria imperial resistiam com bravura, firmeza e destemor. Ferido por bala, Bento Manoel nem apeia do cavalo. Continua a comandar a ação, sereno, imperturbável, confiante, vendo as baionetas de seus infantes enterrarem-se nos peitos dos

cavalos farrapos. E os quadrados imperiais não cediam: deveriam morrer ali pelo Imperador, pela Constituição jurada em 24, pela integridade territorial da Nação, pelo Brasil.

E os chefes farroupilhas retiraram-se do campo do Poncho Verde, encharcado do sangue de seus cem mortos e cento e cinquenta feridos. Os imperiais os imitaram.

De passagem pela vila do Alegrete, o General David Canabarro, ainda grandemente abatido pela heróica resistência que enfrentara, dos lanceiros de Caxias, resolve intimar a guarnição da vila à rendição. O Comandante da praça, Coronel graduado Francisco de Arruda Câmara — Voluntário del Rei de 1817, veterano da Guerra da Independência, herói da Cabanada, Oficial da Ordem Imperial do Cruzeiro e Cavaleiro da de São Bento de Aviz — responde ao chefe republicano que tomava sua intimação como uma “patacoada” e que cumprisse seu dever, porque êle saberia cumprir o seu. Canabarro investe, por seis dias consecutivos contra a vila heróica e por fim resolve desistir. Arruda Câmara foi, de prêmio, efetivado no posto de Coronel e condecorado com a venera de Comendador da Ordem da Rosa. Tinha 32 anos de idade e 18 de serviços ao Império!

No comêço de 1844 o Barão de Caxias reorganiza mais uma vez suas tropas, dividindo o Exército em 3 colunas, entregando a 3.ª ao Coronel Francisco Pedro de Abreu, futuro Barão de Jacuí. O saudoso Professor Otelo Rosa escreveu sôbre êsse conturbado período da guerra farroupilha: “Nesse trágico ano de 44 tiveram qualquer coisa de lendários, de místicos, de sobrehumanos. E no armorial dos brasões do Rio Grande há de sempre cintilar, altíssima e puríssima, a glória de seus andrajos”.

Vem, depois, o inverno, rigoroso e implacável, com suas geadas, as cheias dos passos, a carência de recursos por tôda parte. As operações arrefecem. Poucos encontros, algumas investidas e escaramuças de ambos os lados. Sempre, contra a tenacidade disciplinada dos imperiais, a bravura indômita dos farrapos. Os combates de Piratini, Canguçu, Santa Rosa, Picada de São Xavier, Jaguarão, mostraram atos de desprendimento e de coragem, lamentáveis só por que se tratasse de luta entre irmãos.

Em novembro de 1844, na cidade de Bagé vão os Farrapos procurar o Barão de Caxias. Querem assinar a paz, mas a querem honrosa, digna, decente. Dela não se viessem a envergonhar mais tarde perante seus filhos, ou dali a pouco, quando, enroladas as bandeiras tricolores, tivessem de combater lado a lado, pela honra do pavilhão brasonado da monarquia.

Bento Gonçalves apresenta suas condições. O Barão não as discute. Resolvem, de comum acôrdo, enviar à Côrte uma comissão para entender-se com o Ministro da Guerra Conselheiro Jerônimo Coelho. Integravam-na o Tenente-Coronel Manoel Marques de Souza, que seria Barão, Visconde e Conde com gran-

deza de Pôrto Alegre; o Capitão Carlos Miguel de Lima e Silva e o farrapo Antônio Vicente da Fontoura. São redigidas pelo grande Ministro as "Concessões", que Antônio Vicente da Fontoura lê aos chefes farroupilhas no Poncho Verde.

E foi com êsses homens que o Barão de Caxias firmou as condições de paz, no primeiro dia do mês de março daquele longínquo 1845. Firmaram-na, além do Barão de Caxias, que o fazia em nome do Imperador, os Generais da República David Canabarro, comandante-chefe do Exército, Antônio de Souza Netto e João Antônio da Silveira, comandantes de Divisão, além de 3 Coronéis, 15 Tenentes-Coronéis e 2 Majores.

O Império premiou Luiz Alves de Lima e Silva com a efetivação em Marechal de Campo e fêz substituir, em seu brasão de armas, a coroa de Barão pela de Conde, com honras de grandeza. O Rio Grande pediu que êle fôsse seu primeiro Presidente constitucional e incluiu-o, agradecido, na lista tríplice para o Senado vitalício.

Não chegariam a ver o sol radioso de 1.º de março, quando novamente raiaram a paz e a tranqüilidade nos céus do Rio Grande: Joaquim Teixeira Nunes, abatido pelas armas imperiais no combate do Arroio Grande; Antônio Manoel do Amaral, sacrificado às portas de Jaguarão; Afonso José de Almeida Côrte Real, morto no sangrento encontro da Fazenda Salgado; João Manoel de Lima e Silva, tio de Caxias e General da República, assassinado covardemente em São Borja, e o destemido Onofre Pires da Silveira Canto, tombado inglôriamente no duelo de morte junto ao arroio Sarandi.

Tinham, em sua maioria, pouco mais de 30 anos de idade.

E essa mocidade radiosa é que fêz com que o véu do esquecimento e da ingratidão não descesse sôbre os seus nomes e os seus feitos!

QUEM NASCEU NO BRASIL, É BRASILEIRO

Geraldo de Rezende Martins

Os jornais de São Paulo anunciaram que a Associação Cultural e Esportiva Piratininga, rua Valério de Carvalho n.º 1 — Pinheiros — Fone 80-4282 — realizaria entre os dias 27 de julho e 3 de agosto “O PRIMEIRO ENCONTRO PARA O ESTUDO SOCIAL DOS NISSEIS”.

Como todos os problemas do Brasil me interessam, compareci e declarei-me da Sociedade Brasileira de Geografia e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, e tomei parte ativa em todos os debates lá realizados, conhecedor da Colônia Japonêsa desde que ela chegou ao Brasil. Na época então o dr. Washington Luís era Presidente do Estado de São Paulo, e sendo Secretário da Agricultura o dr. Heitor Penteadado, chegou-nos uma grande leva de colonos japoneses que não podia ficar nem em Santos — onde a hospedaria estava lotada — nem em São Paulo, onde os alojamentos da rua Visconde de Parnaíba, 1316 — HOSPEDARIA DE IMIGRANTES — também estava repleta de imigrantes europeus.

Mas era indispensável um “teto” para abrigá-los. O dr. Washington estava, àquela época, construindo a estrada que demandaria o Paraná e o eng.º Joaquim Thimóteo de Oliveira Penteadado era o diretor do D.E.R. Procurando, informou que havia, em Cotia, um grande barracão que abrigava a maquinaria que, na época, era pioneira da construção de rodovias, usando-se a mecanização.

Foram para lá encaminhados os japoneses e suas famílias e 2 dias depois, com bambus e palhas trançadas, estava o barracão (que era aberto) transformado em um artístico barracão fechado!

Manifestaram os japoneses o desejo de lá permanecer. Tinham gostado do local e indagaram das possibilidades de comprar as terras.

Consultado o dr. Heitor Penteadado, este manifestou-se absolutamente contrário a esse propósito. Disse que, em Cotia, só havia **cupim** e o **capim** denominado barba de bode! Que ele, Secretário, estava estudando outras áreas para as quais deveriam ser transferidos os colonos.

No dia imediato, voltaram êles à Secretaria com o Cônsul Japonês, 2 agrônomos e disseram que as terras já tinham sido analisadas e que êles já sabiam o que nelas faltava. Desejavam lá estabelecer-se e estavam dispostos a assinar um "térmo de responsabilidade" pelo sucesso da colonização! Foram com o dr. Heitor Penteado ao Palácio dos Campos Eliseos e o dr. Washington Luís concordou em que êles já ficassem. E, hoje, Cotia, que era um burgo pobre, transformou-se em grande produtor de horti-granjeiros e principal produtor de cebola do Brasil!

Relatei êsse fato numa conferência proferida pelo dr. K. Wakisaka, no dia 28 de julho, muito objetiva e franca, na qual dizia ser o principal objetivo da colônia a INTEGRAÇÃO DOS FILHOS DE JAPONÊSES, NISSEIS, na comunidade BRASILEIRA.

Declarei ainda que era contra a expressão NISSEI porque pensava como Lauro Müller: "QUEM NASCEU NO BRASIL É BRASILEIRO OU TRAIADOR", omitindo as duas últimas palavras, é claro. E disse mais, que sempre que me encontrava com jovens, considerava-os meus "netos" e que o fato de ser já um velho em nada importava!

12 dias antes do falecimento do professor Maurício de Meideiros eu o encontrei, no Rio de Janeiro, na rua da Quitanda, e indaguei de sua saúde, e êle me respondeu: "Vou muito bem! Tôdas as manhãs acordo com a idade que "quero ter", em geral entre 25 e 30 anos! Às vêzes, quando tenho algum assunto sério a tratar, 50 ou um pouco mais, mas nunca com a idade que realmente tenho" (e êle estava com 83).

Um rapaz estudante de medicina, na parte dos debates, declarou que não sentia "motivação" para a vida! Foi contraditado por uma aluna da Escola de Filosofia e logo em seguida por mim! "Como v. não tem "motivação" num país de 8 e meio milhões de quilômetros quadrados? Precisamos já de mais de 60 mil médicos, pois temos 1.750 municípios onde não existe um só médico! Precisamos de centenas de milhares de engenheiros, topógrafos, agrônomos, veterinários e basta viajarmos pelo interior e ver os dentes cariados das nossas crianças, para constatarmos a deficiência de dentistas! Vivemos num Brasil em que está tudo por fazer e v. diz que não sente motivação? Isso depõe contra v. mesmo e o mostra ou como preguiçoso ou como apático, e qualquer dêsses males é caso clínico"! Todos riram e recebi de uma aluna da Faculdade de Filosofia, curso de História, o seguinte bilhete: "Vovô Geraldo — Agradeço o elogio(?) mas não me acredito capaz de tão grande idealismo". Foi o meu 1.º prêmio.

A 2.ª Conferência foi pelo professor BRASILEIRO Hiroshi Saito, sôbre "O desenvolvimento sócio-econômico dos Nisseis". Se tivesse mais idade teria o discernimento de constatar que a colonização japonesa do Brasil, começou de um estágio muito mais

primitivo do que as que se encaminharam para o Peru e a Argentina. Estas foram de origem muito mais elevada ECONOMICAMENTE e se dedicaram a profissões mais rendosas, comércio, tinturaria, pequena indústria — PADRÃO DE VIDA MUITO MAIS ELEVADO — do que os que começaram aqui no Brasil, na lavoura, ainda muito primitiva e nada amparada! Além disso, entre japoneses e filhos de japoneses, temos no Brasil 600 mil e na Argentina 40 mil e no Peru 60 mil. Acresce ainda a circunstância de que a “fácies” do filho de japonês no Peru, facilmente se confunde com os peruanos onde uma civilização Inca e Aymáara, muito a êles se assemelha, o que não acontece com a Argentina e com o Brasil onde predomina a imigração européia.

No dia 1.º de agosto tivemos a conferência do professor Antônio Sapienza (nome muito apropriado) sobre o casamento, tema que provocou grandes debates. Nesse dia abordei um tema que foi levantado por mim durante a guerra e que sugeria a criação, pelo Governo, de Casas Maternais que abrigariam moças de origem nipônica e alemã e que seriam instaladas em centros industriais como Juiz de Fora, Campinas, Belo Horizonte e outras, em que Nisseis (“Nissei” quer dizer segunda geração) encontrariam instrução moral-cívico-religiosa, trabalhariam durante o dia e, dizia eu, à noite, para se distraírem, teriam praça pública, com banda de música e onde há banda de música e praça pública, existe namôro, mãos dadas e CASAMENTO! E colaboraria o Governo para que existissem mais CASAMENTOS-MISTOS, e caldeamento de raça, de uma raça forte, capaz de criar um Brasil FORTE E DESENVOLVIDO, CAPAZ DE EMPARELHAR-SE COM AS GRANDES NAÇÕES DO MUNDO!

A conferência da professora e pesquisadora Isabel Schurig Vieira sobre Nissei e sua educação, foi fraca. Ela pesquisou principalmente a região de Marília, que não pode servir de exemplo. Nos debates veio à baila a CIVILIZAÇÃO MILENAR DO JAPÃO e aí brilhou o professor de Hidráulica da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, professor Kokei Uehara! Disse êle: “Eu não sou nissei. Cheguei ao Brasil com 8 anos. Apreendi português fazendo o curso primário e, certa vez, jantando em casa de meus pais, declarei ser lastimável não dispor de recursos para fazer ginásio e ingressar numa Escola Superior. Um irmão meu declarou: “Se v. quiser estudar nós continuaremos a puxar enxada para que você estude. E foi graças ao sacrifício de meus pais e irmãos que eu fiz ginásio e ingressei na Escola Politécnica. Formado fiz concurso e fui aprovado. Sou hoje, além de Catedrático, assessor do professor Menda da Rocha, na Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí. Nunca nos meus estudos e na minha vida profissional “senti” o menor complexo pelo fato de ser japonês. Sou japonês-BRASILEIRO, por-

que os meus pais escolheram o Brasil como segunda Pátria e é a minha PÁTRIA”!

“O que noto nos cursos que faço, nas Conferências que assisto, nos Simpósios de que participo, é a ausência de nisseis que, por timidez ou por complexo, não participam dos encontros em que são discutidos os problemas comuns ao Brasil e aos brasileiros. Precisamos ser mais atuantes! Precisamos esquecer, como disse o dr. Rezende, a face nipônica que temos porque devemos, temos obrigação, de SER BRASILEIROS PELO CORAÇÃO”!

Foi um sucesso! Depois discutiu-se o “complexo” e eu tomei a palavra e disse que notava, com freqüência esse complexo, mas que não era de inferioridade, mas sim de superioridade, porque lendo a relação dos melhores alunos de nossas Faculdades, encontrava sempre nomes nipônicos ocupando os primeiros lugares. Isso representava um santo orgulho, justificável pelo esforço individual de cada um em se aperfeiçoar nos estudos. O professor Kokei Uehara entrou de novo nos debates e disse: “Noto que a maioria dos debatedores fala na “cultura milenar do Japão” e isso é uma pura balela! O Japão tinha até 80 ou 90 anos atrás um índice de analfabetos que chegava a 90%. Isso é cultura milenar?... Coisíssima nenhuma! É ignorância milenar, isso sim. Entretanto, o Imperador que juntava em suas mãos o poder temporal e espiritual, centralizando todos os recursos de que dispunha o Japão, resolveu, há menos de um século (não um milênio) destinar certo volume de dinheiro, “argent money” àquêles grupos de lavradores que moravam entre montanhas, em várias zonas das ilhas que compõem o Japão. E, entregues essas importâncias aos japoneses, eles não tinham outra alternativa sobre o emprêgo desses recursos: construir estradas ou CONSTRUIR ESCOLAS, E O JAPÃO INTEIRO OPTOU PELAS ESCOLAS! E agora vemos que o Japão acabou com a praga do analfabetismo e tem um índice de alfabetizados de 99,8% sendo que os 0,2 por cento não são de analfabetos mas de anormais. É esse milagre só é possível com ESCOLAS E SEM ESTUDANTES QUE FAZEM POLÍTICA E NÃO ESTUDAM!”

Sobre o tema “CASAMENTO” foi também muito oportuna a intervenção de um médico, filho de japonês (aliás um tipo bem brasileiro, alto, com pouca característica nipônica) nascido em Pereira Barreto, norte de São Paulo, quase na fronteira de Mato Grosso. Com grande autoridade declarou que, como médico, era obrigado ao “segredo profissional”, mas como participante daquele Congresso sentia-se na obrigação de trazer o depoimento pessoal de um cliente que o procurara em seu consultório, em caso de desajustamento conjugal em casamento-misto. E, com seu conhecimento pessoal do problema, havia através de conselhos, concorrido para a constituição de um lar

feliz! Foi muito aplaudido o dr. HEIICHI SHIMATAI, calmo, sereno, firme em suas convicções.

Tivemos dois encontros para debates e finalmente a reunião final que foi denominada de "PAINEL", em que todos os conferencistas e debatedores tomaram parte. No início desta reunião recebi de uma aluna de História o seguinte bilhete: "Vovô Geraldo — O mundo seria muito melhor e mais humano se existissem mais pessoas como o senhor. Sinto-me, como pessoa, como brasileira e principalmente como nissei, muito grata por tôda a sua dedicação, seu carinho e humanidade. Rezarei para que o senhor acorde sempre com 46 anos, pois assim serei sempre criança... e é tão bom ser criança! Com tôda minha amizade e o meu muito obrigada por tudo que (nos) tem feito. M. Katsuko!" Que grande prêmio recebi. Essa menina, ótima aluna, disse-me que se interessa sobretudo pela História mais recente e principalmente pela HISTÓRIA DO BRASIL. Chama-se Naria Katsuko Iakahara o que traduzido dá: MARIA VICTÓRIA DO PLANALTO, e serviu, a mim de tema para uma intervenção, no dia dos debates finais, quando salientei que se o próprio Secretário Geral (nissei) tinha dificuldade em enunciar os nomes dos componentes das 3 comissões, para nós brasileiros, essa dificuldade era ainda maior e mesmo, certos nomes, pela sonância, davam, em português origem a chacotas, principalmente entre meninos.

Concluindo, chego a sugerir ao Governo que dê especial atenção ao aproveitamento através de adequado financiamento, ao PROBLEMA DO ARTESANATO, porque os de origem japonesa têm uma invulgar habilidade manual.

Dentro do programa de APROVEITAMENTO DA ENERGIA NUCLEAR PRECONIZADA PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, encontraremos admiráveis pesquisadores entre os filhos de japoneses. Devemos também propiciar-lhes melhores laboratórios de pesquisas porque sem eles não chegaremos nunca à desejada ERA ATÔMICA.

Combater com delicadeza a autoridade dos pais japoneses e dos irmãos mais velhos, que possuidores de uma tradição nipônica, são verdadeiros ditadores na família e DIFICULTAM, QUANDO NÃO IMPEDEM, OS CASAMENTOS MISTOS, indispensáveis numa colônia que já está com 600 mil pessoas. Encaminhar novos colonos para os mais variados municípios do Brasil no sentido de FOMENTAR A HORTICULTURA E A FRUTICULTURA, indispensáveis à melhoria da dieta do nosso caboclo.

Os filhos de japoneses se casam entre si porque um colono que manda sua filha à escola e lhe dá uma instrução superior não deixa que ela se case com o nosso caboclo Jeca Tatu analfabeto e sem a menor educação. As meninas se casam com filhos

de japoneses porque não encontram, entre brasileiros, homens dignos da cultura que receberam.

Daí o ter eu preconizado a criação de CASAS-MATERNAS que recebessem filhas de japoneses e alemães das colônias que, certamente, pelas suas qualidades, encontrariam bons maridos.

Cumpra também salientar que a noção de respeito e dignidade são qualidades inerentes à raça. Cumpridores de seus deveres, servem de exemplo aos brasileiros em geral muito "tolerantes". E ainda mais, nunca encontrei japonês nem descendente de japonês, BRASILEIRO, pedindo esmola e em relação ao sexo feminino, não conheço caso algum de meretrício.

É o que acho que deveria informar ao S.N.I., órgão que deverá levar ao Presidente da República, estas sugestões.

DOM EPAMINONDAS NUNES D'AVILA E SILVA

Dom Antônio de Almeida Moraes Júnior

Poderíamos, srs., dizer da História o que Coelho Neto escreveu no seu Curso de Literatura Brasileira: “é por ela que se chega ao conhecimento das origens, à intimidade do viver”.

Assim como nos mostra o templo com todo o ritual do culto, introduz-nos no lar da família; leva-nos às guerras, passeia-nos suavemente por entre as culturas fartas, nos campos arroteados que o lavrador percorre firmado à charrúa que sulca; conta-nos a lenda maravilhosa das fontes e aponta-nos, por entre as árvores sagradas, o abelheiro que recolhe os favos.

Diz como se laminava a espada, como se recobria o escudo, como se acobertava o corcel, como a matrona dobava a lã e como a donzela recebia o espôso.

Conta-nos a epopéia triunfal, e murmura-nos o trono melancólico, e, sem omitir episódios, gloriosos ou humilhantes, tristes ou jucundos; fala-nos das temerárias expedições por mares intratados ou através de desertos áridos, expõe-nos os celeiros abundantes, desvela-nos os primôres da arte, e, depois de haver-nos guiado ao Tabernáculo, conduz-nos piedosamente às urnas funerárias. “(Coelho Neto, Curso de Literatura Brasileira, páginas 6-7)”.

Dêste modo, todo homem, quer queira, quer não, é envolvido pelos fios impondeiráveis da história.

Poderá ser enredado por sua misteriosa tessitura como astro que resplende no céu ou como seixo rolado pela torrente.

Mas não fugirá a êsse imperativo da humanidade.

Senhor e servo da história, dela jamais o homem poderá se eximir.

Na formação de nossa cultura, descendo aos abismos de nós mesmos, fixação do primeiro de nossos olhares intelectuais; subindo aos céus, para sujeitarmos a abóboda celeste aos nossos cálculos; penetrando as entranhas da terra para lermos nas suas estratificações plurisseculares a sua gênese; debruçando-nos sobre o nosso corpo — que Chauchard chamara de mistério; tentando arrancar a incógnita da vida da profundeza abscondita das células; no escarpelamento dos absolutos da Ciência, como dis-

sera Francesco Severi, um dos maiores matemáticos dos tempos atuais, no seu profundo livro "Dalla Scienza alla fede"; não fazemos mais que imergirmos na história, pois tudo que conseguimos para enriquecer nossa inteligência ou destacar nossa personalidade vem envolto em um retalho do tempo, êsse manto incomensurável, de estranha diafaneidade, que cobre tôdas as gerações humanas e todos os acontecimentos da trama misteriosa da vida.

Assim todo aquêlo que luta pela cultura se encontra, a todo o momento, com a história, essa fiandeira de destinos, que registrou a primeira invenção da criatura humana como a companhia hoje, com assombro, nos seus remigios siderais.

Irmã gêmea da cultura, ela impregna a inteligência de todo homem dedicado à vida intelectual.

Essa, talvez, srs., a razão do vosso gesto em trazer para o vosso meio, para êste cenáculo da história, de São Paulo, a figura humilde do Arcebispo de Niterói.

Reafirmando o conceito de que nenhum homem, mesmo aquêlo que se cobriu com a sombra inviolável da modéstia, pode fugir à história, pedi vossa aprovação para que êste discurso de posse, no Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, fôsse um preito de minha homenagem a um dos mais santos e notáveis Bispos do Brasil — Dom Epaminondas Nunes d'Avila e Silva — Primeiro Bispo da Diocese de Taubaté — eleito meu Patrono nesta grande Instituição Cultural.

Vivendo tôda a minha infância e juventude e a maior parte de minha vida sacerdotal, em São Paulo, desejo manifestar, sr. Presidente e senhores Membros do Instituto Histórico e Geográfico desta grande terra, a minha profunda gratidão por esta homenagem que me prestais.

Sou-vos imensamente grato, tanto mais quanto vejo nesse vosso gesto uma homenagem à Igreja Católica, que, com suas mãos incansáveis de missionária divina, ajudou a tecer tôda a história da grande Pátria Brasileira, iluminando-a desde os primeiros albores do descobrimento até os dias difíceis e agitados que a humanidade vai vivendo, mesmo nestas doces plagas do país da eterna primavera.

Deus vos recompense tão alta generosidade.

**DOM EPAMINONDAS NUNES D'AVILA E SILVA
PRIMEIRO BISPO DE TAUBATÉ**

É certo que tudo em nós sofre as injunções dolorosas da limitação. Como apara cortante o seu gume decepa os lances

ousados da nossa inteligência, da nossa vontade, da nossa atividade.

E a mão de ferro dos horizontes intransponíveis asfixia a nossa ânsia eterna de penetrar e conhecer.

Essa limitação mesma é que nos impede a visão completa do momento presente. Pois o presente é um conjunto compacto e incapaz de desagregação. O presente desagregado é morte. O característico do presente é a simultaneidade como a nota fundamental do passado é a sucessividade. A limitação da nossa inteligência nos impede a visão profunda das coisas simultâneas. Sentimos necessidade de destacar as coisas para aprofundar o seu conteúdo, para surpreender a expressão essencial dos homens e do seu significado.

Talvez esteja nisso um traço doloroso da nossa contingência. A simultaneidade da visão profunda dos seres, das coisas e dos fatos pertence a Deus, porque só Ele tem um presente estável e inesgotável. Para Deus não há mister a desintegração da corrente dos fatos para o conhecimento profundo.

Deus não necessita da sucessividade.

Só nós temos necessidade dessa forma de visão para a nossa inteligência limitada.

“É, por isso, também que a história nos pertence.

A história não é feita para Deus. É mais para nós, pois ela é a sucessividade. Por isso Deus a escolheu para ser, diante de nós, a testemunha da verdade, a reivindicadora dos fatos e a mensageira da justiça. A história é a mais bela glorificação do homem.”

“Por esta razão dizia Lacordaire, os opressores dos povos e os opressores de Deus trabalham para impedir a história de existir; eles congregam contra ela os quatro ventos do céu; encerram suas vítimas nas muralhas estreitas de profundos cárceres; mas a história é mais forte que os impérios”. E consagra as grandes almas.

A substancialidade dos homens e dos acontecimentos é o panorama dessa misteriosa tecelã dos destinos.

Justamente porque a aliada eterna da história é a morte.

A morte desmorona tudo que é acidental e contingente, e deixa na sua prefulgência o espírito. Nunca a grandeza humana se nos impõe com tamanho domínio como nas elevações postas em relêvo pelas torrentes da morte e da história.

Só os homens verdadeiramente grandes superam essas torrentes implacáveis. É assim que a história, depois de um século, nos devolve a figura eminente do príncipe da Igreja e do cidadão que foi Dom Epaminondas Nunes d'Avila e Silva. “Um homem que não tem história está todo inteiro no túmulo!”

Mas o homem que não só tem história mas fêz e construiu a história de uma grande Diocese, paira acima do tumulto do tempo, como a imortalidade e a glória.

* * *

D. Epaminondas Nunes d'Avila e Silva nasceu na cidade mineira de Serro-Frio, aos 4 de julho de 1869.

Como o P.^e Manoel Bernardes, não consideramos o nascimento um motivo de glória, pois independe totalmente do próprio homem.

Não pode o homem escolher seus pais, nem o pedaço de terra que há de lhe servir de bêrço. "Quem quer que sejais, vós sois súditos da vida. Ela não esperou vossas ordens, para vir a vós, ela não as esperará para retirar-se de vós.

Ela vem, sem vós; ela se retirará de vós, contra a vossa vontade. Ela reina pela sua própria essência, que não depende de vós, e que vós trazeis em vós mesmos como um vaso frágil e mortal...

Não podemos nascer, nem morrer à nossa escolha, nem determinar à nossa vontade, o lugar e as condições de nossa existência.

Carregado dêsse duplo fardo, desde o nascimento, vamos assim, senhores e servos de nós mesmos, a um outro dia que nios é desconhecido, além dêsse dia, aos séculos e às coisas em que nossa vida nos aparece, de longe, sob êsse duplo e terrível aspecto que ela tem, aqui em baixo, de ser uma necessidade e uma liberdade, uma duração invencível, e uma conta inevitável".

Não sendo o homem o construtor do seu bêrço, o P.^e Manoel Bernardes, não encontra, no nascimento, nenhum motivo de glória pessoal e conclui: "Nascí, vivere et mori, tria florida sine flore". Nascer, viver e morrer, três coisas que, embora pareçam floridas, não têm flôres".

O Major Avila e Silva anotou, no pequenino livro de assentamentos da família: "1869-julho-4. Nasceu hoje às 3 e meia horas da manhã o Epaminondas e com muita felicidade".

E logo depois: 1869-agôsto-21. Foi hoje batizado na Matriz do Serro pelo sr. Vigário Cândido Augusto de Melo, Epaminondas, servindo de sacristão o atual Rufino Gomes Carvalho.

Tendo sido o Sacramento ministrado às 4 e meia da tarde.

Padrinhos Antônio Generoso de Almeida e senhora D.^a Francisca Augusta de Almeida e Silva. Representadora — Sebastiana, escrava dos padrinhos. Carregador do jarro — Simplício, escravo do sr. Alferes Joaquim Pereira Guimarães".

Seus pais, o Major Francisco d'Avila e Silva e D.^a Maria Cândida Nunes d'Avila cinzelavam piedosamente a sua alma inocente.

A graça domina a sua alma privilegiada para a visão de Cristo que atravessa todos os tempos sob os olhares daqueles que O adoram e daqueles que O repudiam, senhor daqueles por um amor que ultrapassa todos os outros, senhor destes pela impotência em que estão de amar como Cristo amou. Assim se realiza nêle a vida sobrenatural começada pela luz e pelo movimento invisível da graça.

A graça age interiormente para esclarecê-lo e se mostra, de fora, como objeto da luz que o penetra interiormente.

“A graça move interiormente as molas obscuras da liberdade. Cristo o chama de fora, como objeto dessa emoção.”

Alvorece-lhe na alma a vocação sacerdotal.

A 19 de abril de 1882, após ligeira enfermidade, morre cristãmente, no Serro, o Major d'Avila. D.^a Maria Cândida Nunes, como a mulher forte da Escritura, assume o govêrno da família. E em outubro de 1882, com uma extraordinária renúncia a todo confôrto e com dedicação impressionante, envia para o Seminário de Diamantina os seus queridos filhos — Alcebiades e Epaminondas.

Com seu grande espírito de sacrifício, herôicamente curtia as suas saudades. Nos bilhetes enviados a Epaminondas, escrevia: “Ah meus filhos, eu tenho os olhos fundos de tanto olhar, do mirante da casa, o caminho de Diamantina, por onde Vocês partiram...”

O Seminário de Diamantina, hoje centenário, um dos mais veneráveis e tradicionais estabelecimentos de ensino de Minas, fundado por D. João Antônio dos Santos, foi viveiro de santos e sábios.

Ali, Epaminondas se preparava para ser um enviado de Deus. Guardini, no seu livro “Le Seigneur”, escreveu: “Deus é Santo, e fala pelos seus mensageiros. Quem não está disposto a receber o enviado, mas quer ouvir o próprio Senhor, dá prova de não saber e não querer saber quem é Deus e quem é êle mesmo.

Deus fundou a natureza e a salvação do homem sôbre a fé. Esta fé, pois, parece verificar-se, na sua pureza e na sua energia, quando é prestada ao mensageiro de Deus. Aquêle que presume, portanto, ouvir o próprio Deus, demonstra, no fundo, não querer crer mas saber; não obedecer mas seguir o caminho de suas experiências pessoais.

Está conforme a natureza humana, vinculados como estamos todos em comunidade, ouvir Deus através do homem. Ninguém constrói sômente por si, a própria existência. A nossa existência nasce das nossas fontes pessoais, mas ao mesmo tempo é tributária do nosso próximo. Crescemos por nós mesmos, mas pelo alimento que outros nos ministram; chegamos igualmente à verdade por via de conhecimentos pessoais, mas o objeto do

conhecimento nos vem de fora. O homem é, para o homem, caminho para a vida; e também caminho para a morte. Também para o êrro e para o abismo.

Assim o homem, é, para o homem, o caminho para Deus, e está bem para o homem, que a palavra de Deus haja de iluminar-lhe o coração, mas anunciada pelos outros. Dos lábios humanos recolhemos a palavra de Deus; é a lei da nossa fé. Atrás da palavra está aquêle que foi diretamente eleito.

Epaminondas sonhava ser êsse eleito e o foi. Após 10 anos de estudos e austeridade, no velho Seminário de Diamantina, era ordenado sacerdote por Dom João Antônio dos Santos, aos 17 de julho de 1892, na Basílica Menor do Sagrado Coração de Jesus.

Mais tarde, lembrando a unção das mãos, que recebera em prantos de emoção, exclamara: “Não sabia como agradecer a Nosso Senhor a graça do meu sacerdócio, e sentia-me tão comovido de ver as mãos de um pecador unguidas pelas mãos de um sacerdote do Altíssimo (Mons. Brandão, D. Epaminondas, pág. 43).

E tinha razão, pois só Deus poderia criar êsse ser maravilhoso — o sacerdote. Um ser que nenhuma concepção filosófica jamais pôde imaginar: um ser como nunca a própria fantasia exaltada dos homens pudera conceber; um ser que nem a poesia, nem os sonhos da humanidade lograram imaginar! Criou o sacerdote! Não me digais que o sacerdote era já um ser presente a tôdas as civilizações antigas.

Não me digais que êle já estava no templo misterioso de Jerusalém; que êle estava diante dos altares manchados de sangue do Egito. Não me digais que êle já se apresentava coberto das vestes mais aparatosas, por entre as colunatas de mármore do Partenón de Atenas. Não me digais que êle já presidia às cerimônias religiosas, ante o santuário dos deuses pagãos do império romano. Não me digais ainda que estava na pessoa vulgar de Melquisedeque, oferecendo pão e vinho.

Todos êsses tipos sacerdotais eram apenas figura esmaecida do que Jesus criou! Mesmo porque para criar êsse ser extraordinário, para inventá-lo com suas características divinas, com sua profunda autenticidade, só Deus o poderia fazer, colocando-lhe nos lábios as palavras dos seus próprios lábios, no seu coração o seu próprio amor universal e verdadeiro e pondo-lhe nas mãos os poderes incriveis que tocam, ao mesmo tempo, o céu e a terra, e podem até tomar a sua divina majestade, cobri-la com um velário branco das aparências do trigo e colocá-la entre seus dedos pequenos e frágeis, sôbre os corporais imaculados do altar!

Essa concepção autêntica do sacerdócio impregnou a alma piedosa do Padre Epaminondas Nunes d’Avila e Silva.

Logo após as festas da ordenação sacerdotal, recebe dos lábios do admirável Bispo de Diamantina, Dom João Antônio dos

Santos a sua primeira nomeação: "Você, meu Padre, vai ser Vigário da sua mamãe, por enquanto. Ficaré no Serro". E o fizera coadjutor do Vigário do Serro, Padre José Maria dos Reis, sacerdote muito culto e notável orador.

Depois de dois anos de coadjutor, fôra nomeado Vigário da sua terra. No livro de Tombo da Paróquia encontra-se a ata: "Aos dois dias do mês de agosto do ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo mil oitocentos e noventa e seis, ocupando a cadeira de S. Pedro o glorioso Pontífice Leão XIII, sendo Bispo desta Diocese de Diamantina, o venerando e virtuosíssimo Prelado Exmo. Sr. D. João Antônio dos Santos, tomei posse desta fregresia de Nossa Senhora da Conceição do Serro-Frio, para a qual fui provisionado em o dia constante do documento infra, tendo sido meu antecessor o Rvdm. Vigário José Maria dos Reis então transferido para a Paróquia da Santa Maria de S. Felix, no Município de Peçanha.

Digne-se a augusta Virgem da Conceição, Excelsa Padroeira desta Paróquia, patrocinar-me a causa que repousa sob seu poderoso valimento. Residência paroquial de N. Senhora da Conceição do Serro-Frio, aos 2 de agosto de 1896. Vigário — Epaminondas Nunes d'Avila e Silva."

"A paróquia era a de um povo bom, modesto e piedoso. Famílias patriarcais, vida simples, terra de intelectuais e estudiosos. O amor à ciência e à arte é uma das tradições dos filhos do Serro, diz Mons. Ascanio Brandão, primeiro Biógrafo de Dom Epaminondas. O Vigário desempenha na Paróquia um trabalho maravilhoso, dizia Bougaud, na sua bela obra "Le Cristianisme et les temps présents": sob a ação do ministério divino, sob as ondas dessa vida que penetra até o mais profundo das almas, um fenômeno estupendo aparece.

Nas sociedades humanas as almas são justapostas. Aqui elas são unidas; penetram-se reciprocamente; constituem um organismo, semelhantes a êsses elementos que, colhidos por uma força interna e soberana, aderem uns aos outros e compõem um todo vivente". Assim na Paróquia. A seiva da graça penetra as almas pela ação sacerdotal do Vigário. Pelas suas pregações, pelas suas obras sociais, o P.^o Nondas, como o chamavam, conseguiu atrair quase todos os seus Paroquianos para a Igreja.

Nessa Igreja em que, como diz Yves Congar, no seu livro "Vaste Monde, na paroisse", se unem uma mediação ascendente ou representativa e uma mediação descendente ou sacerdotal. Para ambas ela é o lugar em que se realiza a aliança.

É nesta dúplici atividade que a Igreja atualiza a lógica bíblica das primícias. Vindo de Cristo e sendo composta de homens, leva sempre a totalidade de um para a totalidade de outro". (Trad. ital., 1963, págs. 38, 39). Ao deixar a Paróquia do Serro,

em 1909, quando foi nomeado Bispo de Taubaté, o Padre Epaminondas podia dizer: "Hoje Deus louvado, eu só conheço talvez apenas uma dúzia de homens, aqui no Serro, que não faz a sua Páscoa. Se tanto"...

O ilustre Arcebispo Dom Joaquim Silvério, figura extraordinária de Bispo e de notável intelectual, após a Visita Pastoral, exclamou: "zelus domus tue comedit te: "o zelo da casa de Deus te consumiu!"

Realizou, pois, o seu grande ideal sacerdotal como Cura de Almas.

O BISPO

Vivia angustiado pelas tristes contingências do mundo e aspirava recolher-se a uma ordem religiosa, onde na paz e na quietude da meditação mais se aprofundasse em Deus. Foi justamente, nessa oportunidade, que o Arcebispo de Diamantina o consultava, em nome do Santo Padre Pio X, se aceitaria a Diocese de Taubaté. Ele, porém, assombrado pelo pesado encargo, procurava fugir à imensa responsabilidade.

Diante dos inúmeros argumentos apresentados pelo eminente Prelado, acabou concluindo: "V. Excia. resolve e disponha de mim. Obedecerei. Seja o que Deus quiser! Pertencço à Igreja!"

Em 29 de abril de 1909, em Consistório, o Santo Padre Pio X o nomeia primeiro Bispo de Taubaté. O nôvo Bispo pediu a D. Joaquim Silvério que a sua sagração fôsse no Serro e que o próprio Dom Joaquim Silvério fôsse o sagrante. A sagração episcopal revestiu-se de um brilho invulgar.

Após a sagração, quando Dom Epaminondas recolheu-se aos seus aposentos, D.^a Maria Cândida, sua santa mãe, quis dizer-lhe uma palavra: "meu filho, hoje todo mundo está contente e feliz no Serro. Eu também, mas minha alegria é acompanhada de uma tristeza que não me deixa um instante e me faz sofrer". D. Epaminondas pergunta a razão. A resposta vem, emocionada: "Meu filho, a sua cruz é agora muito pesada. E também você bem sabe como será dolorosa para minha velhice esta separação... Você é tudo na minha vida. Oh! Mas seja feita a vontade de Deus! Você não me pertence. É de Nosso Senhor!"

Dom Epaminondas, homem de profunda sensibilidade, todo dia 8 de setembro, aniversário de sua sagração episcopal, dizia, emocionado: "Hoje me lembro com saudades de mamãe! Que humildade daquela Santa Criatura!"

Aos 21 de novembro de 1909, recebido festivamente pelo clero, autoridades e grande multidão de fiéis e do povo em geral, tomou posse da nova Diocese de Taubaté, proferindo a oração gratulatória o ilustre Missionário Apostólico Monsenhor Miguel Martins.

Dom Epaminondas sentia ressoar na sua alma de Pastor aquelas palavras de Lacordaire: "Ide e ensinai! Ide, não esprezeis a humanidade, mas caminhaí diante dela; ensinai, não com a filosofia que discute e demonstra, mas com a autoridade que se impõe e afirma; falai, não a um povo, a uma região, a um século, mas aos quatro ventos do céu e do futuro, mas até as extremidades mais recuadas do espaço e do tempo, e à medida que a ousadia ou felicidade do homem descobrirem terras novas, ide tão depressa quanto a sua coragem e a sua fortuna: preveni mesmo uma e outra, e que a doutrina de que sois arautos seja por tôda parte a primeira e a última! São apenas algumas palavras, mas nenhum homem as pronunciou antes.

Procurai onde quizerdes, jamais encontrareis essas três palavras: "ide, ensinai as nações!"

Por isso mesmo três ideais dominaram a vida episcopal de Dom Epaminondas — pregar a palavra de Deus, fundar o Seminário e fundar a Imprensa Diocesana. Pregar a palavra de Deus, "aquela palavra que vive, que se move, que está em Jerusalém, em Antióquia, em Corinto, em Éfeso, em Atenas, em Alexandria, em Roma, nas Gálias, do Danúbio ao Eufrates e além; essa palavra que foi mais longe que Crassus e os seus batalhões, mais longe que César; que se dirige aos Citas e aos Gregos; que não conhece estrangeiros; nem inimigos; essa palavra que não se vende e não se compra; que não tem temor, nem orgulho; essa palavra tão simples que diz: Só eu, só eu sou Verdade! São Paulo apareceu diante do Areópago, e espantado por seu anúncio, os investigadores seculares de novidades, criaram uma palavra para pintar a sua própria surpresa, palavra feliz que caracteriza o fenômeno cuja potência o universo começa a suspeitar:" que quer êsse semeador de palavras?

Os filósofos tinham visto dissertar, dividir, analisar, demonstrar, fazer fortuna e glória com a retórica e a filosofia, não tinham ainda visto semear a verdade no gênero humano como um grão eficaz que germina a seu tempo, e que não tem necessidade senão de sua própria natureza para florir e dar frutos (Lacordaire, 1844, 24.^a Conf.).

D. Epaminondas foi êsse semeador da Verdade do Evangelho, desde a sua primeira visita pastoral. E quando a enfermidade o prendeu no seu palácio, fêz do jornal a tribuna de sua pregação.

Nunca usou a sua palavra, na tribuna ou no jornal, senão para semear a Verdade do Evangelho. O segundo ideal do seu Episcopado foi, por isso mesmo, a imprensa diocesana.

Em 10 de janeiro de 1910, saía à luz da publicidade "O Lábaro", jornal da Diocese. O jornal era para o primeiro Bispo de Taubaté, como dizia Leão XIII sobre a boa imprensa — "uma questão de vida e de morte". Com meio século de distância do

Concílio Ecumênico Vaticano II, S. Excia. parecia ter lido o Decreto "Inter Merifica", onde se escreveu: "Entre as maravilhosas invenções da técnica que, sobretudo no nosso tempo, a inteligência humana, com o auxílio de Deus, despreendeu das coisas criadas, a santa mãe a Igreja com especial solicitude acolhe e promove aquelas que de preferência dizem respeito ao espírito do homem e abrem novos caminhos para a fácil comunicação de toda espécie de informação, idéias e ensinamentos.

Entre essas invenções sobressaem os meios que, por sua natureza, são capazes de atingir e movimentar não somente os indivíduos, toda a sociedade humana, como a imprensa, o cinema, o rádio, a televisão e as outras invenções deste gênero, que por isso mesmo podem ser chamadas: meios de comunicação social". E, através do jornal diocesano, a sua pena ilustre desentranhava belezas e desdobrava até as últimas conseqüências o Dogma Católico, fazendo resplandecer aquela afirmativa de Bougaud em "Le Cristianisme et les temps presentes:" Deus não semeou, na sua Igreja, verdades como pedras inertes em um campo; espécies de blocos arqueológicos, sobre os quais ela monta guarda. Se as verdades legadas à Igreja tivessem esse característico da inércia e da imobilidade, talvez Ela não necessitasse do privilégio da infalibilidade para dividir fragmentos desses blocos inalteráveis aos homens. Mas se essas verdades tivessem esse característico, acabariam por desinteressar as criaturas humanas que buscam a fecundidade e a novidade. Deus, que conhece os homens, procede doutra forma. Semeou a verdade na sua Igreja como germes vivos que se devem expandir, como sementes de uma riqueza infinita, que devem, pouco a pouco, fecundar a terra, entreabrir-se, desenvolver suas folhas, suas flôres e seus frutos.

E a quem Ele Entregou esse magnífico trabalho de cultivar a verdade, de fazer frutificar? Ao espírito humano.

Deu-lhe, por garantia, a infalibilidade. A grande beleza do depósito divino está nesse desenvolvimento doutrinário, nesse progresso realizado pelo espírito humano sob a direção infalível da Igreja de Deus.

Eis por que o homem entra na Igreja, não como passivo, inerte, mas ativo, porque é encarregado, para, Bispo, sacerdote, fiel, de estudar os dogmas, de os desenvolver, de tirar deles conseqüências, de fazer a sua aplicação a todas as ordens possíveis.

Eis por que o Evangelho lhe foi confiado, não como um germe sepultado em um túmulo, mas como alguma coisa donde ela tira tudo o que encerra de inefavelmente belo, de inefavelmente bom e verdadeiro.

Foi por isso que Jesus disse à Igreja: "ide e ensinai todas as nações. Eu estarei convosco, todos os dias, até a consumação dos séculos." (Bougaud, L'Eglise, págs. 77-78).

Dom Epaminondas, através da imprensa diocesana, foi o doutrinador incansável do seu rebanho. "O Lábaro" levava anônimamente as contínuas e maravilhosas lições do Pastor admirável.

Após a Imprensa Diocesana, o grande Bispo de Taubaté fundou o Seminário Diocesano, a 20 de fevereiro de 1910.

O jornal "O Lábaro", publicava, no seu número 13 de março de 1910, a seguinte notícia: "Seminário Menor da Diocese de Taubaté — "Como estava determinado e foi anunciado por esta fôlha, inaugurou-se, solenemente, no dia 20 do mês próximo findo, o Seminário Menor de Taubaté, fato êste importantíssimo e que marca o início de uma era do progresso científico e moral para a nossa jovem e esperançosa Diocese, que, sendo a última dentre as suas co-irmãs em ser provida, teve a ventura de ser a primeira na fundação da grandiosa obra, a que se prendem suas melhores esperanças. O fato revestiu-se de tôda grandiosidade cristã.

Às 8 horas da manhã deu-se princípio à solene Missa cantada pelo Exmo. Mons. Nascimento Castro, na Capela do Convento de Santa Clara, que estava repleta de fiéis de tôdas as classes, assistindo ao ato acolitado pelo Exmo. Mons. João Alves e P.^o José Coelho, o Exmo. Sr. Bispo Diocesano. Terminada a Missa, o Exmo. Sr. Dom Epaminondas proferiu uma alocução análoga ao ato, salientando a importância do Seminário, como obra capital de uma diocese, e patenteou a sua gratidão para com todos que o auxiliaram na fundação do mesmo, felicitando aos taubateanos pelo grande melhoramento e rendendo a Deus as mais ferventes ações de graças, por lhe ter concedido a consolação de ver realizada, em tão curto espaço de tempo, a mais importante das obras diocesanas."

Foi êsse Seminário que, na comemoração das Bodas de Prata episcopais de Dom Epaminondas, lhe oferecia o presente de 80 sacerdotes quase todos moços, ocupando cargos de grande responsabilidade na Diocese.

SUA FIGURA HUMANA E SAGRADA

As personalidades invulgares se destacam pelos relevos marcantes de suas qualidades excepcionais.

Em Dom Epaminondas, a primeira qualidade que aureolava de um estranho fascínio a sua pessoa era a bondade.

Quando se tem um coração delicado é certamente nêle que se vive: não é em um "si mesmo" egoísta que vive, mas num transbordamento sereno e tranqüilo que alcança os outros harmoniosamente.

O desbordamento agitado e rumoroso traduz antes um estuar de paixão que é um sentimento em sua profunda e equilibrada estabilidade.

Sem essa estabilidade afetiva, o coração não alcançará a plenitude do domínio da virtude. Cercado de seres que, em graus diferentes, trazem a impressão do bem, o coração prova nuances nos atrativos que o inclinam para êles, nuances simpáticas cuja ordem não depende unicamente da bondade comparada dos seres mas também das suas secretas semelhanças conosco. Dificilmente o homem, nas suas afeições mais puras e mais ardentes, deixa de ceder à fascinação das qualidades que exornam as pessoas e as coisas.

Para alcançar um equilíbrio afetivo, de tal forma que a expressão de bondade se derrame na mesma intensidade para todos que nos rodeiam faz-se mister uma posse imperturbável de nós mesmos.

Em Dom Epaminondas, porém, essa bondade adquiria, de modo impressionante, um colorido especial — o colorido do amor.

Era uma bondade aquecedora. O seu móvel não era apenas o dever impôsto pela missão de Pastor, mas o amor sacerdotal transbordante. Era a concretização viva e palpitante daquelas palavras de Lacordaire: “acima do dever, se possível, ou ao menos num lugar não menos profundo e sagrado, jaz um outro móvel de nossas ações: é o amor.

Nós vamos, porque amamos; sofremos porque vivemos; morremos porque amamos. O amor guia os nossos atos, mais ardentes, e se algumas vezes não nos sentimos capazes de tudo, se, impulsionando a vida e a morte diante de nós com uma força quase sacrilega, nós nos acreditamos algumas vezes já na energia da imortalidade, o amor seguramente, é o amor que nos persuade e nos arrebatava” (Conf. 47.^a de Notre Dame).

Para com seus Seminaristas e Sacerdotes tinha êsse transbordamento de bondade iluminado pelo amor que não se exauria nunca, estendendo-se a todos que o procuravam.

Em seus lábios de Pastor o mandamento do amor ao próximo não era apenas uma ressonância bíblica mas a mais viva e concreta das realidades. Nenhuma palavra mais rica que esta: eu vos amo.

De fato, se eu digo a um homem: eu vos estimo, não lhe posso dizer outra coisa? Sim, porque eu posso lhe dizer, sem dificuldade: eu vos admiro. Se digo a um homem: eu vos admiro, não lhe posso dizer outra coisa ainda? Sim, pois posso lhe dizer: eu vos venero. Se digo a um homem: eu vos venero, não posso dizer-lhe outra coisa ainda? Porventura esgotei tôda a expressão humana? Não, eu tenho ainda uma coisa a dizer, uma só, a última de tôdas; eu posso lhe dizer: eu vos amo.

Dez mil palavras precedem esta, mas nenhuma outra vem depois em língua alguma, e, quando a dizemos uma vez a um homem, não há mais recurso senão repeti-la sempre. Os lábios

do homem não vão mais longe, porque o coração não vai além. (4.^a Conf. de Toulouse).

Deus quis que nenhum bem se fizesse ao homem sem amá-lo. Essa foi a bondade de Dom Epaminondas. E confirmação disso se viu no pranto copioso dos seus sacerdotes e do seu povo inteiro, quando o anjo da morte derramou sobre êle a poeira da imobilidade.

A SUA CULTURA

Conseqüência dessa bondade e dêsse amor aos seus sacerdotes e ao povo era, sem dúvida, a sua cultura. Nunca procurou a cultura por mera curiosidade ou satisfação de sua bela inteligência.

Embora o ato seja a perfeição da potência e a verdade seja perfeição da inteligência, por isso mesmo, a sua paz, a sua beatitude e o seu êxtase, a sua vigorosa inteligência penetrando nas luzes dêsse reino misterioso, tinha como suprema finalidade esclarecer as almas e levá-las para Deus.

Certamente, porque quando amamos queremos salvar a alma do próximo, isto é, dar-lhe, mesmo com o preço da nossa própria vida, “a verdade na fé; a virtude na graça, a paz na redenção, Deus enfim, Deus conhecido, amado, servido.

Está aí o amor das almas que se ajunta a todos os outros, e que, longe de os destruir, os exalta e os transfigura até torná-los divinos. Era admirável, em Dom Epaminondas, a sua cultura bíblica.

Pois dificilmente em todo o país se encontraria um homem tão versado na Sagrada Escritura como êle foi, conservando, de memória, inumeráveis textos, a ponto de citar, em uma palestra com pessoas cultas, em um retalho de tempo, dezenas de fragmentos escriturísticos adaptados aos mais variados assuntos e às mais diversas circunstâncias.

A mim mesmo me ocorre um episódio que jamais esqueci.

Sua Excia. procurava atrair para a Igreja um homem ilustre e culto. A certa altura, porém, o ilustre personagem exclamou: “não posso converter-me, Excia., pois seria contra a Escritura que diz: “stultus mutatur sicut luna!” — “É o estulto que se muda como a lua”. O sr. Bispo, com doçura, lhe retruca: “mas o sr. se esqueceu de outro texto que diz: “Sapientis est mutare consilium” — “É próprio do sábio mudar de opinião”.

O FIDALGO

Tôdas essas qualidades que o exornavam de uma maneira encantadora vibravam harmoniosamente em fundo precioso de fidalgia humana. Nêle se encarnava a fidalguia da Ação.

No seu Sermão da Terceira Dominga do Advento, escreveu o grande Padre Vieira: "Muito tempo há que tenho dois escândalos contra a nossa gramática portuguesa nos vocábulos do nobiliário.

A fidalguia chamam-lhe qualidade, e chamam-lhe sangue.

A qualidade é um dos dez predicamentos a que reduziram tôdas as coisas os filósofos. O sangue é um dos quatro humores de que se compõe o temperamento do corpo humano. Digo, pois, que a chamada fidalguia não é somente sangue, mas é de todos os dez predicamentos e de todos os quatro humores. Há fidalguia que é sangue, e por isso há tantos sanguinolentos; há fidalguia, que é melancolia, e por isso há tantos descontentes; há fidalguia, que é cólera, e por isso há tantos mal sofridos e insofríveis; e há fidalguia, que é fleugma, e por isso há tantos que prestam para tão pouco. De maneira que os que adoecem de fidalguia, não só lhes fica a enfermidade no sangue, senão em todos os quatro humores. O mesmo se passa nos quatro predicamentos. Há fidalguia, que é substância, porque alguns não têm mais substância que a sua fidalguia; há fidalguia, que é quantidade: são fidalgos porque têm muito do seu; há fidalguia que é qualidade, pois muitos, não se pode negar, são muito qualificados; há fidalguia, que é relação; são fidalgos por certos respeitos; há fidalguia que é paixão; são apaixonados de fidalguia; há fidalguia que é ubi: são fidalgos porque ocupam lugares; há fidalguia que é hábito; são fidalgos porque andam bem vestidos; há fidalguia, que é duração; fidalgos por antiguidade.

E qual destas é a verdadeira fidalguia?

Nenhuma. A verdadeira fidalguia é ação. Ao predicamento da ação é que pertence a verdadeira fidalguia.

Disse o grande fundador de Lisboa: "as ações generosas, e não os pais ilustres, são os que fazem fidalgos". A vida admirável de Dom Epaminondas é plena e riquíssima dessas ações generosas que cada um dos seus sacerdotes, formados pela sua inteligência, pelo seu carinho e exemplo, pode enumerar numa série interminável.

A MORTE

"Conheceis vós um nome, uma idéia, uma realidade, que seja ao mesmo tempo a mais alta manifestação da justiça que fere, do amor que perdoa, da liberdade que consente na justiça e nela adora o amor?

Levantai os olhos para o céu, e entre todos êsses astros que o iluminam, procurai se há um que vos revele o segrêdo de vossa salvação, que vos nomeie a coisa que Deus podia fazer e que devia tudo purificar, tudo regenerar, tudo atrair a si.

Oh! eu sei, eu hesito em vô-la dizer, tanto ela é profunda e vulgar, tantas vêzes a vistes sem compreender!

Essa coisa soberana, incomparável, a mais bela que Deus fêz, a redentora do mundo, que é, ao mesmo tempo, o gládio da justiça, o sorriso do amor e a escolha de um coração livre... Curvai a cabeça e saudai-a: é a morte! (Lacord. Conf. 66.^a de Notre Dame, 1850)."

Na Rua Lúcio de Mendonça, uma casa modesta foi o cenário em que a morte viria colhêr a D. Epaminondas.

As primeiras horas de sábado, 29 de junho de 1935, após a Santa Missa, celebrada no seu humilde aposento pelo Revmo. P.^e Florêncio Luiz Rodrigues, Chanceler do Bispado, confortado pelos Sacramentos da Igreja e rodeado de oito sacerdotes amigos e devotados, entre os quais, o humilde orador que vos fala, faleceu Dom Epaminondas Nunes d'Avila e Silva.

Uma cena comovedora de orações e de lágrimas.

O seu sepultamento se realizou na Catedral de Taubaté.

Assim o descreveu o biógrafo de Dom Epaminondas: "a Catedral, logo às primeiras horas da manhã, estava cheia. O desfile, diante do esquife, parecia interminável.

Registram-se cenas tocantes. A maioria do povo procurava tocar qualquer objeto de piedade, uma simples flor, aos lábios ou ao anel do Santo Bispo... As cerimônias do ritual comoviam e prendiam a atenção dos fiéis. A nave do altar-mor estava cheia de sacerdotes da Diocese, de São Paulo, de outros Estados.

Terminada a Missa, procedeu-se a encomendação, e sob a geral consternação do povo, sepultava-se, no velho templo, o corpo sagrado daquele santo Bispo que fôra o inolvidável Dom Epaminondas.

Mons. Nascimento Castro tentou dizer algumas palavras, mas não o conseguiu, devido ao seu estado de comoção. Padre Moraes Júnior disse o Adeus do Clero. Palavras entrecortadas de soluços!

O féretro baixou ao túmulo.

Enquanto o homem vive, a modéstia deve guardar seus atos, e a própria amizade deve ser contida pelo pudor; mas a morte tem essa coisa admirável: ela dá à lembrança como ao julgamento tôda a sua liberdade, arrebatando aquêles que ela fere ao duplo escolho da fragilidade e da inveja".

* * *

Ainda na minha juventude, ouvi, à beira do túmulo de um sacerdote ilustre, um notável orador exclamar: "se as saudades que se deixam neste mundo são bênçãos nas mãos de Deus,

bem-aventurado és tu!” É essa bem-aventurança que a Escritura sagrada estereotipou naquele versículo: “Beatus vir cujus memoria in benedictione erit” — Bem-aventurado o homem cuja memória será abençoada! Abençoada como uma ressonância luminosa sôbre o tempo e sôbre a história!

Por isso Bem-aventurado seja Dom Epaminondas Nunes d’Avila e Silva!

(Oração no Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo)

DOM DUARTE LEOPOLDO E SILVA

Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo

(Continuação e conclusão)

1. D. Duarte foi nomeado Arcebispo. A criação das dioceses mostrou que “os frutos dêsse gesto sublime de desprendimento são patentes aos olhos de todos que vêm acompanhando os surtos da vida católica, em todo o Estado paulista, e o reflorescimento do espírito cristão, em tôdas as manifestações das atividades sociais. Basta lembrar que as duzentas e poucas paróquias de então, são hoje cêrca de mil.

“Despojou-se a si mesmo — disse, sorrindo, o Santo Padre Pio X a D. Duarte; é preciso elevá-lo”. E o promoveu à dignidade de Arcebispo, por decreto de 7 de junho de 1908, e que foi pôsto à execução pelo Núncio Apostólico, D. Alexandre Bavona, a 18 de setembro do mesmo ano.

Dividida a diocese e revestido do Pálio Arquiepiscopal, deu início D. Duarte ao desdobramento de uma atividade tão intensa e complexa, tão inteligente e constante, que abrangeu, conjuntamente, todos os setores importantíssimos de uma vasta administração eclesiástica”, ⁽¹⁹⁾ repartida em vários centros regionais independentes.

Em 1910 D. Duarte visitou tôdas as igrejas matrizes da Arquidiocese, tendo, desde o ano anterior, feito inspeção às associações e irmandades o Cônego Sebastião Leme.

Na Capital paulista se reuniu ainda a IV Conferência do Episcopado Sul, de 25 de setembro a 8 de outubro de 1910. As solenidades e as sessões foram efetuadas no Santuário do Coração de Maria.

Em 25 de setembro celebrou o sr. Cardeal a Missa inaugural do Espírito Santo e, às doze horas, houve a primeira reunião, cujos trabalhos sofreram ligeira interrupção para que o Episcopado recebesse, às quatorze horas, a visita oficial do dr. Albuquerque Lins, presidente do Estado. No dia imediato, os Arcebispos e Bispos estiveram no Palácio dos Campos Elíseos, retribuindo a visita do Presidente de São Paulo.

19) D. Frei Luís Maria de Santana — «Oração Fúnebre de D. Duarte», pág. 11.

Nessa conferência tomaram parte os seguintes prelados: D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro; D. Silvério Gomes Pimenta, Arcebispo de Mariana; D. Duarte Leopoldo e Silva, Arcebispo de S. Paulo; D. Cláudio Ponce de Leão, Arcebispo de Pôrto Alegre; D. Joaquim Silvério de Souza, Bispo de Diamantina; D. José Marcondes Homem de Melo, Arcebispo-Bispo de São Carlos; D. João Nery, Bispo de Campinas; D. Eduardo Duarte Silva, Bispo de Uberaba; D. Fernando de Sousa Monteiro, Bispo de Vitória; D. João Braga, Bispo de Curitiba; D. Antônio de Assis, Bispo de Pouso Alegre; D. Epaminondas Nunes de Ávila e Silva, Bispo de Taubaté; D. Alberto Gonçalves, Bispo de Ribeirão Prêto; D. João Becker, Bispo de Florianópolis; D. Prudêncio Gomes da Silva, Bispo de Goiás; D. Agostinho F. Benassi, Bispo de Niterói; D. Lúcio Antunes de Sousa, Bispo de Botucatu e D. João de Almeida Ferrão, Bispo de Campanha. Faltou apenas D. Carlos Luís d'Amour, Arcebispo de Cuiabá, que, chegando ao Rio de Janeiro, adoeceu e não pôde comparecer".⁽²⁰⁾

O que Monsenhor Manuel Barbosa não diz é que fizeram um livro de perto de seiscentas páginas para esquema das resoluções e estatutos da IV Conferência dos Bispos das Províncias Eclesiásticas de São Sebastião do Rio de Janeiro, Mariana e São Paulo, com 1.187 artigos e apêndice enorme de cerimônias, devoções, com um capítulo: "Atos do Governo Metropolitano de S. Paulo", com certeza para amostra. Falavam em escolas parquiais, Universidade Católica, de urgente necessidade, de ação social, etc.

Lembravam a entrega do prédio inacabado de Aparecida aos **Padres Sulpicianos**; poupariam as dioceses os Padres seculares para o serviço essencial da cura de almas e os Padres formados pelos Sulpicianos seriam verdadeiros ministros. Na Europa não havia educadores melhores. À margem de um dos livros, está escrito a lápis com letra de D. Alberto José Gonçalves, Bispo de Ribeirão Prêto: "NÃO — a educação do clero deve ser nacional" e os Sulpicianos não vieram; foi pena e grande.

Os boletins eclesiásticos dessa época e de outras trazem o movimento da Arquidiocese com minúcias, inclusive artigos doutrinários e importantes circulares.

O Vigário Geral era Monsenhor Dr. Francisco de Paula Rodrigues, porém, o Pró-Vigário Geral de D. Duarte fôra nomeado Bispo auxiliar do Rio de Janeiro e sagrado em Roma a 4 de junho de 1911. Era o ilustre D. Sebastião Leme da Silveira Cintra, que tanto se agigantara em São Paulo na reação dos católicos contra a infame calúnia lançada ao piedoso P.^o Faustino Consoni no célebre "caso Idalina" tão malévola e urdido pela

20) Pe. Manuel Barbosa — «A Igreja no Brasil», pág. 253.

"A Lanterna". Este, além dêsse episódio calunioso, trazia escritos anti-clericaes de baixo calão, que fizeram sofrer muito o Arcebispo Metropolitano e todo o seu clero de São Paulo, atacados no que mantinham com mais interêsse na sagrada virtude clerical. O **Parafuso**, posterior, não ficava atrás nas infâmias.

Por isso mesmo, ainda em 1911, D. Duarte promoveu missões nas paróquias pelos Padres Jesuítas e Padres do Coração de Maria. Os primeiros em Campo Largo, Atibaia, Nazaré, Bragança e Curalinho. Os segundos em Santo Amaro, Ó, São Bernardo, Santos, São Vicente, Conceição de Itanhaém, Mogi das Cruzes e Guararema.

D. Duarte, nesse tempo, promovia as visitas pastorais nas paróquias da Capital, acompanhado pelo P.^e Joaquim Antônio do Canto e clérigo Luís Miêlé.

A **Ordem Terceira de São Francisco da Capital** fôra interdita, porém, a 26 de julho de 1911, D. Duarte facultou aos confesores absolverem os arrependidos da rebelião.

O jornal "Bênção Divina" surgiu em Aparecida; não era aprovado, nem merecia apoio dos católicos.

D. Duarte, P.^e Péricles Barbosa e Dr. Adolfo Pinto saíram juntos a convidar os que fariam parte da comissão para a Catedral Nova (7 de janeiro de 1912).

Cônego Higino trouxe da Itália o P.^e Ettore Dehó, para pregar quaesmais no Brás, com grande successo.

Ao ausentar-se para a Europa, D. Duarte nomeou Governadores do Arcebispado: Mons. Dr. Francisco de Paula Rodrigues, Mons. Benedito Alves de Souza, Mons. Esequias Galvão da Fonseca e Mons. João Evangelista Pereira Barros (15 de maio de 1912). Voltou tão sòmente a 2 de novembro. Longo período, aproveitado em excursões ilustrativas nos lugares pitorescos e famosos do Velho Mundo.

O jubileu universal foi executado em São Paulo com visitas marcadas por D. Duarte às igrejas: Convento do Carmo (Sé provisória), Boa Morte (Curato da Sé) e Santa Teresa.

* * *

2. A Catedral nova deveria ser edificada e porque não?

"A 25 de janeiro de 1912, o Arcebispo de São Paulo convocava para se reunirem, no Palácio de São Luís, representantes das mais notáveis famílias paulistas, a fim de dar-lhes conhecimento do seu grandioso projeto. Ficou organizada a Comissão Executiva que deveria dirigir as obras e promover os recursos necessários para realização do grande cometimento. Pensamos que esta Comissão ficou constituída com os mesmos componentes que ainda muitos anos a fio a integraram, nomes respeitabilis-

simos e de grande prestígio social: Dr. Adolfo Augusto Pinto, engenheiro; Dr. Francisco Morato, lente da Faculdade de Direito; Conde de Lara, Dr. José Carlos de Macedo Soares, Barão do Amaral, Bento José de Carvalho e Erasmo Teixeira de Assunção. **Diretório:** Presidente, Conde de Prates; vice-presidente, Dr. Gabriel Dias da Silva; 1.º secretário, Dr. Adolfo Augusto Pinto; 2.º secretário, Dr. João Antônio de Oliveira César; 1.º tesoureiro, Conde de Lara e 2.º tesoureiro, Comendador Leôncio do Amaral Gurgel.

Assim falou o Arcebispo, em 1912, na célebre reunião:

“Se os templos se edificam mais para os homens do que para Deus, que colocado no santuário da sua inesgotável riqueza, nada reclama da nossa abundância, nós católicos e paulistas, queremos uma catedral que seja uma escola de arte e um estímulo a pensamentos mais nobres e mais elevados, queremos uma catedral opulenta, que, testemunhando a fartura dos nossos recursos materiais, seja também um hino de ação de graças a Deus Nosso Senhor.

Saibam os paulistas de amanhã que a fibra do bandeirante, lutador e intemorato nas asperezas da selva, não se enfraqueceu nos confortos da vida moderna, como não se entibiou a sua fé nos esplendores da ciência e da civilização.

Por uma lei histórica e fatal, São Paulo há de caminhar na vanguarda sempre, tem a cumprir uma grande missão política e social, e a sua hegemonia, civil e religiosa, já não pode ser contestada.

Pois bem, o monumento artístico e religioso, que breve se há de erguer na colina do venerando Padre Anchieta, há de ser o sêlo dessa imensa e poderosa grandeza, e eu me ponho à frente dêsse tentamen com todo o calor da minha fé cristã e com todo o entusiasmo de minha alma paulista”.

A 29 de junho de 1913, foi lançada a pedra fundamental do soberbo monumento de arte, o qual, lamentavelmente, os paulistas ainda não possuíam em tôda a sua magnificência e esplêndida beleza.

Dessa solenidade, que fale quem dela foi testemunha e não nós que, ao tempo, nos achávamos longe de São Paulo. Dr. Adolfo Pinto assim narrou a cerimônia:

“Solene e revestido de tôda a pompa da liturgia católica foi o ato de lançamento da primeira pedra da nova catedral pelo Exmo. e Revmo. D. Duarte Leopoldo e Silva, Arcebispo Metropolitano, cerimônia realizada segundo as prescrições do Pontifical Romano, achando-se presentes o cabido, o clero regular e secular da cidade, o reitor e os professôres e alunos do Seminário Provincial, membros do Govêrno do Estado, da Magistratura, Câmara Municipal, Comissão Executiva das obras e grande massa popular.

Proferiu brilhante sermão alusivo ao faustoso acontecimento D. Sebastião Leme da Silveira Cintra, Bispo de Orthosia e Auxiliar do Arcebispado do Rio de Janeiro, o qual, dois anos antes, havia sido Cônego da Catedral de São Paulo e Pró-Vigário Geral e do Arcebispado, tendo concluído a sua oração com estas belas palavras: "Teodoro Roosevelt, um estadista e um insuspeito, porque não é católico, disse que "o progresso de uma nação se fundava no respeito à lei, e para o respeito à lei só via ensinamentos de eficácia na religião católica, que reprime e condena os ímpetos do crime e da libertinagem.

"O respeito à lei está nos sagrados influxos da justiça, êsses sagrados influxos da justiça estão no Evangelho, e o Evangelho, tal qual saiu dos lábios de Cristo, está na religião católica.

Concluindo, senhores, eu vos digo que já me parece ver nos horizontes do futuro resplandecer essa aureola que os pósteros hão de coroar os propulsores, os beneméritos fundadores da Catedral de São Paulo".⁽²¹⁾

Após o início, a catedral devia subir, embora vagarosamente.

"Naquela época vivia e lecionava em São Paulo o arquiteto Maximiliano Hell e, praticamente, só êle pôde ser indicado e aceito, porque não existiam outros. Dizemos logo que a sua presença "in loco" constituiu uma grande vantagem. Que o seu projeto fôsse criação inspirada no estilo da idade média européia, não constitui culpa que lhe possa ser imputada. Não era, talvez, aquêlo o tempo em que as próprias cidades européias, para fazer frente às necessidades imperiosas do urbanismo, espantosamente dilatando-se e alterando-se substancialmente foram vítimas também daquela terrível doença estética que tomou o nome de Eclectismo?

Não era êsse o tempo em que os arquitetos do mundo todo se esforçavam por construir casas e vilas segundo os desenhos dos castelos medievais e das grandes vilas da renascença? Na Itália, na França, na Alemanha, mas sobretudo na Inglaterra, não se construíam então igrejas e até capelas funerárias com a premeditada pretensão de imitar as grandes catedrais românicas e góticas?

De outra parte, o romanticismo, que durante decênios tinha impedido o espontâneo fluir e o conseqüente desenvolvimento da tradição artística, tentava, por todos os meios, valendo-se de artifícios incapazes, a sua externa defesa. Por isso, não é para admirar se um homem como Hell, vivendo mais de dez mil quilômetros longe da velha Europa, que naquele tempo tinha em suas mãos e sem oposição tôda a iniciativa artística, não fizesse outra coisa senão seguir a corrente comum!

21) «Esbôço Biográfico de D. Duarte», pág. 148 e seguintes.

A catedral surgiu, portanto, em estilo gótico e de gótico foi uma criação correta na forma e monumental em suas proporções".⁽²²⁾ A cúpula, em **estilo gótico**, é uma inovação completamente brasileira.

"A 5 de julho de 1913, já se iniciavam as obras com um fundo de contribuições que excedia de dois mil contos, contribuições que, mais tarde, se elevaram com o concurso que trouxeram à grande e benemérita obra o Governo do Estado e a Municipalidade que, ambos, compreenderam perfeitamente que não era um credo religioso que se ia dotar de um vasto e artístico templo, mas sim também a capital e o Estado de São Paulo, que iam ao mundo apresentar um notável monumento de arte e atestado da grandeza na sua prosperidade invejável.

Cinco anos decorreram em trabalhos colossais, que absorveram todos os recursos disponíveis. O gigante de granito ia já exibindo a sua atlética e artística estrutura. A monumental porta principal atraía a admiração de quantos, doutos na matéria, a contemplavam no seu esmerado trabalho de escultura e de arabescos, que se confundiam num conjunto de beleza, exibindo ramos das espécies vegetais e os frutos que fazem a nossa grandeza no silencioso trabalho de elaboração contínua sob as mãos de Deus, que abençoa o solo paulista e faz doce o seu clima e afasta os meteoros e os cataclismas que, numa hora, dar-lhes-iam a morte e que são o desespero de tantos outros países.

E no seio do colosso, nos seus subterrâneos, estavam concludidos o seu coração e os seus pulmões, de rara e comovente beleza: a sua monumental cripta e os seus orgivos, aquela sob a capela-mór e êstes sob as tórres góticas, que ainda não foram ao céu buscar o oxigênio que há de fazer arfar o peito e dar ritmo àquele coração magoado que ali está a pulsar no subsolo".

As tórres estão agora em final acabamentoo.

— IV —

GRANDES ATIVIDADES — 1914 a 1931

1. Algumas Efemérides

O ano de 1914 fôra, todavia, de maior atividade.

A 1.º de janeiro D. Duarte estava em Santos; não haveria a recepção costumada para os votos do clero e dos fiéis aos **Bons Anos** tradicionais. Dia 5, porém, já estava D. Duarte em São Paulo. Veio acompanhado do Cônego Dr. Joaquim Rodrigues de Oliveira, secretário geral do Arcebispado cujo "Anuário" foi elogiado pelo "Correio Paulistano".

22) «Guia da Catedral Metropolitana», págs. 11 e 12.

O jornal católico "Gazeta do Povo" conseguiu seu quinto aniversário de fundação, com alegria de D. Duarte, seu patrocinador.

Nessa época era secretário particular do Arcebispo o P.^o Arquibaldo Ribeiro, que o representava nas solenidades em que êle não podia comparecer pessoalmente. Padre Arquibaldo depois dirigiu o "Boletim Eclesiástico". Mons. Agnelo de Moraes era o fiel administrador-da confiança de D. Duarte, tanto para os bens da Cúria Metropolitana como a seguir os do Seminário Maior da Arquidiocese.

A 4 de fevereiro de 1914, D. Duarte criou muitas paróquias: Santo Antônio da Barra Funda, Santo Antônio do Pari, São Januário da Moóca, São Geraldo das Perdizes, Nossa Senhora de Montesserrate de Pinheiros e Nossa Senhora Auxiliadora do Bom Retiro.

Chegou neste ínterim, e se apresentou a D. Duarte, com o Cônego Higino de Campos, o grande pregador italiano, o eloqüentíssimo franciscano **Frei Teodósio Somigli di San Detole**, que encantou as quaresmas da paróquia do Brás.

P.^o Teófilo Lavignani, S.J., pregou o retiro aos seminaristas que compareciam aos ofícios da Catedral provisória, então Santa Ifigênia para a Semana Santa, cujos ofícios D. Duarte assistia religiosamente. Após o retiro D. Duarte benzia as batinas aos novos alunos do Seminário.

Nesse ano, convocou os bispos sufragâneos para conferência. Vieram: D. João Batista Correia Nery, D. Alberto José Gonçalves, D. Lúcio Antunes de Souza e D. José Homem de Melo. D. Epaminondas Nunes de Ávila não comparecia a êstes encontros. Foi quando chegou D. Lourenço Zeller, Abade de Seckau, em visita canônica aos beneditinos. Entendeu-se, naturalmente, com o Arcebispo, comunicando-lhe seu cargo de visitador oficial e tomando as primeiras informações indispensáveis.

Levou de D. Duarte a convicção que era um grande Arcebispo, um dos maiores da Igreja Católica daquela época.

D. Joaquim Domingues de Oliveira deixou o cargo de secretário geral do Arcebispado, por ter sido nomeado Bispo de Florianópolis, onde está até hoje trabalhando na direção arquidiocesana. Iria a Roma com D. Duarte, que se preparava para a **visita ad limina**, obrigatória.

Foram nomeados Governadores do Bispado: Mons. Dr. Francisco de Paula Rodrigues, Mons. Dr. Benedito Alves de Souza, Mons. Eséquias Galvão da Fontoura e Mons. Dr. João Evangelista Pereira Barros.

D. Duarte removeu o P.^o Maximiano Leite de Reitor do Seminário para Vigário de Santos. Não aceitou o cargo e foi residir no Rio de Janeiro. Ficou como Reitor o Pe. Alberto Teixeira Pequeno. Deixou outrossim o magistério no Seminário o P.^o João

Gualberto do Amaral, o mais visado por D. Duarte na remodelação diretiva do Seminário Maior. Sabia D. Duarte que afastando o P.^e Maximiano do Seminário, estava certo da retirada do P.^e Gualberto. Assim foi.

Assumi a secretaria do Arcebispado Cônego João Batista Martins Ladeira, nomeado pelo Arcebispo que, a bordo do "Araguaia", seguiu para a Europa, acompanhado do Cônego Felisberto Marcondes Pedrosa, D. Alberto José Gonçalves e D. Joaquim Domingues de Oliveira, bispo eleito de Florianópolis.

D. Duarte tinha chegado a Roma quando se realizou em São Paulo o "Congresso da Confederação Católica", cujo programa a "Gazeta do Povo" publicou. D. Duarte aplaudiu a comissão pelo êxito alcançado no decorrer das sessões; fôra recebido pelo Papa Pio X, em Roma, quando D. Sebastião Leme encerrava, em São Paulo, o mês de Maria na Consolação.

Teve também repercussão as bodas de ouro sacerdotais de Mons. Dr. Francisco de Paula Rodrigues no Santuário do Coração de Jesus e no Mosteiro da Luz, onde o homenageado era capelão. D. Duarte o felicitou de Roma, por telegrama.

Após grande sucesso oratório seguiu para a Europa Frei San Detole (20 de julho). O Núncio Apostólico D. José Aversa, Arcebispo titular de Sardes, estêve na Aparecida com D. Antônio Malan, Bispo titular de Amiso e Prelado do Araguaia.

Um dia depois da chegada de D. Duarte a São Paulo, falecia em Roma o Papa Pio X, de saudosíssima memória (20 de agosto de 1914).

Foi eleito Papa o Cardeal Giacomo della Chiesa, tomando o nome de Bento XV. As exéquias pelo Papa falecido foram promovidas e presididas por D. Duarte. Oração fúnebre do Cônego Manfredo Leite, no São Bento.

D. Duarte dirigiu a romaria à Aparecida (7 e 8 de setembro), com grande concurso de romeiros, em vários trens da Central do Brasil. O edital do Arcebispo que a "Gazeta do Povo" publicou, apropriada oração pela paz, enquanto durasse a conflagração européia. O mesmo jornal reproduziu a admirável carta pastoral do Arcebispo sobre o Santíssimo Sacramento.

Os Bispos das províncias mericionais foram convocados para a reunião coletiva em Nova Friburgo (9 de janeiro de 1915).

De fato lá estiveram e elaboraram as "Constituições das Províncias Eclesiásticas Meridionais do Brasil". Segundo afirmava um Padre jesuíta português, no gênero, era a melhor diretiva que êle conhecia e mandava ler nos retiros que pregava ao clero, tal a sua importância na ordem prática clerical.

Dois Congressos encheram as efemérides de 1915: Congresso Eucarístico de São Paulo (3 a 6 de junho) e VII Congresso dos Cooperadores Salesianos realizado também em São Paulo (28, 29 e 30 de outubro).

Os dois elegeram D. Duarte para presidente de honra.

Ao encerrar-se o primeiro congresso, referiu-se D. Duarte que “em nove anos de convivência o Arcebispo de São Paulo teve muitas vêzes ocasião de orgulhar-se dos seus diocesanos, daqueles que Nosso Senhor lhe deu por filhos.

A primeira ocasião, em que o Arcebispo de São Paulo se sentiu agigantado, com os seus diocesanos, foi há quatro anos, quando o povo paulista se levantou em pêsô para levar pelas ruas da Capital um protesto de fé e de veneração àqueles eminentes preladôs, aqui reunidos em Congresso Episcopal. Êsse protesto foi preparado pela Confederação Católica, fundada por D. José de Camargo Barros, e auxiliado por Mons. Pereira Reimão, Vigário Geral honorário da Arquidiocese.

A segunda ocasião em que o Arcebispo de São Paulo se sente grande perante vós, é esta em que os seus diocesanos, unidos de alma e coração, num Congresso Eucarístico, levantaram-se em pêsô para honrar Jesus Cristo e para dizer — **Bendito e louvado seja a todo o momento o Santíssimo e Diviníssimo Sacramento**”.⁽²³⁾ Nesta época ou depois o pregador italiano Frei d’Hanover encarregou-se das quaresmais do Brás.

D. Duarte perdeu o seu mais profícuo colaborador, Mons. Dr. Francisco de Paula Rodrigues, falecido a 21 de junho de 1915, na residência, anexa ao Mosteiro da Luz. No ano seguinte, entretanto, um grande amigo de D. Duarte assumiu o cargo de Presidente do Estado (1.º de maio de 1916), Dr. Altino Arantes; comparecia às funções religiosas com o têrço nas mãos. Avisado por um franciscano que na parada militar de 7 de setembro seria assassinado, tomou as providências cabíveis à ameaça do atentado. D. Duarte compareceu à parada para absolver o presidente, caso se realizasse o crime dos socialistas. Felizmente, nada aconteceu.

Tomou posse como engenheiro da Catedral o Prof. Jorge Krug (7 de setembro de 1916).

No “Congresso da Mocidade” (15 de novembro de 1917), o Dr. Altino Arantes, no Teatro Municipal, defendeu a entrada do Brasil na guerra européia.

D. Duarte nomeou brasileiros para superiores das Ordens Religiosas masculinas e femininas, a fim de evitar conflitos de nacionalidades.

A 20 de dezembro de 1918, foram transportados para a linda cripta da Catedral, os restos mortais dos antigos Bispos da Diocese que jaziam no claustro do velho e já desaparecido Convento de Santa Teresa, que também ruiu ao sópro reformador do grande Arcebispo que, em seu lugar, dotou a cidade de monumentais palácios modernos e artísticos.

23) «Congresso Eucarístico de São Paulo», 1915, 327.

A 16 de janeiro de 1919, o Arcebispo D. Duarte Leopoldo e Silva inaugurava a cripta da Catedral, dando-lhe a bênção litúrgica e celebrando a primeira missa por alma de seus antecessores, todos ali repousando para sempre, em número de dez: D. Bernardo Rodrigues Nogueira (1745-1748), D. Frei Antônio da Madre de Deus Galvão (1750-1764), D. Manuel da Ressurreição (1771-1789), D. Mateus de Abreu Pereira (1795-1824), D. Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade (1827-1847), D. Antônio Joaquim de Melo (1851-1861), D. Sebastião Pinto do Rêgo (1861-1868), D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho (1872-1894), D. Antônio Cândido de Alvarenga (1898-1903) e D. José de Camargo Barros (1904-1906).

E desde então a cripta foi aberta ao culto público, sendo celebrado, todos os domingos, o santo sacrifício da Missa.

Mais tarde foram ali recolhidos os despojos de Tibiriçá e dos antigos paulistas e principalmente do P.^o Diogo Antônio Feijó, vulto inesquecível da nossa política.

O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo havia tomado a peito a descoberta dos despojos do venerando patriota, que se não sabia onde jaziam, já se tendo mesmo formado a quase convicção de que haviam desaparecido quando fôra revolido o subsolo da velha Sé, também sem resultado efetivo. Em São Francisco foi encontrado o seu túmulo.

A êste trabalho de pesquisas penosíssimas, logo se aliou o Arcebispo de São Paulo, que era membro proeminente neste precioso centro de estudos históricos e geográficos.

2. Mais Notícias

A Capital tinha 528.295 habitantes, sendo que 8.000 foram dizimados pela gripe de 1918. Nessa ocasião foram excepcionais os serviços da Liga Nacionalística, das associações religiosas e do Clero, chefiados diretamente por D. Duarte, elogiado depois pelo Papa Bento XV no ano seguinte. A respeito do que ainda faremos menção.

O armistício da guerra foi festivamente comemorado, em São Paulo (19 de novembro de 1918), apesar de várias greves de operários que iam surgindo e crescendo, bafejado por socialistas e comunistas já fermentando aos poucos na massa operária.

Mons. Dr. Emílio Teixeira foi o nôvo Vigário Geral, empossado a 9 de agosto de 1919, com grande solenidade.

D. Duarte foi visitar D. Sebastião Leme, então Arcebispo de Olinda e Recife. Ficou três longos meses no Norte do país (17 de agosto até 10 de outubro de 1919). A 9 de novembro de 1919 fundou-se a Liga do Professorado Católico e depois a Associação

das Mães Cristãs, sendo diretor o Mons. Dr. Emílio Teixeira, nomeado por D. Duarte.

Desde o fim do ano, havia campanha eleitoral; foi eleito presidente do Estado o Dr. Washington Luís Pereira de Souza, que seria o construtor de rodovias em vários pontos do Estado. Vice-presidente, Fernando Prestes.

D. Duarte mantinha-se na linha impecável educacional de correção arquiépiscopal, embora sem maiores aproximações, quando percebia não serem os governantes muitos afeitos à religião católica. Ofereceu, entretanto, banquete a Washington Luís, anos depois, quando fôra eleito Presidente da República.

A carta do Papa Bento XV, felicitando D. Duarte pelos trabalhos caridosos na gripe do ano anterior, tem a data de 24 de maio de 1919.

Assumiu o cargo de engenheiro da Catedral o Dr. Alexandre Albuquerque (13 de agosto de 1919); seu auxiliar era o Dr. Nicolau Henrique Longo.

Nesse mesmo ano, a 13 de novembro, o Núncio Apostólico D. Angelo Scapardini visitou oficialmente São Paulo, sendo recebido com as honras militares que lhe eram devidas. D. Duarte manifestou-se cortês e delicado com o representante da Santa Sé, que elogiou a Cúria Metropolitana, tanto em sua construção como especialmente em seu andamento futuro do pessoal interno. Após o banquete, oferecido pelo Presidente do Estado, Dr. Altino Arantes, partiu o Núncio dia 18 para o Mato Grosso.

O oitavo centenário da Ordem Premonstratense foi celebrado em Pirapora com a presença de D. Duarte, D. José Marcondes Homem de Melo, D. Miguel Kruse e D. Gummaro Crets, Vigário Geral da Ordem Premonstratense e Abade de Averbode, na Bélgica. Houve três Missas pontificiais. As festas perduraram 16, 17, 18 e 19 de agosto. Depois, a 11 de janeiro de 1920, faleceu o Reitor Cônego Vicente Van Tongel, sendo substituído no Seminário Menor pelo Cônego Alderico Lambrechts, com anuência de D. Duarte, que instituiu o dia da "Boa Imprensa", a ser celebrado cada dia 2 de fevereiro.

Nesta época chegou outra visita: o Bispo de Fortaleza, D. Manuel da Silva Gomes, que veio pedir esmolas para os flagelados; servia-se do P.^o Joaquim Antônio Tabosa pelo Ceará e P.^o Joaquim Quirino de Sá, pela Paraíba do Norte. O jornal "O Estado de São Paulo" deu grande cobertura à arrecadação pecuniária e o Cônego Dr. Francisco de Melo e Souza, Vigário da Consolação, o favoreceu com quermesse, aprovada por D. Duarte, em prol dos sofrendores da sêca nordestina terrível em suas conseqüências funestas.

Seguiu D. Manuel para Curitiba, contente com a cooperação de D. Duarte (20 de janeiro de 1920). Quatro dias depois chegou

o Cardeal D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, que se manifestou sempre o grande amigo de D. Duarte. Visitou a Catedral, a Cúria e teve as expressões de aplausos concretizados na maestria de D. Duarte, "que estava dando lições". Acompanhado de seu zelosíssimo Secretário Mons. José de Moura Guimarães, voltou S. Emcia. às férias em Taubaté.

D. Duarte compareceu a Campinas, onde faleceu D. João Batista Correia Neri; pontificou o Arcebispo na missa do 30.º dia.

O prédio inacabado de Aparecida teve um impulso efêmero em 1920; infelizmente as obras pararam novamente por enormes dificuldades, sendo que D. Duarte as julgou desnecessárias e dispendiosas demais.

O Cardeal Arcoverde chamou D. Duarte ao Rio de Janeiro, para conferência reservada, cujo assunto foi mantido em sigilo absoluto.

Inundado de alegria, D. Duarte celebrou as bodas de prata de sua paróquia de Santa Cecília, a 21 de abril de 1920. Lembrou-se de seus enormes trabalhos como primeiro Vigário e do 2.º, Mons. Benedito Paulo Alves de Souza e do 3.º, Cônego Felisberto Marcondes Pedrosa. Parecia ser tudo fruto dos trabalhos homogêneos. Um dia depois a Cúria Metropolitana foi inaugurada com entusiasmo por D. Duarte. Fôra, anteriormente, concedido pelo Governo do Estado quinhentos contos de réis, pela Lei n.º 1.719, artigo 1.º, letra "a" e "b", de 30 de dezembro de 1919. D. Duarte agradeceu e neste ínterim viajou para Aparecida, de onde seguiria para o Rio de Janeiro.

Nesta ocasião chegava a São Paulo D. Benedito Alves de Souza, Bispo do Espírito Santo e D. Otaviano Pereira de Albuquerque, do Piauí. D. Duarte jogava bilhar, nas poucas horas vagas, com seus amigos, entre os quais nosso consócio Coimbra.

A canonização de Santa Margarida Maria Alacoque trouxe avivamente no **Mosteiro da Visitação**, com **Te Deus** dia 13 de maio, com sermão do P.º Gustavo Locker, S.J., e Pontifical de D. Duarte.

Repercutiu muito favoravelmente no círculo francês a canonização de Santa Joana D'Arc, a heroína reabilitada pelas suas virtudes.

O Clero brasileiro ufanou-se com a recepção, na Academia Brasileira de Letras, de D. Silvério Gomes Pimenta, Arcebispo de Mariana (28 de maio de 1920), saudado pelo acadêmico Carlos de Laet. D. Duarte o felicitou, pois, gostou imensamente da gloriosa meta atingida pelo grande e ilustre Arcebispo prêto: **niger sed sapiens**.

Cansado das viagens apostólicas, D. Duarte nomeou o Cônego Dr. José Higino de Campos, Visitador Diocesano (11 de agosto de 1920), cargo desempenhado com zelo apostólico.

S. Sebastião Leme da Silveira Cintra, Arcebispo de Olinda e Recife, D. Francisco de Campos Barreto, Bispo de Campinas, D. Helvécio Gomes de Oliveira, Bispo de São Luís do Maranhão, visitaram D. Duarte: êste último veio também às festas do 105.º aniversário do nascimento de São João Bosco, fundador dos Salesianos. Em outubro chegaram D. Adauto de Miranda Henriques, Arcebispo da Paraíba do Norte, D. Quintiliano Rodrigues, do Crato e os Reis da Bélgica.

A bandeira do 7.º Batalhão dos Voluntários Paulistas, oferecida pelas senhoras de São Paulo, após a guerra do Paraguai, foi entregue ao Cabido Diocesano a 29 de abril de 1870. Estêve no Carmo, após a demolição da Sé e depositada na Cúria Metropolitana desde a sua inauguração (22 de abril de 1920), por ordem expressa do Arcebispo.

D. Duarte foi Vice-Presidente dêste Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, de 1919 a 1922. Na sessão de 21 de abril de 1921, Presidente interino, leu durante duas horas o "Clero e a Independência", trabalho julgado originalíssimo e patriótico.

Tal era a chama do amor a seus país que certa feita a oradora do Colégio de Sion terminou seu discurso dizendo que nós tínhamos duas pátrias — Brasil e França. D. Duarte corrigiu: temos três pátrias: 1.ª **Brasil**, 2.ª **Brasil** e 3.ª **Brasil!**

Alguns meses depois chegava a São Paulo o Núncio Apostólico, D. Henrique Gasparri (23 de junho de 1921), em visita de cortesia e missão particular.

Entre os mortos que mereceram exéquias de D. Duarte, lemos à Princesa Isabel, falecida na França, ao Papa Bento XV, que morreu a 22 de janeiro de 1922.

Foi eleito Pio XI (Achiles Ratti). D. Duarte, além das exéquias ao Papa falecido, promoveu **Te Deum** ao nóvo Sumo Pontífice, conforme ritual próprio.

Convidado, D. Duarte compareceu ao Rio de Janeiro para conferência de seu assunto predileto — "O Clero e a Independência", a 11 de junho de 1922.

Recebeu, outrossim, a visita do Cardeal Francisco Aldano Gasquet, que se fazia acompanhar de alguns Monsenhores e de guardas nobres do Vaticano (12 de agosto de 1922). Recebido com igual aparato na Arquidiocese e no Mosteiro de São Bento, cuja basílica sagrou. Elogiou o Arquivo da Cúria Paulistana.

A Pontifical do Centenário da Independência (7 de setembro) foi na porta principal da Catedral em construção, por D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, com assistência de muitos Bispos, pessoal do govêrno, secretários de Estado e cônsules e poyo imenso. Foi um sucesso extraordinário.

Mons. D. Francisco Cherubim, vindo de Roma, também visitou D. Duarte, a Sé, o Seminário e a Faculdade de Direito (25 de setembro de 1922), com agrado geral. Era, enfim, a vida continuada em momento alegres de convívio social e de tristezas pelos infaustos acontecimentos que não poupam a ninguém.

A coleta pelas crianças russas rendeu trinta contos de réis, recebendo D. Duarte agradecimentos do Papa. Estava o Arcebispo internado no Hospital Santa Catarina, onde sofrera intervenção cirúrgica. Após recuperar-se, foi assistir o brilhante Congresso do Centenário do Rio de Janeiro, promovido por D. Sebastião Leme da Silveira Cintra, já Arcebispo Coadjutor do Cardeal Arcoverde.

No ano seguinte (1923), o rádio entrou em São Paulo, esperança de maior evangelização. Época de seca intensa: D. Duarte recomendou orações para cessar a prolongada estiagem. Comemorou o centenário da morte de Frei Antônio de Santana Galvão, no Mosteiro da Luz, com solene pontifical.

Os títulos de Conde Romano e Assistente ao sólio Pontifício, com que D. Duarte fôra agraciado, era comum aos Bispos mais notáveis nos trabalhos diocesanos. Depois o uso cessou. Agora foi concedido a D. Manuel D'Elboux, Arcebispo de Curitiba.

D. Duarte compareceu à posse do Presidente Dr. Carlos de Campos (1.º de maio de 1924).

Não quis deixar suas ovelhas sem assistência e D. Antônio de Assis, indicado Visitador Apostólico, desde começos de 1924, continuava a sua faina apostólica pelas paróquias do interior. Levou como secretário o P.º Genésio Nogueira, grande orador sacro e ótimo auxiliar.

O Núncio Gasparri, pela segunda vez visitou São Paulo (24 de fevereiro de 1924), com a igual simpatia que irradiava.

As festas cardinalescas, jubileu de D. Arcoverde, atraiu ao Rio de Janeiro a maior parte dos bispos brasileiros, inclusive D. Duarte, que nomeou, neste ínterim, a Mons. Dr. João Batista Pereira Barros, pró-Vigário Geral (7 de maio de 1924).

Faremos ainda referências à revolução de Isidoro (6 de julho de 1924). Mons. Nicolau Cosentino fôra nomeado provedor da Mitra (25 de setembro de 1924).

O Ano Santo de 1925, além das visitas às igrejas prescritas, teve a ida a Roma do próprio D. Duarte, em visita também *ad limina*, pela última vez, deixando os mesmos governadores da outra viagem anterior.

O Estado de São Paulo tinha 5.150.000 habitantes, na sua maioria católica. O relatório fôra honroso a D. Duarte na Europa e no Brasil. O clero atingia a mais de trezentos padres em atividades paroquiais ou em capelarias. D. Duarte confessava-se, semanalmente, com um Frade Capuchinho.

D. Gastão Liberal Pinto fôra nomeado Vigário Geral do Arcebispado. Em 1927 D. Duarte nomeou o P.^o Irineu Cursino de Moura diretor da Federação Mariana Masculina, então fundada. Foi um sucesso de grandes proporções. Conseguiu Padre Cursino 25.000 marianos em retiros espirituais nos dias de carnaval. Número jamais atingido! Visto como há o caminho Jesus por Maria veio a seguir uma promoção oficial:

O célebre Congresso Mariano de 5 a 7 de setembro de 1929, em Aparecida. Além da promulgação do jubileu da coroação de Nossa Senhora (1904-1929), houve o mandamento de D. Duarte:

1.^o — No dia 30 de agosto começaria na Basílica a novena de preparação às festas jubilares, pregando em cada dia um dos Bispos que, piedosamente se prestassem a contribuir com a sua palavra autorizada de Chefe e de Pastor, para essa grandiosa solenidade.

2.^o — No dia 8 de setembro, haveria solene pontifical, oficiando muito provavelmente o digníssimo representante do SS. Padre e Nuncio Apostólico no Brasil, D. Bento Aloísio Masella, com assistência dos Bispos presentes e de todo o clero. Faria o panegírico da Santíssima Virgem um dos Bispos: foi D. João Braga, Arcebispo de Curitiba, o mesmo que falou em 1904.

3.^o — À tarde, à hora conveniente, percorrerá as ruas de Aparecida solene procissão, com a veneranda e milagrosa imagem de Nossa Senhora.

4.^o — Nos dias 5, 6 e 7, reunir-se-ia o Congresso Mariano, sob a presidência de um dos Bispos, de acôrdo com o programa que oportunamente seria publicado.

5.^o — O Reitor da Basílica ficava autorizado a tomar as demais providências oportunas e necessárias para execução do programa e maior brilhantismo de tôdas as solenidades.

6.^o — Os Vigários organizariam romarias a Aparecida.

7.^o — As Congregações Marianas e outras associações consagradas a Nossa Senhora deviam tomar parte nas solenidades.

8.^o — Nos dias 5, 6 e 7, nas matrizes e capelas alguma solenidade em louvor a Nossa Senhora Aparecida, comunhão geral, dia 8 daquêle mês de setembro.

9.^o — Confissões nas respectivas paróquias.

Mais de 6.000 romeiros compareceram pela Estrada de Ferro. Outros em várias conduções, chegando a perto de 10.000 peregrinos. Foi um triunfo!

Em 1931 (outubro), assistia D. Duarte no Rio de Janeiro a inauguração de Cristo no Corcovado, monumental estátua de braços abertos como a dizer: **Vinde a mim todos que estais aflitos e oprimidos, Eu vos consolarei.**

— V —

EMPREENDIMENTOS SOCIAIS

1. Algumas Obras mais Notáveis

“Temos visto o Arcebispo nas suas relações com o seu clero. Vejâmo-lo, agora, por um instante, vigilante para que aos seus diocesanos leigos também não faltem, a todos, assistência espiritual, e aos pobres necessitados também a assistência material, nascidas ambas de fontes católicas dos sodalícios religiosos”.

Aí está a Associação **Liga das Senhoras Católicas**, realizando vasto programa de assistência moral e material às jovens laboriosas. O seu magnífico Pensionato, os seus cursos de secretária, de português, de dactilografia, de estenografia, de trabalhos manuais. A sua agência de colocações em meios honestos e o soberbo edificio onde foi instalada a Escola Doméstica, na Moóca. Triunfo de obra benemerita de assistência social cristã e católica, como a desejava o Santo Padre Leão XIII. O posterior **Educandário D. Duarte** e outras obras assistenciais às crianças e famílias pobres em número elevadíssimo de departamentos.

A **Obra dos Tabernáculos**, associação de senhoras que, durante horas, em turmas diárias, se entregam ao trabalho piedoso e benemerito da confecção de paramentos para as matrizes e capelas pobres da Diocese. O desenvolvimento das **Damas de Caridades** e as **Conferências da Sociedade de São Vicente de Paulo**, fruto da sua constante assistência e decidida solidariedade para com a santa e providencial criação de São Vicente de Paulo e de Frederico Ozanan, o mestre santo da mocidade parisiense, cujo processo de beatificação já foi terminado. Muitas associações religiosas em escolas e em tôdas as paróquias.

Os colégios católicos, para ambos os sexos, se têm multiplicado na Arquidiocese. Aprovou D. Duarte a fundação, pelo abade D. Miguel Kruse, da “Faculdade Livre de Filosofia e Letras de São Bento”, a cargo inicial de Monsenhor Charles Santroul, vindo especialmente da Bélgica, desde 13 de junho de 1908.

Transferiu D. Duarte o **Seminário** do velho casarão da Luz, onde estudára, mas então encravado no centro da cidade, em ambiente impróprio para seus fins, para a aprazível Vila Albertina, na Freguesia do Ó. Transformou completamente a propriedade ali adquirida e lhe anexou três novos pavilhões, obedecendo a todos os preceitos de higiene moderna e da pedagogia do nosso século. Entretanto, não era ainda aquilo, realmente, o que desejava quanto à instalação do Seminário de sua província eclesiástica. Todos estavam satisfeitos, menos D. Duarte.

Espírito moderno, em tudo que não se opunha à moral cristã, e que tinha o senso exato das grandes e perfeitas obras de arte,

pelo muito que tinha viajado, viu o que são os Seminários europeus, amplos, artísticos e cômodos aos seus usuários internos os seminaristas, professores e demais funcionários daqueles estabelecimentos.

Lançou, pois, a pedra fundamental do definitivo **Seminário Central** que se ergueu, soberbo, suntuoso e modelar, no alto do Ipiranga, num magnífico e amplo terreno, que para tal fim doaram o Conde Dr. José Vicente de Azevedo e Exma. Senhora.

É uma obra de grande vulto que honra São Paulo. Ali nasceu a **Faculdade de Teologia**, com que sonhava o seu infatigável fundador, na sua insaciável sêde de grandezas para a Igreja e para sua pátria.

Não poderíamos, porém, esquecer a notável aparição: — O “Asilo Padre Chico”, para os cegos, no Ipiranga, e a Casa aos padres velhos da Arquidiocese, o “Recolhimento São Pedro” (1928), tão benemérito ao Clero Paulopolitano.

O primeiro foi levado avante por sua associação de senhoras católicas e o segundo pela “Irmandade de São Pedro dos Clérigos”, em terrenos cedidos pelo Conde de Lara à Arquidiocese, para os nobilíssimos fins; dois têrços dos gastos pagos por D. Duarte.

A primeira vista, aos que não aprofundam estas coisas por falta de tempo que costuma contrastar com a facilidade do comentário leviano, parecerá que o Arcebispo de São Paulo nelas está apenas como o sagrante das obras pela sua investidura episcopal, visto tratar-se de feitos de católicos. Engano, a segura direção e iniciativa são mais importantes nos empreendimentos gerais do que a própria feitura.

No que concerne à difícil aspecto da vida social de uma grande cidade, anossa capital não tem nada a temer no confronto com qualquer outra. A Santa Casa, o Hospital das Clínicas, o Asilo Santa Teresinha do Menino Jesus, para os filhos dos leprosos, o Asilo Cristóvão Colombo, o Asilo do Bom Pastor, o Leprosário de Santo Ângelo, e , muitíssimos outros mais, entregues às Irmãs de Caridade, que se sucedem continuamente em santa abnegação de todas as horas em hospitais e nos colégios imune-ráveis que aparecem por toda a parte da arquidiocese em contínuo ressurgimento difusivo, hoje em número de 4.000 freiras!

E para tudo isto em grande escala nos fazia grande honra a permanente atividade do Arcebispo de São Paulo”.⁽²⁴⁾

Assim lembrou o Dr. Altino Arantes: — “Catalogou todo êsse imenso e confuso acêrvo de pápeis, de cadernos e de alfarrabios; recompôs-lhe as páginas dilaceradas pelo tempo ou roídas pela traça, decifrou-lhe os manuscritos enigmáticos ou a pique de apagarem-se; e levantou-lhe o cartulário minudente e completo

24) «Esbôço Biográfico de D. Duarte Leopoldo e Silva», pág. 120 e segs.

— com a proficiência de um historiador e o escrúpulo de um antiquário.

Ao lado do **Arquivo** e para seu complemento e ilustração, criou e organizou o **Museu Histórico da Mitra**, recolhendo para os seus ordenados mostruários as alfaias, as pratarias, os móveis e as jóias e tôda uma preciosa e multiforme infinidade de reliquias e objetos, a que se prendem fatos e reminiscências do nosso passado.

Eram precárias as condições de estabilidade e de higiene do velho Recolhimento de Santa Teresa, onde, desde os tempos coloniais, vivia na oração e na penitência uma respeitada e tradicional comunidade de freiras.

O Arcebispo, presto, acudiu em seu auxílio e fêz-lhe erigir, bem longe do borburrinho da cidade, no silêncio e na sombra de vasto parque, um outro cenóbio — mais amplo e mais abrigado dos ruídos e das indiscreções do mundo exterior. E agora as doces carmelitas lá vivem e meditam, trabalham e oram, na sua humildade e perene missão propiciatória.

Caminhando vagarosas e cabisbaixas ao longo das largas claustras ou debulando, nas contas do rosário, as preces do seu coração macerado, “as suas mãos inermes e puras, erguidas para o céu, ganham mais batalhas do que essas outras — violentas e opressoras — que arremetem empunhando lanças e brandindo sabres”.

Um outro recolhimento, igualmente venerado pelo culto secular dos paulistas, o Convento de Nossa Senhora da Luz, em adequada reconstrução.

Ampliaram-se, paralelamente, as instalações do Seminário Menor de Pirapora”.⁽²⁵⁾ D. Duarte, durante o seu govêrno criou quarenta e quatro paróquias. Amante da numismática organizou esplêndida coleção de moedas.

2. Episódios Importantes

Recordamos episódios da vida social paulista e dos mais memoráveis eventos, nos quais D. Duarte, que era o Arcebispo, teve de aparecer com evidência. E o fazemos porque, nos quatro que vamos referir, se revelam os traços do seu caráter, é a tarefa mais importante e talvez de maior utilidades para o futuro, a qual deve preocupar quem quer que se encontre na obrigação de traçar, de qualquer modo, a sua biografia ou mesmo, como no caso presente, apenas subsídios para um outro biógrafo competente e mais erudito completar.

25) Altino Arantes — «Passos do Meu Caminho», págs. 245 e 246.

Um dêles ocorreu em 1918, outro em 1924: a mencionada epidemia da gripe espanhola e o levante militar, mais as revoluções getulista (1930) e a Constitucionalista (1932).

O primeiro lavrou o terror pânico na nossa Capital. Os que podiam, dela se retiravam apressadamente. Os que não ospodiam imitar, ficaram sob imenso pavor contemplando o quadro desolador ou concorrendo, com a vida e sofrimentos, para o vasto e doloroso cenário em que se transformou, rapidamente, esta grande e movimentada cidade.

O Arcebispo ficou ao lado dos poderes públicos assoberbados com as dificuldades que, inopinadamente, apareceram, terríveis e pesadíssimas, e ao lado da população que padecia os horrores da mais temível epidemia de que se tem memória. Notadamente, as classes pobres tiveram naqueles dias as suas horas mais cruéis e pungentes aflições.

Ninguém, do clero ou das ordens religiosas, homem ou mulher, arredou pé do teatro dantesco que se criou. Muitos perderam a vida, contraindo o **morbis** fatal no serviço da caridade cristã nos hospitais, nos lares e por tôda parte onde alguém sofria ou morria. Faleceram: Cônego Luís Sangirardi, cura da Sé, P.º Bernardino Bandeira, Vigário da Barra Funda, P.º Perez do Coação de Maria e mais duas Irmãs da Santa Casa.

Com o seu exemplo, com o seu zêlo, com a sua palavra e com a sua autoridade, D. Duarte movimentou exército de mais de três mil pessoas, leigos e religiosos, que, em tôda parte, entraram em ação sob suas ordens e submissos na obediência que lhe deviam. Os médicos: Dr. Sinesio Rangel Pestana, Dr. Luiz Gonçalves da Silva, Dr. Zeferino do Amaral, Dr. Celestino Bourroul e outros muitos caritativos e beneméritos. As crianças da Associação dos Escoteiros Católicos, foram mobilizadas rapidamente. As Conferências de S. Vicente de Paulo deram um contingente de mil homens, aproximadamente, para executar as ordens do seu Arcebispo. As escolas e colégios católicos, abriram suas portas, de par em par, bem como as ordens religiosas as dos mosteiros, transformados os edifícios em hospitais e casas de abrigo da população agoniada.

Naquela dolorosa contingência muita gente, pela vez primeira, compreendeu o que representa e o que vale o Bispo cheio de fé e de virtudes numa grande cidade e qual a beleza das almas piedosas que não desertam nos momentos difíceis, para que a caridade cristã seja revelada em tôda a sua fulgurante e santa formosura. Atendidas 33.772 famílias, num total de 85.492 pessoas. Que relatório muito significativo!

O Governador do Estado de São Paulo, Dr. Altino Arantes, reconhecido aos inestimáveis serviços do Arcebispo de São Paulo

e dos católicos que lhe obedeciam docilmente o jugo amoroso, além de, por escrito, lhe ter levado seus públicos e oficiais agradecimentos, ofereceu-lhe um precioso e valioso mimo para seu uso pessoal. Quis o governo de São Paulo que, num objeto concreto e valioso e de eterna duração, ficasse perpetuada a sua gratidão, a quem tanto havia servido à causa pública em hora difficílissima.

Brindou o Arcebispo de São Paulo com um artístico e precioso jôgo de vasos sagrados para o sacrifício da Missa, completado com formosíssima custódia para a exposição do Santíssimo Sacramento.

Logo, o Arcebispo D. Duarte se dispensou de guardar para siem sua residência particular, a valiosa oferta que lhe fizera em caráter de brinde pessoal. Ofereceu-a ao Tesouro da Cúria, aquele lindíssimo escrínio de objetos sacros e preciosos, pelo valor e pela origem, que é a admiração e o encanto de quantos o tem visitado:

“Que teria feito eu, sem o meu clero, sem as ordens religiosas, sem as minhas irmãs de caridade, sem os meus filhos leigos, que todos deram a linda lição de civismo, de piedade e de caridade que tanto enobreceu São Paulo?

Porque considerar meu aquilo que recorda o sacrifício de todos os católicos, que estiveram comigo na luta e que a tantos custou a vida? Não! Que fique no Tesouro da Cúria Metropolitana, que é patrimônio comum da Igreja, da comunhão de todos os fiéis”.

Em tudo e sempre o desprendimento. Em tudo e sempre a compreensão nítida das suas responsabilidades, a generosidade, a sêde de se apagar onde, com justiça, deveria fulgir a alma caridosa do Pastor que se sente feliz quando se vê obedecido e compreendido, por todos os católicos e pelos mesmos que não o sejam, nas grandes crises em que Jesus Cristo e sua Igreja dão ao mundo o testemunho de que o Senhor, na verdade, é Êle o AMOR, e de que a sua Igreja, na verdade, foi por Êle instituída para executar-lhe os mandamentos e os seus Evangelhos.

O **segundo episódio** de recordação penosa dos horrores da guerra civil, mais bárbara e cruel que a guerra internacional, é pesadêlo de que ainda estamos mal despertos e que enche de grande tristeza os corações que, traspassados de angústias, pulsaram naqueles dias aflitos no ambiente fumarento e fragoroso, que reinou na cidade, foi a revolução de **Isidoro Dias Lopes** (5 de julho de 1924). **Carlos de Campos** era o décimo segundo Presidente de São Paulo, **Artur Bernardes** o Presidente da República; ambos reagiram.

Em outras proporções, a cidade ficou de novo e por certo ainda mais deserta, e que não foi menor a onda de terror que

avassalou a população. O êxodo foi de mais vasta intensidade. Parecia que a todos os ouvidos um brado infernal ecoava no ambiente: Salve-se, quem o puder! Ficaram na cidade de São Paulo aqueles que, por nobres intuições de seus deveres profissionais, de médicos, farmacêuticos e enfermeiros, julgaram-se obrigados a jogar a vida para cumprí-los fielmente; alguns abnegados cidadãos de almas nobres e dedicadas à causa pública; e a massa imensa dos anônimos, os pobres, o povo humilde que, desvairado, nem sabia para onde correr, fugindo à morte horrível, colocado, como ficou, entre as linhas de fogo intenso das forças que se batiam. E ficou, mais uma vez, o Arcebispo, com o seu clero regular e secular, as suas irmãs de caridade, todos de pé, serenos e impávidos, cumprindo os seus deveres de sacerdotes e de servas da caridade na cidade flagelada.

Aconselhado para que se retirasse da capital, D. Duarte respondeu, fiel à tradição multissecular da Igreja, como já Santo Agostinho, em idênticas condições, respondera ao mesmo conselho: — O meu clero e as minhas irmãs de caridade, serão os últimos a partir e só o farão quando na cidade não mais houver ninguém carecendo de seus serviços. Após o último padre e a última religiosa, quando a cidade fôr um completo deserto ou um montão de ruínas, onde só vagueiem as sombras dos mortos, então e só então ao Bispo também é lícito partir. Antes, não! Permanecerei no meu posto, cumprindo os meus deveres de Arcebispo de São Paulo.

Acompanhado do Prefeito, Firmiano Pinto, dirigiu-se ao acampamento legalista, em automóvel com bandeira branca. Pleitearam ambos junto do comando geral a cessação do bombardeio contra São Paulo e a paz geral.

Temendo ficar detido, escreveu “tendo de ausentar-nos em serviço público e religioso, nomeamos Monsenhor Chantre Pereira Barros e Revdo. Arcipreste Martins Ladeira governadores da Arquidiocese”.

O serviço poderia ser dividido em vista da anormalidade da situação.

São Paulo, 23 de julho de 1924.

De fato, D. Duarte esteve em Guaianazes onde se acampava a tropa legalista, porém voltou à tarde. A nomeação supra não teve execução por desnecessária.

Mais uma vez, em o Arcebispo de São Paulo fulgia a perfeita noção de seus deveres de Pastor das almas, a encarnação do BOM PASTOR da parábola evangélica, o que não foge quando os lobos rondam o aprisco, o que dá a vida pelas suas ovelhas. E nêle fulgia ainda o senso de suas responsabilidades, como cidadão e como administrador, cujos exemplos ou serão funestíssimos aos

que dele dependem ou serão fontes de manifestações de belezas morais, como as deram o clero e as religiosas, todos permanecendo nas suas matrizes, nos seus mosteiros transformados em asilos e hospitais de sangue, vivendo nas inúmeras casas de caridade onde milhares de vidas lhes estavam confiadas como enfermeiras ou quais mães desveladas".⁽²⁶⁾

No **terceiro episódio**, invasão de São Paulo pelas tropas do sul e posse de Getúlio Vargas no governo do Brasil. D. Duarte se manteve sempre na mais profunda reserva e silêncio absoluto, durante todo o período desta situação política getuliana.

Lembrou Alberto Prado Guimarães a visita dos revolucionários a D. Duarte, que mandou abrir os portões do palácio. A um viva dele Guimarães, ao arcebispo D. Duarte, a turba respondeu afirmativamente e a passeata se dissolveu amistosa.⁽²⁷⁾

Aplicou D. Duarte o ano anterior a 1929, no Jubileu de Nossa Senhora Aparecida (5 a 8 de setembro). Vimos as comemorações com magnífico congresso local, quando era Papa Pio XI e Núncio Apostólico no Brasil, D. Aloísio Masella. Foi a origem de acrescentar **Nossa Senhora Aparecida** à padroeira do Brasil (16 de julho de 1930).

Na revolução constitucionalista de São Paulo, **quarto episódio**, porém, retomando novo alento paulista de heroicidade, uniu-se D. Duarte aos maiores componentes do protesto de 1932, 9 de julho, contra a ditadura de Vargas.

No seu pronunciamento aos Bispos do Brasil, afirmava que não era grito de origem comunista: tal herva daninha "trouxe-a para São Paulo a moxila de certos próceres de 1930". O brado paulista, embora com as armas nas mãos, queria a constitucionalização do país tão somente! Movimentou toda a Arquidiocese.

No manifesto ao episcopado dizia ainda D. Duarte que dos treze bispos da Arquidiocese só quatro eram paulistas. Outros mineiro, alagoano, carioca, baiano e paranaense.

Eram insuspeitos para falar sem pecha de bairrismo, estreito e pequenino, muito menos separatismo, certo que ama São Paulo "engastado nessa jóia finamente burilada que é o Brasil das nossas aspirações".

A Missa campal de 28 de julho de 1932, em intenção dos voluntários do batalhão Arquidiocesano foi celebrada pelo P.º Ernesto de Paula, chanceler do Arcebispado. Ao Evangelho pregou o Cônego Dr. Francisco Bastos. Falou depois o Dr. Paulo Setúbal. O batalhão desfilou, à tarde, pela cidade, com a guarnição completa, sob aplausos gerais.

26) «Esbôço Biográfico de D. Duarte Leopoldo e Silva, págs. 139 e segs.

27) «Diário Popular», 4-4-1967, 1º caderno, pág. 11.

A 2 de outubro de 1932, o Coronel Herculano de Carvalho depôs o governador Pedro de Toledo. Passou o govêrno ao general Waldomiro Castilho de Lima. E a revolução paulista terminou assim bruscamente. . .

No manifesto ainda dizia D. Duarte aos Bispos:

“São Paulo em pêso, oprimido e humilhado, queria reconquistar os seus foros de civilização numa guerra civil. “Fez bem, ou fez mal? Não nos cabe decidi-lo. Registramos apenas um fato”.

D. Duarte trouxe a imagem de Nossa Senhora Aparecida a São Paulo e a escondeu na casa da família Cintra, que morava em frente a seu palácio. Lá ficou até o fim da revolução.

Além do manifesto ao episcopado brasileiro, telegrafou a 19 de julho de 1932 ao Cardeal D. Sebastião Leme — Palácio São Joaquim — Rio de Janeiro, nêstes têrmos:

“Testemunha do movimento incoercível que se apoderou de nossa gente, no propósito cristão de evitar maior derramamento do generoso sangue brasileiro, com o pensamento voltado para Deus, apelo para os sentimentos patrióticos de V. Eminência, no sentido de alcançar solução honrosa para o nosso Brasil fortemente unido sob a égide da lei. Duarte, arcebispo de São Paulo”.

Quando dois oficiais do Exército, após a peleja, foram convidar D. Duarte para a posse do General Waldomiro Castilho de Lima no govêrno de São Paulo, como aparato militar bélico, ouviram a resposta negativa. Insistindo que era o próprio General quem o convidava, retorquiu-lhe D. Duarte: Ide dizer a vosso chefe que o Arcebispo não irá à posse dêle, governador. Se quiser poderá mandar prender-me; aqui estou em meu palácio.

Realmente não foi mesmo à posse decantada, porém, não foi prêso. Tal informação nos foi fornecida por Monsenhor Deusdedit de Araujo, autor de várias monografias que retratam com brilho as fulgurantes atividades de D. Duarte, bem como fez o mesmo o Professor Francisco da Silveira Bueno. Outrossim, Monsenhor fez depois conferências no Clube Piratininga, no jubileu do Arcebispo.

Contou-nos ainda que certa feita um padre visitou D. Duarte; estavam passeando no jardim, quando o Arcebispo, querendo fumar, perguntou ao padre: o senhor quer um cigarro?

— Obrigado, Ex.^a, eu não fumo, retorquiu o padre.

— Não tem êsse vício? — inquiriu D. Duarte.

— Não é vício, acrescentou o padre, condescendente, se fôsse vício V. Ex.^a não fumaria! Sentenciou D. Duarte:

— Virtude também não é, porque se fumar fôsse virtude, V. Revma. por certo fumaria.

Entretanto, D. Duarte fumava muito pouco; em cada cigarro aspirava uma só profunda tragada.

— VI —

OS ÚLTIMOS ANOS

1. Adoração, Consagração, Testamento e Cardinalato

D. Duarte visitava com assiduidade o centro da Adoração Perpétua ao SS. Sacramento, em Santa Ifigênia.

O Seminário Central do Ipiranga foi inaugurado a 19 de março de 1934, coma presença do Núncio Apostólico D. Aloísio Mesella, dos bispos da província paulistana, clero, autoridades civis e militares e convidados especiais.

D. Duarte, mentor do empreendimento, estava contente, vendo surgir do nada obra tão majestosa e construção tão necessária e ampla.

Nessa época (1934), Mons. Ernesto de Paula fôra nomeado Vigário Geral, em substituição a D. Gastão Liberal Pinto, eleito Bispo-Coadjutor de São Carlos. P.^o João Kulay fôra indicado para o cargo de arquivista da Cúria Metropolitana. Nessa ocasião D. Duarte disse que “os acêrtos do Vigário Geral são glórias próprias dêle, Vigário Geral; seus êrros pertencem ao Arcebispo”. Ninguém entendeu o porque da afirmação.

D. Duarte sagrou os seguintes bispos: — D. Alberto José Gonçalves, em Curitiba — 2 de fevereiro de 1909; D. José Carlos de Aguirre, em Bragança — 8 de dezembro de 1924; D. Luís Santana — São Paulo — 4 de abril de 1929; D. Florentino Simon Garriga — São Paulo — 21 de junho de 1931; D. Vicente Priante — São Paulo — 23 de julho de 1934; D. Gastão Liberal Pinto — São Paulo — 20 de maio de 1934; D. José Gaspar de Afonseca e Silva — São Paulo — 28 de abril de 1935.

Benção de abades: — D. Alderico Lambrechts — Premonstratense; D. Domingos de Silos Schelhorn — Beneditino.

Abadessa: — Madre Gertrudes Cecília da Silva Prado, Beneditina.

Secretários de D. Duarte: — Padres: Péricles Barbosa; Ângelo Sangirardi; Arquibaldo Ribeiro; Alfredo Meca; Deusdedit de Araujo; Álvaro de Lima; Francisco Bastos; João Batista de Carvalho; Manuel da Silveira D'Elboux e Sílvio de Moraes Matos.

D. Duarte, em seu testamento, feito em Aparecida a 8 de dezembro de 1933, dizia que tudo que após as ua morte fôsse encontrado em seu palácio, em São Paulo, ou Vila Betânia, pertencia à Mitra Arquidiocesana. Ajudou os parantes em vida quanto lhe fôra possível; nada mais tinha a deixar-lhes.

Se após a sua morte houvesse **deficit**, que lhe relevassem o débito, se saldo — menos provável — fôsse distribuido aos pobres, integralmente.

Quanto ao clero, dizia positivamente: "Sempre amei, protegi e amparei aos meus padres, sem distinção alguma, muitas vezes sem que êles o soubessem ou suspeitassem sequer. Era um dever do bispo para com os ministros de Deus e cooperadores leais no penoso amanhã da vinha do Senhor".

O elogio ao clero primou pela verdade: "O clero paulista pôde fazer o santo orgulho de qualquer bispo, que nêle sempre encontrará verdadeiro culto e decidida cooperação. Pesa-me de não o ter edificado quanto me cumpria, guiando-o e dirigindo-o com mais inteligência e piedade".

"No exercício da minha jurisdição, sem as qualidades morais e intelectuais para a direção de uma diocese como a de São Paulo, poderia ter errado, errei muitas vezes, é certo. Nunca, porém, agi por malícia, capricho, malevolência ou acepção pessoal. De caráter naturalmente áspero, jamais permití que as minhas antipatias pessoais tivessem parte nos atos de meu govêrno. Por isso, pedindo aos meus padres muito perdão pelas máguas que lhes tenha causado como superior, nada tenho que me arrependar das providências mais ou menos enérgicas . . .

Nomeou, sem necessidade, três testamenteiros: D. Gastão Liberal Pinto, Monsenhor Alberto Teixeira Pequeno e Monsenhor Felisberto Marcondes Pedrosa, mais para arrecadação à Arquidiocese dos utensílios das moradias do Arcebispo, pois dinheiro não havia nada. Era mesmo pobre de verdade.

Em 31 de outubro de 1934, o Cardeal de Disboa, Dom Manuel Cerejeira, visitou São Paulo.

Vem a propósito o Cardinalato de D. Duarte.

Ainda D. José Gaspar de Afonseca e Silva estudava na Universidade Gregoriana, Roma, a espôsa do Embaixador brasileiro Azeredo, acreditado junto à Santa Sé, foi ao Colégio Pio Latino Americano e procurou os alunos do Brasil. Disse-lhes, com o máximo sigilo, que seu marido estava tratando do Cardinalato de D. Duarte. Logo depois continuou a guerra européia e a revolução de São Paulo; o caso ficou paralizado.

Quando D. Ernesto de Paula era Vigário Geral, o Padre Milini, Provincial dos Padres de São Carlos foi procurá-lo para lhe dizer que o Embaixador Italiano junto ao govêrno brasileiro estava interessado em pleitear junto à Santa Sé o Cardinalato para D. Duarte, à vista de seus trabalhos gerais e em especial para com a colônia italiana.

Queria, porém, saber como D. Duarte iria receber a idéia. D. Ernesto disse ao Padre Milini que na primeira oportunidade perguntaria a D. Duarte a sua impressão.

Após alguns dias, estando em despacho com D. Duarte, perguntou-lhe D. Ernesto, vendo a sua euforia e bom humor: Sr. Arcebispo, o embaixador italiano — segundo o Padre Milini —

quer propôr à Santa Sé o Cardinalato para V. Ex.^a. Seria de seu agrado tal distinção?

D. Duarte respondeu: — Diga ao Padre Milini, ao Embaixador, a todos que querem bem ao Arcebispo de São Paulo que não fale mmais nêste assunto. São Paulo, certamente, será séde cardinalícia, porém, no momento não está ainda preparado para essa honraria insigne.

Foi assim desfeita mais uma vez a idéia do Cardinalato a São Paulo, naquela oportunidade.

2. Escritor e Virtuoso

D. Duarte era escritor primoroso; outrossim historiador emérito. Foram publicadas as seguintes obras suas:

2. Saudação a Curitiba;
1. Carta de despedida ao Vigário de Santa Cecília e outra a;
3. Despedida;
4. No Calvário — Sermões da Paixão, pregados em Santa Ifigênia — 1915, 1916, 1917, 1918 e 1920 (Igreja Nossa Senhora do Carmo);
5. Pela Família;
6. Oração aos Moços;
7. Migalhas;
8. Pastorais (dez cartas);
9. Concordância dos Santos Evangelhos;
10. Iluminuras;
11. O Clero e a Independência;
12. Notas históricas:
 - a) Capelas de Araçariguama e seus Fundadores;
 - b) Mogi das Cruzes e seus Fundadores;
 - c) Barueri e Parnaíba;
 - d) Cotia;
13. Regulamento da vida Sacerdotal;
14. Circulares; além de muitas outras advertências:
 - a) Nem Política nem Revolução (1924);
 - b) Apresentando seu Bispo Auxiliar, D. José Gaspar de Afonseca e Silva.

Poderia ser acadêmico, porém não o foi. Entretanto, o Dr. Altino Arantes elogiou-o como escritor e orador:

“Ora, de ninguém sei eu, no Episcopado brasileiro dos nossos dias, que mais que D. Duarte, tenha falado e escrito em prol da Religião e da Igreja.

E, falando ou escrevendo, o seu pensamento é sempre elevado; os seus propósitos são sempre nobres; a sua doutrina é sempre pura e o seu estilo — vazado todo nos moldes de ouro do mais

puro vernáculo — envolve-se naquela límpida e castiça sonoridade, que não é a dissonância cava e rouca do *aes sonans*; mas, sim, a harmonia indizível da voz paternal que — insinuante no conselho, persuasiva no incitamento, grave e digna na admoestação — desce até ao fundo dos corações, solicita as inteligências, tonifica as energias, convalesce os espíritos na Sabedoria e na Virtude.

Despeça-se D. Duarte dos seus paroquianos de Santa Cecília ou dos seus diocesanos de Curitiba; saúde aos seus jurisdicionados do Paraná ou de São Paulo; convoque o seu clero para a “cura espiritual” dos retiros periódicos; preconize aos fiéis a constituição cristã da família sôbre a base que, única, lhe confere uma estabilidade quase divina”; doutrine sôbre o mistério sôbre os prodígios da Sagrada Eucaristia; reivindique para a imprensa católica a liberdade de crítica — igual, pelo menos, à que desfrutam, à sombra da nossa timorata legislação, os jornais subversivos da ordem social e religiosa; ou, nos dias calamitosos da guerra, “em hora de justas apreensões”, proclame ao Brasil inteiro que, para dentro das fronteiras, “só deve haver um partido — o brasileiro; um único rumo — a honra da Nação; uma única estrêla — a Pátria enobrecida e respeitada”; — as suas pastorais, os seus mandamentos e as suas cartas florescem, afestoam-se, exuberam as lições sazonadas e fecundas. Bracejam archotes flamejantes a clarear as consciências e a norteá-las nas veredas ásperas e íngremes do Dever da Perfeição.

O púlpito ou a tribuna, a que êle assume para a prática ou para o sermão, para o discurso ou para a conferência, súbito, vibra de eloquência. Fulgura. Irradia...” (28)

Virtudes particulares de D. Duarte — A devoção à Santíssima Eucaristia sôbre o que maravilhosamente escreveu carta pastoral e estabeleceu adoração do Santíssimo Sacramento em tôda a arquidiocese por intermédio do P.^o Francisco Cipullo; promoveu Congressos e bellissimas Semanas Eucarísticas, Vésperas Cantadas em Santa Cecília, Adoração Perpétua em Santa Ifigênia e Procição de Corpus Christi, soleníssima.

Celebrava diàriamente a santa Missa e quando não podia fazê-lo comungava na Missa do secretário particular. Visitava freqüentemente a capela de seu palácio, onde conservava o Santíssimo Sacramento com inenso carinho.

Teve uma vida eucarística em tôda dimensão efusiva.

Contou-me o Sr. Campos, encarregado de reorganizar a livraria do Palácio arquiépiscopal que, várias vêzes por semana, vindas do quarto contíguo à biblioteca, onde D. Duarte dormia, ouvia pancadas de quem se flagelava! Assim, D. Duarte usava para se dominar, o meio violento usado pelos santos: a **flagelação**.

As virtudes teologais, porém, resplandeciam com mais fulgor na cintilante fé firme em Deus Onipotente. A esperança, óculo verde da confiança nas promessas divinas, dominava os atos totalmente pacientes em D. Duarte. A caridade, já lembrada, iniciada e consolidada no amor de Deus, atingia o próximo em geral e os pobres em particular, com extremo carinho. A prudência, fortaleza, temperança, justiça, virtudes cardeais, nunca faltavam na vida inteira de D. Duarte, até morrer.

A paixão de Cristo o empolgava em afetos agradecidos e os expandia nos maravilhosos sermões de sexta-feira santa.

A devoção mariana estava arraigada no coração de D. Duarte, desde a infância; rezava o têrço todos os dias e até durante as viagens. Assistiu congresso em Lourdes; visitava sempre Aparecida. Escreveu várias páginas de mariologia cristã. O mês de Maria, quando vigário de Santa Cecília, ficou famoso. Promovia romarias marianas.

A sua veneração aos Santos tornou-se patente, em tôdas as pontificais nas maiores festividades, maximé aos padroeiros do Arcebispo: Nossa Senhora da Assunção, São Paulo e Santana. As paróquias criadas contém denominações dos santos ali venerados e onde comparecia com freqüência.

A humildade de D. Duarte tocava a raias incompreensíveis. Basta uma frase que certa vez pronunciou para se provar a suma humildade: "São Paulo deve tanto aos Jesuítas que eu, seu Arcebispo, não me envergonharia de ajoelhar-me para beijar os pés ao último irmão leigo da Companhia de Jesus". Eis aí, que humildade extraordinária!

Sua caridade era imensa, sempre oculta, diária e carinhosa não só aos familiares, porém até aos estranhos, aos quais deixou em testamento o possível saldo nas suas contas.

Seu amor materno era esplendorosamente encantador. Às tardes, após o jantar, mandava colher a mais bela rosa do seu jardim e levava à sua mãezinha de igual nome da flor **Ana Rosa**. Enquanto ela viveu foi assim sempre mimoseada por seu filho amorosíssimo entre os que mais o sejam.

Saudando-o, certa vez, em nome do clero, eu lhe dissera que aquela flor retornava às suas mãos gentis na veneração e obediência integral dos sacerdotes da Arquidiocese de São Paulo. D. Duarte gostou da recordação de sua veneranda mãe e da rosa que lhe oferecia, símbolo do seu amor filial.

Ele era abstêmio; às vêzes nas refeições só tomava um prato de sopa ou apenas dois ovos quentes. Nada mais.

Dava diariamente expediente na Cúria Metropolitana, das 13 às 15 horas. Ao chegar, o porteiro tocava a campainha e todos os funcionários iam beijar o anel do Arcebispo. Depois, cada um para o seu serviço efetivo.

As nomeações de vigários, coadjutores, capelães e outros despachos ou avisos e circulares eram enviados ao Secretário Geral do Arcebispado em **memoranduns** que existem encadernados. Tudo era muito bem pensado, ordenado, perfeitamente executado e anotado em livros próprios. Nos últimos anos atendia somente no Palácio, das 17 às 18 horas.

D. Duarte recolheu no Arquivo da Cúria todos os livros parquiais anteriores ao Código do Direito Canônico.

D. Gastão Liberal Pinto, quando vigário de Santa Ifigênia, recorreu à Santa Sé, pois as paróquias ficavam sem os livros antigos e o Código obrigava duplicata para ficar na paróquia e o outro na Cúria, tão somente após a sua execução — 1918.

Explicou D. Duarte à Santa Sé que era intuito a conservação dos livros, pois nas paróquias eles se deterioravam. Tal insinuação foi cândidamente aceita e mantida a ordem do Arcebispo.

D. Duarte ia aos ofícios da Catedral, nos Pontificais, Semana Santa, todos os domingos da quaresma e do advento. Não faltava jamais. Perfeito no horário. Visitava com assiduidade e sumo interesse os seminários Menor de Pirapora e o Maior na Luz, depois no Ipiranga.

Chamava todos os superiores de Ordens Religiosas, para conferências íntimas e freqüentes.

Interessava-se vivamente pelos colégios, orfanatos, casas de caridade e até presídios. Tinha, enfim, a alma mater de vigilante Arcebispo, pastor integral. Poucos o igualaram e nenhum o superou no zelo apostólico.

D. Duarte descansava em Vila Betânia, Praia do Itararé, em São Vicente. Lá se encontrava com o ilustre historiador e pintor Benedito Calixto de Jesus, que vinha da R. Martim Afonso, 192, para conversar assiduamente com o Arcebispo, horas a fio. Assunto: história, religião e arte, em porfladas recordações de personagens ilustres e fatos antigos notórios em companhia de Capistrano de Abreu, Domingos Jaguaribe e outros historiadores e amigos.

O Dr. Altino Arantes encerrou o seu elogio a D. Duarte:

“Ao seu contacto eletrizante, acordam as tibiezas sonolentas. Choram as contrições regeneradoras. Caminham os paralíticos da indiferença. Extirpam-se os erros e as heresias. Dissipam-se as dúvidas. Desmentem-se as mentiras. Regeneram-se as negações estéreis e esterilizantes. Confirmam-se as afirmações da Fé que fecunda e salva...

Mas é, sobretudo, na contemplação e no comentário dos Passos ensanguentados, em que se completou a Divina Tragédia; é junto da cruz do Redentor; é no Calvário que a sua alma se desvela, inteira, em místicos e enternecidos colóquios com esse “pobre e humilde Crucifixo, banhado das suas lágrimas, escondido na penumbra de uma cela, mas que, no entanto, brilha... e

ilumina a vida e a morte, o sofrimento e o prazer, o tempo e a eternidade".⁽²⁹⁾

Os últimos Vigários Gerais de D. Duarte foram: Mons. Emílio Teixeira, Mons. João Evangelista Pereira Barros, Mons. Dr. Gastão Liberal Pinto e Mons. Ernesto de Paula. Provisor da Mitra, Mons. Nicolau Cosentino.

3. Bispo Auxiliar

"Quando D. Duarte sentiu que, pelo excesso dos trabalhos, pelo avançar da idade e precariedade de sua saúde, lhe vacilavam as mãos ao empunhar o báculo pastoral, solicitou à Santa Sé a graça de ser concedido um auxiliar.

Obteve-o, na medida dos seus desejos, na altura das responsabilidades que lhe seriam confiadas, na pessoa de um dos mais ilustres e virtuosos alunos do seu Seminário, então Reitor, que o conhecia desde 1917.

D. José Gaspar de Afonseca e Silva foi sagrado por D. Duarte, como seu Bispo Auxiliar, no dia 28 de abril de 1935. Essa preciosíssima aquisição para o Arcebispo e a Arquidiocese de São Paulo, não foi considerada por D. Duarte como um direito ao repouso", embora tivesse o seu *baculum senectutis* em seu auxiliar poderoso e servidor emérito.

"Nunca abdicou a alta superintendência do govêrno de sua amada Arquidiocese, porque D. Duarte tudo dirigia e controlava, com a mesma e habitual lucidez de espírito e com a mesma firmeza de atitudes". Procurou D. José documentos para escrever a vida de D. Duarte. Não terminou o trabalho.

Só o golpe desapiedado da morte conseguiu arrebatá-lo das mãos de D. Duarte, já inertes, o báculo pastoral. Foram ordenados 209 sacerdotes no tempo de D. Duarte, os últimos por D. José.

"Quem, no dia 8 de novembro, assistiu à assembléia anual da Obra das Vocações Sacerdotais, no salão nobre da Cúria Metropolitana, e, no dia seguinte, às festas solenes comemorativas do 82.º aniversário da fundação do Seminário Provincial, guardará na alma, com profunda emoção, a figura meiga e nobre, presente àqueles atos, do Arcebispo de São Paulo. E longe estaria, por certo, de imaginar então que, poucos dias depois, D. Duarte seria prostrado pela morte.

No dia 12, após as orações da noite feitas com os seus íntimos, na capela do palácio, recolhera-se aos seus aposentos, bem disposto.

Por volta das 22 horas começou a sentir-se mal. Infelizmente, não era apenas uma crise passageira, mas o prenúncio

29) Dr. Altino Arantes — O. C., 248.

de um desfêcho sombrio. Assistido pelos seus médicos, cercado de parentes, sacerdotes e amigos mais íntimos, recebeu a absolvição e a extrema-unção das mãos de D. Alberto José Gonçalves, que fôra seu mestre no Seminário de São Paulo, seu Vigário geral, quando Bispo de Curitiba, e finalmente seu colega no Episcopado.

O piedoso Arcebispo acompanhou a devota e comovente cerimônia do ritual para os agonizantes, com admirável calma, dizendo as frases do ritual que lhe cabia pronunciar.

Depois, pediu a imagem do Crucificado; fixou nela o seu olhar profundo e imóvel; levou-a piedosamente aos lábios e osculou-a, deixando-a depois cair sôbre o peito.

Seus olhos cerravam-se para sempre, sem estertores, sem contorsões musculares, como se adormecesse num doce sonho.

Estava morto o Arcebispo de São Paulo. Era a hora 1,45 da manhã de domingo, 13 de novembro de 1938".⁽³⁰⁾

Assinaram a ata do falecimento os presentes ao desenlace: D. Alberto José Gonçalves, Bispo de Ribeirão Prêto, Mons. Ernesto de Paula, Cônego Dr. Nicolau Cosentino, Cônego Deusdedit de Araújo, P.^o João Kulay, P.^o Paulo Aurisol C. Freire, P.^o Sílvio de Moraes Matos, Dr. Urbano Silveira, Isaltina Vieira Leopoldo e Silva, Flósculo Vieira e Margarida Leopoldo e Silva.

Ao ser o Arcebispo embalsamado pelo Dr. Alcides Leal da Costa, êste o fazia de joelhos. Alguém ponderou que seria melhor colocar na cama o corpo de D. Duarte, assim êle trabalharia de pé. O médico respondeu: "Homem como D. Duarte, só se poderá servir de joelhos".

4. Testamento

D. Duarte não fêz testamento legal, por nada ter para testar. Vimos os tópicos principais da sua última vontade, em 1933.

O livro de contas na Cúria Metropolitana, de 1938, relata que D. Duarte tinha doado a várias instituições que sempre auxiliava, os poucos mil réis de saldo. De modo que, ao morrer, o deve e haver eram igual a zero. Nada sobrou. Nada mesmo!

A poesia seguinte retrata o seu humilde testamento:

"Oh! almas feitas para a luz e feitas
Para a glória dos céus, imorredoura!
A vós, oh! almas puras e perfeitas,
Recomendo a minha alma pecadora!

30) D. Frei Luis Maria de Santana — «Oração Fúnebre de D. Duarte Leopoldo e Silva», págs. 13 e 14.

A vós, almas piedosas, nada deixo.
E nada deixo, porque nada tive...
Graças a Deus, fui pobre, e não me queixo...
Deus olha aquêlê que em pobreza vive...

Entretanto, apraz-me confessar, e o faço,
Testemunhando a minha gratidão:
A vós que me seguistes, passo a passo,
Devo ter tido tudo à minha mão...

Vossa constância e generosidade
Tocaram as raias do milagre, até...
Por elas fiz obras de caridade
E milagres esplêndidos de fé!

Por isso, oh! almas puras, generosas,
Nada vos deixo que um pedido só:
As vossas orações, tão preciosas,
Para a minha alma, pobre como Job...

E é temendo, mais dias, menos dias,
Ir levar à presença do Senhor
Minhas vazias mãos, brancas e frias,

Que vos suplico, pela minha dor:
Por Deus enchei as minhas mãos vazias
Com as vossas preces e com o vosso amor!"⁽³¹⁾

Todos os trabalhos de zelo e apostolado em São Paulo, desde a posse de D. Duarte a 14 de abril de 1907, em substituição a D. José de Camargo Barros, são evidentes. Paróquias novas, associações de todo gênero, aumento colossal de casas religiosas, templos, escolas, tudo enfim que pudesse acompanhar o surto maravilhoso do progresso paulista. Catedral gótica, Seminário moderno e amplo, quanta coisa para cantar o nome de D. Duarte: "Et lapides clamabunt".

Até nos últimos anos de sua vida realizou o seu dístico episcopal. Alquebrado fisicamente, encontrava sua firmeza primeiramente em Deus: **Ipse firmitas et auctoritas mea.**

A Eucaristia era o seu centro de atração. Vivia continuamente diante do Santíssimo Sacramento, governava de joelhos diante de Jesus Hóstia, a firmeza de sua vida cristã e sacerdotal. E foi por isso que Deus lhe dera arrimo e assistência acolhedora na família dedicada e modelar cujo zelo e afeição concretizam-se em D.^a Isaltina, a irmã carinhosa e benemérita.

31) Judas Isgorogota, para a «Fôlha da Manhã».

Foi também por isso mesmo que Deus lhe oferecera, no recesso do palácio e para companheiro de suas viagens, a dedicação filial do secretário. P.^o Sílvio de Moraes Matos. E quem não vê a Providência agindo prodigiosamente enviando o Anjo auxiliar da Diocese, nos últimos quatro anos, D. José Gaspar de Afonseca e Silva!

Ainda coroando tudo isto, essa plêiade ilustre dos sacerdotes de São Paulo, cooperadores decididos nos trabalhos apostólicos. Foi justamente porque o clero paulopolitano compreendeu a grandeza do seu Arcebispo, ordenando tudo em nome de Deus, **Ipsé firmitas et auctoritas mea**, que a Arquidiocese progrediu e triunfou. A par dos padres e conventuais de ambos os sexos, bons e virtuosos, os fiéis tão obedientes, tão disciplinados. Não vimos no entêrro de D. Duarte a multidão poleiforme dos diocesanos em respeitosa e venerável atitude acompanhando seu Grande Metropolita ao túmulo?

D. Duarte desempenhou suas funções arquiépiscopais das mais fecundas e salutares. Como sol fulgurante que iluminou a arquidiocese durante longos anos teve o seu penumbroso ocaso e se despediu dos presentes ao seu desenlace, na maior nobreza de quem não levou nada dêste mundo a não ser os agradecimentos, bênçãos dos beneficiados e méritos de suas particulares excelsas virtudes. Dorme tranqüilo quem, durante 71 anos, 7 meses e 9 dias, cumpriu a lei evangélica, amando a Deus sôbre tôdas as coisas e ao próximo por amor de Deus.

Executou o que escrevera no santinho de posse: **Laus Deo, proximo salus, mihi labor.**

De fato sua vida fôra um contínuo cântico de louvor a Deus, dia e noite. Cuidou sempre, como ninguém, da salvação eterna dos seus diocesanos. O trabalho nas paróquias e nas dioceses em que serviu, notória e proficientemente, mostra a veracidade do seu propósito de trabalhar, confiado em Deus: **Ipsé firmitas et auctoritas mea.**

Trabalhou até morrer, pois sômente a 13 de novembro de 1938 conseguiu o descanso profundo.

Realmente Jesus Cristo fôra a firmeza de D. Duarte Leopoldo e Silva, a garantia absoluta de sua autoridade. Que admiração, portanto, que seja Ele sua glória, recompensa e sua bem-aventurança por todos os séculos dos séculos?!

Assim seja.

O CAMINHO DE LUÍS PEDROZO DE BARROS

Jorge Balestrini Filho

— I —

Em 1720, com o desmembramento de Minas Gerais, que passou a formar capitania à parte, a sede da de São Paulo, até então em Ouro Preto, se fixou no planalto piratiningano. Pedro Álvares Cabral foi designado para dirigi-la, em dezembro de 1721, tendo recusado o cargo no dia 5 de setembro do mesmo ano, foi nomeado o capitão general Rodrigo César de Menezes, com ordens de embarcar o mais breve possível.

Uma de suas preocupações iniciais prendeu-se à ausência de caminhos terrestres, por onde pudesse se processar o escoamento de cargas e animais, mórmente gado, para abastecimento das minas de Cuiabá. E dessa maneira reter *in loco* os bandeirantes e buscadores de ouro. Raciocinava praticamente: abrir caminho mais rápido, fornecer mantimentos; menos preocupados a respeito, poderão produzir mais e aumentar os lucros.

Expediu um bando com caráter de concorrência. Os interessados diriam das condições para abertura do caminho por terra para as minas cuiabanas, os “prêmios” e “honras”, a que aspiravam especificando “as conveniências que se lhe hão de fazer, respeitando o trabalho, a despeza q’ hade ter”. Lançado a 23 de novembro de 1721, em S. Paulo, e simultâneamente em Santos, Itu e Sorocaba, dava-se prazo aos requerentes até o dia 24 do mês seguinte. Rezava o bando:

“Rodrigo Cezar de Menezes, etc. — Por ser conv.^{te} ao real serviço de S. Mag.^{de} q’ D.^s g.^e, e aos moradores desta capp.^{nia} abrirse o caminho p.^{lo} certão p.^a as novas minas do Cuyabá, p.^s ficar mais facil a todos o hirem, e virem com cavalos, e cargas com mais comodidade de q’ até gora experimentão pellos rios por onde se navega assim a resp.^{to} da dilação como do risco, secos, e correntezas do d.^o Rio, e tendo consideração a todas estas razões pello grande dezejo, q’ tenho de procurar adiantar todas as utilidades dos moradores desta cap.^{nia}, e q’ ella seja a melhor, e mais abastecida, tenho procurado, q’ algumas pessoas della abirão caminho em direitura pello certão, de sorte q’ fique a todos mais facil, a sua condução, e por q’ nesta capp.^{nia} ha pessoas abastadas de escravos, e com prestimo, e intelligencia, p.^a emprederem, e

conseguirem o fim desta delligencia logo: Ordeno, e mando q' toda a pessoa q' quizer abrir e d.º cam.º, pode vir fallarme, ou apresentarme petição em q' declare o quer abrir, e as conveniencias que se lhe hão de fazer, respeitando o trabalho, e a despeza q' hade ter no d.º caminho, por q' se hade fazer o ajuste com aquella pessoa, q' se entender o fará logo, e pedir os premios, e honras, q' forem iguaes ao serviço q' hade fazer, e toda a pessoa q' quizer fazer este serviço a S. Mg.^{de} apresentará a sua petição na Secretr.^a deste Governo até 24 do mez q' vem, p.^a eu tomar sobre este particular o expediente q' for mais conveniente ao real serviço e p.^a q' chegue a noticia de todos mandey lançar este bando, q' se publicará na praça desta cid.^e e ruas p.^{aes} della, e depois de reg.^{do} na Secretr.^a deste Governo se fixará no corpo da guarda. Dado nesta cid.^e de São Paulo aos 23 de Novr.^o de 1721. — O Secretr.^o do Govr.^o Gervasio Leyte Rebello a fes. — Rodrigo Cezar de Menezes. — Tambem se mandou lançar na Villa de Santos, Outú, e Sorocava.” (1)

Ao fim dêsse prazo se haviam apresentado: o capitão Bartolomeu Paes de Abreu, Manuel Simões de Andrade, Francisco da Cunha Soares e Manuel Godinho de Lara (2).

Rodrigo César convocou uma junta para a escôlha, compreendendo os officiaes da Câmara, o ouvidor geral Manuel de Melo Godinho Manso, o desembargador ex-ouvidor-geral Rafael Pires Pardinho, o provedor dos quintos e procurador da coroa capitão João Dias da Silva, mais João de Camargo Pires, João Franco Moreira, Antônio de Camargo Pires, Manuel Luís Ferraz, João Delgado Camargo, Antônio Pinto Duarte, João de Lara da Cunha, Matias de Oliveira Lôbo, Antônio Paes das Neves e Gervásio Leite Rebelo que secretariou (3). O que ocorreu, sabemos por via apenas do próprio governador: os officiaes se haviam inclinado pela proposta de Manuel Godinho de Lara “por ser a mais vantajosa”. Dois dos sócios dêste vêm citados na provisão de 19-1-1722: o sargento mór Manuel Gonçalves de Aguiar e Sebastião Fernandes do Rêgo (4)

As condições, com ressalva de que não haveria despesas por parte da fazenda real, seriam a de fazer o caminho em seis meses em troca das passagens dos rios por seis anos. Mas considerando que Sebastião Fernandes do Rêgo, posteriormente famoso pelas

1) Doc. Int., Vol. XII, pág. 15. Sem embargo no bando apontasse a conveniência ao real serviço e aos moradores da capitania, o que nos revelam as atitudes tomadas durante a sua medíocre gestão, traduz de fato interesses da coroa, mas quase sempre em detrimento da população.

2) Equivocamente Gentil de Moura coloca Luiz Pedrozo de Barros como concorrente em seguida ao bando. A verdade é que Luiz Pedrozo só aparece em junho de 1723.

3) Revista do IHG Brasileiro, tomo especial I, pág. 223, 1956.

4) Revista do Arq. Municipal, vol. XII.

implicações na morte dos irmãos Leme e na falsificação dos cunhos de quintar ouro, integrava a sociedade, talvez vislumbraassem outras perspectivas de lucros, em idênticos moldes quiçá aos pedidos por Bartolomeu Paes de Abreu. Êste sertanista ilustre entra na história das estradas já antes do início da gestão de Rodrigo César.

A capitania paulista não sentira ainda o desmembramento da porção de Minas Gerais e servia-lhe de sede dos governadores ou capital — Ouro Preto. O sertanista Gabriel Antunes Maciel ⁽⁵⁾, em abril de 1720, acertou com o Conde de Assumar a abertura do caminho terrestre de S. Paulo para as minas cuiabanas, exigindo em paga a concessão para explorar as passagens dos rios, pelo prazo de cinco anos. Obteve provisão favorável, na qual se “insinuavam” mais favores. Contudo não se concretizou um acôrdo final e Gabriel Antunes, medindo os percalços que o sertão impunha, as canseiras e o capital necessário para a empresa, “desistiu do seu intento”, e abalou em companhia de parentes e outros bandeirantes para as minas de Mato Grosso. Entre os entendimentos iniciais para abertura do caminho e a desistência, não medeou muito tempo ^(5-a). Antes mesmo dessa desistência, Bartolomeu Paes de Abreu se interessou pelo negócio e, à frente de outros sócios, representou (em 25 de maio de 1720) ao monarca lusitano, propondo a abertura do caminho que, partindo da povoação mais afastada de São Paulo, então Sorocaba, dentro de um ano atingiria as minas de Cuiabá. O trabalho seria exe-

5) Doc. Int., vol. XXXII, pág. 318. — Dicionário dos Bandeirantes, de Carvalho Franco, pág. 228: «Em 14 de abril de 1721 o governador de São Paulo e Minas concedia-lhe licença para abrir um caminho de Sorocaba a Cuiabá, evitando os perigos do Rio Tietê, indo pelos campos de Ibicatu até o rio Paraná e da lagoa Sanguessuga, no alto do rio Pardo, até os rios Taquari, Piquiri e de São Lourenço, conferindo-lhe direito de passagem nesses rios.» Deve ser abril de 1720.

5-a) As enormes distâncias, as dificuldades de comunicação, a burocracia administrativa provocavam situações na Câmara Municipal de São Paulo, como a que nos retratam as atas paulistanas: «Aos 3-6-1721 a câmara Gabriel Antunes, morador na villa de Sorocaba, apresentou provisão passada pelo G.^{or} cap.am g.al para abrir caminho para Cuiabá; na qual ordena a êste senado lhe taxe as canoas; que lhe concede, por 5 anos, em nome de Sua Majestade e ordenarão por seu mandado, Levasse na Passagem do Rio Grande; por cada pessoa e carga, duas patacas; e de passar hum cavallo coatro patacas; e no Rio Taquary, que levasse, por cada pessoa e carga, coatro vintens em cujo mandado lhe ordenarão não excedesse aos ditos preços, e de tudo o que se resolveo, foy lançado ao pp da dita provizão que se entregou ao P.^{or} do dito Gabriel Antunes depois, de ser registrada no Livro do Reg.^{to} e outrosy, se escreveo e remeteo hua carta, Rogatoria p.^a o P.^e Prior do Carmo; Pedindo des Indios p.^a acompanhar o C.B.^{meu} Paes de Abreu; tâobem pera fazer o dito Caminho do Cuyabá em cuja dilig.^{ca} vay; e de tudo se fez este termo em que assignarão e eu Manoel Luiz Ferraz escrivão da Cam.^{ra} que o escrevy — Lara — Delgado — Veiga — Neves — Duarte». Actas da Cam. Mun. de S. Paulo, vol. IX, pág. 64.

cutado sob sua inteira responsabilidade financeira. Em troca pediu concessão, com exclusividade para êle e seus sócios abastecerem de gado os mineiros e adventícios às minas durante 9 anos, condicionando ainda aos itens seguintes: que, ao começar as obras, fôsem vedadas passagens de gado para as minas de Cuiabá, salvo para êle ou a quem transferisse êsse direito; “que nenhũa pessoa poderá passar gados vacuns do Rio Paraguay p.^a dentro e do Rio Botetey e suas cabeceiras athé o Rio Parnehiba, que desagua no Rio Grande”; que o gado que ultrapassasse essas demarcações, bem como “cavalos”, escravos e todo o gênero de fazenda que for indo no transporte do d.^o gado, e se procederá em tudo a sequestro como fisco Real; ametade p.^a a Coroa, e outra ametade p.^a ele interessado Bartholomeu Pais de Abreu”; que, sob pagamento, lhe cedessem 20 índios das aldeias reais; que durante 9 anos lhe fôsse facultado exclusividade de bravio, das vacarias ⁽⁶⁾.

A resposta, mesmo tendo em conta a distância entre a colônia e a metrópole, começou a tardar. E como o Conde de Assumar, governava de Ouro Preto a capitania de S. Paulo, cujo território, além de Minas, compreendia Mato Grosso, Goiás e todo o Sul, Bartolomeu Paes expôs à Câmara o seu plano: através dos morros de Botucatu, sair pelos campos de Vacaria e daí buscar as minas cuiabanas. A Câmara ⁽⁷⁾ concordou, não o fazendo, entretanto, o governador Rodrigo César de Menezes que, ao chegar, se abespinnhou por não encontrar o sertanista que procurava, apesar dêste lhe ter deixado carta explicativa da ausência (25 de julho de 1721): iria “ver se poderia ser-lhe fácil fazer algum descobrimento para logo que o achar principiari abrir caminho” ⁽⁸⁾. Sua

6) Observa T. Piza, no rodapé, Doc. Int., vol. 32, pág. 19: «Vacaria de Matto-grosso, entre o rio Paraná e a serra Maracajú. O caminho por ahi já existia e era o mais antigo para o sertão. Por ahi seguiram Antonio Raposo e Pedroso Xavier para o Paraguay em 167.» O nome teve origem, em razão do gado que, dispersado quando da destruição das reduções jesuíticas, se asselvajou. Essas extensas campanhas eram palmilhadas por paulistas e castelhanos. Pedro Taques refere-se ao episódio entre Pedro Leme da Silva, alcunhado o Torto, e um mestre de campo castelhano, da provincia paraguaia. Como diplomáticamente o castelhano chegara a persuadir o cap. mor Brás Mendes Paes, e outros acompanhantes, a concordarem em reconhecer, por escrito, que aquela enorme porção pertencia ao monarca espanhol, Pedro Leme engatilhou sua escopeta e alto e bom som significou que sustentaria, com a sua vida, a posse da região para o rei de Portugal. Abriram-se então os olhos daqueles homens simples, que acabavam de assinar o papel, e o castelhano, percebendo que o jôgo não finalizara bem, por prudência retirou-se logo (Apud Azevedo Marques, Pedro Leme da Silva).

7) É o que se depreende das atas.

8) Doc. Int., vol. XXXII, pág. 4. No rodapé, Antonio Toledo Piza equivocadamente explica: «O caminho de que aqui se trata devia ir da Laguna, em Santa Catharina, à colônia do Sacramento, no Rio da Prata; não chegou a ser aberto porque Bartholomeu se mudou para Cuiabá.» Êste final não corresponde outrossim aos fatos.

irritação prendia-se ainda ao fato de ser intermediário do rei, que pedia esclarecimentos quanto ao teor da representação de 25 de maio de 1720: perguntava-se no Conselho se o caminho era por terra ou por mar...⁽⁹⁾. Em seu retôrno, Bartolomeu Paes especificou e detalhou em que condições abriria o caminho. O documento tem, parece, o mesmo teor do endereçado a D. João V.

Alegou, contudo, o governador que êle, Bartolomeu Paes, deveria ter aguardado resposta de sua representação ao rei, antes de iniciar a empresa. Mas agira em contrário. E mais: sabendo que êle, Rodrigo César de Menezes, se achava desembarcado no Rio de Janeiro, donde viria para gerir o govêrno da capitania paulista, se ausentara da cidade sem esperar ou conhecer qualquer resolução sôbre o seu pedido. E indeferiu. Na verdade, era apenas questão de vaidade pessoal ferida. Melindres, que traduziu de maneira diferente à metrópole. Como não podia levantar suspeita da idoneidade de sertanista, que gozava de grande prestígio, anulou-lhe todo o trabalho anterior. Assim informou ao monarca lusitano: "Na forma da ordem de V. Mag.^e procurei examinar as posses e intelligencia q' tinha o Cap.^m B.^m Paes de Abreu e achei ser hum dos homens honrados desta Capitania, mas sem possibilidade, nem conhecim.^{to} algum do sertão por falta de experiencia pello não haver cursado nunca, por todas as circunstancias, como tambem por haver desestido da empreza. Me pareceu dizer a V. Mag.^e não devi ser admitido assim como o poderá ser outrem no caso em que a intente, pois poderão servir de grande utilidade à Real Faz.^{da} de V. Mag.^e e descobrirem-se e povoarem-se as d.^{as} terras, e achando quem o faça darei conta a V. Mag.^e p.^a q' disponha o que for servido — D.^s G.^e a Real pessoa de V. Mag.^e — São Paulo, 19 de setembro de 1722. — Rodrigo Cezar de Menezes"⁽¹⁰⁾.

A carta sugere algumas considerações:

O reconhecimento público da probidade e alto conceito de que Bartolomeu Paes gozava em São Paulo. Literalmente era o que, na época, qualificavam de "homem bom", isto é, apto para assumir e gerir cargos diretivos públicos. Reunia condições financeiras para responder pessoalmente pelo empreendimento, como seria pouco depois um dos esteios subvencionados de Bartolomeu Bueno nos descobrimentos de ouro em Goiás.

Forte injustiça essa de negar-lhe experiência das coisas do sertão. Provinha de uma cepa de bandeirantes lídimos, sendo assás experto nas lides sertanejas. Não tinha talvez bossa para procura do ouro, mas se associava aos bandeirantes como elemento de retaguarda, revelando-se um abridor por excelência de estradas e conhecedor emérito de tôda a região afeta à capitania

9) Revista do I.H.G.B., tomo especial, pág. 222, 1956.

10) Doc. Int., pág. 23.

paulista. O governador afrontara a verdade, o que não é de estranhar visto a concepção de mando dos governadores portugueses na colônia, que amiúde raiava pelo ridículo, em contra-posição com o servilismo exagerado em face da autoridade real.

O fato, porém, acarretara grave prejuízo ao sertanista que, no entretanto da espera, evidentemente concluindo pela anuência à sua proposta, já havia dado grande andamento aos trabalhos de abertura do caminho. É dêle próprio o relato: "Sayo o Supp.^{te} desta Cidade em tres de Ag.^{to}, levando em sua companhia trinta pessoas p.^a o trabalho, p.^a o seo comboy dez cavallos com duzentos e quarenta e oito cabessas de gado, p.^a dellas se valer no sustento do Certão a q' hia".

Entrou o Supp.^{te} pl.^o termo da V.^a de Sorocava, e passando a corda de Ibicatu p.^a diante buscou o Ryo gr.^{de} p.^a o passar na vizinhança do Ryo Pardo, por ser esta a parte livre do risco do gentio nação Cahyapó, q'empede o passar mais a riba, e do Ryo Verde comessão as suas campanhase surcão athé dentro dos Corraes da Bahya, e senhoream mais de trezentas legoas, e sem primeyro ser destruhido este inimigo, senão pode livrem.^{te} passar seos destritos.

Acha se o supp.^{te} em oitenta legoas pouco mais ou menos desta Cidade com caminho feito p.^a as Minas do Cuyavá, de muyta conveniencia p.^a esta cidade, e Villas Parnahyba, Utû e Sorocava, e passando os Povoados das Villas já com sinco plantas feitas, sendo as do supp.^{te} as ultimas q' mais vezinho ao Ryo grande se acha com duzentas e trinta cabeças de gado, e com picada feita p.^a com o mantim.^{to} do anno prezente botar o Caminho ao Ryo Gr.^{de} e para continuar pella mesma p.^{te} q' o Capp.^m Gabriel Antunes propoz, enteresando o direito Real das passagens dos Rios que lhe foram concedidas na forma da provizão fl. 8, e contudo dezestio da impreza, e se foi p.^a as Minas"... (11)

Dano outrossim para os mineiros, cuja situação alimentar já era crônicamente precária.

Situação bastante desagradável foi gerada pela concessão pró Aguiar, Lara, Rêgo e sócios. Sem embargo da escolha pela Câmara, presentes os homens bons, sentia-se a pressão do governador pesando em favor dos reinóis que se propunham a executar os trabalhos de abertura em apenas seis meses. A provisão foi

11) Boletim V, pág. 10. A resposta de Rodrigo Cesar data de 7-1-1722. Diz Gentil de Moura: «No dia seguinte ao dessa provisão, Bartolomeu Paes fêz requerimento a Rodrigo César pedindo reconsideração dêsse ato, pelo qual requerimento se vê que os três sócios pretendiam atacar a estrada pelo lado do rio Grande, de modo a sair no trabalho já feito pelo requerente e que necessariamente seria utilizado por êles». Nessa bem fundamentada exposição, insiste no seu direito sôbre ela, pedindo que lhe fôsse dada com a mesma regalia com que a deram a Manuel Godinho, comprometendo-se a abrir em menos de seis meses e abastecer de gado as minas pelo prazo de 9 anos». Revista do I.H.G.S.Paulo, vol. XIII, pág. 129.

passada em 17 de janeiro de 1722. Em síntese, bate na tecla da necessidade e importância do caminho para “conduzir boiadas e cavalgaduras sem risco até o rio Grande”, rememora o bando de dois meses antes, historia os percalços da via dolorosa pelo Tietê, as tentativas de Gabriel Antunes que pedira por prêmio os rendimentos de tôdas as passagens dos rios por cinco anos e que “taxados os presos das passagens dos rios desistira”⁽¹²⁾ e que também a tinham notícia que por êste mesmo motivo havia Bento Leme Pais de Abreu e seus sócios feito semelhante oferecimento de abrir o dito caminho pedindo por prêmio muito avantajadas conveniências e interêsses”; “que êles (o sargento Manoel Gonçalves Aguiar e sócios) o qual caminho se obrigarão com suas pessoas e fazendas fazer capaz em tempo de seis meses”. Partiriam nas oitavas da Páscoa próxima com a condição de lhe darem 20 índios das aldeias da capitania, sendo o jornal por conta dêles; “que no tempo de seis annos primeiros depois de aberto o dito caminho não poderia pessoa alguma de qualquer calidade ou condição mandar gado vacuum para as ditas povoaçoes e minas novas descobertas ou por descobrir no dito certão de Cuiabá e seu caminho, ahonde elles suplicantes se obrigarão prover de todo o gado vacuum”, e que se alguém intentasse introduzir o gado, seria o mesmo confiscado bem como os escravos ficando a metade para elles e a outra metade para a coroa”. Mais acolá pediam terras da barra do rio Aguapei até a barra do Guaray, tres leguas de barra à barra, e daí pelo sertão até os campos gerais de jutuatú; que êles não pagariam tributos nas passagens por seis annos. Continua a bem estirada provisão, que à vista do exposto votaram a favor; que para possam abrir caminho o mais breve possível, concedia 20 índios, sob pagamento dos suplicantes, as terras pedidas, e proibição de qualquer pessoa introduzir gado nas minas por seis annos, tempo em que concedia a passagem dos rios, e que o caminho devia ser feito até o último de setembro do presente ano (1722).⁽¹³⁾

Ato continuo à decisão dos homens bons e da câmara, Bartolomeu Paes representou. Contou desde os percalços iniciais com o superior da aldeia de Barueri, para o jornal de 10 índios que o seguiriam na base de 4\$000 réis mensais, a gente, animais e gado, e a trabalhadora tôda. Chama atenção para a rota a enfrentar, após atravessar o rio Grande, caminho idêntico ao de Gabriel Antunes Maciel, que renunciou principalmente pelo volume das despesas. Frisa que não haveria gastos para a fazenda real, “e para q’ se não duvide o poder e atividade do supp.^{te} se quer obrigar a fazer o dito Caminho dentro em oito mêzes, dando

12) Vide Atas da Câmara Municipal de São Paulo, vol. IX. Não houve nenhum Bento Leme; deve ter havido engano do copista que confundiu Bento com a abreviatura de Bartolomeu.

13) Revista do Arquivo Municipal, vol. XII, págs. 97-101.

fiança a importancia de sincoenta mil cruzados p.^a a sua custa se fazer passados os oito mezes, no cazo q' o não dê feito", e pedia outrossim que garantias idênticas os demais também a dessem. Depois, sim, determinasse o governador em consonância com o de direito. E lembra que êle foi o primeiro.

No entanto, o governador, no seu despacho, rememorou apenas o anterior, e a escôlha da câmara em favor de Godinho Lara, que executaria o serviço em sômente seis meses.

A impressão é de que Bartolomeu tentou ainda continuar, não obstante a falta de regalias. Mas não chegaria ao remate, porque o governador satisfez o seu extravasamento, vedando abertura de caminho nôvo para as minas de Cuiabá, e mórmente por Vacaria ⁽¹⁴⁾ Alijou-o em definitivo para, ao depois, traduzir ao rei cìnicamente: desistiu da emprêsa, "não deve ser admitido".

E com os sócios Godinho, que ocorreu?

De início, tudo bem. Contavam com o afastamento de Bartolomeu Paes, o que de fato se deu, para aproveitar-lhe parte da estrada. Aparentemente o bando sôbre Vacaria estava fora dos planos. E Rodrigo César contava ao Vice-Rei que os trabalhos da estrada haviam começado no dia 25 de abril, "e segura o homem dallo acabado, nos fins de Agosto, capas de hirem boyadas, e cavalgaduras com cargas". E dando como feito o por fazer: "Sebastião Fernandes do Rêgo, pessoa de muita capacidade e zêlo e a quem se deve aumento dos dizimos reais e a abertura do caminho para as novas povoações e minas do sertão de Cuiabá" ⁽¹⁵⁾.

Correram meses. Menos de dois faltavam para vencer o prazo oferecido por Godinho, e Rodrigo César não tinha notícias sôbre o andamento do serviço. Entrou a pensar no assunto, e,

14) Doc. Int., vol. XII, pág. 25. «Reg.^o de hũ bando p.^a ninguem abrir caminho novo p.^a as Minas de Cuyabá, nem hir a Vacaria (1). Rodrigo Cezar de Menezes, etc. — Por.' hé conv.^{te} não só p.^a a boa arrecadação dos quintos reaes, como tambem p.^a o bem comum, não haver differentes caminhos p.^a as novas Minas do Guyabá, pello prejuizo q' se pode seguir delles divertindosse o ouro, q' tiver p.^a esta cid.^e; e porq' pello citio a q' chamão a Vacaria poderão algũas pessoas intentar abrir caminho: ordeno e mando q' nenhuma pessoa desta Cap.^{nia} de qualq.^r calid.^e, e condição q' seja, vâ, ou mande a d.^a paragem chamada a Vacaria, nem intente abrir caminho por outra qualquer p.^{te} e o q' fizer o contr.^o emcorrerá na pena de dês annos de degredo p.^a o Reino de Angola e dous mil cruzados p.^a a fazenda real, e indo algum indio ou negro, com a mesma deligencia emcorrerá na penna de degredo, e levará quatro centos assoutes, e p.^a q' venha a noticia de todos, e não possão allegar ignorancia, mandei lançar esta bando q' se publicará na praça desta cid.^e e ruas p.^{acs} dellas, e depois de reg.^{do} nos Livros da Secr.^{tr.} deste Governo, nos da Camr.^a, e ouvidoria geral, se fixará no Corpo da Guarda. Dado nesta cida.^e de São Paulo aos 27 de março de 1722. — O Secr.^{tr.} Gervasio Leyte Rebello a fez. — Rodrigo Cezar de Menezes.

(1) Refere-se à região situada entre a serra do Maracaju e rio Paraná ao sul do rio Pardo, a que se dava o nome de Vacaria. A colonia de Iguatemi estava nessa região, na parte do sul, encostada ao Paraguai. (N. da R.)»

15) Revista do I.G.H.B., 1956, Tomo especial n.^o 1, págs. 198 e 224.

a título de justificativa ao que se percebe, reverdeceu os fatos, repisando o porquê da escolha de Godinho. É que lhe estavam atravessados na garganta a atitude de Bartolomeu Paes, o seu afastamento e o não cumprimento das ordens reais para esclarecer quanto ao pedido do sertanista e sua pessoa. Doze dias depois escreveu, com quase já um ano de atraso, mentindo sobre o bandeirante (que não teria capacidade nem conhecimento para a empresa), que outro poderia ser aceito para abrir o caminho. A essa altura, embora por orgulho e preservação de prestígio não confessasse, quase não tinha fé no êxito de Godinho. Nem o nomeia, mas genericamente: “poderá ser outrem no caso em que a intente”. E mais claro: “achando quem o faça darei conta a V. Mag.^o”⁽¹⁶⁾

Que aconteceu com Godinho?

Levou pouca gente, alguns morreram, outros se tornaram imprestáveis para o trabalho, em razão de doenças, alguns desertaram, sendo que 13 índios, tirados de aldeias, fugiram de uma só vez. Venceu o prazo estipulado para entrega das obras, e estas ainda em meio. Chegou o tempo da estação chuvosa paralisando praticamente tudo. Dobrou o prazo e nada. Nem notícias do empresário. Queixava-se em carta o governador: “tem passado mais de hum anno sem saber a causa de sua dilação”.⁽¹⁷⁾ E não concordava com as atitudes de Godinho que, a seu ver, estava amolecendo: “E não posso entender este vagar de Manoel Godinho p.^a quem prometeu fazello com tanta brevidade, e não tem deixado de prejudicar muito a sua demora”⁽¹⁸⁾. Embora a esta altura, conforme o Provedor do Registro do Rio Grande, Domingos da Silva Monteiro, estivesse “tão avançado o caminho”.

Não obstante o vencimento do prazo, ainda prevaleciam as condições propostas inicialmente, mesmo quando o sertanista Luís Pedrozo de Barros se propôs a abrir o caminho. É o que se depreende desta carta: “devo advertir” “se o homem, q’esta encarregado de tal abertura, sahir com elle, por parte conveniente, deve ter lugar, ainda que o não hajão de ter as condições dos seus socios, como por não ser justo haver mais q’hum caminho”⁽¹⁹⁾.

Godinho, retornando de sua empresa inacabada, trocou idéias com o governador. Fêz-lhe êste sentir que outro sertanista estava fazendo a estrada sem impor condições, nem prêmios, e que o contrato caducara em virtude do não cumprimento. Godinho então se ofereceu para voltar, desta vez sem nenhuma compensação, o que foi aceito. E em agosto de 1724 se encontrava nesse serviço: “Tambem espero q’ o primeiro com q.^m se ajustou abrir

16) Doc. Int. vol. XXXII, pág. 23.

17) Doc. Int. vol. XX, pág. 69.

18) Doc. Int. vol. XX, pág. 65.

19) Doc. Int. vol. XX, pág. 72.

saya com elle, pois, foi sem ser obrigado mais q' de capricho e não querer nada pelo dito serviço, e qualquer que o abra se escolhera o mais conveniente por convir hum so" ⁽²⁰⁾ Três meses depois chegaram notícias animadoras a respeito, esperanças renascidas de pouca duração. Ou Godinho não levou de vencida a estrada, o que é mais provável, ou fôra preferida, a que Luís Pedroso concluiria no ano seguinte "por mais conveniente". Daí em diante os documentos lhe silenciam o nome, ligado ao empreendimento.

Bartolomeu Paes de Abreu e Manoel Godinho Lara não finalizaram o capítulo da primeira estrada para as minas de Cuiabá. O primeiro, prejudicado e afastado pelo próprio governador. O roteiro dêste caminho foi o referido acima: de Sorocaba procurou os matos entre os rios Anhambi e Paranapanema, atravessou o serro de Botucatu diante da passagem do rio Jacori e buscou o Rio Grande entre os rios Aguapei e Ugurai ⁽²¹⁾.

Quanto a Manoel Godinho: ... "não estava seguindo aquêlê caminho. Certamente que ia paralelo ao caminho de Bartolomeu Paes, mais por cima, passando por Botucatu e seguindo à meia distância do Tietê a Aguapei, de modo a sair na Camapuã, região banhada pelo rio Pardo, importante afluente da margem direita do Paraná. Incontestável, parece-nos, é que Manuel Godinho desejava atingir um ponto próximo à barra do Aguapei, onde pretendia obter terras, como se pode ver pela provisão de 19 de janeiro" ⁽²²⁾.

O terceiro a intentar a abertura do caminho terrestre para Cuiabá, seria Luiz Pedrozo de Barros. Conduziria a tarefa a bom termo, em duas etapas: abrindo picada e tornando-a caminho praticável para a passagem de cargas e animais.

O objeto dêste trabalho prende-se à rota do sertanista Luiz Pedrozo de Barros e à sua obra.

— II —

Dentre os 13 filhos de Lourenço Castanho Taques, o môço, e Maria de Araújo, Luís Pedrozo de Barros, conhecido outrossim por Luís Pedrozo Castanho, se singularizou na luta contra os emboabas e na abertura do oficialmente primeiro caminho terrestre para as minas de Cuiabá. Herdara dos pais e avós a riqueza, mas sobretudo a vocação e a têmpera do bandeirante. Ao que parece recebeu alguma instrução escolar, pois sabia ler e escrever, e revelou-se orador convincente quando à testa da tropa

20) Doc. Int. vol. XXXII, pág. 83.

21) Revista do I.H.G. de S. Paulo, vol. XIII, pág. 129.

22) Revista do Arquivo Municipal, vol. XII, págs. 97-101.

paulista para revide à traição dos portugueses. Nesse episódio histórico, a par de sua intrepidez e belicosidade, sobressaiu-se como líder. Toledo Piza, lembrando que pertencia à alta fidalguia paulista, afirma que era um tanto temerário ⁽¹⁾, defeito que, na época, se impunha como qualidade. “Colérico e acelerado”, diz Machado d’Oliveira ⁽²⁾. O melhor retrato de sua coragem é fornecido pelo P.^e Manoel da Fonseca que historiou a luta quarenta e poucos anos após: “mandarão os Paulistas, que guardavam as casas, pedir ao Bueno ⁽³⁾, que estava na atalaya com a mayor parte do exercito, municeiros: mas achando-o os mensageiros com animo de levantar o cerco, e retirar-se, ou porque o medo os incitava áquella resolução, ou porque se tinha mettido entre elles a discordia; voltarão para as casas, desanimando muito com esta noticia aos que as defendião. Não faltarão logo alguns, a quem parecesse bem a resolução, e quisessem seguir o exemplo: mas Luiz Pedrozo, sentindo o desmayo, lhes fes huma practica, dizendo que estando a victoria nas mãos, seria cobardia deixar o inimigo ja prostrado, e quazi rendido: e que ausentando-se os companheiros, caberia mayor gloria aos poucos, que vencessem: que para elles vencerem, não eraõ necessarios mais, pois os tinha ensinado ja a experiencia que sem elles tinhaõ até então pelejado, e reduzido ao inimigo ao miseravel estado, em que se achava: e que podendo elles só rezistir a tantos, porque não poderiaõ agora render aos poucos, que restavaõ. E finalmente, que no caso, em que elles quizessem por nodoa na sua fama, deixando cobardes a batalha, que elle o não faria; pois lhe seria melhor ficar morto como valente no campo, do que apparecer com o dezar de fugitivo em S. Paulo.

Animados com esta razoens investiraõ ao Fortim com tal furia, que, fazendo muito fogo, e mettendo grande espanto, determinaraõ render-se os cercados.” ⁽⁴⁾ Mas Luís Pedrozo não se assenhoraria do reduto porque o sertanista João Antunes Maciel, que combatia do lado dos portugueses, espalhara o boato de que estava a caminho e perto um exército para submeter os paulistas ⁽⁵⁾. O nosso sertanista retornou ao solo natal, Parnaíba, onde casou com Agostinha Rodrigues ⁽⁶⁾. Não deixaria geração. Passado algum tempo, em 1712, ver-se-ia envolvido na tentativa de assassinato do desembargador sindicante Antônio da Cunha Sotomayor. Este magistrado viera a São Paulo, procurando levar a

1) Documentos Interessantes, vol. 32, pág. 83.

2) Quadro Histórico da Província de São Paulo, 2ª ed., pág. 121.

3) Amador Bueno da Veiga.

4) Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes da Companhia de Jesus da Província do Brasil, pág. 216, ed. da Cia. Melhoramentos.

5) Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil, de Francisco de Assis C. Franco.

6) Idem.

bom têrmo a prisão de Bartolomeu Fernandes Faria que, des-cendo em Santos, forçara os arrematantes de sal a abrirem os armazéns, donde tirara o produto que podia transportar, pagando-o, porém, “por seu justo valor, dando margens para lucros razoáveis”.⁽⁷⁾ Não logrou, todavia, a colaboração desejada. Diz Taunay: “chegando a São Paulo cubiçou o gravibundo magistrado certa môça por nome Rosa Maria de Siqueira, filha de Luiz Castello Branco e d.^a Isabel da Costa Siqueira, moradores da cidade e pessoas de posição social”.⁽⁸⁾ E violentou-a. O escândalo provocou forte reação de alguns de famílias principais que buscaram a casa do desembargador “para o matarem, e pelo não acharem nella lhe arrombarem as portas, e fazerem outros dezacatos e excessos”.⁽⁹⁾ A provisão régia, de 17-11-1713, mandando prender os implicados, tem anexa a”

Relação das pessoas que hão de prender em qualquer parte que se acharem, logo que se receber a Provisão que os acusa pela referida:

Valentim Pedrozo morador na V.^a de Pernahiba.

Manoel d’Azambuja.

Manoel Rodrigues Penteado.

Francisco Bueno, irmão do Capp.^m Mor de S. Paulo.

Luiz Pedrozo.

Sulpicio Pedrozo.

Francisco Jorge, cunhado do Capp.^m Mor de S. Paulo.

Domingos Padilha.

Salvador Correa.

Brás de Moura, sobrinho.

Joaquim Colaço, f.^o de Gonçalo Godoy.

João de Barros, sobrinho do Capp.^m Mor Pedro Taques.

Os Bastardos e Correios que constar serem do P.^o Guilherme Pompeo.

Bermeu Friz de Faria, recomendado.⁽¹⁰⁾

A relação fôra feita e enviada pelo desembargador ofendido. A ordem era para primeiro prender e depois proceder à devassa.

De início, as ordens reais vinham severas. Com o decorrer dos tempos, todavia, e mais conhecidas as arbitrariedades de Sottomayor, os próprios conselheiros do rei acabaram por sugerir menos rigor. Em 1715, da relação apenas haviam encarcerado Domingos Pereira Padilha. Foi sugerido que se libertasse Padilha, e “aos mais culpados em São Paulo, com appellação e agravo para a Bahia”⁽¹¹⁾. E o processo foi se arrastando. Luis

7) Anais do Museu Paulista, Tomo V, pág. 479.

8) Idem, pág. 489.

9) Doc. Int., vol. 49, pág. 114.

10) Idem, pág. 117.

11) Anais do Museu Paulista, tomo V, pág. 501.

Pedrozo deve ter-se homisiado pelas cercanias de Parnaíba, procedendo quiçá a incursões exploradoras pelas matas e acidentes topográficos da imensa região circunscrita à vila de Itu, enquanto os anos se escoavam.

Segundo se depreende da correspondência de Rodrigo César (uma vez que não temos em mãos documentos) a sentença fôra de ordem pecuniária.

Ciente do insucesso de Bartolomeu Paes e do fracasso de Godinho Lara, Luís Pedrozo se ofereceu para abrir caminho para as minas cuiabanas propondo, a título de compensação, unicamente, o indulto da pena para êle e para os demais que haviam participado da assuada. Isto em junho de 1723, quase onze anos passados.

O governador deve ter achado ótimo o negócio. Comparativamente aos precedentes, êste pouco pedia, e ainda o que pedia nada custava. Afinal, raciocinava, o rei "por serviço menos importante, perdoou maiores delitos". Em todo caso, a solução estava além de sua alçada, mas se impunha sem tardança uma resposta. Tôda demora seria prejudicial ao começo do trabalho, pois, com a chegada das águas tudo se paralisaria, obrigando a um adiamento das obras para maio do seguinte ano. D. Rodrigo escreveu ao Vice-Rei historiando, encarecendo "a grande utilidade q' se segue a fazenda real no serviço q' este homem e os seus socios procurão fazer, achandosse nelle e nos mais não só capacidade, mas intelligencia, e posses, não attendendo a interesses seus, podendo procurallos".⁽¹²⁾ Luís Pedrozo deveria ter frisado ao governador que a resposta à sua proposiçãourgia. Compreendendo depois que a solução não dependia da autoridade paulista, propôs-se a principiar o trabalho, antes mesmo do despacho do Vice-Rei. Rodrigo César, prudentemente, lavou as mãos: se quizer ir, vá, mas não se queixe depois, se não der certo, ou o Godinho Lara terminar a estrada e a dêle fôr mais conveniente. A carta é clara:

"Quando Vm. me representou, o desejo que tinha de abrir o Caminho do Cuyaba, me ouiuo as rezôens, que hauia p.^a não pder deferir lhe, ao requerimento que me fazia, por não ser possivel tomar sobre mim a resolução de tam grande pezo, como tambem que não hera menor, o dez.^o que me acompanhava, de valer a Vm. como logo dei a execução fazendo presente ao Ex.^{mo} S.^r V. Rey do Estado, a petição de Vm. e dos mais socios, empinhandome de sorte, como poderão testemunhar as cartas, que escrevi a esse entento, recomendando muito a brevid.^e da detriminação, p.^a que pudece uir a tempo, em que Vm. o tiuece, p.^a

12) Doc. Int., vol. 20, págs.69-71. No rodapé equivocadamente explica T. Piza que o indulto pedido o era pela participação na guerra contra os emboabas. No vol. 32, pág. 159, retifica o engano.

se aproveitar, no caso q' a seu favor se rezolueçe, em cujos termos não posso dizer a Vm. se exponha a fazer esse seruiço porque não tenha dispois que queixarçe, dizendo que lho mandei fazer de-baixo de hua promeça duvidosa, e quando Vm. se rezolva como dis, devo advertir lhe não hé por ordem minha, como tambem se o homem, q' está encarregado da tal abertua, sahir com elle, por parte conveniente, deve ter lugar, ainda que o não hajão de ter as condições dos seus soçios, como por não ser justo hauer mais q' hum caminho, hé o que posso dizer a Vm. que tomará a rezoluição que lhe parecer mais conveniente, segurando lhe que em tudo, quanto puder valerlhe, procurarei não faltarlhe. G.^{do} D.^s a Vm. m.^s ann.^s São Paulo, 29 de junho de 1723. S.^{or} de Vm. — Rodrigo Cezar de Menezes" (13).

Luis Pedrozo correu o risco. Tinha já planejado o roteiro. Em sua companhia levou o cap. Lourenço Castanho, seu irmão, e o sobrinho Manoel Dias, e mais parentes e aparentados. Dirigiu-se a Itu, onde concertou os preparativos. A 2 de agôsto pôs-se em marcha. Buscou por terra o rio Capivari, atravessando-o em direitura do rio Piracicaba, se utilizando do picadão recém-aberto por Felipe Cardoso, que, pouco depois, obteria em sesmarias terras no pôrto de Piracicaba. Transpôs o Piracicaba, a jusante das corredeiras. Aqui deve ter-se encontrado com Felipe Cardoso que o ajudaria com mantimentos no decorrer dos trabalhos de abertura da mata. E atingiu logo os morros de Araraquara.⁽¹⁴⁾ De Itu aos morros de Araraquara havia picada aberta e fácil. A de Piracicaba aos morros era bastante antiga, porque nessa época já corria velha a tradição do ouro dos montes araraquarenses "que dizem ter muitos haveres", tradição que praticamente a lenda consagrou. O sertanista, que sem temor demandava as regiões mais inóspitas e agressivas, não padeceria nenhuma difi-

13) Doc. Int., vol. 20, págs. 71-72.

14) O sr. Mario Neme, em sua «História da Fundação de Piracicaba», diz: «Na verdade, é possível que Luiz Pedroso tivesse seguido por esse roteiro de B. Pais, porisso que, sob a proteção do governador, bem podia estar imune às penas daquela proibição. Assim teria seguido êle inicialmente pelo rumo da Vacaria, o qual abandonara logo em seguida, para preferir fazer a estrada pela margem direita do Tietê. Esta suposição é autorizada por uma segunda afirmação ao rei de Portugal. Quando diz: — «...e porque não tinha comodidade para irem gados se resolveu a tornar, escolhendo diferente rumo...», que dizer, o dos Campos de Araraquara.» Daria dissimilar ordem de raciocinio às suas idéias êste historiador, de ordinário arguto, caso se tivesse apercebido dêste trecho de carta, do mesmo governador: «O Sarg.^{to} mor Luis Pedrozo de Barros, q' se achava encarregado da abertura do caminho sahiu com a picada, e agora torna aperfeiçoala de sorte q' fique capas de entrar gado e cavalgaduras.» (doc. int., vol. 20, pág. 161) Para nós está claro que a picada e o caminho foram pelo mesmo local. Se o segundo caminho foi pelos Campos de Araraquara, o primeiro também: «torna a aperfeiçoala», isto é, a picadas feita anteriormente. Foi exatamente o tópicum em tela que nos convenceu de que o caminho inicial de Luis Pedroso se desenvolvera pelos Campos de Araraquara e nos induziu a pesquisas no arquivo do Estado.

culdade no seu acesso. Essa picada era usada não apenas pelos sertanistas, mas também pelos escravos fugidos, que formaram quilombos, e foragidos da justiça. Quiçá fôsse uma das vias naturais traçadas pelos próprios índios. Tanto era conhecido o caminho seguido por Pedrozo, que dois meses antes de sua partida, a 3 de junho, se deu "hum seguro" para o sorocabano Sebastião Sutil acompanhar Frei Frutuoso da Conceição Corrêa nos descobrimentos de ouro das serras de "Araquara" ⁽¹⁵⁾.

De Itu aos morros de Araraquara, Luís Pedrozo gastou no máximo oito dias, e com mais dois atingiu as cabeceiras do Jacarepepira, que já devia conhecer. Dessa paragem, seguindo margem acima, fêz funcionar seu senso direcional, admiravelmente desenvolvido em nossos sertanistas ⁽¹⁶⁾, à procura de campos. Explorou o chão compreendido hoje por Brotas, Ribeirão Bonito, São Carlos, e procurando o divisor de águas da região, palmilhou Araraquara, Taquaritinga, em direitura do Rio Grande. Achou quase sempre mato menos denso, cerrados que opunham certa dificuldade. Ressentiu-se então da falta de maior número de braços e instrumentos mais adequados para a tarefa. Consumiu cêrca de nove meses na faina, mas conseguiu abrir a picada até o Rio Grande. Fizera roças que, prejudicadas pelas chuvas, não ensejaram colheita suficiente. Felipe Cardoso lhe valera graciosamente. De retôrno à chácara, em Parnaíba, relatou ao governador os trabalhos. Êste, todavia, pelo teor do escrito, não chegou a uma conclusão sôbre a viabilidade de se enviar tropas e gados pela picada e escreveu a Pedrozo: "Faseme percizo por assim ser conveniente ao serviço de El Rey meu S.^r q' V.M. minforme com toda a individuação, e clareza, se a delleg.^{ia} a q' foi de fazer picada, descobrindo p.^{te} por onde se pudesse abrir a facilitar o caminho de povoado até o Rio Grande, se tem, ou não capacidade,

15) Doc. Int., vol. 12, pág. 91. Essa viagem, por determinação de Rodrigo César, deve ter-se realizado sem embargo ausência, até agora, de documentos mais explícitos. Enquanto Sutil se achava em São Paulo recebendo do governador o «seguro», o religioso mineralogista aguardava em Pôrto Feliz onde, para o objetivo ordenado, o cap. Salvador Vieira de Brito lhe entregou um índio. A expedição não colimou o escopo, isto é, o ouro. De outra maneira o povoamento de São Paulo seguiria rumo diferente.

Sôbre Frei Frutuoso da Conceição Corrêa, ver o livro do Cônego Luís Castanho de Almeida: «São Paulo, Filho da Igreja», pág. 57, Edit. Vozes Ltda. — 1957.

16) Em «Caminhos e Fronteiras», diz o sr. Sérgio Buarque de Holanda: «Para o sertanista branco ou mameluco, o incipiente sistema de viação que aqui encontrou foi um auxiliar tão prestimoso e necessário quanto o fôra para o indígena. Donos de uma capacidade de orientação nas brenhas selvagens, em que tão bem se revelam suas afinidades com o gentio, mestre e colaborador inigualável nas entradas, sabiam os paulistas como transpor pelas passagens mais convenientes as espessas ou as montanhas aprumadas, e como escolher sítio para fazer pouso e plantar mantimentos.» — Liv. José Olímpio Edit., pág. ?

p.^a poderem hir gados cavalgadas, como tambem se há campos com pastos p.^a o gado e no cazo q' tenha as circunstancias em q' a V.M. fallo, me dirá se está prompto, p.^a hir aperfeçoalo de sorte q' senão difficile a viagem aos viandantes, e quando p.^a a dita falte a V.M. algua couza, poderá representalo p.^a lhe dar a providencia necessaria, advertindo a V.M. o q.^{to} he prejudicial ao Gov.^o de El Rey meu S.^r e bem comum qualquer dillação, e não menos ficará V.M. prejudicado, não fazendo o serviço a q' se offereceu, porq' debaixo dessa condição se lhe poderia attender ao seu requerimento. Espero a resposta de V. M.^{ce} p.^a saber o que hey de detreminar sobre particular tão importante. D.^s g.^{de} a V.M. m.^s an.^s São Paulo, 2 de Mayo de 1724. — Rodrigo Cesar de Menezes.”⁽¹⁷⁾

Pedrozo respondeu no mesmo dia, historiando todo o trabalho e o itinerário seguido, a que já nos referimos. Carta inédita, ⁽¹⁸⁾ documento de inestimável valor, que dirime de vez quaisquer dúvidas, elucidando importante capitulo de nossa história:

Exmo Sr.

A dous de Agosto party da Villa de Itú seguindo o Caminho do rio Capivary, e da hy ao rio Pirassicava, e deste ao morro de Araquara donde principião os Campos do d.^o Araquara.

O mato que se entermete da Villa de Ithú á Araquara serão sete ou oito dias. Atravessey os d.^{os} Campos athé as Cabesseiras de Jacarepipira p' serem des dias. Desta paragem continuey a marcha rompendo pella ponta de mato de Jacarepipira na demanda e delegencia de ver se podia descubrir mais campos; e a sy caminhey sempre por serrados cortando algúas pontas de matos virgens, porem tudo o mais catandivas aq' chamão Serrados athé dentro do rio grande.

A mayor parte dos Serrados, e as restingas dos matos virgens com pastos p.^a as bestas. Em quanto ser

17) Doc. Int., vol. 20, pág. 110.

18) O sr. Mario Neme lembra, em sua «História da Fundação de Piracicaba» que: «Os nossos historiadores não se ocuparam da primeira estrada de Cuiabá de modo a autorizar uma hipótese plausível quanto ao roteiro ou rumo que teria êsse caminho. Um único, ao que sabemos, se dedicou ao assunto — «O primeiro caminho para as minas de Cuiabá (R.I.H.S.P., XIII, 25) tentou reproduzir o roteiro, não conseguindo, porém, tornar aceitável qualquer hipótese. Nem Capistrano de Abreu, nem Affonso de Taunay, nem Basílio de Magalhães, nem Varnhagem, nem os mais antigos, nenhum deles cogitou dessa intrincada estrada de Cuiabá, primeiramente imaginada pelo Conde de Assumar e realizada, logo depois, no govêrno de Rodrigo César de Menezes», pág. 185. O mesmo historiador se consagrou ao assunto com a objetividade que lhe permitiram os documentos em mãos.

capazes p.^a introduzir por elles gados p.^a o rio grande, tem a difficuldade dos Serrados. Tambem p.^a se poder abrir prontam.^{te} difficulta o mesmo mato, ou Serrados porq' todo se ade abrir com instrum.^{tos} de Fousses, e machados, e necessita de força de gente, e de sustento; tempo e rossas, aque fis com as muitas aguas não ouve tempo p.^a se poder queimar, e a sy produzio pouco. Quando V. Exa. seja Servido q' se abra o Caminho por onde eu fiz a picada estou a obediencia de V. Exa. Concedendome os oito Companheiros, q' a V. Exa. nomeey. p.^a tudo me tem V. Exa á seos pes

A pessoa de V. Exa. guarde Deos Largos annos
Chacra 2 de Maio de 1724

Aos pés de V. Exa.

Luiz Pedrozo de Barros" (19).

A carta, porém, deixou algumas dúvidas. D. Rodrigo pediu explicações:

"Pella resposta q' V.M. dá ao q' lhe perguntei, vejo q' na derrota q' segue emcontrou difficuldades, q' lhe embaraçarão o q' intentou, não sendo de menos supozição não haver capacidade, p.^e se introduzirem gados até o Rio grande por lhe servir de estorvo os serrados q' V. M. dis há por aquellas p.^{tes} Tambemhua das objeções, q' a V.M. se offerece de poder abrirse o caminho com brevidade a funda no mesmo mato e serrados por ser prezizo abrirse com os instrumentos de foces, e machados, dependendo tambem de força de gente, e de sustento.

Porem p.^{lo} q' a V.M. ouço todos esses embaraços venserá quando outo companheiros de V.M. possão ser attendidos no seu requerim.^{to}, neste particular não faltava q' dizer a V.M. lembrandome do q' lhe ouvi, antes de intentar a viagem; mas bastará q' V.M. me diga se por essa p.^{te} por onde segura abrir o caminho haverá commodidade q' baste p.^a o sustento dos gados, e cavalgaduras, como tambem o tempo em q' poderá ficar capás de poder andarse, e como todas estas circunstancias, hé percizo saberemse, espero a resposta de V.M. p.^a a vista della tomar a rezolução, q' entender hé mais conveniente ao serviço de El Rey meu S.^o, e bem comum. Não posso deixar de lembrar a V.M. o q' me tem devido nos seus particulares, attendendo ao serviço q' V.M. se offereceu fazer, pois p.^a facilitar mais o caminho digo

19) Arquivo do Estado. Tempo colonial, caixa 55, pasta 1.

mais o perdão de seu crime, devia e deve não afastarse de adiantar, e concluir a dita delligencia, p.^a q' melhor assente, não só o perdão q' pertende, mas as m.^{ces} e honras, q' El Rey meu S.^r costuma despençar com os q' como leaes vassalos o sabem servir. D.^s g.^{de} a V.M. m.^s annos. São Paulo 4 de Mayo de 1724. — Rodrigo Cezar de Menezes.”⁽²⁰⁾

Nesse mesmo dia, após envio da carta a Pedrozo, recebeu sua visita. O sertanista traduziu-lhe oralmente o que havia escrito pouco antes. Aconteceu, porém, que no dia seguinte, aos ouvidos do governador chegaram notícias com algumas variantes, isto é, se a sua picada fôsse alargada, haveria possibilidade de permitir o trânsito de cargas e gados. Tornou a pedir informes mais detalhados e diretos:

“Ao citio do Capp.^m Jozeph de Goes, escrevi hontem a V.M., e a elle, e como os não acharão supponho se recolheria V. M. a sua caza, aonde estimarei chegasse sem molestia.

Héme percizo q' V.M.^{co} me diga por escrito o mesmo q' hontem me dice por palavra, porque como ouvi, que o Capp.^m Lourenço Castanho disera a varias pessoas, q' pella picada q' V.M. fes, aberto por ella o Caminho podião hir alguns lotes de gado ainda q' piquenos, e como acompanhou a V.M. o diria com algum fundam.^{to}, e assim esta circumstancia como a dequerer conste por papel, o q' V.M. dis, me obriga a ordenarlhe o faça e hé se tem, ou não o d.^o caminho algua capacidade p.^a poder hir gado, ainda q' sejão piquenos os lotes, e se para estes poderá haver pastos, e quando totalmente V.M. entenda não há hua, e outra couza, me dirá quando eu haja de entender ser assim conveniente, se esta prompto p.^a o hir acabar com os compa-
nheiros, q' pede apreifeoandoo de sorte, q, possão como dice hir gente e cavalgadas.

A estes pontos principaes me deve V.M.^{co} responder com toda a individuação, e clareza, por assim ser percizo, p.^a que a vista da sua resposta, rezolva eu o q' entender mais conveniente ao Serviço de El-Rey meu Senhor, e bem comum, hé o que se me offerece dizer a V.M. q' D.^s g.^{de} m.^s annos. São Paulo, 5 de Mayo de 1724. — Rodrigo Cezar de Menezes.”⁽²¹⁾

Luiz Pedrozo deve ter novamente escrito, confirmando a possibilidade, que aliás se pode deduzir da primeira carta: “Quando V. Exa. seja Servido q. se abra o Caminho por onde eu fiz a picada estou a obediencia”.

Após descanso de dois meses, juntamente com êsses oito companheiros, que provavelmente estariam implicados na devassa

20) Doc. Int. 20, pág. 111.

21) Idem, pág. 112.

contra Sottomayor, mais parentes e acompanhantes da jornada anterior, buscou de novo a picada, nos campos de Araraquara. Desta vez levava os apetrechos necessários e mantimentos suficientes para enfrentar os rigores e carência da região hostil. Rodrigo César lhe dera ajuda, cedendo 12 índios da aldeia de Barueri, mais setenta e um mil quinhentos e vinte réis despendidos com tecidos para vestuário para os mesmos.⁽²²⁾ Partiu em começos de julho de 1724. Melhorou a picada, alargou-a ensejando uma passagem bastante para o escoamento de gado e cargas. Procedeu a pequenas variantes que não alteraram em substância o itinerário inicial.⁽²³⁾ Quando retornou, em princípios de abril de 1725, estava traçado até as barrancas do rio Grande a primeira estrada terrestre para Mato Grosso. Trabalho razoável atendendo-se à época e às circunstâncias. O indulto foi concedido, inclusive aos seus companheiros. Além disso o governador ofereceu a Luiz Pedrozo a Mercê do Hábito de Cristo e 50\$000 réis de tença, em nome do rei, de quem para tanto recebera já a delegação⁽²⁴⁾.

“Pondo na real presença de S. Mag.^e q’ D.^s g.^{de} o merecim.^{to} e serviços de algus moradores desta cidad.^e, e das Villas desta capp.^{nia}, p.^a q’ atennendo a hua, e outra couza fosse servido premialos, e honralos, e vendo o d.^o Senhor a justa reprezentação, q’ lhe fis se dignou, rezolvendo pudesse prometer em seu nome a merce de habito das tres hordens com tença de cincoenta mil reis cada anno pagos das Minas do Cuyabá do seu rendimento, e attendendo ao quanto V.M. se fas não só pella sua pessoa, mas pello util serviço q’ fes na abertura do caminho de q’ mym foi encarregado acredor da d.^a honra, e m.^{ce} q’ El Rey nosso S.^r costuma destribuir com os benemeritos, em nome do d.^o S.^r lhe faço m.^{ce} de hum habito de Christo com a mesma tença assima dita, e poderá V. M. recorrer ao Rn.^o p.^a a confirmação della encarregando aos seus procuradores as deligencias necessarias; G.^e D.^s a V.M. m.^s an.^s São Paulo 23 de Março de 1725. — Rodrigo Cezar de Menezes.”⁽²⁵⁾

O sertanista, contudo, em razão de não ter filhos, renunciou à mercê, pedindo a desse ao sobrinho Manoel Dias, que o acompanhara em todos os trabalhos, fazendo-se merecedor.⁽²⁶⁾

Embora o caminho tivesse sido aberto, mais alguns reparos foram executados, de sorte que, em janeiro de 1726, em tôda a sua extensão, facultava livre trânsito.

Mas as enormes e ermas distancias, que medeiam entre os morros de Araraquara e o rio Grande, cerca de 400 klms., care-

22) Doc. Int., vol. 13, pág. 21.

23) Doc. Int., vol. 20, págs. 132 e 161.

24) Doc. Int., vol. 32, pág. 120.

25) Doc. Int., vol. 20, pág. 156.

26) Doc. Int., vol. 32, pág. 158.

ciam de vigilância contínua. Era chão pisado pelo índio Caiapó ou bilreiro, senhor das margens do Tietê, dos campos de Araraquara, e que se estendia, no alvorecer do século XVIII, por imensa área: "Das nascentes do S. Francisco ao médio Mogy-Mirim, no Orissanga, Estado de S. Paulo; aguas abaixo ao rio Verde affluente da margem direita do rio Paraná, sul de Mato Grosso; rio Verde acima ao divisor dos rios Paraguay e Araguaya; por esse divisor às nascentes do Xingú, que se desce até ao paralelo de 8.º sul; dahi pelas serras da Tabatinga, Espigão Mestre ou Serra Geral, Rio Grande da Bahia, ao S. Francisco até as nascentes. Dentro desse perimetro se contêm partes de Minas, S. Paulo, Matto Grosso, Paraná, Bahia e, inteiramente, o Estado de Goyaz, tocando apenas pelos limites do Maranhão e Piauihy." (27)

Entendeu o governador que se impunha a criação de uma tropa de proteção, que afastasse o índio: "Pella abertura do novo caminho q' fez o Sarg.^{to} mor Luis Pedrozo pertendo fazer com q' se introduza gado, e cavalgadas por elle nas ditas minas, e para se facillitar mais a passagem e vencer hua grande parte da distância, me foi percizo elleger hum cabo dos milhores Certanistas, p.^a q' com hum Corpo de gente vá assistir naquella paragem, q' for mais conveniente, e possa não só embaraçar as hostilidades, que o gentio Cayapó costuma fazer, por ser o mais barbaro, mas destruhillo, para q' sem impedimento possam os viandantes cursar o caminho, com a introdução de gado, e socorro de gente, q' se faz mui necessario." (28)

Manoel Dias, sobrinho de Luís Pedrozo, foi quem inaugurou o caminho comboiando uma leva de gados e cavalgadas para as minas. (29)

Na Biblioteca Nacional existe um documento sob o título: "Demonstração dos diversos caminhos de que os moradores de São Paulo se servem para os rios Cuyabá e Prov. de Cochiponé". Capistrano de Abreu apontou-o a Taunay que fê-lo copiar publicando no 1.º tómo dos Anais Paulistas. Dá como sendo do 2.º quartel do século XVIII. Um dos caminhos percorridos é o seguinte: "Visto o caminho ordinário e viagem, que fazem os Paulistas, direi o caminho, que alguns dizem se pode fazer todo por terra de S. Paulo para o Cuyabá, do que se representa mais facil he de Itú caminhar para o Rio Pirachicaba, aberto caminho pello mato da outra parte.

Em quatro dias se pode chegar ao Campo de Aracoarara, dahi ao Nordeste levando a mão esquerda a matta do Rio Teete, chegase ao Rio Grande, julgão alguns será caminho de hum mez:

27) «Noticia Estatístico-chorographica e Histórica do Município de Araxá», pág. 15.

28) Doc. Int., vol. 20, pág. 211.

29) Doc. Int., vol. 32, pág. 158.

mas outros julgão que feito o caminho e abatidos os pastos, que são altos com o fogo, em menos dias se fará esta viagem.

De Itú ao Rio Grande não se encontrarão facilmente os Cayepoz, a que por outro nome chamão Bilreiros, porque com dificuldade passarão ao Rio Grande, senão que já em alguma ocasião passarão, e chegarão tão perto de S. Paulo, que tocarão o sino da Ig.^a de Jundiahy, com cujo som aterrados fogirão.”⁽³⁰⁾

A “Demonstração”, ao que nos parece, é posterior à abertura do caminho de Itu a Piracicaba por terra, que se deveu a Felipe Cardoso: “aberto caminho pelo matto da outra parte”. E anterior ao caminho feito por Luís Pedrozo. Porquanto menos provável que o autor apenas o ignorasse: “julgão alguns será caminho de hum mez; mas outros julgão que feito o caminho e abatidos os pastos, que são altos com o fogo, em menos dias se fará esta viagem”. Entendemos que o caminho não tinha sido feito. Bem pode ser que Luís Pedrozo, inclusive, já conhecesse tal itinerário, à direita do rio Tietê. Evitaria contudo as proximidades dêste, pelos vários afluentes e alagadiços, que multiplicariam as dificuldades. A tendência era de procurar as cabeceiras, o divisor das águas. Foi o que Luís Pedrozo fêz, seguindo moderadamente à direita do rio, cuidando não descambar para o Mogi.

Tanto a “Demonstração”, como a carta de Luís Pedrozo, ensajem claramente que os morros de Araraquara eram de conhecimento usual. Para atingir a porção montanhosa, nem se fala de abrir caminho. Indica-se simplesmente o tempo necessário para chegada: de Itu a Piracicaba, por terra 4 dias; de Piracicaba aos montes mais 4 dias.

A “Demonstração” diz que os caiapós eram menos freqüentes nos campos, em virtude do bloqueio do rio Grande. Findas as obras da estrada de Pedrozo, não pensava da mesma maneira o governador Rodrigo César, por cuja determinação se formou uma tropa para alijá-los da área cortada pela estrada. Teria o caminho atraído o gentio?

Do exposto despontam as conclusões seguintes:

1. O primeiro caminho terrestre, concluído, para as minas cuiabanas cortava os montes de Araraquara, atravessando de longo a longo os campos de Araraquara.
2. Na época da abertura da estrada, os montes eram sobejamente conhecidos, remontando possivelmente, em seu trecho, até o rio Piracicaba, àquelas vias antigas abertas pelos próprios índios.
3. Não obstante serem os campos de Araraquara conhecidos individualmente, a primeira exploração sistemática se deve a Luís Pedrozo de Barros, que poderá ser considerado, à luz dos documentos publicados, o seu primeiro explorador.

30) Idem, pág. 462.

4. Os campos de Araraquara eram habitados e cursados no século XVIII, pelos índios caiapós ou bilzeiros.
5. A "Demonstração" remonta ao primeiro quartel do século XVIII, possivelmente entre 1723 e 1724.

— III —

Luís Pedrozo construiu o caminho e o governador aprovou-o. Salvo, contudo, Manoel Dias (que se presume por documentos o tenha percorrido), não se sabe com certeza de outrém que o tivesse palmilhado. E pouco depois, caiu no esquecimento. Parece até que os coetâneos do sertanista não tomaram conhecimento d'êlo, uma vez que a "Demonstração" se nos antolha pouco anterior⁽¹⁾. Aquilo de Rodrigo Cesar, em 10-6-1725: "cuide que não venham pelo caminho de Pedrozo para evitar o descaminho do ouro", não se pode tomar ao pé da letra como uma proibição formal e definitiva. O governador era especialista em bandos. Obedeceu a uma determinação particular, com referênciã apenas sôbre o retôrno que poderia ensejar evasão do metal. Nessa época o caminho não estava pròpriamente concluído, isto é, não recebera o acabamento final. Tanto assim que, em janeiro de 1726, volta a falar de seu intento de introduzir por êle cargas e animais⁽²⁾.

A medida que vamos compulsando a documentação, percebe-se uma coincidência persistente: o plano de Rodrigo Cesar

1) «Finalizando, convém que se diga que a estrada de Luís Pedrozo de Barros, não obstante concluída, não foi usada, ou por mal feita ou em virtude do gentio que infestava as suas margens. Outros motivos ainda explicam a falta de trânsito por êsse caminho, como, por exemplo, os interesses do fisco. Logo depois de feita a estrada, Rodrigo Cesar escrevia ao seu preposto Sebastião Fernandes do Rêgo, localizado em Cuiabá: «Terá V.mce. particular cuidado não sigam os mineiros o caminho de Luiz Pedrozo, ou alguma vereda, por onde se possa desencaminhar o ouro que devem apresentar» (Doc. Int. vol. XX, pág. 191). Por essa época, as pessoas que de Cuiabá desejavam vir por terra para São Paulo, iam das minas desembocar na estrada de Goiás, muito conhecida e transitada, e desciam por esta para o planalto.

Por mais irrisório que pareça, a verdade é que, logo depois de construída, foi a estrada de Luís Pedrozo trancada oficialmente pelo capitão-general. E já em 1728 vamos encontrar Bartolomeu Paes, o mesmo que quisera abrir a estrada para a barra do rio Pardo, confessando que: «a derrota mais conveniente para o caminho das minas do Cuiabá é a mesma de Goiás, dividindo-se em certa altura a estrada para Goiás, fazendo derrota mais direita a buscar o Cuiabá, e o Goiás à mão direita. — Todas as pessoas antigas e peritas nas campanhas destes sertões assentam ser assim o melhor, porque se vai livre de todas as nações de gentios (...) que sulcam o Rio Paraguai, Taquari, Porrudos e Cuiabá» (Doc. Int., vol. XXIV, pág. 58).

Mas essa confissão de Bartolomeu Paes, feita em 1728, quer dizer que já então não havia caminho de tropas para Cuiabá.

2) Doc. Int., vol. 20, pág. 212.

prendia-se às dificuldades de envio de homens e recursos dos bandeirantes às minas cuiabanas, cuidando porém que o regresso não o fôsse pelos campos de Araraquara. Para chegar ao eldorado cuiabano, muito bem, sigam por terra ou pelo rio, à vontade. Mas voltem pelo rio sòmente — porque será mais fácil fiscalizar e prevenir o descaminho do ouro. Se se permite o paradoxo, quis uma estrada apenas de ida. Vejamos as referências:

“a abertura do caminho por onde hão de ir gados e cavalgadas” (3);

“Pelo caminho que mandei abrir,” “se há de este anno introduzir gado e cavalgadas.” (4)

“O Sarg.^{to} Luis Pedrozo de Barros, q’ se achava encarregado da abertura do caminho sahiu com a picada, e agora torna apre-feiçoala de sorte q’ fique capas de entrar gado, e cavalgadas.” (5)

“Pella abertura do novo caminho q’ fez o Sarg.^{to} Luiz Pedrozo pertendo fazer com q’ se introduza gado, e cavalgadas por elle nas ditas minas.” (6)

“não deixando de concorrer p.^a mayor rendimento a abertura do caminho, da qual tenho vencido a dificuldade q’ havia p.^a se poderem meter gado.” (7)

Na verdade o governador toca em caminho de ir e vir apenas no bando de concorrência (8) e na carta que, a respeito, endereçou à Côrte (9). Nas demais, reforça a nossa impressão, por paradoxal que seja.

O capítulo das estradas enseja ponderações sôbre o abandono, pelo menos aparente, dos campos de Araraquara, não obstante a série de percalços impostos pelo intranquilo Tietê.

Rodrigo César revelou falta de visão e tino administrativo.

A estrada cortava por inteiro centenas de quilômetros de terras literalmente ermas. Terras que não tinham sido dadas em sesmarias, e não o foram em seguida. Os posseiros e sesmeiros vão aparecer nos campos de Araraquara depois do terceiro quartel do século XVIII. O paulista ainda não aprendera a se fixar, e a febre do ouro não terminara. Poucos os que pensavam em riqueza a longo prazo, os que interpretavam que o ouro melhor e certo eram o açúcar e os produtos do solo. Tivesse o governador traçado um plano de povoamento do chão marginal da estrada e incentivado com ajuda e facilidades, tal como o Morgado de Mateus procuraria mais tarde com olhos no Iguatemi, as coisas seguiriam outro rumo.

3) Doc. Int., vol. 22, pág. 129.

4) Idem, pág. 158.

5) Doc. Int., vol. 20, pág. 161.

6) Idem, pág. 211.

7) Idem, pág. 120.

8) Doc. Int., vol. 12, pág. 15.

9) Doc. Int., vol. 32, pág. 27.

A conservação regular da estrada exigia bom número de braços em atividade contínua. Mas quem cobriria as despesas se o governo português só pensava nos lucros e auferir o máximo da colônia? Que interesse tinha em pagar do erário real por um serviço que não resultava diretamente em seu benefício? A estrada era melhor e oferecia menos riscos que o Tietê. Em compensação o rio não cobrava nenhum trabalho... Dentro do raciocínio reinol era bom praticamente o que redundava em lucros imediatos para o govêrno e não apenas em prol da população de quem tudo tinha que sair, até o dote das princesas reais...

A distribuição de terras junto à estrada obrigaria à conservação dos caminhos, por parte dos sesmeiros, provocaria pousos para tropas, enraizaria interessados no seu abastecimento, núcleos de povoamento. Mas nada disso pensou o govêrno, ou se pensou ficou nisso.

Um capítulo interessante seria o de estudar o processo de abertura de estrada ou de caminhos. Os elementos que operavam eram mateiros mais afeitos às lides sertanejas, como roçadores e plantadores, do que prôpriamente abridores de caminhos. O nosso foi rompido à fôrça de machado, foice e facão. Não se nomeia o enxadão que seria instrumento para melhor acabamento, extração de raízes e todos, ou um sucedâneo. Nem a enxada que carpe e arredonda.

Para um ponto menos longe, com possibilidade de trânsito freqüente, isso seria compreensível e viável porque o passar das tropas, o pêso e o casco dos animais se encarregariam depois de bater o chão e conservar o caminho. No entanto, uma estrada de quilômetros e quilômetros que, a partir de Piracicaba, quase só via gente de maio a outubro, tempo da sêca, e ainda assim com pouca freqüência, como poderia conservar-se? A estação das chuvas se encarregaria de fazer vicejar e vigorar a mata, recobrando o precário caminho.

Buscando as partes mais sobranceiras, seguindo e contornando cursos de água, para economizar demoras com pontes e estivas, iam foçando os matos flexíveis e arbustos menos grossos. ⁽¹⁰⁾

10) Vem a talho esta página do mestre Aluísio de Almeida: «Os bichos grandes do mato, obedecendo ao instinto, vão diáriamente ao bebedouro pelo mesmo local. Com o tempo forma-se o carreiro. Foi um carreiro de anta que ensinou ao homem um dos três caminhos antigos, no trecho da Serra do Mar entre Curitiba e Paranaguá.

Na mata virgem o solo é coberto de fôlhas caídas, em vez de arbustos e ervas, e a tarefa dos quadrúpedes é facilitada.

O carreiro do índio pode ser melhor quanto ao seu comprimento e direção geral, tem o solo mais batido, mas ainda não é uma picada, que exige facão. Ambos os carreiros são tortuosos, porque os seus usuários quebram os galhos finos mas tem de fazer a volta a um tronco mais grosso.

A picada a facão de mato, que com razão tem êsse nome, aparece depois da chegada dos portugueses. O viajante avançava a primeira vez pelo mato,

Conforme o volume, usavam o machado. Em alguns locais, possivelmente a coivara. Das árvores avantajadas simplesmente se desviavam. Senão como rasgar caminho em apenas nove meses? Com olhos prevenidos contra as emboscadas dos índios, dos bichos, mórmente cobras, negaceando entre o ervaçal, prontas a cevar-se nos pés descalços daqueles homens? E o corte rente ao solo, que os cargueiros e a animalia endureciam.

Mas numa extensão considerável de trânsito minguido, o chão pouco batido não se impermeabilizava. Com a chegada das águas, refloresciam os matos, assenhoreando-se do espaço violado.

Foi o que aconteceu com o caminho de Pedrozo. Naquelas distâncias desconcertantemente ermas, raros se aventuravam, a menos que bem municidados, com o caiapó à espreita. As chuvas regulares convenceram, em apenas uma estação, da inutilidade prática do trabalho do sertanista. E o próprio governador, que dela não pouco falou em suas cartas, desconheceu-a em 1727. Para alcançar o Cuiabá, preferiu as canseiras do Tietê.

Esta a realidade que levou Bartolomeu Paes a dizer em 1728: "A falta de caminho por terra para as Minas do Cuiabá tem ocasionado um grande prejuízo" ⁽¹¹⁾.

picando à direita e à esquerda os arbustos, galhos e cipós que, aliás, são mais numerosos em capoeiras. Essa picada é ainda cheia de curvas, porque o facão não corta depressa mesmo os troncos ainda de alguns centímetros.

E o homem dá graças de poder aproveitar um carreiro de bicho ou de bugre.

Os taquaris ou taquarais surgem de repente à frente do sertanista. As hastes parecem frágeis, sucumbem até a um bom facão quando sôzinhas. Mas formam um enredo inextricável e exigem trabalhos maiores. O viandante procura contornar. Os abridores de estradas, com outras ferramentas, em turma derrubam os taquarais mais facilmente que os troncos de árvores.»

11) Doc. Int., vol. 32, pág. 58.

HOMENAGEM À MEMÓRIA DO PRESIDENTE WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES

Lauro Celidonio Gomes dos Reis

Congregam-se nesta sala, para render homenagem à memoria do Presidente Wenceslau Braz Pereira Gomes, três entidades tradicionais de S. Paulo, no centenário do nascimento do eminente homem público que dirigiu os destinos do país em período de dificuldades de tôda ordem:

— A Faculdade de Direito, a velha Faculdade do Largo de São Francisco, sob cujas arcadas passaram, desde a sua fundação, mais que secular, os maiores vultos da nossa pátria, os pro-homens do Brasil, que se destacaram nas ciências jurídicas e sociais, na política, na diplomacia, assim como nas belas letras;

— O Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, tradicional entidade que cultua a História e os grandes vultos da nacionalidade, desde 1894, em cuja sede teve lugar a fundação do Instituto dos Advogados de São Paulo; e

O Instituto dos Advogados de São Paulo, fundado há mais de cinqüenta anos, que incluye em suas finalidades a sustentação do primado do Direito e da Justiça e o culto à Justiça, sodalício que tenho a honra de presidir no momento, celeiro de advogados, juristas, professores eminentes e homens públicos que engrandeceram a Pátria.

E, meus senhores, permitam que manifeste aqui o meu particular agrado em falar sôbre a personalidade do homenageado.

É que pertenceu à turma da Faculdade de Direito que colou gráu em 1890 e da qual fez parte o meu saudoso pai, político, advogado e depois magistrado austero, cuja integridade moral é o melhor patrimônio que legou a seus filhos, tendo-se aposentado no Tribunal de Justiça do nosso Estado: desembargador JOAQUIM CELIDONIO GOMES DOS REIS, que, além de colega, foi amigo, desde os bancos acadêmicos, do grande vulto que reverenciamos.

Entre os componentes da mesma turma figuram também, outros eminentes juristas, advogados, políticos, beletistas, magistrados e personalidades que fazem jus à gratidão da pátria e da gente bandeirante, dos quais posso citar, sem desdouro para outros que omito por desconhecer-lhes o passado, talvez tão ilustre como o dêstes que vou mencionar:

— Delfim Moreira da Costa Ribeiro que foi vice-presidente da República e exerceu a presidência, em virtude da moléstia que veio a vitimar o Presidente Rodrigues Alves;

— Desembargadores Otaviano da Costa Vieira e Antonino do Amaral Vieira, do Tribunal de Justiça de São Paulo;

— Desembargador Loreto Ribeiro de Abreu, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais;

— Francisco Borja de Macedo Couto, que exerceu a judicatura no fóro desta Capital;

— Alfredo Gustavo Pujol, advogado e homem de letras de São Paulo;

— José Augusto Pereira de Queiroz, insigne advogado, cuja competência e probidade são exemplo de dignidade que legou aos seus descendentes, entre os quais lembro aqui o advogado Manuel Elpidio Pereira Queiroz e a doutora Carlota Pereira de Queiroz, ilustre dama paulista que desenvolveu intensa atividade política em nossa terra, defendendo os ideais democráticos no Parlamento Nacional;

— José de Queiroz Aranha e Antonio Proost Rodovalho, membros de nobres estirpes paulistanas; e

— Antonio Augusto de Simões Pires, gaúcho de Santa Maria da Boca do Monte, político do valoroso Partido Libertador, que jamais cortou os laços de amizade que o traziam com frequência a São Paulo, onde educou um dos seus filhos e onde vinha matar as saudades em visita aos amigos, especialmente a Alfredo Pujol e ao meu saudoso pai.

Assim, foi no meio da melhor mocidade e inteligência que Wenceslau Braz firmou a sua vocação para a causa pública a que se dedicou, exercendo a advocacia e, sucessivamente, as funções de Agente Executivo (como então se denominava o Prefeito Municipal) vereador e Presidente da Câmara Municipal de sua terra natal — Monte Santo, hoje Brasópolis, onde também foi Promotor Público. Posteriormente, foi deputado estadual de Minas Gerais, seu Estado natal, Secretário do Interior, deputado federal, Prefeito de Belo Horizonte, Presidente do Estado de Minas em 1910, vice-presidente da República no quadriênio de Hermes da Fonseca — 1910-1914, e, finalmente Presidente da República de 1914 a 1918.

Eis aí, meus senhores, em rápidas palavras, tóda a atividade exercida pelo Presidente Wenceslau na sua fecunda existência.

Seria demasiado longo abordar, nesta oportunidade, a obra da História Pátria, que deverá registrar, em análise meticulosa, os fastos da vida do grande vulto, desde que deixou a Faculdade e o nosso Estado, para atuar na esfera profissional, política e pública, do seu glorioso Estado e da Nação.

Desejo, tão somente, focalizar os aspectos marcantes que me pareceram definir a sua personalidade.

E, assim começarei pela sua atitude como vice-presidente no quadriênio Hermes da Fonseca.

O país estava conturbado pelas divergências políticas e pela atuação governamental que o vice-presidente, certamente, não queria apoiar, mas também não podia atacar.

Apesar de Presidente do Senado Federal, função que era do vice-presidente da República, preferiu retirar-se para a sua Itajubá, deixando que Pinheiro Machado assumisse, como vice-presidente, as funções de Presidente da Câmara Alta do Parlamento Brasileiro, cargo que o influente gaúcho exerceu prazerosamente.

Findo o quadriênio Hermes, congregaram-se as forças políticas em torno do nome de Wenceslau Braz que, prudentemente, se preservara de imiscuir-se na confusão política reinante e assim, reunia as condições de candidato ideal ao novo governo da República.

Relutou o candidato porque, certamente, ao seu espírito reto e equilibrado de democrata sincero, se vislumbravam as dificuldades que haveria de enfrentar para conciliar os políticos e cumprir o seu dever de Presidente, ainda que à custa da quebra de ligações partidárias.

Este seu pensamento se encontra expresso no discurso de plataforma que proferiu em 1913. Declarou, então,

“que o homem público que fôr levado ao posto supremo de primeiro magistrado da República, deve sua solidariedade ao partido que o elegeu, mas páira superior ao partido, por isso mesmo que se torna chefe da nação”

e afirmou mais:

“Se algum dia se chocarem os interesses nacionais com os do partido, o presidente da República não poderá vacilar em dar preferência àqueles; não compreendendo êsse posto senão com a mais vigorosa garantia aos habitantes do Brasil, de modo que, em se tratando de direitos ou de verdadeiros interesses nacionais, o chefe do Estado deve ser surdo aos reclamos partidários para fins exclusivamente adstritos ao cumprimento da Constituição e das Leis, na defesa integral dêsses direitos e interesses”.

A sua profissão de fé democrática que se contem nas palavras que acabo de lêr, deu-lhe a força moral para repelir a orientação discricionária de Pinheiro Machado, chefe do seu partido, que era o Partido Republicano Conservador, quando da eleição do presidente do Estado do Rio, pleito em que Feliciano Sodré, apadrinhado daquele chefe político fôra vencido por Nilo Peçanha, que obteve célebre “habeas-corpus” requerido por Astolfo Rezende ao Supremo Tribunal Federal para empossar-se na presidência do Estado Fluminense.

Pinheiro Machado, ante a firmeza do presidente, que garantiu o cumprimento da decisão judicial com forças federais, resignou-se ante as palavras a êle lembradas pelo nosso grande homenageado, já reproduzidas, e de outras do mesmo discurso que também é oportuno rememorar para caracterizar a tèmpera dêsse grande homem, tranquilo, silencioso quando não era obrigado a falar, mas firme e reto no cumprimento do dever:

“muitos chefes aqui presentes, sabem quanto relutei em aceitar a árdua e honrosa missão e que só correspondi ao apêlo a mim feito para uma obra de paz e conciliação. Congreguemo-nos todos, portanto, para a nobre e fecunda política do trabalho proficuo para solução do grave problema econômico-financeiro, banindo as competições pessoais, as questiunculas estéreis porque só honram as divergências, as lutas por princípios; unamo-nos em torno da Constituição para a campanha sem tréguas contra os desvirtuamentos que deformam e desnaturam o regime”.

Ainda um outro caso político revelou a linha reta do Presidente Wenceslau Braz na suprema magistratura do país: o episódio da sucessão pernambucana, disputada por Manoel Bezerra e Rosa e Silva,

Manoel Bezerra recebera quarenta mil votos e Rosa e Silva apenas cinco mil.

Mas Pinheiro Machado, que manobrava a maioria parlamentar no Senado, então o órgão competente para proclamar e diplomar o eleito, apesar dos apêlos do Presidente Wenceslau para que não praticasse essa afronta ao regime, alegando compromisso do partido com o candidato derrotado, fêz o Senado degolar o vencedor das urnas e diplomar o vencido.

O Presidente da República, contudo, não tardou em demonstrar, públicamente, o seu juízo sôbre êsse triste episódio.

Nomeou o candidato esbulhado Manoel Bezerra, Ministro da Agricultura, que foi seu precioso colaborador quando, declarada a guerra pelo Brasil, o govêrno federal fêz intensa propaganda no sentido de aumentar a produção para o consumo interno e a exportação para os países aliados, campanha de tão eficiente resultado que houve sobra e até perda de uma pequena parte das colheitas, em razão da deficiência dos meios de transporte daquela época. “Plantai e cultivai a terra para que a fome que bate às portas da Europa não nos atinja também”. Era a pregação do Presidente.

A entrada do Brasil na guerra de 1914, que se impôs pelos atos agressivos da potência germânica, afinava com os sentimentos democráticos do povo, apesar de trazer dificuldades que o Presidente aceitou e solucionou, fiel à sua formação cívica.

Aconteceu, então, o centenário da República Argentina, e o Presidente Wenceslau nomeou Ruy Barbosa para chefiar a embaixada extraordinária que no país vizinho representou o Brasil.

Foi nessa ocasião que o genial baiano proferiu a célebre conferência vertida para diversos idiomas, dada a sua repercussão, na qual, proclamando os ideais brasileiros contra a opressão e a barbárie, afirmou que:

“os tribunais, a opinião pública, a consciência, não são neutros entre a lei e o crime”.

Veio, depois, o afundamento do navio brasileiro “Paraná” pela marinha de guerra alemã.

O Presidente Wenceslau proclamou o estado de guerra e chamou Nilo Peçanha, homem público de grande envergadura, para a Pasta do Exterior.

O Brasil cumpriu o seu dever para com os seus aliados, tomando parte efetiva na guerra marítima e mandando missão médica para os campos de batalha da Europa.

Internamente o Presidente restaurou o sorteio militar e, com a colaboração da palavra inflamada de Olavo Bilac, empreendeu campanha cívica para alertar o povo sobre a importância do adestramento da mocidade na atividade das armas, criando para facilidade dos moços as linhas de tiro.

E, afinal, coube também ao Presidente Wenceslau Braz a honra de assinar o tratado de paz, depois de vencida a guerra.

Parece-me, senhores, que o que já disse basta para fazer-se juízo exato da nobre personalidade do Presidente Wenceslau Braz.

Apenas acrescentarei que o seu quadriênio iniciou-se com o esforço para restaurar a situação econômico-financeira do país, provocada pela imprevidência política que levou a nação à crise moral e à politicagem nos Estados.

Seu governo marcou-se também por outros fatos que evidenciam as providências tomadas para restauração financeira com a maior economia recomendada pelo Presidente, não só aos setores privados como aos próprios serviços públicos, cujas despesas restringiu, a começar pelas do Palácio do Catete. A preocupação do Presidente bem pode ser ressaltada pela sua célebre recomendação de “parcimônia nos gastos”. Se não pôde completar esta restauração pela superveniência da guerra e outro fator adverso que foi a epidemia da gripe de 1918, o muito que fez produziu consideráveis resultados.

Findo o seu mandato, retirou-se o Presidente da vida pública, recusando toda e qualquer função, eletiva ou não, e passando a viver serenamente na sua querida Itajubá, onde cerrou os olhos aos 98 anos de idade, a 15 de maio de 1966.

Mas, nem por se haver retirado da atividade pública, deixou de acompanhar em dia todos os problemas de interesse nacional,

como demonstram as entrevistas freqüentemente publicadas pela imprensa, com êle mantidas por jornalistas de todo o país, na sua cidade.

Prova disto é o telegrama de felicitações que endereçou ao ilustre e provector varão paulista Dr. José Maria Whitaker quando êste foi chamado pela segunda vez a ocupar a Pasta da Fazenda.

Imprópria, pois, se deve considerar a expressão “solitário de Itajubá”, com que se aludia e ainda se alude ao grande cidadão.

Não era um solitário, mas um homem que, tendo ocupado o mais alto cargo da República, entendeu, sãbiamente, que não lhe cabia mais intervir diretamente nos negócios públicos para, prudentemente, evitar que o seu pronunciamento, em razão de eventual função, pudesse perturbar a gestão dos seus sucessores.

E não era um solitário porque sempre acorriam a Itajubá, os seus amigos políticos para com êle trocar idéias e ouvir-lhe as sábias ponderações.

Meus senhores, para finalizar êste pálido elogio que eu ousei traçar de tão eminente vulto da nossa Pátria, desejo ler estas palavras que Felix Pacheco escreveu no Jornal do Brasil em 1946:

“tomar conta de um país onde a anarquia política chegou ao auge, onde o desmantelo administrativo não ficava atrás, tudo em conjunção com o maior cataclismo que o mundo tem assistido, e não desanimar e não dormir no recompor a ordem com brandura, firmeza e o mais claro discernimento até hoje visto na suprema governança do país, é na verdade um título imorredouro de glória e coloca, sem favor, o Dr. Wenceslau Braz, na galeria dos grandes vultos representativos da nossa nacionalidade, como equilibrio consciente, largueza de compreensão, integridade, e segurança de processos”.

(Oração no Instituto Histórico e Geográfico)

OSWALDO GONÇALVES CRUZ

Reynaldo Kuntz Busch

O Dr. Oswaldo Cruz nasceu a 5 de agosto de 1874, na histórica cidadezinha de S. Luiz de Piraitinga, onde viveu seus três primeiros anos. Seus pais — dr. Bento Gonçalves Cruz, natural do Rio de Janeiro, serviu ao exército imperial, como acadêmico voluntário na Guerra do Paraguai; de volta defendeu tese na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1870; foi clínico em S. Luiz até 1877, depois no Rio, onde foi membro da Junta Central de Higiene Pública, ajudante do Inspetor Geral de Higiene e, 10 meses antes de falecer, foi promovido ao posto de Diretor Geral. D. Amália Taborda de Bulhões, mãe de Oswaldo Cruz, foi um verdadeiro protótipo de mãe e esposa, que acompanhou a vida glorificada do filho, sobrevivendo-lhe 4 anos. Dr. Bento foi homem modesto e afável, médico bondoso ao extremo, pertinaz nas lutas que o levaram a vencer na vida desde a infância, quando se viu órfão de pai e mãe. Ele foi um expressivo exemplo do homem que logrou realizar-se plenamente por esforço próprio.

A infância de Oswaldo — Menino de boa índole, educado em lar zeloso, pelo exemplo e pela persuasão, formou o seu caráter dentro da linha do respeito e da admiração aos pais. Desde menino aprendeu a ser ordeiro e zeloso até com sua própria cama, que ele mesmo arrumava antes de sair para a escola, cuidadoso com seus brinquedos, seus livros e cadernos, de tal modo que em seu cérebro se estruturou o hábito de proceder sempre com método, paciência, providência e pertinácia.

Como menino praticou suas traquinagens. Mas chamado a contas por seus pais, aprendeu também a aceitar conformado a pena para resgate de sua culpa.

Admite-se que os pais de Oswaldo seguiram de perto os ensinamentos do maior psicólogo da época — William James — que aconselhava “tornar automáticos e habituais, tanto quanto pudermos, o maior número possível de ações úteis e fugir com inteligência e grande cuidado a tudo que puder engendrar hábitos nocivos”.

Oswaldo Cruz aprendeu no lar a ter hora certa para recrear-se e para trabalhar com ordem e método; aprendeu a ter disciplina moral e intelectual e a auto-analisar-se para derivar maus instintos e tendências e prevenir vícios. Conta-se que fôra surpre-

endido por seu pai algumas vezes com cigarro na bôca. Da última, após ouvir convincente conselho, indagou: "Papai também não fuma?" Fumante inveterado, desde a adolescência, nesse dia o dr. Bento deixou o vício. E o filho seguiu-lhe o exemplo. Oswaldo Cruz não fumou nunca mais.

Desde menino Oswaldo Cruz era de gênio concentrado e re-traído, inimigo de exibições. Isto o prejudicava, sobretudo nos exames orais em que se perturbava não revelando todo o seu preparo. Foi mesmo reprovado certa vez em latim. Como estudante preocupava-se em saber, aprender muito e rapidamente, deixando os prêmios e renome escolar a outros colegas.

O curso médico fê-lo brilhantemente, em quatro anos, como era na época, defendendo aos 20 anos, em 1892, sua tese de doutoramento: "Veiculação microbiana pela água". Revelou-se engenhoso ao apresentar então um aparelho de seu invento para a colheita asséptica da água em diferentes profundidades. Foi isso um verdadeiro prenúncio do futuro cientista, pesquisador e sanitarista.

Diplomado, instalou um pequeno laboratório no porão de sua residência e exerceu a clínica. Foi aí que o grande e saudoso professor Francisco de Castro, amigo do dr. Bento Gonçalves Cruz, observou melhor Oswaldo e aconselhou-o a ir à Europa aperfeiçoar-se a fim de vir a ser, de futuro, professor de higiene e medicina legal na Faculdade. Sugestão oportuna, feliz e em parte seguida.

Em 1897 Oswaldo Cruz chegou a Paris. Trabalhou no Laboratório de Toxicologia ao lado de Ogier e Vibert, logrando bem cedo dominar tôdas as técnicas médico-legais mais modernas. No Instituto Pasteur, foi acolhido carinhosamente pelo então diretor e sucessor do sábio patrono — o dr. Roux, que lhe facilitou todos os meios de pesquisa e experimentação, dispensando-o mesmo de indenizar material de trabalho e animais sacrificados, contra praxe existente, por ser êle o primeiro médico brasileiro que ingressava para especializar-se no I. Pasteur. O dr. Roux quis, com êsse nobre gesto, retribuir generosa contribuição que o Instituto recebera do magnânimo Imperador Pedro II. Essa atitude do dr. Roux foi ponto de partida da grande admiração de Oswaldo pelo caráter de seu mestre em bacteriologia. Estagiou também no Laboratório Municipal de Paris. Em ambos revelou-se assíduo, cauteloso, modesto, disciplinado, operoso e infatigável observador da mais rigorosa técnica nas pesquisas científicas que empreendia. Lá publicou vários trabalhos de pesquisa histo-patológica e de medicina legal. Espírito previdente, procurou freqüentar, como se fôsse um operário, uma fábrica de artefatos de vidro, para aprender a confecção de ampôlas, provetes, pipetas e a dar aos tubos de vidro formas adequadas a variados aparelhos de laboratório. Entre os sábios com que conviveu no Instituto Pasteur

cita-se Metchnikoff, fisiologista russo naturalizado francês, que vivera alguns anos em Portugal e falava bem português, e de quem recebeu honroso convite para ser seu colaborador e continuar em Paris.

Por que adorasse sua terra preferiu regressar ao Brasil em 1899, como especialista em bacteriologia, laboratorista atualizado e especialista também em vias urinárias. Instalou modelar laboratório de pesquisas e análises clínicas, bem como um consultório para moléstias gênito-urinárias. Voltou a trabalhar na Policlínica, onde planejava instalar um grande laboratório nacional.

O dr. Ezequiel Caetano Dias, seu colaborador em Manguinhos e um dos seus biógrafos, assim retrata Oswaldo de regresso de Paris, sob a influência de costumes requintados: "Por volta do último trimestre de 1899 entrou a ser notada no Rio de Janeiro uma figura que se destacava do vulgacho carioca. "Todos os dias, mais ou menos à mesma hora, quando os bondes desciam apinhados para o centro da cidade, era certo encontrar-se num dos carros de "Largo dos Leões" aquêlê homem aparentemente robusto, de estatura meã, sobrecasaca preta, cartola muito alta, gravata branca a Príncipe de Gales. A tez levemente morena, a cabeleira basta e castanha, entressachada de longos e numerosos fios brancos; o bigode fulvo e eriçado a lhe descobrir a bôca amplamente rasgada, onde os dentes fortes se entremostravam; o nariz bastante pronunciado; e dominando a fisionomia, uns olhos grandes, muito expressivos, de um tom verde claro, davam-lhe ao semblante um aspecto original."

"Quem se propusesse adivinhar-lhe a idade ficaria realmente hesitante. A expressão fisionômica entre doce e austera, a cabeça alvacentá a contrastar com os traços juvenis, tudo isso desconcertava aquêlê que intentasse calcular-lhe o número de anos de existência." — 28 anos!

Com o correr dos tempos, Oswaldo Cruz deixou aquêlê traje arquisolene, que aliás era comum nas altas figuras acadêmicas da época. Conta-se que êle presenteou com êle um prêto fulião de sua estima para ostentá-lo no carnaval. Êste, ao usar a cartola, deteve-se amedrontado e foi devolvê-la à família de Oswaldo porque encontrara escrito sob o fôrro, a lápiz: "Morto a bem do povo. 13 de novembro de 1904"!

Fundação do Instituto de Soroterapia de Manguinhos — A necessidade da preparação da vacina e do soro anti-pestoso no Brasil levou o Govêrno a atender aos reclamos dos homens de ciência a criar, em 1901, o Instituto Soroterápico na Fazenda de Manguinhos, sob a direção do Barão de Pedro Afonso, cirurgião de fama, que contratou Oswaldo Cruz para chefiar a secção de soro anti-pestoso. Impondo-se pela competência técnico-científica, logo foi êle nomeado diretor dêsse Instituto, que vem a ser o fundamento da higiene e da medicina brasileira.

A Campanha da Febre Amarela — Em 1902, na Presidência Rodrigues Alves, o dr. J. J. Seabra, Ministro da Justiça e do Interior, estava empenhado em aplicar com rigor a lei que proibia acumulações remuneradas e assim exonerar o Diretor da Saúde Pública para colocar no cargo pessoa mais capaz de desenvolver uma campanha metódica e enérgica de extermínio da febre amarela endêmica, que se repetia anualmente em tremendas epidemias aniquilando a população, matando tanta gente de muito valor e afugentando especialmente estrangeiros que vinham investir capitais no Rio de Janeiro. Do Rio a febre se irradiava para outros pontos do Brasil. Era uma calamidade anual. Sales Guerra, notável higienista, biógrafo e amigo de Oswaldo Cruz, a quem seguimos de perto, privava com o dr. Seabra e, em conversa, deu-lhe a conhecer que em Cuba, onde a febre amarela era secular, médicos militares americanos, depois da ocupação da ilha libertada do domínio da Espanha, ainda sob regime de lei marcial, empreenderam uma campanha tenaz contra mosquitos vetores, com base na descoberta de Finlay, de 1881, logrando exterminar essa terrível endemia em 6 meses. Seabra, sobremodo interessado, indagou: **“Mas haverá em nosso meio algum higienista capaz de empreender luta semelhante, com êxito?”** “Sim, o dr. Oswaldo Cruz”. “Mas quem é êle?” “É o Diretor do Instituto de Manguinhos, consumado bacteriologista e discípulo notável do Instituto Pasteur de Paris”. Dias depois o Ministro pediu a Sales Guerra que levasse Oswaldo Cruz à sua presença para uma conversa. Conhecendo o gênio retraído dêste, S. Guerra convidou-o para um giro, levando-o à porta do Ministério. Aí chegando, disse-lhe: “O Ministro encomendou-me um Diretor de Higiene capaz de exterminar a febre amarela do Rio... Pensei logo em você, no seu entusiasmo pela campanha havaneza”. Oswaldo, surpreendido e um tanto perturbado, objetou: “A honra é grande, mas a responsabilidade é formidável”. E entraram a entrevistar-se com o dr. Seabra. Oswaldo Cruz surpreendeu-o com a exposição de um plano de combate à febre amarela com base na destruição dos mosquitos transmissores. Dias após, o dr. Seabra levou o nome de Oswaldo Cruz ao Presidente R. Alves, que lhe perguntou: **“Mas quem é êsse dr. Oswaldo Cruz?”** Explicou o ministro que também só o conhecera pela apresentação de Sales Guerra, pessoa que lhe merecia inteira confiança. Mas acreditava plenamente no seu plano, baseado numa experiência vitoriosa em Cuba, e em parte repetida por Emílio Ribas em S. Paulo.

Oswaldo Cruz dias depois, em audiência especial, prometeu ao Presidente Rodrigues Alves exterminar a febre amarela do Rio de Janeiro em 3 anos, desde que lhe dessem inteiro apoio ao plano traçado e os recursos humanos e materiais necessários. Executaria no Rio de Janeiro campanha profilática semelhante

à de Cuba, onde o processo da profilaxia pela matança dos mosquitos vetores permitiu ao dr. Gorgas, Chefe da Comissão Médica, e sua equipe extinguir a febre amarela em seis meses, de março a setembro de 1901. Essa experiência, aliás, já tinha sido repetida em São Paulo por Emílio Ribas, Adolfo Lutz e Pereira Barreto, com os mesmos resultados positivos.

Dotado de admirável espírito de organização, Oswaldo Cruz planejou, formou pessoal capaz e lançou-o na campanha do extermínio de focos criadores de *stegomia faciata*, alcançando inúmeros lares, estabelecimentos comerciais, industriais, clubes, quartéis, na rigorosa faina de eliminar o vetor e sua procriação. O pessoal treinado para executar as técnicas de saneamento domiciliar formava um poderoso corpo sanitário, a que o povo deu o nome de "mata-mosquitos". Oswaldo Cruz teve contra si na luta saneadora poderosas forças que duvidavam da eficácia das medidas profiláticas adotadas. É que as práticas sanitárias da época admitiam que as fumigações e desinfecções de ação química constituíam os recursos sanitários suficientes para a destruição de germens propagadores de moléstias infectuosas, como o caso do tifo icteróide. Oswaldo Cruz abandonou o método das desinfecções por considerá-lo, à luz da ciência, como ineficaz no caso da febre amarela. Sua orientação de combate vizava apenas à destruição do mosquito vetor.

Contra a sua orientação científica, repetindo a vitoriosa campanha de Cuba, e de São Paulo, levantaram-se, em grande maioria, os médicos do Rio de Janeiro, professores da Faculdade de Medicina, engenheiros sanitaristas, políticos, deputados e senadores, a quase totalidade da imprensa carioca, fazendo tremenda pressão sobre o povo para resistir à campanha dos "mata-mosquitos". Procuraram lançar o Diretor da Saúde Pública ao ridículo "com epigramas acerbos, remoques mordazes, chacota insulsa ou chufa de recoveiro". "Fizeram-lhe caricatura maliciosa, com ironia sutil, tendenciosa, críticas grosseiras, calúnias, tudo servia para atacá-lo. Poetas e poetas envolvidos-no em versos picantes e humoristas". Modinhas de carnaval cantadas por cordões punham-no a ridículo.

Mas Oswaldo Cruz, imperturbável, enérgico e sereno, continuava a trabalhar com destemor dentro da linha de orientação traçada, convencendo seus discípulos, persuadindo seus auxiliares, vencendo inumeráveis obstáculos de toda ordem que se lhe antepunham como um grande general. Enquanto desenvolvia sua campanha de práticas saneadoras, construía a golpes de fé e energia a legislação sanitária que o Rio de Janeiro e o resto do Brasil precisavam.

Oswaldo Cruz e a Vacinação — Augusto Comte dominou a cultura francesa bem como sua irradiação para os demais países cultos no século passado. Todas as doutrinas científicas que não

recebessem a chancela de Comte (até 1857, quando morreu) e, depois, de seus discípulos, de reconhecido valor científico e mérito moral, eram enérgicamente combatidas pelos positivistas em todos os setores atuantes — academias, escolas, imprensa, parlamento e tribunais.

Assim é que Comte negava à vacina antivariólica, descoberta por Jenner, valor científico e mérito moral, reconhecendo-lhe apenas utilidade real.

Dominava na época de Comte a medicina fisiológica de Broussais, grande médico e polemista veemente, pela qual as moléstias seriam causadas pela excitação da contratilidade dos tecidos ou dos órgãos, que geraria inflamações. Eram, pois, tôdas as moléstias inflamatórias. Daí decorriam os métodos terapêuticos... Broussais freqüentava os cursos de Augusto Comte e este lhe apoiava a doutrina, a que se filiavam os médicos positivistas.

Morre Comte em 1857, antes de Pasteur lançar a sua revolucionária teoria biológica de que as moléstias contagiosas eram produzidas por "germens extremamente pequenos, microscópicos, que enxameiam o ambiente, pululam em tôda parte, e, em determinadas condições, infeccionam o organismo".

Por proposta de Sedillot, que fizera em 1878 importante comunicação à Academia de Medicina de Paris sobre a influência das descobertas de Pasteur para a clínica e cirurgia, os germens descobertos — vibriões, bactérias e bacterídias — receberam o nome genérico de **micróbios** — termo este sancionado pelo filólogo Littré. Desde então a doutrina de Pasteur passou a ser chamada **microbiana** e entrou a dominar a patologia, e transformou radicalmente a arte de curar. As intervenções cirúrgicas sob os preceitos da assepsia, logo preconizados pela escola cirúrgica de Lister, preservavam os doentes de infecções fatais, reduzindo de muito a mortalidade; a clínica médica tornou-se mais objetiva pela precisão do diagnóstico das moléstias; a terapêutica evoluiu para maior eficácia e a higiene adquiriu poder soberano e providencial para impedir a erupção de epidemias devastadoras, desde que as autoridades sanitárias pudessem atuar sob orientação científica. Mas o positivismo através do seu "apostolado" intolerante e esquecendo a orientação do seu mestre Comte, não quis reconhecer, tão logo, na França como no Brasil, os fatos científicos revelados por Pasteur e seus discípulos. Daí a teoria da vacinação merecer reservas e mesmo combate na sua difusão entre as camadas da elite cultural, de tal modo que a prática profilática da vacina anti-variólica entre nós foi impertinente-mente combatida onde existisse um mau discípulo do positivismo; no parlamento, na imprensa, em meios militares (houve até um levante contra a vacinação obrigatória em um batalhão e na Escola Militar do Rio de Janeiro, chefiados por um general).

O povo, àquele tempo orientado pela imprensa escrita, recebeu a vacinação obrigatória com antipatia, senão repulsa aos seus possíveis perigos, insidiosa e criminosamente apontados por adversários da orientação profilática do mestre de Manguinhos.

Oswaldo Cruz apresentou ao governo um plano de Código Sanitário envolvendo, entre outras medidas básicas, a obrigatoriedade da vacinação contra a varíola, da notificação compulsória nos casos de moléstias contagiosas e a criação do Juízo dos Feitos da Saúde Pública para que rápido fôsse o julgamento dos infratores da legislação sanitária. O Presidente R. Alves remeteu imediata mensagem ao Congresso e o deputado Melo Matos apresentou o projeto de lei do Código Sanitário. Mas, já na Comissão de Saúde, o relator, que era um professor de Psiquiatria, médico desatualizado, deu parecer contrário, negando mesmo valor científico ao combate à febre amarela pelo extermínio do *stegomia*, porque, afirmou, “jamais se encontrou micróbio da doença em sangue de amarelento, nem no mosquito”... Ignorava, pois, a doutrina dos vírus... E assim defendeu ardorosamente as tradicionais práticas das desinfecções...

A Comissão de Saúde convidou O. Cruz para comparecer e prestar esclarecimentos. Compareceu e disse:

“...que no projeto nada havia de original, era a reprodução do que se contém na legislação inglesa e alemã sobre polícia sanitária; que as medidas repressivas propostas eram apenas a codificação da legislação já existente, mas ainda não executada; que não podia prescindir da notificação compulsória, nos casos de moléstias contagiosas, nem tão pouco deixar de estabelecer a profilaxia específica peculiar a cada uma delas; que a lei da vacinação obrigatória contra a varíola era necessidade imperiosa — e mostrou mapas e estatística provando o desaparecimento da varíola nos países em que essa lei vigora; que a profilaxia da febre amarela só podia ser verdadeiramente eficiente se feita como em Havana, com resultados decisivos, pois em seis meses a Comissão Sanitária Militar Americana eliminou os óbitos por febre amarela naquela cidade”. Demonstrou que as desinfecções domiciliares, úteis e recomendáveis em outras moléstias contagiosas, eram inoperantes na febre amarela, porque o germe passava do doente ao são somente através da picada do mosquito infectado; que o combate à peste bubônica, exigia vacinação anti-pestosa, a matança sistemática de ratos vetores dos germes do mal e o extermínio de pulgas e percevejos transmissores, do rato ao homem, bem como o isolamento de doentes, a polícia de focos e medidas gerais; justificou a necessidade da criação do Juízo dos Feitos da Saúde Pública para que o julgamento dos infratores do regulamento sanitário fôsse feito sempre com a máxima presteza, de modo a não dificultar o serviço de profilaxia, que é de urgência.

Mas os debates na Câmara de Deputados em torno das idéias fundamentais e das práticas profiláticas reguladas pelo futuro código continuaram apaixonados. Médicos de alta nomeada entraram no debate pela imprensa e nas sociedades da classe. A maioria, infelizmente, estava em lamentável atraso científico... Oswaldo e a brilhante equipe de Manguinhos estavam ilhados cientificamente, combatidos pela própria classe médica do Rio de Janeiro quase em péso... Um professor catedrático de Higiene da Faculdade de Medicina deu uma aula especial aberta a médicos, deputados, políticos, jornalistas e adversários de Oswaldo Cruz. A sala regorgitou de assistentes ilustres que acompanhavam ansiosamente a argumentação pseudo-científica contra a teoria culicídica havaneza e a favor da teoria de Sanarelli, que atribuía ao bacilo icteróide a patogenia do mal amarelo. Terminou o infeliz professor concluindo que “a desinfecção cabal, regular e científica extingiria a febre amarela no Rio de Janeiro”.

Pouco tempo depois o Instituto Pasteur de Paris realizou memorável sessão em que concluiu, após metucioso exame, por negar que o bacilo de Sanarelli fôsse o causador da febre amarela, alertando ao mesmo tempo a América Latina contra a *chantage* do sôro anti-amarelo dêsse discutido patologista.

Em S. Paulo, Adolfo Lutz, com a autoridade de bacteriologista que possuía, já tinha afirmado que o bacilo de Sanarelli não era patogênico da febre amarela. Mas aqui em nosso meio havia outro bacteriologista de renome que defendia, pela imprensa, sob o pseudônimo de dr. Havanez, a doutrina de Sanarelli e combatia desprimorosamente a orientação de Oswaldo Cruz.

Bacteriologistas de renome mundial como Patrick Manson, Strenberg, Miquel, Pothier, Adolfo Lutz e outros, com a probidade científica que os caracterizava, já tinham classificado o famoso bacilo de Sanarelli como um coli-bacilo causador apenas de pneumo-enterite de porcos...

Após demorados e calorosos debates, em que muita demagogia, agressão à ciência, miséria moral e intelectual se exibiu na Câmara, o projeto foi aprovado por surpreendente maioria: 101 votos contra 35. No Senado a tramitação foi rápida, embora tivesse havido um Senador que declarou ser a favor, mas nunca permitir que seus filhos fôssem obrigados à vacinação.

Em dezembro de 1903 era promulgado o Código Sanitário e em março de 1904 O. Cruz deu ao lume o Regulamento dos Serviços Sanitários. Mas a toarda dos inimigos continuava. O Regulamento era chamado — “Monstro sanhudo que golpeia as liberdades individuais”. A notificação compulsória era chamada “delação obrigatória”.

Na organização da sua brigada sanitária, O. Cruz precisava de 1.200 homens devidamente instruídos e treinados. Mas não

havia verba para isso na Saúde Pública e o Congresso não se dispunha a votar. Então, organizou êle apenas um corpo sanitário de 85 pessoas, sob o comando do seu dedicado auxiliar dr. Carneiro de Mendonça, Diretor de Profilaxia, homem convicto da validade do método profilático havanez. Infelizmente êsse denodado batalhador faleceu em plena jornada, quando era conhecido como fanático stegomicida. Oswaldo Cruz soube cultuar-lhe a memória.

A brigada em luta contra a stegomia entrou a visitar quintais, casas e jardins, eliminando águas paradas, virando tinas de lavar roupas, desobstruindo calhas, nivelando depressões com poças de água, ajuntando latas vazias, vidros quebrados e tôda espécie de lixo que servia para cultivar ninfas e larvas do mosquito rajado. Em pouco tempo foi tremenda a quantidade de lixo retirada em pequenas zonas mais suspeitas de proliferação do mosquito vetor.

Olavo Bilac nos seus "Registros" da imprensa teceu os primeiros comentários elogiosos ao amor à limpeza e ao combate à porcaria, antevendo, só por isso, o êxito saneador.

Ruy Barbosa, em seu grande estilo, censurou os opositores à campanha saneadora de Oswaldo Cruz: "A reação dos interesses e preconceitos não conhece limites. No país clássico da resignação e docilidade, no paraíso da servilidade e indiferença, ronca, desfeita a procela em bravos estampidos, revolvendo o povo, sacudindo o Parlamento, abalando o elemento militar."

Oswaldo Cruz não dava ouvido à algaravia e certa vez disse a amigos: "Minha única resposta será a extinção da febre amarela". E deu-a plenamente.

Quando mais intensa se travava a luta contra os focos de pernilingos, a campanha política e jornalística contra a orientação de Oswaldo Cruz se acirrou de tal maneira invadindo quartéis que alguns amigos do Presidente R. Alves convenceram-no de que devia chamar o Diretor da Saúde Pública ao Palácio e sugerir-lhe que, ao menos como satisfação ao público, mandasse fazer algumas desinfecções pelos velhos processos nos casos de ocorrência de febre amarela. Então, em Palácio, em termos de cordial amizade, o Presidente formulou a sugestão a O. Cruz. Êste ouviu-o pensativo, fitou serenamente o respeitável Chefe de Estado, agradeceu-lhe a delicadeza com que agia preferindo apresentar a modificação conciliatória da campanha sanitária em caráter de pedido ao seu subordinado, quando podia determinar peremptoriamente, e terminou afirmando que "a ordem seria cumprida sem tardança, bastando para isso que Sua Excia. nomeasse o seu substituto na Saúde Pública".

O Presidente negou-se a substituí-lo.

E Oswaldo ponderou-lhe que era preciso atender a dois pontos de vista igualmente respeitáveis:

“De um lado as exigências políticas, talvez a estabilidade das instituições a imporem uma providência anódina, mas oportuna. De outro lado estava a sua convicção científica arraigada, que não admitia transigências sob pena de deserção moral, pelo que lhe pedia exoneração.”

E o grande Presidente negou-lhe exoneração, autorizando-o a perseverar nos seus processos profiláticos.

Acompanhando-o até a porta da escadaria do Palácio, despediram-se cordialmente.

E alguém ouvia depois o Presidente dizer: “Impossível que a razão não esteja com o cientista”!

E assim dois imortais paulistas, um Presidente modelar e um cientista convicto e probo, decidiram a prosseguir por método inarredável a obra saneadora do Rio de Janeiro e salvadora da reputação do Brasil entre os países mais adiantados do mundo.

Oswaldo Cruz, a insistências de amigos candidatou-se e foi eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1911, na vaga de Raymundo Corrêa. Sua eleição teve mais a significação de uma conquista da academia, que mais ganhava do que êle recebia.

Projeção do Instituto de Manguinhos — O antigo Instituto Soroterápico instalado na chácara de Manguinhos, sob a direção de Oswaldo Cruz, vencendo algumas crises delicadas, evolui esplendorosamente em poucos anos. Seu grande diretor, aliás indicado pelo dr. Roux, de Paris, com rara argúcia, selecionava os colaboradores que buscavam Manguinhos como escola de aprendizagem e aperfeiçoamento, ensinava-lhes as técnicas laboratoriais e os métodos de pesquisa, sob regime de amizade, disciplina e justiça, de tal modo que formou uma brilhante equipe em técnicas de pesquisas biológicas e experimentação. Manguinhos transformou-se em poucos anos numa magnífica escola experimental de técnicas aplicadas à medicina. Pode-se dizer com segurança que a medicina brasileira evoluiu grandemente por causa de Manguinhos e com Manguinhos. A medicina brasileira apresenta dois capítulos bem marcados: 1.º) antes de O. Cruz; e 2.º) depois de O. Cruz. Numerosos foram os médicos que buscaram êsse grande Instituto, projetado internacionalmente, para orientar-se na elaboração de teses originais de doutoramento com bases rigorosamente científicas.

A extinção da febre amarela, da varíola e da peste bubônica do Rio de Janeiro e de outros pontos do Brasil deu a Oswaldo Cruz e ao seu Instituto um renome internacional, como nenhum outro da América Latina alcançou. A descoberta da mais terrível e incurável doença tropical do universo — doença de Chagas — foi feita por um discípulo de Oswaldo Cruz — Dr. Carlos Chagas. Descoberta completa, envolvendo o germe causal, o mecanismo de contágio, os danos orgânicos irreparáveis e as medidas de profilaxia. Faltou somente descobrir a terapêutica, mas esta 54 anos

depois continua a desafiar a investigação dos bio-químicos e clínicos de todo o mundo. Carlos Chagas, discípulo reconhecido, deu ao germe causal o sobrenome de Oswaldo — Trypanosoma Cruzi.

O saneamento do Rio de Janeiro, transformando uma velha cidade colonial de ruas estreitas, infecta e mal cheirosa, numa capital moderna, saneada, ventilada, saudável — a Cidade Maravilhosa que orgulha a nós todos brasileiros — tinha além do valor do triunfo de uma administração calcada na ciência e na técnica, uma importância política, social e econômica (atrair estrangeiros, imigrantes, industriais, comerciantes e banqueiros, que estavam desviando-se para países vizinhos, amedrontados pelas nossas endemias), tinha pois alta importância internacional, tanto assim que jornais da grande imprensa (Jornal do Comércio, por ex.), que combateram tenazmente o grande saneador do Rio, sugeriram, quando do regresso de Oswaldo Cruz e sua equipe, glorificados pela magnitude dos trabalhos apresentados ao Congresso de Higiene de Berlim, em 1907, e pelo 1.º Prêmio alcançado na Exposição Internacional de Higiene de Berlim, sugeriram que o Chanceler Rio Branco devia apresentá-lo como o seu mais íntimo colaborador na obra de reerguimento do crédito do Brasil.

Nessa ocasião, a recepção a Oswaldo Cruz foi uma verdadeira apoteose, uma consagração da magnífica obra do mestre pela massa popular, classe médica, políticos, jornalistas e sobretudo com a imensa alegria de seus antigos auxiliares do Instituto Oswaldo Cruz.

Oswaldo Cruz na sua nobre missão de investigar e combater endemias e epidemias visitou todos os Estados do Brasil, menos Goiás. Seus colaboradores — e citemos os principais — Carlos Chagas, Arthur Neiva, Belizário Pena, Henrique Aragão, Marques Lisboa, Sales Guerra, Eziquiel Dias, Adolfo Lutz, Octavio Machado, Rocha Lima, Abreu Fialho, Travassos, Pedro Magalhães, Oscar Araújo, Cardozo Fontes, Parreiras Horta, Henriques Vasconcellos, Eugênio Lindenberg, Gaspar Viana, Luiz Moraes, Aristides Cunha e outros — foram peças auríferas dessa maravilhosa corrente de ciência que se formou para sanear o Brasil. Deus tenha os mortos na região dos bem-aventurados, e a nação que nunca esqueça a gratidão a todos!

Oswaldo Cruz realizou missões culturais de verdadeira imposição do seu valor científico e do prestígio do Instituto, de que teve de ser patrono ainda em vida (1908), pela vontade de seus auxiliares e do governo, missões a Berlim, a Montevideu, a Buenos Aires, a Santiago, a Dresden.

Ruy Barbosa em famoso discurso disse, depois de evidenciar os predicados morais e científicos de Oswaldo Cruz, que avaliava a dívida, em moeda corrente da época, do Brasil para com êle, em 4.800.000 contos, somente na luta pela salvação de 60.000 vidas.

O desvêlo de Oswaldo Cruz por Manguinhos era imensurável. Tudo ali reflete a sua excelsa personalidade, desde o lindo prédio principal, de estilo mourisco, escolhido pelo mestre, e por êle edificado, sob os mínimos requintes de arte e alta sabedoria, até os pavilhões das diferentes especialidades.

Êle é um centro de atração de cientistas de todo o mundo, bem como de curiosos de institutos de renome.

Visitei-o na minha mocidade algumas vêzes e, recentemente, para cumprir a honrosa missão de convidar os filhos de Oswaldo Cruz, também cientistas renomados — dr. Valter Oswaldo Cruz, muito parecido com o Pai, chefe da Divisão de Patologia, e dr. Oswaldo Cruz Filho, chefe da Divisão de Bacteriologia, bem como o atual Diretor dr. Tavares da Rosa, para esta solenidade.

Então visitei o Museu de Recordações do Instituto, que fica na própria sala de trabalho do saudoso Mestre. Aí pude ver todos os aparelhos históricos construídos e usados pelo sábio nas suas pesquisas, numerosas peças e fotografias históricas e a carta-testamento, de que destaco êste período: “A meus filhos, peço que não se afastem do caminho da honra, do trabalho e do dever, e que empunhem como fanal e o elevem bem alto o nome puro e honrado e imaculado que herdei como o melhor patrimônio de Família e que a êles lego como o maior bem que possuo”.

Faleceu, com 44 anos e meio, após longos dias de padecimentos, que insidiosa doença cárdio-renal lhe reservara.

A Nação se enlutou e a Guanabara chorou muito no dia 11 de fevereiro de 1917, quando o seu benemérito saneador e nome tutelar da medicina brasileira expirou.

Ao meu inolvidável Patrono neste sodalício, êste desalinhado discurso biográfico, com as minhas preces a Deus para que lhe conceda o poder de proteger a saúde e a vida dos brasileiros!

(Oração no Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo)

AURELIANO LEITE — O HISTORIADOR

Tito Livio Ferreira

Historiador e memorialista, com incursões pelo campo literário, o senhor Aureliano Leite desponta no mundo intelectual como cronista de guerra. Assim, de ponto em branco, não por instinto belicoso, mas como paladino da verdade, surge, de pena em riste, nos embates polêmicos, ao estreiar, com “Dias de Pavor” — Figuras e cenas da revolta de São Paulo”, em cujas páginas faiscam tintas impressionistas sôbre o movimento masorqueiro explodido em nossa terra, no ano já distante de 1924. E, nessa obra publicada há quarenta e dois anos, o escritor revela preocupações de historiador e de polemista.

Bacharel em Direito como tôda a gente, nêste país do Bacharel de Cananéia e onde os bachareis faziam leis e executavam-nas, o senhor Aureliano Leite deixa as Arcadas rumorejantes do velho Largo de São Francisco, outrora Largo do Capim, em cujos pátéos os estudantes, mal iniciados na linguagem jurídica, logo recebiam as águas lustrais da política. E, em vez de rumar para a banca de advogado como todo o bacharel, dirige-se para a sua tenda árabe de comércio.

Entre a política e a advocacia, o senhor Aureliano Leite escolhe uma terceira forma de atividade. Desde a Convenção de Itú a República bachareliza-se nas arcadas livres da Academia Franciscana, onde o romantismo chamejante ilumina a alma dos moços idealistas. Até 1930 a República fôra feudo político dos Bachareis em Direito. A fina flôr dos homens públicos da primeira República constituia-se de professores da Faculdade e de advogados. Eram êles os pais da Pátria. Os paredros, segundo o arcaísmo, ressuscitado pelo escritor Coelho Neto. Mestres da Academia pontificavam na cátedra, no juri, no jornalismo e nos legislativos. Daí as Câmaras de Vereadores e as Assembléias Estaduais serem corpos legiferantes de escol, saneando-os. E daí a própria Faculdade de Direito encaminhar as inteligências promissoras para o feudo político republicano.

Mas o senhor Aureliano Leite não se bacharelara para arrazoar nos autos ou enredar-se nas rabulices jurídicas das lides forenses. Outras justas o atraíam. Por isso, as letras jurídicas deixam o caminho aberto às letras de câmbio e à Academia

Paulista de Letras. Mergulha no remerrão do comércio, para despertar, cheio de alvoroço, na manhã de 5 de julho de 1924, com a cidade bombardeada, os canhões a rugir, a fuzilaria a assobiar, as metralhadoras a pipocar no céu e na terra paulistana. Foi preciso o solavanco brutal da revolta raivejante para despertar a sua sensibilidade de intelectual, meio adormecida, as suas tendências inatas de escritor autodeterminado. E sob o impulso incoercível do escritor autêntico, a rebelião revela o vigoroso cronista de guerra.

Assim, o escritor ilumina os “Dias de Pavor-Figuras e cenas da revolta de São Paulo”, naquele rubro verão de 1924, com uma sequência de quadros chamejantes e movimentados, onde os obuzes riscam o espaço, estrondejando. O autor nos conduz aos campos de batalha, às trincheiras, aos acampamentos, às ruas e praças avermelhadas pela metralha e pelo sangue humano. E êle nos explica muitas cousas perdidas nas sombras daqueles dias tumultuosos.

Ainda acadêmico, o senhor Aureliano Leite alistara-se nas hostes da República, para defendê-la, constitucionalmente, como seu ancestral Amador Bueno, o português de São Paulo em cujas veias corria o sangue luso-tupi-hispânico. Vassalo de sua Majestade, o Aclamado jura dar a vida por D. João IV, Rei de Portugal, porque sua divisa é: Pelo Rei e Pela Monarquia. Cidadão patriota, o senhor Aureliano Leite exclama: Pela Pátria, pela Constituição e pela República. Faz profissão de fé cívica e legalista. Encerra essas páginas de guerra, distinguindo: “Ser revolucionário é ascender incessantemente, pela escada do ideal, à suprema perfeição! Ser revoltoso é estar fora da lei, é rolar para o nível da baixa delinquência! As grandes conquistas moral-social-políticas originaram-se da revolução!” Cita exemplos históricos para robustecer o seu postulado. E conclui: “Ser revolucionário é sacrificar-se por uma idéia, em proveito da comunhão social. Ser revoltoso é diametralmente oposto. Ser revoltoso é sacrificar a comunhão a bem do seu individual interesse”.

O leal vassalo monarquista Amador Bueno está presente no leal cidadão republicano Aureliano Leite, cujo atavismo idealista desabrocha

“Daquela portuguesa alta excelência
De lealdade firme e obediência”,
assinada pelo épico de “Os Lusíadas”.

A psicologia do vassalo projeta-se na estrutura mental do cidadão aquecida ao calor do romantismo republicano cujas labaredas ardião nas salas e corredores da velha Academia, palpitante de tradições, onde ainda eram comentados os textos civis das sonolentas “Ordenações do Reino”, a Constituição Política do

Império Lusitano. Cada um está dentro do seu tempo histórico. E, na dimensão histórica, ambos vivem o seu episódio com a presença invisível em nós daqueles cuja atuação deixaram na época o sinal de sua fidelidade na sucessão das gerações em marcha.

Amador Bueno, o Aclamado, era civil e soldado ao mesmo tempo. Civilmilitar, numa só palavra, êle alça a espada na defesa do Rei e da Monarquia. Êle respira a tradição de nossos maiores através dos séculos. Não defende a pátria, porque esta palavra designa, até à Revolução Francêsa, apenas o lugar do nascimento. A pátria de Amador Bueno era a vila de São Paulo. A República amplia a dimensão da palavra. Para o cidadão, Pátria é todo o território da República. Por isso, D. Pedro I, a 3 de maio de 1823, exclama:

“Foi na pátria do fidelíssimo e nunca assaz louvado Amador Bueno da Ribeira, onde pela primeira vez fui aclamado imperador”. E o nosso primeiro imperador ainda limitava o sentido latino da palavra pátria: o lugar do nascimento.

Para o senhor Aureliano Leite a Pátria era e é todo o território da República Brasileira. Assim como o seu antepassado vassalo defende o Rei e a Monarquia, o descendente do Aclamado combate pela Ordem e pela Legalidade, pela Lei e pela Grei, porque no cidadão republicano está redivivo o vassalo monarquista. Nêsse caso, explica-se o conceito elementar de sociologia: “Tudo o que existe repousa sôbre tudo o foi”. E tudo o que foi continua.

Vieram a seguir, “Memórias de um revolucionário”. Revolucionário e não revoltado, o senhor Aureliano Leite revive episódios da Revolução de 1930, o divisor de águas entre dois períodos republicanos. Embora tenha a psicologia do cidadão republicano o senhor Aureliano Leite enraiza-se, atavicamente, sua mentalidade monárquica do seu antepassado, o vassalo Amador Bueno. O seu pensamento é o mesmo de Antonio Sardinha, para quem a Pátria, no sentido moderno, “é antes de mais nada um patrimônio moral de tradições e aspirações, ligado ao solo em que nossos Mortos repousam. Ser patriota não é sômente manter a integridade dos limites físicos em que a Pátria se emoldura. Ê principalmente não atentar contra a inalterabilidade duma alma coletiva, que fundada na continuidade da História e na consciência de um povo, constitui o que em verdade se pode chamar o gênio de uma nacionalidade”. E por isso, a História é unidade, continuidade e solidariedade.

Assim, o pensamento do vassalo do Rei de Portugal, em 1641, o “fidelíssimo e nunca assás louvado Amador Bueno”, continua no cidadão republicano, o senhor Aureliano Leite, em 1924, em 1930, para culminar em 1932, como revolucionário constitucionalista. Êsse pensamento recorta-se, com nitidês, em “Martírio e

Glória de São Paulo”, onde o escritor, ainda cronista de guerra, acompanha, dia a dia, a Revolução Constitucionalista, onde todos nos integramos, unidos, onde mais uma vez, São Paulo do Padre Manoel da Nóbrega em 1567, o São Paulo de Amador Bueno em 1641, o São Paulo de José Bonifácio de Andrade e Silva em 1822, o São Paulo de Diogo Antonio Feijó em 1831, é o mesmo São Paulo de Prudente de Moraes em 1896, e é o mesmo São Paulo brasileiro de 1932. Padre Manoel da Nóbrega comanda a primeira Bandeira Piratininga com a expedição de Estácio de Sá, na fundação do Rio de Janeiro, para expulsar os Franceses da Guanabara, em 1565, e para evitar a primeira tentativa de fragmentação do território lusobrasileiro. Amador Bueno recusa a coroa de um reino irreal para impedir a separação da Capitania de São Paulo do Estado do Brasil, província ultramarina da Monarquia Portuguesa, em 1641. José Bonifácio de Andrade e Silva conserva a unidade geo-política estabelecida por outro lusopaulista Alexandre de Gusmão em 1750, com o Tratado de Madrid; Diogo Antonio Feijó em 1831 anula os esforços dos desordeiros engajados em estilhaçar a unidade nacional vinculada pelos Bandeirantes Lusíadas. Prudente de Moraes em 1896 pacifica e estabiliza os laços da unidade brasileira. E por fim, o povo de São Paulo, em 1932, ergue-se, como um só Brasileiro, para coagir o Governo Provisório a restaurar no Brasil, o império da Ordem e da Legalidade.

Êsse mesmo pensamento de unidade pátria existe na estrutura mental do historiador Aureliano Leite, conforme se verifica em “O Brigadeiro Couto de Magalhães” com o subtítulo: “Sentido nacionalista de sua obra”. Amador Bueno, vassalo del-Rei, desconhecia o sentido contemporâneo das palavras “nativismo” e “nacionalismo”, surgidas no século passado com o romantismo histórico. O leal vassalo do Rei de Portugal, até o desmembramento do Reino do Brasil da Monarquia Portuguesa, ignorava a existência e o significado republicano desses vocábulos mal aplicados pelos “intérpretes” da História Lusobrasileira aos motins entre vassalos realistas. E daí escreverem sobre o período lusobrasileiro como se escrevessem sobre os dias de hoje.

O historiador Aureliano Leite, cidadão republicano, em pleno século XX, não pensa como o vassalo Amador Bueno, em pleno século desessete. O conceito de patriotismo do cidadão apoia-se no realismo republicano e não nas realidades monárquicas, embora ambos sejam objetivos. O que era lealdade ao Rei no vassalo, no cidadão é patriotismo. Êsse instinto de **diferença, de meio-próprio, de ambiente social** é a razão natural das pátrias, ou seja, das nacionalidades surgidas após a Revolução Francêsa. O patriotismo de Amador Bueno traduz-se na lealdade ao monarca; assim como o patriotismo do senhor Aureliano Leite reflete a lealdade à República. Daí a lealdade e a firmeza do vassalo continuar no patriotismo cívico do cidadão legalista. Patriotismo

transnacional, êle vai além da idéia de nação e nos conduz deliberadamente, ao cerne da herança moral recebida de nossos maiores onde se alicerça, de forma concreta, a noção cristã de Pátria, tal como a recebemos de nossos pais com o sangue e com o leite nossas mães nô-la transmitiram. E não são estrangeiros, ignorantes de nossa formação bio-social, os indicados para nos vi-rem dar lições de patriotismo ou de nacionalismo, nos dias de hoje, em nossa Pátria, a nossa terra e nossa gente.

Por isso mesmo, o historiador Aureliano Leite examina, com acuidade e clareza, o fato de nos identificarmos com o nosso passado comum lusobrasileiro, transcontinental e transnacional, ao escrever: "São Francisco de Paula de Ouro Fino, onde ressalta a "consanguinidade histórica" dos paulistas e mineiros, todos portugueses, vassallos del-Rei D. João V, o Rei Mineiro. "Lembro-me bem, escreve o historiador, de um episódio de minha infância, o qual ilustra coloridamente o fenômeno. Freqüentava eu as aulas primárias do já curvado anglo-brasileiro, João Carlos Schimdt. Apesar de que eu não aprendesse ainda corografia do Brasil, perguntou-me certa vez, de supetão, qual era a capital de Minas Gerais. — São Paulo! respondi, prontamente. — Adeante — bradou o ríspido mas querido mestre-escola. São Paulo... repetiu outro menino, hesitante. — Adeante! continuou João Carlos, de senho carregado e já munido da palmatória de cedro que o uso envernizara. — São Paulo! balbuciou o terceiro, choramingando. Só o quarto aluno pôde dar-nos o quináu inolvidável: — Ouro-Preto, são Mestre! Nêsse dia sofri o meu primeiro castigo por São Paulo!" E os meninos, nesse fim do século passado, já não eram mais filhos de vassallos de el-Rei D. João V, o Rei Mineiro.

Errados no presente, êles estavam no passado. Minas Gerais é irmã colaça de São Paulo, de cujos flancos nasceu, em começos do século XVIII, a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro. Filha legítima do Estado do Brasil e da Monarquia Portuguesa, assim como o Brasil é filho legítimo de Portugal e da Gente Lusitana e Portugal é filho legítimo do Império Latino e de Roma. As crianças pequenas ignoram — bendita ignorância! — porque as crianças grandes fazem cêrcas, muros e fronteiras. E por isso julgam-se na obrigação de não lhes dar importância.

Em "Pequena História da Casa Verde", o historiador Aureliano Leite faz interessante pesquisa para enriquecer a sua obra com "A História de Sam Paulo em breve resumo cronológico desde MD a MCMXXX". Justifica o trabalho com realçar o esforço, a ordem e a sequência do ensaio histórico. Apresenta a mais completa, senão a mais atual relação bibliográfica de tudo quanto se publicou sôbre cousas e homens de São Paulo. E dêsse ensaio vai surgir a monumental "História da Civilização Paulista".

Segue-se "O Cabo Maior dos Paulistas na Guerra com os Emboabas". Contém o esforço de "trinta anos de estudos", assi-

nala o historiador Aureliano Leite. Três decênios de pesquisas contínuas marcam o estudioso honesto à procura da verdade histórica distanciada no tempo e no espaço. Para apresentar a personalidade insigne de seu antepassado Amador Bueno da Veiga, "O Cabo Maior dos Paulistas na Guerra com os Emboabas", neto de Amador Bueno, o Aclamado, o historiador cita o poeta Correia Garção:

"Parece-me que estou entre paulistas
Que, arrotando congonhas, me aturdiam
Com a fabulosa ilustre descendência
De seus claros avós, que de cá foram
Em jalecos e ceroulas...

Em nota ao pé da página o historiador faz ligeira referência aos degredados com sentença capitulada nos "Ordenações do Reino", a Constituição Política da Monarquia Portuguesa codificada ao longo dos séculos, desde as Ordenações Afonsinas, as Ordenações Manoelinas e postas em ordem por el-Rei D. João IV de Portugal, o soberano a quem o vassalo Amador Bueno jura leal e firme obediência. Degredado para Salvador da Bahia, em meados do século XVIII, por motivos políticos e amorosos, foi o grande escritor D. Francisco Manoel de Melo, o autor de "Carta de Guia de Casados", onde o celibatário impenitente permite-se conversar com os chefes de família, aconselhando-os.

E, na "Salve Rainha", nós todos, criaturas humanas, sem exceção, somos "degredados filhos de Eva".

Nêsse caso, quando o poeta Correia Garção fala dos paulistas, irmãos dos transmonstanos, beirões, alentejanos, ribatejanos, algarvíos, minhotos, estremenhos, ilhéus, angolanos, moçambicanos, goêses, macauenses e timorenses, todos vassallos do Rei de Portugal, é porque todos tinham o mesmo Rei e êle outorga-lhes a nacionalidade portuguesa, e porque todos os naturais do Império Lusitano eram e são portugueses. E cem anos antes do poeta, em 1676, D. Carlos, Rei de Castela, para identificar bem "los portugueses de San Pablo", especifica: "Los portugueses paulistas".

Assim, o historiador Aureliano Leite reencontra-se consigo mesmo, dentro de si mesmo, vinculado à filosofia moral dêle mesmo, quando procura justificar e justifica-se a si mesmo em face da História, deante dos homens e do Tempo, onde não há passado, nem presente, nem futuro. Há o Tempo e a Eternidade na sua sequência. Justifica suas atitudes, seus gestos, suas reações, suas simpatias, porque há nêle, pulsante e viva, assim como há em mim, e porisso eu o compreendo e o estimo, a coexistência profunda entre o nosso eu, e a nossa gente portuguesa onde se enraizam Lusitanos, Celtas, Ibéros ou Lígures, Gregos, Fenícios, Cartaginêses, Romanos, Germânicos, Arabes e Normandos. Assim

é a nossa gente português, vale dizer a nossa gente romana, a nossa gente árabe, a nossa gente germânica, fusionadas na gente lusobrasileira, acrescida já da gente brasilíndia e africana. E de uma raça feita de raças, de um povo feito de povos, de uma cultura feita de culturas desabrocha a raça português, a cultura português caldeadas no português, o homem de tradição romana, criador de nossa terra e nossa gente pela força espiritual e dinâmica do Lusocristianismo, onde irradiam a civilização grega, o espírito jurídico romano e a teologia judéocristã.

Esses três elementos estabelecem uma ordem perfeita ao interligar passado, presente e futuro, numa unidade, continuidade e solidariedade. E o nosso eu atuante e vivaz, em nosso meio social, está no presente a interrogar-nos sobre a relação histórica, psicológica, sociológica, entre o passado e o futuro.

Por isso mesmo explica-se a atitude resoluta e incisiva do historiador Aureliano Leite, a 19 de setembro de 1935, no exercício do seu mandato de deputado federal por São Paulo, quando se levanta, para defender, com ardor, inteligência e convicção, a Língua Português. A querela vinha de longe, desde o começo do século, quando Ruy Barbosa, no último dia de dezembro de 1902, em sua famosa "Réplica" às emendas feitas pelo Professor Carneiro Ribeiro ao projeto do Código Civil Brasileiro, de autoria do imortal discípulo do Padre Antônio Vieira, cita grande mestre do nosso idioma, assinalando: "Mais alto do que um código em elaboração é em código já em uso; e, todavia, contra um dos de sua pátria não hesitou Alexandre Herculano em se exprimir com a mais ríspida crueza de linguagem, desde que se convenceu de não merecer outra. Propugnava êle, como revisor do código civil (português), a sua obra, quando lhe opuzeram o código penal, "Código contra código", disse êle. "Conheço. É um livro em língua bunda, que resa da penalidade usada em Portugal". E a língua bunda é falada pelos indígenas angolanos, na África.

Feita a citação do autor da "História de Portugal", o filólogo da "Réplica" observa: "Respeito ao idioma, saiu escrita no que êle mesmo (o Professor Carneiro Ribeiro) desvanecidamente chama "o dialeto brasileiro", surrão amplo, onde cabem à larga, desde que o inventaram para sossêgo dos que não sabem a sua língua, tôdas as escórias da preguiça, da ignorância e do mau gôsto, rótulo americano daquilo que o grande escritor lusitano tratara por um nome angolês. La encontrará o ouvido vernáculo todos os estigmas dessa degeneração, em estado coliquativo, do idioma em que escreveram no Brasil, Gonçalves Dias, Francisco Lisboa e Machado de Assis".

Trinta e três anos mais tarde, a querela da língua se acende na Câmara Federal, assoprada pelos adeptos do "dialeto brasileiro", agora crismado com o nome de língua brasileira". Herculano fôra contundente; Ruy veemente; Aureliano incisivo.

Assim, o historiador Aureliano Leite sente pulsar, no seu coração, o sangue do seu antepassado Amador Bueno, o Português Paulista, quando alça a espada ao sol paulistano e brada:

“Viva el-Rei D. João IV, por quem darei a vida!”

Cidadão do século XX, o historiador Aureliano Leite é o vassalo do século XVII ao proclamar com segurança e entusiasmo, o seu espírito de vassalagem independente, de unidade, continuidade e solidariedade, na defesa do patrimônio moral inalienável, do valor moral intransferível, do valor humano dinâmico mas permanente, vívido e vivido. E nas vozes de Herculano, de Ruy e de Aureliano ressoa, na sua simplicidade, o hino de Esparta: “Somos o que fostes; seremos o que és”, porque nessas palavras está a síntese do tempo histórico-cultural de um povo e de uma pátria.

Paladino da nossa Língua, a Língua Portuguesa, Aureliano Leite levanta a sua voz, firme e sincera, na tarde luminosa e quente do setembro carioca, e exclama:

“Sem querer, de forma alguma, referir-me aos restos de línguas aborígenes que se praticam nas regiões extremas e inóspitas da nossa terra, muito menos à **língua geral** dos Paulistas, mencionada pelo Padre Antonio Vieira e um dia invocada pitorescamente neste plenário, em proclamações mimeografadas aos Paulistas, não posso furtar-me a esta pergunta: Existirá de fato, uma língua brasileira?”

Para não decepcionar os seus antagonistas, o historiador Aureliano Leite responde: “Talvez que sim. Mas não é a que falam os homens educados. Não é a com que nós, deputados do Parlamento, nos exprimimos mesmo na intimidade. Não é a com que convivem e conviveram os nossos maiores prosadores e poetas. Não é a em que se expressaram Matias Aires, João Francisco Lisboa, Santa Rita Durão, Gonçalves Dias, Araujo Pôrto Alegre, Castro Alves, Silveira Martins, Tobias Barreto, Bernardo Guimarães, Machado de Assis, Euclides da Cunha, Ruy Barbosa, João Ribeiro, Raimundo Correia, Bilac, Coelho Neto, Sílvio de Almeida, Silva Ramos, Amadeu Amaral, para só citar algumas das nossas figuras mortas. Não é enfim, a língua com que se edificou o nosso já considerável patrimônio literário”.

Patrimônio literário, histórico, sociológico, artístico e psicológico. Patrimônio do nosso passado, do nosso presente e do nosso futuro.

E daí o cidadão republicano Aureliano Leite, vassalo do nosso idioma, exclamar com tôdas as forças vivas do presente onde vive e viça todo o passado: “Língua Brasileira? Não, Língua Portuguesa”. E êle, cidadão republicano do século XX, forma ombro a ombro com o vassalo republicano, porque, natural da República Municipal de São Paulo de Piratininga, fiel ao seu rei, quando proclama: “Viva el-Rei D. João IV, por quem darei a vida”.

Amador Bueno bate-se pelo Rei de Portugal. Aureliano Leite bate-se pela Rainha de Portugal: a Língua Portuguêsa. Ele parece dizer, como o poeta em outro idioma:

Dieu! qu'il fait bon la regarder,
La gracieuse, honne et belle!
Pour les grands biens que sont en elle,
Chacun est prest à la louer...

“Assim Charles d'Orleans, o Poeta e Príncipe Francês, escreve Eça de Queiroz, em página encantadora das “Notas Contemporâneas”, “assim cantava com, enternecida e grave elegância, numa das suas mais puras canções, rimada em louvor de Bonne d'Armagnac, sua mulher, ou talvez daquela filha tão amada, a Princesa Joana d'Orleans, que nesse ano de 1421, casara com o Duque d'Alençon, o desventurado valente da batalha de Verneuil. E em tôda a fina canção, depois de jurar aos céus que não existe Dona Donzela que se compare a Essa, aquém ou além-mar (o curto mar do Passo de Calais) sempre termina por voltar, com admiração, ao dom que êle julga o melhor, o mais suave e o mais poderoso: — “qu'il fait bon la regarder!”

Como faz bem olhá-la! Os seguidores da Língua Brasileira, uma promoção do dialeto brasileiro, pugnavam pela linguagem angolosa, porque preferiam, numa preferência indiscutível, a língua da tribo africana, à língua da nação culta e civilizada. Seria como se os Lusitanos do século I da nossa Era cristã, quando eram cidadãos romanos, se batessem pelo dialeto lusitano e não pela Língua Latina. Assim, o historiador Aureliano Leite, de ponto em branco e de florete em punho, bate-se com elegância e entusiasmo, pela Língua Portuguêsa, a Rainha de Portugal, daquém e dalém mar, aquela que na Monarquia Portuguesa, no Império do Brasil e na República continua e continuará sendo a nossa Rainha, a Rainha dos Portuguêses e Brasileiros, a Rainha transnacional lusobrasileira.

Por isso mesmo, nós Brasileiros e Portuguêses falamos a mesma língua. Nela e com ela nos entendemos e nos desentendemos, porque é a Língua da Família Portuguêsa espalhada pelas cinco partes do Mundo civilizado; porque é a nossa língua materna, aquela que venceu as tempestades oceânicas, aquela que uniu para sempre os povos do Ocidente ao Oriente, as praias de Portugal às praias do Japão, os Portuguêses da Europa, da Ásia, do Brasil, da África e da Oceânia.

Rainha transnacional, a Língua Portuguêsa faz dos seus vasallos cidadãos independentes. Por isso, nós Brasileiros e Portuguêses podemos dizer ao Mundo: Nossa Pátria é a Língua Portuguêsa e nossa Rainha é a Língua Portuguêsa, vale dizer, a língua de Camões, de Bernardes, de Vieira, de Gonçalves Dias,

de Machado de Assis, de Olavo Bilac, de Fernando Pessoa. Para defendê-la erguem-se as vozes do historiador Alexandre Herculano, do jurista Ruy Barbosa e do historiador Aureliano Leite, cujo nome declino com amizade, veneração e respeito.

Assim, a Língua Portuguêsa resulta do humanismo universalista da forma de pensar claro, de sentir claro, de agir claro da nossa gente portuguêsã no Mundo, porque a língua de um povo faz a linguagem de uma Nação, a linguagem de uma Nação é a linguagem da sua História, e a História é unidade, continuidade e solidariedade.

FUNDAÇÃO DE SÃO PAULO

Aureliano Leite

A Cidade de São Paulo comemora hoje o seu quadricentésimo-décimo-quarto aniversário de fundação. Nasceu, como acontece a tudo e todos, insignificante. Um rancho de pau a pique barreado, coberto de sapé ou fôlhas de palmeira, rodeado, um tanto longe, da taba do cacique de Piratininga — Tibiriçá, o príncipe de sangue vermelho, ascendente patriarcal dos paulistas. Nada mais. Todavia, êsse humilíssimo rancho recebeu a profecia de um jesuita, um ainda simples irmão: “aquilo, aquele rancho era o começo da Metrópole do Brasil”.

Esse irmão jesuita, nascido nas Canárias, da nobre Espanha, e educado em Coimbra, do glorioso Portugal, chamava-se José de Anchieta. Tocado, como o rei David, pela graça divina, ou por verdadeiro acaso, êle acertou. São Paulo acabou tornando-se na maravilhosa Metrópole do Brasil, por ventura da América Meridional.

Nós que temos a ventura de viver hoje, somos as testemunhas dêsse evento fenomenal. Mas para chegar a esta altura, que assombra o mundo, quanto custou a seu povo, em todas as épocas! Quanto esforço, quanto sofrimento, quanta luta com os de dentro e com os de fóra!

Inicialmente, a luta com o sertão intérmino e misterioso. Na profundeza do sertão, o índio bravo, as fêras, a distância, as sezões, os offídios e o próprio padre. Fóra, externamente, a pirataria estrangeira — o inglês, o francês, o holandês.

Para dilatar o território e levá-lo além, muito além da linha de Tordesilhas e fixá-lo, a guerra com o espanhol, valente adversário leal à corôa de Madrid.

Depois, a disputa com o próprio português, que nos revelou ao mundo, mas custou a convencer-se de que o Brasil já pertencia aos brasileiros. Quanto São Paulo sofreu, durante três séculos da dominação portuguesa, de permeio os Felipes de Espanha!

Bem cabe aqui aquela efeméride paulista registrada em 13 de janeiro de 1606. Ela diz, na sua linguagem simples porém expressiva, um pouco do que São Paulo padeceu:

“A Câmara de S. Paulo dirige longa missiva ao donatário da Capitania. dando-lhe comunicação do que se passa no seu terri-

tório, nêstes têrmos: estão as coisas da terra com a candeia na mão e cêdo se despovoará, porque assim os capitães e ouvidores que vossa merce manda, como os que cada 15 dias nos metem os governadores gerais, em outra coisa não entendem nem estudam senão como nos hão de esfolar, destruir e afrontar”.

Não é licito negar que S. Paulo, o Brasil, deve imenso aos dois nobres e valorosos países d'além-mar. Mas, em verdade, viveu durante todo o período colonial trabalhando para abastecer Portugal.

São Paulo, que desde o século XVII, na opinião do notável historiador luso, Oliveira Martins, talvez impressionado pelo episódio de Amador Bueno, recusando a corôa de nosso rei, já era uma afirmação de nacionalidade, com certeza foi por isso mesmo a unidade do Brasil mais desconsiderada pelos coroados da Península. Depois de dar a Portugal mais de um têrço da superfície atual de nosso País, o território de São Paulo ficaria reduzido à decima parte do que chegou a ser. Descobridores e povoadores de toda a porção aurífera do Brasil, os paulistas acabariam, após uma guerra cruenta na qual tiveram contra si as próprias autoridades portuguesas, a luta com os Emboabas, esbulhados e expulsos de suas propriedades, conquistadas com sacrifícios de toda a sorte.

Êsse acontecimento não ficou no singular. Repetiu-se, trinta anos depois, no norte da Capitania, nas lindes com as Minas Gerais, quando, em combates navais nos rios da região, os paulistas defendendo os seus direitos, tiveram de novo contra si as facciosas autoridades lusas.

Logo após, São Paulo chegou a perder a sua ligeira autonomia. Recorra-se a minha História da Civilização Paulista e lá se encontrará êste registro: “Aos 9 de maio de 1748, uma iniqua carta régia, assinada pela Rainha D. Maria Ana de Austria, tira à Capitania o direito de governar-se, mandando recolher à Metrôpole o seu 5º Capitão General D. Luis Mascarenhas. São Paulo, que, pela mesma decisão, perdeu também os territórios de Goiás e Mato Grosso, é anexado ao Rio de Janeiro, sob a administração de seu inimigo, o general de batalhas, Gomes Freire de Andrade.

Só aos 1765, com o Morgado de Mateus, o Rei D. José restaura a autonomia perdida, o que significa dizer: 17 anos viveu a nossa Capitania escravizada ao Rio de Janeiro”.

Claro que, por todo êsse sofrimento, por essa desconsideração inominável para com a terra paulista, não pode ser responsabilizado o glorioso povo português, mas sim os seus governos, os seus monarcas, nem sempre justos e equânimes.

Acentue-se que êsse tratamento não quebrou a altivez dos paulistas nem diminuiu o seu labor constante em favor da Pátria comum.

Da altivez dessa gente, considerada pelo naturalista Saint-Hilaire verdadeiros gigantes, contam as crônicas aquêlo colorido diálogo entre emissários paulistas e o Rei D. João IV. Portadores de ricos presentes ao monarca bragantino, êste, desvanecido com a generosidade daqueles emissários, lhes diz:

“— Agora, pedi o que quiserdes de vosso Rei?”

A isso, respondem os paulistas:

“— Pois se viemos dar a V. Majestade, como havemos de lhe pedir?”

Dos trabalhos insanos dos descendentes de Tibiriçá, ou melhor, de sua capacidade para empreitadas difíceis e arriscadas, lembre-se aquela mensagem do célebre tribuno sagrado Padre Antônio Vieira, ao Marquês de Nizza, sugerindo a conquista da região do Rio da Prata, em cuja mensagem acrescentava: “E para êsses trabalhos há no Brasil, em S. Paulo, os melhores soldados do mundo”.

Em sã verdade os monarcas jamais tiveram a deliberação, mesmo a intenção de atribuir aos nossos ascendentes da Capitania senão altas incumbências, altos sacrifícios. Quando, tal como no caso da recomendação a um governador de S. Paulo, que não chegou a tomar posse, de mandar roubar dos vizinhos do Paraguai, Peru e Rio da Prata, gado *vacum* e cavalariço, era por companhia formada exclusivamente de mulatos e negros...

Por muito do que vimos afirmando, os paulistas sempre foram uns descontentes, uns revoltados mesmo com a Coroa e desejavam ardorosamente a separação, a emancipação do Brasil. Foi sem dúvida dêsse ambiente de rebeldia que se plasmou o espírito daqueles três Andradas, nascidos na cidade de Santos, em especial do maior dêles — José Bonifácio. Sem poder negar-se a cooperação de um grupo de homens do Rio de Janeiro, como José Clemente, Gonçalves Ledo e outros, foi em nossa Capitania, nos últimos tempos, que a idéia da Independência frutificou e alcançou a sua vitória final.

Mas, realmente o Império, que sucedeu ao regime colonial, também não tratou S. Paulo como merecia.

A Capitania, agora Província, passou a ser governada quase que só por figuras nascidas noutras unidades da nação. Basta recordar que dos seus 53 governantes, apenas 25 deixaram o umbigo na Província. E não faltavam na terra subestimada figuras capazes para a alta investidura.

Essa e outras ponderosas razões levaram o chão de Amador Bueno a pensar e trabalhar para um regime administrativo descentralizador que atribuísse às províncias a ambicionada autonomia.

E veio a República Federativa.

De comêço, a sua consolidação exigiu trabalhos insanos. Afinal, alcançou-se uma era de recuperação e de progresso notável. São Paulo chegou a impor a sua hegemonia política a tôda a federação. Do aspecto econômico foi considerado uma locomotiva puxando 20 vagões vazios, mas faltou a seus novos políticos uma visão clara do mundo e a compreensão do que o povo exigia. E o povo, guiado por líderes democráticos, se levantou contra a situação e derrubou-a em todo o País.

Mas os democratas foram traídos por alguns revolucionários oriundos dos Pampas. São Paulo reagiu pelas armas, unido todo o seu povo em páginas heróicas. Sem preparo militar, nem material bélico, perdeu a guerra gloriosa acabando, após a curto intervalo da administração Sales de Oliveira, escravizado e vilipendiado por uma ditadura iníqua que durou longo e penoso tempo. Pôsto abaixo demasiado tarde êsse tirânico regime, em franca decomposição, sobrou-lhe o ranço que empestou o Brasil, em especial a nossa terra, a nossa nobre terra, até bem pouco tempo.

Nessa síntese da história política de São Paulo, procuramos desdobrar aos olhos dos que nos ouvem os seus sofrimentos incríveis, vicissitudes cruéis, desde os seus primeiros dias até êste vasto conglomerado humano atingir ao que chegou a ser, realizando a profecia ou o sonho do irmão jesuíta, nascido nas Canárias, que se chamou José de Anchieta.

Existe indiscutivelmente em todo êsse fenômeno espantoso, realizado apesar de forças contrárias vencidas, um quê de mistério, ou seja, daquilo que não se explica por palavras, porque a razão humana não consegue interpretar ou compreender. Chega-se mesmo a crer, numa audaciosa interpretação, na influência telúrica do solo de Piratininga no temperamento de seus habitantes, sejam êles donde forem, da própria terra, de outras regiões brasileiras, de Portugal, Espanha, Itália, Alemanha, Áustria, França, Síria, Líbano, Japão, ou de qualquer outro país.

O panorama que os nossos olhos contemplam é essa Metrópole imensa, a desdobrar-se por todos os flancos, numa confusão de ângulos e linhas horizontais e verticais até o limite da cúpula celeste, unindo-se urbanisticamente a seus satélites, os mais distantes, para formar um só todo, um conjunto incomensurável, dos maiores formigueiros humanos dêste já pequeno mundo.

Não tenhamos dúvidas, senhoras e senhores. No ano dois mil, que se aproxima, a população piratiningana triplicará. Muitos de nós terão a ventura de presenciar o evento e certificar-se do acêrto dêsse prognóstico. Aquêles poucos que não chegarem até o século XXI receberão quiçá a notícia pela bôca de seus netos, quando, no "Dia do Juízo Final", todos nos encontrarmos para prestar as nossas contas a Poder Maior.

Preparemo-nos pois para, no ano **dois mil**, entregar a velha Piratininga aos homens de amanhã, escolhidos por um decreto do Destino a fim de enfrentar todos os problemas do futuro.

A união total dos bairros da cidade tocada pelo espírito do Apóstolo dos Gentios e da graça de José de Anchieta tem papel relevante nessa tarefa gigantesca.

Paulistas e não Paulistas, homens de tôdas as religiões, de todos os credos políticos, de tôdas as raças, de tôdas as camadas sociais, vós que integras a população predestinada para conduzir São Paulo a êsse **desiderandum**, preparai-vos a fim de realizá-lo.

E que a chegada a êsse marco histórico vos traga não só o progresso material da sociedade, mas uma era de paz, de amor, na qual a moral e a justiça triunfem sôbre os males que vos possam advir.

(Oração no Teatro Municipal, a 25 de janeiro de 1968)

ESTA ORAÇÃO FOI PRONUNCIADA NO PRIMEIRO ENCONTRO DAS SOCIEDADES AMIGOS DE BAIROS DA GRANDE SÃO PAULO.

UMA FAMÍLIA PAULISTA

Amando Caiuby

Na velha e linda cidade de Campinas, um moço inteligente e vivo, de descortinada visão, no século passado encarreirou-se no comércio e casou-se com representante de importante família.

O casal prosperou. Adquiriu a fazenda de café e gado denominada Moranky, em Pedreiras; e construiu residência tão grande, que tomava quase metade de um quarteirão campineiro. Transacionando em diversos produtos e ramos comerciais, foi constituindo a família numa independência econômica merecedora de aplausos.

Partidário de grande estirpe, favorecido pela escravatura escolhida e diligente, o casal iniciou raça original; pois Abreu Soares, unindo-se a Andrade, resolveu dar nomes diferentes aos filhos, seguindo as letras do alfabeto, para nova raça paulista: Eram: Amando, Belisario, Claudio, Dulcina, Euclídia, Francisco Filho, Getulia, Heraldo, Isolda, Junio, Letacio, Manuelinha, Nestor, Olypio, Plutarco e Quintina.

Desta prole enorme, Claudio, Francisco Filho e Isolda morreram prematuramente; e Nestor faleceu na epidemia de febre amarela. Pulou a letra K por não encontrar nome condigno.

Os doze filhos cresceram, estudaram, educaram-se, estabeleceram-se e formaram famílias distintas.

Com a brasilidade nativista havida por ocasião da maioria de D. Pedro II, Francisco Soares de Abreu reuniu os filhos cultos e estudantes e resolveu acompanhar os nomes indígenas que os patriotas punham em voga; adotou o nome Caiuby para todos os seus. Mas, ao invés de Caa-uby fêz a queda do segundo — a — abrasilizar ou aportuguesar o nome indígena do grande morubixaba do sertão paulista. Pois eram três os chefes da Capitania: Piqueroby, do litoral e nascentes dos rios Tietê e Parahyba; Caa-uby do sertão imenso, e Tibiriçá do planalto piratiningano, que por sua riqueza em caça e pesca era o rei dos reis, o máximo cacique. E com o genro João Ramalho, dominou os tupys.

Foi o início da família Caiuby.

O grande bispo ituano D. Antonio Joaquim de Melo construía o grande Colégio Seminário Episcopal, ali perto da estação da

capital, inaugurando-o em 9 de novembro de 1856. Com professores notáveis, entre eles Frei Germano de Anecy, sábio matemático e astrônomo, recebeu o internato os filhos representantes das mais importantes famílias brasileiras. Como colégio único do sul, celebrizou-se o Seminário Episcopal — que também formava a legião de clérigos nacionais.

No comêço dêste século houve a separação do Seminário, com a equiparação do notável colégio em Ginásio Diocesano, passando o Seminário para o Ipiranga e Pirapora.

O mais velho dos novos Caiuby foi dos primeiros alunos matriculados; e estudava engenharia no Rio de Janeiro, veio ser dos primeiros engenheiros formadores da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, com escritório central ali em Campinas.

Belisario, segundo filho, corretor de café em Santos, por mais de cinqüenta anos; Dulcina, Euclidia e Getulia casaram-se, entrando para famílias antigas. Heraldio, corretor na Capital fêz a firma H. S. Caiuby, que ainda perdura com o mesmo vigor. Junio foi grande magistrado da justiça paulista. Letacio dedicou-se a bancos, falecendo com idade avançada no Comercial de José Maria Whitaker. Olypio negociou em café em Santos, com o irmão, e foi conhecido contador em São Paulo. Plutarco ingressou no Exército, grangeou renome como professor de balística e artilharia, fêz carreira militar e galgou altos postos. Quintina foi professôra da Escola Normal, casou-se: era linda.

Amando Soares de Abreu Caiuby, no exercício do seu cargo profissional de engenheiro, conheceu em Limeira a prendada filha de um dos principais descendentes da ilustre família fundadora da cidade e de outras próximas; e casou-se com a jovem e bela Ana Franco, indo abrir fazenda de café em sociedade com seu pai campineiro, perto do arraial de Espírito Santo do Pinhal, próximo a locação ferroviária de Mogi Mirim.

A família cresceu com a Vila; e para diferenciar do pai excêntrico, pôs êle nome nos filhos seguindo as letras vogais: Adelarido, Esther, Irene, Othelo, Ulysses; depois, Amando, Eurico, Izette, Olavo, Ubaldo, para começar a terceira turma — Alarico.

Os primeiros assinaram Soares Caiuby; e a segunda turma corrigiu para Franco Caiuby, ficando intermediário das duas — Amando Franco Soares Caiuby.

O casal parou nesse décimo primeiro filho — o primeiro da terceira turma — Alarico Franco Caiuby.

Todos estudaram no Seminário Episcopal e Ginásio Diocesano seu sucessor.

ADELARDO Soares Caiuby, cursou engenharia, depois de se preparar no Seminário; e foi dividir terras no extremo sudoeste do Estado, nos latifúndios de Campos Novos do Paranapanema, Platina, Roseta e São Matheus, para ingressar na Estrada de Ferro Noroeste — que explorava o sertão imenso para vará-lo à

sua linha, sendo o personagem impressionante da narrativa histórica “ÚLTIMOS BANDEIRANTES”. Casou-se para ser arquiteto construtor em Guanabara e São Paulo, onde deixou milhares de casas residenciais estilizadas. Como arquiteto levantou a Colônia Leprosária de Santo Ângelo, que o médico cientista Arthur Neiva dizia ser a primeira idealizada e construída na América; e também levantou o Preventório Santa Therezinha, que o coração e energia de Margarida Galvão edificou em Carapeçuhyba para filhos de leprosos. Ao lado da engenharia foi artista completo. Pintor notável a mão livre, na especialidade “bico de pena” em porcelanas, transmudou para aparelhos ingleses, franceses e suecos ou nórdicos, as obras primas de Rugendas e Debret; e suas porcelanas foram notáveis, chegando algumas a retratar os bustos de suas lindas proprietárias. As artes plásticas tiveram seu culto apaixonado e constante, como também a música, pois foi exímio flautista. Um dos criadores da festejada estância climatérica de Campos do Jordão, construiu sanatórios modelares, e magníficas residências. Dedicou-se também ao Escotismo — que tantos auxílios prestou à Capital na revolta de 1924.

O Instituto Histórico consignou um voto de pesar pelo seu falecimento inesperado, quase aos noventa anos, em pleno gôzo das faculdades mentais e artísticas.

A irmã ESTHER, aplaudida pianista, casou-se com o jovem fazendeiro Orlando de Lima Novaes, e com os seus dez filhos, firmou o ramo inteligente Caiuby Novaes, com médicos, engenheiros, advogados e industriais: Socil. Sogra de dois notáveis engenheiros ferroviários: Luiz Felipe Feijó Bitencourt e Floriano Teixeira de Camargo é mãe do psiquiatra Professor Amando Caiuby Novaes.

IRENE, a terceira filha, não quis abandonar a família, pois o pai, chefe monarquista prestigioso, foi dos autores da intentona de Pinhal, Taquaritinga e outras cidades em 1903, para a restauração da monarquia e sua família imperial. Tendo de desaparecer até a anistia, não quis a filha estremosa abandonar mãe e irmãos menores numa fazenda que formava em Rebouças, agora Sumaré, próxima a Campinas. Foi verdadeira chefe da família, tendo abandonado o professorado de Franca e Capital — para onde os seus voltaram mais tarde. Instruída pelo Colégio Florence de Jundiáhy e Nossa Senhora do Bom Conselho de Taubaté, filantrópica e pianista, exerceu o professorado na Capital e foi o anjo da guarda dos irmãos menores e da sobrinhada enorme e unida.

OTHELO, quarto irmão, esteve no Seminário, cursou engenharia, trabalhou nas ferrovias de Minas Gerais, depois na Cia. Light and Power, mais tarde na Cia. Telefônica — finalmente na Cia. Paulista de Estradas de Ferro, onde faleceu em Jundiáhy, no seu importante cargo de escritório central.

ULYSSES ficou residindo com a mãe até o encaminhamento dos irmãos menores e anistia política ao pai, transferindo a família do Pinhal para Campinas. Estudou no Seminário Episcopal e Escola Politécnica, foi procurador dos Condes Álvares Penteado por quase cinquenta anos. Casou-se na família Bueno, de Amparo, é sogro dos notáveis engenheiros Oswaldo de Moura Abreu e Nelson de Barros Camargo e do médico e hábil cirurgião José Luiz Lemos da Silva, chefe da enfermaria oftalmo-laringológica da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo.

AMANDO, primeiro filho da segunda série, trabalhou na lavoura de Rebouças, estudou Direito, foi professor no Ginásio Diocesano, onde se bacharelou na segunda turma, e Ciências e Letras. Foi funcionário dos Correios Gerais e, formado, iniciou sua advocacia em Bauru com a criação da comarca. Manteve ali um jornal; e três anos depois foi Promotor Público de São Carlos, em fase processual difícil. Ao pedido dos diretores do Partido Republicano Paulista, especialmente de Rubião Junior, Dino Bueno e Lacerda Franco seu parente, ingressou na Polícia de Carreira indo apaziguar São Bento do Sapucahy e reorganizar a sua política. Com a morte prematura de Rubião Junior — que deveria ser candidato oficial à presidência do Estado, foi removido para Itatiba, promovido para Ytú conflagrado perigosamente, para Botucatu anos depois, até a criação de três delegacias de primeira classe na Capital, pela Assembléia Legislativa que lhe reservou a primeira como prêmio aos serviços prestados ao Estado. E desde 1914 desempenhou diversos cargos policiais nos governos de Rodrigues Alves, Altino Arantes, Washington Luís, Carlos de Campos, Julio Prestes e Interventores após 1932; pois desde 1930 esteve afastado injustamente pelo célebre Ademar de Barros. Agüentou sozinho — como única autoridade, a ordem pública nos desastres estaduais ou derrotas de 1930 e 1932, como conta em seu livro “Meu tempo de polícia”. É escritor e advogado.

EURICO, segundo filho da segunda turma, bachelou-se em ciências e letras no Ginásio Diocesano e formou-se em Odontologia pela Escola de Farmácia da Capital. Mudou-se para Guanabara; e sua mocidade e espírito de aventuras fê-lo ingressar como mecânico na primeira expedição que o então Major Rondon fêz ao Acre, para instalação da linha telegráfica que atravessou o Brasil. Sua vida foi tragédia, que o livro de narrativa histórica “Últimos Bandeirantes” conta ao vivo. Voltou, mais tarde, para a Capital, onde clinicou com grande sucesso. Dedicou-se a pintura e fundou a Associação Paulista de Belas Artes, que lhe inaugurou o busto em bronze em homenagem. Foi musicista e pintor apreciado.

IZETTE, formou-se pela Escola Normal e foi professora em Campinas. Casou-se com engenheiro da Cia. Mogyana de Estrada de Ferro, é mãe dos notáveis engenheiros Fernando e Edgar

Caiuby Ariani e sogra do reputado advogado de Ribeirão Preto — Miguel Gonçalves da Silva.

OLAVO, bacharelou-se no Ginásio Diocesano, formou-se em engenharia, dedicou-se a arquitetura, renovou o estilo clássico colonial para adaptá-lo ao paulista, fazendo grande nome no Estado. Enriqueceu a Capital com suas belas obras estilizadas e impressionantes e majestosos aranha-céus. É antigo diretor de obras da Santa Casa de Misericórdia.

UBALDO, formou-se em Campinas pela Escola Normal, ingressou na Faculdade de Direito da Capital, e, como advogado, constituiu renome em movimentado escritório. Continuou as vitórias do colega e irmão Alarico; e adorador da lavoura, organizou a grande Fazenda de Eucaliptus do bairro Remédios, próximo a Salesópolis, logo adiante de Mogy das Cruzes, onde sua lavoura produz admiração.

É consul de São Domingos desde 1930.

ALARICO, iniciador da terceira turma de irmãos, formou-se pela Escola Normal de Campinas e, em seguida, pela Faculdade de Direito de São Paulo. Trabalhou no jornalismo, abriu escritório com Ubaldo, fez movimentada advocacia. Meteu-se na política e foi eleito Vereador à Câmara Municipal da Capital, mais tarde foi eleito Deputado, desempenhou importantes posições na Assembléia Legislativa. Foi Secretário da Justiça no governo Cardoso de Mello Neto, e secretário do Partido Constitucionalista de Armando de Salles Oliveira, e um dos chefes da revolução de 1932. Dirigente também da sigla MMDC, batalhou como soldado nas frentes Oeste, firmando sua personalidade ímpar, com inteligência, caráter e valor. Tinha belo futuro político, pela simpatia irradiante e conquistadora, que o Destino cortou de golpe, na brilhante mocidade, após intervenção cirúrgica delicada.

Estes Caiuby — tios — deixaram grande descendência; e os onze filhos do seu principal chefe, firmaram o conceito respeitável da família e alargaram o seu renome e posição social, com inteligência esclarecida, trabalho pertinaz, caráter e honestidade.

Seus filhos, genros, netos e bisnetos continuam a fibra vigorosa e trabalho honrado dos seus maiores, consolidando ainda mais a reputação do nome tradicional Caiuby.

São engenheiros, médicos, advogados, comerciantes, fazendeiros e industriais.

Família originária de companheiros de Martim Afonso de Souza, com bandeirantes notáveis entre seus antepassados, como os Anhangüera, teve início em Braz Cubas — cuja estatua em Santos é o retrato do primeiro Caiuby — e nos morubixabas CAA-uby e Piqueroby — nos quais se entronca diretamente.

É estirpe exclusivamente paulista — de 400 anos.

O PINTOR JOAQUIM DA ROCHA FERREIRA

Fausto de Almeida Prado Penteadado

Evocar ausentes, através da mística da saudade, não é apenas o recordar de quanto partilharam êles da nossa existência, ao embalo dos sonhos comuns, mas atmbém o milagre momentâneo de tê-los, de nôvo, em nosso convívio espiritual dentro de um instante fugaz, envoltos nas reminiscências afetivas dos sentimentos, como que enfeixando, na ternura acariciante do amor, todo o império da eternidade.

Tê-los, por esta forma, em nossos meio, é benesse dos céus ante a qual a gratidão se faz pequena.

Recordar é reviver, o que importa em quase ressurreição.

Assim, na austeridade sodalícia dêste recinto, mestre Joaquim da Rocha Ferreira ainda uma vez se faz presente entre todos nós que o admiramos, com a mesma altanaria de maneiras e jovialidade de alma, com as quais, tantas vêzes aqui esteve, no esplendor do seu talento criador de beleza, de par com a graça imperecível do seu gênio!

Recordêmo-lo, Senhoras, Senhores e Nóbres Consócios!

O maior Pintor figurinista do Brasil contemporâneo, que o **“humano gesto”** da poemática camoniana soube transferir em imagens de estética invulgar, veio ao mundo em terras da Capital paulista, a dois de novembro do ano inicial do Século Vinte, em data comemorativa dos Finados, descendente do casal Guilherme da Rocha Ferreira-Emma Deltrani, em cujos verdes anos e entre irmãos a quem muito dignificou, revelou dotes invulgares de vivacidade e amor à existência — dêsse mesmo amor que, nos versos imortais de Dante Allighieri **“nuove il sole ed gli altri stelle”**.

Desde cedo, imagens da Mãter-natureza o seduziram e rara a fôlha de papel, em seu lar, que não portasse a marca dos traços de sua autoria.

Frequêntou curso de humanidades no **“Colégio do Convento do Carmo”**, nesta Capital e, em seguida, como a confirmar o conceito britânico **“the right man, in the right place”**, inscreveu-se no **“Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo”**, na aprendizagem do desenho e, como decorrência normativa dessa circunstância, transferiu-se para a **“Escola Nacional de Belas Artes”** do Rio de Ja-

neiro, onde ao lado de Candido Portinari, Oswaldo Teixeira e Quirino da Silva, sobremaneira se destacou, a ponto de receber, em competição memorável, o “Grande Prêmio Viagem ao Exterior”, anos depois de haver concluído curso brilhante na “Escola Militar” da Praia Vermelha, na Capital da República.

“Capitu” — a feminil criação literária de Joaquim Maria Machado de Assis — foi a figura imortalizada na tela por mestre Joaquim da Rocha Ferreira e, assim, laureada pelo júri em concurso daquela escola-mater.

Representa-se ela sentada no parapeito de uma janela, pernas estendidas com um livro em mão e o olhar perdido, impercebendo-se sua leitura ou, conforme o romance de que é figura destacada, vagueando no indefinido dos sonhos fantasiosos de donzela provinciana. Vestida em rosa — a côr que, juntamente com a branca e a amarela maiormente engrandeceu o mestre — sua figura se destaca sôbre fundo vegetal verde, tendo membros inferiores trabalhados em quente encarnação, em tonalidade epidérmica lembrando a magia das pétalas florais da magnólia.

No Velho-Mundo, onde se repartiu, sucessivamente, entre Paris e Roma, radicou-se, afinal, na Cidade-Eterna, ali encontrando a sedução dos seus sentidos na imagem romana de Bianca Maria Colléla, com quem veio a se consorciar, em grande pompa e, em cuja extremada sentimentalidade humana, encontrou incentivo máximo para sua fulgurante carreira de artista, consórcio êsse que teve a bênção epistolar do Sumo Pontífice da Igreja Católica Apostólica Romana, o Santo Papa Pio XII, celebrando-se sob o patrocínio do Conde Galleazzo Ciano, Ministro das Relações do Reino da Itália, do Embaixador Leão Velloso e Consulesa Leontina Licínio Cardoso, da representação diplomática dos Estados Unidos do Brasil.

Êste o perfil do mestre, tão conhecido de todos nós, pois ao “Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo” emprestou, não sòmente o encanto de sua presença, como o fulgor da sua Arte, na perpetuação simbólica de alguns seus membros ilustres, dentre os quais se lembram, neste instante, aquêles dos doutores Frederico de Barros Brotero, João Pedro Leite Cardoso, Alberto Penteado e Afonso D’Escragnolle Taunay, dos quais dois figuram na galeria sodalícia, onde comprovam a magnitude da técnica aprimorada de par com a serenidade das imagens retratadas.

Retornando à Pátria, foi êle escolhido dentre todos os pintores brasileiros, pelo Govêrno do Estado de Minas Gerais a fim de perpetuar em murais, sem paralelo em todo o Novo Continente, as lendas brasileiras das regiões circunvizinhas ao Araxá, de contesuras vulcânicas, quando no epicentro de uma cratera milenar se procedia à edificação do maior Balneário da América do Sul.

Mais de uma dezena de quadros imensos que conjuntivamente cobrem a superfície de oitocentos metros quadrados, ornamentam os muros termais em galeria interna, onde milhares de veranistas e enfermos recreiam, superiormente, o espírito na contemplação policrômica das cenas representativas da História local, desde o achamento do barreiro sulfuroso pelos indígenas primevos, até à instalação e o florescimento da estação de cura, próxima à então Vila do Araxá, com tôdas suas tradições, dentre as quais se destaca, pela galanteria feminina altamente sedutora, a figura exponencial de **Dona Beja** — em vida, Ana Jacintho de São José — de grande formosura física e de espírito capaz de provocar, com a paixão insopitável do Ouvidor Mor da Justiça, Joaquim Ignácio Silveira da Motta, por seu rápto em minoridade em face à reação social escandalizada, a feitura de Alvará-Régio, referendado na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro pelo Senhor Dom João Sexto, derimindo litígio fronteiro entre as Províncias das Minas Gerais e a de Goiás e, via de conseqüências, o désaforamento do processo-crime da esfera da justiça goiana para a mineira, onde, consoante afirmativa do historiador Valdir Costa, o Ouvidor em causa “era benquistado e pôde conseguir sua impunidade”.

Esta dama, cujo nome na atualidade encima o **Museu Regional do Araxá**, a exemplo do que se verificou com os mais célebres Pintores da Itália, na época do Renascimento, tem nesses murais, em lugar do semblante facial verdadeiro — de que nenhum desenho nem “daguerreotípo” remaneceu para o futuro — aquêlo outro, não menos feminino e belo, da espôsa, atual viúva do mestre Joaquim da Rocha Ferreira, fato êste que exprime a grandeza de alma superior, de par com inusitada galanteria humana!

Mas, não sòmente êsses maravilhosos “a fresco em cáustica” ostentam os dotes pitóricos maioritários do grande Artista brasileiro!

No edifício do Ministério da Guérria da antiga Capital da República, em lavra de mosaico notável, resplandece o vulto venerável do Duque de Caxias — patrono do Exército Nacional — e na “**Escola Militar das Agulhas Negras**”, onde a mocidade brasileira forja a defesa da Pátria, destacam-se várias cenas guerreiras da nossa terra, encarecendo o brilho dos feitos de suas armas.

No “**Museu Nacional**”, de Buenos Aires, em seus internos, fulgura a efigie do General Osório, de lavra do saudoso mestre. E, em mais dêsses trabalhos pitóricos de relevância histórica sul-americana, inúmeros outros enriquecem galerias particulares, ocorrendo, de lembrança momentânea e não de forma inventarial, a menção de notáveis obras de Arte, como sejam “**Garimpeiro em**

descanso”; “Contratador de Ouro”; “Retrato do Sumo Pontífice Pio XII”; “A Faceirosa”; “Pierrot descalço”; “Meninas brincando”; “Retrato do Imperador Pedro I”; “Retrato do Patriarca da Independência Brasileira”; “Véspera de batalha”; “Carregadora de água”; “Garimpeiros à beira do rio”; e a magistral Madona Brasileira, “Nossa Senhora do Café” — símbolo matronímico da era agrária nacional — além de retratos de personalidades de escol e do grandioso projeto pitórico em cerâmica azulejada, para a ornamentação fronteira do Túnel Nove de Julho, em São Paulo, com efígies dos nossos vultos maiores, medeando desde José de Anchieta, Manoel da Nóbrega, Fernão Dias Paes, Domingos Jorge Velho, Diogo Antonio Feijó, Convencionais Republicanos de Itu aos heróis da Revolução Constitucionalista de São Paulo.

Competidor emérito do “Salão Paulista de Belas Artes”, galardeou-se em anos quase sucessivos com a “Grande Medalha de Ouro”; “Prêmio Governador do Estado”; “Prêmio Presidência da Assembléia Legislativa” e “Prêmio de Viagem ao Exterior”, sendo certo que, dentre outras obras de magno valimento representativa dos grandes temas da Arte Nacional, seus quadros sempre se destacaram pela segurança das imagens e perspectiva, de par com o esmaecer do colorido, em síntese feliz das mais célebres escolas pitóricas, a italiana e a francesa, sob o influenciar dos renovadores “impressionistas” do princípio deste século, quem, pela primeira vez na História da Pintura, lograram colocar o sol nos interiores das telas, em esplendor incomparável de policromia.

Membro da “Academia Brasileira de Belas Artes”, em sucessão eletiva do pintor Oscar Pereira da Silva, foi lembrado pelos imortais Olegário Mariano e Afonso D’Escragnolle Taunay, da congênera “Academia Brasileira de Letras”, frente ao Governo de São Paulo, para Supervisor Artístico dos “Museu Paulista do Ipiranga” e do “Museu Republicano de Itú”, cargo que exerceu paralelamente às suas atividades professorais junto à “Escola Paulista de Belas Artes” e da “Fundação Alvares Penteado”, às quais o grande artista pátrio deu o máximo dos seus esforços e a grandeza do seu talento, visando à continuidade de nossas tradições artísticas em face ao futuro.

Figura de destaque social, honrou com sua amizade, personalidades do Embaixador Leão Velloso; Chanceler Conde Galleazzo Ciano; Acadêmicos Olegário Mariano, Viriato Corrêa, Luiz Edmundo, Afonso D’Escragnolle Taunay; Doutores Renato Paes de Barros, Benedito Valladares, Frederico de Barros Brotero; Gustavo Capanema, Francisco Di Monaco; Oscar de Barros Martins, Teófilo de Andrade, Egberto Renato Paes de Barros, Oswaldo Gomes Cardim; Marechal José Pessôa; Professor Antonio Cuoco; Escultores Caetano Fracarolli, Luiz Morrone, Vicente Larocca; Pintores Hélios Seelinger; José Wash Rodrigues; Pedro Alexandrino Borges, Príncipe Gagarin, Quirino Campofiorito, Lula Cardoso Aires,

Quirino da Silva, além doutros não lembrados neste instante, sendo digno de se evocar, ao término desta homenagem — a cargo de um de seus maiores admiradores e amigo pessoal — as reuniões solarengas de rara espiritualidade, promovidas pelo casal Joaquim da Rocha Ferreira, nos internos residenciais da rua Dona Avelina, em Vila Mariana, onde a graça, a poesia existencial, se casavam com a generosidade dos Anfitriões, em padrão de alta fidalguia de sentimentos e maneiras.

Eis porque esta homenagem a mestre Joaquim da Rocha Ferreira, ao cumprir-se o primeiro aniversário do seu passamento e em atinência às suas alevantadas qualidades de **Artista-Fidalgo!**

ANTONIO QUEIROZ TELLES

Alberto Prado Guimarães

Na última sessão ordinária do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, o Sr. Alberto Prado Guimarães pronunciou as seguintes palavras em homenagem ao Dr. Antonio Queiroz Telles, recentemente falecido:

“É sinceramente pezaroso que venho trazer a êste sodalício a notícia do passamento de um prestante cidadão, dos de mais merecimento da comunidade paulistana.

Nasceu Antonio Queiroz Telles em 19 de maio de 1885. Neto do grande Parnaíba e, pelo lado materno, descendente dos Almeida Prado, — duas famílias de autênticos lavradores, Antonio Queiroz Telles, após diplomar-se no curso de Comércio, na Universidade de Nova York, dedicou-se à agricultura, organizando magnífica fazenda na região de Ribeirão Preto, nas vizinhanças da propriedade rural de Alberto Whately, seu companheiro desde os tempos de ginásio e também líder interiorano de grande mérito.

Casou-se com D. Rosita Alves de Lima, de família ligada à agricultura, com vitoriosa experiência no comércio de café na região do Rio da Prata, onde por anos seguidos trabalhou Queiroz Telles, tomando parte na administração de 30 agências que a firma Alves Lima mantinha em Buenos Aires, as quais habituaram os argentinos a serem exigentes consumidores da nossa rubiácea, vendida em xícaras e fazendo propaganda enorme da boa bebida em toda América Latina.

Essas atividades distraíram-no da carreira de advogado para a qual se preparára bacharelado-se em Direito na Faculdade do Largo de São Francisco.

Terminada a grande guerra e atendendo aos seus interesses, Queiroz Telles, firmou-se como fazendeiro de café em São Paulo.

Fiel às tradições avitas, a par das atividades no campo, continuou os seus estudos sobre economia, principalmente os relacionados com o progresso da agricultura. Distinguiu-se, ainda nos meios ruralistas, como um dos mais proficientes técnicos em assuntos bancários, especialmente nos referentes ao câmbio, tarifas, exportação dos produtos da terra, crédito agrícola e, com maior fervor, à solução dos problemas da imigração. Neste particular, prosseguiu a róta tradicional em sua família, uma vez que o Conde

de Parnaíba se tornou sobretudo notável pelo enorme impulso dado em seu governo de São Paulo, ao surto imigratório, formando o Conde nos fins da Monarquia, com o Conselheiro Antonio Prado, Ministro da Agricultura do Império, e Martinho Prado, o que se pôde chamar de 3 Titãs da Imigração no Brasil, no último quartel do século passado.

É de se assinalar a imensa contribuição desses grandes paulistas na obra magna da libertação dos escravos, mórmente pelo exemplo por êles dado, antes de mais nada, alforriando os seus negros e investindo capitais na formação de sociedade destinada a estimular a vinda de sul-europeus para os nossos cafezais, o que consolidou a economia paulista e agremiou o antigo escravo com os novos obreiros em regime pleno de harmonia racial e liberdade social.

O progresso do Brasil, então ativado pelo sangue novo do colono ambicioso, aliado ao milagre do trabalho livre do preto, confirmou o que se abeberava no velho Camões: "Que tôda a terra é pátria para o forte". Compreende-se que, assim, fôsse Queiroz Telles convocado para representar o papel de líder entre os que trabalhavam com visão e ardor pela solução das questões agrícolas, tendo, por isso, ocupado as mais elevadas posições no meio associativo rural, sendo por duas vezes eleito presidente da Sociedade Rural Brasileira. E, em consequência, foi dos mais prestimosos diretores do Banco do Estado de São Paulo, em época de grande importância para a defesa da nossa produção cafeeira. Atribuía-se-lhe sempre a função de oráculo entre os agricultores, pois além de saber economia, e ser experimentado na prática de comércio e propaganda do nosso produto-rei, aliava o pleno domínio do inglês, do francês e do espanhol, e também baseava-se em seus conselhos no sentimento aprofundado das leis, como bacharel em Direito. Não se furtou, por outro lado, a fazer-se representante da agricultura brasileira em diversas delegações de relêvo no estrangeiro. Outrossim, era o interprete dos paulistas nas recepções a personalidades de pról que nos visitavam, onde atuava não só como "expert", mas como elegante manejador de idiomas estrangeiros.

A propósito de suas tendências intelectuais é de se registrar que no "Índice Remissivo da Revista Rural", em que se trata desultoriamente dos mais prementes problemas da nossa economia, se constata que um dos mais esclarecidos entre os 1400 técnicos de nomeada que ali se inscreveram como autores especializados, foi, sem dúvida Queiroz Telles.

E por fim, um episódio em que se retrata o seu caráter. Em certa ocasião foi procurar a Rural um rico capitalista estrangeiro que se interessava, como interessada estava a Sociedade em implantar no país a indústria do café solúvel. Apresentado no Ins-

tituto de Economia, presidida por Queiroz Telles, descambou-se o hóspede impertinentemente, a ponto de dizer que os brasileiros eram faltos de patriotismo. Um dos elementos presentes atalhou o visitante, observando que não prosseguisse em seu atrevimento, porquanto em terra estrangeira seria imediatamente expulso do país. O atrevido, recuperando o bom senso, pede desculpas e estende a mão ao interpelante. Mão fria de quem previa o castigo que adviria ao gringo se o episódio fôsse divulgado na firma a que pertencia. Nessa hora, Queiroz Telles deu inteiro apoio ao interpelante, pois **"Right or wrong, my country"**.

Peço, pois, seja consignado em ata e constatada em anais esta modesta homenagem a um nobre cidadão paulista, por tantos motivos merecedor da nossa gratidão".

25 DE JANEIRO DE 1554

Alfredo Gomes

“A História há de sempre dar uma ressurreição”. Palavras certas de Oliveira Martins. Ressurreição com esplendor próprio das penas ilustres, das inteligências argutas, dos finos espíritos.

Não de quem o tentará com estilo esmaecido, frase ociosa, idéia chã perante assistência de escól cujo delicado paladar está habituado às excelentes acepilhaduras. Consôlo encontro, porém, em travestir-me no mágico bisonho que busca de cinzas miraculosamente fazer argila com a qual se comporão figuras conhecidas de pelejadores que dominam todo o magnífico cenário do primeiro século da história de São Paulo e, por isso, da história do Brasil.

* * *

Já se reconhecera o extenso litoral, desde o rio das travêssas e belicosas Amazonas até as argêntas praias sulinas sem mitos cleopátricos. Com benção e bula papal, aceitara-se o meridiano traçado em Tordesilhas. Mas, se as terras dos Brasis descobertas estavam, a conquista havia de se processar e a posse efetivar-se com a ocupação pelo povoamento.

A terra já fôra alcunhada e batizada:

- ... ilha de Vera Cruz
ilha cheia de graça
ilha cheia de pássaros
ilha cheia de luz.
- ... terra de Santa Cruz
terra cheia de graça
terra cheia de luz.
- ... Brasil
Brasil cheio de graça
Brasil cheio de pássaros
Brasil cheio de luz.

Portugal fizera-se uma síntese na armada de Martim Afonso de Sousa e despachara-se para ampliar-se no quadro da nova civilização ibero-brasilica.

Surpresos não mais ficaram os índios, habituados ao aparecimento de caravelas, bordejando-as velozmente com as pirogas estreitas e compridas nas águas que no vai-vem beijavam praias quietas de mornas areias.

O poeta registra:

“Martim Afonso de Sousa os duros sertões pisa,
com o Tupi valoroso útil comércio trava;
e com Tibiriçá de São Paulo realiza
o alicerce fecundo, entre a terra êrma e brava.”

(Lindolfo Xavier — “Esperança”, 1927)

Terra generosa. Terra mater.

Sementes da terra: Tibiriçá, Piquerobi, Caiubi, tupi, tupi, tupi...

Sementes metropolitanas: Ramalho, Sousa, Guedes, Pinto, Leme, Baião, Rodrigues, Cubas, Fernandes, Pires, Ferreira, Anes, Cunha, Lousada, Moraes, Unhatte, Bicudo, Oliveira, Proença, Bonilha, Maia, Dias, Moreira, Colaço, Alvarenga, Maciel, Camacho, Almeida, Grou, Gago, Teves, Furtado, Godói, Gomes...

Surgem os frutos... que frutos! Predestinados! Veneráveis e venerados:

De Ramalho e Bartira: André, Joana, Margarida, Vitório, Antônio, Marcos, Jordão, Antônia, Catarina, Beatriz...

Tupã-açú, qual o Jeová de Abraão, levara-o para fóra do rústico abrigo e dissera a João Ramalho:

“Olha para o céu, e conta, se podes, as estrêlas.”
“Assim será a tua descendência” (Gên. XV, 5).

De Pedro Dias e Terebê, batizada como Maria da Grã, De Martim Afonso de Sousa e..., muitos, muitos, muitos outros, uniram-se às filhas da floresta na grande epopeia.

da progênie

que “de um povo em meio ao êrmo assoma”.
para balizar, em “sobrehumana empresa” o
imenso sertão.

Sangue velho de Portugal. Sangue nôvo do Brasil.
Sangue nôvo no Brasil!

Símbolo e realidade: João Ramalho

— “Eu sou o forte João Ramalho,
robusto e são como o carvalho
por êstes céus que não têm fim.
Vim de onde raia a madrugada,
por ver a terra alcançorada
onde descanta passarada
nas copas do aracuim.” (Lindolfo Xavier, op. cit.)

Realidade e símbolo: Tibiriçá

filho de Anhangá,
velho morubixaba,
filho de jacaré.

Hospitalidade:

“— Sejais benvindo, ó forte emboaba,
entre a nação Piratinim.
Podeis entrar a quieta taba,
com o calção róseo e o espadim,
que em vez das selvas perfurantes
tereis as danças e o cauim.” (Lindolfo Xavier, op. cit.)

Miragem:

“De minas de oiro e de rubim,
que brotam virgens sôbre as fendas
das penhas brutas e sem fim.
Contam-se histórias fascinantes
de ninfas que amam uns gigantes,
tôdas ornadas de brilhantes,
morando neste êrmo jardim.” (Idem, idem)

Da miragem à lenda, da lenda à realidade:

— “Não meu caro João Ramalho;
mais que a prata ou o diamante,
ou que o oiro a vos tentar,
há os olhos muito belos
de Bartira esbelta e airosa,
que tem formosos cabelos,
pensativo, almo semblante,
que são lindos setestrelas
para vos enfeitiçar.” (Idem, idem)

No outeiro da Coroa Vermelha já fôra chantada a “cruz immissa”, a cruz “latina”, a cruz de Jesus, de dois paus postos em ângulo reto, a alguma distância da base. Cruz que não mais era a dos persas, nem a introduzida por Alexandre Magno, na Grécia, nem a copiada de Cartago pelos romanos. Não mais era a cruz “tormento”, pagã. Erguera-se ao amanhecer da terra, entre árvores floridas, alcandorado, a dominar as ondas de cristas argênteamente luminosas, o lenho cristão, a árvore da vida, a árvore da salvação.

O Brasil passou à civilização unguído por haver sido Brasil de Cristo, consagrado pelo óleo santo.

Melhor não podia ser o comêço. Consagrado pela Cristandade para a Cristandade no rumo certo da esperança e da paz.

Mas o lusíada cristão desceu do outeiro onde ficara o facho do espírito, o fulgor divino da

“luz recém-vinda
em bênçãos tutelares”

para

“a terra graciosa” e tão nova e tão linda
a terra desde então desposada de Deus...”

(Murilo Araújo, “As Sete Côres do Céu”)

Desceu e dispersou com segurança, confiante no “pôrto seguro”, tranqüilo na base do “Salvador”. Para o Sul, para o Norte. Para o Sul...

O lusíada cristão tinha roteiro de vocação a atraí-lo num nome venerado na Europa da Espanha, na Europa de Portugal, na Europa da França, na Europa da Itália e na Europa da Alemanha. O nome de um diácono espanhol, mártir pelos idos do ano 300, protetor dos lavradores e das lavouras.

Diziam os camponeses alemães em seu romance:

“Vinzenzen-Sonneschein bringt viel Korn und Wein”
“Quando brilha o sol por São Vicente, traz muito
trigo e muito vinho.”

Se um pôrto era seguro, o outro era prosperidade em ascensão. Em ascensão, a cavaleiro num altiplano.

E um cavaleiro espanhol como o diácono Vicente, e santos ambos, que adotara o nome de Inácio por devoção ao de Antioquia, um cavaleiro que “desde muy pequeño tuvo la ambición de la honra metida en los huesos”, capitão que “suspiraba por destacar mucho y conseguir gloria” e “daba por descontado que llegaría a ser general”, já chegara, realmente, a general, porém segundo o que Deus dispusera. General de heróis de Cristo que aumen-

tariam as páginas do florilégio da vida dos santos sem as ambições das honras humanas e com as glórias das honras divinas.

Os heróis foram a todo o mundo e vieram ao Brasil.

Heróis de ásperas roupetas pretas.

Heróis que

“ensinavam sorrindo às novas gentes,
pela língua do amor e da piedade”

(Machado de Assis, “José de Anchieta”)

lavrando abençoadas terras,
semeando místicas sementes,
fazendo resplandecer, sem que disso cuidassem, os próprios
nomes unidos aos dos brasis.

Dos heróis, Portugal a comandar com Nóbrega.

Martim Afonso de Sousa passara e não ficara. Nem ânimo nem ambição que distantes estavam voltados para o Oriente de riqueza fácil e maior fama. De uma vila no planalto ficou notícia sem confirmação. Todavia, no extremo do Campo, o fronteiro mor João Ramalho, devoto do apóstolo Santo André, filho de Jonas e irmão de Simão-Pedro, o varonil, pescador de Cafarnaúm, no lago de Genesaré, pregador do Evangelho no sul da Rússia, na península dos Balcãs e na Grécia, mártir da cruz aspada em que pagou o tributo da fidelidade ao Rabino, aos 30 de novembro do ano 60. Também, aos 30 de novembro de 1532, João Ramalho inaugurava o oratório humilde, coberto de palma, consagrando Santo André da Borda do Campo.

Seculares feitoravam as almas, mas as roupetas de falange gloriosa não tardariam. Tomé de Sousa trá-las-ia. E Nóbrega, religioso e estadista, faria a redistribuição.

Para São Vicente, no fim de 1549, o dinâmico e tenaz Padre Leonardo Nunes, o “abarébêbe”, mais o Irmão Diogo Jácome, mais “dez ou doze minutos”. Catequese e escola. Religião para ligar o homem ao céu. Educação para o homem valer mais.

Leonardo Nunes olhou para o alto. A terra ao amanhecer subia para o céu com êle ligando-se em meio ao nevoeiro aquoso. O céu ao anoitecer descia à terra em meio às sombras.

Êle jesuíta, seria o elo entre o céu e a terra, ali denunciado no simbólico convite para a ação.

Êle iria despertar a serra

de que o oceano era o trono
e as nuvens diadema.

“Ali, como dizia o poeta, que azul dilatado se vai prender ao dos céus”.

A Serra de Paranapiacaba

“Prodígios, que encerras, são cordas sonoras
de um harpa celeste de excelsa harmonia,
que os hinos, que exala, perene descantam
a glória do Eterno, de noite e de dia”

(Barão de Paranapiacaba,
João Cardoso de Menezes e Sousa)

* * *

Além, pouco além, subida a Serra dos prodígios, vencidas as escarpas frientadas pelos úmidos e atarantados ventos, estavam os Campos maravilhosos e verdejantes, onde o lusíada e o índio viviam em paz, amalgamando a nova raça de gigantes de botas de sete léguas.

Serra acima, Leonardo Nunes, dois intérpretes e o Irmão Antônio Rodrigues, decididos mosqueteiros da Companhia de Jesus. O bastião na capelinha das palmas onde se honrava Santo André, sob as ordens do alcaide-mór e capitão da Vila, devidamente cercada e garantida contra os tamoios da ribeira do rio Paraíba por quatro baluartes cavalgados de peças de artilharia.

Leonardo Nunes viera, vira e vencera.

1.^a missa a 24 de agosto de 1551, no registro de Serafim Leite. Apêlo para que se fizesse capela e se designasse padre para atender brancos, jesuítas e índios.

Nóbrega, provincial desde 9 de julho de 1553. No ano anterior o grande chefe já estivera em São Vicente na visita feita pelo governador Tomé de Sousa (8 de fevereiro de 1552).

Voltou. O fascínio da serra que unia a terra ao céu. Ele iria ligar definitivamente o céu à terra e lhe daria um santo.

Voltou. A 29 de agosto de 1553, dia da Degolação de S. João Batista chegara à aldeia “onde se ajuntaram novamente e se apartam os que se convertem”. Nela pôs dois Irmãos e fêz “sole-nemente uns 50 catecúmenos”, dos quais tinha “boa esperança” de que seriam “bons cristãos” e mereceriam o “batismo” e mostrariam “por obras a fé” que recebiam naquele grande dia.

Existia a aldeia-base, bôca do sertão e ponte para o sertão. Nóbrega amarrou-a bem adiante, a quarenta léguas, em Japiuba ou Maniçoba, localizando nela, temporariamente, os Irmãos Gregório Serrão, Pero Correia e mais um terceiro. Tomé de Sousa, porém, arrefeceu-o no ímpeto de jornadaear o Paraguai.

A preocupação era fortalecer a aldeia. As mãos dos índios, chefiados por Tibiriçá, amassaram o barro e aparelharam a madeira, juntaram palha e confeccionaram esteira de canas para a grande cerimônia da consagração.

* * *

Natal de 1553. Epifania de 1554.

Piratininga era a maior esperança de Nóbrega: terra fértil, generosa, prenunciava bons frutos na catequese, no ensino, na prosperidade.

Tibiricá informara: a palhoça de barro e pau a pique, de catorze passos de comprida e dez de larga, estava pronta. A Casa de Deus e do Homem. O templo, a escola, o albergue, a enfermaria. Casa Santa e Santa Casa do espírito e do corpo.

Treze sotainas, quatro padres, nove Irmãos, puseram-se a caminho, à ordem de Nóbrega

vencendo sobranceiros
degraus sobranceiros
chegando ao cimo
no tranqüilo chão
do altaneiro planalto
bordão nas mãos
luz no pensamento

Alpargatas a semearem de eternidade as ínvias trilhas.

Aurora côr de sangue.

Perfume de resinas.

Flôres silvestres, sem brasões. Relva e folhagem. Azul e verde.

Sol de janeiro, sol de verão

“abrasado e vivo,

beijando as fôlhas, de leve”

(Batista Cepelos, “Os Bandeirantes”)

Paisagem

“que se vê, não se descreve” (Idem, idem).

“Aves adejam, sacudindo as penas,

numa bizarra ostentação de côr,

dizendo, em suas módulos avenas,

sentidas queixas de maguado amor;

e as borboletas, par a par, serenas,

curvelineando vão de flor em flor,

por entre os galhos que, em febris adejos,

com que trocam delirantes beijos!

(Batista Cepelos, “Os Bandeirantes”)

* * *

Chegaram.

Colina dos Campos de Piratininga.

A palhoça humilde e soberana, como o jesuíta encouraçado pela sotãina, voltada para a amplidão, triunfante com a cruz à frente

“A mesma cruz abrindo os braços grandes
aos índios rubros, nus.”

(Castro Alves, “Obras Completas”, 2.^a ed., 1942)

Na ampla clareira orlada de ipês floridos e altivas palmeiras, frente à cabana o lenho sagrado, ao lado direito os jesuítas, de cujo grupo se haviam destacado o oficiante e o acólito, junto aos padres e Irmãos e ao redor, sentados, ajoelhados, de pé ou instalados segundo a comodidade, e curiosidade e o respeito, kuñãe, guibi, apiába, kuñã, kuñãmuku, kunuminguaçú, kunumi ou pitangi, todos, desde os velhos às crianças, haviam deixado florestas e ocas, e ali estavam.

Ali estavam naquele dia 25 de janeiro de 1554, invocando para a “paupercula domus” a proteção do convertido Saulo que por ser pequeno chamou-se Paulo e sendo pequeno fêz-se grande, imensamente grande como Apóstolo dos Gentios e Príncipe do Espírito e Mestre do Mundo Cristão.

* * *

Humilde entre os humildes, flor da juventude oculta
“... na sua modéstia e na sua roupeta
..... surge a figura de Anchieta”

(Batista Cepelos, “Os Bandeirantes”)

interrogando-se:

“Cantar ou calar?
Mãe Santíssima de Jesus, os teus louvores
hei de os cantar ou hei de os calar?”

respondendo:

“A mente alvoraçada
sente-se impelida pelo aguilhão do amor
a oferecer a sua rainha uns versos...”

(Anchieta, “Poema da Virgem”)

Erguendo os olhos, com êles circundou a colina descortinando o amplo horizonte e o pensamento avançou o futuro:

“..... — Não tarda o dia
que êstes amplos sertões, êstes desertos
se cobrirão de granjas e de herdades,
de férteis plantações. Um povo livre
será senhor das terras planturosas,
onde, pobres romeiros, levantamos
nossas precárias, miseráveis tendas.”

(Fagundes Varela, “A Visão de Anchieta”;
“Anchieta”, ou “O Evangelho nas Selvas”)

Tudo fôra sublime naquele dia!

Tudo fôra belo!

Tudo fôra grande!

Nóbrega comandara, Nunes desbravara, Ramalho preparara,
Tibiriçá possibilitara, Anchieta santificara, Paulo abençoara.

Tudo seria sublime, belo e grande para todo o sempre.

Treze jesuítas a 25 de janeiro de 1554 puseram-se a tecer
uma nova bandeira

que seria a de uma Terra e de uma Gente:

Bandeira de Treze Jesuítas

Bandeira de Treze Listas

Bandeira de Paulistas!

(Oração Magna proferida na Sessão Solene do Instituto His-
tórico e Geográfico de São Paulo aos 25 de janeiro de 1968).

ARNOLFO RODRIGUES DE AZEVEDO

Luiz Azevedo Castro

Dizem as escrituras sagradas que, quando o meigo Rabi da Galiléia se encontrava em tórno de uma mesa, em casa de Simão, dêle achegou-se mulher de estonteante beleza, sobraçando um vaso do mais fino alabastro, para derramar-lhe, por sôbre a fronte, a essência do mais fino e delicado perfume, maneira pela qual pôde manifestar o seu reconhecimento e profunda gratidão pelo que havia recebido das mãos Divinais do suave Nazareno.

Quero, à imitação dêsse quadro maravilhoso, externar os meus sinceros agradecimentos ao ilustre orador, Dr. Alfredo Gomes, que, com a fidalguia da sua atitude cavalheiresca, emprestou àquele que usa da palavra neste momento, o encantamento dos seus predicados e das suas marcantes qualidades. Êsses agradecimentos são também endereçados a essa figura extraordinária do Vale do Paraíba, que é o Professor Agostinho Ramos, a quem também estou ligado, desde longos anos pelos laços afetivos, pois nunca olvidou êsse Membro ilustre dêste Sodalício renomado, a sabedoria encerrada no brocardo, de conhecimento universal, de que

“Amicus certus in re incerta cernitur”.

Assim, sôbre a fronte de ambos, e dos ilustres brasileiros, que integram o mundo cultural e cívico desta Casa, que luta pela grandeza de S. Paulo e majestade do Brasil, quero derramar o perfume do reconhecimento e da gratidão, nesta solenidade da minha posse, que guardo no vaso de rubi do meu coração.

Só lamento não dispôr de uma fonte de Castalia de encantamentos e de cintilações para, neste Cenáculo do Saber, poder proclamar tanta grandeza espiritual e dizer da minha gratidão aos ilustres Pares desta nobre e douta Instituição.

A escolha do nome do **Dr. Arnolfo Rodrigues de Azevedo**, para meu patrono neste Sodalício, encontra razões e motivos de respeito e admiração por êsse vulto enorme da história política nacional, por isso, pelo milagre da memória ficou o seu perfil gravado no meu pensamento como que para poder ter agora a honra de relembrá-lo nesta solenidade.

Falar de **Arnolfo Azevedo** é também cogitar do seu bêrço natal, a culta e nobre Lorena, a tradicional Hepacaré, banhada pelos reflexos de safira do espelho das águas dos fabulosos rio Paraíba, que a mão do Criador faz rolar no interior do Estado bandeirante, sempre retratando o painel das regiões celestiais do Cruzeiro do Sul.

É por isso que, em 1938, quando Lorena se engalanava para comemorar 150 anos da sua elevação à categoria de Município, **Costa Rêgo**, com as cintilações da sua pena, em o "Correio da Manhã", de 4 de novembro daquele ano, deixou bem acentuado êste conceito de Lorena e êste elogio ao grande **Arnolfo Azevedo**:

"Lorena é uma tranqüila e pitoresca cidade paulista banhada pelo Paraíba. Quem a vê da via férrea não suspeita que ela encerra tantas e tão grandes recordações da história pátria. Basta considerar que naquele sítio os antigos bandeirantes abriram caminho para Minas Gerais, no rumo da Mantiqueira.

.....

Falar em Lorena, quero dizer do seu progresso e da sua projecção na vida social e administrativa de S. Paulo — é sempre recomendar ao culto e à estima dos coevos, os Azevedos. Ora êsse belo tronco não feneceu.

Ainda hoje, vive em Lorena, entregue à dignidade de um retiro comovente, **Arnolfo Azevedo**, que havendo exercido grandes postos na carreira pública, onde se fêz notar pela experiência, pelo saber, não foi omisso em relação à sua terra, nem em relação a S. Paulo, nem em relação ao Brasil".

Esta observação transcrita por **Gama Rodrigues**, num estudo genealógico sôbre "**Os Azevedos, de Lorena**", aparece também na "Revista Genealógica Brasileira", de 31 de dezembro de 1940 e na de abril de 1941.

Pelo que se vê, da sua vida pública e privada, manteve o **Dr. Arnolfo Azevedo** sempre bem alto o nome e a tradição dos seus ancestrais, enriquecendo o legado que lhe foi outorgado, herança que transferiu como patrimônio maravilhoso aos seus descendentes e aos pósteros como paradigma.

O culto à Família e o interêsse manifestado pelos que a êle estavam ligados pelas relações de parentesco e laços da consanguinidade, foram revelações bem sugestivas do seu espírito de escol, tanto que deixou marcante na lembrança de todos e dos estudiosos, a frondosa "**Árvore Genealógica da Família Rodrigues Salgueiro — Pereira de Castro**", Capitães-Mores da velha Lorena, de onde proveio pelo seu lado materno.

A evidência que o esforço desenvolvido em pesquisas demoradas para confecção dessa árvore, que emoldura estudos do historiador e genealogista **Gama Rodrigues**, sobre o “**Conde Moreira Lima**”, reclama a atenção de quem tenha em mãos a “**Biblioteca Genealógica Brasileira**”, vol. 2, edição de 1942.

Filho dos **Barões de Santa Eulália**, nasceu o **Dr. Arnolfo Rodrigues de Azevedo**, em o dia 11 de novembro de 1868, naquela cidade Valeparaibana de Lorena. Em S. Paulo convolveu núpcias com a senhorinha **Dulce Cochrane**, filha do **Dr. Ignácio Wallace da Gama Cochrane**, ilustre patricio, natural de Santos, e de **D.^a Maria Luiza Barbosa Cochrane**.

Em rápidas pinceladas, a “**Ave Maria**”, de 28 de agosto de 1960, assinala os sentimentos nobres e religiosos do ilustre santista, que relevantes serviços prestou à sua terra e ao Estado, como Engenheiro e homem público, tanto que foi Presidente da Câmara Municipal e Prefeito da cidade dos **Andradas** e de **Braz Cubas**, e, mais tarde, Deputado Provincial e Deputado Geral.

Dêsse feliz e venturoso consórcio deixou o eminente casal **Arnolfo Azevedo** dignos filhos, que relevantes serviços já prestaram e vêm prestando à Igreja Católica, à cultura brasileira e à coletividade social, como os Doutores **Antônio**, **Aldo Mário**, **Oswaldo Benjamim** e **Aroldo Azevedo**, êste, festejado geógrafo, nome internacionalmente conhecido como autor de obras de proclamado valor intelectual, Catedrático da Universidade de S. Paulo e Doutor “**Honóris Causa**” pela Universidade Francesa de Bordeaux.

Dentre as nobres filhas do distinto casal, duas entraram em religião, em França, **Ody Lima** e **Regina de Lourdes**, o que se vê da obra genealógica de **Gama Rodrigues**.

Rememorando êsse espírito de crença e fé dos **Azevedos**, convém lembrar que entre as homenagens prestadas à memória dêsse grande brasileiro, em Lorena, no solar dos **Barões de Santa Eulália**, também conhecido como “**Casa da Baroneza**”, e mais tarde como “**Casa do Dr. Arnolfo**”, foi colocada uma placa de bronze, com dizeres que atestam suas culminâncias espirituais e as de sua inolvidável irmã, **D.^a Odila Rodrigues de Azevedo**, senhora que fundou estabelecimentos assistenciais, de ensino e instituições que envaidecem e honram a gente lorenense. Eis o que ficou para a posteridade no bronze daquela placa:

“Nesta casa abençoada viveram o Barão e a Baroneza de Santa Eulália e seus dignos filhos o Dr. Arnolfo e D.^a Odila Rodrigues, que deixaram inesquecíveis exemplos de amor a Deus, fidelidade à Família e dedicação e ao seu torrão natal.”

Esse cerimonial e os demais atos de liturgia estiveram a cargo de SS. Excias. Revmas., **D. Luiz Gonzaga Peluso** e o **Padre Gabriel Hiram Lopes**, Cura da Catedral de N. S. da Piedade, a gloriosa Padroeira da fidalga Lorena, e, aquêlo o Bispo Diocesano, ocasião em que se fêz ouvir, em nome da Família, a palavra autorizada e rica de emoções do seu filho **Aroldo de Azevedo**. A solenidade teve lugar em o dia 14 de janeiro de 1953, quando o Bispo de Lorena recebeu, para fins religiosos e de piedade cristã, a mansão referida, tudo embelezado com sentimentos que sempre animaram frutiferamente essas duas vidas preciosas e inolvidáveis.

Por outro lado, a não ser a Família e alguns parentes, bem poucos os que tiveram conhecimento da sua alma de poeta e de artista do teclado. Revelou na cadência da poesia, na sonoridade da métrica e da rima, na harmonia das composições musicais, mérito naturalmente provocado pelas inspirações clássicas arrancadas do teclado do piano por um **Mozart** ou por **Chopin**, **Carlos Gomes** ou **Villa Lobos**. Daí, as "valsas" as "polkas" e "mazurkas" que ecoaram na Lorena da sua juventude. Dessa inspiração, merecendo louvores pela suavidade dos acordes, pelo encantamento das composições sacras, da sua autoria, ouvirem-se hinos de glória à Virgem Imaculada, a Mãe de Deus e a Mãe dos Homens. Isso se deve a um gesto de prodigalidade e elegância de **Aroldo Azevedo**, o que se pode verificar de o "Diário da Noite", de 22 de outubro de 1948, que noticiou a homenagem já aludida linhas atrás.

Foi êsse o mundo que enriqueceu de maravilhas a sua humana sensibilidade de cristão.

Na "**GENS LORENENSIS**", relembrada nas publicações de Revistas e autor citados, surgem os **Vicente de Azevedo**, **Rodrigues de Azevedo**, **Azevedo Figueira**, **Azevedo Hummel**, **Azevedo Almeida**, **Azevedo Antunes**, **Azevedo Castro**, descendentes de **Domingues Salgueiro** e **Pereira de Castro**, **Castro Lima** e **Moreira Lima**, nomes de projeção no Império e no cenário da República.

Claro é que, num ambiente assim, jamais poderia ser olvidada a inconfundível personalidade de **Arnolfo Azevedo**. Desde cedo, muito jovem ainda, logo após a colação de grau na tradicional Faculdade de Direito de S. Paulo, em 1891, foi nomeado Promotor de Justiça da sua terra, a aristocrática Lorena, onde prestou inestimáveis serviços ao Poder Judiciário bandeirante.

Dado o grande amor ao torrão natal e o brilhantismo da sua atividade nesse cargo de representação do Ministério Público, foi então convocado para prestação de outros e maiores serviços na administração pública da cidade, tanto que ocupou o cargo de Presidente da Edilidade e, depois, o de Prefeito Municipal, tendo deixado essas funções marcadas com notáveis empreendimentos urbanísticos.

Incontestável revelação de talento e cultura, administrador ponderado da coisa pública, político que se evidenciou desde cedo pela elegância de atitudes, não tardaria a vêr o seu ilustre nome sufragado nas urnas eleitorais, pelos Partidos Políticos militantes, para ser o autêntico representante do povo no Poder Legislativo de S. Paulo, ocupando, em 1895, a sua Cadeira de Deputado Estadual, tendo sido reeleito para a legislatura seguinte.

Na história parlamentar de S. Paulo deixou o registro dos seus atos de civismo e de bravura patriótica, de inteligência e saber cintilantes, de amor à causa do povo e à grandeza da Pátria, tanto que, em 1903, ascendia aos mais altos postos da administração política nacional, agora com assento no Congresso Federal para onde foi eleito e reeleito sucessivamente, o que quer dizer que as circunstâncias políticas e a vontade popular, reconhecendo o seu indiscutível valor e capacidade de realizações, não prescindiriam jamais do seu perfil de lutador empenhado na estruturação da grandeza do Brasil.

Nesta altura da história política do país foi, então, o escolhido pelos seus eminentes Pares para o exercício da Vice-Presidência e, mais tarde, o da Presidência da Câmara Federal dos Deputados. Tais foram os seus feitos e realizações que, agora, em 1927, viu o seu nome consagrado pela soberania popular para representar, na Câmara Alta do Congresso Nacional o grande Estado de São Paulo. Preencheu, assim, com brilhantismo e gravidade de atitudes a vaga deixada por **Washington Luís Pereira de Souza**, que foi Secretário de Estado, em S. Paulo, Chefe do seu Poder Executivo e, por fim, Presidente da República.

Arnolfo Azevedo e **Washington Luís**, elementos destacados do antigo e histórico Partido Republicano Paulista, onde pontificaram com inteligência e saber, escreveram lições de civismo na orientação dessa grei partidária.

É de justiça que se relembre o trabalho inaudito na edificação do "**Palácio Tiradentes**", onde funcionou a Câmara dos Deputados, por largos anos, à altura da dignidade jurídico-constitucional do Poder Legislativo, amiudadamente comprometida, na expressão de **Pelágio Lôbo**, em discurso proferido em 22 de outubro de 1948, quando da "**Companhia Nacional da Aviação**" foi o nome do saudoso jurista e parlamentar inscrito num dos aviões da frota aérea brasileira, cujas hélices receberam a "champagne" batismal derramada pelo seu ilustre filho **Aroldo Azevedo**.

Efetivamente, não fôsse a sua decisão no sentido de instalar condignamente a Câmara dos Deputados nesse conhecido Palácio, construído com material vindo dos Estados da Federação, bem assim o mobiliário de tôdas as suas dependências, estaria essa Casa do Poder Legislativo da República sempre apanhada de surpresa com as ações de despejo, no dizer de **Pelágio Lôbo**,

ilustre e eminente orador daquela solenidade referida de que participaram, entre outros, êstes grandes brasileiros: **Altino Arantes, Assis Chateaubriand, Salgado Filho, Newton Braga, Ataliba Nogueira, Theodomiro Dias, Cônego Aguinaldo José Gonzaga, Padre José Maria Ramos**, o mundo oficial e representações do Vale do Paraíba.

Em prédio próprio, sem dúvida, a Câmara dos representantes do povo, no Congresso Nacional, teria que exaltar essa sua histórica atividade recebida com gerais e calorosos aplausos. Como ato de lúdima justiça erigiu-se a sua figura num monumento que ali se levantou para perpetuar a sua imagem e a sua obra. É que o Presidente da Câmara, com essa realização, conseguiu pôr um fim àquelas ações vexatórias de despejos, ora da “Cadeia Velha” para o “Palácio do Monroe” e dêste para a “Biblioteca Nacional”.

O **Dr. Philemon Patrículo Ribeiro da Matta**, a propósito da campanha para a ereção de um monumento em praça pública, de Lorena, para eternizar a sua lembrança, em publicação especial para o tradicional órgão da Imprensa, o “**Correio Paulistano**”, de 12 de agosto de 1951, num estudo biográfico de **Arnolfo Azevedo**, relembra, entre as suas mil e uma realizações, a preocupação pela mocidade estudiosa, tanto que, acentua o jornalista e intelectual, um inesquecível gesto que despertou geral e grande simpatia:

“... A própria equiparação do Colégio Salesiano S. Joaquim, ao Ginásio D. Pedro II, deve-se ao insigne lorenense.”

E, mais adiante, no final das suas considerações:

“Na hora que passa, de perigo para a civilização brasileira, quando tantas gralhas se enfeitam com penas de pavão, nesta hora sombria de cultura lantejoulada de ouro, de incerteza, de materialismo, de audácias e aventuras contudentes, essas saudades são ainda maiores e essas recordações são ainda mais vivas.

Procuremos, pois, cultivar a vida de nossos grandes homens para as gerações futuras, inspirando-se nos exemplos que possam salvar o Brasil.”

Não foi, entretanto, sem razão plausível que os Deputados Estaduais. **Hilário Torloni** e **René Pena Chaves**, aquêle atual Vice-Governador de S. Paulo, apresentaram à Assembléia Legislativa o Projeto de Lei n.º 625, nestes termos:

“A Assembléia Legislativa do Estado de S. Paulo decreta:

Art. 1.º — Passa a denominar-se “Ginásio Estadual Arnolfo Azevedo”, o atual Ginásio do Estado de Lorena.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Sala das Sessões, 14 de junho de 1951.”

Não é ocioso, nem impertinente, nesta altura das considerações aduzidas, aplaudir a Igreja Católica, os atos de justiça das Autoridades Públicas e da coletividade social, quando, em Lorena, se rendem homenagens ao grande extinto, ora com placas colocadas em Instituições religiosas, ora em praças públicas. O fato é que, aqui, levantam-se monumentos para a imortalidade da sua figura; na carlinga de um avião entregue ao “**Aero-Club de Brumado**”, no **Estado da Bahia**, inscreve-se o seu nome; no frontispício de um estabelecimento oficial de ensino, por força de lei e para que seja um luzeiro de estímulos para a juventude, aparece, também aí, o seu nome ilustre; no “**Palácio Tiradentes**”, no antigo **Distrito Federal**, hoje **Estado da Guanabara**, no bronze de um monumento, relembra-se o seu vulto erecto, digno e nobre, sempre discretamente trajado, que soube amar a sua gente, o seu torrão natal, o Estado e o país.

Foi assim que, com impressionante distinção, sempre mantendo a verticalidade das atitudes fidalgas, animado de sentimentos de justiça e de probidade, de impulsos patrióticos e inspirações cívicas dirigiu e orientou os seus atos na Câmara Federal dos Deputados e no Senado da República, com segurança e sabedoria em meio às eclosões de movimentos políticos e sociais, explosões revolucionárias e de rebeldia.

Na História Política Nacional ficou, pois, bem fotografado êsse “**Varão de Plutarco**”, que nada pleiteou ou pediu para si mesmo, por isso que soube tudo dar pela grandeza da Pátria!

De fato, tudo deu para recolher-se, em 1930, com a vitória do movimento revolucionário daquele ano

“... à dignidade de um retiro comovente”, em Lorena, não tendo sido, conforme deixou registrado Costa Rêgo, “omisso em relação à sua terra, nem em relação a S. Paulo, nem em relação ao Brasil.”

Por essa época contraiu segundas núpcias com a sua cunhada **D.ª ZAIRA COCHRANE**, filha do **Dr. Ignácio Wallace da Gama Cochrane** e de **D.ª Maria Luiza Barbosa Cochrane**.

Nesse comovente retiro ultimou então o preparo da sua nunca desmetida grandeza de espírito e de tal forma o fêz que, diante do seu corpo, segundo o grande **Ruy Barbosa**, referindo-se ao **Patriarca da Independência Brasileira**, pode também dizer-se que **Arnolfo Azevedo**

“MORTO PARECE AINDA MAIOR DO QUE VIVO!”

Bem razão assistia, pois, a **Cícero**, o Mestre respeitável da oratória, imortal tribuno romano, autor das famosas “**Catilinárias**”, quando conceituou a História como sendo “**Magistra Vitae, Lux Veritatis, Textis Temporum**”.

Diante disso, sem dúvida, a preocupação do historiador deverá ser no sentido de recolher as biografias dos grandes homens para poder concatenar feitos e fatos das comunidades sociais, de qualquer país ou povo civilizado, pois o exemplo deixado com a grande vida dos que se foram para o Além, interessa também às gerações do futuro, havendo, pois, razão, coerência e lógica na sabedoria do brocardo universalmente conhecido de que

“OS MORTOS GOVERNAM OS VIVOS!”

É o que, não obstante a singeleza do meu vocabulário, mas, a grandeza dos meus sentimentos de justiça me leva a dizer e proclamar bem alto a majestade desse homem público que vive na doce lembrança da sua Família, dos seus Parentes, na recordação de Lorena, de S. Paulo e do Brasil!

É ESSE O MEU PATRONO!

(Oração no Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo)

A RETIRADA DA LAGUNA

Álvaro do Amaral

Decorrendo de 8 dêste mês de maio, a 12 de junho, os trinta e cinco longos, terríveis e heróicos dias que exatamente há um século, perfizeram a célebre “RETIRADA DA LAGUNA”, que o Visconde Taunay, qual nôvo Xenofonte soube tão magistralmente descrever no seu famoso livro, — justo é que neste Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, se comemore aquella epopéia, que sobremaneira honrou o povo brasileiro.

Aquêles mil e seiscentos homens, não pertencentes às tropas do exército regular, mas simples voluntários e recrutas, humildes filhos dos mais diversos quadrantes da Pátria; de São Paulo e de Minas Gerais, do Amazonas e de Goiás, — souberam sofrer com valor indômito, a perseguição do implacável inimigo, — jamais deixando de lutar corajosamente.

Padecendo atrozmente com a fome e as doenças terríveis, como o cólera; as chuvas implacáveis que tudo inundavam, e ainda, pelo fogo que torturava, não só fisicamente com o calor e a fumaça, mas também moralmente, por se verem perseguidos pelo ódio implacável daqueles paraguaios que tão ciosos se mostravam na defesa da sua terra, que consideravam sagrada, mas esquecidos de que, até aquella ocasião vinham violando barbaramente os territórios dos seus vizinhos: a Argentina, o Uruguai e o Brasil.

Aquêle púgilo de heróicos brasileiros soube se manter disciplinado, coeso, e tão corajoso, que sempre conseguiu conservar os paraguaios afastados, sem que jamais tivessem se atrevido sequer a travar um combate leal, uma batalha onde tivessem ao menos tentado aniquilar definitivamente aquêles soldados do Império, que souberam impôr respeito ao inimigo cavalgando fogosos animais, bem alimentado e que lhe era muitas vêzes superior em número.

E, naqueles célebres trinta e cinco dias, nos quais morreram 980 homens, — os 700 restantes puderam salvar os canhões, e as Bandeiras gloriosas da nossa querida Pátria!

Os fanáticos seguidores de seu tirano, “El Supremo”, mostraram que não possuíam a verdadeira coragem, a altivez, a galhardia dos brasileiros que lutavam por uma causa justa e nobre, ou seja, a da independência da nossa querida Pátria!

Os paraguaios, verdade seja dita, em tudo mostravam a sua inferioridade perante os brasileiros, que possuíam o valor e a bravura dos descendentes da nobre gente lusitana, imbuídos dos sentimentos da civilização cristã, e que, por isso mesmo, em consequência da Guerra do Paraguai se impuseram definitivamente aos povos seus vizinhos, que teimavam em ver, insidiosamente, na nossa Pátria, uma simples defensora dos escravocratas, e representante da Casa Real portuguesa.

A verdade porém é que, mais escravizadores foram os Castelhanos que arrasaram as maravilhosas civilizações dos Incas, dos Maias, dos Aztecas, — já não se falando dos infelizes Guaranis, atraídos pelas armadilhas das instituições do “cuñadio” e das “Missões” e “Reduções”, inteiramente desfiguradas pelos representantes das Autoridades Civis, e principalmente pelas tremendas mortandades dos indígenas forçados a lhes indicar as fabulosas minas de ouro e de prata do Peru.

Os povos do Prata ficaram vendo a diferença entre os governos brutais dos Rosas, Francias e Lopes, — que não trepidaram em exterminar seus próprios compatriotas, e o do magnânimo D. Pedro II que tão bem soube preservar a independência do Uruguai e do Paraguai, depois de haverem êles sido vencidos pelas nossas armas.

O heroísmo do soldado brasileiro em tôdas as Campanhas do Prata; a superioridade da instrução militar dos seus grandes Chefes, como o Duque de Caxias, e o Marquês do Herval, e os Almirantes Barroso e Tamandaré, — não se mencionando tantos outros grandes chefes do nosso exército, — infundiram respeito e admiração aos nossos vizinhos, com os quais, louvado seja Deus, — formamos hoje uma só e a grande família dos Sul-americanos, a qual certamente assim, cedo verá as imensas vantagens dessa união, atualmente em pleno desenvolvimento.

Desejamos a honesta colaboração para o progresso dos povos, — baseados nos postulados magistralmente pregados na recente reunião da Organização dos Estados Americanos, — sob a égide dos ensinamentos contidos na última Encíclica do Papa Paulo VI.

Mas, o culto pela tradição da nossa gente é um imperativo da consciência nacional. Não podemos olvidar os gloriosos feitos dos nossos maiores, que com êles impuseram o respeito pela nossa soberania, por parte das nações imperialistas do passado, e quiçá, mesmo do presente e do futuro.

Desejamos ainda prestar uma homenagem especial, à que fizeram jus, os soldados paulistas que morreram, ou que se inutilizaram, e ainda àqueles que se salvaram de tantos sofrimentos, — mas, note-se bem, sem absolutamente pretender fazer obra de regionalismo, pois que consideramos da mais elementar justiça para com os antepassados da nossa gente de Piratininga, —

proclamar a sua verdadeira participação nos grandes feitos da nossa História.

É por isso mesmo que pretendemos mostrar o que fizeram os paulistas na Guerra do Paraguai, e especialmente na “Retirada da Laguna”.

O Relatório apresentado pelo Ministro da Guerra, em 1871, mostra que a Província de São Paulo forneceu ao Exército, para aquela guerra, 6.504 homens, do total de 91.218 vindos de tôdas as demais partes do Brasil, — não se incluindo as forças da marinha e os que seguiram diretamente para a luta.

Contribuímos assim com quase 7% do total, vindo em 5.º lugar, logo depois da Bahia, com 15.227 homens; a Côrte ou Município Neutro, com 11.467; Rio de Janeiro com 7.851 e Pernambuco com 7.136 homens.

No entanto, mais populosas eram as Províncias de Minas Gerais com 1.700.000; a Bahia com 1.200.000 (em números redondos); Pernambuco com 750.000 e o Ceará com 690.000, — tendo São Paulo 680.000, — isso conforme o Recenseamento de 1872. (Vide o livro de Sant’Anna Nery, “O Brasil de 1889”).

E, daquele total, eram assim distribuídos os homens:

Voluntários da Pátria	2.271
Guarda Nacional	1.125
Permanentes e Voluntários	2.996
Libertos	112
TOTAL	6.504

Vamos a ver qual o destino que tiveram êsses heróicos paulistas.

Os Voluntários da Pátria, corpo cuja criação foi idealizada pelo Duque de Caxias, eram formados de homens do povo em geral, mas nêles é que se alistaram espontâneamente os filhos das nossas mais tradicionais famílias.

O Prof. Álvaro da Veiga Coimbra em seu trabalho sôbre “Os Voluntários da Pátria — Campanha do Paraguai”, assim descreve os componentes dessas forças auxiliares do nosso Exército de então:

“São magistrados, cientistas, negociantes e o homem do povo. É o nosso sertanejo! êsse homem de atitudes lansas, olhar velado, peito comprimido, parecendo carregar em si a canseira de tôda essa raça sem um donaire no gesto, no andar, que retenha a pupila e após ela, a imaginação. E êsse homem simples, deu-nos provas irrefutáveis do seu valor. De que contrastes surpreendentes se compõe sua natureza! Posta à prova sua dignidade, aí surge o homem viril, terrível, elástico, aquêle homem membrudo, possante, que despertando enfim do fundo de seus músculos ator-

mentados pelo calor do sol e pelo clima, é capaz de reação e de frêmitos magníficos!”

Esse corpo formou desde logo o 7.º Batalhão de Voluntários Paulistas, com 759 homens, tendo partido juntamente com o Corpo de Polícia dos Permanentes e a Guarda Nacional, com destino à Província de Mato Grosso, para dali ir invadir o Norte do Paraguai.

No dia 10 de abril de 1864, saíram da Capital essas Fôrças, acompanhadas do Corpo Fixo da Polícia da Província do Paraná, juntamente com o Corpo de Engenheiros Militares, cujo Chefe era o Tenente Coronel José de Miranda da Silva Reis, — os quais haviam chegado ao pôrto de Santos, no dia 2, vindos do Rio de Janeiro. Dêsses Engenheiros fazia parte o então 2.º Tenente Alfredo Maria d’Escragnolle Taunay, o futuro Visconde de Taunay.

Estavam sob o comando nominal do coronel Manoel Pedro Drago, que havia sido nomeado comandante das armas da província do Mato Grosso, devendo operar contra os destacamentos e fôrças paraguaias que haviam invadido aquela região do território brasileiro.

Saindo as 4 e 1/2 horas da madrugada, seguiram pela estrada que se dirige à Campinas, tendo feito uma parada de meia hora, antes de atravessar o rio Tietê, pela ponte de madeira ali existente. Prosseguindo sua marcha fizeram um pequeno alto frente à Igreja de Nossa Senhora do Ó, em local onde, — por ocasião do centenário do início da Guerra do Paraguai, em janeiro de 1965, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo mandou erigir um pequeno monumento com uma placa de bronze, com dizeres alusivos a tal acontecimento. Prosseguindo, as fôrças militares chegaram às 10 horas no lugar denominado Taipas, onde permaneceram até o dia seguinte.

Logo pela madrugada prosseguiram viagem, passando por Perus, e assim continuaram rumo a Jundiáí, onde chegaram no dia 12, e finalmente atingindo Campinas, no dia 15, indo acampar na antiga Fazenda Santa Cruz, onde hoje existe um largo com êsse mesmo nome. Nesse local foi também erigido um pequeno monumento que rememora tal evento.

Em Campinas porém começaram as vicissitudes dessa tropa. O Cel. Drago, homem indeciso e ao mesmo tempo prepotente, desobedeceu ordens do Ministério da Guerra, e ali permaneceu durante 66 dias, perdendo tempo inútilmente e irritando os soldados, dos quais desertaram 113 praças, ainda sem estarem afeitas à disciplina militar.

Convém neste ponto lembrar que o 7.º Batalhão de Voluntário da Pátria de São Paulo, logo após a saída da Capital, recebeu ordens de regressar à esta cidade, de onde seguiu para Santos, embarcando com destino ao Sul do país.

Recebera êste batalhão uma belíssima Bandeira Brasileira bordada em sêda lavrada, pelas damas paulistas, a qual lhe foi entregue na Sé Catedral, pelo Presidente da Província, dr. José Crispiniano Soares, — a qual êles souberam honrar sobremaneira, trazendo-a de volta, coberta de glórias.

Desempenhou êsse Batalhão, que aliás passou posteriormente a constituir oficialmente o 35.º Batalhão, apesar de que para os seus componentes e para os paulistas em geral, continuou sempre a ser designado com a primitiva denominação de 7.º Batalhão, — uma destacada atuação, tendo estado sempre na primeira linha das principais batalhas sustentadas pelo Exército brasileiro. Mais tarde a êle se incorporaram os soldados do 42.º e do 45.º Batalhões de Voluntários da Pátria, também daqui de São Paulo.

Teve magnífica atuação nos combates de Tujucué, Estabelecimento, Tuyuty, Surubuhy, Palmas, Angustura, Chaco, Villeta, Piquiricy, Assunção, Rosário, Tupuim, Luque, Taquaral, Caraguatahy, Arroio Verde, Bela Vista e Cerro Corá, além de outras.

Após o combate da ilha do Atalho, frente ao Forte de Itapirú, onde morreu o famoso Tenente-Coronel Wilagram Cabrita, foi condecorado com a venera de Cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro, conforme Decreto de 1.º de maio de 1866, a qual lhe foi conferida pessoalmente pelo Barão do Herval, o General Osório. Essa insígnia foi separada em duas partes, por bala recebida na inesquecível batalha de Tuyuty, a 24 de maio de 1867. Também a própria bandeira foi atravessada por três balas inimigas naquela mesma batalha.

E êsse vexilo da Pátria foi entregue para perpétua guarda, à Sé Catedral de São Paulo, a 27 de abril de 1870, — encontrando-se no magnífico Museu Histórico da Cúria Metropolitana desta Capital.

Mas, voltemos à Campinas, onde finalmente no dia 20 de junho saíram as tropas rumo à cidade de Uberaba, onde deveriam se encontrar com as tropas de Minas Gerais.

Saindo pelo bairro do Taquaral, atravessaram as povoações de Mogi-Mirim, Mogi-Guassu, Casa Branca, Batatais, Franca do Imperador, chegando a Uberaba no dia 18 de julho.

Naquela cidade se reuniram a dois Batalhões que tinham vindo de Ouro Prêto, e que eram o 17.º Batalhão de Voluntários da Pátria, e do 1.º Corpo Policial, e ainda o 21.º Batalhão de Linha, estas sob o comando do Coronel José Antônio da Fonseca Galvão, com um total de 1.200 homens.

Reuniram-se então tôdas essas tropas, ou seja as que vieram de São Paulo com as do Paraná, e as de Minas Gerais, e ainda com uma companhia de cavalaria, desmontada, e um Corpo de Artilharia do Amazonas, com seu material em mau estado, formando tudo uma Brigada, que ficou ainda sob o comando do Coronel Drago.

Nessa cidade a Comissão de Engenheiros recebeu como seu novo Chefe, o Tenente Coronel Juvêncio Manoel Cabral de Menezes, que substituiu o Tenente Coronel José de Miranda da Silva Reis que foi nomeado deputado do ajudante general junto às forças.

O Coronel Drago mais uma vez permaneceu excessivo tempo nessa cidade, receando seguir para Miranda a fim de atacar os paraguaios, que então o ocupavam. Resolveu dirigir-se a Cuiabá, a fim de ali obter reforços.

Saiu a 4 de setembro rumo a Santa Rita do Parahyba, onde chegou a 29. Aí, na Província de Goiás, recebeu ordens terminantes para seguir para Miranda.

Seguiu para atravessar o Rio dos Bois, no que se demorou de 9 a 23 de outubro.

Nessa ocasião porém o Coronel Drago recebeu Comunicado oficial do Ministério da Guerra, destituindo-o do comando e determinando que seguisse para a Côrte a fim de responder a Conselho de Guerra, procedendo-se às investigações para se apurar as verdadeiras causas da sua desobediência às ordens de marchar com rapidez, quando, ao contrário se demorou excessivamente em Campinas e em Uberaba, e ainda por ter deixado de seguir diretamente para Miranda.

Assumiu então o Comando das tropas, o Coronel José Antônio da Fonseca Galvão que continuou a marcha em direção à Vila das Dores do Rio Verde, onde chegou a 1.º de novembro, e prosseguiu rumo ao Coxim, que era uma antiga Colônia militar que fôra destruída pelos paraguaios.

Coxim encontra-se na confluência dos rios Taquari e Coxim. Ali chegaram a 20 de dezembro, tendo estabelecido acampamento, com perto de 2.200 homens combatentes, com 34 oficiais de Estado Maior, e seguidos por grande número de agregados.

Nesse total, incluíam-se os seguintes Corpos militares:

Na 1.ª Brigada:

- o 21.º Batalhão de Infantaria de Linha de São Paulo;
- o 17.º Batalhão de Voluntários da Pátria, de Minas Gerais;
- o Corpo de Artilharia do Amazonas;
- no total de 1.157 homens aproximadamente.

Na 2.ª Brigada:

- o Corpo Policial de Permanentes, de S. Paulo;
- o 20.º Batalhão de Linha, de Goiás;
- o 1.º Corpo Policial de Minas Gerais;
- no total de perto de 914 homens.

Posteriormente, chegou o Corpo de Voluntários da Pátria, de cavalaria, mas desmontados, de Goiás, com 600 homens.

É curioso que nos diversos livros consultados não mais encontramos referências às tropas que tinham vindo do Paraná. Provavelmente foram incluídas em algum dos demais Batalhões.

Durante a marcha desde o Rio dos Bois até o Coxim, como se verifica do "Diário" da Comissão de Engenheiros, de autoria do então Tenente Taunay, verifica-se que houve muita falta de alimentação para a tropa, porque o Govêrno havia providenciado a remessa de víveres para depósitos ao longo da estrada para Sant'Ana do Paranahyba, que era o destino previamente determinado pelo Coronel Drago.

Em Coxim o abastecimento da Brigada tornou-se ainda mais precário, em virtude da enorme dificuldade de chegarem os carregueiros por terra e embarcações vindas de São Paulo ou do Paraná.

Por isso mesmo Taunay explica que: "sem a dedicação infatigável" do Presidente da Província de Goiás, o Dr. Ferreira França, "a expedição teria sucumbido seguramente tôda inteira, depois de medonhos horrores."

E, no seu Relatório, Taunay confirma que as fôrças em Coxim, durante mais de um mês ficaram reduzidas a um verdadeiro estado desesperador, pois que com a alimentação reduzida sòmente à carne, quando esta faltou por muitos e muitos dias, padeceram de fome, o que tudo ocasionou o aparecimento de várias moléstias.

Para maior angústia das tropas, as enchentes do rio Paraguai cercaram e portanto isolaram aquela localidade situada em altitude elevada.

Ficaram rodeados por intérminos campos inundados, que formam o tremendo pantanal, região com perto de 50 léguas em quadra, que se estende das margens do Taquary aos Campos de Aquidauana, confluente do Miranda; e do rio Paraguai à Serra do Maracajú, — a qual anualmente, de dezembro a maio fica alagada, formando mesmo a chamada Lagoa Xaraés.

Em 12 de fevereiro, o Comandante, já então promovido a Brigadeiro, determinou ao Corpo de Engenheiros que efetuasse um reconhecimento do Pantanal, até o rio Aquidauana, tendo então sido constatada a impossibilidade do trânsito com a respectiva artilharia, o que sòmente seria possível após o mês de maio.

O Brigadeiro Galvão todavia, constatando que o tempo melhorara, logo a 25 de abril deu ordem de marcha às tropas, que chegaram às margens do Rio Negro, a 8 de maio.

Nessa ocasião porém despencaram novamente tremendos aguaceiros, que tudo inundaram.

E alí, aqueles três milhares de soldados já tão sofridos, viram aumentar seus padecimentos, com as agruras constantes da fome; com as terríveis consequências do beriberi que dizimavam os infantes; e o verdadeiro pavôr de se verem abandonados, fadados à morte certa, durante todo o mês de maio e começos de junho.

O fardamento militar havia praticamente desaparecido: restavam frangalhos de suas vestes marciais, cobrindo parte de sua semi-nudês.

Cada vês aumentava mais o flagelo da fome. A única alimentação de que dispunham durante muitos dias, era composta de frutos silvestres, principalmente de jatobás, — tornando-os esqualidos e famintos.

Uma moléstia desconhecida para os médicos militares passou a atacar com sintomas os mais variados, com paralisia generalizadas, e quase sempre de forma mortal, e que sòmente mais tarde diagnosticaram ser o terrível beriberi.

Sòmente a incansável dedicação do Brigadeiro Galvão é que conseguiu manter coesa aquela coluna militar.

Mas também êle, o Brigadeiro General José Antonio Fonseca Galvão, de idade avançada, e com saúde abalada, não pôde resistir a tantas contrariedades e provações, e no dia 13 de junho entregava a Deus, sua alma de velho e valente soldado, — sendo enterado alí mesmo, à margem do Rio Negro.

Assumiu então o Comando, o Tenente-Coronel Joaquim Mendes Guimarães, que vinha chefiando a 2.^a Brigada.

Dias após, melhorando o tempo, procuraram safar-se daquele fatal acampamento, sendo que a 24 de junho, num arranco desesperado, atravessaram brejos traiçoeiros e altas macegas, através do famigerado pantanal, em direção às margens do Rio Taboca.

Durante os dez fatídicos dias que durou tal travessia, horas houve em que as águas chegavam até a cintura dos homens! Mas muitos ficaram para sempre atolados nos lodaçais daquele pântano de lama fétida, que se tornou o cemitério de para mais de cem soldados e de seus acompanhantes.

A maior de todas as dificuldades foi fazer transpôr uma enorme vala no Corixo da Madre, e nos atoleiros da Cangalha, pelas quatro grandes peças de artilharia. Sòmente um verdadeiro milagre de disciplina, e de puro patriotismo, é que fez as suas guarnições, sob o comando do Tenente de engenharia militar, formado nas afamadas Escolas da Alemanha, Cesário de Almeida Nobre de Gusmão, realizar tal façanha sobrehumana.

No Taboco foi possível dar-se um Balanço nas perdas havidas.

No seu livro de “Memórias” o Visconde de Taunay declara que: “Sem exageração, entre soldados, mulheres, bagageiros, boia-deiros, isto é, tudo quanto constitui a impedimenta dos romanos, talvez houvessem morrido mais de duas mil pessoas!”

É espantoso a que ponto chegara o sofrimento daquela tropa que, note-se bem, dirigia-se para expulsar do sul da Província de Mato Grosso, os invasores paraguaios, que já consideravam aquela região como conquistada oficialmente, tendo-lhe dado a denomi-

nação de Distrito Militar do Mbotety, ou Embotety que é a denominação que eles sempre deram ao rio Miranda.

A Comissão de Engenheiros recebera aliás uma incumbência que lhe fôra encaminhada pelo Barão de Melgaço, que era o Chefe de esquadra reformado Augusto Leverger, e que fôra nomeado Presidente de Mato Grosso, em substituição ao Coronel Carneiro de Campos que fôra aprisionado pelos paraguaios, logo no início dos ataques dos paraguaios, que aliás provocaram a declaração de guerra pelo Brasil. Essa incumbência era a de reconhecerem e examinarem a estrada que pelo Pequiry vai a Cuiabá, para determinar quais os pontos que haviam sido ocupados pelos paraguaios, e em consequência quais as povoações que os brasileiros deveriam fortificar a fim de proteger Cuiabá de uma possível tentativa de invasão.

Por isso, os Engenheiros constataram que os paraguaios tinham perto de 1.200 homens ocupando as povoações de Dourados, Miranda, Brilhante, Sete Voltas, Vacaria, Agua Fria, Nioac, Taquarussú e Porto do Souza.

E, além disso tinham guarnições na fronteira do Apa, e ocupavam Corumbá, Albuquerque e o Forte de Coimbra.

Mas, como dissemos, as tropas brasileiras chegaram ao Tabôco, verdadeiramente em mísero estado, no dia 3 de julho.

No dia 13 alí chegou um Batalhão de Voluntários da Pátria, da Cavalaria de Goiás, mas sem os cavalos, sob o comando do Coronel José Joaquim de Carvalho, que assumiu a direção e comando de todas as tropas, tendo por essa ocasião passado em revista as forças, quando teve a mais desoladora das impressões, exclamando então: "Pois é com êstes cadáveres que se vai atacar o inimigo?"

Mas, depois de um mês de descanso naquele local, puderam os heróis sobreviventes da dantesca travessia do Pantanal, se recompôr: receberam excelente fardamento e se retemperaram com boa alimentação.

Infelizmente o nôvo Comandante, ao invês de se dirigir a um ponto de terreno alto, salubre, para alí se refazerem completamente do estado a que haviam chegado os seus soldados, e que deveria ser a Vila de Nioac, — entendeu de rumar para a Vila de Miranda, situada ainda em pleno Pantanal, e onde chegaram a 17 de setembro, após doze dias de marcha.

Foi mais um desastre para aquela malfadada tropa, a qual entretanto, como disse o então Tenente Taunay:

"Bastava um mês de abundância, um mês de descanso e alegria, e todas as desgraças há pouco suportadas eram esquecidas, eliminadas do pensamento; retemperava-se a fibra patriótica, e os projetos mais ambiciosos, de mais difícil realização, de pronto

nasciam naqueles homens, que a mão da desgraça nunca pode de todo acurvar e abater.

“Honra a êsses brasileiros!

“Honra aos filhos de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.” Assim conclui Taunay o seu depoimento.

Mas, em Miranda, onde a coluna permaneceu durante quatro longos meses, voltou a grassar o terrível beriberi, a que os soldados davam o nome de “perneira”, devido as suas características, e se alastrou devido à pestilência das margens sujas e lamacentas do rio, tendo atingido a mais de quatrocentas pessoas, das quais algumas tiveram morte fulminante.

Nêsse acampamento, o Tenente Taunay se desentendeu seriamente com o Comandante da Expedição, com quem cortou relações pessoais, tendo-o acusado frontalmente de incompetência por permanecer naquele local tão insalubre, e por tão longo tempo, sem ir atacar o inimigo que ocupava povoações próximas, o que certamente serviria também para elevar o ânimo dos soldados brasileiros que realmente desejavam se retemperar numa luta contra os seus inimigos, causadores de tantas desgraças para toda aquela tropa, durante já quase dois anos.

Aliás, por essa desinteligência, Taunay deixou de redigir o Diário daquela Tropa expedicionária.

A povoação de Miranda estava totalmente arrasada tendo sido incendiada pelos paraguaios, quando a abandonaram. A água potável era alí de pessima qualidade, e tudo ficava alagado com qualquer aguaceiro. No entanto, permaneceram nela durante 113 dias.

Finalmente, o intransigente e pouco inteligente Comandante, o Coronel José Joaquim de Carvalho, adoeceu da fatídica “perneira”, e apavorado, seguiu para Cuiabá, a 28 de dezembro de 1866.

A 1.º de janeiro chegou o novo Comandante em Chefe, Coronel Carlos de Moraes Camisão.

Mostrando-se de início inteligente, enérgico e experiente, reorganizou a Coluna em uma única Brigada, já então com somente 1.600 homens, e formada pelos Batalhões:

- 1.º de Minas Gerais
- 20.º de Goiás e as tropas de Mato Grosso
- 17.º de Minas Gerais
- 21.º Batalhão de São Paulo reunido ao Côrpo de Permanentes as quatro peças raiadas, puxadas por bois e a Comissão de Engenheiros que foi restabelecida.

No dia 11 de janeiro seguiram as tropas para Nioac. Alí chegaram a 24, e onde, com o seu clima magnifico, os soldados restabeleceram a sua saúde, não mais havendo casos de beriberi. A povoação havia sido destruída e incendiada pelos paraguaios quando a abandonaram.

O Coronel Camisão desejava vingar as maldades cometidas pelos paraguaios no território brasileiro, e também desfazer a impressão que ficara em alguns de seus inimigos na Córte, quando fôra forçado a abandonar a cidade de Corumbá, quando aliás era seu Comandante o Coronel Carlos Augusto de Oliveira.

Verificando então que os paraguaios já estavam se retirando de Mato Grosso, somente com a aproximação da Coluna Expedicionária, julgou que poderia expulsar os inimigos de todo o território nacional, e bem assim invadir o Norte do Paraguai.

Sabia que havia outras forças prontas para expulsar os inimigos de Corumbá e do Forte de Coimbra, e achava ser de grande importância o ataque ao Norte do Paraguai, para auxiliar as tropas brasileiras que lutavam ao sul do Paraguai.

Resolveu então sair de Nioac a 25 de fevereiro e seguir para a antiga Colônia militar de Miranda, que também fôra destruída pelos paraguaios, e onde chegaram a 4 de março.

Taunay diz que nessa ocasião, se tivesse havido um ataque com presteza, teriam desbaratado as guarnições paraguaias em território brasileiro, e continuando a agir com rapidez poderiam surpreender as fortificações do Norte da República, antes que tivesse tomado qualquer providência, tomando-se assim uma desforra pelas devastações que haviam eles feito em tantas das nossas Vilas e povoações, tomadas inteiramente de surpresa.

Mas, o que tornou impossível tal expedição foi a falta de ser a mesma abastecida suficientemente, com alimentação necessária.

O que ainda estava abastecendo as tropas era o gado que um velho fazendeiro daquela região, chamado José Francisco Lopes, cuja família fôra aprisionada pelos paraguaios, fornecia indo buscá-lo em sua fazenda.

Era o celebrizado "Guia Lopes" um legítimo representante de fazendeiro e criador brasileiro, com todas as mais belas tradições da raça, — conservador das qualidades patriarcais próprias da sua posição. Generoso, modesto perante as legítimas autoridades do governo, pai de família cioso da defesa dos seus descendentes; intransigente contra seus inimigos maldosos e desleais; dotado de extraordinários conhecimentos dos elementos naturais da sua terra; possuidor de energias inextinguíveis, trabalhando incansavelmente e capaz de percorrer imensas caminhadas, — sendo que, com todas essas qualidades foi êle que conduziu aquelas tropas sempre em rumo seguro; ensinando-lhes a melhor maneira de se defenderem contra as intempéries, tais como as chuvas torrenciais, as inundações, o lamaçal, o fôgo e as doenças mortíferas. Com a sua generosidade inextinguível, deu centenas e centenas de cabeças de gado para alimentação dos soldados; e, finalmente, com os limões e laranjas do pomar da sua fazenda propiciou o melhor remédio para as vítimas da cólera.

Com tôdas essas qualidades tornou-se um amigo e um verdadeiro conselheiro para o Coronel Camisão, que via nele um dos principais elementos para o sucesso e o bom êxito da expedição.

Mas, receioso de executar o plano que arquitetara, o Comandante resolveu consultar o Coronel Juvêncio Cabral de Menezes, Chefe da Comissão de engenheiros, a fim de saber a opinião do mesmo a respeito da possibilidade e da oportunidade do movimento ofensivo da coluna, bem como sôbre o melhor meio de executá-lo.

A Comissão quando foi consultada, fez ver pela maioria dos seus membros, a falta de munição de guerra em que se achavam; a absoluta insuficiência dos alimentos, que já estava se fazendo sentir sériamente; a inópia dos meios de transporte, agravada pela total falta de cavalaria; e ainda, a ausência de socorros médicos com medicamentos de urgência.

Entretanto, dois engenheiros teimaram em considerar o assunto como questão de puro patriotismo, de brio nacional, forçando um julgamento emocional que, como sempre, só pode trazer resultados maus e contraproducentes. O Chefe da Missão, o Cel. Juvêncio chegou a sentenciar com voto decisivo: "Não podia a coluna avançar sem viveres, e já não dispunham de gado".

Mas, uma malsinada e súbita chegada de uma ponta de gado, nessa exata ocasião, — decidiu a questão, tal como na antiga Roma, onde eram os augúrios que determinavam o caminho a seguir: resolveram então opinar pelo prosseguimento daquela aventura puramente patriótica. Só restava portanto pedir aos Deuses, que fôsem propícios. . .

A vista dessa decisão, o Cel. Camisão não teve outra alternativa, sendo assim surpreendido por tão inesperada decisão por parte de técnicos que, aliás, o próprio Taunay reconheceu serem, alguns inexperientes engenheiros recém-formados, e, outros velhos, mas também sem conhecimento de campanhas militares.

Nessa ocasião foi determinado ao 21.º Batalhão de São Paulo que escoltasse os Engenheiros num reconhecimento que realizaram nas vizinhanças da Colônia, e assim percorreram "52 quilômetros, transportando capotes e armas, além de 60 cartuchos na patrona", — como escreve Taunay, acrescentandô: "Podemos frequentemente constatar que as mais longas marchas, não conseguem abater o ânimo do soldado brasileiro."

A 10 de abril, o 17.º Batalhão fez outro reconhecimento, acompanhado do Guia Lopes.

Por acaso, no dia seguinte surgiram no acampamento 10 cavaleiros: eram brasileiros, dentre êles o genro e um filho do Guia Lopes. Estavam prisioneiros dos paraguaiois, quando souberam da aproximação da Coluna brasileira. Imediatamente se apossaram de bons cavalos e fugiram desabaladamente, conseguindo chegar

ao acampamento dos seus patrícios, onde foram recebidos entusiasticamente.

Informaram que as fortificações dos paraguaios no Apa e em Bela Vista eram simples estacadas de madeira, e guarnecidas com poucos soldados. Por isso mesmo aliás, tinham recebido ordens de se retirar, sem aceitar combate, mas destruindo tudo que encontrassem em sua passagem.

No dia seguinte deu-se o emocionante encontro do Guia Lopes com seu filho e genro, o que a todos comoveu.

Entusiasmado com as notícias recebidas, o Cel. Camisão resolveu partir com a tropa no dia 14 de abril, rumo ao Rio Apa, e planejando a invasão do território paraguaio.

Atravessaram o Rio Miranda e prosseguiram até o Mórro do Retiro, onde acamparam até o dia 17 de maio, quando seguiram para as margens do Rio Apa.

A 19, com o nosso 21.º Batalhão à frente, tiveram o primeiro contacto com as tropas inimigas, que estavam acabando de destruir a ponte sobre o Rio Taquarussú. A nossa vanguarda atirou contra os cavaleiros paraguaios, tendo ferido um deles.

Logo os engenheiros reconstruíram a ponte, e a coluna atravessando o rio, avistou em um campo situado além das matas marginais, um forte destacamento de soldados inimigos.

Esse encontro certamente foi grandemente desvantajoso para a Expedição, porque até então os paraguaios estavam convencidos de que se tratava de uma Coluna de 6.000 homens e poderosamente armados. E, naquele momento verificaram tratar-se de tropa em precárias condições, e, o que era pior, não possuíam cavalaria. E, eles sabiam muito bem que, naquela região onde se encontravam, não poderiam receber reforços. Por essas razões, e para demonstrar desprezo pelas nossas Forças, apearam-se de seus cavalos e ficaram descansando calmamente.

O Cel. Camisão, que tinha evitado qualquer ataque, por se tratar de uma Sexta-Feira Santa, irritou-se com tanta provocação, e mandou dar uns tiros de canhão, que obrigaram os paraguaios a fugir.

A Expedição prosseguiu em sua marcha e, à noite, acampou junto à confluência do Sombrero com o Rio Apa, que naquele local forma exatamente a fronteira entre o Brasil e o Paraguay.

No dia 20, prosseguiu a marcha das Tropas, tendo atingido a Estância Machorra, uma propriedade do General Solano Lopes. Ali os paraguaios estavam ainda terminando de destruir todas as bemfeitorias, quando foram forçados a fugir da vanguarda das nossas tropas.

Foi no dia 21 que finalmente os brasileiros, atravessando o Rio Apa, penetraram em território paraguaio, avançando para ocupar o Forte da Bela Vista, o qual estava sendo devastado

pelas seus ocupantes, que o abandonaram, e foram acampar nas proximidades, tendo carregado tudo quanto puderam salvar.

Ficou assim positivado que, se possuir cavalaria, seria impossível às nossas Fôrças se apoderarem de qualquer gado que existisse pelo caminho que iam percorrendo, pois que os paraguaios devastavam sistematicamente tudo quanto não podiam carregar, e se afastavam tangendo todo o gado que arrebanhavam.

O Coronel Camisão ficou grandemente emocionado ao penetrar no território do inimigo, mandando que se anotasse a hora exata em que tal fato ocorrera, tendo êle próprio pedido que lhe dessem de beber a água do Rio Apa, da sua margem no Paraguai.

Daquele lugar, enviou Ofícios ao Rio de Janeiro, Mato Grosso e Goiás, informando de que, a partir daquele momento, a Expedição passava a ser designada oficialmente, como "Fôrças em Operações ao Norte do Paraguai."

No dia 25, o Comandante resolveu enviar uma proposta de rendição aos paraguaios, a qual porém foi prontamente repelida por eles, — como evidentemente era de se esperar.

O Cel. Camisão resolveu permanecer na Bela Vista, mandando diáriamente que os nossos soldados fossem procurar gado ou qualquer outro alimento nas imediações. Mas, sem cavalaria nada puderam fazer.

Sendo informado da existência de uma Fazenda denominada "Laguna", também de propriedade do tirano Lopes, e situada a quatro léguas dali, resolveu seguir para lá, no dia 30, tendo feito a primeira parada às margens do Rio Apa-Mi.

No dia 1.º de maio chegaram à Laguna, que encontraram completamente destruída e incendiada pelo inimigo.

Sòmente o nosso 21.º Batalhão é que, em uma incursão até uma invernada, situada pouco adiante daquela Fazenda, conseguiu se apossar de 50 cabeças de gado.

O Cel. Camisão resolveu então realizar um brilhante feito de armas que, por si só, demonstrasse o valor das forças brasileiras; e que viesse a deixar provado que, se a seguir necessário fôsse retrogradar para a fronteira, isso seria tão sòmente devido à absoluta falta de munição de bôca e de guerra, — mas jamais por haver receio de vir a sofrer qualquer derrota, que aniquilasse as nossas Fôrças.

Decidiu atacar o acampamento das tropas paraguaias, que se achavam bem alimentadas, descansadas, com farta munição e dispondo de poderosa bateria de canhões.

Foi ainda o nosso 21º Batalhão o encarregado de realizar êsse golpe estratégico fulminante.

O ataque, ao romper da madrugada do dia 6, pegou o inimigo de surpresa: penetrando no recinto do acampamento, dizimaram os soldados que só se salvaram fugindo na mais completa desor-

dem, abandonando os seus próprios feridos, além de deixarem muitos mortos.

Os soldados do 21.º Batalhão de São Paulo mostraram sua bravura contra os inimigos de sua Pátria, — escrevendo bela página da nossa História, — pois tinham somente 400 homens contra mais de 1.000 cavalarianos paraguaios.

O Cel. Camisão assim comentou tal feito de seus soldados:

“Estes selvagens, (os paraguaios) que a tanta gente assassinarão e tanto assolaram esta região, quando indefesa, não mais dirão que os tememos. Sabem que dentro do seu próprio território, podemos obrigá-los a pagar o mal que nos fizeram.”

Ficando assim demonstrada a coragem e o poderio do soldado brasileiro, — mas ante a implacável realidade da falta de munição de guerra e de alimentos que possibilitasse maiores façanhas no território inimigo, — o Cel. Camisão, não mais temendo poder ser acusado de falta de coragem, — resolveu aceitar a única possibilidade criteriosa que lhe deixava o destino inexorável: com o coração sangrando, determinou o regresso à Pátria, — onde nas terras da fronteira poderia aguardar o recebimento de reforços, principalmente de cavalos e também que se organizasse um serviço regular de abastecimento.

E, assim, no dia 8 de maio, teve início aquêle feito que jamais poderá ser esquecido nos Fastos Militares do Brasil: “A Retirada da Laguna”, — ou seja: não se entregar ao inimigo muitas vezes superior em número e em situação de saúde e de abastecimento; defender as Bandeiras da Pátria que estavam sob sua guarda; não abandonar as quatro peças de artilharia que levavam; e, finalmente, trazer de volta ao Brasil aqueles que, por 35 dias iriam padecer as maiores agruras que já foi dado sofrer a uma coluna militar, sem que os soldados esboçassem sequer um movimento de desespero, de desânimo e muito menos de indisciplina. Todos lutaram até onde a morte chegava implacavelmente, acompanhada por espantosos padecimentos que lhe eram impostos pela doença maldita, o cólera; pela fome e pelo cansaço daquelas marchas ininterruptas e a pé; atacados e cercados pelo fôgo inclemente que com o calor e a fumaça asfixiavam os míseros infantes, roídos pelo ódio contra o bárbaro inimigo; semi nus e alagados pelas torrenciais chuvas e quase submersos no lodaçal, e sempre, continuamente perseguidos pelo inimigo rancoroso, — mas que não teve coragem para sequer tentar travar um combate decisivo.

Descrever o que foi essa epopéia seria obra insana e mesmo sem maior interesse, depois do imortal trabalho do Visconde de Taunay, que nenhum brasileiro pode desconhecer.

Nessa epopéia os nossos soldados, do 21.º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional, e do Corpo Policial Permanente de

São Paulo, núcleo glorioso da nossa heroica Fôrça Pública, souberam demonstrar a fibra dos descendentes dos bandeirantes.

O regresso pelo caminho já percorrido foi o mais penoso possível.

Transposto o Rio Apa, no dia 11, — a seguir travou-se o maior combate de toda essa Marcha. A cavalaria paraguaia efetuou um ataque que imaginou pudesse ser de extermínio da Coluna brasileira. Mas, os nossos soldados lutaram com sobrehumano valor, de arma branca em punho.

Taunay escreveu textualmente:

“Sobressaiu o 21.º Batalhão nessa encarniçada pugna, que à nossa retaguarda deu tempo de se consolidar contra o choque que a ameaçava.”

Nessa refrega morreram 184 paraguaios e os brasileiros tiveram 46 baixas. Depois desse ataque, e reconhecendo sua falta de conhecimentos da tática de guerra, os paraguaios nunca mais se atreveram a atacar de frente os brasileiros.

Todavia, apesar da nossa Coluna haver saído vitoriosa nessa refrega, o que, além do mais, serviu para consolidar o prestígio do Cel. Camisão entre a tropa, — elemento êsse de inestimável valor principalmente quando os homens estão sendo levados até quase as últimas consequências do desespero contra as adversidades que os assaltam, — tivemos o enorme prejuízo de haver perdido a boiada, que ainda restava.

Chegou então a hora decisiva de deliberar sôbre a direção a seguir na marcha até Nioac, que era a povoação mais próxima, onde poder-se-ia esperar encontrar alimentação e principalmente gado para o rancho da tropa.

A distância a percorrer seria de umas 24 léguas, o que demandaria uns 15 dias de marcha, tomando-se por base a demora havida nos últimos dias.

Além disso, havia o perigo dos paraguaios chegarem em primeiro lugar em Nioac, arruinando assim todas as nossas esperanças.

Tudo isso, evidentemente, desaconselhou seguir tal rota.

O Comandante entrou a estudar o assunto com seus Officiais e com o guia Lopes. Êste, propôs seguirem para a sua Estância, denominada “do Jardim”, onde deveriam chegar com 6 dias de marcha, e daí seguiriam até Nioac, com mais 3 dias de viagem, — certamente antes do inimigo lá poder entrar, pois que seguiriam caminhos que só êle conhecia.

Lembrou ainda o velhor sertanejo que, em sua fazenda, poderiam se abastecer com as laranjas alí existentes em grande abundância, frutas essas que êle considerava de grande valor para a saúde dos doentes.

Aliás, todas as vezes que êle tinha ido ao Jardim, trazer gado para abastecimento da Coluna, vinha carregando grandes quantidades dessas frutas tão saborosas.

A maioria dos Officiais concordou com o plano de Lopes, que tinha também a seu favor a confiança de toda a soldadesca e a do Cel. Camisão que era seu sincero amigo.

Além disso, havia um outro elemento que parecia ser muito favorável para a marcha da Coluna: o terreno a percorrer era muito acidentado e recoberto de macega muito alta, matas e cerrados, o que tudo certamente impossibilitaria a marcha da cavalaria paraguaia que, com suas correrias e sortidas, estavam continuamente atacando a Expedição, causando-lhe contínuas baixas.

Foi afinal aceita tal solução, dando-se ordem de partida, em direção à Machorra.

Logo porém os paraguaios efetuaram um ataque de artilharia o que forçou os brasileiros a se dividirem em 4 Colunas, a fim de evitar a concentração dos soldados, tendo provocado a retirada da bateria paraguaia, que não mais apareceu.

Mas, a marcha pela macega era realmente severa: muito alta, não deixava possibilidade de se enxergar a qualquer distância. Além disso, seca como estava, o seu corte exigia um trabalho muito penoso.

Mas, o pior estava para vir, ou seja, os dias de fome e de sede; de fôgo na macéga dos campos; e, por fim, o terrível cólera morbus que ceifou centenas e centenas de vidas.

A 12 de maio começou a luta contra o fôgo ateadado pelos paraguaios, com requintes de perversidade, e que não mais deixou de perseguir os brasileiros. Dia após dia, eram sufocados pela fumaça, pelo calor escaldante e pelo próprio fôgo, e ainda pelas cinzas que calcinava a tudo e a todos. Até mesmo os corações dos homens calcificou-se com o ódio contra aqueles inimigos mesquinhos e verdadeiramente bárbaros.

Mas, talvez êsse mesmo ódio foi que sustentou aqueles homens que agora lutavam, não somente para sobreviver, mas também para poder ver o dia da derrota final daqueles fanáticos que, quais demônios, se valiam do fôgo para matar seus inimigos, tão valentes que êles jamais puderam vencer em luta leal.

No dia 13 de maio tiveram os retirantes mais um inimigo para os martirizar: as chuvas torrenciais, e aliás curiosamente fóra de sua temporada própria.

Lembremos ainda que, no dia 16, o nosso 21.º Batalhão lançou contra a cavalaria paraguaia, que procurava se prevalecer do fôgo que ateara para forçar a nossa coluna, — contra-atacou-os e os atirou para dentro do seu próprio inferno. Devem suas perdas ter sido mui grandes nessa ação, comenta Taunay.

Mas a situação das Forças brasileiras era terrível: até as noites extremamente frias, com um vento que enregelava e um orvalho que chegava a molhar os frangalhos dos uniformes que cobriam parte dos corpos dos milicianos, que além do mais se achavam debilitados com a fome que estava quase chegando a minar a coragem e a própria vontade de agir para continuar a salvar suas vidas.

Nessa ocasião tornou-se evidente que o guia Lopes estava se mostrando irresoluto, sempre confabulando com seu filho, e mudando de rumo algumas vezes, com a alegação de querer contornar algum brejo que alegava saber que existia por ali. Mas, finalmente chegaram ao caminho almejado, cruzando o Rio das Cruzes, cujas margens escarpadas constituíram tremendo obstáculo para a passagem das carretas dos nossos canhões, o que foi facilitado porém pela habilidade dos Oficiais e pelo ardor dos soldados.

Do outro lado do rio porém já os paraguaios tinham ateado fogo ao campo que necessitávamos atravessar. Comenta Taunay que tinham uma verdadeira arte diabólica para empregar tal arma de guerra, com grande conhecimento das correntes dos ventos que poderiam mais nos asfixiar com a fumaça e as fagulhas que salpicavam de fogo os soldados brasileiros.

No dia 17 porém, a Coluna sofreu mais um rude revés: a desorientação do guia Lopes e de seu filho, que acabavam confessando não encontrarem o caminho que procuravam. O Comandante irritou-se e acusou o velho estancieiro de ser o causador da excessiva demora naquela marcha verdadeiramente mortífera, o que foi por ele ouvido em respeitoso silêncio, provocando assim uma conciliação entre ambos, — reconhecendo todos que estavam pagando seus próprios erros.

Nessa noite, mais uma vez os paraguaios vieram tirar os pequenos momentos de socorro que os nossos soldados poderiam ter. Chegaram acompanhados de grande matilha de cães que com seus latidos e ameaças implantaram o desassocôo em todo o acampamento da Coluna. Foi ainda o nosso 21.º Batalhão, que se encontrava na vanguarda, que teve de sustentar forte fogo contra as incursões dos assaltantes.

No dia 18 recomeçaram as copiosas chuvas que ensopamam o terreno, impossibilitando o trânsito das nossas carretas. Aliás os bois que as puxavam estavam de tal modo extenuados que chegaram a cair no chão e se recusaram a prosseguir marcha.

Por isso mesmo, um desses animais foi carneado, ainda porque já estava quase moribundo. Deu-se então uma cena lamentável, tal era o afã dos soldados em pegar qualquer coisa que amainasse a terrível fome que tinham: apanhavam o sangue que jorrava, bebendo-o sufocadamente, arrancavam pedaços de carne,

dos ossos, das próprias vísceras, e mesmo até o couro era todo comido depois de mal assado ou cozido, o que tudo causava verdadeira repugnância.

Toda essa situação de calamidade não podia certamente senão ocasionar o aparecimento de doenças. Foi isso o que aconteceu, aumentando dia a dia o número de infelizes soldados que se transformavam em verdadeiros molambos humanos.

Para maior desgraça de todos, havia um grupo de perto de 70 mulheres que acompanhavam a tropa, quase todas carregando crianças de côlo, ou de pouco mais idade. Contava-se o caso de uma delas: para se defender de um paraguaio que tentava arrancar seu filho, ter apanhado uma espada caída ao chão e matado ali mesmo o mísero bandido. Outra porém, não conseguiu evitar que um inimigo agarrasse seu filhinho pelas pernas, e o tivesse cortado ao meio, como verdadeiro selvagem que era.

Felizmente no dia 19 o guia Lopes avistou um morro e logo avisou o Comandante que sabia que do alto do mesmo se enxergava a sua estância, onde portanto poderiam chegar dentro de dois dias.

Mas, nessa mesma ocasião positivou-se o aparecimento da terrível moléstia do cólera. Três homens caíram atacados de tal flagelo, e no dia seguinte morreram, aparecendo diversos outros casos.

A 22, o número de doentes e de mortos aumentou consideravelmente, de modo que a marcha prosseguia cada vez mais lentamente com os horrores da fome, fogo, cólera e ataques dos inimigos.

Mandou então o Cel. Camisão dois emissários até Nioac, avisar a guarnição ali sediada para se preparar para receber o Córpo expedicionário, e também para evitar a surpresa de um possível ataque do inimigo, mandando soldados emboscar-se pelas matas existentes antes de Nioac.

No dia 23 aumentando o número de doentes, alguns soldados temerosos de morrer assim tão ingloriamente, desertaram, mesmo porque estava se tornando excessivamente penoso o transporte dos infelizes doentes, sabidamente incuráveis, em macas, através de terrenos pantanosos e assolados, como sempre, pelo fôgo.

No dia 25, para atravessar o Rio da Prata, haviam 86 padiolas a carregar, por míseros soldados que, além do mais estavam todos eles quase que descalços, tendo se esfrangalhado seus calçados, de modo que seus pés se achavam ensanguentados.

Só nesse dia morreram 20 soldados, atingindo assim o total de mortes pelo cólera, a quase 200 homens.

A noite, caíram doentes mais 50 homens que necessitavam portanto, ser carregados em novas padiolas, o que chegou a levar ao desespero os demais soldados que deveriam carregá-los.

No dia seguinte o Comandante verificando se encontrar frente a uma situação desesperadora, pois que o transporte de todos os doentes não somente ia sacrificar os demais soldados, como também ia atrazar excessivamente, ou mesmo indefinidamente o avanço das tropas, consultou por várias vezes os seus Oficiais, principalmente aos engenheiros e aos médicos, sobre o que poderiam e deveriam fazer.

Finalmente, amargurado, à meia-noite reuniu a Oficialidade e comunicou-lhes a única solução possível de ser tomada: o abandono naquele mesmo acampamento de todos os coléricos, com exceção dos convalescentes. Declarou assumir pessoalmente a responsabilidade de tal ato que reconhecia ser de suma gravidade. Nenhuma voz se levantou contra essa solução terrível.

Foram então agrupados 122 coléricos, colocando-se uma tableta com os seguintes dizeres: "Graças para os coléricos".

Nessa mesma madrugada morreu o filho do guia Lopes, que transportou seu corpo para ser sepultado na sua estância.

Também o Coronel Juvêncio caiu doente, logo com dores atrozes.

Quando chegou o momento de prosseguir na marcha e deixar abandonados os doentes, já em número de 130, todos estavam transtornados com sentimentos de pesar, remorso e perturbação do espírito que ainda reprovava tal ato.

Mas, os próprios coléricos mostraram-se resignados. Achavam-se aliás, totalmente acabrunhados, e desfigurados pelas dores da moléstia. Além disso, sabiam que os solavancos da marcha em padiolas somente poderiam aumentar seus sofrimentos, não tendo além disso qualquer esperança de salvação.

Antes da partida, regressou o guia Lopes que fôra enterrar seu filho no "Jardim", e que já chegou com sinais da moléstia.

O Cel. Camisão que já se achava excessivamente acabrunhado com a ordem que dera de abandonar os doentes, logo a noite mostrou sinais do terrível mal.

Assim, chegou a hora em que ficaram deitados em um mesmo galpão, o Cel. Camisão, o Cel. Juvêncio e o guia Lopes, — tendo depois prosseguido na marcha deitados em macas.

No dia 27, às margens do rio Miranda, e a vista da sua bela estância, faleceu o guia Lopes.

O rio estava muito alto, e ficaram os Oficiais a planejar a possibilidade de atravessá-lo com as macas dos enfermos e os canhões.

A 29, faleceu o Comandante Carlos de Moraes Camisão, e poucas horas após, o seguiu o Tenente Coronel Juvêncio Cabral de Menezes. Ambos foram sepultados, lado a lado, à margem esquerda do rio Miranda.

E assim falecia mais um Oficial que chefiara aquela mal-fadada expedição. Também ele, como seus antecessores, não era dotado de grandes dotes militares.

Irresoluto, desconfiado e intolerante, como aqueles seus companheiros de Comando, — era completamente diferente dos grandes Chefes militares colocados na frente Sul, ou seja, na zona onde se desenvolveu a verdadeira Guerra contra o Tirano Lopes.

Desgraçadamente, na Córte, jamais se cuidou com o desvêlo que se fazia mistér, da incursão contra o Norte da infeliz Nação paraguaia, o que, caso tivesse tido todo o apoio que se fazia mistér, teria em muito encurtado a duração da Guerra, com a diversificação das frentes de combate.

Talvez tivessem sido as exigências do Tratado da Tríplice Aliança que colocando no Supremo Comando dos Exércitos Aliados, o Presidente da Argentina, General Don Bartolomeu Mitre, como dispôs o seu artigo 3.º: “Devendo começar as operações de guerra no território da República Argentina ou na parte do território paraguaio que é limitrofe com aquele . . .”, certamente forçava o envio dos maiores contingentes para aquela região.

É verdade que, pelo Protocolo Anexo, àquele Tratado, ficou constando a ressalva do direito do Brasil efetuar operações de guerra contra o Paraguai, pela fronteira de Mato Grosso, e isso, aliás, porque êsse Tratado foi assinalado a 1.º de Maio de 1865, — quando a Força Expedicionária para o Mato Grosso já estava saindo de Campinas, para se dirigir a Uberaba.

Mas, é evidente que a desconfiança existente tanto na Argentina, como no Uruguai, relativas às imaginárias pretensões imperialistas do Brasil contra a “República Irmã” do Paraguai, — aconselhavam a maior prudência, para não se precipitar uma verdadeira guerra de invasão contra a terra de Solano Lopes.

Pois, se mesmo com tôdas as cautelas do Imperador e de seus Ministros, ainda assim as Províncias Argentinas chegaram a se rebelar contra Bartolomeu Mitre, obrigando-o a abandonar as operações de Guerra, para ir pacificar sua própria terra, e sufocar as reações ali sempre existentes contra a aliança contra o Brasil, — imagine-se o que não teria acontecido se o Brasil houvesse invadido frontalmente o norte do Paraguai.

Provavelmente ter-se-ia rompido a Tríplice Aliança, ou, pelo menos teriam destituído Mitre do Governo — tornando-se vitoriosa as idéias de Urquiza, que sempre se referiu à “odiosa aliança con el Brasil”, e propiciou o levante geral da Província de Corrientes contra as forças brasileiras. Aliás, o Governo da Argentina jamais esquecera de proclamar, principalmente para que o Brasil disso tomasse bem nota: “O Governo Argentino concebe em defesa do Paraguai aniquilado e exangue a teoria de que a vitória não dá direitos”. E, neste ponto não podemos

deixar de lembrar também que, após o término da guerra, a Argentina lançou mão de uma esdrúxula teoria do “direito transitório para ocupar os territórios que se consideram próprios”, para sustentar os direitos do seu país à Vila Ocidental e a chegar até a Baía Negra, — contra o que o Brasil se opôs decididamente.

E, foi assim, certamente, que pelas injunções diplomáticas, viu-se aquela infeliz Expedição de Invasão do Norte do Paraguai, abandonada à sua própria sorte, sempre com Chefes de pouca eficiência, e desprovida de recursos, e ainda como disse o General Albino de Carvalho em seu Ofício n.º 44, ao Governo:

“Êstes ofícios provam, à saciedade, que a expedição de Mato Grosso teve como principal causa dos seus desastres, a péssima direção que se lhe ordenou “de Uberaba para Santa Rita, etc., etc., para vir ao Coxim e ser obrigada a atravessar a pestífera zona de Coxim a Miranda”, em lugar de vir de Sant’Ana do Parnaíba a Santa Rosa, no Ivinheima, e daí a Nioac e fronteira”. (Vide “História das Campanhas do Uruguai, Mato Grosso e Paraguai”, pelo Tenente-Coronel E. C. Jourdan, ed. 1893).

Mas, voltemos ao ponto em que por um curioso desegno do destino, faleceram quase no mesmo dia os três Chefes da expedição.

Assumi o Comando da Coluna, o Oficial mais antigo, Major José Tomaz Gonçalves.

O rio havia baixado, oferecendo passagem, ainda que muito perigosa pela forte correnteza das águas. O Comandante mandou que amarrassem um cabo ligando uma margem à outra, facilitando a passagem.

Puderam assim chegar às tão desejadas laranjas da estância do Jardim. Foi uma verdadeira maravilha: pobres soldados sentiram-se retemperados com as laranjas e os limões, fartando-se de frutas frescas, de que há tanto tempo nem sequer viam.

E, deu-se aí um verdadeiro milagre: a cólera cedeu em seus malignos efeitos, ante as qualidades terapêuticas daqueles frutos, decorrentes do seu ácido cítrico e vitaminas.

O Major Gonçalves que era muito querido pelos soldados, pela sua coragem nas horas de perigo, publicou uma Ordem do Dia, apelando para a coragem e a honra de cada um, a fim de conjurar o perigo, conseguindo elevar o ânimo de todos.

No dia 30 efetuou-se a passagem de tóda a tropa para o outro lado do rio, tendo a 31 sido transportada a artilharia.

E, a 1.º de junho pôde a expedição prosseguir com certa rapidez, rumo a Nioac, tendo andado 45 quilômetros nesse dia, chegando à fazenda do inesquecível guia Lopes, onde limparam os pomares das últimas laranjas e limões ali encontrados.

No dia seguinte prosseguiu a marcha, rumo a Nioac, melhor fortalecidos ainda com a carne que conseguiram de alguns bois

que na véspera haviam capturado de uns soldados paraguaios que foram pegados de surpresa.

Ao chegarem as margens do rio Canindé, encontraram o cadáver de um condutor de carro dos negociantes, que eram esperados na Machorra. Assim, ficou-se sabendo que tal comboio teria sido aprisionado e devastado pelos paraguaios que, provavelmente também já teriam chegado e saqueado a vila de Nioac. Foi então geral a desolação, lastimando-se que não tivessem adiantado dois dias na marcha.

Afinal, no dia 4 chegaram a Nioac que, de fato, havia sido saqueada, destruída e incendiada.

Infelizmente o comandante militar de Nioac havia desobedecido às ordens que recebera do Cel. Camisão, e havia abandonado aquela posição, apesar de ter cumprido as demais ordens no sentido de mandar levar os mantimentos e as munições de guerra, para alguns morros vizinhos.

A fuga do Comandante de Nioac provocou a morte de muitos soldados brasileiros que não souberam organizar a defesa, e cujos cadáveres foram encontrados nas ruínas e escombros da povoação.

Sòmente a pequenina Igreja continuava de pé, razão pela qual muitos dos soldados foram passar a noite ali dentro. Mas, a maldade dos paraguaios, havia feito com que fòsse minado o tempo com barris de pólvora, os quais, com o primeiro fogo ateadado, para acender o cigarro de algum soldado, explodiram espontaneamente. Assim, e ainda uma vez, a traição foi a arma daqueles inimigos, que continuavam demonstrando seu ódio maligno.

No dia seguinte seguiram para Aquidauana, tendo chegado às margens do rio Taquarussu. Foi ali que os paraguaios apareceram pela última vez, tendo desistido da perseguição à coluna, e regressando ao seu país.

A Coluna atravessou o Taquarussu no dia 9, e, a 10, transpôs o riacho Dois Córregos.

Finalmente, a 11 chegaram ao pôrto do Canuto, na margem esquerda do rio Aquidauana, onde findou a tremenda Retirada.

No dia 12, o Major José Tomaz Gonçalves baixou a sua Ordem do Dia, nos seguintes têrmos:

“A vossa retirada efetuou-se em boa ordem nas circunstâncias mais difíceis: sem cavalaria, contra um inimigo audaz que a possuía formidável; em campinas, onde o incêndio da macega continuando aceso, ameaçava devorar-vos e vos disputava o ar respirável; extenuados pela fome, dizimados pela epidemia de cólera que arrebatou em dois dias o vosso Comandante, seu imediato, e os vossos dois guias: todos êstes males, todos êstes desastres, suportastes no meio de uma inversão de estações, sem exemplo, debaixo de chuvas torrenciais, no meio de borrascas, através de imensas inundações, em tal desconcerto da natureza

que se diria contra vós conspirada. Soldados, honra à vossa constância, que conservou ao Império os nossos canhões e as nossas bandeiras." (Escrita pelo Tenente Taunay).

Triste o destino dessa Fôrça Expedicionária que saiu daqui da Capital de São Paulo, formada por dois Batalhões de soldados paulistas.

Nós paulistas temos pois redobradas razões para rememorar essa Odisséa que, apesar de todos os pesares, deve nos encher de fé e coragem no destino de um país que tem uma raça que sabe se retemperar nos infortúnios, não se deixando por êles se abater; que não se acovarda com as desventuras e nem com os erros e abandono dos seus próprios governantes.

Assim como os Bandeirantes fizeram o Brasil, em suas duas terças partes, — assim também soubemos arcar com as agruras das lutas pela nossa independência, — e também nessa Expedição que se viu abandonada à sua própria sorte, mas que soube defender a honra da nossa Pátria, — não se entregando, não debandando, e não se deixando exterminar.

Pelo contrário: lutou até o último momento, e, graças a Deus, ainda puderam regressar os setecentos brasileiros que chegaram a Aquidauana.

BIBLIOGRAFIA

VISCONDE DE TAUNAY — «A Retirada da Laguna» — em português, 1ª edição.

VISCONDE DE TAUNAY — «Narrativas Militares» — sob o pseudônimo de Sylvio Dinarte — ed. 1879.

VISCONDE DE TAUNAY — «Marcha das Fôrças» — ed. 1928 — Com a 1ª parte do Relatório das Comissões de Engenheiros junto às Fôrças em expedição para a Província de Mato Grosso — Até o Taquari — em dezembro de 1866.

VISCONDE DE TAUNAY — «Em Mato Grosso Invadido» — Com a 2ª parte do Relatório acima citado — Com os quadros Anexos.

VISCONDE DE TAUNAY — «Scenas de Viagem — «Campanha de Mato Grosso» — Edição de 1868.

VISCONDE DE TAUNAY — «Dias de Guerra e de Sertão» — 1ª ed. em 1920 — Compreende tóda a Campanha da Expedição de Invasão do Paraguai.

VISCONDE DE TAUNAY — «Cartas da Campanha de Mato Grosso» — 1865-1866.

VISCONDE DE TAUNAY — «A Retirada da Laguna» — 9ª edição — Com documentação nova.

VISCONDE DE TAUNAY — Memórias do Visconde de Taunay.

E. C. JOURDAN — «História das Campanhas do Uruguai, Mato Grosso e Paraguai» — 3 volumes — Edição de 1893.

L. SCHNEIDER — «A Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai» — 2 volumes.

GAL. TASSO FRAGOSO — «História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguay» — 5 volumes e um álbum com os Mapas.

JÚLIO DE MESQUITA FILHO — «Ensaio Sul Americanos».

LYSIAS AUGUSTO RODRIGUES

Paulo Henrique da Rocha Corrêa

Lysias Augusto Rodrigues, nosso patrono, paulista de Jaú, a terra dos aviadores, começa a entrar na História como capitão do nosso Exército, quando assume o comando da força aérea de S. Paulo, na Revolução de 1932.

Há um lapso de tempo. E Lysias sai do esquecimento quando Getúlio Vargas confia a Eduardo Gomes a missão de estabelecer rotas pioneiras, sobretudo na Amazônia, ficando o Brigadeiro com o planejamento e supervisão da empresa, o que lhe dá grande notoriedade, e passa a Lysias Rodrigues parte da execução da importante tarefa.

Lysias e Eduardo Gomes, rivais nos céus de S. Paulo, identificaram-se muito na gloriosa missão das Rotas Aéreas. E a reação de Gomes ao Governo Vargas veio, de nôvo, subtrair o nome de Lysias à evidência.

Afastado do noticiário político e militar, amargurado com problemas pessoais, dedica-se às letras e à divulgação. Aparece depois, na Revista do Clube Militar e na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.

Mergulha na fascinante Geopolítica, ciência nascida na Suécia e na Alemanha, e é um dos fundadores do Instituto Brasileiro de Geopolítica, ao lado dos generais Ary Silveira e Ascendino Pinheiro, e do Prof. Everardo Backheuser. E, enquanto este mestre, da Escola Nacional de Engenharia, um civil, produz a maior obra da especialidade elaborada por um brasileiro, o compêndio "Geopolítica Geral e do Brasil", um militar, Lysias Rodrigues, publica a segunda obra no gênero, um livro não muito exposito, nem muito bem ilustrado, a "Geopolítica do Brasil", editada pela Biblioteca do Exército. Foi a essa época, que, apresentado, pelo então major Meira Mattos, como nós colaborador do "Correio Paulistano", entramos em contacto com Lysias Rodrigues. Sóbrio, modesto, corajoso, inteligente, e, sobretudo, patriota, Lysias esparzia admiração: tornamo-nos um dos seus seguidores, como o eram também figuras de escol, do porte de Ari Silveira e Ascendino Pinheiro, e outros mais jovens, como Meira Mattos e Golbery do Couto e Silva.

A tese da união das Guianas ao Brasil, aproximou-nos mais, ainda, de Lysias Rodrigues.

Em eleições no Clube Militar, o grupo de Lysias foi vencido, e os meios de divulgação escapam-lhe. É então que se dedica à mais séria e mais permanente das suas tarefas: uma obra de grande fôlego — “A Formação da Nacionalidade Brasileira”, editada pela Biblioteca do Exército. São cerca de 500 páginas dedicadas às invasões holandesas. Daí se extraem, além de outras, duas conclusões interessantes: **Primeira:** sob a pressão do invasor racista, e intolerante do ponto de vista religioso, as 3 raças do Brasil fundiram-se mais depressa, e uniram-se para expulsá-lo; tivemos consciência da nossa força; estava plasmada a nacionalidade. **Segunda:** O grave acontecimento desviou a ação dos bandeirantes paulistas do Ciclo do Índio, e a marcha para a formação das nossas fronteiras naturais arrefeceu. O ímpeto que iria estabelecer o Paraguai, o Paraná e o Prata como nossas lindes, foi truncado.

Negros, índios, brancos e mestiços haviam se abraçado. A posição mais estratégica do Brasil, entre a Amazônia e o Sul, frente à África e mais próximo da Europa, havia sido resgatada. A riqueza do açúcar continuaria sendo de Portugal e nossa. De cabeça erguida, escorraçamos um dos mais poderosos agressores da Idade Moderna. Mas o Uruguai, a Mesopotâmia Argentina, e o Paraguai Ocidental, que deviam ser luso-brasileiros pela ação das bandeiras paulistas, passaram à órbita do Vice Reinado do Prata.

Voltemos, porém a pessoa de Lysias.

Os embates, o trabalho, os sonhos, as questões de família, arrasaram aquêlê generoso coração de idealista. Um enfarte levou-o, pouco depois do seu grande livro.

Mas, dentre os sonhos de Lysias Rodrigues um tomamos com especial carinho: o da união das Guianas ao Brasil. Como de D. João VI a idéia passou-se a Gustavo Barroso e a Atilio Vivacqua, ela foi, depois da morte de Lysias, prestigiada pela Revista do Clube Militar do Rio de Janeiro; pela “Militia”, da Força Pública de S. Paulo; e, pela primeira vez, através de um projeto de lei, (23-6-65) apresentado na Câmara Federal. A imprensa de larga circulação, de S. Paulo, voltou os olhos para êsses restos coloniais nossos vizinhos (veja-se o “Diário de S. Paulo”, de 30-5-1965). É mais uma vitória do bravo e sonhador Lysias Rodrigues. E, assim como se logrou uma Constituição para o Brasil, logo após 1932; e como as rotas e campos de pouso da Amazônia aí estão; um dia, também, não existirão mais colônias na América, pois que o Brasil e a Venezuela hão de se dar as mãos, no Essequibo ou no Correntine, concretizando mais um anseio do grande brasileiro cuja memória aqui reverenciamos.

ALEXANDRE DE GUSMÃO

Luiz Soares de Oliveira

Cabe-me a grata honra de representar o meu país e a Sociedade Consular de São Paulo nesta hora em que o Brasil recebe um bocado de terra do local em que foi sepultado um insigne varão, filho de Portugal e do Brasil, que, como diplomata da coroa portuguesa, desempenhou papel tão decisivo na consolidação da extensão territorial do Brasil: Alexandre de Gusmão. Foi êle nascido na então vila de Santos, neste Estado de São Paulo, de pais pobres e humildes e se, no bérço, a fortuna lhe foi avara, prodigalizou-lhe, em compensação, a natureza os mais ricos dons. Por mor dêles, elevou-se na consideração de seus semelhantes, merecendo de El-Rey D. João V, seu Soberano, as mais altas distinções e a prova da maior confiança que lhe foi testemunhada ao ser nomeado Escrivão da Puridade, encarregado portanto da guarda do mais sigiloso de todos os segredos, o segredo de Estado, o que constitue prova irrefregável de que os favores do Rei de Portugal nunca olharam às origens geográficas ou à condição social do eleito, mas, única e simplesmente, ao mérito individual dos subditos de aquém ou de além mar.

Alexandre de Gusmão subiu na carreira pública portuguesa, ocupando sucessivamente os cargos de Secretário da Embaixada de Portugal em Paris, junto de Luiz XIV, e o de enviado especial a Roma para tratar de uma demanda do Rei de Portugal junto da Cúria, missão de que se desincumbiu com o seu habitual desvêlo e fidelidade. Cavaleiro da Ordem de Cristo, fidalgo da Casa de Sua Majestade, chegou cedo a confidente e secretário do Rei e depois a Ministro do Conselho Ultramarino, onde teve parte muito conspícua em todos os negócios relativos ao Brasil. De seu padrinho, jesuíta na Bahia de Todos os Santos, recebera as primeiras luzes que, mais tarde, enriquecidas em Coimbra e em Paris, haviam de marcar a forte erudição com que tanto honrou a república das letras. Poeta e dramaturgo, o seu talento atingiu todavia a mais alta expressão na epistolografia; legou-nos páginas que constituem não só o testemunho mais esclarecido da sua época, como a mais alta expressão de elegância e apuro estilista. Tôdas as suas cartas e memórias são dignas de ser lidas com meditação e memoradas como maravilhas da língua portuguesa.

Se tanto não bastasse para celebrarmos hoje e aqui a glória dêste paulista, aí está o mapa do Brasil, com as dimensões continentais do espaço reservado ao livre exercício da soberania da mais humana de tôdas as Nações — pergaminho de Portugal, realidade do Brasil e esperança da Humanidade — que Gusmão, com a sua hábil e proficiente diplomacia, soube fazer reconhecer no concôrto das nações, mediante compromisso solene firmado em tratado selado com as armas de Sua Majestade Fidelíssima e de Sua Majestade Católica, remate brilhante da longa e esclarecida ação desenvolvida por Portugal.

Relembremos, como diplomatas, o contexto histórico e a conjuntura política em que se situa o Tratado dos Limites das Américas firmado por Gusmão. Um ano após a descoberta, por Cristóvão Colombo, das Ilhas do Golfo do México, o Papa Alexandre VI expediu uma bula, determinando que a cem léguas a Ocidente das Ilhas dos Açores ou das de Cabo Verde se assinasse uma linha meridiana de pólo a pólo e que tudo o que desta linha ficasse a nascente fôsse conquista de Portugal e o que ficasse a poente pertencesse à conquista de Castela. D. João II, Rei de Portugal, não se conformou com esta medida e após repetidas gestões diplomáticas obteve do Rei de Castela e Aragão a assinatura do Tratado de Tordesilhas, celebrado no ano de 1494, que fixou o traçado da linha divisória a 370 léguas a poente das Ilhas de Cabo Verde. Depois de conhecida a configuração da costa brasileira verificou-se que o meridiano de Tordesilhas a intercepta, ao norte, em São Luiz do Maranhão, e ao Sul, no pôrto de São Vicente. Se êsse critério prevalecesse, o Brasil ficaria privado, em têrmos contemporâneos, de todos os Estados ao Sul do de S. Paulo, da maior porção dêste, de grande parte de Minas Gerais, de Goiás, do Mato Grosso, do Pará, de metade do Maranhão e dos Estados e territórios da Amazônia. O Tratado, em teoria, manteve-se em vigor, pelo menos, até à paz de Utrecht, mas não se revelou instrumento suficiente para conter o gênio bandeirante de um povo empenhado em prolongar, sertão a dentro, a direção da rota das suas caravelas. Na época de Gusmão, os portugueses do Brasil já haviam procedido à ocupação efetiva de territórios a Ocidente, ao Sul e ao Norte que equivaliam a um desvio médio de 16° para poente do meridiano de Tordesilhas. Conquanto, que as marchas para o Oeste e para Norte decorressem sem oposição de monta por parte de espanhóis, o mesmo não se pode dizer da marcha para o Sul, assinalada pelo episódio sangrento ocorrido no Rio da Prata, em 1680. As duas coroas estiveram então à beira da guerra, evitada, apenas, pela intervenção hábil e oportuna do Duque de Juvenazo, intervenção, porém, de efeito efêmero, logo seguida de novos conflitos. O Tratado de Utrecht tampouco pôs têrmo aos diferendos apesar de reconhecer a Portugal direitos às

conquistas sitas na margem norte do Rio da Prata. Ao longo das primeiras décadas do século XVIII, a situação foi-se agravando com tentativas espanholas de infiltração nas direções de Curitiba e Cuiabá, rechaçadas pelas armas portuguesas.

Segura das suas posições e conhecedora até à minúcia do território esquadrihado pelos bandeirantes, decidiu a coroa portuguesa regular de forma definitiva as fronteiras do Brasil, encetando as negociações que haviam de culminar com a assinatura em Madri, em 1750, do Tratado de Limites das Américas. Gusmão, plenipotenciário escolhido pelo Rei de Portugal depa-rou-se no início da sua missão com a resistência espanhola em torno dos limites do caduco tratado de Tordesilhas. Competiu ao diplomata português demonstrar que, para a Espanha o regresso aos limites de 1494 significaria renunciar a favor de Portugal a qualquer direito sobre o arquipélago das Filipinas. Portugal pôde, na circunstância, fazer valer a favor do futuro do Brasil, a soma considerável de direitos tradicionais adquiridos, em épocas sucessivas, ao longo do roteiro dos seus pilotos.

Removido, por superado, o conceito da côrte espanhola, coube ao hábil diplomata regular duas mil léguas de fronteira o que fez com clareza, firmando-se em balizas certas e indubitáveis que iriam para o futuro minimizar as altercações de vizinhança, socorrendo-se para isso do superior conhecimento do território acumulado pelos experimentados sertanistas portugueses. O Tratado que negociou constitui o reconhecimento universal do direito ao território desbravado pelo ágil bandeirante, cuja ocupação a Côrte vizinha impugnava, denunciando-a como usurpação. Legitimizou no processo, a posse de minas copiosas, de milhões de hectares de terras ubérrimas; rasgou novos territórios a Norte e a montante do Amazonas, assegurando para o Brasil o domínio da maior rêde fluvial do mundo de riqueza e potencialidades inesgotáveis; em tudo procurou e conseguiu que o traçado da fronteira deixasse o país redondo e coberto, assim naturalmente protegido contra cobiças alheias. Se aceitarmos, como parece justo, o critério de Rio Branco, segundo o qual, a qualidade de um tratado avalia-se pelos benefícios recolhidos por ambas as partes teremos de concluir que a obra de Gusmão foi perfeita, pois à Espanha coube, em contrapartida, a exclusividade da navegação no Rio da Prata, para o que Portugal cedeu os seus direitos, reconhecidos pela Paz de Utrecht, à Colônia do Sacramento, e a legitimação da obra dos seus colonizadores que, partindo do México, na direção da mirada da Balboa, atingiram e fixaram-se nas Filipinas.

Senhoras e Senhores

Celebramos hoje a vinda das relíquias dêste dilatador da terra brasileira ao Estado da sua naturalidade, e não direi à sua Pátria, por que nesta sempre repousou e repousará. Para homens,

da grandeza de Alexandre de Gusmão, Portugal e Brasil só podem ser partes da mesma pátria: a Pátria do gênio lusiada, que se afirmou onde houve novos mundos a dar ao mundo e continuará a afirmar-se onde houver homens a quem levar a mensagem do Amor.

Que êste tesouro que ora chega de Portugal, guardado em urna preciosa, seja por nós sempre venerado como símbolo de uma união entre portugueses e brasileiros, vasada no carinho e desvêlo que nos merecem, a uns e outros, os altos interesses de qualquer das duas Pátrias irmãs.

Na sessão solene de encerramento daquele ano social de 1962, o vulto de José Feliciano de Oliveira foi evocado nesta Casa ao ser feita, pela palavra máscula de Almeida Magalhães, o elogio dos sócios falecidos. Já quinze anos antes, a ata da sessão de 5-8-1947, consignava o reconhecimento dos seus pares pela obra de divulgação cultural e de pesquisa que êle realizava nos meios científicos da França.

Por ocasião da sua morte, os jornais (e em especial, o "Estado de São Paulo", onde colaborou por largos anos), publicavam extensos necrológicos, em que a vida de José Feliciano de Oliveira, e a sua obra, foram minuciosamente expostas. Não há aqui necessidade de rememorá-la. Limitar-me-ei, para consubstanciar a homenagem do Instituto e a minha própria, a respigar na bagagem literária de José Feliciano de Oliveira, a parte que se refere aos estudos em tórno da figura de José Bonifácio de Andrada e Silva, que êle escolheu como Patrono da sua Cadeira ao ingressar no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Por certo, não será essa a menos valiosa das suas contribuições; quanto a mim, permanecerêi num plano em que me sentirei menos incompetente e com um motivo a mais para justificar a minha presença nesta tribuna. Pois, amparando meu passo vacilante em luminosas pegadas, pude, também, escolher o Sábio Patriarca, como patrono do lugar que neste Instituto ocupo.

— II —

José Feliciano de Oliveira, em 1951-1952 quando de permanência de onze meses no Brasil, pôde consultar os documentos relativos a José Bonifácio existentes no Instituto Histórico, na Biblioteca Nacional e, no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, tirou cópias de numerosos originais então mal ou incompletamente reproduzidos em publicações outras. Dêsses documentos, hauriu novas luzes para a interpretação de fatos cruciais da Independência e de seus vultos. E reunindo apreciações e textos no volume "José Bonifácio e a Independência", publicado em 1955 (com 2.ª edição, póstuma, em 1964), deixou ainda de lado farta

documentação que reservava para um segundo volume “já esboçado em meu retiro de Amandiers” (como dizia), num otimismo que a sua avançada idade não justificaria.

A sua dedicada filha adotiva e secretária D.^a Dolores de Oliveira, na 2.^a edição póstuma do livro sobre José Bonifácio, pôs generosamente as preciosas notas à disposição dos pesquisadores e estudiosos da obra andradina. A publicação, feita somente em fins de 1964, das “Obras Científicas, Políticas e Sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva”, na edição monumental dirigida por Edgard da Cerqueira Falcão, não invalidou o interesse daquele oferecimento de documentos, pois aquela se limitou à reprodução, quase sempre facsimilar, de textos impressos, não incluindo nenhum manuscrito.

A consulta aos originais existentes nos arquivos do Rio de Janeiro foi utilizada por Octávio Tarquínio de Souza e por Hélio Vianna, para só citar os principais. O primeiro, para aproveitar essa documentação no volume dedicado ao Patriarca, na grandiosa “História dos Fundadores do Império do Brasil”; o segundo para divulgar na íntegra, vários desses documentos, sobretudo os epistolares, em artigos bem comentados, publicados no “Jornal do Comércio” do Rio e reproduzida e ampliada na coletânea de trabalhos vários sobre J. B. de Andrada e Silva” (edição à parte da “Revista de História” de São Paulo, n.º 55 — julho-setembro de 1963, feita pelos cuidados do Grupo de Trabalho da Prefeitura Santista). Mas, essas divulgações estão longe de esgotar a opulenta messe. O próprio Feliciano de Oliveira, em seu livro, reproduz, na íntegra, cartas e documentos, que, de per si, já constituem material de primeira ordem, limitado porém, em quantidade, às necessidades editoriais.

O acervo pois, das cópias feitas por Feliciano de Oliveira, postas à disposição dos pesquisadores por sua filha, ainda será, sem dúvida, fecundo manancial de informações de primeira mão, a aguardar quem se queira valer da oportunidade ímpar.

— III —

O sentido dos estudos andradinos de José Feliciano de Oliveira é, fundamentalmente, polêmico. Movido por simpatia instrutiva pela personalidade do Patriarca e admiração irrestrita por sua obra, Feliciano aborda essas pesquisas com uma nítida idéia subjacente: defender José Bonifácio. Revoltado com as apreciações dos contemporâneos invejosos ou rivais, com os juízos de historiadores, que reputa malévolos ou superficiais, quanto à atuação de José Bonifácio no cenário político do tempo, a principal preocupação de Feliciano é pôr em relêvo o vulto andradino, em comparação com os dos que o cercam, com que naturalmente o agiganta; e responder aos que tentam reduzir as proporções

da contribuição do Andrada, em termos que, muitas vezes, envolvem a neutralidade da reflexão histórica com a roupagem apaixonada do libelo.

“Vou defender — diz — triste necessidade para altitude tão visível — vou defender o Patriarca da Independência! Vou defender o que deve ser, o que devia ser, o Patriarca da nossa terra, de nossa nacionalidade, guiador da sua política, a verdadeira, filha da razão e da moral — a moral e sã política proclamada em suas palavras generosas”.

No prefácio do seu livro, Feliciano de Oliveira, pondo claramente à mostra êsse estado de espírito reivindicatório, não usa meias palavras:

“Êste caso de Varnhagen, como os de outros personagens de nossa história (Feijó, Rio Branco, Sapucaí...) que se meteram a contrastar a grande figura de nossa Independência, exigem uma decisão final no tribunal da verdadeira História...” e mais adiante, insiste: “Necessitamos tirar essa grande figura das más companhias e das mãos de cronistas insuficientes ou maus — para realçá-la definitivamente no altar da Pátria — fora das irreverências de Varnhagen, do Barão do Rio Branco, de Sapucaí e de seus seguidores inconsistentes”.

Nessa ordem de idéias, a primeira preocupação de Feliciano de Oliveira é mostrar que o “Fico”, etapa inicial indiscutível do processo irreversível que levou à Independência, é obra de José Bonifácio. Impressionou-o que João Ribeiro, geralmente tão lúcido, tivesse dito, no episódio do “Fico”, que seus “heróis” haviam sido José Clemente Pereira, os redatores de **Revérbero**, Gonçalves Ledo, Januário Barbosa e o franciscano Frei Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio, e acrescentado que só “daqui por diante começa a ação construtora de José Bonifácio, que alarga e amplifica o triunfo obtido, mas na verdade, não sem imoderação e imprudência”.

Ao criticar o passo de João Ribeiro, Feliciano de Oliveira vai às do cabo:

“Eis a síntese histórica que as idéias, a ação de José Bonifácio merecem de um espírito, que teve um tempo de real valor, como filólogo e incipiente historiador. Posso desde logo dizer que os erros aí formigam. E que tal síntese mal é uma colcha ou estofado godrim com retalhos descoloridos de crônicas, segundo a maneira corrente dos fazedores de livros: fazem livros à custa dos outros e vão-se deformando reciprocamente”.

Feliciano de Oliveira procura em seguida demonstrar que o passo inicial do “Fico” é a **representação da junta de São Paulo**, redigida por José Bonifácio em 24 de dezembro de 1821, e entregue, por emissário, ao Príncipe D. Pedro a 1.º de janeiro de 1822. A propósito, dá Feliciano judiciosa ênfase ao papel da

Princesa D.^a Leopoldina, a fazer valer, junto do marido, as razões da representação paulista.

— IV —

Depois do choque com João Ribeiro, o Cavaleiro-andante Feliciano (êlé próprio se dizia “quixotear”) levanta a lança contra Euclides da Cunha:

“Se vivo fôsse o saudoso escritor, estilista de pulso e com ciência que não têm os literatos comuns — se vivo fôsse Euclides da Cunha, era com êle que ia esbarrar agora, como noutro capítulo esbarrei com João Ribeiro”.

Critica Euclides por dar “relevância desnatural” aos jornalistas do **Revérbero** e às atuações anteriores de Gonçalves Ledo e Januário Barbosa, e sobretudo, por dar a palavra decisiva a José Clemente Pereira que “impõe” (é o termo de Euclides) ao Príncipe a permanência no Brasil. Para Euclides, “ao mesmo tempo”, definiram-se as províncias. A junta de São Paulo, por exemplo “norteava-se pela vontade firme de José Bonifácio e ligara-se, por uma representação enérgica, aos sucessos anteriores...” (“À margem da História”).

Feliciano revida:

“Também aqui formigam os erros e não é verdadeiro o nimbo estilado que os enquadra ou afoga”. Passa a provar que não cabe a Frei Sampaio o epíteto de “rebelde lutador” com que o brindara Euclides. A representação, de que foi o redator, seria “redigida quietamente em uma cela, sem vibração, não **reponta**, como diria Euclides, com imagens vivazes e o incisivo estilo que desperta entusiasmo. Cita Xenofonte, Vieira, Condillac, Sismondi, etc., e até De Pradt, em francês, que poucos então poderiam lêr”.

Depois de demolir a “prioridade” de Frei Sampaio, Feliciano passa a José Clemente: “. . .êlé não quis impor coisa alguma, nem mesmo pedir vivamente ao Príncipe **que ficasse**, como fêz José Bonifácio. Pediu-lhe que **demorasse**, submissamente à espera das determinações paternas e deliberações das Côrtes, soberanamente respeitados”.

Outro tópico em que Feliciano contesta Euclides é quando êste dá a proclamação de 1.^o de agôsto de 1822, como redigida por Gonçalves Ledo, considerando-a “altamente expressiva e achando” inexplicável que aquela data tenha escapado à glorificação do futuro”.

Feliciano está convencido de que proclamação é do punho de José Bonifácio, como também a de 6 de agôsto. Embora quanto a esta última ninguém dissinta, continuam historiadores imparciais como Octavio Tarquínio de Souza e Pedro Calmon a atribuir a Ledo a de 1.^o de agôsto, em desacôrdo com a tese de Feliciano.

— V —

Gonçalves Ledo está particularmente na mira de Feliciano de Oliveira. Irritava-o sobremaneira, o texto da carta de Ledo a José Clemente, publicada no jornal “O Sete de Abril” de 11 de maio de 1838, um mês após a morte de José Bonifácio (que falecera a 6 de abril) e que — são palavras de Feliciano — “recebia assim o coice que não o atingira em vida”.

“A Independência — diz Ledo — não fui eu, não fomos nós, não foi José Bonifácio, nem Pedro I que a fez. Foi a vinda de D. João VI; foi o decreto de 16 de dezembro de 1915; foi a estupidéz das côrtes portuguezas, querendo recolonizar o Brasil; foi a vontade popular exigindo de Príncipe a Assembléia Constituinte; foi enfim a fatalidade do tempo. A Independência de um povo não pode ser feita, por um só homem. É obra da opinião pública, que é soberana, que é invencível quando lateja na ânsia da liberdade, aniquilando despotas e tiranos”...

Feliciano faz notar a “impertinente basófia” do “não fui eu”. Vai buscar as raízes da malevolência de Ledo ao Andrada quando foram discípulos em Coimbra e quando Ledo se recusou a inscrever-se no batalhão acadêmico, que José Bonifácio organizara, e comandara, para lutar contra os franceses de Junot. Ledo abandona os companheiros na luta contra o invasor e foge para o Brasil, pois — como disse em carta ao irmão Custódio, estudante de medicina em Londres, seu intuito era não colaborar com os opressores de seu país e ir para o Brasil fundar uma loja e um jornal para fazer propaganda da independência.

Feliciano — a quem não se poderá acusar de lusofilia — ressaltava que só na hora do perigo aquêles com quem convivia e de quem recebia tôda a hospitalidade e agasalho, os portuguezes, se transformassem de repente, em “opressores”. Simples covardia, como de outras feitas, no futuro, sempre pronto a fugir, enquanto os demais lutavam. Os acontecimentos depois da Independência, em que José Bonifácio se viu forçado a afastar os agitadores do grupo maçônico consolidou o ódio de Ledo ao Patriarca, ódio que nem mesmo a morte dêste — que comoveu José Clemente Pereira — fêz apagar. “Fraco e pusilânime” é o conceito com que Feliciano estigmatiza o mesmo Ledo, a quem alguém já chamou “varão máximo” da nossa Independência (Carlos Maul — “Correio da Manhã” 7-9-34), e outros veem como o principal fator dos sucessos de 1822, através da ação das lojas maçônicas.

— VI —

Feliciano, analisa um por um, outros malevolentes contemporâneos: o Marquês de Sapucaí, Evaristo de Veiga, Diogo Antonio Feijó, a exumar as razões da malquerença a José Bonifácio, expli-

cáveis pelas intrigas políticas da época. Mesmo assim não os perdoa. Tal intolerância tira do livro de Feliciano a serenidade que deve apresentar o trabalho histórico para convertê-lo em obra de polêmica, sem que isso diminua, nem por sombra, a seriedade da documentação em que se baseia e a idoneidade do testemunho.

Mas quem Feliciano de Oliveira especialmente ataca, pondo a nu o seu odiento anti-andradismo, é Varnhagen, Francisco Adolfo de Varnhagen, a quem contesta o epíteto de “Pai da História Nacional”. Como se sabe, José Bonifácio, ao visitar a Fábrica de Ferro de Ipanema, dirigida pelo pai do futuro historiador, Frederico Guilherme Luiz de Varnhagen, fêz críticas à organização, com a autoridade que lhe sobrava, na matéria de mineração e metalurgia.

A “Memória Econômica e Metalúrgica sôbre a Fábrica de Ferro do Ipanema — Sorocaba”, 1820, cuja cópia está na Biblioteca Nacional, é de teor bem divulgado: figura em nota à edição da “História Geral” de Varnhagen, por Rodolfo Garcia; no próprio livro de Feliciano; e outras obras.

As críticas de José Bonifácio nada têm de demolidoras. E êle diz na “Memória” que já as tinha comunicado a Frederico Varnhagen. Mas o filho, autor de livros que foram a história oficial do Brasil, encontraria um meio extraordinário de vingar-se do menosprêzo ao pai.

“Parte dêle (Varnhagen) — comenta José Honório Rodrigues — a imagem de José Bonifácio como um homem orgulhoso, imprudente, ambicioso, indiscreto, de voz rouquenha, acompanhada de perdigôtos, sem gravidade e decôro nas palavras, defeitos tão acentuados mais tarde pelos que o seguiram (a êle, Varnhagen)”.

E Feliciano, com sua linguagem implacável, ferreteia igualmente o Visconde de Pôrto Seguro: “amesquinhante e mesquinho”...

O descaso, a “conspiração”, digamos contra a pessoa e o papel de José Bonifácio na construção de nossa independência se refletiram longos anos — como faz notar José Honório Rodrigues — na historiografia “oficial” do Brasil, e foram responsáveis pelo longo esquecimento em que jazeu a obra do Patriarca. Feliciano de Oliveira estranha, por exemplo, a Rio Branco e ogeriza que parece ter por José Bonifácio. E por via da devoção ao Patriarca, Feliciano chega a aplicar a Rio Branco um apôdo imerecido, ao referir-se a seu pai, o Visconde, como “o Rio Branco I, o verdadeiro”.

— VII —

O aprêço de José Feliciano de Oliveira pela obra de José Bonifácio de Andrada e Silva foi tanto um traço do seu caráter

pessoal, como da escola positivista a que pertencia. Feliciano mesmo o testemunha:

“A Miguel Lemos e Teixeira Mendes, desde 1879 ou 1880, se devem os melhores esforços para a glorificação do Patriarca. Encontravam é verdade, o terreno preparado por meu sempre saudoso e querido amigo, o Barão Homem de Mello, por Vasconcellos Drummond, seu amigo Mello Moraes, Teixeira de Mello... Mas o esforço filosófico-histórico e cultural e daqueles malogrados chefes positivistas”.

José Honório Rodrigues também deu ênfase à contribuição da República à reabilitação do Patriarca, “especialmente depois que o Positivismo reinterpreto a conduta de José Bonifácio e a direção que êle dera à campanha libertadora. A primeira palavra positivista veio de Miguel Lemos, ao saudar, na sessão comemorativa da data da Independência, em 7 de setembro de 1881 a José Bonifácio cujo nome, malgrado os ódios revolucionários ficará para sempre indelévelmente gravado na primeira página da nossa história. Em 1891, Teixeira Mendes, ao publicar o seu “**Benjamim Constant**”, afirmava que José Bonifácio tinha sido aquela época o único estadista da nossa Pátria”.

“A ação positivista — ainda é José Honório Rodrigues — continua a repor José Bonifácio em seu verdadeiro lugar de condutor máximo da obra da Independência, e em 1910, ao inaugurar o Serviço de Proteção aos Índios, o Tenente-Coronel Cândido da Silva Rondon declarava aceitar as suas idéias, os processos e as medidas aconselhadas pelo Patriarca no seu projeto sôbre a civilização dos índios e relembra os esforços dos positivistas, especialmente Teixeira Mendes e Miguel Lemos, na restauração do culto à memória de José Bonifácio”.

Depois disso, ainda em meio à corrente anti-andradista de Varnhagen prosseguida por Joaquim Manuel de Macedo, Alberto Lamego, Heitor Lyra e Assis Cintra, surge a obra lúcida e imparcial de Octávio Tarquínio de Souza. Mas àquela pioneira atitude reivindicatória dos seguidores de Augusto Comte, que iniciaram a reposição condigna do Patriarca “no altar da Pátria”, filia-se com o vigor e a sinceridade que lhe assegurarão perenidade e validade, o livro de Feliciano de Oliveira.

E, ao comemorar-se o seu centenário de nascimento, desta Cadeira que tem José Bonifácio como patrono, ousou erguer a voz humilde, para celebrar a imarcescível memória daquele que a si mesmo se impôs o título e o ônus de “defensor” do Patriarca. E que soube honrá-lo com a precisão de um erudito e o ardor e a fé de um cruzado.

NOTAS SÔBRE TOPONÍMIA BRASILEIRA

Erasmu d'Almeida Magalhães

Dentro dos moldes da moderna ciência lingüística, relativamente recentes no Brasil são os estudos de toponímia e geografia lingüística. O que tínhamos até pouco tempo eram publicações de listas de topônimos e vocabulários que, sendo embora bons estudos lexicográficos, pecavam pela análise de conjunto. Ainda mais, muitas vêzes havia confusão entre o que fôsse toponímia e geografia lingüística.

Reportando-se ao que ensina Xavier Fernandes, a toponímia “tem por objeto o estudo dos nomes de lugares, terras e regiões (de **topos**, lugar e **onyma**, nome)”⁽¹⁾. Não se trata sòmente do estudo do nome em si mas de suas implicações lingüísticas, sociológicas e psicológicas. Através da toponímia, pode-se determinar que grupo humano povoou certa érea, muitos dos aspectos físicos de uma região, o tipo de exploração econômica do solo, dispersão do culto de uma entidade religiosa, etc. José Leite de Vasconcelos em “Opúsculos, vol. III — Onomatologia”, págs. 139-154 (Coimbra, 1931) divide os nomes geográficos em três grandes grupos: **Nomes de lugar, por línguas; Categoria de nomes, segundo as causas que lhes deram origem; Modos de formação toponímica (gramática toponímica)**.

Reproduzindo o que diz Dauzat sôbre geografia lingüística, ver-se-á que as duas ciências, ainda que identificadas, diferem no método e no objeto: “Lá géographie linguistique a pour but essentiel de reconstituer l'Histoire des mots, des flexions, des groupements syntatiques d'après lá répartition des formes et des types actuels. Cette répartition n'est pas l'effet du hasard: elle est fonction du passé et aussi des conditions géographiques et du milieu, dont l'homme est solidaire”.

Tomando-se o Brasil como exemplo, pode-se delimitar, sem incidir em muito erro as áreas ocupadas por diferentes etnias.

Assim é o caso dos indígenas. O simples exame da carta do Brasil ao milionésimo evidencia o domínio do grupo Karib no norte da Amazônia, ocorrendo entre os muitos topônimos: **Amapá**

1) Fernandes, L. Xavier — **Topônimos e gentílicos**, 1º volume. Pôrto. Editora Educação Nacional, 1941.

(a *Hancornia amapá*), **Aramá** (abelha), **Aruá** (onça), **Caimã** (reptil sáurio), **Demeni** (rio da umbauba), **Macapá** (certa espécie de palmeira), **Maú** (sapo), **Aruã** (nome de uma tribo), **Cubate** (peixe), **Curimáú** (jaboti) **Jamundá** (nome de célebre cacique), **Manaus** (nome de uma tribo), **Tigorê** (Tamanduá bandeira), **Uazalá** (vagalume) e tantos outros balizam a área Aruak. Grande série de denominações geográficas podem nos delimitar o domínio dos Bororo. Assim, **Coxipó** (rio do peixe), **Meruri**: (morro da arraia), **Pogubo** (o "cardeal de verão") **Poxoreu** (rio de água escura), **Torixoréu** (morro preto) **Poxorô** (buraco escuro), para exemplificação ⁽²⁾. A ocorrência de tupinismos representam duas alternativas. Uma evidência o habitat do grupo tupi: região sul e litorânea; outra demonstra as áreas em que se fez sentir a ação dos bandeirantes paulistas e dos jesuítas, responsáveis pela expansão da chamada "língua geral" no interior do Brasil ⁽³⁾ **Curitiba** (pinheiral), **Pará** (rio), **Avaré** (homem diferente; caso dos missionários, pois não eram casados), **Paranaguá** (bacia ou enseada), **Araraguaba** (barreiro das araras), **Guapacaré** (Lagoa torta), **Guaratinguetá** (garças), **Guarujá** (viveiro de guarus) **Pindamonhangaba** (lugar onde se faz anzóis, **Tremembé** (alagadiço), são uns pouquíssimos entre os milhares que ocorrem. Sem dúvida, muito devemos aos trabalhos de Francisco Schaden sobre a toponímia Kaingang ⁽⁴⁾ que entre muitos outros estudou os seguintes nomes: **Erechim** (campo pequeno), **Goiô** (rio, água), **Kongóin** (erva mate), **Nonotvay** (nome de um cacique) **Krira** (cabeça).

Cotejando-se **Perequê** ⁽⁵⁾, e suas variantes, com o aspecto físico das áreas de ocorrência desse topônimo, principalmente litoral centro e norte do Estado de S. Paulo, ver-se-á quão feliz era o indígena na denominação. Daí se perguntar: não será possível

2) Carlos Drumond em sua tese «Contribuição do Bororo à toponímia brasileira» (São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1965) registrou a ocorrência para mais de duas centenas de topônimos em Mato Grosso, principalmente na região do alto São Lourenço.

3) Não poucas foram as deturpações sofridas pela língua tupi, e conseqüentemente os topônimos, o que levou Teodoro Sampaio a afirmar que «as explicações geográficas explicáveis e naturalíssimas numa época em que o tupi era língua geral ou a mais falada no país, são agora para as modernas gerações verdadeiros enigmas que as alterações quotidianas ou as inevitáveis corruptelas vão tornando indecifráveis.»

4) «Denominação Kaingang na geografia brasileira», **Pindorama**, vol. 1, nº 1, págs. 7-14, 1937.

5) «Corruptela de **pirá-ikê**, o peixe entra. Designa o estuário ou esteiro onde o peixe entra para a desova ou para comer». Vide também **piraquê**, **perequê**. Extraído de **O Tupi na geografia nacional** de Teodoro Sampaio, pág. 290, 3ª edição, Salvador, 1928.

ter-se todo um panorama do quadro físico através da toponímia indígena? Nós responderíamos afirmativamente ⁽⁶⁾.

O recôncavo baiano, a zona da mata mineira, a área de ocorrência de quilombos no Nordeste, são ricos em topônimos de origem africana ou que se referem aos pretos, que podem, inclusive, revelar a origem dos escravos, bastando para tal confronto com os mapas africanos.

Daí termos: **Mutumbo** ⁽⁷⁾ (célebre indígena de Angola), **Catumbi** ⁽⁷⁾ (ingenuidade) **Cafungo** ⁽⁷⁾ vocábulo de origem lunda significando local de reunião) **Mucambo** (choça ou rancho) **Mulungu** (térmo Kimbundu que nomeia um certo vegetal), **Riacho dos Negros**, **Serra dos Negros**, etc.

Rica é a contribuição da colonização européia, não levando em conta a portuguesa, à toponímia brasileira, seja em uma área de colonização fracassada ⁽⁸⁾, caso do Espírito Santo, ou onde ela foi triunfante, o sul do país. **Blumenau**, **Gustavo Richard**, **Alot Kravel**, **Pomerode**, **Nova Trento**, **Nova Lombardia**, **Morro Reuter** nos falam dos colonizadores e de seus lugares de origem.

Para a reconstrução da distribuição dos diferentes tipos de vegetação de Cuba, Leo Waibel, eminente geógrafo alemão, utilizou-se da toponímia ⁽⁹⁾. No Brasil de nordeste não seria difícil delimitar a antiga área ocupada pela mata. Nas cartas topográficas são comuns **Bôca da Mata**, **Mato Dentro**, e outros vocábulos com idêntica significação, em regiões que na atualidade possuem vegetação que não condiz com o topônimo.

Ainda no Nordeste, a dispersão de espécies vegetais pode ser determinada pela onomástica: **Tamboril**, **Barrigada**, **Mandacaru**, **Umbu**, **Xique-Xique**, **Caraíba**, **Facheiro**, **Pau-Ferro**, como exemplos: que dada a presença delas em determinado biócoro, é possível ter-se, em linhas gerais, os limites de diferentes fisionomias vegetais (brejo, caatinga, mata, áreas de transição, etc.). No caso

6) Na região do alto São Lourenço, Estado de Mato Grosso, uma série de denominações aborígenas (no caso específico, nomes de origem Bororo) ou não bem refletem aspectos morfológicos da área. Assim: **Alcantilados**, presença de paredões quase verticais; **morro da Mesa**, elevação nitidamente tabular; **Kuidori Kurireu**, serra da Arara Grande, escarpa apresentando reentrâncias formadas pela ação das águas, pontos preferidos por tais Psitacidae.

7) Onomásticos que também ocorrem na Província de Angola.

8) Aqui convém citar a feliz ponderação de Isaac Taylor (in *Words and places*, p. 29, London, 1873), «sucessive bands of imigrants may forgeta their mother tongue, and abandon all distinctive national peculiarities ... but the names which, on their first arrival they bestowed upon places of their abode, are sure to remain upon the map as a permanent record of the nature and extent of original colonization.»

9) «Places names as an aid in hte reconstruction of the original vegetation of Cuba». *The Geographical Review*, vol. XXXIII, n° 3, 1943.

do planalto meridional, principalmente nos Estados do Paraná e Santa Catarina, fácil é a fixação das clareiras na zona de araucárias ou de floresta tropical, ou seja, os campos. Para tal veja-se **Campina dos Índios, Campo Novo, Campo Erê, Nhuporanga, etc.**

O estudo da cartografia nordestina e gaúcha, levando em conta a progressão das datas, com certa facilidade permitirá acompanhar a expansão territorial da pecuária, seja a criação no seu sentido restrito, seja a industrialização da carne e do couro. Para tanto, documente-se o aparecimento de denominações geográficas como **Malhada**,⁽¹⁰⁾ **Raspadouro**,⁽¹¹⁾ **Vacaria, Curral, Rodeador**,⁽¹²⁾ **Xarqueada, Cortume** e muitas outras.

Localidades, principalmente vilas, povoados e lugares, com nomes de **S. José, S. Luzia, S. Gonçalo, Santo Antônio, Santana, São Raimundo, Santa Tecla** demonstram a eleição dos santos preferidos na religiosidade popular podendo ainda, com melhor análise, dizer que ordem religiosa teve atuação na região ou qual a origem do colonizador da área.

Essas digressões derivam dos trabalhos valiosos para a toponímia brasileira de Nelson de Senna, Teodoro Sampaio, Rodolfo Garcia, Plínio Ayrosa⁽¹³⁾, Florival Seraine⁽¹⁴⁾, Levy Cardoso⁽¹⁵⁾, Carlos Drumond.

Infelizmente, na maior parte dos casos, não chegamos àquele estágio alcançado pelos europeus, norte-americanos e, porque não dizer, por alguns sul-americanos, no setor de estudos toponímicos.

Quão rico é o manancial apresentado pela American Name Society, Place-Names Society (Inglaterra), Comissão de Toponímia da Dinamarca (fundada em 1910), Instituto de Toponímia de Upsala, e por autores como Albert Dauzat (continuador da obra de Auguste Lognon), Leite de Vasconcelos, Manuel de Paiva

10) «Lugar onde se reúne comumente o gado, para ser trabalhado», segundo Aurélio B. de Holanda in **Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**, pág. 756, 10ª edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1961.

11) «Campo sem pastagem para o gado, que está como que rapado» segundo Bernardino José de Souza, **Dicionário da Terra e da Gente do Brasil**, pág. 271. 5ª edição. São Paulo. Editôra Nacional, 1961.

12) «Térmo do Nordeste, que designa um certo lugar nos campos onde os vaqueiros reúnem magotes ou pontas de gado para revista das reses», idem, pág. 282.

13) Principalmente os dispersos na Revista do Arquivo Municipal de São Paulo.

14) Autor de importantes trabalhos sobre a toponímia cearense.

15) Veja-se **Toponímia brasileira**. Edição da Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro, 1961.

Boleo ⁽¹⁶⁾, Ramon Menendez Pidal ⁽¹⁷⁾, Romualdo Ardissonne e Jõseph Maria Piel ⁽¹⁸⁾.

Se há ressalvas em relação a grande parte dos estudos de Toponímia, o mesmo não se pode dizer aos de Geografia Lingüística atualmente realizados. Para isso, cremos, muito contribuíram os trabalhos de Antenor Nascentes, Rodolfo Garcia, Beaurepaire-Rohan, Sílvio Júlio, Carlos Teschauer, Bernardino José de Souza autôres de excelentes estudos e vocabulários dedicados aos brasileiros, ao linguajar nordestino, carioca e gaúcho, formando excelente "background" para os estudos futuros, vale dizer, os atuais.

Pelo menos três professôres universitários brasileiros merecem referência, tendo em vista suas atividades: Florival Seraine, Heinrich Bunse e Nelson Rossi. O primeiro, radicado em Fortaleza, tem seus escritos divulgados principalmente através da Revista do Instituto do Ceará, demonstrando o rico manancial que é o linguajar nordestino. No Estado gaúcho avultam as pesquisas de Heinrich Bunse, professor de filologia românica, consciente das mais modernas correntes lingüísticas; ressaltando seus trabalhos que têm interêsse para o estudo dos vocabulários de diferentes atividades humanas ⁽¹⁹⁾. O professor Nelson Rossi, agora lecionando na Universidade da Bahia, dirige as pesquisas que redundarão no "Atlas Lingüístico da Bahia", do qual tivemos pequena, mas expressiva mostra na VI Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em S. Paulo, em 1963 ⁽²⁰⁾.

Com estas notas esperamos poder ter demonstrado quanto espera a toponímia brasileira dos pesquisadores, seja pelo interêsse que naturalmente despertará, seja pela reformulação de seus estudos, acompanhando assim o que se vem realizando no campo da Geografia Lingüística, para que aquela ciência sofra o processo de valorização a que tem direito.

16) Síntese de sua consciência toponímica pode ser entrevista no artigo «Os nomes étnico-geográficos e as alcunhas coletivas, seu interêsse lingüístico, histórico e psicológico», separata de *Biblos*, vol. XXXI. Coimbra, 1956.

17) Veja-se *Toponímia preromânica hispana*. Madrid, Editorial Gredos, 1952.

18) Avultado é o número de trabalhos seus, publicados através da Revista Portuguesa de Filologia, dirigida pelo incansável e batalhador filólogo Manuel de Paiva Boleo.

19) Entre outros: *Aspectos lingüísticos-etnográficos do Município de São José do Norte*. Pôrto Alegre, 1959, e, «A Terminologia da cana-de-açúcar no Rio Grande do Sul». *Revista Brasileira de Filologia*, vol. 3, tomo III, junho de 1957, págs. 183-192.

20) «Sobre designações para trabalhadores de enxada na Bahia». Veja-se também «Atlas prévio dos falares baianos», publicado em 1964 pelo Instituto Nacional do Livro.

PROFESSOR AMÉRICO BRASILIENSE

David Antunes

Mal aprendeu a ler em alguma cidade mineira, talvez Muzambinho, onde se estabelecera a família, entre 1883 e 1893, Américo Brasiliense Antunes de Moura partiu, decidido, para as suas conquistas culturais, em escaladas cada vez mais audaciosas, porém sabendo bem o que pretendia da vida. Suas atividades a princípio sofrem alterações impostas pelas contingências: caixeiro de casa comercial, aprendiz de tipógrafo, professor de primeiras letras... Concedeu a si mesmo um intervalo, o único que se conhece, quando seu entusiasmo juvenil se deixou “aspirar” pela revolta da armada, batendo-se contra Floriano, segundo Luís Correia de Melo, ou contra Custódio, restringida sua atuação ao terreno ideológico, no entender de Leite Cordeiro. Depois, retomando a correnteza do destino por êle próprio escolhido, foi biógrafo, ensaísta, genealogista, historiador, filólogo, conferencista. Quase se pode dizer que não deixou à margem nenhum setor da cultura humanística, perlustrando o vasto campo de suas experiências com ostensivo brilho.

Eis aqui, em pincelada grossa, que para mais não nos sobra habilidade, a existência de um homem admirável sob múltiplas e variadas facetas. Ainda que seu nome não ganhasse projeção como intelectual de primeira magnitude, mereceria lembrado como protótipo do esforço próprio, dinamismo, tenacidade, decisão pronta, auto-confiança, fortaleza de ânimo, arrojo, tudo somado, se ponderarmos que não houve barreira que não transpusesse, nunca encontrando a seu lado um Cirineu, ao contrário, servindo-se tão-só da própria intuição e de uma inteligência dúctil fora do estalão comum. Fácil é depreender que sua vida inteira não foi mais que uma luta só — e sem tréguas. Não será, pois, excesso de expressão classificá-lo como um Titã da vontade.

Dá para assustar o acêrvo de conhecimento que amealhou através da sua peregrinação pela vida, sempre contornando escolhos, pois estudou, lutando pela sobrevivência, dois problemas de custosa entrosagem. Paradigma de heroísmo, quanto a nós, deixa a perder de vista os que se distinguem em campo de batalha, onde se joga com o fator sorte, bem diverso do que ocorre na vida prática, onde a sorte é, via de regra, resvaladia, quando não ma-

drasta. E para Américo de Moura, que foi a vida senão um campo de batalha permanente ?

Saído da escola de primeira letras, logo se encaixou em empreguinhos de balconista, e lícito é presumir, em casas de sécos e molhados, em Guaranésia, Muzambinho, Batatais, Sorocaba e finalmente São Paulo, para onde a família se refugiara por temor à febre amarela que, então avassalava quase todo o interior do Estado.

Avaro das minguadas rações do tempo que lhe sobravam para folga, applicava-as em devorar vasqueiros livros, no geral romancinhos tipo arroz-doce, obtidos por empréstimos, o que já bem demonstra a tèmpera de que se formara. A maturidade despontou nêlo muito antes da hora apazada. E foi êsse o melhor quinhão que logrou sacar da vida. Conta Leite Cordeiro, já citado, que, em Batatais, foi empregado de um italiano analfabeto, para quem lia a "Fanfulla" e a "Tribuna Italiana". Tal obrigação propiciou a Américo de Moura o ensejo de conhecer pela rama, bem é de ver, a língua de Petrarca, que mais tarde dominaria sem maior esforço. Adianta o brilhante biógrafo que o caixeirinho tomara à sua conta a correspondência do patrão com a família, domiciliada em Toscana, o que só poderia fazer em italiano e não importa se meio estropiado. Em última análise, uma experiência a mais que devia ter sido grata ao futuro sábio.

Êsse foi o seu comecinho de lutas, nove anos bem sofridos e, convenhamos, tempo por demais dilatado na juventude, sabido que, nessa fase, predomina a sensação de que os dias custam mais a correr do que nas subseqüentes. Salta logo ao entendimento que Américo de Moura se encontrava em lugar errado. Desempenhava com diligência os seus encargos mas, está à vista, como uma obrigação inaliável. O comércio representou-lhe, portanto, o compasso de espera para futuras surtidas em âmbitos mais atraentes.

Aprendeu rudimentos de português e de matemática no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, outro sinal dos escassos recursos de que se valia para instruir-se. Nesses tempo, já a terrível urticária chamada literatura o perseguia, tanto que, aí mesmo, descobriu meios e modos de fundar um jornalzinho, "O Início", órgão de sua classe e através do qual, sem trocadilho, fêz êle próprio a iniciação na imprensa, o mais caro hobby em tôda a sua vida.

Mais tarde, matriculou-se na Escola Normal da Praça, diplomando-se em 1903, pode-se bem aquilatar com que sacrifícios. Para não perder o costume, pôs então a circular a revista literária "Névoas" que, como tôdas as iniciativas do gênero, logo morreu de inanição. Em 1904, com 23 anos, já se encontrava bem situado

como professor da antiga Escola Complementar de Campinas e num colégio de freiras. Espírito em ebulição permanente, não querendo ser seqüela de um êxito, mas aspirando sempre a outro êxito maior, nesse mesmo ano disputou, em concurso, a cadeira de francês — e impossível imaginar onde vingou tempo de aprendê-lo a preceito — classificando-se em honoríssimo segundo lugar, considerado o número de competidores — dezessete. Em 1906, hobreando-se com opositores de muito respeito, Otoniel Mota e Raul Soares, no tempo dois oráculos em letras e filologia, obteve a cátedra de português, literatura e latim na Escola Normal de São Paulo, a cujo corpo docente pertenceu por mais de duas décadas. Formou-se em direito, “integrando uma turma que êle mesmo examinara nos exames de seleção”, como observa Leite Cordeiro. Inscreveu-se num concurso, cancelado à última hora por circunstâncias que não vêm a pêlo, tendo por finalidade o provimento de uma vaga de substituto na Faculdade de Direito de São Paulo, ao qual pretendia apresentar, não uma, porém duas teses — “Qual a natureza da relação jurídica entre o Estado e o funcionário público?” e “Quais os princípios que se devem adotar na Legislação Social Brasileira?” — dois temas hoje atualíssimos, consoante ainda Leite Cordeiro, o que tanto vale pelo reconhecimento de que se antecipara ao tempo. E vá de passagem, muito seria para admirar que Américo de Moura não penetrasse até nesta “selva selvaggia” que é a ciência do direito.

Deixou um rasto luminoso de sua passagem pelo Colégio Universitário, Progresso, Mackenzie e pela Escola de Comércio Alvares Penteado, dos quais foi lente. Aposentado em 1927, continuou na sua faina de lecionar. Foi então que entrou, como professor, para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (cadeira de Filologia Românica), anexa ao Colégio de São Bento.

Mesmo de um breve relato como êste, é possível inferir que os anseios de conhecimento transformaram-lhe a vida numa autêntica maratona em que sempre saiu vencedor e com patente galhardia. Partindo de um cursinho de grupo-escolra ou talvez até de uma escola-pública, desprovido de meios e sem qualquer ajuda, soube Américo de Moura conquistar o seu mundo e, ressaltar-se bem, sob os planos que prestabelecera. E ponha-se ênfase ainda em que essa absorvente preocupação com a cultura, própria e alheia, não teve fim senão na morte. Então, força é reconhecer que seu visceral apêgo aos temas de ensino assegura-lhe o direito ao título de benemérito da instrução.

Américo Brasiliense Antunes de Moura foi membro preeminente da Sociedade de Estudos Filológicos, do Instituto Heráldico e Genealógico, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, da Ordem dos Advogados, da Sociedade Científica de São Paulo

e da Academia Paulista de Letras. Muito escreveu na Revista do Brasil, nas do Arquivo Público, da Academia Paulista de Letras, da Academia de Estudos Genealógicos, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, no Boletim da Sociedade de Estudos Filológicos e em outros órgãos oficiais de entidades congêneres. Fêz-se também presente nas colunas da imprensa diária, notadamente do "Correio Paulistano", "Jornal do Comércio" e "Diário Popular". Por oportuno, consigne-se que também colaborou num jornal manuscrito — "Iris" — daí surgindo, na certa, a manifestação original de sua invencível inclinação para o jornalismo.

Sua bibliografia abrange três volumes de lingüística, um de filologia, um de versos ("Lira Eólica"), uma "Antologia da Língua Nacional", em dois tomos; na seara da História, cinco estudos de fôlego ("Governo do Morgado de Mateus"), "A Penetração nos Sertões Mineiros no século XVIII", "O Primeiro Canto de Fernão Dias", "O Domínio do Mar nas Bulas de Alexandre VI" e "As Fronteiras Legais da Colonia de São Vicente"), uma de geografia ("As Fronteiras do Noroeste") além dos trabalhos genealógicos, ignoramos se reunidos em livro — "A Família Antunes Maciel", "A Família Santa Rosa" e "Os Povoadores do Campo de Piratininga". Esta última obra mereceu o prêmio do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo.

O magistério, não será em vão acentuar, foi a tônica de suas atividades, o que não obstou a voltar repetidamente os olhos para outros setores da cultura, ansioso por tudo abarcar. E ponha-se já em evidência sua obsessão na defesa do idioma. Por outro lado, em Américo de Moura há que admirar o seu altruísmo nato e tanto mais por serem legiões os indivíduos cujo sentimento de solidariedade humana situa-se numa zona de silêncio, aonde não chegam os sinais de qualquer transmissor, quer por ondas diretas, quer por ondas refletidas.

Américo de Moura nasceu piracicabano em 1881. O sítio "Retiro das Palmeiras", que lhe serviu de mangedoura, localiza-se em Santa Bárbara do Oeste, na época freguesia de Piracicaba. E, por isto, num estudo em preparo sôbre nomes de relêvo ligados à literatura piracicabana, há de figurar o dêlo, em lugar distinto, embora jamais tivesse residido em Piracicaba.

Já em pleno tramonto — ainda a informação nos vem do eminente escritor Leite Cordeiro — Américo de Moura absorvia-se no preparo de uma tese até certo ponto inédita e destinada a projeção nos meios literários, relacionada com os fundamentos da métrica, para ser apresentada na Universidade de São Paulo. Aqui o seu biógrafo põe em foco, de um lado, o incrível devotamento de Américo de Moura à cultura, de outro a sua quase miraculosa vitalidade, abalançando-se a um trabalho que demanda, antes de mais nada, prolongadas pesquisas. Tinha, então, 72 anos. Cal-

cule-se a profunda máguia que levou para o túmulo por não ter concluído a sua derradeira tarefa. E isto havia de acontecer exatamente a êle que nada deixava inacabado.

Terminarei, como fecho, que tomo de empréstimo ainda ao egrégio Leite Cordeiro, em seu livro "Saudades":

"Corajoso nos embates, grande na moral, respeitado pela força do seu pensamento, amado pelos que o conheceram, venerado no torrão que o perdeu, Américo de Moura traçou com a trajetória de sua existência o mais vivo exemplo de humanismo que me foi permitido divisar, perto de mim, nos últimos tempos".

JOSÉ DE ANCHIETA POETA

António Barreto do Amaral

Ser poeta é merecer de Deus uma benção. O poeta é sempre um bom que traz no coração um relicário de amor.

E sendo bom e amando a tudo e a todos, não poderia José de Anchieta deixar de merecer do Creador essa ventura sublime. Entre as muitas prendas com que o exornou, adornou-o também com essa.

O moço que sozinho se encontrou nas praias de Iperoig, cercado pelo luxuriante esplendor da natureza bruta, cruciado pela tortura da carne que lhe fazia estuar nas veias o sangue de adolescente, tinha por escudo a defendê-lo unicamente o seu devotamento à Santa Virgem, à qual, um dia, quando quase menino, se entregara sob proteção. Assim, rogou a Ela amparasse-o permitindo-lhe preservar sua pureza.

E, em reconhecimento, que lhe poderia dar, tão pobresinho sendo?

Apenas o ouro de seus versos, com os quais prometeu compor um poema narrando-lhe a santa vida.

Na praia que se alargava na vazante do mar, principia a escrever, com seu cajado inseparável, as primeiras estrofes, a fim de melhor na memória as reter e um dia, quando dos bárbaros tornar, as transferir ao papel:

“Cantar ou calar?

Mãe Santíssima de Jesus, os teus louvores
hei de os cantar ou hei de os calar?

A mente alvoroçada

Sente-se impelida pelo agulhão do amor
a oferecer à sua rainha uns versos...”

Pelas areias vai traçando o hino, marchetando-as das jóias com que há de adornar sua dama Imaculada.

Cantam as ondas a orquestrar-lhe os versos e o vento passa como um côro amigo, enquanto o amor à Mãe Divina, como em cachões se espuma:

“quem me dera encerrar na arca do peito
a tua virginal imagem
para envolver-te, piedosa Mãe em chamas!”

Alí compõe, entre ameaças, lutas e tentações, 5.786 versos, numa profunda lírica, onde se desdobram os episódios da vida de Maria: — Anunciação, Encarnação do Verbo, Natividade e Infância de Jesus, Paixão e Glória, Calvário, Ressurreição, morte da Virgem, e Assunção, para declarar já no final:

“Zona de pureza e faixa de casto amor,
cinja-me o seio a tua virgindade”.

De entre os tamoios finalmente tornado a São Vicente, trata de escrever o que em Iperoig compusera.

Guardara de memória e agora os ofertava:

“Eis os versos que outrora ó Mãe Santíssima
te prometi em voto,
vendo-me cercado de feros inimigos.
Enquanto entre os Tamoios conjurados
pobre refém, tratava as suspiradas pazes,
tua graça me acolheu
em teu materno manto
e teu poder me protegeu intatos corpo e alma”.

Anos após iria o Padre José de Anchieta, em um poema épico, cantar os feitos do 3.º Governador Geral do Brasil.

Na douda língua do Lácio narrará, em três livros, aqueles eventos, desde o início da administração de seu herói até a tomada do forte de Coligny.

Traça, no primeiro deles, a situação do Brasil, a empresa de Fernão de Sá, filho do Governador, e chefe da expedição que abateu o gentio que habitava a vila de Espírito Santo, e que tombou morto na réfrega:

“Copioso suor lhe inunda o corpo por completo
o abandonam as fôrças; a sêde lhe queima a garganta
e o pobre exala pelos pulmões a alma ofegante”.

A Mem de Sá refere-se diretamente o segundo livro. Aí conta a derrota do inimigo e o castigo de Cururupeba, com o que desce a paz sobre a região, propiciando ao vate tecer esta grinalda:

“Tal qual o inverno se afasta embuçado
em seu manto de brumas, quando começa na terra
a soprar com seu murmúrio a brisa mimosa,
e o sol com seu brando calor a superfície lhe afaga,
então madre fecunda, ela se abre em tesouros e os
[campos]
seu regaço verde, são todos renovação e beleza...”

Dessa mesma paz, que pouco durara, dirão seus versos do livro terceiro e das lutas que se seguiram:

“Cintilam as espadas e os chuços de larga ponta de ferro
os escudos de couro e de metal luzidio. Irriquieto
o cavalo morde o freio, aspirando auras de guerra”.

E, logo adiante:

“Coalhado de naus o mar espuma...
São naus, são barcas, são igaras nas quais os Brasís
se atrevem à luta...”

Mas, vencido o gentio, embora Mem de Sá desejasse ir castigar os matadores do bispo dom Pedro Fernandes Sardinha, parte a combater o francês que se assenhoriava do Rio de Janeiro:

“Finalmente junto às desejadas praias as pôpas des-
[lizam,]
e à noite fundeiam no pôrto...”

Narra, a seguir, o ataque:

“Assim pois os navios, túrgidos de brisa os velames,
vêm sulcando a planície do mar: em direção do oriente
já volvem as naus maiores para, do meio das ondas
atacar a fortaleza...”

Vai-se o tempo a rolar e em seu caderno, o Padre José de Anchieta lança o encanto dos versos que compõe para celebrar as festas de Natal, as cerimônias da Semana Santa, para homenagear aos mártires, honrar os padres amigos, tudo para ser declamado perante criaturas primitivas, nas quais tenta incutir algo de sua fé.

São poesias repassadas de um lirismo e de uma simplicidade tal como aquela que dedica a Santa Inês:

“Cordeirinha linda
como folga o povo
porque vossa vinda
lhe dá lume novo!”

ou aquela a que deu o título de “Pelote Domingueiro”, composta para a festa da Circuncisão, celebrada pela Companhia de Jesus:

“Já furtaram ao moleiro
o pelote domingueiro.
Se lho furtaram ou não,
bem nos pesa a nós com isso!
Perdeu-se com muito viço
o pobre moleiro Adão...”

ou ainda esta tão singela, intitulada “Ao Santíssimo Sacramento:

“Ó que pão, ó que comida,
ó que divino manjar
se nos dá no Santo altar
cada dia!”

Naquele caderno amigo, pelo espaço de pouco mais de vinte anos escreve em castelhano, em português e na língua da terra, o tupí da costa, tal como o ouvia e como usava no trato com os brasilíndios, de maneira a ser por eles compreendido.

São oitenta e seis peças, das quais três dedicadas ao Padre Inácio de Azevedo e aos trinta e nove jesuitas seus companheiros e uma em especial ao heroico Irmão Manuel Alvares:

“Vê bem irmão Manuel,
quem ereis antes e agora
o que vieste a ser
com tal honra e senhorio
pelo divino poder”.

Em duas poesias rende homenagem a Pero Correia e João de Sousa e em outra a Pedro Dias.

Em 1583 escreve um auto em cinco partes e 1.493 versos, nas línguas tupí, castelhana e portuguesa, para ser representado no terreiro da capela de São Lourenço, no morro do mesmo nome, em Niteroi.

Desse auto faria uma adaptação, destinada a ser apresentada em uma festividade de Natal, a um auditório de pescadores, adaptação essa constituída de 496 versos, dos quais 451 em tupi, 35 em português e 10 em castelhano.

Para as festas de São Maurício escreveu um auto onde se alinham 1.674 versos, auto êsse que se tornou conhecido sob o título "Na Vila de Vitória" e que se assemelha bastante ao anterior citado.

Na língua da terra escreve uma peça de 805 versos, tendo por tema a aldeia de Guaraparí que tanto amava.

Por fim, estando muito doente, próximo da morte, escreve novo auto, que seria o derradeiro, para ser representado no dia de Santa Isabel.

Peça em um ato único, contém 572 versos, em língua castelhana e apresenta um diálogo entre a Santa e o romeiro que a foi visitar.

Como uma vela que se consome, bruxoleava a vida do Padre José de Anchieta que, junto a sí, tinha, constantemente, o padre Jerônimo Rodrigues.

Entrando êste na parte da cela destinada ao enfêrmo, deparou-o a fitar-se em um pedaço de espelho.

Vendo-o declamou-lhe José de Anchieta os derradeiros versos que improvisaria:

"Vi-me agora neste espêlho
e comecei a dizer:
corcós, toma bom conselho
e faze bom aparelho
porque cêdo hás de morrer.
Mas, com juntamente ver
o beijo pouco vermelho,
disse: fraco estás e velho,
mas pode ser que Deus quer
que vivas para conselho."

Algum tempo depois cerrava os olhos para sempre o primeiro poeta do Brasil.

VIVALDO DE VIVALDI COARACY

Octavio Marcondes Ferraz

É para mim uma grande honra entrar para este Egrégio Sodalício, onde se cultiva a ciência histórica e a geográfica de São Paulo e do Brasil, com carinhosa atenção, no intuito de fazer permanecer na memória dos pósteros, os faustos da nossa história, da nossa vida pública, para que as gerações futuras possam saber o que fizeram os seus maiores.

É uma honra que muito aprecio e que devo à generosidade daqueles Senhores Sócios que propuseram o meu nome para sócio honorário desta Egrégia Instituição.

Este nobre Instituto, fundado há 74 anos, tem durante todo o decorrer da sua já longa existência, prestado relevantes serviços à causa da cultura de São Paulo e do Brasil.

Têm integrado o quadro de sócios as mais eminentes figuras do nosso meio. Numa época de utilitarismo, uma Casa como esta é um oasis para o espírito.

Trazem-me, agora, para o seu seio, eu quero desde já dizer que dentro de minhas limitações, procurarei servir às finalidades desta Casa que tem na sua Presidência, este ilustre varão paulista de Minas Gerais, o nosso eminente, ilustre e prezado amigo Aureliano Leite, cujo civismo e espírito público, são apreciados por nós todos. Agradeço as suas palavras bondosas para com um velho companheiro de muitas lutas. Ao eminente prof. Alfredo Gomes, historiador ilustre que com tanta elegância e generosidade me saudou, os meus sinceros agradecimentos.

Agradeço, igualmente, àqueles eminentes consócios que assinaram a proposta para o meu ingresso neste Sodalício que é uma tradição na nossa velha Piratininga. De acôrdo com o regimento da Casa e com seus Estatutos, devo escolher um Patrono e ao declinar seu nome eu o faço com emoção e reverência.

Senhores, o meu Patrono, será VIVALDO DE VIVALDI COARACY.

Brasileiro dos mais ilustres, cheio de méritos pela sua coragem, sua cultura, pelo seu civismo, ocupará certamente um lugar honroso na galeria dos patronos de consócios desta Casa, à qual êle mesmo pertenceu e foi certamente um sócio que muito

a honrou. Eu me proponho dentro de um prazo razoável, acordado com a direção deste Instituto, fazer uma biografia do meu Patrono, neste recinto, para que os registros da Sociedade marquem esta personalidade de escol que êle foi.

Nascido a 25 de novembro de 1882, viveu 85 anos, falecendo a 13 de junho de 1967. Ainda no dia 11 de junho, dois dias antes de sua morte, o "Estado de São Paulo", publicava a sua última crônica. A 26 de março, menos de 3 meses, antes de seu falecimento publicou uma crônica, no mesmo grande matutino, sob o título "60 CICLOS", onde com as mais generosas e carinhosas expressões me interpelava, como ex-Presidente da Eletrobrás, para explicar porque se adotou a conversão total do sistema do Rio de Janeiro e não a solução que consistiria em usar um grupo convertedor de frequência para alimentar a rede de 50 ciclos existente. Infelizmente, a demora que tive em colhêr os dados para dar uma resposta precisa, de acôrdo com o seu temperamento, me privou do prazer de satisfazer a sua curiosidade, explicando os motivos da decisão oficial. Espírito eclético, entregou-se às atividades polifórmicas. Depois de uma meninice, onde se revelou precoce e peralta, foi militar, estudante de medicina, foi jornalista e escritor. Depois, estudante de engenharia, engenheiro e professor na Escola de Engenharia de Pôrto Alegre. Como vêm, sempre um intelectual, sempre um pensador. Possuidor de grande cultura técnica, literária, sociológica e filosófica, era um esteta e tinha grande sensibilidade artística. Todos êsses atributos iam de par com um caráter sem jaça. Taciturno, introvertido, pouco loquaz, perscrutador agudo, observador preciso, minucioso e claro em suas exposições, amigo leal e fiel, de grande coragem moral e cívica, êle era um grande patriota. Se me refiro a êstes predicados é porque estou de acôrdo com Winston Churchill quando disse que **"a coragem é a maior das virtudes porque ela defende tôdas as outras"**. Espírito independente, despretençioso e modesto ao extremo. Era, entretanto, de um trato agradável, prosa amena e encantadora quando estava na intimidade. Espírito pronto e sútil. Era um grande coração, extremamente bondoso, humano, amável, discreto, mas incisivo e agressivo quando era necessário. Sabia bem manejar a sátira, era porém, tolerante com as idéias e fraquezas alheias. Coaracy, nascido na Rua do Rezende, no Rio de Janeiro, era um Paulista de coração. Em suas inúmeras obras, há duas sôbre São Paulo de 32, época em que mais se ligou à nós, à nossa causa, à grande epopéia constitucionalista, uma das mais belas páginas da nossa história. Esta atitude lhe valeu o exílio que êle curtiu com modéstia e dignidade.

Senhor Presidente, Senhores Consócios, é este varão ilustre, que escolhi para meu Patrono e vou ter a satisfação de percorrer sobre sua vida, nesta Casa.

Quanto ao neófito que ingressa neste augusto recinto, devo dizer a V. Excias. que sou, sempre fui e talvez até a minha morte serei, um simples engenheiro, um homem de construção, de trabalho que quer ver este Brasil maior e melhor, mais próspero e feliz, sem agressões, sem tumultos e numa Paz por todos nós desejada e dentro das mais estritas regras de respeito à pessoa humana. Algumas vezes que me desviaram para o campo político ou administrativo, não me esqueci que era engenheiro. Foi a minha qualidade de engenheiro que me aproximou de Vivaldo Coaracy, também engenheiro, porém apaixonado, enamorado das letras.

O pouco que tenho feito em minha vida, é com esta intenção de fazer os brasileiros mais felizes, dando-lhes mais oportunidades e facilitando o seu trabalho. Dediquei-me por isto ao setor energético. A energia tem como uma fada, com a varinha mágica o dom de **multiplicar o esforço humano** de modo que o homem possa fazer sempre mais e melhor. Usando a energia mecânica ele economiza a sua própria energia. Tenho a convicção profunda que dentro de um clima de liberdade, de paz, de civismo, sobretudo de trabalho e talvez de sacrifícios, poderemos construir uma Pátria melhor para os nossos vindouros e, é com esta convicção que tenho a honra de entrar nesta Casa e esta convicção coincide igualmente com os meus votos.

Mais uma vez agradecendo a honra que vós me fazeis, trazendo-me para o vosso convívio, a todos desejo felicidades, as mesmas que desejo a São Paulo e ao Brasil.

AS RELÍQUIAS DE ANCHIETA

Pe. Hélio Abranches Viotti

Diversa costuma ser a sorte, que toca aos restos mortais dos santos da Igreja Católica, daquela que geralmente cabe aos despojos dos homens comuns. Foi depois da libertação da Igreja no século IV, que se expandiu o culto exterior aos heróis do Cristianismo, os mártires principalmente. No Oriente, sempre mais propenso à exteriorização dos sentimentos, teve origem o culto das relíquias, através da exumação dos restos mortais dos apóstolos, dos bispos, sobretudo dos mártires, para trasladá-los a templos e lugares, onde sua presença, suscitando maiores homenagens, beneficiasse espiritualmente maior número de fiéis.

Tardou mais tempo o Ocidente a seguir êsse exemplo. Aos próprios Imperadores do Oriente, recusaram os Papas o donativo, que pediam, de relíquias dos Apóstolos São Pedro e São Paulo. A intocabilidade das sepulturas se havia firmado, através de severa legislação. E o Direito Romano era acatado pela Igreja. Coisa sagrada eram os cemitérios.

Visitando em 1945, durante a guerra mundial, as escavações, que se haviam iniciado no subsolo do Vaticano, tive oportunidade de examinar ali os jazigos do antigo cemitério. Numa das tumbas, juntamente com os vasos, em que se encerravam as cinzas das pessoas ainda pagãs, havia a sepultura do corpo não incinerado de um convertido ao Cristianismo. O antigo cemitério fôra soterrado, para a construção, sôbre o atêrro, da primitiva Basílica de São Pedro, erguida por Constantino.

Os primeiros templos foram construídos geralmente sôbre o sepulcro dos mártires, perpetuando-lhes a memória. Não podendo ainda revelar, o que já então haviam apurado acêrca do sepulcro de São Pedro, desenvolveu o Engenheiro Apolloni-Ghetti, que nos acompanhava e era um dos membros da Comissão para essas pesquisas arqueológicas, o seguinte raciocínio: para que Constantino, contrariando frontalmente leis e costumes arraigados, se resolvesse a mandar soterrar um cemitério, para sôbre êle erguer o templo de São Pedro, uma única explicação se poderia dar: a de que nesse cemitério estivessem sepultados os restos do primeiro Pontífice Romano.

Mas até o século VIII, permaneceram intactas as catacumbas. Para redespertar o interesse dos fiéis de Romo, em relação aos despojos dos primeiros cristãos nelas sepultados, muito contribuiu o Papa São Dâmaso. E somente no século seguinte se decidiu o Papa Pascoal I a exumar ali, na Catacumba de São Calixto, os corpos dos Pontífices, trasladando-os para a cidade. Desde então teve início na Igreja do Ocidente o movimento, cada vez mais impetuoso, da busca das relíquias. E com elas se enriqueceram as Igrejas de toda a Europa.

A fama de santidade do Venerável Padre José de Anchieta, se espalhou pelo Velho Continente, com as suas primeiras biografias, de Quirício Caxa e a de Pero Rodrigues, logo traduzida para o Latim por Sebastião Berettari. Com a vinda ao Brasil do Visitador Padre Manuel de Lima (1608-1610), chegou a ordem do Geral Pe. Cláudio Acquaviva, para que os restos mortais de Anchieta se trasladassem para a principal igreja dos jesuítas, na capital da colônia, enviando-se uma relíquia para Roma.

Em julho de 1609, com o máximo sigilo, por temor de uma reação do povo da capitania, se procedeu à exumação dos ossos de Anchieta, do seu sepulcro na Igreja de São Tiago em Vitória. Ali teriam ficado, além da tíbia do Servo de Deus, a mesma que até hoje se guarda no cubículo, onde, na antiga Aldeia de Reritiba, faleceu o Apóstolo do Brasil, mais alguns pequenos ossos, ao que se depreende de alguns depoimentos dos processos anchietanos.

O corpo, isto é, a maior parte dos ossos, foi então transportado para a Bahia e ali colocado em um nicho, aberto na parede a *cornu evangelii*, e encimado por uma epígrafe latina do Pe. Antônio de Matos, no presbitério do antigo templo erguido por Mem de Sá. Profanado o lóculo, durante a ocupação da Bahia pelos Holandeses (1624-1625), puderam felizmente ser recuperados os ossos de Anchieta após a restauração da cidade. Recolocados alguns anos depois nesse mesmo nicho, daí foram retirados, entre 1655 e 1658, para serem sepultados no solo, sem a menor inscrição, no mesmo presbitério, por ordem do Geral da Companhia, com o fim de evitar-se qualquer aparência de culto público.

Com a substituição da Igreja de Mem de Sá pelo novo templo — hoje Catedral Basílica do Salvador — em 1672, exumaram-se mais uma vez os ossos restantes. Estavam reduzidos a dez, devido à distribuição que viera sendo feita desde 1609, sobretudo às casas dos Jesuítas no Brasil. Dêsses dez ossos, foi levado um para o Colégio de Coimbra, pelo ex-provincial, Pe. João Pereira, em 1706. Quatro anos antes, o Pe. Antônio Maria Bonucci, ao regressar para a Itália, obteve uma vértebra, que depois deu de presente ao Grão Duque da Toscana.

Pela metade do século XVIII, restavam apenas quatro ossos que, do quarto do provincial no Colégio de Jesus, haviam retornado à sacristia, onde, dentro de um cofre de madeira de jacarandá, revestido de sêda interiormente, se guardavam num armário, juntamente com um roupão de pano pardo e uma casula, outrora usados por Anchieta. Quando, em 1760, se procedeu ao inventário e ao confisco do **Tesouro Sacro** dos jesuítas, êsse cofre, com suas dobradiças, fechaduras e chaves de prata (quase meio quilo), foi arrolado oficialmente e, por ordem do Marquês do Lavradio, cumprindo instruções de Pombal, enviado para Lisboa. Tentava-se apagar no Brasil "o rasto dos jesuítas"...

Para Romã, desde 1609, fôra enviada uma relíquia insigne, o fêmur, que lá estêve até há pouco, por mais de trezentos e cinquenta anos, na Cúria Generalícia da Companhia de Jesus. Esta a relíquia, que acaba de ser restituída ao Brasil, destinada a permanecer doravante em São Paulo, no Pátio do Colégio. Cabe a iniciativa ao Rev. Pe. Paulo Molinari, Postulador em Roma das Causas dos Servos de Deus da Companhia de Jesus, que aqui estêve nas comemorações do Dia Nacional de Anchieta, celebrado a primeira vez no ano passado de 1965.

Providencialmente, nesta mesma oportunidade (1964-1965), acaba de ser encontrado em Lisboa o cofre para lá enviado em 1760. Através do **Diário de Notícias**, dava informação dêsse fato, em fins do ano passado o Prof. José Sarmento. O achado foi feito no edificio da Faculdade de Ciências, local ocupado outrora pelo Noviciado dos Jesuítas. Além dos quatro ossos e do roupão de pano pardo, existem no cofre dez documentos, que autenticam as relíquias. Tais autênticas combinam admiravelmente com os dados históricos, colhidos nos processos **de non cultu e super miraculis**, realizados nos séculos XVII e XVIII.

É possível que na Bahia, onde estariam outros despojos do Venerável Pe. José de Anchieta, como por exemplo o seu crânio, ali venerado no século XVII, se possam encontrar ainda outras relíquias suas. Até há pouco, a cripta mortuária dos jesuítas, onde estão os restos do Pe. Antônio Vieira, se mantinha cerrada a pedra e cal, inacessível a qualquer pesquisa...

As que hoje nos são conhecidas são, pois, as seguintes: o fragmento da tíbia, exposto na cela de Anchieta, na antiga Aldeia de Reritiba, atual Cidade de Anchieta, no Espírito Santo. Sua história está perfeitamente documentada. Depois da saída dos jesuítas, pertenceu ao govêrno da capitania ou da província. Em 1888, foi doada aos jesuítas, em Vitória, por um secretário da mesma província do Espírito Santo. E desde 1940 ali foi colocada, onde atualmente se venera.

No Rio de Janeiro, na Cúria provincial dos jesuítas, existe um osso do ante-braço, o rádio, trazido de Roma, onde, na Pos-

tulação Geral, o encontrou o Rev. Pe. José da Frota Gentil, acompanhado de uma autêntica, na qual se explica ter sido levado ocultamente, na expulsão dos jesuítas, por um dos desterrados e que deveria ser devolvido ao Brasil, tão logo para cá regressasse a Companhia de Jesus.

Sôbre a relíquia insigne, que no momento retorna ao Brasil, destinada a permanecer no Pátio do Colégio, o documento que a autentica é firmado pelo próprio Geral Pe. Cláudio Acquaviva, que ordenara sua trasladação para Roma. Sua vinda se destina a reforçar ainda o ambiente favorável à sua causa de canonização, despertando no nosso povo a confiança na intercessão de Anchieta junto de Deus. Continuando em Roma, pouca eficácia teria para isso.

Esperamos que não tarde a feliz oportunidade para o repatriamento das relíquias encontradas em Portugal e que, nessa ocasião, a Marinha do Brasil se junte às homenagens, que o nosso Exército e a nossa Aeronáutica vêm prestando no momento, durante a triunfal trasladação do fêmur de Anchieta para S. Paulo.

«HANS STADEN»

Ruy Martins Ferreira

“Hans Staden em Bertioga”

Quadro histórico de Ruy Martins Ferreira premiado com a Grande Medalha de Prata no XXVI Salão Paulista de Belas Artes de S. Paulo em 1961 e doado ao Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo em 1965.

Justificação da composição pictórica

A cena representa o artilheiro alemão Hans Staden e outros personagens ao pé do forte de Bertioga, no litoral paulista, mais ou menos em 1553. Baseou-se o pintor para tanto em estudos feitos no local e em referências encontradas na obra do próprio Staden: — “O cativo entre os selvagens do Brasil” na edição brasileira de Monteiro Lobato. C.N.E. — S. Paulo — 1927.

— Diz o autor da obra citada em seu cap. XVI, entre outras coisas:

— “... aceitei a proposta e contratei-me por 4 meses até que El-Rei mandasse um oficial e fizesse erguer um forte de pedra de maior segurança”;

— “... depois de alguns meses chegava o oficial de El-Rei, coronel Tomé de Souza”;

E adiante ainda:

— “... como acabasse o meu contrato de 4 meses pediu-me o coronel que o renovasse por mais tempo”;

“Acedi e fiquei por mais 2 anos, findos os quais deveria deixar-me seguir para Portugal pelo primeiro navio. Recebí de Tomé de Souza as minha privilégia, que é costume darem-se aos artilheiros-reais que as pedem. Construiu-se o forte de pedra, montaram-se mais alguns canhões e fiquei lá, no govêrno da casa e das armas”.

Note-se que o pintor não situou a cena no forte fronteiro a Bertioga, assente na ponta ao norte da ilha de Guaibe, hoje de Santo Amaro, mas ao pé do forte de S. Tiago, ou de S. João, situado no continente.

Este no estado atual de conservação, mostra haver sofrido sucessivos reparos e adaptações conseqüentes das várias ocupações

por que tem passado, das quais a última, há razões para crer-se, terá sido por ocasião da "Revolta da Armada" em 1893.

Com isso arrazaram-se-lhe as ameias, por obsoletas, e fizeram-se construções encontráveis na sua parte posterior.

O forte estava convenientemente construído de pedra e recebia mais armamento e fôra por mais de uma vez visitado pelo coronel Tomé de Souza, dada a sua importância estratégica.

O quadro representa a última dessas visitas; Hans Staden vestira-se bem para receber o militar enviado d'El-Rei com outras pessoas que o acompanhavam.

Tratam justamento de uma das peças de artilharia — de sitio — desembarcadas com mais material de guerra: — pólvora, balas redondas, mosquetões, etc. Veem-se soldados, marujos e indígenas em grupos.

Os indígenas presentes, da tribo dos Tupiniquins, aliados dos portugueses de S. Vicente apresentam-se com a indumentária própria, de penas rubras dos guarás, que diríamos mais propriamente chamando-os guarapirangas;

"— uns passáros vermelhos que chamam de Guará, dos formosos desta terra, os quais são como pégas" — anota Fernão Cardim, acrescentando após haver descido, rumo a Santos:

"— que o rio andava cheio delas".

Ao fundo vê-se a mata do outro lado do canal e uma embarcação a vela com mais marujos no mesmo local um que hoje ancoram as embarcações que vão pelo referido canal mais reconhecido como o Rio da Bertioega.

S. Paulo, julho de 1965

JORGE AMERICANO

Aureliano Leite

Falamos em nome do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo a que Jorge Americano enobreceu e a êle pertencendo.

São tantas as facetas do morto insígne que vai baixar à sepultura, que não parece fácil escolher-se a que mais nos impressiona.

Jurista, professor, advogado, memorialista, pintor, filantropo, cidadão exemplar, patriota e político.

Lembremos apenas as duas últimas facetas. Que fiquem as demais para outros oradores.

Jorge Americano herdou de seu pai, o Coronel Luiz Americano, o ardor patriótico, quando se sabe que o seu progenitor, aos 16 anos, fôra como simples soldado um voluntário da Guerra com o Paraguai, de que saiu com ferimento quase mortal. Muito depois, já bem idoso, quando da I Guerra Mundial, o Brasil se sentiu ameaçado na sua integridade territorial, o admirável ancião bradou para os moços daqueles tempos: — dêem-me um fuzil que êste pulso ainda sente fôrças para manejá-lo.

Jorge Americano, sangue dêsse sangue, fibra dessa fibra, portou-se bravamente em 32. Escolheu logo, como partícipe do glorioso movimento, o meio mais de acôrdo com a sua idade e a sua saúde para lhe prestar serviços autênticos: — o de mensageiro das tropas de vanguarda para a retaguarda, afrontando muitas vêzes sérios entreveros.

Quando iam escasseando soldados aptos para a luta, reunia moços e preparava-os para os cruentos combates.

A memória humana costuma esquecer gestos como êsses. É um dever de todos recordá-los sempre a fim de que inspirem a mocidade.

Político, membro da bancada de São Paulo na Assembléia Constituinte de 1934, inflexível em seus princípios morais, não teve dúvida em renunciar a cadeira para que o eleitorado de Piratininga o escolhera, no momento em que a sua consciência ia ser ferida.

Atos como êsse oferecem-se raros. O que prevalece na política são os conselhos de um Nicolau Maquiavel ou de um Ortega y Gasset.

A memória humana costuma esquecer gestos como êsses. É um dever de todos recordá-los, pois vultos como Jorge Americano vão rareando.

Eis aí, para nós do Instituto Histórico e Geográfico os traços humanos, as facetas que mais nos impressionaram na pessoa do morto insigne. Muito ainda teríamos que dizer. Que fiquem os demais traços de sua bela vida para os demais oradores, ou para outras ocasiões.

Nesta hora de tanta tristeza, só nos é permitido deixar-lhe aqui, na rapidez destas páginas, o nosso adeus, ou melhor, o nosso até logo.

(Palavras junto ao esquife de Jorge Americano)

PROFESSOR JOÃO ARRUDA

Raul Renato Cardozo de Mello Tucunduva

O Professor Doutor João Braz de Oliveira Arruda nasceu na fazenda “Casca”, em Bananal, Estado de S. Paulo, em 16 de abril de 1861. Era filho de Manoel Braz de Souza Arruda e de D. Alda Cordoville Barbosa de Souza Arruda. Fêz seus primeiros estudos em Barra Mansa, no colégio do Dr. Miguel Arcanjo. Frequentou o “Colégio Abílio”, dirigido pelo grande educador Dr. Abílio Cesar Borges, Barão de Macaúbas.

Matriculou-se na Faculdade de Direito de S. Paulo, em 11 de abril de 1877, bacharelando-se a 5 de novembro de 1881.

Exerceu, primeiramente, a advocacia, abraçando, em seguida, a magistratura. Juiz Substituto em Jabuticabal, em 1886, foi, em seguida, removido para Campinas, onde permaneceu até 1890, voltando à advocacia, onde se iniciara em 1880, quando estudante, sob a direção do Dr. Vieira de Carvalho.

Advogou no Rio de Janeiro e no interior de S. Paulo, adquirindo fama, não só como advogado, mas ainda como jurisconsulto, dada sua vasta cultura jurídico-filosófica.

Inscreveu-se, em 1906, no concurso aberto pela promoção do Dr. Reinaldo Porchat, a catedrático, tendo como concorrentes Afonso Guaianaz da Fonseca, Luiz Gonzaga Mendes de Almeida, João Coelho Gomes Ribeiro, Francisco Eugênio de Toledo, José Mendes e Teofilo Benedito de Souza Carvalho. Classificado em primeiro lugar, por decreto de 17 de outubro, foi nomeado. Tomou posse no dia 29, recebendo o grau de Doutor.

Em 18 de agosto de 1910, foi nomeado lente catedrático de Filosofia do Direito, tomando posse em 13 de setembro. Por força da reforma do ensino, de 1911, foi designado professor da cadeira de Enciclopédia Jurídica, da qual tomou posse em 20 de abril. — Restaurada a cadeira de Filosofia do Direito, pela reforma de 1915, voltou a lecioná-la.

Com a vitória da revolução de 1930, assumiu a diretoria da Faculdade de Direito, em 29 de outubro daquele ano. Nomeado, pelo governo federal, vice-diretor da Faculdade, exerceu o cargo até 1931.

Em 23 de dezembro de 1941, conferiu-lhe a Congregação da Faculdade de Direito de S. Paulo o título de “Professor Emérito”, pelos altos e relevantes serviços prestados à mesma Faculdade, e ao ensino no Brasil.

Faleceu em S. Paulo, aos 18 de setembro de 1943, aos 82 anos de idade.

João Arruda era, realmente, um erudito. Na sua Filosofia do Direito cita 352 autores. Mas não só os cita, como comenta seus ensinamentos. Seu conhecimento deles não é de lombada, mas de fundo.

Seu modo de viver foi modesto e, sob certos aspectos, estranho. Tinha um casal de filhos: Braz e Amalia. O primeiro, que foi o professor Braz de Souza Arruda, da nossa Faculdade de Direito, aprendeu a ler aos 11 anos, e formou-se em direito aos 21. Foi meu contemporâneo. Era da turma de 1916. A moça viveu e morreu, na penumbra.

Por volta de 1940, apareceu o chamado “Inglês Básico”. Certa manhã fui à casa do Mestre, e encontrei-o estudando a novidade! E ele já andava pelos 80 anos.

O sol nunca o encontrou na cama. Usava u’a mesa de estudo, desmontável e de fácil transporte, que colocava em frente da janela, para aproveitar a luz solar.

Embora fosse João Arruda um homem de fino trato, sua casa, à rua Sabará, era, sempre, fechada. Seu dormitório, onde o vi, ainda pouco antes do seu passamento, era modestíssimo. — Cama de madeira, mesa de cabeceira, cabides, tipo começo do século XIX, pregados na parede, com as roupas cobertas com lençol, e um “mancebo” (cabide com pé).

Segundo penso, foi João Arruda o mais erudito professor que passou pela nossa Faculdade de Direito, até o presente. — Não tem descendentes vivos. Em breve, não restarão nem seus alunos. E assim passam os verdadeiros grandes homens. **Sic Transit Gloria Mundi.**

.....

Dadas essas notas biográficas, devo dizer a este Sodalício que não foi por nenhuma das coisas lidas, que escolhi João Arruda para meu patrono, nesta casa. — Outras foram as razões.

Ser Bacharel, ou Doutor, em direito, todos podem ser. Ser Professor, também. A carreira de juiz está aberta a quem queira. Cultura maior, ou menor, é questão de mais, ou menos, estudo. O título de “Professor Emérito”, que lhe deram, com justiça, deram, sem dúvida, a muito professor apagado.

Duas coisas, entretanto, distinguiram nosso Patrono, dos seus colegas de Congregação, na Faculdade de Direito de S. Paulo —

uma carta, e uma atitude, sustentada por todo o tempo em que foi professor, defendendo os direitos de resistência e de revolução.

A carta, espelha sua honestidade, sem jaça. A defesa dos direitos supra citados, sua grande coragem moral. E saibam V.V. Excias. que sustentar ter o povo, os direitos de resistência e de revolução ao tempo da campanha civilista, da revolta de João Cândido, do levante do forte de Copacabana, da revolução de 1924, dos quatro anos de estado de sítio, do presidente Bernardes, era alguma coisa de notável.

A carta é a seguinte, e consta da terceira edição da sua Filosofia do Direito, editada pela Faculdade de Direito da Universidade de S. Paulo:

“S. Paulo, 8 de maio de 1941

Ex. Sr. Diretor da Faculdade de Direito de S. Paulo.

Meu distinto Colega.

Tendo várias pessoas manifestado o desejo de verem reeditado o curso de Filosofia do Direito que fiz nessa Faculdade, e tendo resolvido fazer a Faculdade o trabalho de reimpressão, por sua conta, pedi-me autorização para tal empresa.

Devo dizer que, pelo art. 666, n.º 3, do C. Civil, não me julgo com direito de propriedade científica sobre tais preleções. Mais ainda devo acrescentar que, pelo art. 661, n.º 2, do mesmo C. Civil, suponho serem elas pertencentes à mesma Faculdade.

Dadas essas explicações, tenho a dizer que, se algum direito eu tenho, eu o cedo, gratuitamente, e de muito bom grado, à Faculdade, e fico ainda muito penhorado pela honra que me é dada com essa reprodução do meu trabalho, destinado aos meus discípulos que, hoje, na sua maioria, ocupam altos postos na administração pública.

Do at.º ven. ob.º.

(ass.) João Arruda

— O Mestre entendia, e bem, que as preleções que fêz, como professor, pertenciam à Faculdade. Ela comprou-as, com os vencimentos que lhe pagou. Ele não podia vendê-las, pois já não lhe pertenciam, mas à Faculdade, que as comprara. — As edições anteriores foram publicadas por aluno seu, sem qualquer proveito pecuniário para êle.

E há professôres, que fazem livros, com o mesmo material já vendido às escolas, e cujo preço já receberam, para vendê-los aos alunos!

A carta de João Arruda o retrata, e aos seus colegas. E a infração, pelo menos, da lei moral, é feita à face de todos, e com

o consentimento geral! — É assim que o Mestre pensava. Que tempos e que costumes...

Quanto aos direitos de resistência e de revolução, vejamos o que diz, na sua *Filosofia do Direito*, vol. 1.º, ed. de 1942:

“Mas, senhores, há casos em que, apesar de constituída a sociedade, chegarão tarde as providências legais, virão quando o indivíduo já tenha sofrido o mal, e, então, é o caso de se repetir aquela frase de Cícero: Quando as providências legais não podem acudir o cidadão, devem calar-se as leis, deixando ao cidadão o recurso às armas”. Pg. 412.

“Faço, porém, sentir aos senhores que não posso compartilhar a opinião dos que pensam que os membros da sociedade devem suportar, caladamente, tudo, não só em benefício da ordem social, como também, na opinião de alguns, para a salvação do mundo”. Pg. 414.

“Se nós seguirmos essa orientação de Ferri, Carrara e Garófalo, poderemos ter, realmente, uma sociedade muito ordeira, uma sociedade de cordeiros, onde o crime seja reduzido ao mínimo. — Mas pergunto aos senhores: Será êsse nosso ideal na sociedade? A essa pergunta devo responder como professor de *Filosofia do Direito*. — Quando nós tivermos transformado nossa sociedade numa sociedade de resignados, submissos, não teremos realizado o ideal sociológico, que devemos buscar. Pensem os senhores que êsses indivíduos, incapazes de reagir, ao serem esbofeteados, incapazes de um movimento de honra, como supôs Garófalo, incapazes de manifestar brio, êsses indivíduos estão preparados para uma servidão, “ad servitutem parati”, não só em relação ao poder interno, como em relação ao estrangeiro. Um povo assim organizado estará, do mesmo modo que o povo do Indostão, do mesmo modo que os indus, preparado para sujeitar-se ao domínio estrangeiro, como se sujeitaram os indus ao domínio dos ingleses”. Pg. 415.

“Se numa sociedade aparecer um Calígula, se aparecer um Nero, a queimar Roma, a praticar o assassinato, como norma de governo, é possível que os cidadãos devam tolerar semelhante autoridade? ... nesse caso é tolerável a legitima defesa”. Pg. 408.

“Vou resumir as condições que eu entendo deverem existir, na sociedade, para que se dê o direito de revolução. É necessário, em primeiro lugar, que a autoridade seja insuportável; que o chefe de Estado seja um Calígula, ou um Nero, que desrespeite todas as leis naturais e, mais, que zombe, freqüentemente, dos direitos individuais, e que faça esforços para que a sociedade caminhe para o aniquilamento. Não basta isso: é necessário que a revolução tenha elementos para se tornar eficaz. Quando a revolução não tem elementos para se tornar vencedora, dominando despo-

tismo contra o qual se levantou, teremos uma convulsão inútil, e a ação do despotismo será ainda mais dura, em consequência da fraqueza do povo.

Há, ainda, uma terceira condição: é preciso que se pratique um mínimo de violência”. Pg. 410.

“É necessário que olhemos para fora da nossa sociedade, e fiquemos cientes disto: — se nós não defendermos e vingarmos nossa honra, na sociedade, se não derrarmos nosso sangue, em desafrenta da honra, dentro da Pátria, teremos de derramá-lo no campo de batalha — vencidos, batidos, humilhados, e não no campo da honra, mas no da desonra”. Pg. 416.

“ O homem não vive só de pão, mas de alguma coisa mais. Pg. 416.

— O que era atual há sessenta anos, ainda hoje o é.

Os ensinamentos do velho Mestre poderiam ser repetidos, no momento, e valeriam.

Eis aí, ilustres membros dêste Sodalício, os motivos que me levaram a escolher meu velho Professor, para meu Patrono, nesta casa. Maior homenagem não lhe poderia eu prestar, que recordar seus ensinamentos, os quais, com mais de seis décadas, são tão atuais, como se fôsem de hoje. Tenho para mim que João Arruda, através dêles, muito contribuiu para que a Faculdade de Direito, do Largo de S. Francisco, continuasse sendo o berço, ou o refúgio, de todos os movimentos de defesa das liberdades públicas, que se fizeram em S. Paulo, e no Brasil. Os abolicionistas e os republicanos, dela saíram. Os pregadores do voto secreto, e da revolução de 1932, também. — Da Eternidade, em que acredito, onde se encontra, e de onde vê, segundo creio, a Pátria, pela grandeza da qual tanto lutou, deverá êle regozijar-se, por ter ensinado, sempre, que o Povo tinha, e há de ter, os direitos de resistência e de revolução, contra todos os opressores, usem o nome que usarem!

(Oração no Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo)

GREGÓRIO DE MATOS

Brasil Bandecchi

O século primeiro da História do Brasil, ou seja o XVI da Era Cristã, é o do descobrimento, da ocupação do litoral, do povoamento incipiente, do deslumbramento ante a terra virgem, das descrições e das informações. O século XVII, já se apresenta com um cenário bem diversos do precedente. As lutas contra invasores, as primeiras entradas e as conseqüentes penetrações mais arroçadas, o amor à terra do nascimento, a organização econômica e social, davam ao brasileiro uma consciência do que realmente ele era e valia, porque a nação que se formava, adquiria corpo e temperava forças.

É o despontar do sentimento nativista. Para dar mais consistência a este sentimento, Portugal decai política e economicamente. Sua literatura perde a grandeza do século XVI. E desde 1580 está sob a coroa espanhola, que o dominou até 1640. O gongorismo domina a literatura hispânica e torna as letras lusas suas caudatárias.

Nesse período de decadência da Metrópole, surge, no Brasil, a chamada Escola Bahiana, na qual se destaca aquêle que receberia a alcunha de "Boca do Inferno", Gregório de Matos Guerra.

Hoje não há mais dúvida quanto a data do seu nascimento: 20 de dezembro de 1633.

Seus pais, Gregório de Matos, fidalgo da série dos escudeiros em Ponta de Lima e sua mãe, Maria da Guerra, tiveram três filhos dos quais o poeta era o mais nôvo. O primeiro, Pedro de Matos Vasconcelos, que foi recolhido na Companhia de Jesus por ter "dado mostras de grande talento", não chegou a se ordenar, tendo sido expulso da dita companhia, devido a escândalos amorosos. Para consôlo de seus pais foi estudar em Portugal, mas logo os desiludiu, porque, saudoso da pátria, voltou ao Brasil, sem completar seus estudos. O segundo foi o conhecido Euzébio de Matos, orador sacro bastante admirado por Vieira, o qual o tinha em alta conta e elevado conceito.

Gregório, terminados os primeiros estudos e os preparatórios, embarcou para Coimbra onde recebeu grau de doutor em leis, após um curso bem feito.

Na Universidade se tornara celebre pelas suas sátiras, de forma que êle próprio despresava seus outros méritos:

**Noutras obras de talento
só eu sou o asneirão,
mas sendo sátira então
só eu tenho entendimento.**

Belchior da Cunha Brochado, mais tarde desembargador na Bahia, escreveu a um seu amigo:

“Anda aqui um brasileiro, môço refinado nas sátiras, que com suas imagens e seus tropos, parece que baila Momo as cançonetas de Apolo.”

Ei-lo advogado em Lisboa, onde logo fêz bom nome. Tornou-se mesmo famoso. E tornou-se famoso devido a uma questão que se arrastava nos tribunais e passara pelas mãos de inúmeros advogados. Causa antiga e intrincada, relativa à pretensão de um morgado. O fidalgo que ajuizara a ação andava tão aflito, pois via no desfecho desfavorável da causa a sua ruína, que para se livrar dêle, o seu próprio advogado aconselhou-o que constituisse seu patrono o jovem causídico brasileiro.

E lá foram os volumes do processo para casa de Gregório, a fim de que estudasse o feito.

Conta Manoel Pereira Rabelo que os autos lhe forem entregues pela manhã e que ao meio dia o fidalgo se despedira de Gregório, não mais sossegando até a hora de vésperas quando tornou à residência do causídico para ver se êle se desvelava com os autos, e qual não foi seu espanto ao encontrá-lo palitando sôbre o jantar.

— Sossegue-se V. Excia. (lhe disse Gregório) que os autos já estão vistos; e nêles temos o remédio que tanto se desejava, e ainda mais avantajado; porque neste térmo de autuação, temos térmo de nulidade a todo o processo.

E, diante do espanto do cliente, continuou:

— No ano aqui mencionado, corria um Decreto de El Rei Filipe IV de Castela, e III de Portugal, que publicava e condenava por nulos todos aquêles processos, que principiassem e se escrevessem em papel que não fôsse selado, ou seja que não tivesse as armas de Castela, — ou fôsse instrumento, ou qualquer outro papel público, ou judicial: e como êste tal processo de que tratamos, alcançou no seu princípio aquêle tempo em que se promulgou o Decreto e nêle não se acha papel selado, ou sêlo das armas: tudo o mais contido nêle é nulo.

Sua fama correu e D. Pedro II, de Portugal, nomeou-o Juiz do Crime e Curador de Orfãos. Não tardou a desgostar-se com o rei, que havia prometido nomeá-lo desembargador e não cumpriu com a palavra.

Gregório não perdoava os fidalgotes, os mediocres e os pedantes inúteis da Côrte. Os impostores e farsantes trazia-os na mira da sua crítica ferina.

Não sendo um bajulador, tornou-se insuportável. A vida em Portugal não lhe tinha encantos e, por essa razão, fêz as malas e rumou para a Bahia, sua terra natal.

O poeta Tomás Pinto Brandão, que o conheceu pessoalmente, escreve que Gregório de Matos teve que sair de Lisboa "pelo crime de poeta, sôbre jurista famoso."

Foi-lhe companheiro de viagem o primeiro arcebispo da Bahia que lhe conferiu os cargos de vigário geral com ordens menores e de tesoureiro-mor com murça de cônego, no dizer de Araripe Júnior. Não tornou, porém, a malquistar-se com os colegas de igreja e ser deposto dos cargos.

Podemos dizer que neste momento nasceu Gregório de Matos para as letras brasileiras.

O "Boca do Inferno", como os baianos o apelidaram, passa a ser um marco destacado no panorama nacional, pois que é êle o nosso primeiro poeta nativista, no exato sentido da palavra.

Toma posição:

**Que homem pode haver tão paciente,
que vendo o triste estado da Bahia,
não chore, não suspire e não lamente?**

Sua lira torna-se uma arma poderosa na crítica aos que em Portugal eram ratos e aqui viravam gatos.

E retrata a Bahia, principalmente no terceto final:

**A cada canto um grande conselheiro,
que nos quer governar cabana e vinha,
não sabem governar sua cozinha,
e podem governar o mundo inteiro.**

**Em cada porta um freqüentado olheiro,
que a vida do vizinho ou da vizinha
pesquisa, escuta, espreita e esquadrinha,
para levar à praça e ao terreiro.**

**Muitos mulatos desavergonhados,
trazidos sob os pés os homens nobres,
posta nas palmas tôda a picardia.**

**Estupendas usinas nos mercados,
todos os que não furtam muito pobres:
eis aqui a cidade da Bahia.**

É evidente que um homem que dizia, na capital da Colônia, que era rico quem furtava, que aqueles que em Portugal eram pobres ratos e aqui se tornavam sabidíssimos gatos, haveria de chamar sôbre sí a ira dos atingidos, o ódio dos poderosos. Mas êle dava-lhes o devido troco:

**Querem-me aqui todos mal:
mas eu quero mal a todos,
êles e eu de vários modos
nos pagamos tal por qual.
E querendo eu mal a quantos
me têm ódio tão veemente,
o meu ódio é mais valente,
pois sou só e êles tantos.**

Se a literatura deve retratar uma época, a sociedade, os costumes, então, não se pode negar que Gregório fêz literatura da melhor. Seus versos dizem o que foi seu tempo. O que foi e como foi. Sendo um homem que não tinha medo de falar, que não tinha espinha dorsal para curvaturas diante dos que detinham o poder, mas sim para manter o corpo ereto e a cabeça bem alto, tudo que oferece a quem o lê traz, sem fantasias, apesar de poeta, traços de fidelidade.

Veja-se como descreve o governador Antônio de Sousa de Meneses, conhecido como o "Braço de Prata", que subindo ao elevado posto, pôs a mostra tôda a sua incompetência e pusilanidade:

**Sôr Antônio de Sousa de Meneses,
quem sobe ao alto lugar que não merece,
homem sobe, asno vai, burro parece,
que o subir é desgraça muitas vêzes.**

Luís Coutinho possuía um imenso nariz, tão grande quanto o seu poder, e Gregório não perdeu a oportunidade de alongá-lo ainda mais, fazendo-o chegar até a posteridade:

**Nariz de embono
de tal sacada,
que entra na escada
duas horas primeiro que seu dono.**

**Nariz que fala
longe do rosto,
que na Sé posto
na praça manda pôr a guarda em ala.**

**Tão temerário
é o tal nariz
que por um triz
não ficou cantoneira em um armário**

**Você perdoe,
nariz nefando,
que eu vou cortando
e ainda fica nariz em que se assoe.**

Se êstes versos mandaram o retrato de Luís Coutinho à posteridade, quase que mandaram Gregório de Matos para o outro mundo... antes da hora. Um filho do retratado veio ao Brasil com o único objetivo de vingar-se do poeta e quem atravessa os mares numa longa e penosa viagem como eram aquelas, não o fazia por pouca coisa.

Escreve Ronald de Carvalho, que D. João de Alencastre sabendo que o fidalgo tramava contra o poeta, ordenou a Bernardo Vieira Ravasco que o prendesse e o enviasse, sem qualquer processo, para Angola, em uma nau que estava prestes a partir, levando tropas para Bengala. Ou para salvar-lhe a vida, ou para, hábilmente, livrar muita gente dos versos do "Boca do Inferno", o fato é que êste se viu, de um momento para o outro, exilado.

Quando embarcou para o exílio, deu à Bahia o seu adeus:

**Adeus praias, adeus, cidade,
e agora me deverás
velhaca, dar eu a Deus,
a quem devo ao Demo dar.**

Em Angola não ficou muito tempo, porque livrou o governador daquela colônia de uma cilada, e êste, agradecido, permitiu que tornasse ao Brasil, com a condição, porém de não ir para a Bahia e sim para Pernambuco.

O capitão Melo e Castro permite que Gregório de Matos permaneça em Pernambuco, mas lhe impõe a condição de não fazer versos satíricos. É evidente que Gregório concordou com o senhor capitão, porém, mais evidente ainda é que não cumpriu com o prometido.

E pôs logo num soneto a procissão de cinzas:

**Um negro magro em sufulié justo,
dois azorrangues de um joá pendente,
barbado o Peres, mais dois penitentes,
seis crianças com azas sem mais custo.**

**De vermelho o mulato mais robusto,
três fradinhos meninos inocentes,
dez ou doze brichotes muito agente,
vinte ou trinta canelas de ombro onusto.**

**Sem devida reverência seis andores,
um pendão de algodão tinto em tijuco,
em fileira dez pares de menores.**

**Atrás um cego, um negro, um mameluco,
três lotes de rapazes gritadores:
é a procissão de Cinza em Pernambuco.**

Depois de algum tempo voltou à Bahia, licença que obteve, possivelmente, sem muito trabalho e custo.

Afinal, quem gostaria de ter perto de si um homem que não perdoava ninguém e que não deixava em paz os fidalgos e os poderosos?

**Algarve sem razão, bruto sem fé,
sem mais leis que as do gosto, quando erra,
de Paiaia tornou-se em Abaité.**

**Não sei onde acabou, ou em que guerra:
só sei que dêste Adão de Massapé
procedem os fidalgos desta terra.**

Veja-se o uso de têrmos tupis nos seus versos, no que fôra precedido por Anchieta.

E vendo que o Brasil muito produzia e tudo ia para a Metropole, ficando o povo sempre sofrendo necessidade, abre as comportas da sua justificada revolta:

**Que os brasileiros são bestas
e estarão a trabalhar
tôda vida, por manter
maganos de Portugal.**

Nota-se que já no século XVII, aparece a palavra **brasileiro** designando pessoa nascida no Brasil, o que põe por terra afirmações dos que dizem que o têrmo com êste sentido só foi empregado após a Independência.

Em 1691 passou a Bahia por dura contingência, que a fome por ela andou impiedosamente. A frota que vinha de Portugal nada trazia para minorar a situação dolorosa que o povo atravessava. Mas o povo não podia reclamar. Tinha que manter um

ponto em boca. A frota que nada trazia partia abarrotada. Ou melhor trazia lastro de areia e levava lastro de açúcar...

Do protesto de Gregório apenas êstes versos:

**Tôda cidade derrota
esta fome universal,
e uns dão culpa total
à Câmara, outros à frota:**

**a frota tudo abarrota
dentro dos escotilhões,
a carne, o peixe, os feijões:
e se a Câmara olha e ri,
porque anda farta até aqui,
é coisa que não me toca:
Ponto em bôca.**

**A fome me tem já mudo,
que é muda a bôca esfaimada,
mas se a frota não traz nada,
por que razão leva tudo?**

As sátiras que escrevia criavam-lhe, como é fácil de se notar, sérias dificuldades. Perseguições surdas ou sonoras tornavam-lhe a vida difícil. Pagava pelo pecado de ser sincero, de falar, de mostrar o erro, de ter talento. Êste pecado, então, devia ser o pior de todos.

Como acontece em tôdas as colônias, os mais poderosos são os que vêm da Metrópole, em nome do rei. Diante dêles os rapapés são continuos. As curvaturas das espinhas flexíveis, que tanto agradam os que estão por cima. A bajulação, o agradinho, a busca de mercês.

O poeta vê os naturais desprezados e canta:

**Senhora Dona Bahia,
nobre e opulenta cidade,
madastra dos naturais,
e dos estrangeiros madre.**

**Dizei-me por via vossa
em que fundais o ditame
de exaltar os que aqui vêm
e de abater os que aqui nascem?**

E põe em destaque certos individuos que aqui chegam pobres de Cristo e que

**Vendendo gato por lebre
antes que quatro anos passem
já têm tantos mil cruzados
conforme afirmam pasguates.**

Quando na Capital da Colônia faltavam honra e vergonha e campeavam a ambição e a usura, Gregório em epigramas cantantes, pintou com traços fortes a realidade:

**Que falta nesta cidade?... Verdade.
Que mais por sua desonra?... Honra.
Falta mais que se lhe ponha??... Vergonha.**

**O demo a viver se exponha,
por mais que a fama a exalta,
numa cidade onde falta
verdade, honra, vergonha.**

**Quem a pôs neste recrócio?... Negócio.
Quem causa tal perdição?... Ambição.
E no meio desta loucura?... Usura.**

**Notável desventura
de um povo néscio e sandeu,
que não sabe que o perdeu
negócio, ambição, usura.**

Pelos versos citados e os ligeiros comentários feitos, creio que os traços mais característicos do satírico Gregório de Matos aparecem acentuados na tela da evolução do pensamento brasileiro. É uma consciência com fortes contornos nacionalistas. Toma posição, atua, vive seu tempo. Como a época era de submissão, seus versos deviam ser de revolta, que de um espírito livre não se espera senão lampejos que iluminem a estrada do porvir.

Casou-se, em 1684, com Maria dos Povos, mas foi uma união desastrosa, devido ao gênio ultra boêmio do poeta. Além das produções satíricas Gregório escreveu versos líricos e sacros, mostrando em ambos seu real talento poético.

Mas é criticando, investindo, defendendo sua terra que êle se destaca.

Sua vida foi uma existência agitada, sem tranquilidade. Quando morreu, em 1696, atacado por forte febre, muita gente suspirou aliviada, porque o censor terrível deixava de existir. Na verdade êle não silenciara, pois sua obra continuou séculos afóra, retrato fiel de uma época, a zombar daqueles que o levaram a tanger sua lira que era bem a lira do "Boca do Inferno".

PEDRO DE TOLEDO

Aureliano Leite

Começo por lembrar-vos que se iniciou no ano de 1922 o mais profundo e mais longo ciclo revolucionário do Brasil, que, de certa maneira, ainda não encontrou o seu ponto final, pois que perdura até hoje.

Rompeu simultâneamente no Rio de Janeiro e em Mato Grosso, a 5 de julho, célebre levante militar em que se salientou o heróico episódio que ensanguetou as areias de Copacabana e no qual um grupo de jovens militares enfrentou, em campo aberto, o grosso das tropas do Exército Brasileiro. Dêstes moços salvaram-se dois tenentes, um dêles ainda vivo — o Brigadeiro Eduardo Gomes.

Governava o Brasil o paraibano Epitácio Pessoa, chamado “o menino prodigio”, ou “a patativa do Norte”, a fim de completar o quadriênio iniciado por um mineiro ilustre — Delfim Moreira, substituindo o venerando paulista Rodrigues Alves, que, por grave moléstia, não pudera assumir a presidência.

Sucedeu a Epitácio Pessoa o enérgico montanhês Artur Bernardes. Só pôde governar com a proteção do estado de sítio.

Rebentou no mesmo dia da intentona de 1922 (5 de julho), um movimento em armas chefiado pelo depois general Isidoro Dias Lopes, no coração de nossa Capital. Visava o Rio de Janeiro, e tinha São Paulo apenas como base da operação final, ou melhor, da conquista do Catete.

O então pouco conhecido cabo de guerra chegou a ocupar tôda a cidade de São Paulo e uma parte do Estado. Batido, após luta encarniçada, retiraram-se os seus comandados e distribuíram-se em grupos armados pelas regiões vizinhas, levando, em colunas famosas, a Revolução até os nossos confins.

O Estado de São Paulo, governado por Carlos de Campos, já na chefia da nação Washington Luís, até então quase indiferente ao que, de sumamente grave, ocorria no país, levantou a sua voz através do Partido Democrático.

Êste foi fundado em 1926 por velhos e abnegados políticos liderados por um conselheiro da monarquia, de quase noventa janneiros — Antonio da Silva Prado. A êles se aliou uma equipe de jovens idealistas da Liga Nacionalista, mandada fechar pelo Pres.

Artur Bernardes a pedido do Pres. Carlos de Campos. A nova comunhão política pleiteou um regime de efetivas realizações liberais e sociais, que contentasse a pátria brasileira, desassossegada, de Norte a Sul.

Não a ouviram os governantes situacionistas de então.

Dêsse êrro lamentável resultou formar-se, com a colaboração do Partido Democrático, a Aliança Liberal, unindo em verdadeira e forte federação todos os oposicionistas do país.

Ainda assim os governantes situacionistas não tiveram olhos nem ouvidos para o que podia surgir. O Catete impõe um candidato, Júlio Prestes. Homem ilustre, trazia, no entanto, a mácula de ser tirado do bôlso do colete do chefe da nação. E êste, obstinadamente, não aceitou qualquer acôrdo em tôrno de sua própria sucessão.

As eleições correram fraudulentas. Em S. Paulo, em Minas Gerais, no Norte, no Sul, em tôda a parte, roubaram-se urnas, falsificaram-se atas, anularam-se votos autênticos. A despeito disso, considera-se eleito o candidato do Catete.

Para maior desgraça, o govêrno da República é ainda mais apontado como responsável supremo pela crise econômica que ameaçava de empobrecer os nossos lavradores.

A Revolução tornou-se inevitável. Estrondou em 1930. Caracterizou-se por um adiantado programa ideado pela Aliança Liberal. De expressão civil, foi chefiada por um civil — O Presidente do Rio Grande do Sul — Getúlio Vargas, que se comprometeu, em solene documento assinado, a obedecer ao temário da Aliança Liberal.

Vitória! Vitória! São Paulo recebeu os vencedores de 23 de outubro, em delírio, num espetáculo inédito, voltado cheio de esperanças para êles. Iamos por certo ganhar uma democracia autêntica, que nos prometia dias felizes.

Mas não tardou a traição. O chefe civil escolhido voltou-se contra a terra generosa de que se dizia originário. E tentou escravizá-la, fazendo seus prepostos militares inexperientes e mal inspirados, apenas interrompidos pela administração civil e breve do magistrado Laudo de Camargo, a quem o próprio ditador faltou com o apoio, obrigando-o a demetir-se.

Antes já praticara a mesma felonía para com Plínio Barreto, a quem nomeara interventor e mandara que os beleguins do Catete lhe impedissem a posse. Não pensa assim o ilustre historiador carioca Hélio Silva.

Ocorreu então milagre admirável. As duas comunhões políticas pelas quais o Estado se repartia, o Partido Democrático e o Partido Republicano Paulista, se unem, confraternizam-se, para castigar o traidor e colocar a Revolução no seu leito. Não se pretendia contra-revolucionar, pretendia-se libertar São Paulo, cons-

titucionalizar o Brasil e cumprir o programa da Aliança Liberal. Muito menos se pensava em separação, de São Paulo do Brasil.

Conspirou-se abertamente. O traidor percebeu o que estava para acontecer. Quis fazer abortar o movimento em marcha. Só então se lembrou de que a exigência anterior de São Paulo era de "um interventor civil e paulista".

É quando surge a figura veneranda de Pedro de Toledo. O velho político era civil e paulista. Estava arredado, há muito, de sua terra natal, desde que, demitido acintosamente pelo Pres. Artur Bernardes, deixara a nossa embaixada em Buenos Aires, que êle exercia fora da carreira diplomática. Gozava da simpatia de certos tenentes ligados a Getúlio Vargas, pelo fato de dar-lhes alguma proteção, dessa que não se nega ao próprio inimigo, quando fugidos da pátria, se asilaram na bela capital Argentina, após a derrota da Revolução de 1924.

Vivendo franciscanamente no Rio de Janeiro, afastado há muito de S. Paulo, sem conhecer exatamente o que aqui se passava e certo de que podia ser útil à terra natal, Pedro de Toledo aceitou a interventoria, nela se empossando a 7 de março de 1932.

O que foram os dois meses e pouco em que governou o seu Estado, prêsa de Getúlio Vargas, muitos poucos sabem exatamente. A verdade sôbre êles só se conhecerá quando se publicar o diário deixado pelo ex-Interventor.

Os épicos dias de 22 a 23 de maio nos quais se salientou o verbo de Ibrahim Nobre, não tardaram, porém, a vir desembaraçá-lo das amarras com o Palácio do Catete. Demitindo o secretariado impôsto pelo traidor, substituiu e dá posse, em acontecimento histórico, a uma equipe de paulistas da mais alta projeção política tais como: Paulo de Moraes Barros, Waldemar Ferreira, Fonseca Teles, Francisco Junqueira, Rodrigues Alves, Tirso Martins, Joaquim Sampaio Vidal e Gofredo Teles.

Essa magno acontecimento constituiu o preâmbulo da Revolução Constitucionalista, que viria a explodir daí a menos de dois meses, a 9 de Julho de 1932.

Funda-se no Clube Comercial a milícia M.M.D.C., sagrando para sempre os nomes dos quatro moços que tombaram na luta desigual com elementos ligados ao General Miguel Costa.

Reunem-se em deliberações decisivas os chefes civis, entre êles, Francisco Morato, Pádua Sales, A. Leonel, Júlio de Mesquita Filho.

São convocados os chefes militares supremos — Isidoro Lopes, Klinger, Euclides Figueiredo. Tudo em tórno de Pedro de Toledo.

Aclamado logo pelo povo delirante e pelas forças Armadas, Exército e Milícia Estadual, passa, dessa gloriosa hora em diante, a não ser mais o preposto de Getúlio Vargas, mas o governador de São Paulo.

Tive a fortuna de vê-lo e ouvi-lo, muitas vezes, durante o estrondar dos combates, em tôdas as lindes de nosso território, menos do lado de Mato Grosso, que foi fiel a São Paulo. Lutou-se até nas bandas do oceano que nos banha. O venerando paulista portou-se com rara bravura, qual um modelo de guerreiro sereno e jamais desfalecido.

Registrei em meu livro "Martírio e Glória de S. Paulo" algumas cenas de que êle foi o personagem central. Esta, por exemplo:

Houve certo momento, no Palácio dos Campos Elíseos, já na parte final do movimento, em que chegou ao governo a notícia de certa fraqueza numa das frentes de combate. Pedro de Toledo, sempre fumando os seus cigarros preferidos na longa piteira, não se conteve:

— Dai-me um fusil! A minha velhice não me negará a força precisa para sustentá-lo...

Só uma vez, vi o governador perder a serenidade. Foi quando o conhecido taubateano Cônego Valois de Castro procurou-o em palácio para aconselhá-lo a mandar usar armas e munição proibidas e, até envenenar fontes...

Pedro de Toledo virou as costas ao Cônego, após estas palavras ácidas:

— O senhor, um sacerdote de Cristo, a aconselhar-me por esta forma...

O Governador, que noutros tempos fôra até chefe da Maçonaria Paulista, tornara-se com a idade de extrema devoção religiosa, mesmo místico. No seu pequeno e modesto quarto dos Campos Elíseos, havia sôbre o criado mudo uma imagem de Nossa Senhora.

O que mais o revoltava era o bombardeio inimigo da artilharia e da aviação contra cidades abertas, fazendo vítimas inocentes, imbeles. A 20 de setembro, chegou a redigir e lançar um manifesto ardente contra o vandalismo ditatorial.

Embora místico de verdade, acreditava em certos mistérios, chegava a ser supersticioso. Certo dia, pediu-me que trocasse por outra a minha gravata de retrós. Não gostava dos sábados. E alegava como êsse dia nos fôra funesto: — uma bomba brutal arrazara o quartel central da Fôrça Pública; o suicídio de Santos Dumont dera-se nesse dia; também nesse dia morrera em desastre o Cel. Marcondes Salgado...

Aproveito a oportunidade para informar que a Revolução de 32 não acabou, como se vinha pensando e proclamando em 28 de setembro, data em que se iniciou o recolhimento aos quartéis da Fôrça Pública dos seus batalhões, comandada a milícia pelo Coronel Herculano de Carvalho. A Revolução só terminaria quatro dias depois, ou seja, em 2 de outubro, quando seria deposto o Governador Pedro de Toledo e ainda se combatia nuns e noutros

pontos do Estado. No tocante à minha afirmação, ainda há pouco ouvi do Coronel Tenório de Brito, um dos bravos chefes de setores da frente Sul, que na tarde de 1.º de outubro, a sua gente ainda repeliu o ataque de forças comandadas pelo Gen. Waldomiro Lima, obrigando-as a reatravessarem o Rio Paranapanema.

Em meu livro "Martírio e Glória de S. Paulo", narrei as cenas comoventes do último ato do drama vivido pela nobre terra que uma ditadura iníqua desejava subjugar. Vou reproduzir trechos dos que se relacionam com a figura de Pedro de Toledo no seu derradeiro dia, no Palácio dos Campos Elíseos.

Recebida a intimação que lhe trouxera uma comissão da Fôrça Pública para abandonar imediatamente o palácio e, pois, o governo, Pedro de Toledo preparava-se para a retirada.

O palácio começou a esvaziar-se. Daí a pouco, sobejávamos, lá dentro, apenas umas dez pessoas, excluídos funcionários e criados. O Governador, que saíra da sala dos despachos, voltou àquela peça. Vinha pedir que se acabasse de pentear o manifesto do governo ao povo. Era a sua derradeira fala a S. Paulo. Waldemar Ferreira, Secretário da Justiça, preparara o documento, na véspera. Ficou sujeito às alterações que os acontecimentos impuseram. Afinal, foi lido, em voz alta, por Cardozo de Melo Neto. Eis a sua altiva conclusão:

"Fica encerrada, nesta faixa de território brasileiro, a campanha militar pela restauração do regime legal. Mas o anseio não se sopitará. Cumprida, a campanha há-de expandir-se certamente, por não ser possível que um povo como o nosso, persista em viver num regime de arbítrio. Deu a São Paulo tudo quanto podia dar ao Brasil. Tudo empenhou em prol de sua reorganização política e administrativa. E disso não se arrependerá. O seu governo instituído pelo povo paulista, com o apoio das forças armadas, encerra o seu ciclo histórico. Antes, porém, que lhe extinga a vigência, afirma que cumpriu o seu dever. Tudo por São Paulo, tudo pelo Brasil".

Foi esse documento histórico aprovado, datado e assinado, em seguida, pelos membros presentes do Governo revolucionário.

Escurecia. Pedro de Toledo, risonho, procurando quebrar o triste silêncio, disse: — Agora, meus amigos, retiro-me para a minha obscuridade, até que a ditadura mande buscar-me para a cadeia ou para a fôrça...

A comoção era geral. Alguém entretanto, rompeu o silêncio:

— Para a cadeia ou para a fôrça, talvez... Mas para a história, como o maior homem de São Paulo, necessariamente.

Aplausos mudos. A despedida passou-se rápida. Pedro dirigiu-se a cada um dos escassos amigos e secretários, funcionários e criados. Nestes e naqueles, alguns choravam. Parecia um dia de morte.

Já todos alcançáramos o saguão do palácio. O automóvel esperava, à portada. Pedro foi pessoalmente buscar ao cabide o seu chapéu e a sua bengala. Quis abraçar os secretários.

— Não, vamos acompanhá-lo, protestou Waldemar Ferreira.

O professor Gama Cerqueira, também de nossa Academia, cunhado do ex-Governador, insistiu:

— Deixem que o Pedro vá só...

— Não, absolutamente não, respingaram os secretários.

Pedro de Toledo, apesar de haver pedido um carro de aluguel, alegando já não ser mais nada, entrou para a viatura oficial, que o conduziu até a Avenida Higienópolis, n.º 11, casa de um amigo. Daí, dias depois, levado prêso para a ilha do Rijo, na Baía de Guanabara, onde teve como companheiros: Artur Bernardes, e Borges de Medeiros, ambos leais à Revolução, o primeiro batendo-se por ela em Minas Gerais e o segundo no Rio Grande do Sul. Embora unidos pela grande causa comum, detestavam-se mutuamente os três, e com inteira razão.

Tem-se a impressão de que o tirano do Catete os reuniu ali para rir à custa dos três velhos chefes políticos. Não demorou a que o ex-Governador, seguido do ex-Presidente Artur Bernardes, fôsse deportado para Lisboa.

Antes de ambos, a iníqua ditadura fêz despejar no Cais de Alcantara, da bonita capital de Portugal, algumas dezenas de outros brasileiros civis e militares.

Lisboa acolheu-nos com carinho. O próprio inverno europeu, apesar de que os pequenos hotéis e as modestas pensões que nos abrigavam fossem desprovidos de calafetagem ou lareiras, pareceu-nos menos rigoroso. Com raríssimas exceções, os brasileiros se comportaram como convinha a homens educados e patriotas, aos quais o povo irmão sempre obsequiou por tôdas as maneiras. Sentíamos como que voltar à casa paterna. Entretanto, um ilustre exilado, Altino Arantes, que apreciava muito frases estrangeiras, mandou fazer um sinete a fim de marcar a sua correspondência para o Brasil com a seguinte divisa: "Right or wrong, my country". Altino exprimia dessa'arte o pensamento de todos os exilados.

Mas Pedro de Toledo tornou-se num exemplo de dignidade e civismo, honrando a pátria distante e infeliz.

Diferente de Washington Luís, êle se emparelhou com seu velho adversário na nobreza e altanaria com que viveu no exílio.

Washington Luís, com melhor saúde e idade menor, além de economicamente independente, pôde cumprir a sua deliberação corajosa de só voltar ao país, após a queda de seu ex-ministro — Getúlio Vargas. O seu gesto elevou-o a tal ponto que os seus próprios adversários batem até hoje palmas à sua memória.

Pedro de Toledo não podia sequer pensar em permanecer no exílio. Homem de velhice avançada, pois já era septuagenário,

falto de recursos pecuniários, sustentado em Portugal à custa de subscrição aqui levantada por um grupo de nobres damas e, além do mais, de saúde bastante precária, se não retornasse dentro do menor tempo ao Brasil, correria o risco de morrer no exílio. Essa possibilidade o aterrava. Queria morrer aqui, na amada terra natal, rodeado de seus queridos filhos e netos, rodeado de seus fiéis amigos e companheiros, já que faltava para fechar-lhe os olhos a esposa idolatrada, que fôra filha do magistrado mineiro Gama Cerqueira.

Os deuses o ouviram. Foi o que aconteceu, pouco depois de seu regresso, pois faleceu aos 29 de julho de 1935, com 75 anos feitos.

Entretanto, não morreu apenas rodeado de seus queridos descendentes e dos seus fiéis amigos e companheiros, morreu cercado da veneration glorificadora de seu povo. Morreu no Rio de Janeiro, sendo o seu corpo trazido em triunfo para São Paulo.

Entre os oradores que à beira de sua sepultura interpretaram o sentimento dos Paulistas, estêve o nosso querido acadêmico Ernesto Leme, que falou em nome da Assemblêia Legislativa.

Enterrado no Cemitério da Consolação, as suas cinzas foram afinal trasladadas para o Mausoléu do Ibirapuera.

Mas Pedro de Toledo merece muito mais. Merece um monumento na praça pública.

A Associação dos Veteranos — M.M.D.C. conseguiu para êsse objetivo, do grande prefeito Prestes Maia, a doação de uma bela área, no Ibirapuera. Pôs em concurso o projeto da obra monumental. Concorreram arquitetos de todo o Brasil. Alcançou o primeiro lugar um talentoso profissional gaúcho. E as providências pararam nisso.

X X X

Tudo o que até aqui debulhei não passa de algumas notas rápidas sôbre longo período do passado brasileiro e, especial, de São Paulo. Quem realmente está escrevendo a História dos feitos por mim apenas alinhavados é o nosso nobre confrade Paulo Nogueira Filho.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Comecei por onde devia terminar, lembrando-vos Pedro de Toledo no desempenho da missão gloriosa de governador de São Paulo na Revolução Constitucionalista.

Na verdade, não tenho por escôpo traçar-lhe a biografia completa. Assim, não lhe venho lembrar os estudos da mocidade, nem mesmo o início de sua carreira de advogado e outros misteres em que revelou acendrado espírito público. Venho apenas recordar escolhidas facetas de sua nobre figura, entre elas, a de sua especialização cultural. Desejo mostrar como, não cuidando de li-

teratura, no rigor da expressão, ou melhor, não tendo sido um novelista, um poeta, ou mesmo um historiador, chegou a entrar para a nossa Academia Paulista de Letras, ocupando, no seu quadro de membros fundadores, a cadeira n.º 39, da qual é patrono Gabriel Rodrigues dos Santos.

Numa coincidência por ventura provocada, o seu patrono também não fôra um literato, fôra, qual Pedro de Toledo, um jornalista, um parlamentar e um revolucionário.

Quando um médico fluminense pregou e logrou criar a nossa Academia, o meio das letras floridas de S. Paulo parecia um tanto minguado. No passado, onde se escolheram os 40 patronos, ocorria a mesma deficiência. Nem todos foram homens de letras, no sentido rigoroso. Gabriel Rodrigues dos Santos, já se viu, era apenas parlamentar e jornalista. Vários outros apresentavam quase as mesmas condições: Clemente Falcão Filho, João Mendes, o velho, F. Rangel Pestana, Caetano de Campos, Barão de Ramalho, Monsenhor Manoel Vicente, João Monteiro, Cesário Mota, Bartolomeu de Gusmão, Alexandre de Gusmão, Cel. Martim Francisco e Américo de Campos.

Eram 14 não literatos em 40 patronos. Certamente que foram das maiores figuras de São Paulo, mesmo no aspecto intelectual. Mas não foram literatos, ou melhor, poetas, ou novelistas, ou historiadores.

Nos membros fundadores da Academia, além de Pedro de Toledo, contam-se várias figuras tais quais aquela que atingiu o Governo de S. Paulo. Começo a relação pelo sábio Luís Pereira Barreto, e pelo próprio criador da Academia, J. J. Carvalho. Seguem-se, nas mesmas condições, Dino Bueno, Monsenhor Paula Rodrigues, Alberto Seabra, Carlos de Campos, Estevam de Almeida, Gama Cerqueira, Rubião Meira e Rafael Corrêa da Silva. Eram onze não literatos em quarenta cadeiras.

Nada há que censurar. Seguiu-se o exemplo de tôdas as academias do mundo, a começar pela da luminosa França, que é o modelo de tôdas as outras.

A nossa Academia apresenta aliás uma bela história, às vezes deturpada, o que acontece mais por escasso conhecimento dos fatos do que por má fé. Ainda um dia destes, viu-se no grande órgão "O Estado de São Paulo", em delicada crônica atribuída ao escritor ilustre Delmiro Gonçalves, alguns equívocos relativos à nossa vida acadêmica. No episódio de que foi principal personagem o nosso saudoso René Thiollier, êle aparece como vítima, como despresado pelos seus confrades, esquecidos de seus estimáveis serviços ao sodalício.

Nada mais irreal do que a versão da crônica de Delmiro Gonçalves. O cargo de secretário perpétuo atribuído a René Thiollier e que êle desfrutou por algum tempo, o foi irregularmente, visto

que os estatutos da Academia não o criaram jamais, em tempo algum. Mas na época a nossa entidade não possuía patrimônio, não tinha vida por assim dizer financeira ou econômica, não mantinha relações jurídicas de importância com terceiros. Todavia, quando a Academia ganhou o terreno e levantou o empréstimo, na Caixa Econômica Federal para a construção deste belo prédio em que moramos, tornou-se necessário regularizar a situação de René Thiollier, a fim de que ele pudesse representar legitimamente a Academia, nas suas múltiplas transações. Urgia pois reformar os estatutos, criando-se o lugar de secretário perpétuo, destinado ao próprio René. E enquanto durasse a ligeira, mas indispensável emenda, ele seria eleito, provisoriamente, secretário geral.

O nosso saudoso confrade sentiu-se fundamentalmente ferido e recusou-se em definitivo a aceitar a providência, chegando a nos mandar todos ao diabo e a cortar relações com vários de nós outros, inclusive com o Presidente Altino Arantes.

Não se limitou a tal gesto: publicou um livro amargo de memórias contra a Academia. Só agora, quase às vésperas de seu chorado desaparecimento, aceitou, como compensação, o cargo de nosso presidente honorário, após emenda aos estatutos, criando, em disposições transitórias, especialmente para ele, aquêlo pôsto. Acabou assim, para a glória da Academia e satisfação da grande e saudosa figura, o lastimável episódio.

Havendo interrompido um tanto, a bem da história da Academia, o que narrava de Pedro de Toledo, volto ao admirável neto do Conselheiro Joaquim Floriano de Toledo, para lembrar que, como jornalista e parlamentar, antes de passar por um ministério de Estado e pela diplomacia, brilhou numa e noutra atividade intelectual.

Traçando, sob o pseudônimo de Macambúzio excelentes crônicas políticas, em jornal vespertino — “A Nação”, no ano de 1897, prestou à grei política chefiada pelo General Francisco Glicério, grandes serviços.

Campos Sales, de quem nesse tempo era adversário, mereceu-lhe muitas de suas charges, aliás menos atrevidas do que irônicas e chasqueadoras. Vêde este pedacinho, quando Campos Sales se candidatou à Presidência da República. Pedro retrata, sem lhe dar nem as iniciais, o futuro ocupante do Catete:

“Ele é candidato... à história e por isso chama-lo-e-mos somente: o candidato.

É baixo e retacado, corpo comprido e grosso, pernas curtas e finas. Veste sempre sobrecasaca de abas até o joelho. Impa-se todo como se estivesse montado.

As mãos, dirige-se um pouco para a frente, como que seguindo nas rédeas.

Os ombros, atira-se para trás, inclinando a cabeça um pouco para a frente, como quem olha entre os olhos da cavalgadaura”.

Noutro tópico, dava a Campos Sales o apelido de **Baiacu**, mote que proporcionou a Eduardo Prado o panfleto jocoso dêsse nome.

Baiacu é um peixinho barrigudo que se incha todo como uma bola de borracha quando com êle se meche. Assim era Campos Sales segundo os seus implacáveis inimigos, adorando os elogios e inchando-se com êles.

Mais tarde, Pedro foi, em 1906, um dos redatores de “A Notícia”, que, não obstante de vida curta, provou a masculinidade de sua inteligência.

Como um dos chefes mais eminentes do Partido Conservador, escreveu apreciados artigos políticos no órgão que se chamou “São Paulo”, defendendo a candidatura do Marechal Hermes da Fonseca, e combatendo a candidatura de Ruy Barbosa, já chamado a “Águia de Haia”.

Chegou a pretender reunir em dois ou mais volumes os seus trabalhos jornalísticos. Quanto aos seus discursos parlamentares na Assembléa Legislativa de S. Paulo, êsses sim, conseguiu enfeixar em tomo alentado. Mereceu essa obra o ligeiro prefácio do prestigioso presidente de nossa Academia, Prof. Brasílio Machado. Concluindo êsse ligeiro prefácio, disse Brasílio Machado, já Barão pela Santa Sé:

“Não há que negar que nas discussões dos temas, demonstrou o Dr. Pedro de Toledo variedade nos estudos, maleabilidade de talento, e sobretudo a consciência serena de não se haver arredado ou esquecido de seus ideais políticos nem dos seus planos de organização, que aos diversos ramos de govêrno estimava por oportunos e adequados. Seus votos foram por vêzes vencidos, mas se resguardou intacto à coerência dos princípios básicos da sua escola política. Afirmou o poder de um carater que não conhece o caminho, aliás tão freqüentado, das transfigurações...”

Não se diga que Pedro não passou de um deputadinho regional. Lembre-se que a Assembléa Legislativa Paulista de seu tempo compunha-se no geral de estrêlas do Partido Republicano Paulista, a que êle pertenceu, antes de filiar-se ao hermismo, ao lado de figuras de porte de um Campos Sales, de um Francisco Glicério, de um Manoel Vilaboim, de um Martim Francisco o 3.º e outros.

Lembre-se ainda que na Assembléa de S. Paulo, êle teve adversários do porte de um Júlio Mesquita, de um Fontes Júnior, de um Alfredo Pujol, de um Antonio Mercado, de um Carlos Guimarães, de um João Sampaio e outros.

Quando ministro plenipotenciário, antes de ser embaixador em Buenos Aires, publicou outro volume com doze discursos, nos quais aperfeiçoou a sua eloquência.

Como político, não raramente evocava como modelo de sua atuação, o seu avô, o já referido Conselheiro Joaquim Floriano de Toledo, dizendo:

“Um neto de Joaquim Floriano não manchará nunca o seu nome.”

Primo do Conde de Afonso Celso que também descendia de Joaquim Floriano, costumava acrescentar:

“Aliás, eu e o primo Afonsinho Celso, somos da escola de seu pai, o Visconde de Ouro Preto, que foi dos titulares da monarquia, um dos dois ou três que não aderiram à República”.

Minhas Senhoras e meus Senhores.

O que vos ofereci nesta tarde outonal de março acêrca da vida e obra de Pedro de Toledo, conquanto não lhe haja traçado uma biografia total, parece-me o bastante para vos dar uma idéia talvez exata, do que foi o vulto que nesta Academia Paulista de Letras ocupou a cadeira n.º 39, de que é patrono Gabriel Rodrigues dos Santos, e que tem hoje como titular um romanista de truz, o nosso José Geraldo Vieira, que por sua vez sucedeu ao admirável Monteiro Lobato.

Mas Pedro de Toledo não pertenceu apenas à nossa Academia. Honrou os quadros sociais do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, figurando num deles. Tomou a si esta entidade, o Instituto, promover uma homenagem à sua memória fazendo publicar volume sôbre sua vida e obra. Para isso abriu concurso que vai encerrar-se a 9 de julho próximo.

Ainda está em tempo daqueles intelectuais que me ouvem concorrerem a essa homenagem que S. Paulo prestará ao grande e inolvidável paulista.

(Palestra na Academia Paulista de Letras)

CAMPINAS NA MAGIA DO MEU SONHO E DA MINHA SAUDADE

Vinício Stein Campos

Ao atender, neste instante, desvanecido e emocionado, generosa convocação de velho e dileto amigo para proferir uma palestra literária na sempre querida cidade de Campinas, terra que se vinculou à nossa vida como bêrço alcançado dos mais belos sonhos da juventude e centro inesquecível dos nossos estudos secundários, — cumpre-nos agradecer, desde logo, a André Leme Sampaio a amável iniciativa do convite, e à Academia Campinense de Letras, na pessoa de seu preclaro Presidente Dr. Lycurgo de Castro Santos Filho, a magnanimidade com que anuiu a essa lembrança, abrindo-nos desvanecedoramente as portas ao proscênio literário que se propõe a cultivar, com o coração e a inteligência, as belas letras de Campinas.

Bem de ver, pacientes amigos, que nesse capítulo — da criação artística, a nossa desvaliosa bagagem literária nada teria, em verdade, que vos oferecer. Ativemo-nos, por isso, à narrativa das impressões que a vossa cidade nos proporcionou no convívio de mestres e discípulos, à frequência das paisagens urbanas tradicionais que o progresso vai apagando em suas ruas e praças, para conservá-las apenas no suave colorido das telas acadêmicas, onde se aninha, hoje, o encantamento dos tempos idos e onde a vida de outrora palpita com aliciante doçura.

Campinas na magia do meu sonho e da minha saudade — é, em consequência, o tema que vos propomos à meditação, não tanto pelas emoções que nele tumultuam, como pelo que possivelmente contenha de útil à orientação da cidade, na preservação dos grandiosos edifícios de seu passado ilustre, documentos insubstituíveis de soberbas épocas históricas e que deveriam ser defendidos com o mesmo carinho e a mesma tenacidade com que a fundação de Barreto Leme se vem ampliando, altaneira e magnífica, na envaidecente paisagem de São Paulo.

(1) Palestra pronunciada no auditório da Academia Campinense de Letras, de Campinas, em 7-8-1967.

Foi em 1923, numa tarde luminosa e quente de fevereiro, que tivemos nosso primeiro encontro com Campinas.

Como Paulo Setubal, que em menino se valera da Virgem, prometendo-lhe tornar-se padre caso ela o libertasse da terrível angústia, que era a busca diária da Morena e da Manteiga, enredadas no canto mais sujo e perigoso do pasto, — também a nós sorriu em criança a sedução do Seminário e para êle nos encaminhamos com indizível fervor. Cumpre esclarecer, todavia, que não nos despertou a vocação sacerdotal compromisso semelhante ao de Setubal, nem nos levou ao piedoso retiro eclesiástico o carço de pitomba, a que alude Graça Aranha ⁽¹⁾. Arrastou-nos ao noviciado do altar a eloquência oratória de um grande tribuno campineiro, o Cônego Oscar Sampaio Peixoto, empolgante orador sacro que assumira em 1920 as funções de Vigário de Capivari, nossa terra natal, e cujo convívio então frequentávamos, como seu coroinha na Igreja Matriz. Na ingenuidade de nossos devaneios infantis, imaginávamos que uma vez sacerdote seríamos como o Cônego Oscar, brilhante e eloquente orador, capaz de proferir aquelas orações arrebatadoras que deslumbravam o povo capivariano nas solenidades da Semana Santa, nas comemorações litúrgicas de maio e das festas juninas, na devoção encantadora do Natal e na entrada festiva do Ano Novo. Parece-nos ainda vê-lo, no púlpito ou em meio à fila de bancos próximos ao altar-mór, repassando sôbre a fronte, num gesto muito seu, o lenço já úmido do suor que lhe aljofrava o rosto moreno, e, sem esforço, como apanhando no íntimo do coração o fluxo das palavras sonoras que se encadeavam em frases de quente musicalidade, — proferir o simpático sacerdote suas prédicas magistrais, que reboavam pela nave catedralesca do importante templo católico capivariano e sensibilizavam profundamente a quantos ali se reuniam para ouvi-lo, contritos e enlevados.

Foi em companhia do Cônego Oscar que, em princípios de 1923, viemos a Campinas pela primeira vez. Viemos para ficar padre. O saudoso Bispo D. Francisco de Campos Barreto, de veneranda memória, havia instalado nesse ano junto ao Ginásio Diocesano Santa Maria, no alto das Caneleiras, a cavaleiro do Bosque dos Jequitibás, o Seminário Menor de Campinas, providência que libertou os seminaristas de sua Diocese do famoso internato de Pirapora, dura estrada de provação cujos écos chegaram até nós na informação dos colegas que por ela tiveram de caminhar.

A única via de comunicação, por êsse tempo, entre Capivari e Campinas, era a linha férrea da Sorocabana. Saímos de Capivari às 8 horas da manhã e ao meio dia o comboio chegava à antiga Estação da Guanabara, de onde tivemos a primeira visão panorâmica da cidade. Para nós, que chegávamos de uma pequena e

(1) Graça Aranha — O Meu Próprio Romance

tranqüila povoação, adormecida à margem do Capivari num completo repouso, o espetáculo que Campinas nos ofereceu lá alto da Guanabara, com o seu enorme casario esparramado em tôdas as direções, uma fila de palmeiras imperiais surdindo da vegetação distante e flabelando no ar suas cabeleiras armadas em leque, a riqueza cromática do colorido, espelhando na exuberância do cenário tôdas as tonalidades do verde, como numa poesia torrencial de Martins Fontes, — o quadro foi deslumbrador!

Um bondinho trepidante que chiava nos trilhos ao precipitar-se em marcha contida pelas ladeiras íngremes, nos trouxe à cidade, deixando-nos na Barão de Jaguará, esquina com a General Osório, de onde saía outra condução para o Seminário. Nunca havíamos presenciado movimento igual, a não ser em São Paulo, a imponente Capital dos paulistas, que conhecemos no ano anterior e cuja febril atividade comercial observávamos da sacada do Hotel d'Oeste, na rua Boa Vista, ou do escritório do Dr. Júlio Prestes, na esquina da rua Direita com a 15 de Novembro, onde nosso progenitor se demorava em palestras políticas com o então líder do Governo na Câmara Estadual, futuro Presidente de São Paulo no fecundo quadriênio 1927-1930.

O desfilar contínuo dos automóveis, das carroças e veículos leves de tração animal, a passagem ruidosa dos bondes, que se cruzavam e recruzavam tinlizando as campainhas, pedindo caminho ou advertindo os passageiros e transeuntes de sua movimentação, o povo apressado que borborinhava numa agitação intensa, lembrando a atividade comercial dos centros metropolitanos, dava a Campinas, ante nossos olhos surpresos, o aspecto de enorme empório, em nada inferior à turbulenta vida paulistana.

No Seminário, antigo casarão de amplos salões, corredores enormes, pátios imensos, encontramos ambiente totalmente estranho e três dezenas de seminaristas, novatos como nós, que procediam das cidades da diocese e da área servida pela Mogiana, até ao sul de Minas. O isolamento do início, quando mais sentidas foram as saudades de Capivari, amenizou-se gradativamente à medida que as novas amizades se foram consolidando, na convivência absorvente do internato. Tínhamos aulas de preparatórios em comum com os colegiais do Ginásio, e nestas calhou de ser nosso parceiro, como companheiro de banco, um talentosíssimo menino que se converteria mais adiante num dos grandes nomes do ensino médico paulista, o prof. Luiz Venere Decourt.

E o Seminário de Campinas, sob a direção dêsse sacerdote exemplaríssimo, Monsenhor Pascoal Quercia Sobrinho, revelou-nos em sua rotina interna e externa, no diminuto lapso de tempo em que o frequentamos (apenas o ano de 1923), aspectos inesquecíveis da cidade e um quadro de valores humanos que para sempre se fixaram em nosso espírito — a suntuosa catedral, o teatrinho do Externato São João, os passeios pelos arrabaldes evocativos de

Campinas Velhas, as acirradas disputas dos quadros futebolísticos colegiais, as imponentes solenidades do culto; o virtuosíssimo Padre Agostinho Colturato, nosso compreensivo Prefeito, o Pe. Castro Nery, dono de uma oratória sem igual, o Pe. Emilio José Salim com seus brilhantes estudos anchietanos, os seminaristas maiores João Batista Lisboa, Jonas Wanderley, Manoel Alves, sem falar na constelação de luzeiros que doutrinavam a cátedra sagrada, como o sapientíssimo Pe. Ludovico. Um noite ouvimos, na catedral, o célebre Pe. João Gualberto, incomparável na sua dialética sobre temas da apologética cristã.

O Bosque dos Jequitibás era o espaço aberto e sempre apetecido das recreações mais demoradas, e nele encontrávamos as árvores que nos eram familiares, lembranças queridas da Fazenda Santa Teresa, o ambiente silvestre tão aprazível, animado da vida alada que lhe povoava os recantos sombrios, o trissar dos insetos à luz do sól estival, os viveiros com a fauna nativa e lá ao fundo, no remanso do lago, o ruflar de azas e o vozear das aves aquáticas, reunidas, aos bandos, nos barrancos das margens.

O retôrno a Capivari, ao fim do ano, foi um momento de júbilo insopitável, de alegrias frementes e derramadas. A retomada do trenzinho da ituana, na Guanabara, o "expresso" das dezoito horas, sem acompanhante, constituiu uma aventura cheia de emoções. Depois do lento escoar das horas, deixando para trás Itaicí, Indaiatuba, Cardeal, Elias Fausto, Tibúrcio, a maria-fumaça que lhe puxava resfolegante o pequeno combóio cruzou a ponte do Pinho⁽²⁾, descreveu a grande curva em tórno da chácara do Afonsinho, passou apitando pela oficina Santoro e a cidade surgiu iluminada como um fosforecente taboleiro de pingos vermelhos, enxadrezado na colina afogada no manto da noite. Sobre o fundo azul escuro do céu estrelado destacava-se o perfil inconfundível da Matriz de Capivari.

O coração parecia querer saltar do peito na ânsia incontida da chegada! Ah! Capivari, que delícia a volta à velha terreóla depois de tão longa e sentida ausência!

No Largo do Mercado, sobre as paredes do velho prédio da Câmara — edificio histórico que a insensibilidade malsã de espíritos vulgares criminosamente destruiu — projetava-se um espetáculo de "cinema ao ar livre", o **Cine-Reclame**, novidade que encontramos em funcionamento na terra. A decisão de não voltar ao Seminário estava tomada, curados, que havíamos sido, daquelas ingênuas ambições oratórias.

Correram de novo, na tranqüilidade bucólica da cidade, as cortinas do tempo, espungindo na continuidade da vivência do

(2) Ponte onde a linha férrea cruza o rio Capivari nas imediações da cidade e famoso local por aí haver escrito muitos de seus trabalhos literários e gramaticais o escritor Júlio Ribeiro.

dia-a-dia o entusiasmo dos primeiros instantes. A saudade de Campinas, traduzida agora no desejo impetuoso de prosseguir os estudos iniciados, foi tomando conta de nosso espírito, e só se apaziguou com o regresso ao querido ginásio diocesano, para reinício da preparação secundária interrompida.

Foi com o coração em festa que nos reinstalamos na cidade bem amada, recomeçando no colégio diocesano os estudos ambicionados. Eram nossos novos companheiros Luiz Antonio da Gama e Silva, Rui de Arruda Camargo, Alcindo Figueiredo, Getúlio Lima Júnior, José Rodrigues Leite, Aloizio de Castro Pimenta, Euclides Silveira, e tantos outros. Por interferência pessoal de Júlio Prestes fomos, no 2.º ano, transferidos para o Culto à Ciência e ali convivemos com mestres do mais alto conceito cultural e pedagógico — Ernesto Khulmann, o inesquecível professor de tantas aulas memoráveis, o insigne Pe. Luiz Voensig, o magnífico Paulo Decourt, cultura manipulada por uma didática primorosa, Carlos de Paula, Benedito Sampaio, Ernesto Luis de Oliveira Júnior, Armando Diniz, o profundíssimo Dr. Voger, o espírito de escol de Ruy Martins Ferreira, o eloqüente e erudito Bento Ferraz, o boníssimo Aníbal de Freitas, todos fontes magistraes de ciência e acrisolado civismo, onde se fartou a nossa sêde de conhecimentos e onde recebemos vigoroso estímulo para uma jornada cívica que não conheceria solução de continuidade.

Campinas dêsse tempo memorável, com suas promoções escolares ruidosas, com as sessões animadas do São Carlos, com os desfiles festivos dos batalhões ginasiais, com as reuniões estudiantis do perímetro central da Barão de Jaguara, do largo do Rosário (então povoado de vetustas árvores), as sessões brilhantes do Centro de Ciências, Letras e Artes, — era a inspiradora de nossa personalidade intelectual e cívica e dos grandes ideais, que ainda hoje, Deus seja louvado, põem uma nota de sonho e de esperança nos fatigados passos de nossa vida.

Estudávamos a ciência do tempo e nos habituávamos com a fisionomia material da cidade, alheios, totalmente alheios ao mundo fascinante e maravilhoso que Campinas entesoura no cofre opulentíssimo de suas tradições. Andávamos pelas ruas e praças, a 13, a Costa Aguiar, a Ferreira Penteado, a Luzitana, a Irmã Serafina, a General Osório, a Boaventura do Amaral, embebidos na fragrância de seus ares lavados e são, na luminosidade de seus sóis, no colorido delicioso de seu casario novo e antigo, de seu céu sempre azul, — mas não tínhamos consciência do que se continha na mensagem dêsse nomes de outrora, alçados à denominação de ruas e logradouros pelos grandes feitos do passado campineiro. Carlos Gomes, Cesar Bierrembach, D. João Nery, Campos Sales, Glicério, eram cimos luminosos de uma cordilheira cujo fabuloso corpo de granito por inteiro nos escapava.

Deixando Campinas, para prosseguir nos estudos especializados de história, que nos levaram a conhecer melhor o passado de nossa Pátria, quando aprendemos a desnudar as velhas raízes da formação nacional e a sentir o valor e a necessidade dos museus públicos, que dessem ao ensino de história um outro caráter, mais objetivo e mais seguro, onde todos os recantos da estrutura social e política ficassem bem iluminados, facilitando a compreensão geral do país, a cidade bem amada foi se erguendo em seu pedestal como um monumento impressionante da terra de São Paulo, e só então, pacientes e prezados ouvintes, tivemos a visão perfeita da gloriosa urbs onde logramos os primeiros recursos para a aprasível jornada intelectual que intentamos realizar.

Assim como esta Campinas de hoje é um templo augusto, projetado em linhas monumentais de verdadeira metrópole sul-americana, assim também Campinas se foi agigantando no prestígio de suas esplendorosas tradições do fundo desse passado, e abrindo ante nossos olhos ofuscados as páginas brilhantes de sua espetacular história!

Na rota das revelações que a museologia campineira nos vinha descortinando, neste alçar dos alicerces às cumiadas mais altaneiras, veríamos, como vimos no curso dessas pesquisas, definir-se na Venda Grande o heroico sacrifício de Boaventura do Amaral, abnegado fiador da revolta de 1842; o desfile intemerato dos paulistas que foram no 7.º de Voluntários enfrentar no Paraguai a ousadia e a violência dos tiranos; a figura imortal de Costa Aguiar, entregando-se a Campinas, lutando e morrendo por ela na lutuosa epidemia de 89; o valoroso esforço republicano do punhado de patriotas liderados por Campos Sales, na implantação da ordem democrática; os inestimáveis serviços dos Sousa Aranhas, colocando nos trilhos das vias férreas Paulista e Mogiana o estupendo desenvolvimento de São Paulo; o concurso magnífico da cidade no engrandecimento nacional nas letras, ciências e artes; o desencadear de uma série contínua de heroísmos, escritos com sangue e destemor, nas páginas mais belas de São Paulo, quando da luta de 1932, e com as quais também se poderia compor o breviário cívico do Martírio e Glória de Campinas, no fogaréu daquela epopeia militar, penhor do constitucionalismo e da brasilidade da gente bandeirante!

Esses capítulos, citados ao correr da pena, são apenas alguns dos inúmeros fatos históricos que palpitam na prodigiosa tradição de Campinas, e dão uma idéia do portentoso perfil nacional que este privilegiado rincão paulista veio adquirindo ante nosso espírito, à medida que adentrávamos o secular processo de suas origens, formação e desenvolvimento.

Caminhando pela cidade, numa romaria sentimental pelos sítios ligados à nossa infância e juventude, muita coisa não encontramos, pois Campinas se renova a cada passo e as pequenas ruas,

que retinham o escoamento de seu tráfego vão desaparecendo, substituídas por largas avenidas, onde flui o estuário de seu espetacular e vertiginoso engrandecimento.

Mas em tudo deve haver um meio-termo, há monumentos arquitetônicos e históricos que não devem ser tocados, há edifícios, como a Casa dos Azulejos, que precisam ser resguardados, convertidos em belos Museus Nacionais, que ofereçam seguro refúgio aos traços históricos da lendária Campinas, a gloriosa cidade que cumpriu na sua época a missão histórica que lhe coube e deu aos renovadores de hoje as condições materiais para o seu impressionante progresso.

Como nos aconteceu nos idos de 23 e 27, quantos estudantes não passam hoje pelas escolas da cidade sem a oportunidade de um contato mais íntimo com os seus fastos históricos, as suas sublimes realizações nas letras e nas artes, pois isso somente o museu histórico e artístico, suntuoso e esplêndido, como Campinas tem condições de criar e oferecer ao Brasil e ao seu povo, poderá efetivamente proporcionar à sua juventude.

Esta é a mensagem, útil a nosso ver, que o antigo seminarista, o estudante de outrora, olhos postos na saudosa Campinas de seu tempo, deixa no proscênio da Academia de Letras da cidade como desvaliosa retribuição, única a seu alcance, ao prêmio inestimável da vossa paciência, da vossa cordialidade e sobretudo, do vosso benigno e honroso acolhimento.

RELAÇÃO DOS OBJETOS APRESENTADOS NA EXPOSIÇÃO RETROSPECTIVA DA ÉPOCA, VIDA E OBRA DE JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA, INAUGURADA NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO, DIA 7 DE JUNHO DE 1963

Álvaro da Veiga Coimbra

Dr. Aureliano Leite: 1 — Cópia da Ata da Eleição dos Deputados para a Província de São Paulo para a Assembléa Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil para servir de Diploma ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Marechal José Arouche de Toledo Rendon. Contém o sêlo do Império e está assinada por: Bento José Leite Penteado; José de Almeida Ramos; José Mariano Bueno e Antônio José Vieira Barbosa (em moldura). 2 — Quadro, com moldura, de José Bonifácio de Andrada e Silva, de A. Sisson, com fac-simile e assinatura do Patriarca. 3 — Impresso atendendo ordem de S.A.R. o Príncipe Regente, pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, remetendo à Câmara da Vila de São João de Tibaia os exemplares dos Decretos das Proclamações de S.A.R. e do discurso dirigido ao Mesmo Augusto Senhor pelos Procuradores Gerais, Conselheiros de Estado que se reuniram na primeira Sessão do Conselho e finalmente das Instruções a que se refere o Decreto de 3 de junho de 1822. Assinado no Palácio do Rio de Janeiro, em 21 de junho de 1822, por José Bonifácio de Andrada e Silva. 4 — Quadro com moldura com a resolução da Assembléa Geral Legislativa, assinada por José Clemente Pereira. Julho de 1827.

Dr. Aureo Camargo: 1 — Inéditos de José Bonifácio. Publicados no "Jornal do Comércio" datado de 6 de abril de 1938. 2 — Album Imperial, datado de 20 de abril de 1907 — N.º 8 — Ano II, exclusivamente sôbre a vida de José Bonifácio de Andrada e Silva. 3 — Apontamentos históricos a respeito do grande Ministro da Independência: José Bonifácio de Andrada e Silva — 1872. 4 — PROCLAMAÇÃO: A Regência suspende o tutor de Sua Majestade Imperial e de Suas Augustas Irmãs, o Doutor José Bonifácio de Andrada e Silva. Ano 1833.

Cavalheiro Henrique Schaeffer: 1 — Quadro pequeno, com moldura, de D. Pedro I, aos 9 anos de idade, colorido.

Consulado de Portugal: 1 — Quadro com moldura de D. Pedro I. 2 — Quadro com moldura de D. Pedro II. Ambos foram oferecidos há algum tempo ao Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo.

Consulado da Venezuela: 1 — Quadro grande, com moldura, de Simón Bolívar, colorido, enviado da Venezuela especialmente para o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Dr. Carlos Pinto Alves: 1 — Medalhão de bronze com a efígie de D. Pedro II, fundido nas Oficinas da Estrada de Ferro Araraquara, por ocasião da tentativa de restauração, da Monarquia em Araraquara, Pinhal e Taquaritinga. Pertenceu ao avô do expositor, Dr. Carlos Batista de Magalhães.

Departamento do Arquivo do Estado: 1 — Recenseamento da Vila de Santos, 1765, quando José Bonifácio contava apenas 2 anos de idade. 2 — Recenseamento da Vila de Santos — 1776, quando contava 12 anos de idade. 3 — Carta de Daniel Pedro Müller, datada de Santos, aos 24 de dezembro de 1819, ao Ilmo. Sr. João Carlos Augusto Oeynhausén na qual cita que, a pedido deste fôra cumprimentar ao Dr. José Bonifácio e ao Coronel Martin Francisco. 4 — Bando (proclamação) mandado solenemente pelo Ilmo. Sr. General Carlos Augusto Oeynhausén Grevenburg, do Conselho de Sua Majestade, Governador e Capitão General da Capitania de S. Paulo, aos 21 de maio de 1821, com o “Decreto, Instruções e Rubrica de Sua Majestade”, no Palácio Boa Vista, de 22 de abril do mesmo ano, no qual, o Rei D. João VI anunciava sua retirada para Portugal, deixando no Brasil seu filho Primogênito, seu Herdeiro e sucessor do Trono, D. Pedro de Alcântara, de quem se separava com grande sacrifício, para que governasse em sua ausência e enquanto pela Constituição não se estabelecesse outro sistema de regime”. Em regozijo pela assinalada mercê de Sua Majestade, encarregando da Regência deste Reino o Sereníssimo Senhor Príncipe Real do Reino Unido, o governador determinava que se pusessem luminarias nesta cidade de São Paulo e em tôdas as Vilas desta Província durante três noites consecutivas, principiando as desta cidade na noite de 21 de maio de 1821. 5 — O Governo Provisório da Província de São Paulo faz saber aos que o presente Bando virem que as Côrtes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa decretaram: 1.º) Querendo assinalar o dia do Juramento da Constituição, ficam isentos de punição os que estiverem ausentes ou homiziados pelos crimes de primeira, segunda e terceira deserção simples se se apresentarem dentro de 2 a 6 meses conforme o lugar onde estiverem. 2.º) O perdão compreendia os que esti-

vessem cumprindo sentença pelas ditas deserções simples. 3.º) Os que estivessem cumprindo sentenças por outros crimes ficariam aliviados da quarta parte do tempo de condenação. Paço das Cortes, em 16 de março de 1821. Dado no Palácio do Governo de S. Paulo, a 5 de setembro de 1821. Aparece o nome de João Carlos Augusto Oeynhausen como Presidente da Província; José Bonifácio de Andrada e Silva, vice-presidente; Martim Francisco Ribeiro de Andrada, secretário e outros. 6 — Circular do Governo Provisório da Província de S. Paulo: “Querendo que as Estradas desta Província sejam feitas debaixo da regra a fim de serem permanentes: manda remeter às Câmaras das Vilas da 7.ª Estrada uma cópia das Instruções dadas para a fatura da Estrada de Santos. Palácio do Governo de Sam Paulo, 5 de novembro de 1821. (a) João Carlos Augusto Oeynhausen — Presidente; José Bonifácio de Andrada e Silva — Vice-Presidente; Martim Francisco Ribeiro d’Andrada — Secretário. 5 de novembro de 1821. 7 — Circular do Governo Provisório de São Paulo, remetida a tôdas as Vilas, com o Decreto de 17 de abril de 1821, da Regência do Reino, em nome d’El-Rei, o sr. D. João VI. Fazia saber que as Côrtes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguêsa decretavam a necessidade de marcar o tempo pelo qual, daquella data em diante deveriam servir os Officiais inferiores e soldados da 1.ª linha do Exército de terra, bem como prefixar a época em que se principiaria a dar baixa aos que serviam. O original desse Decreto deveria ser remetido ao Arquivo da Torre do Tombo. Palácio da Regência, em 16 de abril de 1821. Com as rubricas dos Membros da Regência do Reino. Dado no Palácio do Governo de S. Paulo, aos 12 de dezembro de 1821. Entre os nomes figuram: João Carlos Augusto Oeynhausen — Presidente; José Bonifácio de Andrada e Silva — Vice-Presidente; Martim Francisco Ribeiro d’Andrada — Secretário e outros. 8 — Cópia da participação de Sua Majestade, o Imperador, à Junta Governamental de São Paulo, passada no Palácio do Rio de Janeiro, aos 18 de dezembro de 1822, assinada por Martim Francisco Ribeiro d’Andrada. Dava ciência da Ordem expedida à Junta da Fazenda, da necessidade de seqüestro de tôdas as mercadorias existentes nas Alfândegas do Império e pertencentes aos súditos do Reino, em Portugal; tôdas as mercadorias ou a sua importância, que existissem em poder dos Negociantes do Império; todos os prédios rústicos e urbanos que existissem nas mesmas circunstâncias, bem como as embarcações ou parte delas que pertencessem a negociantes daquele Reino. Excetuava-se o seqüestro das Ações do Banco Nacional, as das Casas de Seguro e as das Fábricas de Ferro da Vila de Sorocaba. José Bonifácio de Andrada e Silva do Conselho de Estado, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império e Estrangeiros o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro,

em 11 de dezembro de 1822. Primeiro da Independência e do Império. Passado no Palácio do Governo de São Paulo, aos 31 de dezembro de 1822. (a) Bispo Souza e Pacheco. 9 — Decreto de 29 de setembro de 1822 de Sua Majestade Imperial, mandado expedir pela Chancelaria Mór do Império, à Província de São Paulo, reservando a côr verde para as casacas, capotes e librês da Casa Real. José Bonifácio de Andrada e Silva do “Meu Conselho d’Estado e do Conselho d’El Rey Meu Augusto Pay” e Meu Ministro Secretário de Estado da Repartição dos Negócios do Reino e Estrangeiros, servindo o cargo de Meu Mordomo Mór, o faça executar. Com a rubrica de S.A.R. o Príncipe Regente. Decreto de 5 de outubro de 1822 de S.A.R. confirmando a criação da Guarda Cívica com a denominação — Sustentáculo da Independência Brasileira — devendo, em consequência, o Governo Provisório da Província levar ao conhecimento de S.A.R. o alistamento de voluntários, para merecer aprovação o Plano de Organização e uniforme. Luís Pereira da Nóbrega Souza Coutinho, Ministro e Secretário de Estado interino dos Negócios da Guerra faça executar com os despachos necessários. Dado no Palácio do Governo de S. Paulo, aos 22 de outubro de 1822. Determinando ainda que estas notícias sejam publicadas a toque de caixa na cidade e em tôdas as Vilas da Província. 10 — Comunicado do Palácio do Governo de S. Paulo, aos 16 de janeiro de 1822, sôbre o Ofício de 24 de dezembro de 1821, em que representava S.A.R. o Sereníssimo Príncipe Regente dêste Reino, o quanto convinha, não só ao Brasil, mas também à Monarquia em Geral, que não se retirasse para Portugal, para viajar indecorosamente por Espanha, França e Inglaterra como haviam determinado as Côrtes Gerais e Extraordinárias da Nação, ou que ao menos S.A.R. não partisse sem que chegassem ao Rio de Janeiro os Deputados dêste Governo e da Câmara desta Cidade que em nome do Governo e do Povo da Província assim lhe iam requerer. S.A.R. imediatamente respondeu ao Governo pela Portaria de 4 de janeiro de 1822, expedida pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, certificando que já ia remeter aquêlo Ofício do Governo a S.M., Nosso Amado Soberano e Seu Augusto Pai, para ser presente às Côrtes e se darem as providências que exigiam as necessidades do Brasil. Passado no Palácio do Governo de S. Paulo, aos 16 de janeiro de 1822. (a) João Carlos Augusto Oeynhausen — Presidente; Martim Francisco Ribeiro d’Andrade — Secretário. 11 — Circular do Palácio do Governo da Província de S. Paulo, de 29 de maio de 1822 avisando que, para conseguir o sossêgo público da Província iria Martim Francisco Ribeiro d’Andrade, que fôra Secretário do Interior e Fazenda do mesmo Governo visitar as Vilas do Norte (4.ª Estrada), pelo que, tôdas as autoridades constituídas dessas Vilas deveriam tratar o Coronel e sua família com tôda a polidez e distinção de que era merecedor por suas

qualidades pessoais, cooperando ao mesmo tempo com êle, em tudo, para o dito fim, dando parte ao Govêrno, do dia de sua chegada e saída da Vila. (a) Oeynhausen Pinto Müller — Oeynhausen = João Carlos Augusto Oeynhausen — Presidente; Pinto = Miguel J. O. Pinto — Secretário e Chefe da Esquadra; Müller = Daniel Pedro Müller — Vogal. 12 — Circular do Presidente da Província de S. Paulo, passada no Palácio aos 23 de abril de 1822. Manda prevenir aos Capitães Mores ou Comandantes das Vilas da 4.^a Estrada por onde passar D.^a Narciza Emília Oleára de Andrada, Espôsa do Ilmo. Sr. José Bonifácio de Andrada e Silva, Secretário de Estado dos Negócios dêste Reino e Estrangeiros, que seja recebida e obsequiada na sua jornada à Côrte do Rio de Janeiro, com tôda a distinção e polidez como merecem suas qualidades pessoais e a de ser Espôsa, não só do 1.^o Ministro de S.A.R., mas de um paulista benemérito. (a) João Carlos Augusto Oeynhausen — Presidente; Miguel José de Oliveira Pinto — Secretário; Daniel Pedro Müller — Vogal. 13 — (Cópia na íntegra) — Carta de Antônio Pinto Chichôrro da Gama ao Sr. Rafael Tobias de Aguiar — Ilmo. Exmo. Sr. — Parecendo, depois dos acontecimentos, que tiveram lugar nos dias 2 e 5 do corrente e que comuniquei a V. Exa. no meu Aviso de 12, gozar a Capital de tranqüillidade, infelizmente não succedeu assim. No dia 13 começou o Govêrno a receber participações de pessoas fidedignas, as quais tôdas concordaram na existência de uma conspiração próxima a rebentar, com o fim de derribar a Regência e o Govêrno, e de substituir-lhe outro moldado para se efetuar a restauração do Duque de Bragança, indicando-se como centro do partido conspirador o Doutor José Bonifácio de Andrada e Silva, Tutor de nosso Augusto Monarca. Presas algumas pessoas, o desaparecimento de outras, indicadas juntamente com aquelas; a entrega que se fêz ao Govêrno, de algum cartuxame clandestinamente distribuído para a conspiração; a denúncia de várias das pessoas convidadas; a desmedida insolência dos Papéis do partido; finalmente as provocações mais diretas, reunidas a outras circunstâncias, confirmando a existência do plano e a proximidade do momento de sua execução, obrigaram o Govêrno a lançar mão da medida, entre outras, de suspender o Tutor de Sua Magestade Imperial e de Suas Augustas Irmãs, nomeando interinamente para o seu lugar ao Marquês de Itanhaém, que por suas qualidades se faz digno de tôda a confiança para um Cargo, de que no futuro muito depende a prosperidade do Império. A geral aprovação com que foi recebido êste procedimento do Govêrno, anunciado ao Público em sua Proclamação, na manhã do dia 15 e as medidas de precaução adotadas, desanimaram inteiramente aos conspiradores e o referido José Bonifácio, depois de ter resistido à intimação do Decreto de sua suspensão, feita nesse mesmo dia pelos Juizes de Paz da Cidade e procrastinado quando lhe foi

possível, a entrega da Imperial Família, à espera talvez do desenvolvimento do plano premeditado, sendo mandado recolher-se à sua casa da Ilha do Paquetá, cedeu finalmente de sua pertinência pelas 3 horas da tarde e Sua Majestade e Princesas Imperiais se transferiram pelas 5, do Paço de S. Cristóvão, onde se achavam, ao desta Cidade, acompanhadas pelos Membros da Regência e do Governo que os foram encontrar no Campo da Honra; e por muitas pessoas da maior distinção, sendo aqui toda a Imperial Família recebida com as mais visíveis demonstrações de contentamento e respeito. O Correio Oficial desta data dará a V. Exa. o conhecimento das principais providências expedidas por esta ocasião e fazendo a V. Exa. de Ordem da Regência em nome do Imperador, esta comunicação, tenho também de participar-lhe que a Capital se acha em plena tranqüillidade. Deus Guarde a V. Exa. Palácio do Rio de Janeiro, em 16 de dezembro de 1833.

(a) Antônio Pinto Chichorro da Gama. 14 — Documento reservado: A Regência, em Nome do Imperador D. Pedro 2.º manda remeter ao Presidente da Província de S. Paulo a cópia de um Offício dirigido à Repartição dos Negócios Estrangeiros pelo Ministro do Brasil residente em Paris (Legação Imperial em Paris) sobre um indivíduo (Mr. Bifautt, a quem o Conselheiro Francisco Gomes da Silva (O Chalaça) fêz proposições naquele país para redigir aqui, em S. Paulo, um jornal em francês, a favor do Duque de Bragança) o qual, se aqui chegar, o Presidente de S. Paulo deverá fazer reter e sair imediatamente para fora do Império, com os mais que o possam porventura acompanhar, a fim de evitar-se que êstes hóspedes venham com as suas doutrinas dar mais fôrça aos partidos que desgraçadamente entre nós existem. Palácio do Rio de Janeiro, em 9 de dezembro de 1833 (a) Aureliano de Souza e Oliveira Canto. 15 — Cópia na íntegra — Documento reservado. Ilmo. Sr. — Sendo certo que Antônio Carlos Ribeiro de Andrade Machado fôra à Europa convidar o Sr. Duque de Bragança para restaurar o Trono do Brasil, levando consigo assinaturas de indivíduos desta e outras Províncias do Império, a maior parte dos quais obtivera sub-repticiamente, provando mais aquêle fato os últimos acontecimentos ocorridos nesta Côrte, aonde o partido restaurador tramava uma conspiração para o dito fim, que ficou malograda pelas enérgicas providências do Governo, sendo a dita conspiração claramente favorecida pelo Tutor de S.M. o Imperador, o Senhor D. Pedro 2.º, o Dr. José Bonifácio de Andrade e Silva, Irmão do dito Antônio Carlos, como se acha provado pelos referidos acontecimentos e consta da Proclamação inclusa; e ciente a Regência de que o sobredito Antônio Carlos pretende regressar para alguma das Províncias dêste Império, a fim de aliciar alguns incautos e mal intencionados e com êles tramam a favor daquele príncipe, ordena em Nome do Mesmo Imperador o Senhor D. Pedro 2.º que V. Excia.

dê tôdas as providências para que, no caso de aí aportar o mencionado Antônio Carlos, seja imediatamente retido a bordo do Navio em que vier e obrigado a sair para qualquer Pôrto da Europa na primeira Embarcação que se oferecer, medida esta que convém muito a adotar-se bem da tranqüilidade e segurança do Império e que V. Exa. fará executar, expedindo as suas ordens no maior segredo. Deus Guarde a V. Exa. Palácio do Rio de Janeiro, em 18 de dezembro de 1833. (a) Aureliano de Souza e Oliveira Canto. Sr. Presidente da Província de S. Paulo. 16 — S.A.R. o Príncipe Regente, faz mercê, ao Tte.-Cel. Joaquim José de Moraes Abreu, do Hábito da Ordem de Cristo. (a) José Bonifácio de Andrada e Silva. Palácio do Rio de Janeiro, 22 de maio de 1822.

Dona Dora Alves Lima — (Nascida Andrada e Silva, tetraneeta do Patriarca). 1 — 2 pequenos quadros com autógrafos de José Bonifácio: Um, com as Regras de Comportamento e outro com as Regras de Conduta. 2 — 3 (três) grandes (litografias) de: José Bonifácio, Martim Francisco e Antônio Carlos, feitos na época. A de José Bonifácio é póstuma. As de Martim Francisco e Antônio Carlos foram feitas por esboços de Araújo Pôrto Alegre, de 1830. 3 — Um quadro de gravura colorida de Debret, de Ministros e Senadores, com o retrato de José Bonifácio ao centro.

Embaixador Pedro de Moraes Barros: 1 — 14 (cartorze) cartas autênticas da Princesa D.^a Leopoldina, depois Imperatriz do Brasil.

Dr. Elias Shammass: 1 — Quadro com moldura. Passaporte de um cidadão em viagem do Rio de Janeiro para Gibraltar, aos 5 de abril de 1823, assinado por José Bonifácio de Andrada e Silva, do Conselho de Estado de S.M. Imperial, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império do Brasil e Estrangeiros, Inspetor Geral dos Correios e Postas.

Sr. Francisco de Barros Bettini: 1 — Carta Patente, selada e assinada pelo Governador e Capitão Geral da Capitania de São Paulo, Antônio Manoel de Mello Castro e Mendonça, nomeando a José Ribeiro de Araújo no pòsto de Alferes da 3.^a Cia. do 1.^o Regimento de Cavalaria da Vila de Itu, então Cabo de Esquadra. Assinada aos 14 de julho de 1798, vendo-se ao lado esquerdo o sêlo da Província. 2 — Carta Patente com o sêlo grande das Armas do Príncipe Regente D. João e por êle assinada em Lisboa aos 14 de abril de 1801, com a confirmação no pòsto de Alferes da 3.^a Cia. do 1.^o Regimento de Cavalaria de Milícias, a José Ribeiro de Araújo. (a) O Príncipe. 3 — Documento de 22 de fevereiro de 1806 assinado pelo Tte.-Cel. Francisco Antônio de Souza, confirmando o assento do Tte. José Ribeiro de Araújo, filho de José Ribeiro do Prado, natural de Itu, com 32 anos, olhos azuis, alto, cabelos castanhos, meio calvo, como praça de

soldado, aos 27-4-1794. Passou a Cabo de Esquadra e depois a Furriel. Depois a Alferes da mesma Cia. aquartelada em Itu. Passou a Tenente por promoção em 17-5-1802, e de que teve baixa por não apresentar a confirmação. 4 — Documento com que o Alferes José Ribeiro de Araújo, da Vila de Itu, pede confirmação no posto de Tenente — 6.^a Cia. do 1.^o Regimento de Cavalaria Milicianiana. Em 28 de setembro de 1808, na cidade de São Paulo. 5 — Carta Patente assinada no Rio de Janeiro pelo Príncipe Regente D. João, no dia 12 de junho de 1809, de confirmação no Posto de Tenente, da 6.^a Cia. do 1.^o Regimento de Cavalaria, a José Ribeiro de Araújo, selada com o selo grande de Armas do Príncipe Regente. (a) O Príncipe. 6 — Carta Patente assinada por El Rey D. João, no Rio de Janeiro, aos 21 de julho de 1820, confirmando a nomeação de José Ribeiro de Araújo, no posto de Capitão da 6.^a Cia. do 1.^o Regimento de Cavalaria de Milícias da Vila de Itu. Selada com o selo grande de Armas de El Rey. (a) El Rey. 7 — Certidão de batismo de Antônio Inocente filho do Tenente José Ribeiro de Araújo, nascido em Itu, aos 23 de julho de 1809. 8 — Carta de Nomeação para o posto de Tenente Quartel Mestre da Vila de Limeira ao cidadão Antônio Joaquim de Camargo, no Batalhão da Infantaria da Guarda Nacional. Selada no Palácio do Governo de S. Paulo, aos 20 de fevereiro de 1845. 9 — Documento ilegível.

Grupo Executivo de Trabalho das Homenagens a José Bonifácio — O Patriarca — Em Santos: 1 — Impressos (1.^{as} fôlhas) de diversas obras de José Bonifácio. O grupo executivo de trabalho espera apresentar tôdas as obras do Patriarca em tempo não muito longo.

D.^a Inezita Savelli: 1 — Quadro grande, com moldura, do Patriarca, com o fac-simile de sua assinatura.

J. F. de Almeida Prado: 1 — Quadro, com moldura, de D. João VI, a côres. 2 — Quadro, com moldura, de S.A.R., a Sereníssima Arquiduqueza D.^a Carolina Leopoldina, Princesa Real do Reino de Portugal, Brasil e Algarves, pintado por Debret. 3 — Quadro, com moldura, de S.A.R., o Sereníssimo Príncipe D. Pedro, Príncipe Real do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, pintado por Debret.

Dr. José A. Gonsalves: 1 — Uma cadeira que pertenceu a D. Frei Manoel da Ressurreição, 3.^o Bispo de S. Paulo, professor de francês de José Bonifácio. Com a morte do Bispo as cadeiras, em n.^o de 6, passaram para a casa do Patriarca da Independência. Atualmente o jôgo de cadeiras pertence ao expositor.

Dr. José Pedro Leite Cordeiro: 1 — Quadro com moldura de S.M. D.^a Leopoldina, "Imperatriz do Brasil" — Aquarela de Omar Guedes.

Dr. José de Barros Martins: 1 — 4 (quatro) miniaturas que pertenceram ao Paço Imperial, vendidas no leilão do Paço. Pertenceram à Coleção Djalma Fonseca Hermes e foram adquiridas no leilão da referida coleção em julho de 1941. São as seguintes: n.º 982 — retrato em esmalte, com moldura de bronze de D. João VI; n.º 983 — idem, idem de D. Pedro I; n.º 984 — idem, idem, de D. Pedro II e n.º 985 — idem, idem, de D.^a Leopoldina e seus filhos. 2 — Gravura, em moldura, de D. Pedro I e sua filha, a infanta D.^a Maria da Glória, posteriormente Rainha de Portugal, D.^a Maria II. Litografia. Paris, 1826. De autoria de Domingos Antônio de Siqueira (1768-1837). Absoluta raridade.

Dr. Júlio de Mesquita Filho: 1 — Clarim com que o Alferes Magalhães Castro, então Comandante de Esquadrão de Cavalaria, General no fim da carreira, deu o sinal de Continência a D. Pedro I, no seu embarque definitivo para Portugal.

Marinha do Brasil: 1 — Medalha Comemorativa do Bicentenário do Nascimento do "Patriarca da Independência" e fundador da Marinha de Guerra do Brasil. Oferecida ao Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo.

D.^a Maria Amélia Botelho de Souza Aranha: 1 — Iluminação da Imperatriz D.^a Leopoldina, pintada em pergaminho. Quadro oferecido pela autora ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. 29-5-1963. 2 — Retrato a óleo, com moldura, de D.^a Leopoldina.

D.^a Maria Dulce Leite Pedral Sampaio: Livros: 1 — História da Civilização — 1.^a edição — encadernado. 2 — História da Civilização — 2.^a edição — encadernado. 3 — Sisson — 2 volumes — Galeria de Brasileiros Ilustres — encadernados.

Ministro Cônsul Geral da América do Norte — Sr. Daniel M. Braddock: 1 — Fotografia da Estátua de José Bonifácio, em Nova Iorque.

Sr. Nelson Augusto Pedral Sampaio: Coleção de autógrafos: 1 — Autógrafo de D.^a Maria I — a louca, filha de D. José, casou-se com seu tio D. Pedro III, tendo governado desde 1777 até 1799, quando assumiu a regência seu filho D. João. 2 — Autógrafo de D. João VI — Príncipe Regente de 1792 até 1816. Reinou por morte de sua mãe, D.^a Maria I, a louca, de 1816 até 1822. No verso, assinatura de José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu. 3 — Autógrafo de D. Pedro I, Príncipe Regente, de 1820 a 1822. Governou como Imperador de 1822 a 1831, quando abdicou em favor de seu filho. Após a abdicção foi Rei de Portugal, como D. Pedro IV. 4 — Governo Provisório — eleito pelo povo e pela tropa. Esse governo composto por 15 membros exerceu o poder de 23-6-1821 até agosto de 1822. Presidente — Oeynhausén (autó-

grafo); Vice-Presidente — José Bonifácio (autógrafo); Secretário — Martim Francisco Ribeiro de Andrada (autógrafo); Cel. Lázaro José Gonçalves e Chefe da Esquadra Miguel J. O. Vinto — Vogais: Arcipreste Felisberto Gomes Jardim, João Ferreira Gomes Jardim, Cel. Antônio Leite Pereira Gama Lôbo, Cel. Daniel Pedro Müller, Brig. Manoel Rodrigues Jordão, Cel. Francisco Inácio Souza Queiroz, Padre Francisco de Paula Oliveira, Tte.-Cel. Gomes de Castro, Nicolau Vergueiro, Tte.-Cel. A. M. Quartim. 5 — Regência Una: Autógrafo do Padre Diogo Antônio Feijó, eleito em 1835, exerceu até 1838. 6 — Autógrafo de D. Pedro II, Governou de 1831 a 1889. Até 1840, quando lhe foi conferida a maioridade, governou com regentes.

Dr. Pedro Oliveira Ribeiro Neto: 1 — Quadro pequeno, com moldura da época, de D. Pedro I, adquirido em Lisboa. 2 — Quadro pequeno, com moldura da época, de D. Pedro, quando Rei de Portugal, D. Pedro IV, adquirido em Lisboa. 3 — Cabeça de ouro, de D. Pedro II, aos 2 anos de idade. 4 — Bandeira grande do Império — I Reinado — 4 m. 5 — Chave do Paço — I Reinado, adquirida em Lisboa.

Dr. Raul Andrada e Silva: 1 — Retrato de José Bonifácio de Andrada e Silva. Reprodução do retrato estampado no opúsculo do Conselheiro Cândido Ladislau Japi-assú — “Defesa do Sr. Conselheiro José Bonifácio de Andrada e Silva — Rio 1835”.

Dr. Salvador Rocco: 1 — Pequeno quadro, com 6 (seis) selos emitidos pela França, em 1922, sôbre o “1.º Centenário da Independência do Brasil” aparecendo em um dêles a efigie de José Bonifácio, com os dizeres: “Le Patriarche de l’Independence”. 2 — 2 (duas) fotografias da sede da “Fazenda Santana”, apresentando as fachadas de frente e fundo, a qual anteriormente pertencera aos jesuítas e onde residiram os Andradas. Foi aí que José Bonifácio redigiu a representação em 24 de dezembro de 1821, que iria determinar o “Fico” — de importância decisiva para a “Independência do Brasil”. 3 — Estampa de José Bonifácio. 4 — Reprodução de dois preciosos documentos históricos, extraídos de jornal de 7-7-1940. Um, convidando o povo a aclamar D. Pedro I, imperador constitucional do Brasil. O outro, facsimile do decreto instituindo o distintivo dos patriarcas do Brasil, que jurassem obediência à legenda “Independência ou Morte”. O decreto determina as côres do tope — verde, da primavera e amarelo, de oiro — côres essas adotadas também no Pavilhão da Pátria Nascente.

Prof. Vinicius Stein Campos: 1 — Gravuras e fotografia do Imperador Francisco José, com a família imperial.

QUADRO SOCIAL DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO

Diretoria para o Triênio 1969 a 1972

Presidente Honorário	Professor Ernesto de Souza Campos
Presidente	Dr. Aureliano Leite
1º Vice-Presidente	Prof. Ernesto de Moraes Leme
2º Vice-Presidente	Prof. Tito Lívio Ferreira
3º Vice-Presidente	Prof. Carlos Henrique Robertson Liberali
1º Secretário	Cel. Luiz Tenório de Brito
2º Secretário	Prof. Vinício Stein Campos
3º Secretário	Dr. Alvaro do Amaral
4º Secretário	Dna. Maria Amélia Arruda B. Souza Aranha
1º Tesoureiro	Dr. Wilson Maia Fina
2º Tesoureiro	Dr. Célio Salomão Debes
1º Orador	Prof. Alfredo Gomes
2º Orador	Dr. Mário Savelli
1º Bibliotecário	Sr. Antônio Barreto do Amaral
2º Bibliotecário	Dna. Maria Helena Brancante

GRANDES BENEMÉRITOS

Dr. Aureliano Leite	Amador Bueno da Veiga
Prof. Ernesto de Souza Campos	Antônio S. Campos
Dr. J. P. Leite Cordeiro	Bernardo R. Nogueira
Cel. Luiz Tenório de Brito	Luiz Barbalho Bezerra
Prof. Tito Lívio Ferreira	Francisco Adolfo Warnhagen

BENEMÉRITOS

Eng. Alexandre D'Alessandro	Antônio Francisco Paula Souza
Dr. Antônio Silvío Cunha Bueno	Rafael Tobias de Aguiar
Cel. Arrison de Souza Ferraz	
Dr. Carlos A. da Costa Nunes	
Sr. Eldino da F. Brancante	
Prof. Fausto R. de Barros	
Prof. Francisco Teive de A. Magalhães ...	Orville Derby
Prof. Joaquim Canuto Mendes de Almeida ..	Visconde São Leopoldo
Sr. José A. Pereira Júnior	
Sr. José R. de Sá Carvalho	
Mons. Paulo Florêncio da Silv. Camargo ..	Cacique Tibiriçá
Prof. Vinício Stein Campos	Cesário N. de A. Motta

BENFEITORES

Sr. Américo Bologna	Silvío de Almeida
Dr. André Nunes Júnior	
Dr. Cantídio Nogueira Sampaio	
Eng. Dimas de Mello Pimenta	Bartolomeu de Gusmão
Comendador Francisco Matarazzo Sobrinho ..	
Dr. J. C. Macedo Soares Júnior	
Dna. Lucia De Tomasi	Vital Brasil — Mineiro da Campanha
Sr. Manoel de Mello Pimenta	Antônio Raposo Tavares
Dr. Mário Ottobri Costa	
Dr. Nelson Marcondes do Amaral	
Comendador Paulo Romano	
Sr. Salvador Cutolo	

EMÉRITOS

Prof. Alfredo Ellis Júnior	Rui Barbosa
Prof. Alfredo Gomes	
Prof. Alice Piffer Canabrava	

PATRONOS

Prof. Álvaro da Veiga Coimbra	D. Duarte L. e Silva
Dr. Amado Franco S. Caiuby	Antônio Bento
Dr. Amadeu Nogueira	Afonso de Freitas
Sr. Antônio Barreto do Amaral	
Prof. A. Ferreira Cesarino Júnior	
Dr. A. Paulino de Almeida	
Prof. Ari França	Prof. Guilherme Bastos Millward
Prof. Arnaldo Amado Ferreira	
Prof. Aroldo Edgard de Azevedo	
Prof. Astrogildo Rodrigues de Melo	
Dr. Carlos Borges Schmidt	Otoniel Motta
Prof. Celestino Euzébio Fazzio	
Sr. Cyro Tassara de Pádua	José Alberto Pelucio
Dr. Domingos Laurito	
Prof. Eduardo d'Oliveira França	Getúlio Vargas
Sr. Enzo Silveira	
Prof. Euripedes Simões de Paula	Alberto Penteado
Dr. Fausto de A. Prado Penteado	
Sr. Francisco Pettinati	Jean Ferdinand Denis
Dr. Francisco Pires Martins	El Rei D. Diniz
Dr. Gofredo T. da Silva Telles	Washington Luiz
Dr. Guilherme de Almeida	Gal. A. Tasso Fragoso
Cel. Henrique Oscar Wiederspahn	Marechal Cândido M. Silva Rondon
Prof. Herbert Baldus	Júlio Prestes de Albuquerque
Dr. Honório de Sylos	
Prof. João Cruz Costa	
Sr. João F. de A. Prado	Prof. José Augusto Cesar
Prof. João Dias da Silveira	
Sr. Joaquim Alfredo da Fonseca	Peter Willien Lund
Dr. José Benedito Silveira Peixoto	Vicente de Azevedo
Prof. Jorge Bertolaso Stella	D. João Batista Corrêa Nery
Prof. José Bueno O. Azevedo Filho	
Prof. José Carlos de Ataliba Nogueira	Armando Arruda Pereira
Mons. José de Castro Nery	Santos Dumont
Dr. José Eugênio de P. Assis	
Cel. José Hipólito Trigueirinho	
Prof. José de O. Orlandi	José da Costa Carvalho
Dr. José Maria Whitaker	
Prof. José Soares de Mello	Pedro Taques de A. P. Leme
Dr. Júlio de Mesquita Filho	Júlio Mesquita
Dr. Luís Câmara Lopes dos Anjos	Pedro Dias de Campos
Profa. Maria da Conceição M. Ribeiro	
Eng. Manuel Rodrigues Ferreira	Diogo Antônio Feijó
Profa. Maria de Lourdes Paula Martins	
Sr. Nicolau Duarte Silva	Eduardo Prado
Prof. Odilon Nogueira de Matos	
Mons. Paulo Aurisol C. Freire	
Des. Paulo B. de Campos Filho	
Prof. Pedro Moacyr Campos	
Dr. Plínio de Barros Monteiro	
Dr. Ricardo Gumbleton Daunt	
Dr. Rivadávia Dias de Bastos	
Dr. Rui Calasans de Araújo	
Dr. Sebastião Pagano	

TITULARES

Dom Agnelo Rossi
Dr. Alceu Maynard Araújo
Prof. Antônio Soares Amora
Prof. Arlindo Veiga dos Santos
Dr. Arnaldo Arantes
Dr. Aureo de Almeida Camargo
Prof. Aziz Nassib Ab Saber
General Carlos de Meira Mattos
Prof. Carlos Drummond
Prof. Carlos Henrique Robertson Liberalli
Dr. Carlos Penteado de Rezende
Prof. Clóvis de Oliveira
Dr. Divaldo G. de Freitas
Dr. Edmundo Zenha
Prof. Emanuel S. da Veiga Garcia
Profa. Emilia da Costa Nogueira
Dr. Eurico Branco Ribeiro
Prof. Flaminio Favero
Dr. Flávio de A. Prado Galvão

PATRONOS

Dom Francisco de Campos Barreto
Cornelio Pires
Frei Vicente do Salvador
Joaquim Nabuco
Bernardino de Campos
J. B. de Andrada e Silva
Alexandre Levi
Pedro de Toledo
Benedito Carneiro B. Barreto
Ovídio Pires de Campos
Américo de Campos — O velho

Sr. Fernando Ferreira de Góes	Luiz Gama
Dr. Francisco Ferrari Marins	
Dr. Francisco Patti	
Dr. Frederico Lane	
Dr. Genésio Cândido Pereira Filho	
Dr. Geraldo M. Cardoso de Melo	Cacique Piquerobi
Dr. Geraldo Goulart	A. Goulart Penteado
Dr. Gilberto Leite de Barros	D. Luiz Ant. de S ^a Botelho Mourão Morgado de Mateus (Vis. Uruguai)
Sr. Gumercindo de P. Fleury	
Padre Hélio A. Viotti	Conselheiro Brotero
Dr. Hélio Damante	Adolfo A. Pinto
Gal. A. Tasso Fragoço	
Sr. Hernani Donato	Amadeu Amaral
Sr. James Martins Harwey	Dr. Francisco de Assis Carvalho Franco
Ministro Pedro Rodovalho M. Chaves	Dr. Matheus Silva Chaves
Prof. (Emérito) Jorge Americano	Gabriel O. Almeida
Dr. João Benedito Martins Ramos	
Prof. José Augusto César	
Dr. João Gualberto de Oliveira	Batista Cepelos
Dr. João Nery Guimarães	
Prof. José I. P. Silva Telles	
Prof. José Corrêa Silva Júnior	Casper Líbero
Dr. José Freitas Nobre	Clóvis Beviláqua
Dr. José de Melo Pimenta	Pe. Manuel da Nobrega
Eng. J. Gomes de Moraes Filho	D. J. de T. P. Castelhanos
Prof. José Ribeiro de Araújo Filho	
Prof. Josué de Camargo Mendes	M. G. de Oliveira Roxo
Sr. Leonardo Arroyo	Francisco José L. e Almeida
Dna. Ligia Ferreira Lopes	
Sr. Luiz Corrêa de Mello	
Profa. Mafalda P. Zemella	
Dr. Mário Graciotti	Castro Alves
Eng. Mário Leite	Afonso D'E. Taunay
Eng. Mário Savelli	Roberto Simonsen
Dr. Maurício B. Ottoni	
Dr. Menotti Del Picchia	
Prof. Emérito Milton Camargo da Silva Rodrigues	Afrânio Peixoto
Dr. Moacyr Lobo da Costa	
Profa. Myrian Ellis	Basílio de Magalhães
Profa. Nice Lecoq Müller	Prof. José Freitas Vale
Profa. Nícia Villela Luz	
Profa. Olga Pantaleão	
Sra. Olavo Batista Filho	
Dr. Paulo Bonfim	
Dr. Paulo Nogueira Filho	Conselheiro Antônio Prado
Prof. Paulo R. da S. Santos	Joaquim Silveira Santos
Dr. Pedro Brasil Bandecchi	Pe. José de Anchieta
Dr. Raimundo A. de Menezes	Capistrano de Abreu
Prof. Raul de A. e Silva	
Prof. Raul Votta	Frei Gaspar da Madre de Deus
Prof. René de O. Barbosa	Laurindo de Brito
Prof. Sérgio Buarque de Holanda	Otavio Tarquinio
General Sílvio C. de Andrade	
Prof. Solon Borges dos Reis	
Dr. Ulysses Guimarães	
Prof. Valdemar Baroni Santos	Carlos Von Martins
Sr. Waldomiro F. da Silveira	Luiz Gonzaga S. Leme
Profa. Vera de Athayde Pereira	
Prof. Viktor Leintz	
Prof. Jacob Penteado	Martins Fontes
Sr. Antônio Benedito Machado Florence ..	Locotenente Antonio de Oliveira
Eng. Cassio da Costa Vidial	Senador Alvaro de Carvalho
Dr. Célio Salomão Debes	Senador Nicolau P. de Campos Vergueiro
Prof. Ernesto de Moraes Leme	Reynaldo Porchat
Sr. Gabriel Marques	Monteiro Lobato
Sr. Henrique Losinskask Alves	Nina Rodrigues
Dr. Ibrahim Nobre	Mons. F. de Paula Rodrigues
Dna. Lucia P. Figueira de Melo Falkenberg	Antônio de Toledo Piza
Dr. Luiz Wanderley Tôrres	André Vidal de Negreiros
Dr. Pedro Antonio de Oliveira Ribeiro Neto	Dário Ribeiro
Prof. Ruy Martins Ferreira	José Ferraz de Almeida Júnior
Prof. Vicente de Paula Vicente de Azevedo	José Vicente de Azevedo
Dr. Wilson Maia Fina	Ten. Gal. Arouche Rendon

Dr. Álvaro do Amaral	Duque de Caxias
D. Maria Amélia Arruda	Imperatriz Leopoldina
Botelho de Souza Aranha	Armando de Saller Oliveira
D. Carlota Pereira de Queiroz	Amadeu de Queiroz
Sr. Leão Machado	Hipólito José da Costa
Dr. Carlos de Andrade Rizzini	José Maria Lisboa
Dr. Rodrigo Soares Júnior	

HONORARIOS

PATRONOS

Dr. Abelardo Duarte	
Eng. Acácio Villalva	
Dr. Adelino Ricciardi	
Sr. Adriano Campanhole	
Prof. Agostinho Vicente de Freitas Ramos	Cons. Pedro Luiz Pereira de Souza
Eng. Alberto Prado Guimarães	D. José Gaspar de Afonseca e Silva
Almirante Alberto dos Santos Franco	Alberto I de Monaco
Sr. Alceu de Toledo Pontes	Rafael de Oliveira
Prof. Alcindo Muniz de Souza	
Eng. Aldo Andreoni	
Desembargador Alão de Assis Dias	Emílio Lang Júnior
Dr. Alexandre Nelson de Mello	
Prof. Alfredo João Rabaçal	Gustavo Barroso — João do Norte
Cel. Alfredo Feijó	General Júlio Marcondes Salgado
Embaixador Alfredo Lancastrre da Veiga ..	
Prof. Aloísio de Carvalho Filho	Júlio Cesar Ribeiro de Souza
Cap. Amadeu da Silveira Saraiva	
Dr. Amador Cintra Prado	
Prof. Américo Jacobina Lacombe	
Sr. Américo Neto do Rêgo Cavalcante	J. Lourenço Rodrigues
Prof. Anibal Pinto de Matos	D. Epaminondas Nunes de Ávila e Silva
Prof. Antenor Romano Barreto	
Prof. Antônio D'Ávila	Prof. Edgard Egídio Souza
Dom Antônio de Almeida Moraes Jr.	
Sr. A. Augusto de Lima	Alberto Salles
Prof. Antônio Carlos Cardoso	
Prof. A. Carlos de P. e Silva	Júlio Prestes de Albuquerque
Dr. Antônio Gontijo de Carvalho	Francisco Gonçalves Martins
Dr. Antônio Roberto de Paula Leite	Brasílio Machado
Prof. Antônio da Rocha Almeida	Arnaldo Vieira de Carvalho
Prof. Antônio Rocha Penteado	Tiradentes
Sr. A. S. de Oliveira Júnior	Monsenhor Ezechias Galvão da Fontoura
Padre Aristides Greve	
Prof. Arnold Wildberger	
Dr. Astor Guimarães Dias	D. José Arcoverde
Cap. Augusto Gonzaga	
Prof. Benedito Montenegro	D. Pedro II
Coronel Benito Serpa	
Dr. Bento M. da Rocha Neto	
Sr. Cândido Fontoura da Silveira	Senador Nicolau P. dos Campos Vergueiro
Sr. Cândido Martins de Oliveira Júnior ..	
Ministro Cândido Mota Filho	
Prof. Cantídio de Moura Campos	
Prof. Carlos Aldrovandi	
Dom Carlos Carmelo Vasconcellos Motta ..	
Almirante Carlos da S. Carneiro	
Dr. Carlos de Moraes Andrade	
Dom Carlos T. de Saxe C. e Bragança	
Sr. Carlos Torres	
Dr. Carlos Xavier P. Barreto	
Profa. Carolina Ribeiro	
Sr. Celso Maria de Mello Pupo	
Dr. Celio Salomão Debes	
Eng. Copérnio Pinto Coelho	
Dr. Cristóvam de Camargo	
Prof. Dante Laytano	
Dr. David Antunes	
Prof. Davi A. da Silva Carneiro	
Dr. Dulcídio Tavares de Lacerda	
Dr. Edgard de Cerqueira Falcão	
Dr. Eduardo Vilhena de Moraes	
Padre Eliseu Murari	
Sr. Epifanio da F. Doria de Menezes	
Prof. Erasmo D'Almeida Magalhães	
Marechal Eurico Gaspar Dutra	
Prof. Ezequiel de Moraes Leme	

Padre Fernando Pedreira de Castro	
Prof. Fernando de Azevedo	
Dr. Fernando H. Mello Lacerda	
Dr. Florêncio de Abreu	
Sr. Francisco Martins dos Santos	
Eng. Frederico Abranches Brotero	
Prof. Gutilo David Leoni	
Eng. Geraldo de Rezende Martins	Dr. Carlos Euler
Dr. Hélio Silveira	
Cel. Heliodoro Tenório da Rocha Marques	Prof. Waldemar Martins Ferreira
Dr. Henrique Alberto Orciuoli	Barão do Rio Branco
Gal. Henrique Guilherme Müller	Alexandre de Gusmão
Sr. Henrique Paulo Bahiana	Joaquim Ribeiro
Dr. Hermes Pio Vieira	
Prof. Honório F. Monteiro	Dom Paulo Pedrosa
Dr. Hovanir A. Silveira	
Dr. Humberto Galliano Mello Nóbrega	Tte. Gal. Manoel Martins do Couto Reis
Sr. Isaac Grinberg	
Dr. Ivolino de Vasconcellos	
Dr. Jayme Menezes de Sá	
Sr. João A. Pegado Cortez	Alm. Pedro Borges Lynch
Frei João Maria de Carvalho	Dom José de Camargo Barros
Cel. João B. Magalhães	
Dr. João Scantimburgo	
Prof. João Chiarini	
Sr. João da Cunha Caldeira Filho	Maestro Vila Lobos
Dr. João Domingues Sampaio	Altino Arantes
Mons. J. Deusdedit de Araújo	
Embaixador João Hermes Araújo	
Prof. João Horta de Macedo	
Prof. João Pereira Dias	
Tte. Cel. Joaq. V. P. Ferreira Alves	
Prof. Jordão Emerenciano	
Prof. Jorge C. M. de Bittencourt	
Padre J. Afonso de M. Bueno Passos	Conde de Parnaíba
Prof. José de Almeida Santos	
Dr. José Alves da Cunha Lima	
Dr. J. Armando A. de Macedo Soares	
Dr. José A. Cesar Salgado	
Dr. José Ayres Neto	
Prof. José Bento Faria Ferraz	
Prof. José C. de Andrade Muricy	
Sr. José Chiachiri	
Prof. José da Costa e Silva Sobrinho	
Padre José Danti — S. J.	
Mons. José do P. Lefort	
Dr. José E. de Macedo Soares Sobrinho	
Sr. José E. Pizzarro Drumond	
Sr. José Fernandes Soares	Euclides da Cunha
Prof. José Ferreira de Carvalho	
Prof. José Gonçalves Salvador	José Francisco da Rocha Pombo
Dr. José Furtado Cavalcanti	Vicente de Carvalho
Eng. José H. G. da Câmara Medeiros	
Dr. José Jayme Ferreira Vasconcellos	Estevão Mendonça
Sr. José Leandro de Barros Pimentel	Dr. Paulo Ayres
Dr. José Nogueira Sampaio	
Prof. José P. Galvão de Souza	
Ministro José Romeu Ferraz	José Alves de O. Cezar
Dr. José da Veiga Oliveira	
Prof. Josué Callander dos Reis	Gal. Antônio Tibúrcio Ferreira de Souza
Me. M. Ang. Leda Maria Pereira Rodrigues	Prudente José de Moraes Barros
Sr. Lauro de Barros Siciliano	
General Langleberto Pinheiro Soares	
Sr. Leopoldo Ayres	
Profa. Leticia Pagano	Carlos Gomes
Dr. Lycurgo de C. Santos Filho	Fernão Dias Paes
Dr. Lorena Guaraciaba	Batista C. Almeida Nogueira
Prof. Lucas Nogueira Garcez	Alberto Souza
Dr. Luiz Alberto Whately	Dr. Oscar Weinschenck
Dr. Luiz Azevedo Castro	Arnold Rodrigues de Azevedo
Dr. Luiz da Câmara Cascudo	
Dr. Luiz de Castro Souza	
Prof. Luiz Ellmerich	Carlos de Campos
Dr. Luiz Fernando Witaker T. da Cunha	
Dr. Luiz Gonzaga Noveli Júnior	
Dr. Luiz Sérgio Thomáz	

Dr. Luiz Piza Sobrinho	
Prof. Manoel Albano Amora	Paulo Setubal
Desembargador Manoel A. Vieira Neto	
Eng. Manoel Chambers de Souza	Pedro Augusto C. Lessa
Sr. Manoel Ubaldino de Azevedo	
Dr. Manoel Xavier V. Pedrosa	
Prof. Maria Amália Corrêa Giffoni	Bras Cubas
Dna. Maria Helena Brancante	
Profa. Maria Imaculada Xavier Silveira ..	
Profa. Marília Antunes Alves	
Sr. Mário Botelho de Miranda	
Dr. Mário Rolim Telles	
Dr. Moacyr de Faria Jordão	Salvador Corrêa de Sá Benevides
Dr. Nelson Augusto Pedral Sampaio	Dr. Bernardo Pedral Sampaio
Profa. Neise Gomes	Maria Garcia Betin
Sr. Nello Garcia Migliorini	
Prof. Nicanor Teixeira de Miranda	
Eng. Octávio Marcondes Ferraz	Vivaldo Coaracy
Dr. Oldemar Adriano do Couto	
Sr. Olympio Costa Júnior	
Sr. Orentino Martins	Gal. Luiz B. Horta Barbosa
Sr. Oswaldo Barbosa Guisard	
Eng. Oswaldo Monteiro de Fleury	Brig. José Vieira Couto de Magalhães
Sr. Pascual Nunes Arca	
Sr. Paul Donovan Kigar	Almirante Tamandaré
Sr. Paulo de Campos Pôrto	Barão Homem de Melo
Dr. Paulo Emílio Andrade Vilhena	João Pedro da Veiga Filho
Sr. Paulo de O. Castro Cerqueira	
Dr. Emilio D'Alessandro	José Athayde Marcondes
Dr. Paulo Penteado de Faria e Silva	
Dom Paulo de Tasso Campos	
Sr. Paulo Henrique da Rocha Corrêa	Brig. Lysias Augusto Rodrigues
Prof. Paulo Nathanael Pereira de Souza ..	Paulo Prado
Dom Paulo Rolim Loureiro	
Prof. Pedro Calmon	
Dr. Pedro Monteleone	
Dom Pedro Gastão Orleans e Bragança ..	
Desembargador Percival de Oliveira	
Dr. Péricles Eugênio da Silva Ramos	Antônio da Gama Rodrigues
Dr. Plínio Salgado	Alarico Silveira
Dr. Pompeo Rossi	
Mons. Primo Vieira	
Prof. Rafael P. de Ullhoa Cintra	
Dom Pedro Henrique de O. e Bragança ..	
Prof. Raul Apocalipse	
Dr. Raul Renato Cardoso de M. Tucunduva	Prof. João Arruda
Cap. Reginaldo Moreira de Miranda	Ten. Gal. Cândido X. Almeida e Souza
Dr. Reynaldo Kuntz Busch	Oswaldo G. Cruz
Dr. Roberto Coriolano Alves	
Prof. Roberval Franco Bezerra de Menezes	
Prof. Rodrigo M. Franco de Andrade	
Dr. Rosalvo Florentino Souza	
Prof. Rossini Tavares de Lima	Mário de Andrade
Sr. Rubens José Rodrigues dos Santos	
Sr. Ruy Cardoso de Mello Tucunduva	Dr. José Joaquim Cardoso de Mello Neto
Dr. Ruy Rebelo Pinho	
Cel. Salvador Moya	
Dr. Sebastião da Silva Barreto	José do Patrocínio
Cel. Sebastião da Silva Furtado	
Dr. Thomaz Oscar Marc. de S. Júnior	Com. Leôncio do Amaral Gurgel
Prof. Thales Castanho de Andrade	Luiz de Queiroz
Sr. Tsunezo Sato	
Dr. Ulysses Lemos Tôrres	
Dr. Ulysses Lins de Albuquerque	Jerônimo de Albuquerque
Prof. Valério Giuli	
Dr. Vicente de Paula Lima	
Dom Vicente Marchetti Zioni	
Eng. Victor Figueira de Freitas	Anibal Freitas
Mons. Victor Rodrigues de Assis	Mons. José Paulino de Andrada
Dr. Virgílio Alves Corrêa Filho	
Dr. Waldemar Panadés	
Prof. Waldemar de Almeida Barbosa	Augusto de Lima
Prof. Walter Fernando Piazza	
Dr. Wilson Dias Castejón	Prof. Américo Bras. Almeida Mello

CORRESPONDENTES NACIONAIS	PATRONOS	CIDADES
Dr. Adalberto José P. Loureiro		(Copacabana)
Frei Adalberto Ortmann		(Sta. Catarina)
Dr. Afonso Rui de Souza		(Bahia)
Pe. Alcionilio B. Alves da Silva	D. Francisco Aquino Corrêa	(Minas Gerais)
Dr. Alfredo Vieira Pimentel		(Bahia)
Prof. Anfrisia Santiago		(Bahia)
Pe. Angelo Jayme Venturelli		(Mato Grosso)
Prof. Antenor Ribeiro		(Moji-Mirim)
Dr. Antônio Loureiro de Souza		(Bahia)
Sr. Antônio Tavares Pinhão		(Ribeirão Preto)
Sr. Antônio Machado Sant'Ana		(Ribeirão Preto)
Sr. Aristides M. Carvalho e Silva		(Rio de Janeiro)
Dr. Archimedes P. Guimarães	Teodoro Fernandes Sampaio	(Minas Gerais)
Dr. Arthur Napoleão Figueiredo	José Veríssimo	(Pará)
Dr. Augusto Meira		(Pará)
Dr. Austregésilo de Athayde		(Rio de Janeiro)
Sr. Benedito Pires de Almeida	Cel. Francisco Correia de Almeida da Morais	(Tietê) S.P.
Gal. Carlos Studart Filho		(Rio de Janeiro)
Dr. Carlile de F. Martins		(Ceará)
Prof. Celso Ferraz de Camargo		(Campinas)
Dr. Celso M. Schroeder		(São Gabriel)
Prof. Celso Vieira Camargo		(Tatui)
Prof. Conceição B. R. Camargo	Conde de Assumar	(Aparec. do Norte)
Sr. Dante Alicieri Vita	João Theodoro Xavier	(Campinas)
Gal. Dulcídio do E. Santo Cardoso		(Rio de Janeiro)
Prof. Edelweis Teixeira		(Minas Gerais)
Profa. Edith M. da Gama e Abreu		(Bahia)
Dr. Eduardo Santos Maia		(Bahia)
Dr. Estevão Pinto		Pernambuco)
Prof. Eugênio V. de Morais		
Eng. Fernando São Paulo		(Bahia)
Eng. Francisco de Assis Iglesias		(Campinas)
Sr. Francisco de Campos Abreu		(Campinas)
Gal. Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos		(Rio de Janeiro)
Cap. Francisco P. de Magal. Neto		(Bahia)
Cap. Francisco Ruas Santos		(Minas Gerais)
Sr. Gabriel Toti		(Minas Gerais)
Sr. Geraldo Dutra de Morais	Antônio Francisco Lisboa	
Dr. Heitor M. Ferrão de Aragão		(Rio de Janeiro)
Padre Heitor Otaviano de Araújo		(Bahia)
Prof. Hélio Viana		(Rio de Janeiro)
Padre Heliodoro Pires		(Rio de Janeiro)
Sr. Henrique Costa Fernandes		(Maranhão)
Dr. Henrique Jorge Hurley		(Pará)
Sr. Hilton Federici		(Campinas)
Padre Hipólito Chevelon		
Cel. Humberto P. Seabra Facundes		(Rio de Janeiro)
Prof. Jerônimo A. de Araújo		(Guaratinguetá)
Sr. Jesus Machado Tumbelini		(Batatais)
Sr. João Batista de Sá		(Campinas)
Dr. J. da Costa P. Dantas Júnior		(Bahia)
Dr. Dário Abranches Viotti	Cons. Avelar Brotero	(Rio de Janeiro)
Sr. Joaquim de Paula Guimarães		(Cruzeiro)
Dr. Joaquim Thomaz de Paiva		(Rio de Janeiro)
Cel. Joaquim Vicente Rondon		(Rio de Janeiro)
Dr. Jorge Moreira da Rocha		(Ceará)
Dr. José Bandeira de Melo		
Dr. José Guimarães		(Minas Gerais)
Sr. J. Loureiro de A. Fernandes		(Paraná)
Min. José Américo de Almeida		(Paraíba)
Sr. José Mariz de Morais		(Rio de Janeiro)
Eng. José Bandeira de Melo		(Guanabara)
Sr. José Pompeo de Camargo		(Campinas)
Prof. José Roberto do A. Lapa		(Campinas)
Prof. José Ant. Gong. de Melo		(Recife)
Dr. José de Toledo	Duarte Coelho	
Sr. Júlio da Silveira Sulário		(Campinas)
Prof. Lauro Monteiro de Carvalho e Silva	D. Joaquim Mamede da Silva	(Moji-Mirim)
Sr. Lourenço Lacombe		(Petrópolis)
Dr. Levi Fernandes Carneiro		(Rio de Janeiro)
Cap. Luiz Alves de Oliveira Belo		(Porto Alegre)

Cel. Luiz Carlos de Moraes	(Rio de Janeiro)
Mons. L. Castanho de Almeida	(Sorocaba)
Gal. Luiz F. da S. Wiedemann	(Campinas)
Dr. Luiz Felipe Cast. Goycochea Pandiá Calógeras	(Rio de Janeiro)
Dr. Luiz Marques Poliano	(Rio de Janeiro)
Dr. Luiz Menezes M. da Costa	(Bahia)
Mons. Manuel Aquino Barbosa	(Salvador, Bahia)
Dona Maria Celestina Teixeira Mendes Tórres	(Campinas)
Dr. Mário Tórres	(Bahia)
Dr. Milton Menezes Villas Boas	(Bahia)
Dr. Murilo Mirando Bastos	(Rio de Janeiro)
Padre Murilo Moutinho	(Rio de Janeiro)
Sr. Nelson Abel de Almeida	(Rio de Janeiro)
Cap. Olavo Dantas	(Rio de Janeiro)
Dr. Orlando Marques de A. Ca- valcante	(Recife)
Dr. Paulo E. Alvares da Silva	
Prof. Paulo Silvio Azevedo	(Tatuí)
Prof. Plínio Gomes Barbosa	
Dr. Pedro Alves Camêlo	Frei Joaquim do Amor Divino Caneca
	(Recife)
Sr. Raimundo Magalhães	(Rio de Janeiro)
Prof. Renato Sêneca de Sá Fleury	(Sorocaba)
Dr. Roberto da Mota Macedo	(Rio de Janeiro)
Dr. Roland de A. C. Corbisier	
Dr. Rubens Borba A. Morais	(Rio de Janeiro)
Sr. Sebastião de A. Oliveira	(Tanabi) S.P.
Sr. Tancredo de B. Paiva	(Rio de Janeiro)
Comendador Theodoro de Souza Campos Junior	Bernardo de Souza Campos
	(Campinas)
Gal. Waldemar Pio dos Santos	(Santos)

CORRESPONDENTES ESTRANGEIROS

CIDADES

Sr. Alberto Iria	Lisboa
Sr. Alexandre Nelson de A. Marchant	Rio de Janeiro (Embaixada dos EE UU)
Prof. Alfredo Dias Molina	Buenos Aires
Sr. Alfredo Augusto Pereira de Lima	Lourenço Marques (Moçambique)
Dr. Alfredo V. de Moura Matoso	Coimbra
Dr. Alamiro de Avila Y Martel	Santiago
Prof. Alvaro J. da Costa Pimpão	Coimbra
Embaixador Ambrósio Pereira	Caracas
Princ. Angelo de Mojana Di Cologna	Itália (Milão — Lombardia)
Dr. A. Gomes da Rocha Madahil	Coimbra
Dom Antonio Maria Barbieri	Montevideo
Embaixador Ariosto D. Gonzales	Uruguai
Cônsul C. H. F. Lemond de Macedo	Consulado de Portugal em São Paulo
Min. Plenipotenciário Carlos Pérez Cánepa	Lima (Peru)
Sr. Carlos Pérez Montero	Montevideo
Prof. Damião Perez	Lisboa
Embaixador Daniel Castelianos	Uruguai
Dr. Eduardo Brasão	Lisboa
Dr. Eduardo Corrêa	Coimbra
Prof. Felipe Ferreiro	Uruguai
Prof. Fortuné Koller	Bruxelas
Sr. Francisco da Silveira Morais	
Sr. Gaspar do Couto R. Villas	Lisboa
Prof. Guilherme Braga da Cruz	Coimbra
Dr. G. Benedict de Benedict	Califórnia
Sr. Giuseppe Castruccio	Itália
Sr. Henrique Guterschm	Zurich
Prof. Henrique de Gândia	Buenos Aires
Prof. Jesus Vasques Gayoso	Cuba
Dr. José Crisanto L. Gimenes	Espanha
Dr. José Pedro Machado	Lisboa
Sr. Juan S. Pivel Devoto	Montevideo
Dr. Julio C. de Almeida G. L. Caiola	Lisboa
Dr. Julio Cesar Chaves	Assunção
Dr. Labieno Salgado dos Santos	Taipei — Formosa (China)
Dr. Luiz Soares de Oliveira	Cônsul em S. Paulo
Príncipe Ligny de Luxemburgo	Boulogne Sur Senne — França
Prof. Manoel Lopes de Almeida	Coimbra
Prof. Manoel da Silveira S. Cardoso	Washington

Sr. Miguel Angel Martinez Galvez	Buenos Aires
Dr. Miguel Franchini Neto	Palácio Itamarati (Rio de Janeiro)
Dom Nicola Gianastasio	Roma
Dr. Pierre A. Wassal	Paris (França)
Mons. Rafael Schiaffino	Uruguai
Prof. Ricardo Roman Blanco	(Suspensão)
Sr. Ramon de Castro Esteves	Argentina
Prof. Raul A. de Molina	Buenos Aires
Sr. Raul Monteiro Bustamante	Uruguai
Prof. Ricardo Caillet Bois	Argentina
Prof. Richard Mc Gee Morse	Nova Jersey
Padre Serafim Leite	Roma
Sr. Simon L. Lucuix	Uruguai
Sr. Thomaz Wawerley Palmer Junior	Connecticut
Prof. Torquato B. de Souza Soares	Coimbra
Dr. Umberto Franzini	Itália
Profa. Virginia Rau	Portugal
Sr. William Brooks Greenlee	Chicago
Padre Vitor Hugo	Itália

COMISSÕES ORGÂNICAS

Comissão de Finanças

- 1 — Min. José Romeu Ferraz
- 2 — Prof. Celestino Euzébio Fazzio
- 3 — Cel. Luiz Tenório de Brito

Suplentes:

- 1 — Manuel Ubaldino de Azevedo
- 2 — Cel. Benito Serra
- 3 — Prof. Jacob Penteado

Comissão de Sindicância e Admissão de Sócios

- 1 — Dr. Aureo de Almeida Camargo
- 2 — Dr. Eurico Branco Ribeiro
- 3 — Dr. Pedro Antônio de Oliveira Ribeiro Neto

Suplentes:

- 1 — Dr. Alvaro do Amaral
- 2 — Antônio Barreto do Amaral
- 3 — Dr. Célio Salomão Debes

COMISSÕES PERMANENTES

Comissão de Geografia do Brasil

- 1 — Prof. Aroldo de Azevedo
- 2 — Prof. Jacob Penteado
- 3 — Gabriel Marques
- 4 — Engº Mário Savelli
- 5 — Prof. Fausto Ribeiro de Barros

Comissão de Geografia Física

- 1 — Prof. João Dias da Silveira
- 2 — Prof. Joaquim Alfredo da Fonseca
- 3 — Cel. Heliodoro T. da Rocha Marques
- 4 — Engº Mário Savelli

Comissão de Geografia Humana

- 1 — Prof. Alfredo Ellis Júnior
- 2 — Prof. Ari França
- 3 — Prof. Fausto Ribeiro de Barros
- 4 — Dr. José Gomes de Moraes Fº
- 5 — Prof. José Anthero Pereira Jr.

Comissão de História da América

- 1 — Dr. Antônio Sylvio Cunha Bueno
- 2 — Prof. Astrogildo Rodrigues de Melo
- 3 — Dr. Alvaro do Amaral
- 4 — Dr. Arlindo Veiga dos Santos
- 5 — Cel. Henrique Oscar Wiederspahn
- 6 — Dr. Luiz Wanderley Torres

Comissão de História Geral

- 1 — Fernando Ferreira de Góes
- 2 — Prof. Eurípedes S. de Paula
- 3 — Profa. Olga Pantaleão
- 4 — Prof. Sebastião Pagano
- 5 — Prof. Nicolau Duarte Silva

Comissão de História Militar

- 1 — Cel. Arrisson de Souza Ferraz
- 2 — Cel. José Hipólito Trigueirinho
- 3 — Cel. Henrique Oscar Wiederspahn
- 4 — Dr. Geraldo Goulart
- 5 — Prof. Alfredo Gomes
- 6 — Dr. Antônio Roberto de Paula Leite

Comissão de História de São Paulo

- 1 — Profa. Myrian Ellis
- 2 — Prof. Vicente de Paulo Vicente de Azevedo
- 3 — Profa. Maria da Conceição Martins Ribeiro
- 4 — Prof. Antenor Romano Barreto
- 5 — Arquit. Wilson Maia Fina
- 6 — Dr. Isaac Grinberg

Comissão de História dos Movimentos Cívicos de São Paulo

- 1 — Dr. Ibrahim Nobre
- 2 — Cel. Luiz Tenório de Brito
- 3 — Dr. Aureo de Almeida Camargo
- 4 — Dr. Honório de Sylos
- 5 — Dr. Antônio Benedito Machado Florence
- 6 — Dr. Paulo Nogueira Filho

Comissão de História do Brasil

- 1 — Prof. Tito Lívio Ferreira
- 2 — Prof. José Pedro Leite Cordeiro
- 3 — Dr. Divaldo Gaspar de Freitas
- 4 — Dr. José Augusto César Salgado
- 5 — Dr. Lycurgo de Castro Santos Filho
- 6 — Hernani Donato

Comissão de História da Medicina

- 1 — Prof. Arnaldo Amado Ferreira
- 2 — Prof. Carlos Henrique Robertson Liberalli
- 3 — Prof. Cantídio de Moura Campos
- 4 — Dr. Lorena Guaraciaba

- 5 — Dra. Carlota P. de Queiroz
- 6 — Alexandre de Melo

Comissão de História do Direito

- 1 — Min. Pedro Rodvalho Chaves
- 2 — Desemb. Manuel Augusto Vieira Neto
- 3 — Prof. Ernesto de Moraes Leme
- 4 — Dr. Pedro Brasil Bandecchi
- 5 — Dr. João Gualberto de Oliveira
- 6 — Dr. Rui Rebello Pinho

Comissão de História da Engenharia

- 1 — Prof. Antônio Carlos Cardoso
- 2 — Eng.^o Mário Leite
- 3 — Eng. Mário Savelli
- 4 — Eng.^o Alexandre D'Alessandro
- 5 — Eng.^o Manuel Rodrigues Ferreira

Comissão da História da Igreja no Brasil

- 1 — Padre Hélio Abranches Viotti
- 2 — Mons. Paulo Florêncio da Silveira Camargo
- 3 — Mons. Deusdedit de Araújo
- 4 — Mons. José de Castro Nery
- 5 — Madre Maria Ângela (Lêda Maria Pereira Rodrigues)

Comissão de História da Educação

- 1 — Prof. Tito Lívio Ferreira
- 2 — Prof. Antenor Romano Barreto
- 3 — Prof. Milton Camargo da Silva Rodrigues
- 4 — Prof. Cantídio de Moura Campos
- 5 — Neise Gomes
- 6 — Prof. Carlos Henrique Robertson Liberalli

Comissão de Redação da Revista

- 1 — Prof. Jacob Penteadó
- 2 — Padre Hélio Abranches Viotti
- 3 — Dr. Pedro Brasil Bandecchi
- 4 — Prof. Vinício Stein Campos
- 5 — Prof. Alfredo Gomes
- 6 — Dr. Célio Salomão Debes

Comissão de Relações Públicas

- 1 — Prof. Sebastião Pagano
- 2 — Dr. Domingos Laurito
- 3 — Engº Alberto Prado Guimarães
- 4 — Salvador Cútolo
- 5 — Com. Paulo Romano
- 6 — Henrique L. Alves

Comissão de Estatística

- 1 — Dr. Honório de Sylos
- 2 — Prof. José de Oliveira Orlandi
- 3 — Américo Bologna
- 4 — Prof. Milton Camargo da Silva Rodrigues
- 5 — Celso Maria de Mello Pupo

Comissão de Genealogia

- 1 — Comendador Theodoro de Souza Campos Júnior
- 2 — Dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho
- 3 — Dr. Waldomiro Franco da Silveira
- 4 — Cel. Salvador de Moya
- 5 — Dr. Amando Franco Soares Caiuby

Comissão de Bibliografia e Ciências dos Incunábulo

- 1 — Dr. Francisco Pires Martins
- 2 — Engº Alexandre D'Alessandro
- 3 — Lúcia Piza Figueira de Melo Falkenberg
- 4 — Prof. Antônio d'Ávila

Comissão de Etnologia e Arqueologia

- 1 — Prof. Herbert Baldus
- 2 — Prof. José Anthero Pereira Jr.
- 3 — Prof. Giulio Davide Leoni
- 4 — Dr. Fausto de Almeida Prado Penteadado

Comissão de Filatelia

- 1 — Cel. Arrisson de Souza Ferraz
- 2 — Dr. Alvaro da Veiga Coimbra
- 3 — Lígia Ferreira Lopes
- 4 — José Leandro de Barros Pimentel
- 5 — Antônio Barreto do Amaral
- 6 — Paul Donovan Kigar

Comissão de Iconografia e Epigrafia

- 1 — Mons. Paulo Florêncio da Silveira Camargo
- 2 — Dr. Carlos Penteadado de Rezende
- 3 — Dr. Edgard de Cerqueira Falcão

Comissão de Paleografia

- 1 — Padre José Afonso de Moraes Bueno Passos
- 2 — Prof. Agostinho Vicente de Freitas Ramos
- 3 — Dr. Carlos Penteadado de Rezende
- 4 — Nello Garcia Migliorini

Comissão de Lingüística e Toponímia

- 1 — Rev. Jorge Bertolaso Stella
- 2 — Prof. José de Oliveira Orlandi
- 3 — Dr. Reynaldo Kuntz Busch
- 4 — Engº Cássio da Costa Vidigal
- 5 — Prof. Erasmo d'Almeida Magalhães

Comissão de Museologia

- 1 — Dr. Alvaro da Veiga Coimbra
- 2 — Prof. Vinício Stein Campos
- 3 — Dr. Pedro Antônio de Oliveira Ribeiro Neto
- 4 — Maria Helena Brancante
- 5 — Lúcia De Tomasi
- 6 — Prof. Raul Votta

Comissão de Folclore

- 1 — Maria Amélia Corrêa Giffoni
- 2 — Prof. Fausto Ribeiro de Barros
- 3 — Dr. Alceu Maynard Araújo
- 4 — Maria Amélia Arruda Botelho de Souza Aranha
- 5 — Cel. Dr. José Eugênio de Paula Assis
- 6 — Dr. José de Mello Pimenta

Comissão de Numismática

- 1 — Dr. Alvaro da Veiga Coimbra
- 2 — Dr. Aureo de Almeida Camargo
- 3 — Tsuneso Sato
- 4 — Prof. Rui Martins Ferreira
- 5 — Lúcia De Tomasi

Comissão de Heráldica

- 1 — Lígia Ferreira Lopes
- 2 — Cel. Henrique Oscar Wiederspahn
- 3 — Dr. Ricardo Gumbleton Daunt
- 4 — Dr. Eldino da Fonseca Brancante
- 5 — Maria Amélia Arruda Botelho de Souza Aranha
- 6 — Dr. Reynaldo Kuntz Busch

**DEPARTAMENTOS PARA
O MESMO TRIÊNIO**

**Departamento de Arquivo,
Documentação e Museu**

- 1 — Chefe: Dr. Alvaro da Veiga Coimbra

**Departamento de Cinema
Educativo**

- 1 — Chefe: Prof. Fausto Ribeiro de Barros

**Departamento de Cursos
Públicos**

- 7 — Chefe: Prof. Tito Lívio Ferreira

Departamento de Exposições

- 1 — Chefe: Dr. Pedro Antônio de Oliveira Ribeiro Neto

Departamento de Publicações

- 1 — Dr. Francisco Ferrari Marins
- 2 — Eng^o Alberto Prado Guimarães
- 3 — Adelino Ricciardi

Departamento da Sede Social

- 1 — Chefe: Prof. Celestino Euzebio Fazzio
- 2 — Prof. Jacob Penteadó
- 3 — Dr. Geraldo Goulart

**CONSELHO DA MEDALHA
“IMPERATRIZ
LEOPOLDINA”**

Presidente:

- 1 — Dr. Aureliano Leite

Membros:

- 2 — Cel. Luiz Tenório de Brito
- 3 — Ministro José Romeu Ferraz
- 4 — Dr. Alvaro da Veiga Coimbra
- 5 — Arquiteto Wilson Maia Fina
- 6 — Prof. Carlos Henrique Robertson Liberalli
- 7 — Cel. Henrique Oscar Wiederspahn
- 8 — Dr. Eldino da Fonseca Brancante
- 9 — Prof. José Anthero Pereira Jr.
- 10 — Prof. Rui Martins Ferreira
- 11 — Lígia Ferreira Lopes

**CONSELHO DA MEDALHA
“ALEXANDRE DE GUSMÃO”**

Presidente:

- 1 — Dr. Aureliano Leite

Membros:

- 2 — Cel. Luiz Tenório de Brito
- 3 — Prof. Tito Lívio Ferreira
- 4 — Dr. Antônio Sylvio Cunha Bueno
- 5 — Dr. Alvaro da Veiga Coimbra
- 6 — Dr. Alvaro do Amaral
- 7 — Dr. Eldino da Fonseca Brancante
- 8 — Lúcia De Tomasi
- 9 — Prof. Jacob Penteadó
- 10 — Antônio Barreto do Amaral
- 11 — Eng^o Mario Savelli
- 12 — Arquiteto Wilson Maia Fina

RELATÓRIO DA DIRETORIA

CORRESPONDENTE AO EXERCÍCIO DE 1968

A Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, obedecendo à disposição de sua lei orgânica, vem oferecer a exame dos Senhores Consócios, nesta primeira sessão de 1969, o seu derradeiro relatório anual, pois, embora quase tôda a Diretoria futura tivesse merecido a honra de, pela segunda vez, ser reeleita, estatutariamente constitui uma nova entidade.

25 DE JANEIRO

Essa grande data, a da fundação de São Paulo, como nos anos passados, foi condignamente comemorada em sessão magna, na qual oraram o consócio Professor Alfredo Gomes e o Cardeal D. Agnelo Rossi, recebido então como sócio titular do Sodalício. Foi ela procedida de sessão plenária em que se tomou conhecimento do Relatório do exercício de 1967 e se aprovaram as respectivas contas.

SESSÕES PLENÁRIAS:

O Sodalício realizou, durante o ano de 1968, 23 sessão plenárias, sendo 6 extraordinárias, 16 ordinárias e uma, em 19 de outubro do exercício, dedicada ao elogio dos sócios falecidos.

Distinções a Sócios:

Alvaro da Veiga Coimbra, medalha de ouro, conferida pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro aos seus serviços de montagem da exposição comemorativa do centenário da empresa; **Divaldo Gaspar de Freitas**, **José Eugênio de Paula Assis** e **José Orlandi**, contemplados respectivamente em 1.º, 2.º e 3.º lugar no concurso sobre vida e obra do Padre Bartolomeu de Gusmão, instituído pelo Governo do Estado; **Aureliano Leite**, convidado para paraninfo do pavimento Teodoro Sampaio, do Instituto Geográfico e Geológico de São Paulo; **Antonio Barreto do Amaral**, **Alfredo Gomes**, **Raimundo Menezes**, **Henrique L. Alves**, **Mario Graciotti**, vencedores em vários concursos literários e históricos; **Francisco T. de Almeida Magalhães**, título de cidadão honorário de Mococa; **José Maria Whitaker**, título de cidadão pinhalense; **Engenheiro Mário Leite**, eleito para Presidente do Ateneu Paulista de História;

D. Agnelo Rossi, título de cidadão paulistano; **José de Freitas Nobre e João Gualberto de Oliveira**, classificados em 1.º e 2.º lugar, respectivamente, no concurso “O Transplante de Órgãos Humanos em face da Lei”, instituído pelo Instituto dos Advogados de São Paulo; **Pedro de Oliveira Ribeiro Neto**, reeleito para Presidente da Academia Paulista de Letras; **Lycurgo de Castro Santos Filho**, contemplado com bolsa de estudos pela Fundação Calouste Gulbenkian; **Guilherme de Almeida**, festejado em Campinas, sua terra natal; **Luiz Fernando Whitaker T. da Cunha**, distinguido com a nomeação de alto cargo na magistratura do Estado da Guanabara.

REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA

O Presidente **Aureliano Leite** manifestou-se em artigo pelo “O Estado de São Paulo”, edição de 30 de setembro de 1967, no sentido de que as comemorações finais da Revolução Constitucionalista passassem a realizar-se no dia 2 de outubro e não no dia 28 de setembro como se vinha fazendo. A Sociedade Veteranos de 32 M.M.D.C., concordando inteiramente com a sugestão, dirigiu ao Instituto uma mensagem assinada pelo Presidente General Waldomiro Meireles Maia, em que se destacam os seguintes dizeres: “O Conselho Supremo, em reunião extraordinária realizada no dia 18 de janeiro corrente, com base nos argumentos de Vossa Excelência, resolveu corrigir a data nos termos do seu judicioso pedido. A Sociedade Veteranos de 32 M.M.D.C., fica-lhe muito agradecida por mais êsse serviço prestado à História de São Paulo”.

ATIVIDADES EXTERNAS DOS SÓCIOS

Conferência de **Aureliano Leite**, na Sociedade Geográfica Brasileira sobre Pedro Álvares Cabral e outorga ao mesmo da 1.ª medalha do “navegante”, instituída por aquela Sociedade, dirigida pelo Professor Fausto Ribeiro de Barros. Palestras do mesmo no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sobre o Embaixador José Carlos de Macedo Soares, na Academia Paulista de Letras, no Ateneu Paulista de História. Comunicação ao Congresso Luso de Moçambique, debatida e aprovada, etc. **Erasmão d’Almeida Magalhães** defendeu tese de doutoramento perante a Faculdade de Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, obtendo a média 9,3, com distinção. Palestra do **Coronel Luiz Tenório de Brito**, na Associação dos Cavaleiros de São Paulo por ocasião do lançamento do selo postal “Washington Luiz”, pelo diretor regional dos Correios e Telégrafos. Palestra do mesmo consócio dedicada à Itapeverica da Serra — “Guarda Avançada do Colégio”, no curso de História de São Paulo, realizado no Pátio do Colégio. Representaram também o Instituto, no mesmo curso: Aureliano

Leite, D. Agnelo Rossi, Mario Leite, Álvaro do Amaral, Padre H. A. Viotti, Alexandre Mello, Cezar Salgado, Vinício Stein Campos, Cel. Luiz Tenório de Brito, Wilson Maia Fina, Lycurgo de Castro Santos Filho, Pedro Antonio de Oliveira Ribeiro Neto, Manuel Augusto Vieira Neto, Pe. Fernando Pedreira de Castro, Jacob Penteado, Leão Machado, Alberto Prado Guimarães, Brasil Bandecchi, Cássio Costa Vidigal, José Pedro Leite Cordeiro, Mário Savellil, Célio S. Debes e Ernesto Morais Leme.

Homenagens

* A IBRAHIM NOBRE
19 de fevereiro:

Em sessão extraordinária, dirigida pelo Dr. Júlio de Mesquita Filho, à qual compareceram o Presidente da Academia Brasileira de Letras, representante do Governador do Estado e inúmeras outras personalidades, o Instituto tributou ao preclaro consócio e tribuno notável que foi de 22 a 23 de maio, prolegômenos da Revolução Constitucionalista, bela demonstração de quanto o estima. Saudaram o homenageado, mostrando o regozijo do Instituto pela passagem de seus belos 80 anos, o Professor Ernesto Leme, o Presidente da Academia Brasileira de Letras e o Sr. Aureliano Leite. Ibrahim a todos respondeu em magnífico improviso. Pela noite, os seus amigos ofereceram-lhe lauto banquete no Instituto de Engenharia a que compareceram inúmeras pessoas, numa verdadeira apoteose ao grande tribuno.

* A GUILHERME DE ALMEIDA
21 de setembro:

Em solenidade realizada no salão nobre, pelo cinquentenário da publicação do seu livro "Nós", sendo o altíssimo poeta saudado pelo orador do Instituto, professor Alfredo Gomes e o tribuno Ibrahim Nobre. Nessa ocasião foi apresentada exposição de 46 livros do homenageado, em primeiras edições, além de medalhas pertencentes ao homenageado, e que foram trazidas para serem exibidas pelo Dr. Álvaro do Amaral.

* AFONSO DE FREITAS
31 de outubro:

Sessão solene dedicada ao centenário de nascimento de Afonso de Freitas. A Assembléia Legislativa do Estado comunicou ao Instituto o registro de uma moção de saudade ao notável historiador, por proposta da nobre deputada Dulce Sales Cunha Braga. Em 3 realizou-se sessão em homenagem a tal data centenária, tendo falado, em nome da Academia Paulista de Letras, o Desemb.

Prof. Vicente de Paulo Vicente de Azevedo, em nome do Instituto Histórico, o dr. Álvaro do Amaral, e, agradecendo a homenagem, em nome da família, o dr. Ibrahim Nobre; ao mesmo tempo foi inaugurada a vitrina com objetos de uso pessoal do homenageado, ofertados pela família, — que doou também o seu arquivo, — cuja relação foi organizada pelo sócio Álvaro do Amaral.

REPRESENTAÇÕES

O Sodalício fêz-se representar pelo Sr. Aureliano Leite, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em sessão em homenagem ao Embaixador José Carlos de Macedo Soares; na Câmara Municipal de São Paulo, em sessão solene para outorga do título de cidadão paulistano a D. Agnelo Rossi, D. D. Cardeal Arcebispo; no banquete oferecido ao General Meira Matos; no lançamento, na cidade de Pinhal, a 21 de abril, da pedra fundamental de uma nova igreja a levantar-se em terreno que pertenceu ao fundador da Vila Nova Louzã, Comendador Monte Negro; na inauguração do Museu Histórico e Pedagógico de Guaratinguetá, fazendo-se o Sodalício representar pelo Professor Vinício Stein Campos. Em Paranaguá, Paraná, foi representado por D. Lúcia De Tomasi, por ocasião das homenagens prestadas pela Prefeitura local ao Coronel Joaquim Ferreira Barbosa — “O Herói de Paranaguá”.

PALESTRAS NO INSTITUTO

Foram proferidas durante as sessões do Instituto, no decorrer dêste ano, pelos seguintes sócios: **Agostinho Vicente de Freitas Ramos**, “Écos da Bíblia, da Crueldade e da Sabedoria”; **Alberto Prado Guimarães**, “Episódio ocorrido com o Embaixador José Carlos de Macedo Soares”, e “1.º Centenário da Companhia Paulista de Estradas de Ferro”; **Carlos Henrique Robertson Liberalli**, “José Feliciano de Oliveira”; **Paulo Emílio D’Alessandro**, “José Ataíde Marcondes”, seu patrono; **José Bueno de Oliveira Azevedo Filho**, “Centenário do nascimento do Dr. Alfredo Guedes”; **Roberto de Paula Leite**, “Alberto Sales - filósofo e historiador” e “Aristides Lobo ou a instauração ética”; **Ruy Martins Ferreira**, “Da Toponímia Brasileira”; **Lauro M. Carvalho Silva**, “D. Mamede”, seu patrono; **David Antunes**, “Américo de Moura”, seu patrono; **Monsenhor Victor Rodrigues de Assis**, “Monsenhor José Paulino de Andrade”, seu patrono; **Wilson Maia Fina**, “Os Primórdios do Bairro do Bom Retiro”; **Raul Cardoso de Mello Tucunduva**, “João Arruda”, seu patrono; **Hélio Damante**, “Formação do Bairro da Penha — III Centenário”; **Maria Conceição Borges Ribeiro de Camargo**, “Romarias da Princesa Isabel a Aparecida”.

SÓCIOS NOVOS

Tomaram posse: D. Agnelo Rossi e Gilberto Leite de Barros, titulares; Monsenhor Victor Rodrigues de Assis, João Alfredo Pegado Cortez, Lauro Monteiro de Carvalho e Silva, D. Antonio de Almeida Moraes Júnior, João Domingues Sampaio, Paulo Emilio Andrade de Vilhena, Ministro Octávio Marcondes Ferraz e Padre Eliseu Murari, honorários; Austregésilo de Athayde, correspondente Nacional.

Não tomaram posse: Menotti Del Picchia, titular, José Antonio Gonçalves de Mello, correspondente nacional, General Langleberto Ribeiro Soares e Oswaldo Barbosa Guisard, honorários.

DOAÇÕES AO INSTITUTO

Célio S. Debes, medalha das Comemorações do Centenário da Cia. Paulista de Estradas de Ferro; **Cia. Antartica Paulista**, a obra de João Baptista Debret, "Viagem Pitoresca e Histórica do Brasil"; **d. Lúcia de Macedo Soares**, objetos e condecorações que pertenceram ao Embaixador José Carlos de Macedo Soares; **Henrique Alberto Orciuoli**, diversos quadros a óleo, de sua autoria; **Armandino Seabra**, um espelho antigo Luís Felipe, autêntico, que pertenceu à família Lepose, de Potenza, Itália; **d. Sílvia Pacheco de Sales Pinto**, viúva de Octávio Sales Pinto, valiosos livros para a Biblioteca; **d. Lúcia De Tomasi**, diversos objetos; **José Leandro de Barros Pimentel**, coleção de selos comemorativos emitidos no Brasil em 1967, e diversas peças filatélicas relativas ao lançamento do selo em homenagem ao farmacêutico Orlando Rangel; **Gilberto Leite de Barros**, autógrafo do Presidente Prudente de Moraes; **descendentes do pintor Benedito Calixto**, documentos históricos e peças que pertenceram ao ilustre pintor paulista; **d. Pedrina Calixto Henriques**, maravilhoso sudário, reproduzindo o rosto ensanguentado de N. S. Jesus Cristo, pintado por Benedito Calixto; **João Calixto**, neto do pintor, um cavalete de grande porte com manivelas para movimentos mecânicos, uma paleta, um grande avental completo com mangas e uma caixa para tintas; **Coriolano Francisco Caldas Filho**, coleção de jornais; **Dr. Alvaro da Veiga Coimbra**, duas medalhas: uma, de prata, e outra de bronze, que acompanharam o prêmio "Edmundo Navarro de Andrade", concedido pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro a estudantes de agronomia; **Dr. Alceu de Toledo Pontes**, medalha mandada cunhar pela Prefeitura de Jundiá; **Dr. Alvaro do Amaral**, machados de pedra, doados pelo agrônomo Victor Martins de Almeida Júnior, que os encontrou em escavações efetuadas em terras de sua fazenda, no município de São Manuel, neste Estado; **Brigadeiro Carlos Alberto Huet de Oliveira Sampaio**, uma

locomotiva em perfeita miniautra, que pertenceu ao ilustre engenheiro Joaquim Huet Bacelar, além de instrumentos de engenharia, tais como uma bússola de luneta, uma bússola prismática e um aneróide; **Vinício Stein Campos**, coleção de 300 moedas brasileiras do período republicano, até as moedas cunhadas pelo Presidente Castelo Branco; uma coleção de cédulas recolhidas, tôdas em perfeito estado, sem marcas de circulação; **Engenheiro João Batista Meiller**, um exemplar do primeiro número do "Correio Paulistano"; **Rudolf Hinner**, um mapa do Brasil, uma coleção de moedas austríacas e brasileiras; **Descendentes de Afonso Antonio de Freitas**, retratos, manuscritos e livros que lhe pertenceram; **Aureliano Leite**, objetos para o Museu e a Hemeoteca Júlio Mesquita; **Alvaro do Amaral**, diversos desenhos do pintor Cesar Pereira da Silva, sendo 2 croquis do quadro Aclamação de Amador Bueno; 3 croquis do quadro sôbre a Retirada da Laguna; além de retratos do artista, e diversos diplomas que lhe pertenceram, além de uma paleta e pincéis, etc.

REPRESENTAÇÕES DO INSTITUTO NO ESTRANGEIRO

O Instituto fêz-se representar no exterior, na Europa, em diferentes Congressos Internacionais de Cultura, pelos sócios: **Mário Savelli**, **Eurico Branco Ribeiro** e **Divaldo de Freitas**. Representou também o Sodalício em Portugal, o consócio **Deputado Cunha Bueno**, credenciado para a entrega de medalhas de "Alexandre de Gusmão" a personalidades lusas; **Tsunezo Sato**, em Sapporo, no Japão, representou o Sodalício no Centenário do Desenvolvimento Econômico de Hokkaido e em Tokio, na solenidade comemorativa do Centenário da Restauração Meiji.

EVOCAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA

O Instituto, tal qual nos anos anteriores, mandou celebrar, a 7 de setembro, missa solene na Capela Imperial do Ipiranga, onde jazem as cinzas da Imperatriz Dona Maria Leopoldina, por ocasião dos festejos da Independência. O ato religioso foi celebrado pelo sócio padre Hélio Abranches Viotti, na ausência por moléstia, do Capelão Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo.

CONCURSO PEDRO DE TOLEDO

— "Sua Vida e Sua Obra"

Não tendo havido concorrentes dignos de classificação, anulou-se o concurso aberto. Estabeleceram-se novas condições para novo concurso, o qual se encerrará a 9 de julho de 1969. Designou-se nova comissão julgadora composta pelos senhores:

Lycurgo de Castro Santos Filho, Álvaro da Veiga Coimbra, Víncio Stein Campos e Tito Livio Ferreira. São as seguintes as condições exigidos: obra de, no mínimo 150 fôlhas datilografadas, espaço duplo, papel almaço, três vias. O primeiro colocado terá direito à publicação da obra e um prêmio de três mil cruzeiros novos; o segundo, mil e quinhentos cruzeiros novos. Poderão ser concedidas menções honrosas. Poderão concorrer brasileiros e estrangeiros, sob pseudônimo.

OBRAS PUBLICADAS PELOS SÓCIOS

João Gualberto de Oliveira, “História dos Órgãos de Classe dos Advogados”; **Pedro de Oliveira Ribeiro Neto**, “Arco Triunfal”; **Jacob Penteado**, “Martins Fontes — Uma Alma Livre”; **Antonio Barreto do Amaral**, “O Tenente General José Arouche de Toledo Rendon (O Último Fidalgo Paulista)”; **Henrique L. Alves**, “Sua Excelência — O Samba”; **Carlos Rizzini**, “O jornalismo antes da tipografia”; **Corrêa Júnior**, “São Francisco de Assis na Literatura e na Arte”; **Leonardo Arroyo**, “Literatura Infantil Brasileira”; **José Leandro de Barros Pimentel**, “Obra sôbre Filatelia”.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

Concorreu à vaga de nosso eminente consócio Embaixador José Carlos de Macedo Soares, na Academia Brasileira de Letras, o Presidente Aureliano Leite. Foi levado a isso pela circunstância da cadeira vazia ter pertencido a um historiador de São Paulo e pelo fato do pretendente haver merecido o apoio moral de Piratininga pelos seus mais expressivos órgãos de opinião, tais como a Imprensa, a Assembléa Legislativa, a Câmara Municipal de São Paulo e outras do Interior, a Sociedade Veteranos de 32 (M.M. D.C.), o Clube Piratininga, a União Brasileira de Escritores, a Academia Campinense de Letras, o nosso próprio Instituto, etc., etc. A Academia Brasileira de Letras, porém, optou pelo escritor Abgar Renault, candidato do governo da República.

ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS

Foram eleitos para êsse cenáculo, os consócios: Vicente de Paulo Vicente de Azevedo, Paulo Nogueira Filho e Mário Graciotti.

COMISSÃO NACIONAL PRÓ-ANCHIETA

Pelo Senhor Presidente da República foi designada nova Comissão da qual fazem parte, entre outras figuras, os consócios: Dr. Júlio de Mesquita Filho, Presidente, Cardeal Dom Agnelo Rossi, Padre Abranches Viotti, Deputado Cunha Bueno, Prof.

Eurípedes Simões de Paula, J. F. de Almeida Prado, Dr. J. Tomás de Paiva, Dr. Cesar Salgado, e Dr. Aureliano Leite.

MEDALHA "ALEXANDRE DE GUSMÃO"

Instituída a Medalha "Alexandre de Gusmão" e aprovada devidamente pelo Ministério da Educação e Cultura, instalou-se o seu Conselho, que é composto dos consócios Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Tito Livio Ferreira, Antonio Sylvio Cunha Bueno, Álvaro da Veiga Coimbra, Álvaro do Amaral, Eldino da Fonseca Brancante, Lúcia De Tomasi, A. A. Menezes Drummond, substituído por Jacob Penteado, Antonio Barreto do Amaral, Mario Savelli e Wilson Maia Fina.

A partir de então, o Instituto concedeu a venera ao Presidente da República, que ainda não a recebeu, ao Ministro da Justiça, que também ainda não a recebeu, e a outras personalidades constantes da relação abaixo: Governador do Estado, Roberto Costa de Abreu Sodré, Ministro Marechal Márcio de Souza e Mello, Ministro General de Exército Aurélio Lyra Tavares, Ministro José de Magalhães Pinto, Ministro Almirante Augusto Rademaker, Ministro Tarso Dutra, Embaixador José Manoel de Magalhães Pessoa e Fragoso, General Syzeno Sarmento, General João Bina Machado, Coronel Luiz Tenório de Brito, D. Agnelo Rossi, Arcebispo Metropolitano de São Paulo, Prefeito Faria Lima, Dr. Aureliano Leite, Dom Marcos Barbosa, Deputado Antonio Sylvio Cunha Bueno, Dr. Manuel de Figueiredo Ferraz, Deputado Nelson A. de C. Pereira, Presidente da Academia Brasileira de Letras, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Dr. Rodrigo M. F. de Andrade, Prof. Helio Vianna, Dr. R. O. de Castro Maya, Dr. Guilherme Canedo de Magalhães, Prof. Josué Montello,, Dr. Rodrigo Octávio Filho, Prof. Tito Livio Ferreira, Dr. Álvaro da Veiga Coimbra, Dr. Eldino da Fonseca Brancante, D. Lúcia De Tomasi, Dr. Antonio Augusto de Menezes Drummond, Sr. Antonio Barreto do Amaral, Dr. Mário Savelli, Arquiteto Wilson Maia Fina, Engenheiro João Batista Meiller, Sr. João Alfredo Pegado Cortez, Sr. Armando Cabral Medeiros, Dr. Pedro Theotônio Pereira, Sr. Renzo Mazzone, Sr. Mario Francisco Caldas, Dr. Néelson Augusto Pedral Sampaio, Ministro Antonio de Oliveira Salazar, Dr. Arthur Cupertino de Miranda, Dr. Nuno Simões, Dr. Manoel Martins da Cruz, Ministro Coronel Joaquim da Luz Cunha, Dr. Antonio Folgado da Silveira, Dr. Carlos Alfredo Garcia Alves, Tenente-Coronel Henrique Oscar Wiederspahn, Sr. Paulo Romano, Comendador Durval Breda Cardoso, Prof. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, Cia. Paulista de Estradas de Ferro, Colégio "Alexandre de Gusmão" e Amadeu Saraiva.

MEDALHA "IMPERATRIZ LEOPOLDINA"

Foi outorgada durante o ano às seguintes pessoas: Presidente da Academia Brasileira de Letras, Dr. Romeu do Amaral Gurgel, Sr. Acsib Soares, D. Laura de Oliveira Rodrigo Octávio, D. Wally Brockmann Machado, Srº João Alfredo Pegado Cortez e Sr. Paulo Emílio D'Alessandro.

ORDEM DO SANTO SEPULCRO

Foi escolhido para o alto pôsto de seu Lugar-Tenente, em São Paulo, o consócio Ernesto de Moraes Leme.

COMEMORAÇÕES

* 19 de Fevereiro

Centenário do Combate de Estabelecimento da Guerra do Paraguai, onde perdeu a vida o paulista Tte. dos Atiradores Luiz da Costa Aguiar, em 19 de fevereiro de 1868, quando do assalto àquela fortaleza.

* 16 de março

O maestro Spartaco Rossi, dirigindo um coral, ofereceu ao Instituto a *première* da composição de sua autoria "Sonho de Anchieta", que ia ser ouvida pela primeira vez em espetáculo público, no Teatro Municipal, quando das comemorações anchietanas do ano findo.

* 31 de maio

V Centenário do Nascimento de Pedro Álvares Cabral, com o comparecimento de personalidades portuguesas e brasileiras. Abrihantaram a sessão magna, o Coral e os Jograis do Centro Acadêmico "Pereira Barreto", da Escola Paulista de Medicina, dirigidos pelo Dr. David Reis.

DESCENDENTES DE CABRAL

O Sodalício recebeu, em 19 de novembro, a visita honrosa de alguns descendentes colaterais de Pedro Álvares Cabral, convidados a participar das comemorações do V Centenário do Nascimento do grande navegante. À frente dos ilustres visitantes estava D.^a Lúcia Piza Falkenberg, Presidente do Instituto Histórico Guarujá-Bertioga, a que se deveu a iniciativa dessa pro-

moção. Foram saudados pelo Presidente Aureliano Leite, respondendo-lhe D. Vasco A. Cabral da Câmara Pereira (Conde de Belmonte).

HOMENAGENS A DOIS MINISTROS

Os Ministros Pedro Chaves e Cândido Mota Filho, nossos consócios e que, por efeito de aposentadoria compulsória, acabaram de deixar as poltronas com que honraram o Supremo Tribunal Federal, receberam significativa homenagem do Instituto em sessão extraordinária, quando falaram vários oradores.

CENTENÁRIO ARNOLFO AZEVEDO

O Instituto participou das comemorações, em Lorena, a esse ilustre paulista. Representaram-no Agostinho Ramos, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, Aroldo Azevedo, Vicente de Paulo Vicente de Azevedo, Luiz de Azevedo Castro e Péricles Eugênio da Silva Ramos.

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

Recebemos comunicação de que a prestigiosa Fundação portuguesa vai nos oferecer aparelhagem completa de microfilmagem para nossa hemeroteca.

DIREITOS DO HOMEM

O P.E.N. Club de São Paulo, em colaboração com este Sodalício, realizou no salão nobre do Instituto, no dia 12 de novembro, sessão magna em comemoração aos Direitos do Homem. Especialmente convidado, discorreu eloqüentemente acêrca dos "Direitos do Homem" o notável professor de Direito Dr. Alfredo Busaid, que foi saudado pelo Professor Ernesto Leme. No encerramento da sessão, o Dr. Eurico Branco Ribeiro, secretário do P.E.N. Club fêz projetar o instrutivo filme "O México de ontem e de hoje".

SOCIEDADE CULTURAL ARGENTINA-BRASIL

Instalou-se a diretoria e conselho compostos de brasileiros e argentinos. Os nossos consócios Júlio de Mesquita Filho, Ernesto Leme, Menotti Del Picchia e Aureliano Leite, foram escolhidos para participar daqueles órgãos.

FUNDAÇÃO MOINHO SANTISTA

Continua na sua direção o nosso consócio Professor Emérito Jorge Americano, havendo sido eleito para seu vice-presidente outro nosso consócio, o Professor Ernesto Leme.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Pelo Ministro Tarso Dutra foi aprovado o auxílio financeiro concedido a esta Entidade pela Câmara Federal, sob proposta dos Deputados Cunha Bueno, Ulisses Guimarães e Nicolau Tuma.

CONSELHO ESTADUAL DO MÉRITO

O Governador do Estado, Dr. Roberto Costa de Abreu Sodré, lavrou decreto criando essa entidade para a qual foram nomeados, além de outros nomes, os consócios Guilherme de Almeida e Aureliano Leite.

CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO DO ESTADO

Foi igualmente criada pelo Governador Abreu Sodré a entidade acima, integrando o seu conselho, além de outros nomes, os consócios Aureliano Leite, Lúcia F. de Mello Falkenberg e Vinício Stein Campos.

DECORAÇÃO DO PALÁCIO BANDEIRANTES

O nosso vice-presidente Tito Livio Ferreira trouxe ao Sodalício, e êste transmitiu ao Governo do Estado, a sugestão de que, na decoração do Palácio Bandeirantes, fôsem lembrados vultos da nossa história, entre outros o Padre Manuel da Nobrega e Amador Bueno, o Aclamado.

POLIANTÉIA WASHINGTON LUIZ

Entregue à Gráfica Municipal, dirigida pelo nosso consócio Adelino Ricciardi, será lançada à publicidade nos primeiros meses no ano a entrar.

ARAÇARIGUAMA

O Presidente Aureliano Leite voltou a essa região na companhia do Sr. Luiz Saia, delegado do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e do consócio Paulo da Sil-

veira Santos. Ali fixaram mais uma vez a localização das históricas mansão e capela do Padre Guilherme Pompeu de Almeida e comprometeram-se a levar por diante a idéia de se construir no local, algo que lembre a turistas as lendas em torno do famoso Creso. Nesse sentido, vão apelar para a colaboração do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, da Secretaria de Turismo, da Prefeitura de São Roque, da Academia Paulista de Letras e da nova entidade sãoroquense Amigos do Patrimônio Histórico Nacional, sem falar no Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, que acaba de ser criado.

VETERANOS DA REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 32

Veteranos da Revolução Constitucionalista de 32 foram agraciados com a "Medalha da Constituição" em solenidade realizada no Palácio 9 de Julho — Assembléia Legislativa. Muitos sócios deste Sodalício foram honrados com o convite para Agraciadores, a saber: Aureliano Leite, Ibrahim de Almeida Nobre, Coronel Luiz Tenório de Brito, Coronel José Hipólito Trigueirinho, Coronel Arrisson de Souza Ferraz, Coronel Benito Serpa, Prof. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho e Gofredo Teixeira da Silva Telles.

CURSO DE ORATÓRIA MELANTONIO

Foi-lhe concedido distribuir seus diplomas no salão nobre do Instituto. Convidado o Presidente Aureliano Leite para a solenidade, recebeu flôres e uma placa de prata com mensagem de simpatia dos formandos.

ESCULTOR ILIE GILBERT

Esse famoso escultor da nova escola ofereceu ao Instituto o busto, por êle executado, do Presidente Aureliano Leite. O mesmo artista produziu outros trabalhos semelhantes, tendo por modêlos os nossos consócios Ibrahim Nobre, Oliveira Ribeiro Neto e Ministro Pedro Chaves.

ESCULTOR LUIZ MORRONE

Esse conhecido artista ofereceu ao Instituto outro busto do Presidente Aureliano Leite, também de sua execução. Sob encomenda do Sodalício, incumbiu-se da fundição de expressiva placa de bronze, a inaugurar-se a 25 de janeiro de 1969, no salão nobre, lembrando haver o escritor Euclides da Cunha lido no Instituto as primeiras páginas de **Os Sertões**.

EFEMÉRIDES PAULISTAS

Já está sendo distribuído o segundo semestre das Efemérides Paulistas, sob n° 64. Trabalho de paciência beneditina, a exigir competência e tempo; por mais que os seus organizadores a êle se dedicassem, o segundo semestre, tal como o primeiro, ressentir-se de omissões e cochilos. Contamos com a boa vontade de seus organizadores no sentido de uma correção e aditamento contínuo à serem estampados em nossa Revista, ano a ano.

HOMENAGEM A SÓCIOS FALECIDOS

Como nos anos passados, o Instituto dedicou a sua última sessão do exercício de 1968, à memória inesquecível dos seus sócios falecidos. Incumbiu-se do elogio o orador Professor Alfredo Gomes, que o fez em substancioso discurso que será publicado em nossa Revista. Eis a relação dos sócios falecidos: Escritor José Wanderley de Araujo Pinho, General Francisco de Paula Cidade, jornalista Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello, Monsenhor Emílio José Salim, Dr. Salvador Rocco, heraldista Antonio Augusto de Menezes Drummond, Frei Thimotheo Van Den Brook, General João Pereira de Oliveira, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Professor Thomaz Oscar Marcondes de Souza, Desembargador Theodomiro Dias, Guelfo O. O. Campiglia, Desembargador José Duarte Gonsalves da Rocha, Dr. René de Castro Thiollier e Professor Luiz Washington Vitta.

NOVA DIRETORIA

A nova Diretoria para o triênio a iniciar-se em 25 de janeiro de 1969, está assim composta: Presidente, Aureliano Leite; 1.º vice-presidente, Ernesto de Moraes Leme; 2.º vice-presidente, Tito Livio Ferreira; 3.º vice-presidente, Carlos Henrique Robertson Liberalli; 1.º secretário, Luiz Tenório de Brito; 2.º secretário, Vinício Stein Campos; 3.º secretário, Álvaro do Amaral; 4.ª secretária, d. Maria Amélia Arruda Botelho de Souza Aranha; 1.º tesoureiro, Wilson Maia Fina; 2.º tesoureiro, Célio Salomão Debes; 1.º orador, Alfredo Gomes; 2.º orador, Mário Savelli; 1.º bibliotecário, Antonio Barreto do Amaral; 2.ª bibliotecária, d. Maria Helena Brancante.

LIGHT-SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A

Por essa poderosa empresa a quem São Paulo deve tantos benefícios, foi-nos concedido, por sugestão de seu diretor secretário Mário Savelli, nosso ilustre consócio, anistia de velho consumo de luz e energia devido pelas diretorias passadas.

REVISTA DO INSTITUTO

Está no prelo da Gráfica Bentivegna o n.º 65 da Revista do Instituto, que deverá ser distribuído nos primeiros meses de 1969.

HEMEROTECA JÚLIO DE MESQUITA

Continua em organização a nossa hemeroteca, tendo à frente, graciosamente, a Professora Ana Maria Camargo, filha de nosso consócio Aureo Camargo. Mudada para o último pavimento, já devidamente aparelhado, contamos poder em breve franqueá-la aos interessados.

MUSEU "JOSÉ BONIFÁCIO"

Está em pleno funcionamento e a contento geral o Museu "José Bonifácio". Segundo relatório em separado de seu diretor, Dr. Alvaro da Veiga Coimbra, já foi visitado por 1.737 pessoas. Graças à continuada dedicação de seu ilustre diretor, pudemos desdobrar a sua área, que passou a ocupar 3/4 partes do nosso 4.º pavimento. Para melhorar e completar a sua aparelhagem, dotamo-lo com dez novas vitrinas de leitura manuelina, em madeira de lei e prateleiras de cristal reforçado, adquiridas por ótimo preço. Da Companhia Paulista de Estradas de Ferro recebeu o Museu, presente de outras 13 vitrinas, naturalmente de menor preço, além de cavaletes, pedestais e colunas, o que veio completar as instalações. Não foram poucas as peças históricas que, por doação espontânea de particulares, vieram aumentar o acervo do Museu.

ARQUIVO

Esta seção, já bem melhorada, exige maior atenção do Instituto. Pensamos em tomar oportunamente para o seu serviço pessoa habilitada.

BIBLIOTECA "AFONSO DE FREITAS"

Continua na direção do Sr. Antonio Barreto do Amaral, que vai melhorando dia a dia o seu serviço, entregue às auxiliares dona Maria Odette Nogueira Melfi e dona Maria de Lourdes Melo Britto. Atendendo à requisição de seu ilustre diretor, foi dotada, não só de novas estantes e fichários de aço, como de obras valiosas, algumas adquiridas a bom preço, outras oferecidas ao Instituto. Entre aquelas, salientam-se: — "Provas de História Genealógica da Casa Real Portuguesa", de autoria de D. Antonio

Caetano de Souza, ed. de 1746, em 22 esplêndidos volumes; “Enciclopédia Luso-Brasileira”, em 42 volumes; “Enciclopédia Larousse”, última edição, em 11 volumes; além de outros livros raros de Heráldica e Armaria. O diretor responsável tem oferecido mensalmente relatório de seu movimento.

TESOURARIA

Confiada ao Arquiteto Wilson Maia Fina, tem êsse ilustre diretor, auxiliado por dona Maria Luz Navarro, trazido em perfeita ordem essa importante seção de nossa administração. Recebimentos e pagamentos em dia, gastos moderados, renovação constante de nossas locações, aplicação cuidadosa de nossas disponibilidades. O balancete final de sua movimentação, que vai transcrito ao pé dêste relatório, dirá quanto baste da situação próspera da vida econômica e financeira do Instituto.

SOCIEDADE NUMISMÁTICA

Inquilina do Sodalício, há longo tempo, mereceu-nos sempre tratamento especial, com regalias tais como a fixação do aluguel que lhe cabia na metade do preço dos demais locatários. Mesmo assim resolveu deixar o conjunto que ocupava em nosso prédio, conjunto que foi alugado por três vezes mais do que nos pagava a aludida Sociedade.

SECRETARIA

Confiada estatutariamente a quatro de nossos ilustres diretores (Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos, Alvaro do Amaral e Dona Maria Amélia Arruda Botelho de Souza Aranha), vem-se desincumbindo plenamente de suas atribuições e encargos, na quota parte que cabe a cada um.

REFORMA ESTATUTÁRIA

A experiência que se vem acumulando com a nossa longa gestão sugere-nos uma reforma, ainda que ligeira, dos Estatutos do Instituto. Além de outros pontos de certa importância, urge prender o sócio ao Sodalício, impondo aos de umas tantas categorias deveres tais como os de participação nas atividades culturais da Sociedade. Olhando para o nosso extenso quadro social, postas de lado as classes dos correspondentes, e comparando o número daqueles com os que freqüentam a nossa Casa, verifica-se que talvez não exceda de apenas a quarta parte a parcela dos que nos honram com o seu comparecimento. Verifica-se ainda

que o número dos ausentes reside mais no seio dos sócios honorários. Entre estes, acresce que mais da metade nem sequer tomou posse de sua cadeira. Estão pois, ocupando lugares que poderiam ser oferecidos a elementos mais úteis. Com essa exemplificação pensamos justificada a tentativa de reforma da nossa lei orgânica.

Terminando êste extenso e minucioso relatório, não estamos seguros de que se ofereça perfeito. Algumas coisa há de, por certo, nêle faltar. Rogando desculpas pelas possíveis omissões, aqui deixamos, endereçados aos nossos ilustres consócios os melhores agradecimentos pela valiosa colaboração que nos deram. E com êsses agradecimentos os votos de perfeita felicidade no ano de 1969. As prevenções com o ano bissexto de que nos despedimos não se confirmaram de maneira a poder o Instituto se queixar de sua influência. Se no mundo e no Brasil, em particular, muitas desgraças ocorreram, o Instituto logrou alcançar um ano de trabalhos e resultados ótimos, num ambiente pacífico e de compreensão geral.

Sejam as nossas últimas palavras de adesão entusiástica aos aplausos mundiais à poderosa Nação Americana pelo feito sublime de seus astronautas, demonstrando objetivamente a possibilidade para breve da conquista da Lua.

Não esqueçamos também de que o ano que passou compensou a humanidade proporcionando-lhe a maior conquista da medicina cirúrgica até o momento — o transplante do coração, no qual, o nosso patricio, paulista de São Paulo, Euriclides de Jesus Zerbini colaborou de maneira vitoriosa.

São Paulo, 31 de dezembro de 1968

Pela Diretoria

Luiz Tenório de Brito
Secretário — relator

Aureliano Leite
Presidente

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO
BALANCETE DO MOVIMENTO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 1968 — Encerrado em 31 de dezembro de 1968

DÉBITO

Obrigações Eletrobrás nºs 373.255 a 59 (5 a 5,00)	25,00	
Bônus Rotativos	69.200,00	
Depósito BNH	1.416,12	
Caixa Econômica Estadual de São Paulo	74,50	
Caixa Econômica Federal de São Paulo	13,17	
Banco Auxiliar de S. Paulo S.A.	10.864,58	
Banco Itamarati S.A.	5.032,32	
Saldo de Caixa em 31 de dezembro de 1968	141,65	86.767,34

DESPESAS

Despesas Gerais	25.118,40	
Luz	1.880,66	
Telefone	434,65	
Elevadores	1.902,30	
Gás	242,23	
Imposto Sindical	52,37	
Edifício Social (Prest. Cx. Econ. Fed. S.P.)	580,20	
Salários - deduz. os 8% do INPS	21.032,39	
Salários (deduz. os 8% do INPS)	21.032,39	
INPS (dos funcionários)	1.147,36	
Prefeitura (Conserv. e Limpeza)	3.146,54	
Água e Esgôto	791,62	
Seguro c/ Fogo	716,35	
Seguro Elevadores	52,95	
Seguro Funcionários	42,84	57.140,86

Superavit do Exercício	10.092,85	
	<u>154.001,05</u>	

CRÉDITO

Patrimônio Disponível em 31-12-68	86.767,34
---	-----------

RECEITAS

Aluguéis	51.108,60	
Conservação do Prédio	5.323,69	
Medalhas, Diplomas e Distintivos	577,00	
Revistas e Jornais	455,00	
Eventual	55,45	
Auxílios e Subvenções	9.706,32	
Obrigações Eletrobrás (juros) ...	7,65	67.233,71

154.001,05

São Paulo, 31 de dezembro de 1968

Atas das sessões plenárias do Sodalício desde 14 de janeiro a 21 de outubro de 1967

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 14 DE JANEIRO DE 1967

Aos catorze dias do mês de fevereiro de mil novecentos e sessenta e sete, nesta cidade de São Paulo, à rua Benjamin Constant, 158, às catorze horas e trinta minutos, reuniu-se em sessão extraordinária o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, presentes os seguintes consócios: Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos, Ernesto de Moraes Leme, Tito Lívio Ferreira, Mário Leite, Carlos Henrique L. Liberalli, José Leandro de Barros Pimentel, Antonio Toledo Amaral, Salvador Rocco, Celestino Euzébio Fazzio, Paulo Romano, Alvaro da Veiga Coimbra, Henrique L. Alves, Raul Votta, Renê de Oliveira Barbosa, Hernani Donato. A mesa esteve constituída, na forma estabelecida pelos Estatutos e o Regimento Interno, pelo Presidente Aureliano Leite, 1.º Secretário Luiz Tenório de Brito e 2.º Secretário Vinício Stein Campos. O sr. Presidente convidou para tomarem assento à mesa os visitantes Antonio Santos Oliveira Júnior, do Ministério da Agricultura, D.ª Octavia Corrêa dos Santos Oliveira, sua espôsa e chefe de Divisão de História do Museu Histórico Nacional e sr. Sigenando Martins, funcionário do mesmo Museu. Lidas e aprovadas as atas das sessões anteriores, o sr. Presidente congratulou-se com tôdas pelo início do ano nôvo e explicou que os objetivos da sessão extraordinária eram os seguintes: exame e aprovação das contas e balancetes do exercício de 1966. Disse ainda o sr. Presidente que as homenagens tributadas à memória de Alexandre de Gusmão quando da vinda, ao país, de cinzas e detritos do local que fôra sepultado, em Portugal, o ilustre brasileiro, teriam seqüência, consoante resolução aprovada no sodalício, com a cunhagem de uma Medalha Cultural e Comemorativa, cujos estudos estiveram a cargo de uma Comissão composta dos consócios Alfredo Gomes, Álvaro do Amaral, Antonio Barreto do Amaral, Antonio Augusto de Menezes Drummond e Álvaro da Veiga Coimbra. O regulamento e o plano da Medalha, apresentados pela Comissão, foram aprovados com pequena alteração proposta pelo consócio Ernesto Leme. A seguir o 2.º secretário procedeu a leitura do Relatório das atividades do Instituto em 1966, o qual foi aprovado. O sr.

1.º Tesoureiro apresentou à consideração da casa o seu trabalho, balancete e parecer da Comissão de Finanças, do seguinte teor: Balancete Anual — 1966 — Deve: Saldo de Dezembro de 1965 — 10.524, Medalhas Imperatriz Leopoldina — 598.300 — venda de Revistas do Instituto — 338.400 — Eventual (Dev.º aquisição de Letras — Levy) — 60.295. Aluguéis — 10.027.124. Conservação do prédio — (Cláus. 13/14) — 3.359.918 — Banco Itamarati S/A — 19.29691 digo 19.296.550 — Banco Auxiliar de São Paulo — 3.058.894 — Cr\$ 36.750,005 — Haver — Despesas Gerais — 5.178,155. Edifício Social — 596.895. Gás — 89.450. Luz — 1.310,920. Telefone — 204.670. Elevadores — 1.202,427. IAPC (Empregados e Empregador) — 2.590,522 — Ordenados + 13.º salário — 11.036,661. Água — 527.880. Banco Auxiliar de São Paulo S/A — 11.216,614. Aplicação de Letras (Levy) — 1.134,000. Banco Nacional de Habitação — 543.767. Seguros — 172.000. Taxa Sanitária — 128.800. Taxa de Água e Esgoto — 543.105. Saldo para janeiro de 1967 — 274.139. Cr\$ 36.750,005. São Paulo, 30 de dezembro de 1966. Aureliano Leite — Presidente. Salvador Rocco — 1.º Tesoureiro. São Paulo, 30 de dezembro de 1966. Disponibilidade do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo — Letras de Câmbio — Finasa S/A — De n.º 56.994 a 57.083 — (20) a Cr\$ 500.000 — Cr\$ 10.000,000 — venc.º 21-1-67. Estado de São Paulo — De n.º 002.528 a 002537 — (10) — a Cr\$ 200.000 — Cr\$ 2.000,000 — venc.º 7-7-1967. De n.º 011.950 a 011.969 — (20) a Cr\$ 200.000 — Cr\$ 4.000,000 — venc.º 9-9-67. Total Cr\$ 16.400,000 digo — Estado de São Paulo — De n.º 007.678 de Cr\$ 100.000 — 1000.000 — venc.º 7-7-67. De n.º 009.410 a 009.412 — (3) a 100.000 — 300.000 — venc.º 9-9-67. Total — 16.400.000 — Caixas Econômicas. Federal de São Paulo — N.º 16.443 — K. 12.794 (em 30-6-66). Estado de São Paulo — N.º 20.808 — 72.318 (em 30-6-66). Bancos — Do Estado de São Paulo — C/C Populares 106,477 (em 30-6-663). Auxiliar de São Paulo — 7.757.969 (em 31-12-66). Itamarati S/A — 1.554.651. (em 31-12-66). Apólices Ferroviárias — 20 cautelas 014.661 e 01.398) a digo a 1.000 — 20.000. Total Cr\$ 25.924,209 (vinte e cinco milhões novecentos e vinte e quatro mil duzentos e nove cruzeiros). Aureliano Leite — Presidente. Salvador Rocco — 1.º Tesoureiro. Parecer — Tendo examinado o Balancete do Movimento Financeiro, relativo ao exercício de 1966, bem como a escrituração e os documentos que pertencem à mesma gestão, esta Comissão encontrou tudo em ordem, e é de parecer que o aludido documento pode ser aprovado pelo plenário deste sodalício. São Paulo, 31 de dezembro de 1966. Luiz Tenório de Brito. Celestino Euzébio Fazzio. Submetido a votos foi unânimemente aprovado o balancete apresentado. Pelo sr. Barros Pimentel foi proposto um voto de congratulações com o sr. Tesoureiro, o que

foi aprovado. Expediente: Na leitura do pequeno expediente o sr. 1.º Secretário Luiz Tenório de Brito propôs à casa um voto de pesar pelo falecimento do consócio Joaquim Duarte Alves Feitosa, o que foi aprovado. O sr. Antonio dos Santos Oliveira Júnior propôs a realização, em homenagem ao Dia de São Paulo, de uma exposição de relíquias, documentos e fotografias do Ministério da Agricultura, o que foi igualmente aprovado. O prof. Ernesto Leme discorreu sobre o centenário de Arnaldo Vieira de Carvalho, evocando-lhe a obra meritória e propondo um voto de homenagem ao grande paulista. O sr. Tito Lívio Ferreira propôs um voto de pesar pelo falecimento de Sérgio Milliet da Costa e Silva e bem assim um voto de congratulações com Vinício Stein Campos pela publicação de seu livro — Elementos de Museologia — 1.º volume — História dos Museus — concluiu oferecendo à Biblioteca um exemplar de seu livro História da Educação Luso-Brasileira. O sr. Henrique L. Alves ofereceu à Biblioteca um exemplar do livro Espelho Infiel, de Fernando Góis, que se encontra enfêrmo, sugerindo que uma comissão o visitasse em nome do Instituto; oferece mais a Revista Brasileira de Cultura, n.º 18, edição da Embaixada do Brasil em Madrid, Espanha, e na qual se encontra o trabalho do Presidente Aureliano, A Vida Heróica de Bárbara Eliodora; lembra o cincoentenário, em 67, de lançamento de escritores que se tornaram consagrados, como Guilherme de Almeida — Nós; Cassiano Ricardo — Flauta de Pã; Menotti del Picchia — Juca Mulato; Manoel Bandeira — A honra das cinzas, propondo uma exposição de tôdas as edições daquele ano; congratulações com Austregesilo de Athayde pela sua recondução à Presidência da Academia Brasileira de Letras; transcrição da Pastoral do Cardeal Motta sobre o achado da imagem de N. S. Aparecida a ser publicada na Revista do Instituto. Foram todos aprovados. Antonio Barreto do Amaral propôs um voto de pesar pela morte de Plínio Travassos dos Santos, fundador e diretor de museus municipais de Ribeirão Prêto. Aprovado. O sr. Carlos Henrique Liberalli congratula-se com o sr. Raul Votta pela sua eleição para a Real Academia de Farmácia de Madrid. O sr. Hernani Donato agradeceu, em nome da Mercedes Benz, a participação do Coronel Luiz Tenório de Brito na caravana Cruzeiro do Sul, elogiando o notável desempenho que o ilustre sr. 1.º secretário deu à difícil missão que lhe foi atribuída. O cel. Tenório de Brito, ao agradecer, teceu um hino de louvor à obra civilizadora que se realiza ao longo da Belém—Brasília e reafirmou a sua cálida esperança nos gloriosos destinos do Brasil. O sr. Presidente agradeceu o comparecimento de todos e declarou encerrada a sessão. Nada mais. Para constar lavrou-se a presente, que lida e achada conforme vai devidamente assinada. Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos.

ATA DA SESSÃO SOLENE DE 25 DE JANEIRO DE 1967

Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro de mil novecentos e sessenta e sete — Dia de São Paulo — reuniu-se em sessão solene, na forma prevista pelos Estatutos, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, à rua Benjamin Constant, 158, Capital, sede do sodalício, às catorze horas e trinta minutos. Compareceram à reunião os seguintes sócios: Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos, Maria Amélia Arruda Botelho de Sousa Aranha, Álvaro Amaral, Tito Lívio Ferreira, Salvador Rocco, Alfredo Gomes, Carlos Henrique Robertson Liberalli, Jacob Penteado, Raul Votta, Antonio Barreto Amaral, Celestino Euzébio Fazzio, Paulo Romano, Célio S. Debes, Henrique L. Alves, Tsunezo Sato, Teodoro de Sousa Campos, Rui Martins Ferreira, José Leandro de Barros Pimentel, Alberto Prado Guimarães, Mário Savelli, João Gualberto de Oliveira, Hernani Donato, José Wanderley Torres, Mário Leite e Wilson Maia Fina. O sr. Presidente discorreu ligeiramente sobre o móvel da sessão magna, deixando de ler as Efemérides, tanto as paulistas como as brasileiras, preparadas pelo Barão do Rio Branco. Expediente: Lido pelo sr. Coronel Luiz Tenório de Brito o pequeno expediente, que constou de alguns ofícios de agradecimentos, o mesmo sr. 1.º secretário procedeu à proclamação dos sócios que nos termos da letra “b” do artigo 4.º dos Estatutos passam para a categoria de Eméritos, por haverem completado vinte (20) anos de permanência no sodalício e que são os seguintes: 1 — Luiz Câmara Lopes dos Anjos — ingressou como titular em 6-3-1944; 2 — José Ribeiro de Araújo Filho — 6-8-1945; 3 — Pedro Moacir de Campos — 5-7-1945; 4 — João Cruz Costa — 5-9-1946; 5 — Manoel Rodrigues Ferreira — 25-10-1946; 6 — Ari França — 5-7-1945; 7 — Eduardo Oliveira França — 5-7-1945; 8 — Sérgio Buarque de Holanda — 5-8-1946; 9 — Maria de Lourdes de Paula Martins — 5-6-1944; 10 — Odilon Nogueira Matos — 5-4-1945; 11 — Amadeu Nogueira — 5-8-1940; 12 — João Dias da Silveira — 15-2-1941; 13 — José Hipólito Trigueirinho — 5-9-1946. Em seguida o sr. Alfredo Gomes, 2.º Orador Oficial, proferiu a oração de praxe, de evocação da fundação de São Paulo e da criação do sodalício, destacando os grandes vultos do Instituto nesse ato — Cesário Mota Júnior, Jaguaribe, Antonio de Toledo Piza e Almeida. O sr. Presidente elogiou o trabalho do orador, agradeceu o comparecimento dos sócios presentes e declarou encerrada a sessão. Nada mais. Para constar lavrou-se a presente ata que lida e achada conforme será assinada pela mesa que presidiu a sessão, a saber: Aureliano Leite, Presidente, Luiz Tenório de Brito, 1.º secretário — Vinício Stein Campos, 2.º secretário. (a) Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos.

ATA DA SESSÃO DE 11 DE FEVEREIRO DE 1967

Aos onze dias do mês de fevereiro de mil novecentos e sessenta e sete, nesta cidade de São Paulo, à rua Benjamin Constant, às catorze horas e trinta minutos, realizou-se a primeira sessão ordinária do mês, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, presentes os seguintes consócios: Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos, Alfredo Gomes, Celestino Euzébio Fazzio, Antonio Barreto do Amaral, José Leandro de Barros Pimentel, Martin Harvey, Mário Leite, Cássio Vidigal, Arrisson de Sousa Ferraz, Alvaro da Veiga Coimbra, Gabriel Marques, Salvador Rocco, Rui Martins Ferreira, Wilson Maia Fina, Tsunezo Sato, Henrique L. Alves, João Gualberto de Oliveira, Tito Lívio Ferreira, Pedro Brasil Bandecchi, Reynaldo Kuntz Busch, Agostinho Ramos, Alberto Prado Guimarães, Alvaro do Amaral e Célio S. Debes. O sr. Presidente Aureliano Leite, tendo ao seu lado os srs. 1.º e 2.º secretários, respectivamente Luiz Tenório de Brito e Vinício Stein Campos, como determinam os Estatutos, abriu a sessão, convidando a todos para a sessão extraordinária que o sodalício fará realizar às 18 horas do dia 13 do corrente, em homenagem ao sr. 1.º Secretário Luiz Tenório de Brito, que nessa data completa oitenta anos de idade, devendo falar na sessão os srs. Arrisson de Sousa Ferraz e Vinício Stein Campos. Expediente: o sr. 1.º secretário leu o expediente que constou de alguns ofícios de agradecimentos e convites. O sr. 2.º secretário leu as atas das sessões anteriores, aprovadas e assinadas. Estando presente na ante-sala do auditório o nôvo consócio Nelo Migliorini, antigo e competente funcionário do Arquivo do Estado, o sr. Presidente designou os srs. Ibrahim Nobre, James Martin Harvey e Antônio Barreto do Amaral, para introduzi-lo no recinto. Recebido sob calorosa salva de palmas o nôvo consócio leu e assinou o termo de posse, sendo saudado pelo próprio Presidente. Em seguida o dr. Aureliano Leite exibiu à casa as fotografias enviadas pelo sr. Segisnando Martins, do Rio de Janeiro, relativas ao busto de Alexandre de Gusmão, conforme consta da ata de 14 de janeiro. Comunica ainda o sr. Presidente que o Círculo Militar de São Paulo solicitou o pronunciamento do Instituto sobre um projeto de alteração da Bandeira Nacional, para cujos estudos designou a seguinte Comissão — Antonio Augusto de Menezes Drummond, Presidente; Vinício Stein Campos, Secretário; d.ª Maria Amélia Arruda Botelho de Souza Aranha, Alvaro da Veiga Coimbra e Luiz Tenório de Brito. O dr. Pedro Brasil Bandecchi sugere que o parecer da Comissão seja votado pelo plenário antes de ser remetido ao Círculo Militar. O sr. Alfredo Gomes declara que o Círculo Militar não endossa o projeto que lhe foi encaminhado por um de seus associados e tão somente deseja o parecer do Instituto sobre

a matéria. O sr. Presidente declara que o parecer da Comissão será submetido à votação do plenário. Lê, a seguir, as Efemérides Brasileiras do Barão do Rio Branco e dá a palavra ao consócio Wilson Maia Fina para discorrer sobre Frei Santana Galvão e o Convento da Luz. O orador leu interessante e documentado estudo sobre a vida e a obra do venerando sacerdote, bem como a respeito do Convento da Luz, cujo histórico reconstituiu numa palestra cheia de vivacidade e brilho. O sr. Maia Fina foi muito aplaudido ao concluir a leitura de seu belo trabalho. O dr. Alberto Prado Guimarães, a seguir, leu um soneto de sua lavra, a respeito; Agostinho Ramos proferiu erudita conferência subordinada ao tema: Troia e suas origens mitológicas, surpreendendo a casa pelo notável domínio que possui da mitologia grega e a fabulosa memória de que é dotado. Cessadas as palmas que vitoriam o seu notável discurso, foi o conferencista alvo de calorosos elogios por parte do sr. Presidente. O sr. Alfredo Gomes propôs um voto de homenagem à memória de Oswaldo Cruz, o que foi aprovado; justificou sua ausência nas solenidades de 2.^a-feira próxima, com as quais se declara solidário, reconhecendo o merecimento do Coronel Tenório de Brito e fez uma saudação entusiástica a 32 na pessoa de Ibrahim Nobre, Aureliano Leite e José Rodrigues Alves Sobrinho. Tito Lívio em aparte à oração do sr. Agostinho Ramos esclarece que o nome Europa passou a ser atribuído ao continente a partir de 1453, por iniciativa do Papa Pio II. O sr. Vinício Stein Campos propõe que o sodalício se dirija ao Presidente da República solicitando a atenção do Governo para o Museu Histórico Nacional, cujo estado, em conservação, verbas e material humano, é dos mais precários, urgindo imediatas providências do poder central para se evitar a irremediável perda de preciosas relíquias históricas ali recolhidas. A proposta foi aprovada. O sr. Álvaro do Amaral propõe um voto de congratulações com o Instituto dos Advogados pelo transcurso do cincoentenário de fundação, saudando-o nas pessoas de Aureliano Leite e Rodrigues Alves Sobrinho, esclarecendo que as sessões preparatórias daquela entidade foram realizadas neste mesmo sodalício, a mais antiga entidade cultural do Estado. Nada mais. Para constar lavrou-se a presente ata, lida e aprovada. (a) Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos.

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DO DIA 13 DE FEVEREIRO DE 1967

Aos treze dias do mês de fevereiro de mil novecentos e sessenta e sete, nesta cidade de São Paulo, à rua Benjamin Constante, 158, às dezoito horas, reuniu-se em sessão extraordinária

o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo para o fim especial de render carinhosa homenagem ao Coronel Luiz Tenório de Brito, antigo e dedicado 1.º secretário do sodalício que nesta data completa oitenta anos de idade. Verificou-se grande comparecimento de sócios, personalidades do mundo oficial e cultural da cidade, exmas. famílias e demais interessados. A mesa ficou assim constituída: Presidente Aureliano Leite, 1.º secretário Vinício Stein Campos e 2.º secretário Álvaro do Amaral. Aberta a sessão o sr. Presidente designou uma Comissão para introduzir o sr. Luiz Tenório de Brito no recinto, o que foi feito sob palmas da assistência. O sr. Presidente em breves palavras ressaltou a significação desta reunião, os merecimentos do homenageado, e a seguir deu a palavra ao Ministro José Romeu Ferraz, que procurou evocar em sua saudação, o período em que conviveu com o coronel Luiz Tenório de Brito nas reuniões patrocinadas pelo senador César Vergueiro; seguiu-se com a palavra o segundo orador escalado, Coronel Arrisson de Sousa Ferraz, que historiou a vida do sr. Tenório de Brito no Corpo de Bombeiros e na Fôrça Pública, destacando os notáveis serviços que prestou a São Paulo, notadamente nos movimentos revolucionários, como os de 1924 e de 1932; falou por fim o sr. Vinício Stein Campos, discorrendo sôbre a vida civil do cel. Luiz Tenório de Brito, e assinalando o elevado merecimento do estimado consócio, tanto como autoridade civil que foi em diversos municípios do Estado, como estudioso da história pátria e paulista, com relevantes serviços prestados a São Paulo. O cel. Luiz Tenório de Brito proferiu o seu discurso de agradecimento bastante emocionado e a sua oração, ouvida com simpatia e agrado por todos, foi entusiásticamente aplaudido pela grande assistência. O sr. Presidente agradeceu aos oradores as suas calorosas palavras, manifestou aos presentes agradecimento do sodalício pelo honroso comparecimento e reiterou ao homenageado as saudações de aprêço e carinho do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Nada mais. Para constar lavrou-se a presente ata que lida e achada conforme será devidamente assinada. (aa) Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos.

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 18 DE FEVEREIRO DE 1967

Aos dezoito dias do mês de fevereiro de mil novecentos e sessenta e sete, nesta cidade de São Paulo, à rua Benjamin Constant, 158, às catorze horas e trinta minutos, reuniu-se em sessão ordinária o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, presentes os seguintes consócios: Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos, Tito Lívio Ferreira, Salvador Rocco, Ibrahim Nobre, Arrisson de Sousa Ferraz, Jacob Penteado,

Lúcia De Tomasi, Mário Leite, Geraldo Goulart, Tsunezo Sato, Antônio Barreto do Amaral, James Martin Harvey, Humberto Galliano de Melo Nóbrega, Cássio Vidigal, Alexandre d'Alessandro. A mesa estêve assim constituída: Aureliano Leite, Presidente; Luiz Tenório de Brito, 1.º Secretário e Vinício Stein Campos, 2.º Secretário. Aberta a sessão e encontrando-se presente na ante-sala o nôvo consócio sr. Humberto Galliano de Melo Nóbrega, o sr. Presidente designou aos srs. Arrisson de Sousa Ferraz, Alexandre d'Alessandro e Geraldo Goulart, para introduzi-lo no recinto. Lido e assinado o respectivo têrmo de compromisso, o nôvo consócio foi saudado, com breves palavras, pelo sr. Presidente, tendo o sr. Melo Nóbrega falado em seguida, agradecendo. Lidas e aprovadas as atas das sessões anteriores, e bem assim as Efemérides Brasileiras e Paulistas, na forma do costume, o sr. 1.º Secretário procedeu à apresentação do seguinte. Expediente: Convite da Associação dos Antigos Alunos do Mackenzie, para a solenidade da posse da nova Diretoria dia 1.º de março; ofício do Presidente do Tribunal de Justiça, de agradecimento; comunicação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, sôbre o Museu Histórico, Galeria e Biblioteca daquele sodalício; ofício da Escola Livre de Arte "Ela", de Campinas, com notícia da homenagem a ser prestada ao consócio Celso Maria de Melo Pupo; ofício do sr. Secretário de Turismo solicitando a indicação de três membros do sodalício para escôlha do que deva ser designado representante do Instituto na Comissão de Turismo; solicitação do Conselho Estadual de Cultura, para indicação do nôvo representante do sodalício naquele órgão da Secretaria do Gôverno; ofício do sr. Segisnando Martins, do Ministério do Exterior, acompanhando fotografias de Alexandre de Gusmão; ofício do dr. Lauro Celidonio Gomes dos Reis agradecendo a participação do Instituto nas comemorações do 50.º aniversário da fundação do Instituto dos Advogados de São Paulo. O sr. Presidente designou, para escôlha da Secretaria de Turismo, os srs. d.ª Lúcia De Tomasi, Mário Savelli e Alvaro Amaral, para a Comissão Estadual de Cultura foi reconduzido o consócio dr. José Pedro Leite Cordeiro; Votações: O plenário passa a decidir, em seguida, as propostas de candidatos ao quadro social, na seguinte ordem: 1.º) Alexandre Nelson de Melo, sócio honorário, em 2.ª votação, aprovado; 2.º) Paulo Emílio d'Alessandro, sócio honorário, 2.ª votação; 3.º) Coronel Heliodoro Tenório da Rocha Marques, 1.ª votação, sócio honorário, aprovado; 4.º) Waldemar de Almeida Barbosa, sócio honorário, 1.ª votação, aprovado; 5.º) Padre Elizeu Murari, sócio honorário, 1.ª votação, aprovado. Moções: O sr. Presidente propõe um preito de saudade à memória do Ministro Costa e Silva, o que foi aprovado; O sr. Tito Lívio Ferreira propõe um voto de congratulações com os drs. Luiz

Alberto Whately e Mário Leite pelas festividades do centenário da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí e inauguração do Museu Nacional Ferroviário, o que foi aprovado. O sr. Tito Lívio Ferreira havia assumido a presidência dos trabalhos da sessão após as votações das propostas, visto haver se retirado o sr. Aureliano Leite. O sr. Presidente Tito Lívio Ferreira propôs se estendessem os votos de homenagem da ferrovia Santos-Jundiaí aos vultos ilustres de Mauá, Pimenta Bueno e Monte Alegre e que a estrada dê às estações os nomes de Costa Carvalho e Pimenta Bueno. O cel. Arrisson de Sousa Ferraz comunicou que visitou o Instituto Arqueológico de Pernambuco e ali teve ensêjo de verificar o prestígio que goza naquele sodalício o nosso Instituto, alvo, na sua pessoa, de indiscutíveis demonstrações de aprêço e cordialidade. O dr. Geraldo Goulart sauda o dr. Ibrahim Nobre, pelo seu aniversário natalício. O dr. Mário Leite agradece o voto de louvor com que foi distinguido. O sr. Jacob Penteado propõe um voto de profundo pesar pelo falecimento do Maestro Alberto Marino, autor, entre outros trabalhos musicais que caracterizam uma época da vida social paulistana, da valsa de todos conhecida — Rapaziada do Braz. Foi aprovado. O Presidente Tito Lívio Ferreira procede à leitura e determina sua transcrição em ata, da seguinte carta: São Paulo, 27 de janeiro de 1967. Of. n.º 073-67. Senhor Secretário: Ao fim do meu mandato, cumpro, prazerosamente, o dever indeclinável de vir agradecer a Vossa Excelência o haver colocado à disposição de minha Casa Civil, a meu pedido, o DOUTOR VINÍCIO STEIN CAMPOS, funcionário da Divisão dos Museus Históricos, da Divisão de Educação, dessa Secretaria. Minha experiência em administração autoriza-me a afirmar que as planificações só se realizam se houver uma equipe homogênea e leal a trabalhar para consegui-lo. Felizmente, foi o que ocorreu em meu Governo, quando tive digo quando pude contar com pessoas como o doutor VINÍCIO, disposto a sacrificar interesses particulares e horas destinadas ao convívio familiar para, em momento tão difícil, ajudar-me, silenciosamente, a bem executar tarefas de tanta responsabilidade, próprias deste espinhoso cargo, sem nenhuma expectativa de retribuição material, colocando sua inteligência, cultura, experiência e capacidade de trabalho a serviço do assessoramento da minha Casa Civil, tornou-se credor da Gratidão do Governador. Tratando-se, portanto, de funcionário que, pela competência, e pelo desprendimento, dignifica e mantém subido o conceito do órgão a que pertence, solicito a Vossa Excelência a fineza de mandar consignar em seu prontuário uma cópia autenticada do presente. Ao subscrever-me, valho-me do ensêjo para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha elevada estima e distinta consideração. Laudo Natel — Governador do Estado. A Sua Excelência o Senhor Prof. Carlos Pas-

quale, DD. Secretário de Estado dos Negócios da Educação. Capital. Aprovada a proposta do dr. Tito Lívio, contra o protesto do prof. Vinício, que não entendia procedente a transcrição acima, fruto, a seu ver, da bondade do Governador Natel, a sessão foi encerrada. Nada mais. Para constar lavrou-se a presente assinada pela mesa, depois de lida e achada conforme. (aa) Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos.

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 4 DE MARÇO DE 1967

Aos quatro dias do mês de março de mil novecentos e sessenta e sete, nesta cidade de São Paulo, à rua Benjamin Constante, 158, às catorze horas e trinta minutos, reuniu-se em sessão ordinária o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, presentes os seguintes consócios: Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos, Tito Lívio Ferreira, Alfredo Gomes, James Martin Harwey, Mário Leite, Raul Votta, Alexandre Nelson de Melo, Wilson Maia Fina, Salvador Rocco, Wanderley Torres, Sebastião Silva Barreto, Antonio Barreto Amaral, Álvaro da Veiga Coimbra, Tsuneso Sato, José Leandro de Barros Pimentel, Pedro Brasil Bandecchi, João Gualberto de Oliveira, Alberto Prado Guimarães, Henrique L. Alves e Paula Assis. A mesa, na forma dos Estatutos, esteve constituída pelo Presidente, Aureliano Leite; 1.º Secretário, Luiz Tenório de Brito e 2.º Secretário, Vinício Stein Campos. Abertos os trabalhos o sr. Presidente designou os srs. Arrisson de Sousa Ferraz, Paula Assis, Raul Votta e Mário Leite para, em comissão, introduzirem no recinto os novos consócios Alexandre Nelson de Melo e Sebastião da Silva Barreto. Recebidos com salva de palmas do auditório, leram e assinaram o termo de compromisso e a seguir foram saudados pelo 2.º orador, Alfredo Gomes. Lidas e aprovadas as atas das sessões anteriores, o sr. Presidente deu conhecimento à casa das Efemérides Brasileiras do Barão do Rio Branco e das Efemérides Paulistas. O sr. 1.º Secretário leu o seguinte Expediente: comunicação da posse da Diretoria da União Cultural Heleno-Brasileira Aristóteles; agradecimentos de d.ª Lourdes Duarte Milliet pela homenagem tributada ao seu espôso, Sérgio Milliet; carta do sr. Armando Augusto Pinto, oferecendo um quadro de ferro batido; convite da comissão patrocinadora do II Congresso das Comunidades Portuguesas a realizar-se em Lourenço Marques, em julho próximo; convite do Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas, para as solenidades do 50.º aniversário de fundação do sodalício; livro oferecido pela autora, d.ª Rosa Moreira Lima, poema de louvor a Minas Gerais. O sr. Presidente propõe um voto de pesar pelo falecimento do sr. Alfredo Pereira de Queiroz, irmão de d.ª Carlota Pereira de

Queiroz, e Manoel Elpídio Pereira de Queiroz, aos quais deverá ser feita comunicação desta homenagem da casa; dada a palavra ao dr. Sebastião da Silva, agradeceu êle as saudações da presidência e do sr. Alfredo Gomes e traçou em breves linhas o perfil biográfico de José do Patrocínio, escolhido para seu patrono; o dr. Alexandre Nelson de Melo agradece as saudações do orador do sôdalcio e lê interessante estudo sôbre a vida social, a gênese do povo brasileiro, as conseqüências da sub-nutrição, inclusive em São Paulo. Moções: Foram propostas as seguintes moções: de Vinício Stein Campos sôbre a execução da lei desapropriatória da casa de Maria de Andrade e criação do Museu do Escritor; sr. Barros Pimentel, ofertando diversas medalhas ao Museu Militar; de Alfredo Gomes, voto de congratulações com o Ministério da Educação e Cultura pela publicação do Curso Escolar; voto de pesar pelo falecimento de Rui Barbosa Batista Pereira, e proposta no sentido de ser sugerido à administração as atribuições dos nomes do Marquês de Monte Alegre, Marquês de São Vicente e Visconde de Mauá as estações de Santos, São Paulo e Jundiaí, lembrando mesmo a conveniência de ser mudado para P.^o Diogo Antonio Feijó o nome da Estação da Luz. As propostas do sr. Alfredo Gomes foram aprovadas, com exceção da última, sôbre a qual discorreu substancialmente e convincentemente o consócio Mário Leite explicando que havia proposto à estrada a mudança dos nomes das estações de Campo Limpo e Várzea para Costa Carvalho e Pimenta Bueno, pois a legislação impede a repetição e a dualidade de denominações. O dr. Brasil Bandecchi lembra a propósito do assunto, homenagem aos que se consagraram pioneiramente à criação das vias férreas nacionais, que se esqueceu do nome de Frederico Fom, o iniciador dos planos da Santos-Jundiaí, e declarou estar em desacôrdo com a mudança do nome da Estação da Luz. Posta a votos a proposta do sr. Alfredo Gomes recusada. O sr. Alberto Prado Guimarães elogia o sr. Mário Leite, ressaltando a sua obra na criação do Museu Ferroviário da Santos-Jundiaí. O sr. Presidente dá a palavra, por fim a d.^a Maria Rosa Moreira Lima para leitura de trechos de seu poema — Louvor a Minas Gerais. Nada mais. Para constar lavrou-se a presente ata que lida e achada conforme será devidamente assinada. (aa) Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos.

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 18 DE MARÇO DE 1967

Aos dezoito dias do mês de março de mil novecentos e sessenta e sete, nesta cidade de São Paulo, à rua Benjamin Constant n.º 158, às catorze horas e trinta minutos, em sessão ordinária reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo,

presentes os seguintes consócios: Luiz Tenório de Brito, João Gualberto de Oliveira, Salvador Rocco, Antonio Barreto do Amaral, Tito Lívio Ferreira, Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo, Jacob Penteado, Celestino Euzébio Fazzio, Raul Votta, José Hipólito Trigueirinho, José Leandro de Barros Pimentel, Aureliano Leite, Álvaro da Veiga Coimbra, José Eugênio de Paula Assis, José Furtado Cavalcanti, Henrique Alves, Álvaro do Amaral, Mário Leite, Alfredo Gomes, Alberto Prado Guimarães, Geraldo Goulart e Ibrahim Nobre. O sr. Presidente Aureliano Leite, assumindo seu lugar à mesa, ladeado como mandam os Estatutos, pelo sr. 1.º Secretário, Luiz Tenório de Brito e o 3.º Secretário, Álvaro Amaral, em substituição ao sr. 2.º Secretário que não compareceu por motivo justificado, declarou abertos os trabalhos e comunicou que foi doada a este sodalício uma bela cadeira com braços, tendo assento de palhinha, com uma placa de prata, na qual se lêem dizeres indicando haver ela pertencido ao recinto onde se instalou a primeira Constituinte do Império, a 3 de maio de 1823, na qual assentaram o Senador Vergueiro, o P.º Diogo Antonio Feijó, Martim Francisco Ribeiro de Andrada e outras ilustres figuras do Império. Passou a pertencer a uma bisneta do senador Vergueiro, a Exma. sra. d.ª Paulina Vergueiro Rudge, por morte da qual ficou pertencendo à filha dêle sr. Presidente, Exma. sra. d.ª Maria Dulce Leite Pedral Sampaio, casada com o sr. dr. Nelson Augusto Pedral Sampaio, sócio honorário dêste Instituto, sendo que este casal é que ofereceu tal cadeira ao nosso Museu José Bonifácio, a quem a mesma vai ser encaminhada, devendo ser entregue ao seu Diretor, o sr. dr. Alvaro da Veiga Coimbra. Tal valiosa oferta foi recebida com uma entusiástica salva de palmas pelos presentes. A seguir o sr. Presidente comunicou que havia representado o Instituto, na Escola Politécnica, da Universidade de São Paulo, na homenagem prestada pela mesma, concedendo o título de doutor honoris causa ao dr. Francisco de Paula Leite Pinto, Professor da Universidade de Lisboa. Comunicou ainda o sr. Presidente o falecimento do dr. Ruy Apocalipse, grande poeta, filho do prof. Raul Apocalipse, determinando ficasse constando da Ata um voto de pesar por tão triste acontecimento e que do mesmo se desse ciência a este prezado consócio e Exma. Família. A seguir o sr. Presidente procedeu a leitura das Efemérides do Barão do Rio Branco, e as Efemérides Paulistas, organizadas pelos consócios Mário Leite, Alfredo Gomes e Arrisson de Sousa Ferraz, Passando-se ao expediente, o sr. 1.º Secretário, Luiz Tenório de Brito relatou os principais fatos ocorridos desde a última sessão, salientando os seguintes: oferta de 3 volumes da Revista "Justitia", enviadas pelo consócio dr. Astor Guimarães Dias; recebimento de Circular da UNESCO solicitando informações históricas; ofício da Casa

Paulo Setubal, de Tatuí, encaminhando Regulamento do Concurso Literário Paulo Setubal; convite da Casa de Galicia — “Hogar Espanhol”, para comparecimento à homenagem a ser prestada ao P.^o José de Anchieta, amanhã, dia 19, tendo o sr. Presidente encarregado o consócio Jacob Penteado de ali comparecer; e finalmente comunicação recebida do sr. 2.^o Secretário, prof. Vinício Stein Campos, comunicando não poder comparecer devido necessitar assistir a cerimônia cívica a se realizar nesta data, em Batatais, e solicitando a inscrição nesta Ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do ilustre Desembargador Euclides Custódio da Silveira, um dos derradeiros Presidentes do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo. Tecendo breves mas calorosos elogios a êsse Varão que honrou a magistratura e a sociedade paulista, lamentou tão prematuro falecimento, fazendo assim côro com os seus inúmeros amigos e admiradores. Os presentes acompanharam tal voto de pesar, sentidamente. Passando-se ao grande expediente, o sr. Presidente comunicou achar-se no recinto o dr. Agostinho Monteiro, ex-Governador e ex-Senador do Estado do Pará, tendo sido atuante Constituinte de 1945, e que aqui comparecia para receber a medalha cultural e comemorativa, Imperatriz Leopoldina. Dirigindo rápidas mas belas e preciosas palavras em saudação a êsse ilustre político brasileiro e de elucidação sôbre os méritos de tal venera, o sr. Presidente entregou-a, acompanhada do respectivo Diploma, tendo o dr. Agostinho Monteiro respondido em eloqüentes palavras, enaltecendo a São Paulo e ao Brasil, bem como se referindo em termos elogiosos ao sr. Presidente. Foram convidados a tomar assento à Mesa, o dr. Agostinho Monteiro e seu ilustre genro, o Ministro do nosso Tribunal de Contas, o dr. Otto Cirilo Lehmann. Foram então apresentadas as seguintes Monções: o dr. Mário Leite a propósito do falecimento da benemérita senhora d.^a Lúcia Vidigal Xavier da Silveira teceu considerações sôbre as diversas obras de caridade por ela dirigidas, principalmente o Instituto Padre Chico do qual era Diretora-presidente, pedindo a inserção nesta Ata de um voto de pesar, o qual deverá ser comunicado ao nosso ilustre consócio dr. Cássio Vidigal, solicitando que o mesmo o comunique aos demais membros da família enlutada. A seguir, Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo comunica que na próxima sessão dêste Instituto, a se realizar no dia 1.^o de abril, será comemorada a data do centenário do nascimento do grande e saudoso arcebispo de São Paulo, D. Duarte Leopoldo e Silva, quando proferirá êle uma Conferência sôbre aquêle grande paulista que além do mais foi vice-presidente dêste nosso sodalício, aproveitando esta oportunidade para convidar os presentes a comparecerem à mesma. A seguir o mesmo Monsenhor comunicou que no próximo dia 27 será comemorado o 30.^o ano de

ordenação sacerdotal de S. Eminência o Senhor Cardeal Arcebispo de São Paulo, D. Agnelo Rossi, razão pela qual requeria que se lançasse nesta Ata um voto de congratulações pelo transcurso dessa data, bem como se enviase uma mensagem comunicando ao Eminentíssimo Senhor Cardeal esta homenagem. Esta moção, como as anteriores, foi aprovada pelo plenário. O prof. Alfredo Gomes comunicando que amanhã ocorre mais um aniversário do nascimento do venerável P.^o José de Anchieta, razão pela qual requer seja lançado nesta Ata, um voto de congratulações com tal data que relembra essa personalidade tão ampla por todos os paulistas. O sr. Presidente associando-se a essa homenagem lembra que exatamente para comemorar essa data, está fazendo, no decorrer desta sessão, a distribuição de exemplares do livro do prezado consócio, P.^o Hélio Abranches Viotti, S.J., que se intitula "Anchieta — O Apóstolo do Brasil", que obtêve o primeiro prêmio no Concurso da Comissão Nacional das Comemorações do Dia de Anchieta, e que foram enviados pelo Presidente dessa Comissão, o dr. Júlio de Mesquita Filho, para ser feita tal distribuição. O sr. Antonio Barreto do Amaral apresentou um voto de júbilo e congratulações à União Brasileira de Escritores, a qual comemora o seu jubileu de prata, requerendo que se envie um Ofício de comunicação de tal moção de congratulações, ao seu presidente, sr. Raimundo de Menezes. Pelo prof. Tito Lívio Ferreira foi apresentada uma moção a fim de se lançar em Ata um voto de júbilo e alegria pela nomeação do Cel. Carlos Meira Mattos, nosso consócio, para o cargo de Professor da Escola Superior de Guerra. Concluído assim o expediente, o sr. Presidente comunicou que suspendia a Sessão por cinco minutos a fim de se preparar a Sessão Secreta destinada à votação de propostas de admissão de novos sócios. Retirando-se tôdas as pessoas não sócias, iniciou-se a votação das seguintes propostas de sócios: em segundo e último escrutínio foram eleitos para Sócios Honorários, os senhores: Cel. Heliodoro Tenório da Rocha Marques, Professor Waldemar de Almeida Barbosa e foi negada aprovação à proposta do Padre Eliseu Murari. E em primeiro escrutínio foram aprovadas as propostas para sócios honorários, os senhores Dr. Mário Graciotti e General Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos, e, para sócio correspondente nacional, o sr. David Antunes. Finalmente o sr. Alvaro do Amaral pediu a palavra e requereu ao senhor Presidente que determinasse as providências necessárias a fim de que a Comissão nomeada em junho de 1965 para oferecer Parecer sôbre a sua proposta, então apresentada, para que se proceda a entronização da Cruz de Cristo neste recinto. Solicitou que desde logo ficasse designada a data da segunda Sessão do próximo mês de abril, a fim de ser posta em votação aquela sua proposta, prestes a completar dois anos, — e

isso, sem pretender desprestigiar, de modo algum os três membros daquela Comissão, em quem reconhecesse serem dos mais ilustres e prezados consócios, — mas somente para se dar uma solução à sua proposta, que considera digna da maior consideração. O senhor Presidente declarou que de modo algum tomará uma resolução que possa melindrar os senhores membros daquela Comissão. Pedia porém que eles procurassem apresentar os seus Pareceres o mais breve possível para não se criarem embarços ao bom andamento da referida proposta. O Prof. Tito Lívio Ferreira pediu a palavra e declarou que, tanto êle como o Acadêmico Leão Machado já elaboraram seus Pareceres logo após as suas indicações, — faltando porém o Parecer do outro Membro da Comissão. O senhor Presidente agradeceu tal informação e solicitou mais uma vez a apresentação do último Parecer, evitando-se a necessidade de tomar uma providência para o caso de não ser recebido o Parecer faltante, — comunicando isso mesmo ao dr. Álvaro do Amaral, que disse concordar com essas medidas adotadas pelo sr. Presidente. Ninguém mais pedindo a palavra, o senhor Presidente declarou encerrada esta sessão. (aa) Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos.

ATA DA SESSÃO ORDINARIA DE 1.º DE ABRIL DE 1967

A primeiro de abril de mil novecentos e sessenta e sete, nesta cidade de São Paulo, à Rua Benjamin Constant, 158, às catorze horas e trinta minutos, reuniu-se em sessão ordinária o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, presentes os senhores Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos, Alfredo Gomes, Tito Lívio Ferreira, Arrisson de Sousa Ferraz, Mário Leite, Salvador Rocco, Ruy Martins Ferreira, Álvaro Amaral, Álvaro da Veiga Coimbra, Padre Abranches Viotti, Célio Salomão Debes, Tsunezo Sato, Ubaldino de Azevedo, Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo, Renê de Oliveira Barbosa, Alberto Prado Guimarães, Maria Amélia Arruda Botelho de Sousa Aranha, Reynaldo Kuntz Busch, Ricardo Gunbleton Daunt, Pedro Brasil Bandecchi, Cássio Vidigal e Alceu Pontes, além de numerosos visitantes, entre os quais o Senhor Cardinal Arcebispo de São Paulo D. Agnelo Rossi. A mesa, na forma estabelecida pelos Estatutos, esteve constituída pelo Presidente, Aureliano Leite; 1.º Secretário, Luiz Tenório de Brito e 2.º Secretário, Vinício Stein Campos. Aberta a sessão o senhor Presidente explicou rapidamente o programa que ia ser observado e deu a palavra ao segundo orador oficial, sr. Alfredo Gomes, que de improviso, proferiu o elogio histórico do Desembargador Manoel Policarpo Moreira de Azevedo Júnior, ao ensejo da passagem do centenário de seu nascimento. Sobre o centenário de nascimento de D. Duarte Leopoldo e Silva,

que transcorre dia quatro próximo, proferiu substancial oração o Monsenhor Florêncio da Silveira Camargo, descrevendo a família do saudoso Bispo, a origem portuguesa do pai, a filiação Marcondes, da mãe, os estudos realizados, a vocação sacerdotal, o seminário, seu magistério no colégio diocesano, sua ordenação em 1892. Recordou as atividades de D. Duarte como coadjutor na paróquia de Jaú, a construção da igreja de Santa Cecília, na Capital, paróquia desmembrada de Santa Ifigênia, exalta a linha de ação do vigário-fundador como padre diligente e pároco zeloso, fundação de Mensageiro do Lar, diretor da 1.^a Peregrinação à Aparecida em 1900, cônego da catedral de São Paulo, correspondia-se com a Família Real no exílio, elegeu-se sócio deste sodalício em 1904, bispo nesse mesmo ano, descreveu as dificuldades de comunicação e viagem do novo bispo em sua diocese, falta e estado ruim dos caminhos, o que não impediu que visitasse 104 paróquias, legalizasse escolas, etc., colocou em ordem as finanças do Seminário de Curitiba e ordenou 16 sacerdotes; com a trágica morte de D. José de Camargo Barros foi eleito Bispo de São Paulo em 1906; descreveu a entrada solene do novo Bispo, relacionou todas as suas obras e deu ênfase à contribuição de D. Duarte para a construção da Catedral, iniciada em 1913; falou sobre o Movimento Constitucionalista de 1932, o Congresso Eucarístico, a Bandeira da Guerra do Paraguai, a gripe espanhola de 1918, a revolução de 1924, e concluiu a leitura da longa oração com os versos de D. Duarte ao fim de sua vida. O senhor Presidente elogia as orações dos oradores. Seguiu-se a audição de um discurso de D. Duarte, gravado em disco e alusivo ao levante paulista de 1932. O sr. Presidente leu as Efemérides Brasileiras e Paulistas e deu a palavra ao sr. Ubaldino de Azevedo que agradeceu em nome da família as homenagens tributadas à memória do Desembargador Policarpo de Azevedo. Falou por fim o Cardeal D. Agnelo Rossi, que exprimiu a gratidão da Arquidiocese pelas homenagens prestadas a D. Duarte. O sr. Presidente agradeceu o comparecimento de todos e declarou encerrada a sessão. Nada mais. Para constar lavrou-se a presente ata que lida e achada conforme será devidamente assinada. (aa) Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos.

ATA DA SESSÃO DE 15 DE ABRIL DE 1967

Aos quinze dias do mês de abril de mil novecentos e sessenta e sete, nesta cidade de São Paulo, à Rua Benjamin Constant, 158, às catorze horas e trinta minutos, reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo em sessão ordinária, presentes os consócios Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos, Tito Lívio Ferreira, Agostinho Ramos, Jacob Penteadó,

Salvador Rocco, Gabriel Marques, Arrisson de Sousa Ferraz, Mário Leite, Nelo Migliorini, Hernani Donato, Antônio Barreto do Amaral, Wilson Maia Fina, Pedro Brasil Bandecchi, Alvaro do Amaral, Alberto Prado Guimarães, Reynaldo Kuntz Busch, Heliodoro da Rocha Marques. A mesa, na forma prevista pelos Estatutos, foi constituída pelo Presidente Aureliano Leite, 1.º Secretário Luiz Tenório de Brito e 2.º Secretário Vinício Stein Campos. Abertos os trabalhos, tomou posse, com as formalidades do estilo, o sr. Heliodoro Tenório da Rocha Marques. Saudado pelo 2.º Orador Alfredo Gomes, declarou, ao agradecer esta saudação, que escolheu para seu patrono no sodalício a Waldemar Ferreira. Lidas e aprovadas as atas das sessões anteriores, as Efemérides Brasileiras e Paulistas, o sr. Alvaro Amaral propôs que os sócios honorários, em condições de ingressar como titulares nos quadros do sodalício, sejam alertados sobre as vagas que se verificam e convidados a se inscreverem para preenchê-las, como lhe parece justo. O sr. Presidente explicou ao interessado o processo a ser observado para essa mudança de categoria dos sócios, providência prevista e regulada nos Estatutos. A seguir o sr. Presidente passou a decidir sobre a proposta do consócio Álvaro Amaral, relativamente à colocação da imagem do Crucificado no auditório do Instituto. Disse o sr. Presidente que a Comissão designada para dar parecer sobre esta matéria, Nicolau Duarte Silva, Tito Lívio Ferreira e Leão Machado, pelos dois últimos membros citados, emitiu o seguinte Parecer: "Nomeados para, em comissão, examinar a proposta do consócio dr. Álvaro do Amaral, transcrevemos o parágrafo 6.º do artigo 15, que diz o seguinte: Regimento Interno — Será vedada a apresentação de assunto de natureza politico-partidária ou caracteristicamente religiosa". Tito Lívio Ferreira, Leão Machado. Em consequência êle Presidente declara que o assunto não pode ser objeto de deliberação do plenário e impedida a aceitação ou recusa da colocação da imagem de Cristo Crucificado no auditório do Instituto. VOTAÇÃO: A seguir foram votados os candidatos ao ingresso no quadro social, a saber: Em 2.º turno — Mário Graciotti, sócio titular, aprovado; General Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos, — correspondente nacional, 2.ª votação, aprovado; David Antunes, honorário, 2.ª votação, aprovado; Dr. Luiz Azevedo Castro, honorário, 1.ª votação, aprovado; Major Reginaldo Moreira Miranda, honorário, 1.ª votação, aprovado; Dr. Moacyr de Faria Jordão, honorário, 1.ª votação, aprovado; Moções: Tito Lívio Ferreira — voto de pesar pelo falecimento de Fidelino Figueiredo, aprovado; Mário Leite, propõe troca de três pratos comemorativos em troca de 2 álbuns, da inauguração da Sorocabana e da Central, e desenho argentino sobre assunto ferroviário, para figurarem no Museu Nacional Ferroviário, apro-

vado; Alfredo Gomes, voto de congratulações com a Prefeitura de Moji Mirim pela inauguração do prédio do Museu Histórico e Pedagógico João Teodoro Xavier; voto de pesar pelo incêndio que destruiu as igrejas N. S. do Rosário e S. Benedito, do Rio de Janeiro, com o riquíssimo documentário histórico lá existente; de aplausos a D. Agnelo Rossi pela transformação da igreja de S. Miguel Paulista em museu de arte religiosa antiga de S. Paulo; de congratulações com o plenário pela publicação do livro de memórias de Aureliano Leite, propondo uma solenidade em conjunto das três entidades: Instituto, Academia Paulista, e Pen Club para homenagear o autor. O cel. Luiz Tenório de Brito sugere que se aguarde um prazo para leitura da obra. O sr. Presidente se opõe ao pretendido, alegando que a seu ver não tem cabimento tal homenagem, visto ser o seu livro um depoimento sincero, verdadeiro, que por certo não vai agradar a toda a gente. O sr. Agostinho Ramos declara que não cabe ao sr. Presidente decidir e sim ao plenário. Foram aprovadas todas as propostas do sr. Alfredo Gomes. O dr. Alberto Prado Guimarães propõe voto de congratulações com o Governo brasileiro pela conferência de **Punta del Este** onde se decidiu da união dos povos latino-americanos. O sr. Presidente designou o proponente, Pedro Brasil Bandecchi e Heliodoro Rocha Marques para redigirem essa mensagem. O cel. Arrisson de Sousa Ferraz comunica que foi portador de um cartão de prata do Centro dos Sargentos da Força Pública ao cel. Luiz Tenório de Brito pelos seus oitenta anos. Hernani Donato oferece à Biblioteca um livro sobre a História de Pirajuí. O sr. Vinício Stein Campos comunica os resultados do Curso de Museologia de Pirapózinho, na alta Sorocabana, e da palestra que realizou na IV convenção dos 21 Irmãos Amigos, de Ribeirão Preto, sobre a museologia paulista. Alfredo Gomes propõe votos de congratulações com o cel. Arrisson de Sousa Ferraz pela publicação do livro sobre sua cidade natal. Aprovado. Jacob Penteado oferece 2 medalhas do 50.º aniversário da Fundação Alvares Penteado. O sr. Presidente agradece e nada mais havendo a tratar dá por encerrada a sessão. Para constar lavrou-se a presente ata que lida e achada conforme será devidamente assinada. (aa) Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos.

ATA DA SESSÃO DE 6 DE MAIO DE 1967

Aos seis dias do mês de maio de mil novecentos e sessenta e sete, nesta cidade de São Paulo, à rua Benjamin Constant, 158, às catorze horas e trinta minutos, realizou-se a sessão ordinária do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, correspondente à primeira quinzena de maio, presentes os senhores

Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos, Alfredo Gomes, Ernesto de Moraes Leme, Tito Lívio Ferreira, Mário Graciotti, Jacob Penteado, Álvaro Amaral, Antonio Barreto do Amaral, José Anthero Pereira Júnior, James Martin Harwey, Arrisson de Sousa Ferraz, José Leandro de Barros Pimentel, Agostinho Ramos, Celestino Euzébio Fazzio, Salvador Rocco, José Hipólito Trigueirinho, Mário Leite, Antonio Augusto de Menezes Drummond, David Antunes, Tsunezo Sato, Benedito Aranha, José Anthero Pereira Júnior, Bernardo Pedroso, João Gualberto de Oliveira, Hernani Donato, Nelo Migliorini. A mesa esteve constituída como determinam os Estatutos, pelo Presidente Aureliano Leite, 1.º Secretário Luiz Tenório de Brito e 2.º Secretário Vinício Stein Campos. Inicialmente, abertos os trabalhos, o sr. Presidente deu posse, com as formalidades do estilo, aos novos consócios Mário Graciotti e David Antunes. Saudados pelo orador oficial Alfredo Gomes, responderam, agradecendo, tendo o sr. Mário Graciotti informado que escolhera para seu patrono o poeta dos escravos — Castro Alves. Lidas e aprovadas as atas das sessões anteriores, bem como as Efemérides Brasileiras e Paulistas, o sr. Presidente deu a palavra ao consócio Antonio Augusto de Menezes Drummond, da Comissão de Heráldica, o qual ministrou esclarecimentos sôbre o parecer contrário emitido pela Comissão que presidiu a respeito do projeto de alteração da Bandeira Nacional de autoria do sr. Jerônimo Ricardo de Matos e apresentado pelo referido cidadão ao Círculo Militar de São Paulo, demonstrou, o Dr. Drummond que a emenda pretendida também contrariava em pontos fundamentais as leis da Gramática Heráldica. Dada a palavra ao sr. 1.º Secretário para a leitura do Expediente, foram apresentadas as comunicações da quinzena, a saber: Agradecimento do Ministro das Relações Exteriores, Magalhães Pinto, sôbre a reunião de Punta del Este; agradecimento de dra. Carlota Pereira de Queiroz pelas homenagens tributadas à memória do dr. José Pereira de Queiroz, convite do Pe. Anselmo Morgante para as festividades do centenário do Colégio S. Luiz; oferecimento à Biblioteca do sodalício do livro Gestas Básicas da Negritude, de autoria do sr. Eduardo de Oliveira. Dada a palavra ao dr. Álvaro do Amaral, inscrito para falar na sessão sôbre o centenário da Retirada da Laguna, proferiu o distinto consócio a leitura de seu interessante e substancioso estudo, no qual descreveu a epopéia vivida pelos bravos soldados brasileiros de 8 de maio a 11 de julho de 1867. Seguiu-se com a palavra o consócio Cel. José Hipólito Trigueirinho, o qual embora versando o mesmo tema do orador antecedente, apresentou estudo inteiramente nôvo, com preciosas investigações a respeito das causas próximas e remotas da marcha da Coluna e bem assim da Retirada que heróica e brilhantemente executou

a partir da localidade de Laguna. Ambos os oradores foram muito aplaudidos. Estêve presente à sessão o sr. Eduardo Suarez, diretor de entidade cultural na República Argentina, saudado no ato pelo nável consócio Mário Graciotti. O sr. Presidente agradeceu o comparecimento e as contribuições trazidas pelos ilustres conferencistas e encerrou a sessão. Nada mais. Para constar lavrou-se a presente que lida e achada conforme será devidamente assinada. (aa) Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos.

ATA DA SESSÃO DE 20 DE MAIO DE 1967

Aos vinte de maio de mil novecentos e sessenta e sete, nesta cidade de São Paulo, à rua Benjamin Constant, 158, às catorze horas e trinta minutos, reuniu-se em sessão ordinária o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, presentes os seguintes consócios: Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos, Tito Lívio Ferreira, Alfredo Gomes, Álvaro do Amaral, Antônio Barreto do Amaral, Salvador Rocco, Mário Leite, Cássio Vidigal, Henrique L. Alves, Paulo Silveira Santos, Álvaro da Veiga Coimbra, Lúcia De Tomasi, Jacob Penteado, Mário Graciotti, Alexandre d'Alessandro, Paulo d'Alessandro, Raul Votta, Acácio Vilalva, Leão Machado, João Gualberto de Oliveira, Eugênio de Paula Assis, Célio S. Debes, Pe. Hélio Abranches Viotti e Antonio Sylvio da Cunha Bueno. A Mesa, na forma dos Estatutos, constituiu-se pelo Presidente Aureliano Leite, 1.º Secretário Luiz Tenório de Brito e 2.º Secretário Vinício Stein Campos. O sr. Presidente agradeceu ao consócio Álvaro do Amaral os esforços abnegadamente feitos pelo dedicado companheiro no sentido da oficialização da Medalha Alexandre de Gusmão e da efetivação de benefícios a que teria direito o Instituto em virtude de seu reconhecimento como entidade de utilidade pública, esforços êsses desenvolvidos no Rio de Janeiro para onde viajou o dr. Amaral. O plenário aplaudiu calorosamente as palavras do sr. Presidente. Lidas as Efemérides Brasileiras e Paulistas, as comunicações do expediente — agradecimentos e convites, o sr. Presidente colocou em votação as seguintes propostas para novos sócios: 1.º escrutínio, para sócio titular, o Cardeal D. Agnelo Rossi, aprovado. Transferência de categoria, de honorário para titular: 1) Álvaro do Amaral; 2) Wilson Maia Fina; 3) Jacob Penteado; 4) Ernesto de Moraes Leme; 5) Pedro de Oliveira Ribeiro Neto; 6) Célio S. Debes; 7) Vicente de Paula Vicente de Azevedo; 8) Maria Amélia Arruda Botelho de Sousa Aranha; 9) Ibrahim Nobre; 10) Rui Martins Ferreira; e 11) Carlota Pereira de Queiroz; Submetidas as propostas a votação individual e secreta, foram aprovadas. Moções e Comunicações: Pelo sr.

Vinício Stein Campos foi apresentada, em termos de protesto, uma explicação à casa da atitude do sr. Mário Neme, funcionário municipal aposentado e nomeado para o cargo de diretor do Museu Paulista em administrações passadas, o qual no último número dos Anais do Museu Paulista, obra destinada a divulgar os trabalhos científicos do Museu, como acontecia nas administrações dos ilustres diretores do passado, dr. Von Ihering, Afonso Taunay, Sérgio Buarque de Holanda, — investiu grosseiramente contra este sodalício, o curso de Museologia que nêle se realiza e os museus históricos que estão sendo vitoriosamente instalados no interior, mau grado a impatriótica e injusta campanha daquele diretor. Propôs, ainda, o orador, que se oficiasse ao ilustre Secretário da Educação, Prof. Antonio Barros de Ulhôa Cintra, ex-Reitor da Universidade de São Paulo, a magnífica aula inaugural com que prestigiou o Curso de Museologia que se desenvolve nesta casa, às 3.^{as} e 6.^{as}-feiras, ministrados pelos srs. Alvaro da Veiga Coimbra, diretor do Museu José Bonifácio e Vinício Stein Campos, diretor do Museu Militar. O sr. Alfredo Gomes propôs um voto de pesar pela morte do jornalista José Eduardo de Macedo Soares e um voto de regozijo cívico pelo transcurso de mais um aniversário do 23 de maio de 1932, ponto de partida da gloriosa jornada paulista — a revolução constitucionalista. Foram aprovados. Nada mais. O sr. Presidente agradeceu o comparecimento de todos e declarou encerrada a sessão. Para constar lavrou-se a presente ata, assinada depois de lida e achada conforme (aa) Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos.

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 3 DE JUNHO DE 1967

Aos treze dias do mês de junho de mil novecentos e sessenta e sete, nesta cidade de São Paulo, à Rua Benjamin Constant, 158, às catorze e trinta minutos, em sessão ordinária, reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, presentes os seguintes consócios: Paulo Emílio D'Alessandro, Luiz Tenório de Brito, Tito Lívio Ferreira, Agostinho Ramos, Mário Graciotti, João Gualberto de Oliveira, Aureliano Leite, Mário Leite, Alfredo Gomes, João Furtado Cavalcanti, Paulo Ribeiro dos Santos, Tsunezo Sato, Alexandre D'Alessandro, Leão Machado, Gabriel Marques, Américo Bologna, Alceu de Toledo Pontes, Ernesto Leme, Reynaldo Kuntz Busch, Mário Savelli, Álvaro do Amaral, James Martin Harwey, Heliodoro da Rocha Marques, Henrique Alves, Alberto Prado Guimarães e Paul Donovan Kigar. O sr. Presidente Aureliano Leite, assumindo seu lugar à mesa, ladeado como mandam os Estatutos, pelo sr. 1.º Secretário, Luiz Tenório de Brito e pelo 3.º Secretário, Álvaro do Amaral, em substituição

ao 2.º Secretário, que não compareceu por motivo justificado, convidou para tomarem lugar à mesa, as seguintes personalidades: Ibrahim Nobre, representando a Academia Paulista de Letras, Prof. Tito Lívio Ferreira, Presidente da Ordem Nacional dos Bandeirantes, D.^a Hilda, Presidente da Academia de Letras de Pindamonhangaba, Cel. José Silva, representante da Fôrça Pública dêste Estado de São Paulo, José Ricardo Athayde Marcondes, representante da família do Dr. José Athayde Marcondes, Mário Graciotti, representando o Clube do Livro de São Paulo. Padre Luiz Garcia, Reitor do Colégio Salesiano, Dr. José Augusto César Salgado, Presidente da Associação dos Cavaleiros de São Paulo, Prof. Ernesto Leme, 1.º Vice-Presidente dêste Instituto, Acadêmico Leão Machado, da Comissão Estadual de Literatura. O sr. Presidente nomeou a Comissão composta pelos sócios Paulo Silveira Santos, Agostinho Ramos e Tsunezo Sato, para introduzirem no recinto o nôvo sócio honorário, Dr. Paulo Emilio D'Alessandro que, recebido com palmas, leu e assinou o respectivo têrmo de compromisso. A seguir o Orador Oficial, Prof. Alfredo Gomes saudou o nôvo sócio, que respondeu agradecendo e comunicando que o seu Patrono é o Prof. José Athayde Marcondes, e para proferir o discurso de homenagem ao mesmo, pediu a sua inscrição para uma das próximas sessões. A seguir o Dr. Aureliano Leite convidou o Prof. Ernesto Leme, 1.º Vice-Presidente do Sodalício para assumir a sua presidência, isso em virtude de haver sido informado que lhe vão ser prestadas homenagens pela publicação do seu último livro. Assumindo a Presidência, o Prof. Ernesto Leme solicitou ao Dr. Aureliano Leite para continuar sentado na sua cadeira, e passou a ler as Efemérides Brasileiras do Barão do Rio Branco. Anunciou que, ocorrendo o Centenário do Nascimento da grande poetisa Prisciliana Duarte de Almeida, pede que se guarde um minuto de silêncio, em sua homenagem, o que foi feito pelos presentes. Em prosseguimento, foi dada a palavra ao sr. 1.º Secretário Cel. Luiz Tenório de Brito, que leu o Expediente, iniciando-o com a comunicação de haver o Instituto recebido carta do Dr. Guilherme Canêdo de Magalhães, Diretor do Gabinete do Exmo. sr. Ministro da Educação e Cultura, informando que, na sessão de 15 de maio, do Conselho Federal de Cultura, foi aprovado Parecer do Conselheiro Afonso Arinos favorável ao requerimento apresentado por êste Instituto, para reconhecimento oficial da medalha cultural "Alexandre de Gusmão", instituída por esta entidade, o qual é do seguinte teor: Processo n.º 7.606/67 — "O presente processo trata do reconhecimento oficial por parte do sr. Ministro da Educação e Cultura, da medalha "Alexandre de Gusmão" criada pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em comemoração da trasladação dos restos mortais do grande estadista e diplomata

brasileiro de Portugal, para as terras da pátria. Já pelo vulto insigne do negociador do Tratado de Madrid, já pelo prestígio da Associação Cultural Paulista, já pelas finalidades elevadas da iniciativa que constam do regulamento apenso aos autos é a Câmara de parecer favorável à solicitação. Sala das Sessões 15-5-67. (aa) Afonso Arinos, Relator. Rodrigo M. F. de Andrade. Hélio Vianna. D. Marcos Barbosa. R. O. de Castro Maya” — Sôbre êste mesmo assunto da medalha, recebeu o Instituto uma carta do sr. Segisnando Martins tecendo considerações sôbre o alto sentido patriótico da mesma. Ofício do Círculo Militar comunicando haver conferido ao Instituto Histórico a medalha Símbolo Honorífico da Entidade. A seguir, a Mesa apresentou dois votos de pesar, pelo falecimento dos dois ilustres paulistas: o ex-deputado estadual e jornalista Dr. Alberto Americano, e o Prof. Dr. José Inácio Benevides de Rezende, devendo ser enviadas comunicações às Exmas. Famílias enlutadas. A seguir foi dada a palavra ao Cel. José Hipólito Trigueirinho que discorreu brilhantemente sôbre a personalidade do seu patrono, o Cel. Batista da Luz, saudosos Comandante Geral da Fôrça Pública dêste Estado, cujo centenário de nascimento ocorre neste ano, sendo muito aplaudido ao concluir sua oração, a qual foi pedida pela mesa, para ser oportunamente publicada na Revista. A seguir iniciaram-se as homenagens ao Dr. Aureliano Leite, pelo lançamento do seu último livro recém-publicado: “Páginas de uma longa vida”, que alcançou enorme repercussão. Saudaram o ilustre escritor, o Prof. Tito Lívio, que falou sôbre o seu valiosíssimo trabalho para a manutenção da denominação de “língua portuguesa” e não “língua brasileira”, que não tem fundamento histórico-cultural; o ora Secretário, Alvaro do Amaral discorreu sôbre: “Aureliano Leite e o Instituto Histórico”, tendo demonstrado os grandes méritos dos cinco anos de tal exercício na presidência dêste sodalício, onde agiu com grande dinamismo e eficiência, demonstrando possuir qualidades que certamente o farão vencedor em todo e qualquer empreendimento a que se dedicar. O Prof. Alfredo Gomes abordou o tema: “Aureliano Leite e a questão Jaime Cortesão”, lembrando que êste historiador português terminou por reconhecer razão no ponto de vista sustentado pelo Dr. Aureliano Leite. O Cel. Luiz Tenório de Brito focalizou o “Civismo de Aureliano Leite”, lembrando sua participação em todos os movimentos cívicos havidos nos últimos anos, especialmente na Revolução Constitucionalista de 1932. Falou ainda o Prof. Ernesto Leme, ressaltando a sua atuação na Academia Paulista de Letras, na qual ocupa a Cadeira n.º 8, cujo patrono é a poetisa Bárbara Eliodora. Lembrou o orador a coincidência de se comemorar nesta mesma data, o centenário de nascimento da poetisa Prisciliana Duarte de Almeida, que

aliás é ligada por laços de parentesco ao Dr. Aureliano Leite que foi quem a substituiu na Academia Paulista de Letras. Em seguida o sr. Presidente solicitou a palavra do Acadêmico Ibrahim Nobre que em eloqüentes palavras saudou o homenageado. Finalmente o Dr. Aureliano Leite, com palavras cheias de emoção agradeceu as orações dos oradores e a homenagem que o Instituto acabava de lhe prestar. Suas palavras foram entusiasticamente aplaudidas pelos presentes. O sr. Presidente agradeceu o comparecimento de todos e declarou encerrada a sessão. Nada mais. Em tempo: ressalvo a entrelinha que diz: “digo, Presciliana Duarte de Almeida. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, lida e achada conforme será devidamente assinada. (aa) Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos.

ATA DA SESSÃO DE 17 DE JUNHO DE 1967

Aos dezessete dias do mês de junho de mil novecentos e sessenta e sete, nesta cidade de São Paulo, à rua Benjamin Constant, 158, às catorze horas e trinta minutos, presentes os consócios Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos, Leão Machado, Tito Lívio Ferreira, Paulo Romano, Rui Martins Ferreira, Jacob Penteado, Mário Leite, José Leandro de Barros Pimentel, Álvaro da Veiga Coimbra, Antônio Barreto do Amaral, Álvaro Amaral, Salvador Rocco, Henrique L. Alves, James Martin Harwey, Reynaldo Kuntz Busch, Heliodoro Tenório da Rocha Marques, Gabriel Marques, Alberto Prado Guimarães, Célio Salomão Debes, Alfredo Gomes e Pedro Brasil Bandecchi, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo realizou a segunda sessão ordinária do mês. Aberta a sessão, presidida pelo sr. Aureliano Leite e secretariada pelos srs. Luiz Tenório de Brito, 1.º Secretário e Vinício Stein Campos, 2.º Secretário, o sr. Presidente leu as Efemérides Brasileiras e Paulistas, na forma usual, e deu a palavra ao sr. 1.º Secretário para apresentação do Expediente: Convite para a homenagem à memória de Fidelino de Figueiredo, na Casa de Portugal; ofício do Prefeito Municipal de Votorantim, acompanhado de dados para preparação de seu Brazão de Armas; agradecimentos da família do General Meira Matos, pelas homenagens prestadas ao ensejo do falecimento da sua progenitora; conjunto de fotografias da chegada dos restos mortais da Princesa Isabel, oferta do sr. Henrique Orciuli; livros oferecidos à biblioteca — “A margem do meu caminho”, de Alberto Prado Guimarães; “Amador Bueno e outros ensaios”, pelo consócio James Martin Harwey, “Pequena História do Café no Brasil”, pelo sr. Waldomiro Franco da Silveira, Biblioteca Genealógica Latina; programa do concurso sobre o Pe. Lourenço de Gusmão; carta do Dr. Jorge Americano agrade-

cendo as homenagens à memória de seu finado irmão Alberto Americano; Diploma do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, oferta do Presidente Aureliano Leite ao Museu José Bonifácio; ofício do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná, comunicando eleição de nova diretoria. Dada a palavra ao orador oficial Alfredo Gomes solicitou inscrição em ata de voto de profundo pesar pela morte de Vivaldo Coaracy, o que foi deferido pela casa. O sr. Ruy Martins Ferreira propôs representação a quem de direito solicitando-se providências para a conservação do monumento do Ipiranga, que foi aprovado. O sr. Leão Machado requereu inscrição de um voto de congratulações com o sr. Mário Graciotti pelo transcurso do jubileu de prata do Clube do Livro e o registro de seus 44 anos de atividade editorial, o que foi deferido. O sr. Vinício Stein Campos solicitou um voto de congratulações com o Exmo. Cardeal Motta e seus auxiliares de Arcebispo de Aparecida pela colaboração dada a D.^a Conceição Borges Ribeiro na montagem do Museu da Basílica de N. S. Aparecida, um voto de congratulações com o dr. Reynaldo Kuntz Busch pela notável obra que acaba de editar sobre a História de Limeira, terra natal do escritor, publicação que sobremodo recomenda o seu autor pela soma de preciosas informações históricas nela reunidas, com diligência, argúcia e probidade, comunicou ainda o sr. Vinício Stein Campos a conclusão do Curso de Museologia cujos certificados deverão ser solenemente entregues na próxima sessão. Os votos propostos foram unânimemente aprovados. Votação — Foram a seguir propostas à votação as seguintes indicações de novos sócios e respectivas categorias: Para titular — 2.^a votação: D. Agnelo Rossi, aprovado. Honorários promovidos a titulares: 2.^a votação — Álvaro do Amaral, Wilson Maia Fina, Jacob Penteado, Ernesto de Moraes Leme, Pedro de Oliveira Ribeiro Neto, Vicente de Paula Vicente de Azevedo, Célio S. Debes, Maria Amélia Arruda Botelho de Sousa Aranha, Ibrahim Nobre, Ruy Martins Ferreira e Carlota Pereira de Queirós. Todos foram aprovados. A seguir foram propostas em 1.^a votação, mais os seguintes sócios honorários para preencher vagas no quadro de titulares: Cassio Vidigal, aprovado; Manoel Ubaldino de Azevedo, recusado; Antonio Benedito Machado Florense, aprovado; Leão Machado, aprovado; Carlos Rizzini, aprovado, Gabriel Marques, aprovado; Rodrigo Soares Júnior, aprovado; Luiz Wanderley Torres, aprovado; Lúcia Piza Figueira de Melo Falkenberg, aprovado e Henrique L. Alves, aprovado. Nada mais havendo a tratar o sr. Presidente declarou encerrada a sessão. Para constar lavrou-se a presente ata que lida e achada conforme será devidamente assinada. (aa) Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos.

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1967

Ata da sessão extraordinária e especial realizada às dez horas e trinta minutos do dia vinte e quatro de junho de mil novecentos e sessenta e sete no recinto do salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, com o fim de outorgar ao embaixador de Portugal no Brasil, senhor José Antonio de Magalhães Pessoa e Frago, a medalha Cultural Imperatriz Leopoldina que lhe fôra concedida pelo respectivo Conselho da Medalha. Sua Excelência o Embaixador chegou ao Instituto à hora fixada e depois de ligeira palestra na sala da presidência visitou guiado pelo Presidente Aureliano Leite, o museu "José Bonifácio" e a Biblioteca social; dirigiu-se ao salão de conferências onde foi introduzido por uma comissão para êsse fim designada. Constituída a mesa, que foi presidida pelo doutor Aureliano Leite, dela fazendo parte o embaixador Frago que tomou assento à direita do presidente, o primeiro secretário do Sodalício que redigiu estas notas, o ministro doutor Romeu Ferraz, do Tribunal de Contas do Estado, o professor doutor Ernesto Leme, representando a Academia Paulista de Letras, dona Lúcia Falkenberg, presidente do Instituto Histórico e Geográfico Guarujá-Bertioga, cônsul geral de Portugal em São Paulo, cônsules adjuntos e presidentes de entidades lusas nesta Capital. No plenário viam-se sócios do Instituto, membros das comunidades lusitanas, senhoras, pessoas gratas, representantes da imprensa, fotógrafos. Esclarecendo os motivos da solenidade, proferiu o presidente Aureliano Leite substancial oração, a que respondeu o homenageado em rápido improviso confessando-se lisongeadado com a láurea recebida, encerrando-se em seguida a sessão. (aa) Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos.

ATA DO DIA 1.º DE JULHO DE 1967

Ao dia primeiro do mês de julho de mil novecentos e sessenta e sete, nesta cidade de São Paulo, às catorze horas e trinta minutos, em o auditório da rua Benjamin Constant, 158, reuniu-se em sessão ordinária o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, presentes os consócios Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos, Alvaro do Amaral, Reynaldo Kuntz Busch, Mário Leite, Arrisson de Sousa Ferraz, Gabriel Marques, Salvador Rocco, Wilson Maia Fina, Agostinho Ramos, Lúcia De Tomasi, José Leandro de Barros Pimentel, Arlindo Veiga dos Santos, James Martin Harwey, Pedro Brasil Bandecchi. A mesa estêve assim constituída: Presidente Aureliano Leite, 1.º Secretário Luiz Tenório de Brito, 2.º Secretário Vinício Stein Campos.

Lidas e aprovadas as atas das sessões anteriores, o sr. Presidente leu à casa as Efemérides Brasileiras do Barão do Rio Branco e as Efemérides Paulistas organizadas pelo sodalício. O sr. 1.º Secretário, a seguir, deu conta do seguinte Expediente: Carta de entidade auxiliar das Nações Unidas, convite do Clube Piratininga para as solenidades de 9 de julho, comunicação da nova diretoria da Sociedade Paulista de História da Medicina, comunicação do sr. J. R. Amaral Lapa sôbre o aniversário da Faculdade de Filosofia de Marília, ofício do sr. Hélio Vianna sôbre a Medalha Alexandre de Gusmão, convite do Departamento Municipal de Cultura, de Batatais, para a festa cívica de 1.º de julho. O sr. Vinício Stein Campos, organizador do Curso de Museologia promovido pelo Instituto nos meses de maio e junho do corrente ano comunicou à casa o auspicioso encerramento dêsse curso e convidou o sr. Presidente a proceder à entrega dos Certificados de Participação aos que realizam o curso e que se encontravam presentes. Concluída entrega dos Certificados, falou em nome dos alunos o Prof. Nilzo Vanni, diretor da Casa de Paulo Setubal, de Tatuí, que ofereceu em nome da turma, aos Profs. Vinício Stein Campos e Álvaro da Veiga Coimbra, uma pequena lembrança. Agradeceu esta oferta o Prof. Vinício Stein Campos. O sr. Presidente elogiou o trabalho dos dois consócios, o interêsse dos alunos freqüentes ao Curso de Museologia, encarecendo o significado e valor desta promoção do Sodalício. Dada a palavra ao consócio Wilson Maia Fina para desenvolvimento da palestra proposta — Piratininga, a achada, — leu êle substancioso estudo sôbre a identificação do local que tinha denominação. O sr. Bernardo Pedroso, Presidente da Casa do Poeta, homenageado com a Medalha Imperatriz Leopoldina, proferiu apreciado discurso de agradecimento. Foi proposto e aprovado um voto de congratulações com o consócio Vicente de Paulo Vicente de Azevedo pela sua eleição para a Academia Paulista de Letras. O sr. Alvaro do Amaral apresentou interessante estudo sôbre o emprêgo de balões cativos pelo Exército sob o comando de Caxias na Campanha contra o Govêrno do Paraguai em 1864-1870. O sr. Leandro de Barros Pimentel ofereceu ao Instituto dois documentos e uma sobre-carta com o sêlo de homenagem à primeira mulher diplomada em medicina no Brasil. O sr. Vinício Stein Campos justificou proposta de consignação em ata de um voto de congratulações com a cidade de Capivari pela passagem, a 1.º de julho vindouro, de mais um aniversário da autonomia municipal, o que foi aprovado. O sr. Tito Lívio Ferreira apresenta felicitações ao sr. Wilson Maia Fina, pelo trabalho lido na sessão, acentuando o merecimento das pesquisas feitas pelo conferencista. O sr. Carlos Perez Cánepa, cônsul do Peru, ofereceu ao sodalício o quadro a óleo com o retrato do libertador do Peru, Ramón Cas-

tilla. O sr. Presidente agradeceu, inclusive as elogiosas referências feitas a sua pessoa pelo mencionado agente consular. (aa) Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos.

ATA DA SESSÃO DE 15 DE JULHO DE 1967

Aos quinze dias do mês de julho de mil novecentos e sessenta e sete, nesta cidade de São Paulo, à rua Benjamin Constant, 158, às catorze horas e trinta minutos, reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, presentes os srs. Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos, Alfredo Gomes, Ibrahim Nobre, Wilson Maia Fina, Luiz Wanderley Torres, Henrique L. Alves, Agostinho Ramos, Celestino Euzébio Fazzio, Salvador Rocco, Alberto Prado Guimarães, Arrisson de Sousa Ferraz, Álvaro do Amaral, José Leandro de Barros Pimentel, Lúcia De Tomasi, Alvaro da Veiga Coimbra, Nelo Migliorini, Antonio Barreto do Amaral, Mário Leite, Pedro Brasil Bandecchi, Jorge Americano, Hernani Donato, James Martin Harwey. A mesa, na forma estatutária, esteve constituída pelo Presidente Aureliano Leite, 1.º Secretário Luiz Tenório de Brito, 2.º Secretário Vinício Stein Campos. Lidas as Efemérides Brasileiras e Paulistas e apresentado pelo sr. 1.º Secretário o pequeno expediente do dia, o sr. Presidente declarou haver instituído um concurso sôbre a vida e obra de Pedro de Toledo, com prêmio de um mil e quinhentos cruzeiros novos para o primeiro colocado e quinhentos cruzeiros novos para o segundo, além das menções honrosas. Declarou ficar êsse concurso aberto desde já, com encerramento previsto para fins de fevereiro de 1968, julgamento em março e premiação em 23 de maio de 1968. Para o Regimento desse concurso designou os consócios Ibrahim Nobre, Ernesto Leme e Alfredo Gomes, o que foi aprovado. Para as festividades comemorativas do centenário de Washington Luís Pereira de Sousa, que ocorre no próximo ano, designou a seguinte comissão: Ibrahim Nobre, Jorge Americano, Antonio Carlos Cardoso, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos e Henrique Orciuoli. Pelo sr. Tesoureiro foram apresentadas e aprovadas contas relativas ao primeiro semestre do exercício financeiro em curso. O sr. Luiz Wanderley Torres ofereceu o exemplar de seu livro sôbre os crimes de guerra, em 2.ª edição. O sr. Alfredo Gomes ofereceu moção de aplauso pela outorga dos prêmios do Moinho Santista. Votações: Foram a seguir submetidas à votação as seguintes propostas: Transferências de sócios da categoria de honorário para titular: 1.º) Cássio Vidigal, aprovado; 2.º) Antonio Benedito Machado Florence, aprovado; 3.º) Leão Machado, aprovado; 4.º) Carlos Rizzini, aprovado; 5.º) Gabriel Marques, aprovado; 6.º) Rodrigo Soares Junior, aprovado; 7.º) Luiz Wanderley Torres, aprovado; 8.º) Lúcia Piza Fi-

gueira de Melo Falkenberg, aprovado; 9.º) Henrique L. Alves, aprovado. Todos em 1.ª votação. Em 2.ª votação foram aprovados: para sócio honorário: Prof. Luiz Azevedo Castro, Moacyr de Faria Jordão e Major Reginaldo Moreira de Miranda. Em 1.ª votação foi aprovada a proposta do sr. Antonio Roberto de Paula Leite. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão, lavrando-se a presente ata para a todo tempo constar. (aa) Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos.

ATA DA SESSÃO DE 5 DE AGÔSTO DE 1967

Aos cinco dias do mês de agosto de mil novecentos e sessenta e sete, nesta cidade de São Paulo, à rua Benjamin Constant, 158, às catorze horas e trinta minutos, em sessão ordinária, reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, presentes os seguintes sócios: Celestino Euzébio Fazzio, Alexandre D'Alessandro, Tito Lívio Ferreira, Agostinho Ramos, Tsunezo Sato, Gabriel Marques, Paul Donovan Kigar, Wilson Maia Fina, Josué Callander dos Reis, Américo R. Netto, Aureliano Leite, Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo, Luiz Wanderley Torres, Álvaro do Amaral, Alfredo Gomes, Raul Tucunduva, Rui Cardoso de Mello Tucunduva, Geraldo de Rezende Martins, Pedro Brasil Bandecchi, Eldino Brancante, Maria Helena Brancante, Henrique Alves, José Romeu Ferraz, Reynaldo Kuntz Busch e Vinício Stein Campos. O sr. Presidente, dr. Aureliano Leite assumiu a presidência da mesa, ladeado como mandam os Estatutos, pelo sr. 2.º Secretário, Prof. Vinício Stein Campos, substituindo o 1.º Secretário que se encontra fora dessa Capital, e pelo sr. 3.º Secretário, o abaixo assinado Álvaro do Amaral, — e convidou para sentarem à Mesa, os senhores Prof. Tito Lívio Ferreira, presidente da Ordem Nacional dos Bandeirantes, o Cel. João Pires Aeneas, representando o Círculo Militar desta Capital, o Capitão Fábio de Oliveira Melo, representando o Presidente da Companhia Mojiana de Estradas de Ferro, o Ministro José Romeu Ferraz, do Tribunal de Contas deste Estado, o Cel. Castro Pinto, Comandante do C.P.O.R. desta Capital, o sr. dr. Mário Graciotti, presidente do Clube do Livro, a sra. d.ª Marianinha Queiroz, a sra. d.ª Guiomar Novais Pinto, o Gen. Cláudio Assumpção Cardoso, presidente da Companhia Mojiana de Estradas de Ferro, o sr. Vice-Cônsul de Portugal. O sr. 1.º Secretário em exercício, leu o Expediente, conforme documentação que fica arquivada, e o inteiro teor da Portaria do sr. Ministro da Educação que criou a Medalha Cultural Alexandre de Gusmão, cujo original foi entregue a este Sodalício que o arquivará em lugar de honra. A seguir, o sr. Presidente leu as Efemérides Brasileiras de autoria do Barão do Rio Branco, e as Efemérides Paulistas, em elaboração

por este Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, relativas ao dia de hoje. O sr. Presidente comunicou ao plenário que a Exma. Sra. Professora D.^a Marianinha de Queiroz, que acabava de tomar lugar à mesa, ofertou um piano de sua propriedade a este Instituto, instrumento musical esse de valor inestimável, pois que no mesmo já tocaram a Princesa Imperial Dona Izabel e a nossa ilustre pianista que se acha presente, D.^a Guiomar Novais Pinto. Agradeceu essa valiosa oferta, tendo tal comunicação sido recebida com calorosos aplausos pela assistência e dirigidos à generosa e ilustre doadora, que agradeceu essa manifestação. Em seguida, o sr. Presidente comunicou que tendo sido aprovado pela respectiva Comissão, a outorga da medalha Imperatriz Leopoldina à Exma. Sra. Dona Guiomar Novais Pinto, ia proceder à entrega da mesma. Relembrou a criação de tal venera, e os excepcionais méritos da ilustre pianista que ia recebê-la, rememorando os principais feitos, dessa grande pianista que tanto tem honrado São Paulo e o Brasil no Exterior, principalmente na França, Inglaterra, Suíça e nos Estados Unidos da América do Norte onde é considerada uma das maiores pianistas de todos os tempos. Lembrou a sua carreira desde os seus anos de meninice, em que foi uma admirável revelação, tendo sido distintíssima aluna do Prof. Maestro Chiaffarelli. A seguir procedeu à entrega da medalha, debaixo de grande ovação da assistência que lotava todo o Salão Nobre e Auditório, com pessoas da mais alta representação social, das quais algumas ofertaram flôres à distinta homenageada, que emocionada agradeceu a tal homenagem. Seguiu-se uma belíssima execução ao piano, pelo laureado pianista maestro Edgard Thomé que assim saudou musicalmente com "São Francisco sobre as Ondas", em nome dos jovens concertistas, que dessa forma quiseram se associar às solenidades, que terminaram com prolongada salva de palmas de toda a assistência. O sr. dr. Geraldo Rezende Martins falou sobre a vinda de D.^a Guiomar Novais Pinto para cá, por ocasião da Revolução Constitucionalista de 1932, que ela quis assim prestigiar e apoiar pessoalmente. Procedeu-se a leitura da bela poesia dedicada à homenageada, de autoria do sr. Reis Carvalho. Passou-se a seguir a seguinte parte dos trabalhos, tendo o Orador Oficial, Prof. Alfredo Gomes prestado emocionada homenagem ao finado Presidente Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, cujo doloroso desaparecimento comoveu todo o País. O sr. Presidente convidou o Dr. Pedro Brasil Bandecchi a homenagear o falecido Presidente Dr. Washington Luís Pereira de Sousa, cujo 10.^o aniversário de falecimento ocorreu no dia de ontem, tendo o Orador proferido magníficas palavras que emocionaram o auditório. Em prosseguimento este Secretário Alvaro do Amaral ofereceu ao Instituto um disco com a gravação do

discurso proferido pelo Presidente Washington Luís por ocasião de seu regresso ao Brasil. O Prof. Celestino Euzébio Fazzio propôs um voto de regozijo pela passagem do 2.º Centenário da fundação da cidade de Piracicaba, requerendo que fôsse enviado ofício nesse sentido aos Exmos. Srs. Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara Municipal, e que ainda constasse desta ata o inteiro teor da sua moção, o que foi aprovado. “Moção: Peço-vos a grande generosidade de dois minutos apenas de atenção, para comemorar um grandioso evento de duzentos anos. A formosa, adiantada, culta e tradicional cidade de Piracicaba está comemorando com imponentes e marcantes celebrações o transcurso do seu segundo centenário, ocorrido festivamente no dia primeiro dêste mês. Berço de uma plêiade numerosa de ilustres ornamentos da literatura, em tôdas as suas manifestações, da oratória, da música, da pintura e da escultura, da ciência, do professorado em todos os seus graus, do sacerdócio e do jornalismo, e de renomados vultos da vida monárquica, da propaganda e do período republicano, com o mais acendrado pendor do liberalismo e do amor à nossa Pátria, terra dadivosa e rica, que é e sempre foi o celeiro do civismo, do patriotismo, da cultura e do trabalho, Piracicaba sempre teve, tem e terá, dentro dêste augusto Sodalício, muitos dignos e imortais representantes, que constituem e constituirão sempre, justo orgulho e grande honra para esta afamada instituição cultural. Para que a passagem dessa data e o nosso regozijo se inscrevam em letras de ouro, em nossos brilhantes anais, como merecida homenagem aos nossos ilustres companheiros piracicabanos, do passado, do presente e do porvir, proponho que a nossa Ata de hoje registre com destaque a fulgurante efeméride e do inteiro teor desta moção congratulatória se dê conhecimento por Ofícios à nobre Câmara Municipal e à digna e esforçada Prefeitura, da importante e próspera cidade paulista onde o rumor do maravilhoso Salto incute grave e perenemente, nos ouvidos dos seus inúmeros e freqüentes visitantes, a lembrança da majestosa e poética “Noiva da Colina”, núcleo pioneiro da nossa agricultura científica e sistematizada, conhecido no mundo inteiro”. A seguir o Dr. Barros Pimentel ofereceu diversos primeiros números de jornais dêste Estado, para serem guardados na Hemeroteca Júlio de Mesquita. O Prof. Vinício Stein Campos apresentou uma comunicação relativa à louvável realização do “Curso Museus do Brasil”, a se realizar nesta Capital, a partir de 29 de agôsto corrente, pelos “Museus Históricos do Estado” e pelo Instituto Histórico Guarujá-Bertioga. Propõe ainda e mesmo consócio a criação de uma Comissão de sócios dêste Sodalício para organizarem o programa da Homenagem a ser realizada por ocasião do 150.º aniversário da chegada da Imperatriz Leopoldina ao Brasil, — proposta esta que foi aprovada. Em seguida, o

Eng.º Alberto Prado Guimarães iniciando suas palavras com uma saudação à grande pianista Guiomar Novais Pinto, falou compriadamente sobre o assunto para o qual se achava inscrito, ou seja, a respeito da realização da II Jornada de Engenharia Civil, a se realizar no Rio de Janeiro, na próxima semana, tecendo grandes elogios à notória competência profissional e técnica de engenharia portuguesa. O sócio Paul Donovan Kigar fez oferta de uma publicação com a Declaração da Independência Americana. Tomou então a palavra o Prof. Alfredo Gomes que proferiu longa, pormenorizada e mui interessante descrição da excursão que efetuou em companhia de ilustres Oficiais do Exército Brasileiro, de automóvel, desta Capital até Belém do Pará. Causaram suas palavras grande impressão nos ouvintes, que chegaram a se manifestar em apoio às patrióticas palavras do Orador que mostrou a atualidade dos assuntos versados e relativos à integração de toda essa grande zona do território nacional, bem como a miséria reinante em algumas de suas partes, o desenvolvimento que nelas se nota, e ainda do problema que se acha da maior atualidade, referente ao controle da natalidade, o qual poderá ocasionar grandes prejuízos ao nosso País. O orador foi muito aplaudido ao concluir suas palavras. Tomou a palavra o Dr. Pedro Brasil Bandecchi pedindo a inscrição nesta Ata, de um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Heitor de Moura Bittencourt, ilustre cidadão dotado das qualidades mais eminentes de patriota e homem de grande cultura. Foi valoroso soldado da Revolução Constitucionalista de 1932, e eleito Deputado em 1934, desempenhando ao morrer o honroso cargo de Presidente do Clube Piratininga, — tendo sido aprovada a sua proposição. Pediu a palavra o Prof. Arlindo Veiga dos Santos e apresentou programa para o desenvolvimento dos trabalhos do Congresso de História do Brasil a se realizar em Brasília. Nesta Sessão foi aprovado depois de acaloradas discussões e votações o seguinte: “Regulamento para o Concurso “Prêmio Pedro de Toledo”. “Em sessão de 15 de julho último, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, por iniciativa de seu ilustre Presidente, instituiu o “Prêmio Pedro de Toledo” a ser disputado, em Concurso de âmbito nacional, e destinado aos dois melhores trabalhos que forem classificados em primeiro e segundo lugar, tendo por objeto a biografia daquele grande Patrício. O certame em aprêço subordina-se aos seguintes itens: 1.º) A data da publicação do presente Regulamento marca a abertura do prazo para o Concurso, que será encerrado a 29 de fevereiro de 1968. 2.º) No caso de não serem apresentados trabalhos até a data do encerramento, será o prazo prorrogado por 6 (seis) meses. Persistindo a falta de concorrentes, suspender-se-á o Concurso. 3.º) Se nenhuma das obras apresentadas fizer jus ao prêmio, o Concurso poderá ser reaberto por 6 (seis)

meses. Esgotado o prazo, o Concurso será suspenso se a Comissão julgadora decidir pela não concessão do Prêmio. 4.º) Poderão concorrer ao prêmio, brasileiros ou não, com trabalhos inéditos a partir da data da sua instituição, redigidos em vernáculo, contendo, no mínimo, 150 (cento e cinquenta) páginas datilografadas de 33 (trinta e três) linhas, em espaço duplo. 5.º) As obras deverão ter qualidade correspondente a estudos de nível superior e indicar pesquisas ou fontes de consulta. 6.º) Os concorrentes deverão entregar à Secretaria do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, à rua Benjamin Constant n.º 158, Capital, pelo menos 3 (três) exemplares datilografados. 7.º) Os originais que forem entregues não serão devolvidos. 8.º) Ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo caberá a organização do Concurso, bem como a designação da Comissão Julgadora, composta de 5 (cinco) membros, escolhidos dentre os integrantes do quadro social. 9.º) A Comissão Julgadora poderá ouvir, se o entender, em caráter consultivo, a opinião de outros intelectuais pertencentes ou não, ao Sodalício. 10.º) A Comissão Julgadora terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para apresentar o respectivo parecer, a contar da data do encerramento das inscrições. 11.º) Do veredicto da Comissão Julgadora não caberá recurso. 12.º) Os nomes dos membros da Comissão Julgadora somente serão anunciados após a elaboração do parecer final. 13.º) A outorga do prêmio implicará na cessão automática dos direitos autorais ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo que publicará, salvo caso de força maior, os trabalhos laureados em sua Revista, ou sob a forma de livro, quando e como julgar oportuno. 14.º) A entrega do prêmio aos autores dos trabalhos laureados, ou a seus representantes legalmente credenciados, far-se-á em sessão solene, no dia 23 de maio. 15.º) O prêmio consistirá em diplomas alusivos para o primeiro e segundo colocados, suplementados, respectivamente, por NCr\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos cruzeiros novos) e NCr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros novos). 16.º) A Secretaria do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo dará ampla divulgação a este Regulamento, cuja cópia autêntica será remetida aos Institutos Históricos e Geográficos e a outros centros de cultura do País. 17.º) O direito ao prêmio prescreverá no prazo de 2 (dois) anos, a contar da data marcada para a sua entrega. 18.º) Na edição do trabalho premiado será expressamente mencionado o prêmio concedido. São Paulo, 5 de agosto de 1967. (a) Ibrahim Nobre. (a) Ernesto de Moraes Leme. (a) Alfredo Gomes. Relator. Para constar, lavrei a presente Ata, que sendo lida e achada conforme, será devidamente assinada. (aa) Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos.

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 19 DE AGOSTO DE 1967

Aos dezenove dias do mês de agosto de mil novecentos e sessenta e sete, nesta cidade de São Paulo, à rua Benjamin Constant, 158, às catorze horas e trinta minutos, reuniu-se em sessão ordinária o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, presentes os seguintes consócios: Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos, Lycurgo de Castro Santos Filho, Tito Lívio Ferreira, Leão Machado, Ibrahim Nobre, Alvaro do Amaral, Ruy Martins Ferreira, Celestino Euzébio Fazzio, Raul Votta, Salvador Rocco, Jacob Penteado, Arrisson de Sousa Ferraz, Antonio Barreto do Amaral, José Leandro de Barros Pimentel, José Anthero Pereira Júnior, Mário Leite, Lúcia De Tomasi, João Gualberto de Oliveira, Alfredo Gomes, Célio Salomão Debes, Reynaldo Kuntz Busch, Pedro Brasil Bandecchi, Pe. Hélio Abranches Viotti, Henrique L. Alves, Paulo Silveira Santos. A mesa, na forma determinada pelos Estatutos, esteve constituída pelo Presidente Aureliano Leite e os secretários, 1.º Luiz Tenório de Brito, 2.º Vinício Stein Campos. Abertos os trabalhos o sr. Presidente designou os consócios Lycurgo Castro Santos Filho e José Anthero Pereira Júnior para, em comissão, introduzirem no recinto o novo consócio do sodalício, Major Reginaldo Moreira de Miranda, o qual, com as solenidades do estilo foi recebido e empossado como sócio honorário do Instituto. Saudado pelo sr. Arrisson de Sousa Ferraz, em eloqüente improviso, respondeu agradecendo o sr. Reynaldo Miranda, indicando para seu patrono o Marechal Cândido Xavier de Almeida e Sousa, cuja biografia resumiu em breve oração. Lidas e aprovadas as atas das sessões anteriores, o sr. Presidente deu a palavra ao sr. 1.º Secretário Tenório de Brito, que leu o seguinte Expediente: Carta do sr. Henrique Orciuoli sobre o Congresso de História Fluminense, onde representou o Instituto; convite da Comissão Organizadora da Semana Cornélio Pires, de Tietê, para as festividades de 20 a 27 do corrente; comunicação do dr. Alvaro do Amaral de haver representado o sodalício na missa do 30.º dia em sufrágio da alma do Marechal Castelo Branco; ofício do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, comunicando eleição de sua nova Diretoria; comunicação do sr. Presidente de haver representado o Instituto nas solenidades comemorativas do centenário de Antonio Nobre, no Clube Português; convite da Sociedade dos Países Escandinavos para as festividades do dia 24 do corrente; convite do sr. Luiz Ellmerich para a conferência que irá pronunciar sobre Marcelo Tupinambá, dia 27 do corrente, nesta Capital. A seguir o dr. Ibrahim Nobre procedeu à leitura do Regimento do Concurso proposto pelo sr. Presidente sobre a vida e a obra de Pedro de Toledo, trabalho, segundo o orador, da autoria do sr. Alfredo Gomes, da Comissão encarregada de elaborá-lo. Pôsto em dis-

cussão, o sr. Vinício Stein Campos propôs que, em decorrência da alteração feita nos Estatutos do sodalício, para atender exigência federal relativa à concessão de regalias de entidade de utilidade pública, nenhum diretor poderá, a qualquer título, receber prêmios em dinheiro pagos pela tesouraria do Instituto, — seja expressamente declarado no Regimento que fica vedada aos diretores a participação neste concurso. Discordando do orador usaram da palavra os srs. Alvaro Amaral, Pedro Brasil Bandecchi e Leão Machado. O sr. Presidente colocou então a proposta a votos, pedindo que se levantassem os que a aprovavam. Foram contados 16 (dezesseis) votos a favor da proposta do prof. Vinício e 18 (dezoito) contra. Ficou rejeitada a emenda. O sr. Célio Salomão Debes propôs que o concurso só constasse de trabalhos inéditos e que da decisão da Comissão julgadora coubesse recurso à Diretoria. O sr. Leão Machado discordou, não reputando aceitável, tal medida, que poderia acarretar sérios inconvenientes. O sr. Reynaldo Kuntz Busch propôs que se trace um roteiro objetivo para o julgamento e ao qual a Comissão Julgadora fôsse obrigada a obedecer; estas duas últimas emendas foram igualmente rejeitadas. O sr. Alvaro Amaral propôs que os direitos autorais, cedidos ao sodalício, só se referissem à primeira edição. A emenda também foi recusada. A seguir o sr. Presidente declarou aprovado o Regimento. Moções — O sr. Tito Lívio Ferreira leu uma carta do sr. José César Pestana sobre os descobrimentos marítimos portugueses na costa do Brasil; o sr. Geraldo de Resende Martins, que compareceu no decurso da sessão, citando a frase de Lauro Muller — “quem nasce no Brasil é brasileiro ou traidor”, apresentou interessante comunicação sobre o 1.º Encontro para a solução dos problemas sociais dos nisseis, de que participou, e o trabalho de integração dos japoneses e seus filhos na comunidade nacional. O sr. Mário Leite discorreu sobre as comunicações fluviais entre o norte e o sul, citando a conferência proferida na sessão anterior pelo sr. Alfredo Gomes; o sr. Henrique L. Alves apresentou um convite para visita do sodalício ao Centro Cívico de Santo André; congratulações com o Prefeito do vizinho município e aplauso à Academia Brasileira de Letras pela eleição de Fernando de Azevedo; o sr. Jacob Penteado ofereceu à Biblioteca o livro de Antonio Francisco Gaspar, de Sorocaba — Minhas memórias. Votação: Passando-se à votação de novos sócios foram eleitos, em 2.º escrutínio, para sócios honorários: Antonio Roberto de Paula Leite, em 1.º escrutínio, na mesma categoria, Gilberto Leite de Barros, Luiz Ellmerich e Neise Gomes. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão. Para constar lavrou-se a presente ata, assinada pela mesa depois de lida e aprovada pelo plenário. (aa) Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos.

ATA DA SESSÃO DE 2 DE SETEMBRO DE 1967

Aos dois dias do mês de setembro de mil novecentos e sessenta e sete, nesta cidade de São Paulo, à rua Benjamin Constant, 158, às catorze horas e trinta minutos, reuniu-se em sessão ordinária o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, presentes os seguintes consócios: Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos, Alfredo Gomes, Tito Lívio Ferreira, Salvador Rocco, Álvaro do Amaral, Arrisson de Sousa Ferraz, Celestino Euzébio Fazzio, Agostinho Ramos, Reynaldo Kuntz Busch, José Leandro de Barros Pimentel, Domingos Laurito, Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo, Mário Leite, Henrique L. Alves, Jacob Penteado, Ricardo Gunbleton Daunt, Alceu de Toledo Pontes, Pe. Hélio Abranches Viotti, Wilson Maia Fina, Tsuneso Sato, Moacir de Faria Jordão, Roberto de Paula Leite. Expediente: Sob a presidência de Aureliano Leite, e servindo de secretários respectivamente 1.º e 2.º, Luiz Tenório de Brito e Vinício Stein Campos, leu o cel. Tenório de Brito o seguinte: Convite para a missa que anualmente o sodalício faz celebrar na capela do Ipiranga, dia 7 de setembro, em memória da Imperatriz Leopoldina; convite da Câmara Municipal de Ribeirão Pires, para exposição histórica sobre a Capela do Pilar; convite do Rotari Clube de Vila Maria para as solenidades da Semana da Pátria; relatório do Prefeito Faria Lima sobre a sua administração na Prefeitura da Capital; convite do Comandante do II Exército para o desfile militar do Dia da Pátria, no Ipiranga; carta do sr. Luiz Pinto Serpa sugerindo os bons ofícios do Sodalício para a reposição da estátua de José Bonifácio no Largo de São Francisco; carta do Diretor do Museu Marítimo de Londres solicitando publicações; carta da União Geográfica Internacional solicitando indicação de representante — foi indicado o sr. Henrique Orcioli. Foram aprovadas pelo plenário a emenda ao Regimento da Medalha de Alexandre de Gusmão e os nomes de seus componentes propostos pela Diretoria. Encontrando-se na ante-sala do auditório os novos consócios Moacir de Faria Jordão e Roberto de Paula Leite, foram recebidos com as solenidades do estilo e a seguir empossados, sendo saudados pelo sr. Alfredo Gomes. Falou, agradecendo, o sr. Roberto de Paula Leite. Lidas as Efemérides Brasileiras e Paulistas o sr. Presidente fez entrega da Medalha Imperatriz Leopoldina ao consócio Celestino Euzébio Fazzio, o qual proferiu breve oração de agradecimentos. Dada a palavra ao consócio sr. Hélio Damante, orador escalado para a conferência da tarde, leu ele um substancioso estudo sobre o histórico do Colégio São Luiz de Itu, cujo centenário se comemorou no corrente ano, referiu-se ao Colégio do Patrocínio ao 3.º centenário do bairro da Penha, e recebeu calorosa ovação ao concluir a lei-

tura de seu notável trabalho. O sr. Presidente disse do agrado com que todos o ouviram e solicitou os originais da palestra para publicação na Revista. O sr. Presidente propôs um voto de congratulações com Thales de Andrade pelas homenagens que lhe tributou a sua terra natal — Piracicaba, e votos de pesar pelo falecimento de Afonso de Freitas Júnior e a esposa do sr. Ubaldino de Azevedo. Jacob Penteadó propôs igualmente um voto de pesar pelo falecimento do coronel Miguel de Gouvêa Franco, no que foi secundado por Alfredo Gomes. Foram todos êstes votos aprovados. O sr. Tito Lívio Ferreira propôs um voto de congratulações com o sr. Paulo Fradique Santana, do Departamento de Educação da Secretaria da Educação da Prefeitura Municipal pelas brilhantes comemorações cívicas que patrocinou. O sr. Leandro de Barros Pimentel comunicou o lançamento do sêlo comemorativo do General Antonio Sampaio, patrono da Infantaria, oferecendo um exemplar para o Museu José Bonifácio. O sr. Hernani Donato apresentou congratulações pelas comemorações folclóricas que se realizaram êste ano no Estado. Nada mais. Para constar lavrou-se a presente ata, assinada pela mesa depois de lida e aprovada. (aa) Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos.

ATA DO DIA 16 DE SETEMBRO DE 1967

Aos dezesseis dias do mês de setembro de mil novecentos e sessenta e sete, nesta cidade de São Paulo, à rua Benjamin Constant, 158, às catorze horas e trinta minutos, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a segunda sessão ordinária do mês, presentes os seguintes consócios: Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos, Alfredo Gomes, Moacyr de Faria Jordão, Álvaro do Amaral, Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo, Carlos Henrique Liberalli, Henrique L. Alves, José Leandro de Barros Pimentel, Divaldo Gaspar de Freitas, José Anthero Pereira Júnior, Celestino Euzébio Fazzio, Ruy Martins Ferreira, Wilson Maia Fina, Paulo d'Alesandro, João Gualberto de Oliveira e Tito Lívio Ferreira. A mesa esteve constituída, pelo sr. Presidente Aureliano Leite, 1.º secretário Luiz Tenório de Brito e 2.º secretário Vinício Stein Campos. Abertos os trabalhos foram lidas as atas anteriores. O sr. 2.º secretário esclareceu que houve um engano do sr. 3.º secretário que incluiu, por um lapso de memória, na ata de 5 (cinco) de agosto a discussão do Regimento do Concurso de Pedro de Toledo, quando êste fato foi tratado na sessão de 19 de agosto, conforme vem registrado na ata desse dia. O engano se deve ao equívoco do Dr. Álvaro do Amaral, que lavrou a ata a seu cargo após a realização de mais duas sessões do sodalício, o que deu causa ao objeto próprio de cada uma delas. O sr. Presidente a seguir referiu-se à excursão que vinha de fazer

à cidade de Lins, a serviço da Comissão Estadual de Literatura, para uma conferência literária na Faculdade de Filosofia e Letras daquela cidade. Lidas e aprovadas as atas das sessões anteriores, retificou-se a do dia 5 de agosto de 1967, lavrada pelo sr. 3.º secretário Dr. Alvaro do Amaral, e na qual, por inadvertência, foram registradas ocorrências do dia 19 do mesmo mês de agosto. O sr. Presidente leu as Efemérides Brasileiras e as Efemérides Paulistas na forma do costume. Expediente: pelo sr. Secretário Coronel Luiz Tenório de Brito foram feitas as seguintes comunicações: celebração da missa solene na Capela do Monumento do Ipiranga, dia 7 de setembro, em sufrágio da alma da Imperatriz Leopoldina; convite da Sociedade Paulista de História da Medicina para a sessão do dia 28 do corrente, em homenagem ao Dr. Carlos José Botelho; visita do Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Pernambucano Dr. José Antonio Gonçalves de Melo, e do Diretor do Museu do Estado Dr. José Maria de Albuquerque, que apresentaram o museu de Recife no Curso Museus do Brasil; congratulações com o consócio José Leandro de Barros Pimentel pela sua eleição para o cargo de Vice-Presidente da Comissão de Filatelia do Conselho de Cultura do Estado. O sr. Prof. Alfredo Gomes propôs um minuto de silêncio pelo transcurso do 60.º aniversário da morte de Carlos Gomes, o que foi aprovado. O mesmo orador propõe um voto de congratulações com o Dr. Carlos Robertson Henrique Liberalli pela sua eleição para o cargo de Presidente da Câmara de Ensino Superior do Conselho Estadual de Educação. O sr. Presidente aprova as conclusões do proponente, afirmando que o sodalício se engrandece com essas demonstrações de prestígio cultural de seus integrantes. É ainda proposto um voto de congratulações com o Dr. Geraldo Resende Martins pela sua nomeação para o Conselho Nacional de Economia. Pelo sr. Presidente foram propostos votos de pesar pelo falecimento do Prof. Paulino Longo e jornalista Mário Patti, e o professor Alfredo Gomes reverenciou a figura do mestre Antonio Ataliba de Oliveira, em cuja missa de sétimo dia representara esta casa. O sr. Ruy Martins Ferreira evoca o povoamento da região servida, em Campinas, pelas vias férreas que cortam o município, detendo-se na descrição das vendolas de beira-caminho e que acabaram por engendrar a curiosa denominação de "Viracopos" atribuída ao tradicional bairro campineiro e protestando veementemente contra a pretendida alteração. Divaldo Gaspar de Freitas comunica a realização em Piracicaba do I Simpósio de Estudos Piracicabanos, de 9 a 12 de novembro e para o mesmo solicita o concurso dos srs. consócios, esclarecendo que serão tratados temas de história, geografia, folclore, artes plásticas, etc., desenvolvidos em número ilimitado de páginas e entregues até 31 de outubro.

O sr. Presidente agradece a comunicação. O sr. Vinício Stein Campos comunica que o curso Museus do Brasil foi instalado a 29 de agosto e continua se desenvolvendo brilhantemente, apresentados os museus de Manaus, Belém, Fortaleza, Natal e Recife, com audiência de mais de setecentos interessados. O sr. Henrique L. Alves explica que transcorre nesta oportunidade o 85.º aniversário da morte de Luiz Gama, tendo representado este sodalício nas solenidades; o Prof. Luiz Pasin ofereceu um cartão postal com selos da Rosa de Ouro oferecida à imagem da Aparecida. Votação de propostas: Sócio honorário: 1.ª votação, Monsenhor Victor Rodrigues de Assis, biógrafo de D. Duarte, aprovado. 2.ª Acadêmico Austregésilo de Athayde, Presidente da Academia Brasileira de Letras, aprovado, como correspondente nacional. Sócio honorário — 1.ª votação, Paulo Emílio Vilhena Andrade, aprovado. Em 2.ª votação foram aprovados sócios titulares: Dr. Gilberto Leite de Barros, Luiz Ellmerich — sócio honorário, Neise Gomes, sócio honorário, aprovados. Nada mais. Para constar lavrou-se a presente, lida e assinada pela mesa, depois de discutida e aprovada. (aa) Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos.

ATA DA SESSÃO DE 7 DE OUTUBRO DE 1967

Aos sete dias do mês de outubro de mil novecentos e sessenta e sete, nesta cidade de São Paulo, à rua Benjamin Constant, 158, às catorze horas e trinta minutos, reuniu-se em sessão ordinária o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, presentes os consócios Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos, Alfredo Gomes, Leão Machado, Mário Graciotti, Carlota Pereira de Queiroz, Paulo Romano, Mário Leite, José Leandro de Barros Pimentel, Ruy Martins Ferreira, Gabriel Marques, Jacob Penteado, Agostinho Ramos, Arrisson de Sousa Ferraz, Heliodoro Marques, Alvaro da Veiga Coimbra, Maria Amália Rocha Corrêa Giffoni, Luiz Ellmerich, Reynaldo Kuntz Busch, Henrique L. Alves, James Martin Harwey, Neise Gomes, e Luiz Azevedo Castro. A mesa, na forma dos Estatutos, foi constituída pelo Presidente Aureliano Leite, 1.º secretário Luiz Tenório de Brito e 2.º secretário Vinício Stein Campos. Abertos os trabalhos foram recebidos e empossados, com as solenidades do estilo, os novos integrantes do quadro social: Neise Gomes, Luiz Ellmerich e Luiz de Azevedo Castro. Saudados eloqüentemente pelo orador oficial Alfredo Gomes, responderam agradecendo e declinando os nomes dos respectivos patronos, a saber: Neise Gomes, Maria Betin, Luiz Ellmerich, Carlos de Campos, e Luiz Azevedo Castro, Arnolfo Rodrigues de Azevedo. Lidas, pelo sr. Presidente, as Efemérides Brasileiras e Paulistas, o sr.

Presidente apresentou congratulações com o consócio Agostinho Ramos pelo interessante volume de versos em que reuniu amenos retratos a pena de seus colegas do sodalício. Proceheu-se ainda à entrega da Medalha da Imperatriz Leopoldina à veneranda professora d.^a Marianna Queiroz Filha, do Instituto de Educação Feminino Pe. Anchieta, da Capital, e doadora do artístico piano recolhido no Museu e inaugurado em S. Paulo por D. Isabel, a Redentora, em 1867. A agraciada foi homenageada pelo orfeão escolar daquela casa de ensino, que apresentou na sessão a execução de belos hinos, regidos pelo maestro prof. Domingos Mignone. O sr. Jacob Penteado proferiu interessante palestra subordinada ao título — Um incidente pitoresco, no qual focalizou o conflito entre Martins Fontes e Mário de Andrade, a propósito da Semana de Arte Moderna de 1922. O cel. Heliodoro Marques referiu-se ao artigo publicado pelo Presidente Aureliano Leite sôbre a data do término da Revolução Constitucionalista de 1932, a 2 de outubro e não 28 de setembro, sugerindo a remessa de um ofício nesse sentido à Associação dos Veteranos do M.M.D.C. O sr. Agostinho agradece em versos as congratulações do sr. Presidente. O sr. Reynaldo Kuntz Busch informa haver representado o sodalício em festividades cívicas de Vila Maria, nesta Capital. O sr. Leandro de Barros Pimentel ofereceu ao Museu do Instituto exemplares de selos comemorativos do centenário de Nilo Peçanha. Nada mais havendo o sr. Presidente declarou encerrada a sessão. Para constar, lavrou-se a presente que lida e achada conforme será devidamente assinada.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 6 DE OUTUBRO DE 1967

Em sessão extraordinária do dia seis de outubro de mil novecentos e sessenta e sete, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, às vinte horas, promoveu a solene abertura da Exposição dos Museus Históricos de São Paulo, fundados, organizados e postos em funcionamento no interior do Estado pela Secretaria da Educação. A mesa esteve assim constituída: Presidente Aureliano Leite, 1.^o Secretário Luiz Tenório de Brito, 2.^o Secretário Vinício Stein Campos, D.^a Lúcia Piza Figueira de Melo Falkenberg, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Guarujá-Bertioga, Dr. W. R. Marinho Lutz, Presidente do Clube dos 21 Irmãos Amigos, Dr. Júlio de Mesquita Filho, Orador especialmente convidado, Pedro de Oliveira Ribeiro Neto, Presidente da Academia Paulista de Letras, D. Clemente da Silva Negro, Diretor do Museu de Arte Sacra de Salvador, Bahia, além de numerosos consócios e grande público que lotava totalmente o auditório do Sodalício. Aberta a sessão o sr. Presidente explicou tratar-se da abertura da Exposição dos Museus Históricos Paulistas com-

plemento do Curso Museus do Brasil, e a seguir deu a palavra ao Prof. Vinício Stein Campos que explicou a organização dos museus municipais de São Paulo ora apresentados na Exposição do Instituto, dizendo do estado auspicioso de desenvolvimento em que se encontram e do êxito de que está se revestindo essa oportuna e patriótica iniciativa que sempre contou com o apoio e a solidariedade do Instituto. Destacou a presença do Museu Histórico e Pedagógico Cerqueira César, de São Carlos, nessa mostra, graças sobretudo ao concurso da benemérita família do Conde do Pinhal, representada pela consócia d.^a Maria Amélia Arruda Botelho de Souza Aranha. Seguiu-se com a palavra o jornalista dr. Júlio Mesquita Filho que proferiu o elogio histórico de José Alves de Cerqueira César, patrono do Museu de São Carlos, oração que foi muito aplaudida pela seleta assistência. Deu-se então na Galeria Anchieta, a inauguração da exposição, havendo o Presidente Aureliano Leite, ao encerrar a solenidade do auditório, agradecido a Júlio Mesquita Filho a sua honrosa participação no ato cívico do sodalício e o brilhante discurso com que correu para maior esplendor da solenidade. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão e para constar lavrou-se a presente ata que lida e achada conforme será devidamente assinada. (aa) Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos.

ATA DA SESSÃO SOLENE DE ENCERRAMENTO EM 21 DE OUTUBRO DE 1967

Aos vinte e um dias do mês de outubro de mil novecentos e sessenta e sete, nesta cidade de São Paulo, às catorze horas e trinta minutos, à rua Benjamin Constant, 158, reuniu-se em sessão solene, na forma estabelecida pelos Estatutos, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, presentes os seguintes consócios: Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos, Tito Lívio Ferreira, José Romeu Ferraz, Lúcia De Tomasi, Isaac Grinberg, Reynaldo Kuntz Busch, Agostinho Ramos, Gabriel Marques, José de Melo Pimenta, Antonio Barreto do Amaral, Maria Amália da Rocha Corrêa Giffoni, Mário Leite, Arrisson de Souza Ferraz, Alvaro da Veiga Coimbra, Cássio Vidigal, Alberto Prado Guimarães, Alfredo Gomes, Ibrahim Nobre, Pedro Chaves e Raul Votta. Lida e aprovada a ata da sessão anterior, o sr. Presidente Aureliano Leite, que se encontrava secretariado por Luiz Tenório de Brito, 1.^o Secretário e Vinício Stein Campos, 2.^o Secretário, leu as Efemérides Brasileiras e as Efemérides Paulistas, como de praxe. O sr. 1.^o Secretário Luiz Tenório de Brito leu o expediente que constou de cartas e ofícios, inclusive o programa das homenagens que o Instituto, coadjuvado pelo consulado da Áustria, prestará à memória da Imperatriz Leopoldina,

ao ensejo do transcurso, a cinco de novembro, do sesquicentenário de sua chegada ao Brasil, em 1817. Destacou também o sr. Coronel Luiz Tenório de Brito a realização, em São Paulo, do cincocentenário do Primeiro Congresso de Estradas de Rodagem, reunido nesta Capital, em 1917, no Governo Altino Arantes e sob a presidência do dr. Cândido Mota. Usou a seguir da palavra o orador oficial em exercício, Alfredo Gomes, que eloqüentemente procedeu ao elogio dos sócios falecidos no decurso do ano, respectivamente Plínio Travassos dos Santos, José Inácio Benevides de Rezende, Vivaldo Coaracy, Jorge Godofredo Felizardo, Joaquim Duarte Alves Feitosa, Afonso de Freitas Júnior, Fidelino de Figueiredo, Manoel Carlos de Figueiredo Ferraz. O sr. Presidente propôs à casa um minuto de silêncio em memória dêsses saudosos consócios, o que foi imediatamente observado pela casa. Na segunda parte da sessão foi prestada ao Presidente Aureliano Leite uma homenagem especial, com a oferta, ao homenageado, de um trabalho escultórico, reproduzindo a sua cabeça em bronze e oferecido pelo autor, sr. Gilbert. O Vice-Presidente Tito Lívio Ferreira solicitou ao sr. Ibrahim Nobre que proferisse uma oração alusiva ao ato, tendo o ilustre tribuno, com a eloqüência e o brilho oratório que lhe são peculiares, ressaltado a significação da homenagem e traçado em expressiva síntese a vida do sr. Presidente, como homem público e historiador de São Paulo. O sr. Presidente agradeceu ao escultor e ao orador que falou em seu nome, a homenagem que vinha de lhe ser tributada, e nada mais havendo a tratar, encerrou a sessão. Para constar lavrou-se a presente ata, que lida e achada conforme, será devidamente assinada. (aa) Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos.

Atas das sessões plenárias do Sodálicio desde 13 de janeiro a 19 de outubro de 1968

ATA DA SESSÃO DE 13 DE JANEIRO DE 1968

Aos treze dias do mês de janeiro de mil novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de São Paulo, sede do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, à rua Benjamin Constant, 158, às catorze horas e trinta minutos, presentes os sócios Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos, Alfredo Gomes, Mário Leite, Alvaro do Amaral, Alvaro da Veiga Coimbra, Carlos Henrique Liberalli, Célio Salomão Debes, Tito Livio Ferreira, Wilson Maia Fina, Ruy Martins Ferreira, Antonio Barreto do Amaral, Henrique L. Alves, Mário Savelli, Fausto Pentead, e Lúcia De Tomasi, realizou o Instituto uma reunião extraordinária convocada pelo Presidente Aureliano Leite. A mesa diretora dos trabalhos foi constituída pelo Presidente Aureliano Leite, 1.º Secretário Luiz Tenório de Brito e 2.º Secretário Vinício Stein Campos. Abertos os trabalhos e não havendo ata da sessão anterior para ser lida e aprovada, o sr. Presidente leu à casa, na forma do costume as Efemérides Brasileiras do Barão do Rio Branco e as Efemérides Paulistas do Instituto. Do expediente apenas constou o telegrama do sr. Presidente da República, Marechal Artur da Costa e Silva, agradecendo a outorga da Medalha Alexandre de Gusmão e dizendo de sua impossibilidade de comparecer à sessão solene do dia 25, o que esperava fazê-lo em data que oportunamente designaria. Em face dessa comunicação do Senhor Presidente da República foi deliberado que não se procederia no dia 25 a nenhuma entrega de medalha, passando o sodálicio a distribuí-la aos demais contemplados a partir dessa data. O novel tesoureiro sr. Wilson Maia Fina leu o balanço, que foi aprovado por unanimidade e o sr. Mário Savelli propôs um voto de louvor e saudades ao dr. Salvador Rocco, que serviu durante quase todo o exercício de 1967 e demonstrou grande zelo, dedicação e probidade na gestão da tesouraria, o que foi também aprovado. O sr. Vinício Stein Campos leu o relatório das atividades do Instituto no exercício de 1967, elaborado pelo Presidente, e que foi igualmente aprovado. O sr. Presidente propôs à aprovação da casa, o que foi feito por unanimidade, votos de pesar pelo falecimento do General Alcyr da Rocha Nobre, herói de 1932, e de d. Jaci Gomide Ricardo, epôsa do escritor Cassiano

Ricardo. O sr. Alfredo Gomes propõe se registrem em ata a passagem do 250.º aniversário da assinatura do Tratado de Madrid, entre Espanha e Portugal, destacando o papel de Alexandre de Gusmão nesse acerto diplomático de tanto interesse para o Brasil, um voto de pesar pela morte do Ministro e embaixador Raul Fernandes, e um voto de congratulações com o sr. Júlio de Mesquita Filho pelo aniversário dos órgãos de divulgação que dirige: "O Estado de S. Paulo", o "Jornal da Tarde" e a "Rádio El Dorado". Foram aprovados. O sr. Armandino Seabra ofereceu ao museu José Bonifácio um espelho antigo, Luiz Felipe, autêntico, que pertenceu à família Lepose, de Potenza, Basilicata, Itália. O sr. Presidente agradeceu o generoso oferecimento. O sr. Vinício Stein Campos relatou o drama vivido em Manaus pelo Instituto Histórico daquela cidade e destacou a recuperação feita pelo sr. André Jobin a partir da Revolução de 1964 com apoio do novo governo amazonense, que patrioticamente restaurou o velho prédio e recolocou a obra de Bernardo Ramos em seu primitivo estado, propondo um voto de congratulações com o governo daquele Estado por essa obra, o que foi aprovado. O sr. Célio Debes discorreu sobre o centenário da Companhia Paulista, que se vai comemorar a 30 do corrente, relatando as providências que estão sendo tomadas para essa comemoração. O sr. Presidente informou ainda haver o sodalício recebido valiosa doação de livros da d. Silvia Pacheco de Sales Pinto, viúva de Octávio Sales Pinto. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão, lavrando-se a presente ata que lida e achada conforme vai devidamente assinada. Eu, Vinício Stein Campos, 2.º secretário escrevi. (aa) Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito e Vinício Stein Campos.

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 25 DE JANEIRO DE 1968

Aos 25 de janeiro de 1968, na sede deste Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, às 14 horas e 30 minutos, presentes os sócios: Aureliano Leite, Vinício Stein Campos, Tito Livio Ferreira, Álvaro do Amaral, Ibraim Nobre, Antônio Barreto do Amaral, Agostinho Vicente de Freitas Ramos, Tsuneso Sato, Heliodoro Tenório da Rocha Marques, Mário Graciotti, Gabriel Marques, Henrique L. Alves, Raul Votta, Alfredo Gomes, Isaac Grinberg, Mário Savelli, Álvaro da Veiga Coimbra, Lúcia De Tomasi, José Leandro de Barros Pimentel, Rui Martins Ferreira, Lycurgo de Castro Santos Filho, Cássio Vidigal, Theodoro de Souza Campos Júnior, Divaldo Gaspar de Freitas, Mário Leite, Ricardo Gunbleton Daunt, Alberto Prado Guimarães, Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo, Reynaldo Kuntz Busch, Célio Salomão Debes, Dom Paulo Rolim Loureiro, Cardeal Arcebispo Dom Agnelo Rossi, Adelino Ricciardi, Jacob Penteado, Olga Pantaleão, Wilson

Maia Fina, Salvador Cutolo, Joaquim Eugênio de Lima Neto, Ernesto Leme, José Romeu Ferraz, João Gualberto de Oliveira, e Arrisson de Souza Ferraz. Assumiu a presidência o dr. Aureliano Leite, bem como o prof. Vinício Stein Campos o cargo de 1.º Secretário, e o dr. Alvaro do Amaral o de 2.º Secretário, na falta do efetivo. O sr. presidente convidou para tomarem assento à mesa, o prof. Ernesto Leme, representando a Academia Paulista de Letras, o prof. Tito Livio Ferreira, como presidente da Ordem Nacional dos Bandeirantes, Dom Paulo Rolim Loureiro, Bispo de Moji das Cruzes, Ministro José Romeu Ferraz, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, o dr. Ibrahim Nobre, pela Academia Paulista de Letras, dr. Lycurgo de Castro Santos Filho, presidente da Academia Campinense de Letras, o Comendador Francisco Barreiros, presidente do Centro Trasmontano. O sr. presidente inicia os trabalhos dizendo que esta sessão destina-se tradicionalmente, por se realizar nesta data de 25 de janeiro, a comemorar a tão querida data em que se comemora a fundação desta cidade de São Paulo, e, ainda, à comemoração da fundação deste Instituto, entretanto hoje, vai quebrar o protocolo para de início, receber como consócio a Sua Eminência o Cardeal D. Agnelo Rossi, Arcebispo de São Paulo, o que constitui para todos um acontecimento de alta significação. Nomeou uma Comissão dos sócios, D. Paulo Rolim Loureiro, Dr. Ibrahim Nobre, Dr. Alvaro da Veiga Coimbra, Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo, para ir buscar a Sua Eminência que se encontrava no Salão da Presidência. Introduzido em plenário sob calorosas palmas dos presentes, foi convidado a ler as palavras regimentais e a assinar o termo de Sócio Efetivo deste sodalício, o que fez ainda sob palmas das pessoas que enchiam totalmente o nosso Auditório. A seguir D. Agnelo Rossi, agradecendo aos presentes a manifestação recebida, tomou assento à mesa, à direita do sr. Presidente, que convidou o dr. Ibrahim Nobre a saudar o ilustre novo sócio efetivo. O ilustre tribuno falando de improviso, diz que aceitou tão elevada honra de saudar a Sua Eminência, pela alegria que tinha em desempenhar tal missão, e contar com a benevolência do eminente Antístite da Igreja paulopolitana. Lembrou o admirável currículo da vida tão brilhante de D. Agnelo Rossi, apesar de ser ainda relativamente curta. Relembrou a origem modesta de sua família, moradora em Campinas, e descendente de italianos, raça que tanto tem colaborado para o progresso de São Paulo. Relembra seus estudos preliminares em Valinhos, e sua ida para Roma, onde foi ordenado a 27 de março de 1937, como um dos primeiros alunos do Colégio Pio Latino Americano. Regressando a Campinas, ali serviu como Secretário do Bispo D. Francisco de Campos Barreto, com quem se identificou com suas nobres qualidades de caráter, operosidade e religião. Logo foram reconhecidas suas extraordinárias qualidades de dis-

ciplinado e disciplinador, demonstrando grande compreensão de seus deveres. Eleito Bispo de Barra do Piraí, e Arcebispo de Ribeirão Preto, — viu-se guindado à suprema honra de Cardeal Arcebispo de São Paulo, por Sua Santidade o Papa, Paulo VI. Exerce essa sua missão tão nobre, com bondade, paciência e sabedoria. Desempenha seu cargo dentro dos ensinamentos de Jesus: com muita oração, com seu coração e a prática das virtudes, seguindo os exemplos do nosso querido Padre Anchieta. Tudo pratica com honra e dignidade, bondade, mas também com energia, — estando presente em tôdas as partes onde é necessária a sua ação: nas Ruas, nas Escolas e nas favelas socorrendo aquêles que não têm pão e nem teto. Relembra a celebração da primeira missa nos campos de Piratininga, naquela mísera cabana, onde o Padre Manuel de Paiva dava início a um mundo nôvo: naquela Escola nascia uma cidade nova e uma nova raça. O brazão episcopal de Sua Eminência proclama “opostet illum segnare”. E nós devemos segui-lo, e jamais negá-lo. Nunca podemos esquecer de que: esta terra tem dono. Mas, êste dono, — tem Deus! E, êste Deus, tem Vossa Eminência para servi-lo! — As palavras do grande tribuno foram calorosamente aplaudidas. — Sua Eminência passou então a falar sôbre sua posse como sócio deste Instituto, — onde espera seguir a tradição dos seus antecessores, Arcebispos de São Paulo. Diz que aproveita esta oportunidade para comunicar a êste Instituto Histórico que já tomou as providências necessárias para preservar a existência da Igreja da Boa Morte, — um dos últimos templos que relembram o passado desta grande metrópole. A seguir, passa a fazer o elogio do seu Patrão, o Bispo Dom Francisco de Campos Barreto, conforme oração que será publicada na Revista deste Instituto, por solicitação do sr. Presidente e que foi longamente aplaudida. — O sr. Presidente comunicou que vai iniciar os trabalhos normais desta sessão, passando a ler as “Efemérides Brasileiras do Barão do Rio Branco” e as “Efemérides Paulistas”, elaboradas por êste Instituto, — relativas à data de hoje. Dá a palavra ao Prof. Alfredo Gomes, orador Oficial, que profere bela oração, saudando de início a Sua Eminência e ao Dr. Ibraim Nobre, pelas suas magníficas orações e, a seguir passa a ler sua bela oração oficial, comemorativa da fundação de São Paulo, e também do início das atividades deste Instituto. A sua bela oração foi saudada entusiásticamente pelos presentes, e será publicada na “Revista” do Instituto. — Finalmente o sr. presidente dá a palavra ao dr. Alceu de Toledo Pontes que apresenta uma moção relativa ao transcurso, amanhã, do 3.º Centenário da fundação do Mosteiro Beneditino de Sant’Ana, de Jundiaí, propondo seja lançado, nesta ata, um voto de congratulações dêste Instituto pelo auspicioso acontecimento da homenagem ao Exmo. e Revdmo. Dom Amaro Bode-mueller. Prior daquele Mosteiro, — o que foi aprovado com pal-

mas. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, lavrando-se a presente Ata que foi lida e achada conforme, pelo que foi devidamente encerrada e assinada. Eu, Alvaro do Amaral, como 2.º Secretário, em exercício, a escrevi. (aa) Aureliano

ATA DA REUNIÃO DE 3 DE FEVEREIRO DE 1968

Constituída a mesa com a presença do 1.º Secretário Luiz Tenório de Brito, Ministro Romeu Ferraz, Tito Livio Ferreira, Gal. Langleberto Pinheiro Soares, Ataliba Nogueira, Lauro Celidônio, João Gualberto de Oliveira, Carlos Henrique Liberalli, Ernesto Leme, Ibrahim Nobre, e o Prefeito de Cachoeira Paulista — o presidente Aureliano Leite declarou aberta a sessão ordinária de 3 de fevereiro, iniciada às 14,30 horas no auditório da sede social, à rua Benjamin Constant, 158, convidando para 2.º secretário *had-hoc*, na ausência do titular, o consócio Eurico Branco Ribeiro. Passou-se à leitura do expediente pelo 1.º secretário Luiz Tenório de Brito. Depois o presidente Aureliano Leite leu as efemérides brasileiras do dia 3 de fevereiro. Referindo-se à morte do embaixador José Carlos Macedo Soares, o presidente comunicou à casa que havia falado, em nome do Instituto, ao baixar ao túmulo o seu corpo. Para fazer o necrológio do ilustre morto, deu a palavra ao orador do Instituto. O consócio Alfredo Gomes rememorou a personalidade do grande benfeitor do Instituto, seguindo-se com a palavra o confrade Ataliba Nogueira, para recordar passagens da vida do embaixador Macedo Soares e pediu seja realizada uma sessão especial em homenagem a quem era presidente perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; lembrou também o orador que se devia fazer outra sessão em homenagem à figura de Affonso de Taunay, cujo centenário de nascimento será brevemente comemorado. O presidente Aureliano Leite nomeou para organizar a sessão em homenagem a Macedo Soares uma comissão composta de Machado Florence, Ataliba Nogueira, Alfredo Gomes, Ibrahim Nobre, Tenório de Brito, Alberto Prado Guimarães e José Romeu Ferraz. Para homenagem a Affonso Taunay nomeou uma comissão composta de Ernesto Leme, Alvaro da Veiga Coimbra, Mário Leite, Antonio Barreto do Amaral, Florêncio Camargo, João Gualberto de Oliveira e Eurico Branco Ribeiro. O consócio Alberto Prado Guimarães referiu com minúcias o episódio da pacificação do Chaco, em que se salientou o embaixador José Carlos de Macedo Soares. Passando à segunda parte da reunião, o presidente Aureliano Leite fez a apresentação do orador da tarde, o prof. Agostinho Ramos. Antes de iniciar a sua conferência, o orador lembrou que seja levantado o nome de Aureliano Leite para a vaga de Macedo Soares na Academia Brasileira de Letras. Em seguida discorreu com profundidade sobre aspectos históricos da Antiguidade, detendo-se particularmente em episódios e questões

bílicas. O presidente agradeceu ao conferencista pela brilhante oração proferida. O consócio Jacob Penteado propôs se preste homenagem à memória de Horácio Berlink, pela passagem do seu centenário de nascimento. O consócio Tito Livio Ferreira referiu-se à notícia de que o ministro Mário Andreazza propusera o nome de Prestes Maia para a rodovia Santos-Rio de Janeiro, lembrando que essa estrada, por iniciativa do Instituto em julho de 1965, já recebeu o nome de Manoel da Nóbrega (ou Padre Nóbrega). Pediu que se esclareça o Ministro sobre o assunto. O consócio José Leandro de Barros Pimentel ofereceu à Casa uma coleção dos selos comemorativos emitidos no Brasil em 1967. O consócio Célio Salomão Debes falou sobre o Centenário da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e, em nome do presidente daquela ferrovia dr. João Soares do Amaral Neto, agradeceu as iniciativas do Instituto, em prol das comemorações do evento e entregou ao nosso sodalício a 1.^a medalha que se distribui das comemorativas do Centenário da Paulista. O presidente Aureliano Leite agradeceu a oferta. O consócio Carlos Henrique Liberalli referiu que encontrou no Palácio do Governo, em Vitória, uma lápide original do túmulo de Anchieta, sem uma explicação de que o taumaturgo não se achava ali sepultado, fazendo crer que se trata do "túmulo de Anchieta". Pediu uma providência no sentido de ser corrigida a omissão. Por fim o secretário Luiz Tenório de Brito pediu fosse lançado em ata um voto de pesar pelo falecimento do prof. Francisco Humberto Maffei, organizador do Instituto de Pesquisas Tecnológicas da Escola Politécnica de São Paulo. Nada mais havendo a tratar-se o presidente Aureliano Leite encerrou a sessão, da qual lavrei a presente ata na qualidade de 2.^o secretário ad-hoc. Eurico Branco Ribeiro. Em tempo: Retifica-se a ata para incluir o nome do sr. Ernesto Leme na comissão das homenagens ao Embaixador José Carlos de Macedo Soares, substituído na comissão de Afonso de Taunay por Vinício Stein Campos. (aa) Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos.

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE FEVEREIRO DE 1968

Aos dezessete dias do mês de fevereiro de mil novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de São Paulo, à rua Benjamin Constant, 158, reuniu-se em sessão ordinária às catorze horas e trinta minutos o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, presentes os seguintes sócios: Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos, Alfredo Gomes, Ernesto Leme, Alvaro da Veiga Coimbra, Padre Helio Abranches Viotti, Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo, Mário Leite, Henrique L. Alves, José Leandro de Barros Pimentel, Alberto Prado Guimarães, José Go-

mes Filho, Agostinho Ramos, Heliodoro Tenório da Rocha Marques, Wilson Maia Fina, e Isaac Grinberg. A mesa do sodalício foi presidida pelo Dr. Aureliano Leite, servindo de secretários, respectivamente 1.º e 2.º, o Coronel Luiz Tenório de Brito e Vinício Stein Campos. Abertos os trabalhos o sr. Presidente esclareceu que a sessão constaria, excepcionalmente, de duas partes, a primeira dedicada à comemoração do centenário de nascimento do Presidente Wenceslau Braz, solenidade patrocinada pelo sodalício, o Instituto dos Advogados de São Paulo e a Faculdade de Direito de São Paulo, e a segunda, do expediente diário, moções e votações de propostas. Para cumprir a sessão comemorativa tomaram assento também à mesa, os srs. Lauro Celidonio Gomes dos Reis, Presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo, o dr. Ernesto Leme, pela Faculdade de Direito e d. Odete Braz de Carvalho, filha do homenageado, que representava a família, assistindo a sessão elementos representativos da sociedade. A sessão iniciou-se com a oração do dr. Gomes dos Reis, que desenvolveu o histórico biográfico de Wenceslau Braz; seguiu-se a oração de Ernesto Leme, em nome da Academia, e por fim o Presidente Aureliano Leite, que em nome do Instituto leu formosa página de exaltação do solitário de Itajubá. O sr. Presidente agradeceu o comparecimento de todos e declarou encerrada a sessão. Reabertos os trabalhos, foram lidas e retificadas e assinadas as atas das sessões anteriores. Lidas as Efemérides Brasileiras e Paulistas, na forma do costume, o sr. 1.º secretário deu conta do seguinte Expediente: Ofício do Comandante demissionário da Fôrça Pública, Coronel José Antonio Barbosa de Moraes, convidando o Instituto para a posse de seu substituto Coronel Antônio Ferreira Marques; ofício da Companhia Antártica Paulista oferecendo a obra de João Baptista Debret — Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil; ofício do prof. Vinício Stein Campos, Diretor do Serviço de Museus Históricos do Estado, convidando para a inauguração, dia 13 do corrente, dia da cidade de Guaratinguetá, do Museu Histórico e Pedagógico Rodrigues Alves, da mesma cidade; convite da Diretoria do Clube Português para inauguração de sua nova sede social; carta do prof. Ciro Berlinck, agradecendo homenagem a seu pai e fundador da Academia Álvares Penteado; convite de Frei Severino Ronquete, Provincial da Ordem Terceira Regular de S. Francisco para assistir a sagração de D. Máximo; ofício da Câmara Municipal de Jundiaí enviando cópia do voto de pesar nela aprovado pela morte do Embaixador José Carlos de Macedo Soares; programa da homenagem que será prestada a Ibrahim Nobre no dia 19, de seu 80.º aniversário natalício; ofício de pesâmes do Circulo Militar de São Paulo, pela morte do Embaixador José Carlos de Macedo Soares; ofício do prof. Euripedes Simões de Paula, Diretor da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo,

apresentando a instrutora da cadeira de História Antiga e Medieval, Ana Maria de Almeida Camargo, filha do consócio Aureo de Almeida Camargo, e que, auxiliada por um grupo de alunas daquela escola, se propõe a organizar a hemeroteca do Instituto; convite do Instituto de Engenharia, para a posse da nova diretoria. O sr. Presidente comunica à casa a auspiciosa notícia da organização da hemeroteca, já referida na leitura do Expediente, e, atendendo proposta do sr. Ernesto Leme, de serem comemorados os centenários de Reynaldo Porchat e Francisco Morato, com solicitação ao sr. Secretário da Justiça, de atribuição dos nomes desses ilustres juristas a foruns do Interior, designou as seguintes comissões: Para o centenário de Reynaldo Porchat, Ernesto Leme, Pe. Hélio Abranches Viotti, Álvaro do Amaral, Luiz Tenório de Brito, Alberto Prado Guimarães e Vinício Stein Campos; e para o centenário de Francisco Morato, os consócios Barros Pimentel, Alfredo Gomes, Isaac Grinberg, João Gualberto de Oliveira, Tito Livio Ferreira, e Álvaro da Veiga Coimbra. O sr. Isaac Grinberg propõe um voto de pesar pelo falecimento do saudoso Frei Thimóteo Van Den Broeck, de Moji das Cruzes, estudioso dos velhos tempos paulistas nos arquivos de sua ordem, o que foi deferido. O sr. Alfredo Gomes pede destaque para a data natalícia Warnhagen, que hoje transcorre, e faz o elogio do historiador. Na 2.^a parte da sessão ordinária foram votados para ingresso no quadro social: 2.^a votação: sócio correspondente nacional — Austregésilo de Athayde. Em 2.^a votação: sócio honorário — Monsenhor Victor Rodrigues de Assis e Paulo Emílio Andrade de Vilhena; em 1.^a votação: General Henrique Guilherme Muller; sócio correspondente nacional — Dr. Lauro Monteiro de Carvalho e Silva — foram todos aprovados. O sr. Vinício Stein Campos comunicou haver representado o sodalício na inauguração do Museu Histórico e Pedagógico de Guaratinguetá e referindo-se elogiosamente ao museu histórico ferroviário da Companhia Paulista, brilhantemente organizado pelo dr. Álvaro da Veiga Coimbra e que a Estrada deverá conservar como valioso documento do desenvolvimento ferroviário do Estado e do país. Nada mais. Para constar lavrou-se a presente ata, aprovada e assinada depois de lida à casa na forma do costume. (aa) Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos.

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 19 DE FEVEREIRO DE 1968

Aos dezenove dias do mês de fevereiro de mil novecentos e sessenta e oito, à rua Benjamin Constant, 158, às dezoito horas, por convocação do Presidente Aureliano Leite reuniu-se em sessão extraordinária o Instituto Histórico e Geográfico de São

Paulo, para o fim especial de se dar posse ao nôvo consócio acadêmico Austregésilo de Athayde, comemorar-se o transcurso do centenário do combatente de Estabelecimento da Guerra do Paraguai, onde perdeu a vida o Tenente de Atiradores Luiz Antonio da Costa Aguiar e por fim render-se carinhosa homenagem ao tribuno da revolução constitucionalista de 1932 pela celebração de seu 80.º aniversário de nascimento. O auditório do Instituto, literalmente tomado pela seleta assistência, autoridades, sócios e suas famílias e demais convidados, esteve solenemente preparado para o ato, que foi presidido pela mesa — Presidente Dr. Aureliano Leite, 1.º Secretário — Coronel Luiz Tenório de Brito, 2.º Secretário — Professor Vinício Stein Campos. A convite do sr. Presidente tomaram assento à mesa os srs. Deputado Orlando Gabriel Zancaner, Secretário da Cultura, Esporte, e Turismo, dr. Péricles Eugênio da Silva Ramos, representando o Sr. Governador Abreu Sodré, Dr. Cyro Albuquerque, Secretário do Trabalho, dr. Júlio de Mesquita Filho, Diretor de “O Estado de São Paulo”, acadêmicos Pedro Oliveira Ribeiro Neto, Ibrahim Nobre, Ernesto Leme e Ataliba Nogueira, acadêmico Austregésilo de Athayde, Presidente da Academia Brasileira de Letras, D. Agnelo Rossi, Cardeal Arcebispo de São Paulo, Dr. Paulo Nogueira Filho, Desembargador Martins Ferreira, Presidente do Tribunal de Justiça, Mário Graciotti, Theodoro de Souza Campos Júnior, Bernardo Pedroso. Aberta a sessão com o hino nacional, executado por uma secção da Banda da Fôrça Pública, postada na Galeria do auditório, seguiu-se a execução do seguinte programa: Posse do dr. Austregésilo de Athayde, que foi introduzido no recinto pelos srs. Ibrahim Nobre, Ernesto Leme, Ataliba Nogueira e Henrique L. Alves. Entrega ao dr. Athayde, das Medalhas d. Leopoldina, do “M.M.D.C.”, da Assembléia Legislativa e de Alexandre de Gusmão. Saudado pelo dr. Aureliano Leite, o dr. Austregésilo de Athayde proferiu brilhante oração de agradecimento. O sr. Vinício Stein Campos, como Diretor do Serviço de Museus Históricos, fêz entrega das quatro primeiras medalhas de bronze cunhadas pelo Govêrno do Estado para cultuar a memória dos paulistas tombados na Guerra do Paraguai, medalha que traz a efigie do Tenente de Atiradores Luiz Antonio Costa Aguiar, heróicamente morto em Estabelecimento aos 19 de fevereiro de 1868, quando do assalto àquela fortaleza. O professor Vinício historiou a origem da Medalha e fêz entrega da mesma, no ato, ao senhor deputado Orlando Zancaner, ao sr. representante do Governador do Estado, ao dr. Aureliano Leite e ao dr. Ibrahim Nobre. Encerrada esta parte o sr. Presidente passou a presidência da sessão ao dr. Júlio de Mesquita Filho, na qualidade de um dos chefes da Revolução Paulista de 1932, para a homenagem a Ibrahim Nobre pelos seus 80.º anos de idade verificados nes-

ta data. Falaram então saudando o aniversariante, Austrégilo de Athayde, Ernesto Leme e Aureliano Leite. O homenageado agradeceu em brilhante e notável discurso, no qual evocou as lutas de São Paulo e o seu amor à liberdade e à lei. Foram executados, no decurso desta parte da sessão, os hinos marciais da Revolução Constitucionalista de 1932. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão. Para constar lavrou-se a presente ata, que será assinada depois de lida e achada conforme. Nada mais. Eu, Vinício Stein Campos, Secretário, escrevi: (aa) Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos.

ATA DA SESSÃO DO DIA 2 DE MARÇO DE 1968

Aos dois de março de mil novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de São Paulo, à rua Benjamin Constant, 158, às catorze horas e trinta minutos, reuniu-se em sessão ordinária o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, presentes os seguintes consócios: Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos, Carlos Henrique Robertson Liberalli, Ruy Martins Ferreira, Alvaro da Veiga Coimbra, Jacob Penteado, José Leandro de Barros Pimentel, Mário Leite, Paulo Romano, João Gualberto de Oliveira, Henrique L. Alves, Wilson Maia Fina. A mesa esteve constituída pelo Presidente Aureliano Leite, 1.º Secretário Luiz Tenório de Brito e 2.º Secretário Vinício Stein Campos. Lidas as Efemérides Brasileiras e Paulistas o sr. 1.º Secretário deu conta do expediente da quinzena, relatando haver a comissão designada visitado o dr. Tito Livio Ferreira, já em convalescência e em vias de completo restabelecimento e a nota recebida da Sociedade Veteranos de 32, M.M.D.C., sôbre a adoção do 2 de outubro como data do encerramento da Revolução, comunicando que propôs fosse transcrito nesta ata e que é do seguinte teor: São Paulo, 22 de fevereiro de 1968. Senhor Presidente Dr. Aureliano Leite: Vossa Excelência foi muito feliz no seu artigo publicado no "O Estado de São Paulo", edição de 30 de setembro de 1967 quando com muita ilustração e firmeza histórica, solicitou que as comemorações do fim da Revolução Constitucionalista fossem realizadas no dia 2 de outubro e não no dia 28 de setembro como se vinha fazendo. O Conselho Supremo em reunião extraordinária realizada no dia 18 de janeiro corrente, com base nos argumentos de Vossa Excelência, resolveu corrigir a data nos termos do seu judicioso pedido. A Sociedade Veteranos de 32 — M.M.D.C. fica-lhe muito agradecida por mais êsse serviço prestado à História de São Paulo. Aproveito-me da oportunidade para mais uma vez confessar-me seu amigo e admirador, General Waldemiro Meirelles Maia, Presidente. Comunica o sr. Presidente que o concurso sôbre a Vida e a Obra de Pedro de Toledo foi prorro-

gado por mais sessenta dias, a contar de 29 de fevereiro último. Nesta oportunidade dá ingresso no recinto uma grande comissão de Espírito Santo do Pinhal, chefiada pelo seu Prefeito Municipal e acompanhada pelo consócio Deputado Cunha Bueno, que faz entrega, ao sr. Presidente, para custódia do Instituto, de uma pequena caixa com terras de Portugal e que se destinam à base da capela em construção num bairro urbano do Pinhal. O sr. Presidente, agradeceu a saudação do deputado Cunha Bueno, cujos serviços ao sodalício elogiou, e disse que a 21 de abril vindouro o Instituto conduziria a Pinhal a mencionada urna, na forma solicitada pelos presentes. Acompanhando o sr. Presidente a ilustre comitiva numa rápida visita ao Museu José Bonifácio, passou a presidência da sessão ao sr. 3.º Vice-Presidente, dr. Henrique Liberalli, que prosseguiu na direção dos trabalhos. Dada a palavra ao sr. Leandro de Barros Pimentel, ofertou o distinto consócio diversas peças filatélicas relativas ao lançamento do sêlo em homenagem ao farmacêutico Orlando Rangel. O sr. Liberalli, solicitado pelo sr. Barros Pimentel, com o brilho que lhe é peculiar, traçou o perfil biográfico de Orlando Rangel, pioneiro das indústrias farmacêuticas no país e autor de valiosos estudos sobre assuntos médicos de palpitante interêsse no seu tempo. Comunica mais o sr. Presidente que fará oportunamente à casa uma exposição sobre o tema José Feliciano de Oliveira e os estudos andradinos. O professor Vinício Stein Campos comunica haver o sr. Luiz de Souza Leão oferecido um andar inteiro do prédio Marajoara, em Tupã, para instalação do museu daquela cidade e a próxima inauguração, em Araçatuba, dia 7 de setembro, do edifício ali construído para sede do museu. Propõe ainda ofício de congratulações com o sr. Governador do Estado pela iniciativa da lei que institui o Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Estado. E refere-se elogiosamente ao trabalho do prof. Álvaro da Veiga Coimbra, na montagem do Museu da Companhia Paulista e a medalha de ouro que lhe foi conferida por por êsse trabalho. O sr. Álvaro da Veiga Coimbra agradece estas referências e solicita que se agradeça a d. Lúcia de Macedo Soares as doações feitas ao Museu, de objetos e condecorações que pertenceram ao Embaixador José Carlos de Macedo Soares. O Presidente Aureliano Leite, que retornou à sessão mas não reasumiu seu lugar à mesa, num gesto de deferência para com o seu substituto, pediu a palavra para solicitar se consignasse em ata um voto de saudade à memória do insigne Magistrado que foi Afonso de Carvalho, cujos dados biográficos resumiu. Foi aprovado por unanimidade êsse voto. O sr. Henrique L. Alves propõe um voto de congratulações com o Governador Abreu Sodré pela desapropriação da casa de Candido Portinari, em Brodosque, e promete trazer ao sodalício melhores informes sobre

o que está ocorrendo em Fortaleza, com a casa de José de Alencar. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão. Para constar lavrou-se a presente, encerrada e assinada depois de lida e achada conforme. (aa) Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos.

ATA DA SESSÃO DO DIA 16 DE MARÇO DE 1968

Aos dezesseis dias do mês de março de mil novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de São Paulo, à rua Benjamin Constant, 158, às catorze horas e trinta minutos, em sessão ordinária, na forma regimental, reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo presentes os sócios Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos, Alfredo Gomes, José Romeu Ferraz, Célio Salomão Debes, Álvaro da Veiga Coimbra, Antonio Barreto do Amaral, Agostinho Ramos, Mário Leite, Ruy Martins Ferreira, Geraldo Goulart, Geraldo Rezende Martins, Alberto Prado Guimarães, Henrique L. Alves, Gabriel Marques, Neise Gomes, José Leandro de Barros Pimentel, Henrique Orciuoli, Celestino Euzébio Fazzio. A mesa que presidiu os trabalhos esteve constituída pelo sr. Presidente Aureliano Leite, 1.º Secretário Luiz Tenório de Brito, e 2.º Secretário Vinício Stein Campos. Lidas e aprovadas as atas das sessões anteriores, o sr. Presidente leu as Efemérides Brasileiras e Paulistas.

O sr. Presidente apresentou as congratulações do sodalício co mos consócios Joaquim Eugênio de Paula Assis, Divaldo Gaspar de Freitas, José Orlandi, que foram os primeiros contemplados no concurso sôbre o Pe. Bartolomeu de Gusmão. Referiu-se mais o sr. Presidente sôbre os demais consócios todos êles vencedores de prêmios literários e científicos, como Antonio Barreto do Amaral, Henrique L. Alves, Mário Graciotti, etc. Lido o Expediente pelo sr. 1.º Secretário, que constou de agradecimentos e comunicação de ordem social, o sr. Presidente deu a palavra ao sr. Henrique Orciuoli, sócio correspondente do Rio de Janeiro e que ofereceu ao sodalício diversos quadros a óleo de sua autoria, e que foram encaminhados ao dr. Álvaro da Veiga Coimbra, quadros que evocam velhos sítios e prédios da cidade de São Paulo. O sr. José Leandro de Barros Pimentel ofereceu ao sodalício algumas peças filatélicas comemorativas do feito da busca do navio naufragado em Paranaguá, manuscrito do dr. José Carlos de Macedo Soares e concluiu por convidar os presentes para o lançamento do selo comemorativo de Washington Luiz, dia 19 do corrente, às 18 horas quando falará sôbre a significação do ato o sr. coronel Luiz Tenório de Britto, ajudante de ordens do saudoso estadista. O sr. Presidente agradece suas ofertas e o convite, e agradeceu também o valioso

exemplar do livro de Tancredo do Amaral, "O Estado de São Paulo", breviário cívico paulista publicado em 1896 para uso das escolas. O sr. Geraldo Goulart tece considerações em tórno de uma publicação intitulada — Enciclopédia — Revista mensal de cultura que se publica no Rio, onde a História do Brasil, especialmente de São Paulo, está totalmente disvirtuada. Trata-se de um artigo assinado pela colaboradora Emilia Viotti da Costa, propondo um protesto do sodalício contra essa desprimorosa atitude do articulista e da revista que a divulgou. Debatido o caso, por sugestão do sr. Alfredo Gomes foi deliberado que o sr. Geraldo Goulart proponha por escrito o seu pronunciamento com as medidas que julga oportuno serem tomadas, o que será objeto então de deliberação do plenário. O sr. Alberto Prado Guimarães traz ao conhecimento da casa certas irregularidades que tem constatado na Biblioteca Municipal quanto ao registro e fichamento de livros para lá enviados, citando caso pessoal com êle acontecido. O sr. Alfredo Gomes discorre sôbre o merecimento de Ruy Martins Ferreira e Henrique Orciuoli, como pintores de temas históricos e pede o lançamento em ata de um voto de congratulações com os srs. Lucas Nogueira Garcez e Pedro Rodovalho Chaves, pela homenagem recebida no Centro de Estudos Rodoviários e um voto de pesar pelo prematuro e infausto passamento do industrial Olavo Fontoura, com a comunicação à família. O sr. Presidente se associa a tôdas essas homenagens. O sr. Célio S. Debes informa que a Companhia Paulista de Estradas de Ferro recebeu comunicação de que o Departamento dos Correios e Telégrafos vai emitir, no segundo semestre do corrente ano, o sêlo comemorativo da fundação da referida Estrada de Ferro. Propõe assim congratulações com os srs. do sodalício, pelo apoio dado a esta reivindicação da comissão promotora dos festejos, especialmente a cooperação recebida da diretoria e do sr. Barros Pimentel. O sr. Vinício Stein Campos propõe um voto de congratulações com o consócio Almeida Magalhães, ilustre e brilhante orador oficial, pela merecida homenagem que vem de receber da Câmara Municipal de Mocóca, que lhe conferiu o título de Cidadão Honorário de Mocóca. Recebida com palmas a proposta, foi deliberado que se comunicasse ao estimado companheiro essa deliberação da casa. Pelo sr. Ministro José Romeu Ferraz foi comentado o notável trabalho do Govêrno de Abreu Sodré no terreno da cultura e da história, com a instalação do museu do Jaraguá, de Osasco e do Embu, e iniciativas outras que estão sendo levadas a cabo pela administração do Estado, sugerindo que delas participe também êste Instituto, que tem vários de seus membros ligados a essas atividades. O sr. Vinício Stein Campos, falando em seguida, esclareceu a êste propósito que o trabalho do govêrno estadual ora em desenvolvimento é também com participação

do sodalício pois são atividades do Serviço de Museus Históricos do qual o declarante é Diretor e que ali representa esta casa, como tem feito sempre constar nas solenidades de que participa. Nada mais houve. Para constar lavrou-se a presente ata que lida e achada conforme será devida assinada. Eu, Vinício Stein Campos, secretário, escrevi: (aa) Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos.

ATA DA SESSÃO DE 6 DE ABRIL DE 1968

Aos seis dias do mês de abril de mil novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de São Paulo, às catorze horas e trinta minutos, à rua Benjamin Constant, 158, reuniu-se em sessão ordinária o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, presentes os sócios Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos, Carlos Henrique Liberalli, Alvaro da Veigá Coimbra, Mário Leite, Celestino Euzébio Fazzio, Antonio Barreto do Amaral, Henrique L. Alves, Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo, Alfredo Gomes, José Leandro de Barros Pimentel, Isaac Grinberg, Wilson Maia Fina, Monsenhor Victor Rodrigues de Assis, Gilberto Leite de Barros, Paulo Romano, Antenor Romano Barreto e Reynaldo Kuntz Busch. A mesa esteve assim constituída: Presidente, Aureliano Leite, 1.º Secretário, Luiz Tenório de Brito e Vinício Stein Campos, 2.º Secretário. Abertos os trabalhos, o sr. Presidente, com as formalidades do estilo, procedeu à recepção e posse dos novos consócios, srs. Monsenhor Victor Rodrigues de Assis e Gilberto Leite de Barros. A seguir o sr. Presidente comunicou à casa o falecimento do jornalista e consócio Francisco de Assis Chateaubriand, cuja vida reproduziu em rápidos traços, para acentuar a perda que essa morte significava para São Paulo e o país. E para representar o sodalício e mais o Brigadeiro Eduardo Gomes nos funerais do pranteado jornalista, transferiu a presidência da sessão ao dr. Carlos Henrique Robertson Liberalli, retirando-se a seguir. O professor Liberalli, prosseguindo nos trabalhos, deu a palavra ao 2.º Secretário, Vinício Stein Campos para saudação aos consócios recém-empossados, visto estarem ausentes no ato os dois oradores do Instituto. Cumprida essa formalidade regimental, falaram agradecendo a saudação do sodalício os srs. Gilberto Leite de Barros, que ofereceu no final de sua oração, para o arquivo do Instituto, um autógrafo do Presidente Prudente de Moraes, e Monsenhor Victor Rodrigues de Assis. Lidas as Efemérides na forma do costume, o sr. 1.º Secretário deu conta do seguinte Expediente: Convite da Faculdade de Jornalismo Casper Líbero, para assistir a colação de grau da turma do ano; Convite da Sociedade Brasil-Argentina, para sessão do Instituto; comunicado do Rotary Clube de São

Paulo, da eleição de sua nova diretoria; comunicado e programa da Comissão Organizadora do Simpósio — “O Japonês em São Paulo e no Brasil”; resenha de atividades da Biblioteca do Instituto no mês de fevereiro; convite da Comissão Estadual de Filatelia para a solenidade do lançamento do selo Washington Luís, no Pátio do Colégio; convite do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para a sessão em homenagem ao Embaixador José Carlos de Macedo Soares, devendo proferir a oração em nome de São Paulo o Presidente Dr. Aureliano Leite; carta de d. Dolores Feliciano de Oliveira, com dados sobre vida e obra do professor paulista José Feliciano de Oliveira; telegrama do sr. Afonso Arinos sobre a medalha Alexandre de Gusmão; voto de pesar pela morte da esposa do consócio Jorge Bertolaso Stella, apresentado pelo sr. Celestino Euzébio Fazzio; convite da Câmara Municipal para a sessão solene de outorga do título de Cidadão Paulistano a d. Agnelo Rossi; carta do deputado Floriano Rubin sobre projeto de sua autoria relativo a nova divisão territorial do Brasil; ofício do Instituto Histórico do Ceará, comunicando sua nova diretoria. A seguir o maestro Spartaco Rossi, acompanhado de excelente coral, apresentou a composição de sua autoria — Sonho de Anchieta — que será levada pela primeira vez à exibição pública no Teatro Municipal, quando das comemorações anchietanas do corrente ano. O maestro foi muito cumprimentado por todos, interrompendo-se por alguns instantes os trabalhos da sessão. O sr. Henrique L. Alves propôs um voto de pesar pelo trágico acontecimento que abalou o mundo, notadamente a república norte-americana — o assassinato do líder pacifista negro Marthin Luther King. O sr. Vinicio Stein Campos relatou a instalação, em Monte Mor, do Museu Histórico e Pedagógico Carlos de Campos e as homenagens de Capivari ao Tenente Luiz Antonio da Costa Aguiar, quando foram agraciadas com essa Medalha os senhores Cassio Neto Camargo, Constantino Consi, Romeu Aunchino e Álvaro do Amaral. O sr. Barros Pimentel ofereceu ao Museu José Bonifácio exemplares do selo Washington Luis. O sr. Alfredo Gomes propôs à casa votos de pesar pela morte de Marthin Luter King, de Assis Chateaubriand e congratulações com o sr. Júlio de Mesquita Filho pela sua eleição para a Associação Interamericana de Imprensa. Falou depois, como conferencista da tarde, o Presidente em exercício dr. Carlos Liberalli, que discorreu brilhantemente sobre a vida e obra de José Feliciano de Oliveira, desenvolvendo interessante e substancioso estudo da atividade de escritor com relação ao Patriarca José Bonifácio de Andrade e Silva. A oração do prof. Liberalli, ouvida com interesse e agrado, foi calorosamente aplaudida pelos consócios e numerosos visitantes presentes. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão. Para constar, eu, Vinicio Stein

Campos, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme será devidamente assinada. (aa) Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos, Álvaro do Amaral.

ATA DA SESSÃO DE 20 DE ABRIL DE 1968

Aos vinte dias do mês de abril de mil novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de São Paulo, à rua Benjamin Constant, 158, às catorze horas e trinta minutos, presentes os consócios Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos, Alfredo Gomes, Celso de Melo Pupo, Agostinho Ramos, Álvaro do Amaral, Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo, Paulo Romano, Arrisson de Souza Ferraz, Mário Leite, Geraldo Goulart, Jacob Penteado, Wilson Maia Fina, José Leandro de Barros Pimentel, Luiz Wanderley Torres, Silvío Corrêa de Andrade, Cassio Vidigal, Gabriel Marques, Marília Antunes Alves, Reynaldo Kuntz Busch, Teodoro de Souza Campos, João Alfredo Pegado Cortez, Alberto Prado Guimarães, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo a segunda sessão ordinária do mês.

A mesa esteve constituída pelo Presidente Aureliano Leite, 1.º Secretário Luiz Tenório de Brito e 2.º Secretário Vinício Stein Campos. Abertos os trabalhos o sr. Presidente comunica à casa o incidente havido com o jornal "O Estado de São Paulo", alvo na madrugada de hoje, de atentado terrorista em sua redação e oficinas, pelo que propunha ao sodalício, uma moção de solidariedade com o prestigioso matutino e de veemente repulsa a tão estúpido atentado, seqüência de outros havidos nesta Capital e que tanto destoam das tradições da terra paulista. Deu a seguir a palavra ao prof. Alfredo Gomes que em palavras repassadas de emoção e vigor, condenou o brutal atentado, e solicitou à casa manifestação de pesar pelo incidente, endereçando-se o pronunciamento do sodalício ao dr. Júlio de Mesquita Filho, diretor do grande órgão paulista. Foi a proposta aprovada por unanimidade. O sr. 1.º Secretário ao apresentar o Expediente, justificou a ausência dos consócios Tito Lívio Ferreira e João Gualberto de Oliveira e entre outros ofícios e comunicações destacou a concessão do título de Cidadão Pinhalense ao consócio José Maria Whitaker, pela Câmara Municipal de Pinhal. Moções: Foram apresentadas as seguintes: Da mesa, pelo Presidente Aureliano Leite, de congratulações com a Câmara de Pinhal pela outorga do título de cidadão honorário ao dr. José Maria Whitaker; o sr. José Leandro de Barros Pimentel comunica o transcurso do centenário de Francisco Braga e os sêlos comemorativos do colégio São Luiz, de Pedro Álvares Cabral e de Paul Harris; o dr. Celso de Melo Pupo propõe diligencie o sodalício junto aos poderes competentes o retorno do nome de Washington Luís à estação de Paraguaçu

Paulista e a volta do nome de São Carlos à primitiva denominação — São Carlos do Pinhal. Quanto à primeira proposta o sr. Presidente dá por aprovada; quanto à segunda, recorda as dúvidas e controvérsias que dividem a cidade com relação aos fundadores — Conde do Pinhal e Jesuíno Soares de Arruda, e designa uma Comissão para estudar o assunto em profundidade — srs. Melo Pupo, Vinício Stein Campos e Mário Leite. Dada a palavra ao sr. Luiz Wanderley Torres discorreu o emérito historiador sôbre o episódio histórico da Inconfidência Mineira, relatando o martírio de Tiradentes, seus sonhos, suas lutas, seu heroísmo, terminado com o esboço brutal de seu cadaver no próprio patíbulo e a exposição de seus restos sangrentos nas estradas e na cidade de Vila Rica, hoje Ouro Preto. A oração do ilustre consócio, calcada em expressões patrióticas que emocionaram aos que ouviam, foi muito aplaudida pela casa e louvada pelo sr. Presidente. O sr. Alfredo Gomes recorda a magnífica oração proferida na Catedral pelo Monsenhor José de Castro Nery, durante o cerimonial litúrgico da Semana Santa, lê trechos do notável trabalho e propõe conste de ata o seu aplauso pelas conclusões do venerando sacerdote; propõe mais, o sr. Alfredo Gomes, votos de pesar pelo falecimento do prof. Mário Ferreira dos Santos e do General João Pereira de Oliveira, o que foi aprovado. Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo agradeceu em nome do Cabido as referências do orador oficial ao Monsenhor Castro Nery. O dr. Álvaro do Amaral fala a seguir sôbre a passagem, a 18 do corrente, do centenário de Debret, lendo a sua biografia. O sr. Presidente a seguir deu posse ao novo consócio, do Rio Grande do Norte, João Alfredo Pegado Cortez, que saudado pelo sr. Alfredo Gomes, respondeu agradecendo em breve oração: Votação: Foram votados e aprovados os seguintes candidatos a ingresso no quadro social do Instituto: Em 1.^a votação: Menoti Del Picchia, aprovado. Pe. Eliseu Murari, aprovado. Antonio de Almeida Morais Júnior, aprovado. Nada mais. Para constar lavrou-se a presente ata que lida e achada conforme será devidamente assinada. (aa) Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos, Álvaro do Amaral.

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 27 DE ABRIL DE 1968

Aos vinte e sete dias do mês de abril de mil novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de São Paulo, à rua Benjamin Constant, 158, às dezenove horas, reuniu-se em sessão extraordinária o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo para o fim especial da outorga da Medalha Alexandre de Gusmão aos excelentíssimos senhores Governador do Estado de São Paulo doutor Roberto Costa de Abreu Sodré e General de Exército Syzeno Sarmiento, antigo

Comandante do II Exército. Em presença da Diretoria, do Conselho da Medalha Alexandre de Gusmão, numerosos sócios, autoridades civis e militares e pessoas gradadas da sociedade, o Presidente Aureliano Leite discorreu sobre as homenagens tributadas ao eminente patrono da diplomacia brasileira Alexandre de Gusmão e as razões em que se inspirou o sodalício para confecção da Medalha, o governo da União para reconhecê-la e o Conselho da Medalha para outorgá-la. Foram a seguir conferidas estas veneras ao Governador do Estado de São Paulo, doutor Roberto Costa de Abreu Sodré, ao General de Exército Syzeno Sarmiento, que falaram depois, agradecendo a distinção com que foram galardoados. Entre os presentes à sessão destacaram-se o Senhor Ministro do Trabalho Coronel Jarbas Passarinho, o deputado Cyro Albuquerque, Secretário do Trabalho, famílias da alta sociedade paulista e mais os consócios Luiz Tenório de Brito, Alberto Prado Guimarães, Gabriel Marques, Wanderley Torres, Antonio Barreto do Amaral, Álvaro da Veiga Coimbra, Álvaro do Amaral, Agostinho Ramos, Lucia De Tomasi, Geraldo Goulart, Alfredo Gomes, Padre Hélio Abranches Viotti, Wilson Maia Fina, Mário Leite, Reynaldo Kuntz Busch, Ernesto de Moraes Leme. Para constar lavrou-se este registro a fim de que se perpetue a notícia do auspicioso ato nos anais do sodalício. (aa) Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos, Álvaro do Amaral.

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 11 DE MAIO DE 1968

Ata da sessão extraordinária do dia 11 de maio de 1968, designada para a entrega ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo do remanescente do Arquivo e peças que pertenceram ao ilustre historiador e pintor paulista, Benedito Calixto, por parte de seus descendentes, como a seguir se passa a relacionar resumidamente e constantes de Relações onde as mesmas são melhor e até mesmo pormenorizadamente descritas e que são rubricadas por membros do Instituto Histórico e da Família Calixto: Relações de documentos históricos: I) — “Manuscritos diversos, sobre assuntos relativos a Santos” — com 10 (dez) ítems; Relação II^a e II^b — “Manuscritos do Livro “Capitania de São Vicente” com desessete (17) ítems; Relação III — “Capitania de São Vicente” — Manuscrito de Benedito Calixto” com 5 (cinco) ítems; Relação IV — “Cópia de documentos Capitania de São Vicente”, com 13 (treze) ítems; — Relação V — “Capítulos da História de São Vicente — Manuscritos primitivamente elaborados”, com 10 (dez) ítems; Relação VI^a e VI^b, com 78 (setenta e oito) “Cartas de interesse histórico dirigidas a Benedito Calixto”; Relação VII — “Manuscritos de Benedito Calixto — Assuntos Diversos”, com 21 (vinte e um) ítems; Relação VIII^a e VIII^b — “Cópias de Documentos existentes na Bi-

biblioteca Nacional”, com 10 (dez) ítems; Relações VVV^e e ^d, com 21 (vinte e um) ítems; Relação VIII^e, com 1 (uma) dissertação; e VIII^f com uma “Informação”; Relação IX^a e IX^b — Documentos Históricos Diversos — com 8 (oito) ítems; Relação X “Capitanias Paulistas” — Manuscritos dos Originais”, com 5 (cinco) ítems; Relações XI^a e XI^b — “Artigos Impressos” — Assuntos Diversos — (completos) — com 32 (trinta e dois) ítems; — Relação XII — “Itanhaen” — Manuscritos de Benedito Calixto, com 10 (dez) ítems; Relação XIII — Desenho a lápis, com 10 (dez) ítems; Relação XIV — “Manuscritos incompletos sôbre diversos assuntos” com 6 (seis) ítems; Relação XV — “Documentos Autênticos Originais”, com 10 (dez) ítems; Relação XVI — “Divisas dos Municípios de Iguape e Itanhaen”, com 6 (seis) ítems; Relação XVII — “Artigos publicados em diversos jornais — sôbre assuntos diversos”, com 12 (doze) ítems; Relação XVIII — “Jornais, Revistas e Álbuns — históricos e antigos, com 4 (quatro) ítems; — Relação XIX — “Livros e Folhetos de Autores Diversos”, com 15 (quinze) ítems; Relação XX — “Folhetos de Autoria de Benedito Calixto”, com 10 (dez) ítems; Relação XXI^a e XXI^b — “Fotografias de Assuntos Históricos” — Diversos com 49 (quarenta e nove) ítems; Relação XXII — “Costumes e Indumentárias dos Bandeirantes” — com 12 (doze) ítems; e a seguir “Relação dos Documentos Relativos”: — Relação I — “Fotografias de Quadros de Assuntos Religiosos, de Benedito Calixto” — com 25 (vinte e cinco) ítems; Relação 2^a e 2^b — Reproduções de Quadros sôbre Diversos Assuntos” com 35 (trinta e cinco) ítems; Relação 3^a e 3^b “Fotografias de Quadros de Assuntos Históricos em Geral” — com 49 (quarenta e nove) ítems; — Relações 4^a, 4^b e 4^c — “Artigos publicados em jornais sôbre a Vida e Obra de Benedito Calixto” — com 35 (trinta e cinco) ítems; — Relações 5^a e 5^b — “Revistas e Jornais com noticiário sôbre Benedito Calixto” — com 22 (vinte e dois) ítems; e mais “Quadros de outros pintores” com 8 (oito) ítems; — Relações 6^a e 6^b — “Revistas sôbre Assuntos de Arte” — 21 (vinte e um) ítems; Relações 7^a, 7^b e 7^c, com 28 (vinte e oito) ítems; cartas dirigidas a Benedito Calixto sôbre assuntos artísticos. Além disso foram entregues para figurar em nosso Museu as seguintes peças: Um cavalete de grande porte com manivelas para movimentos mecânicos; uma paleta; um grande avental completo, com mangas e uma caixa para tintas, — sendo que tôdas essas peças foram entregues pelo neto do grande brasileiro, e que também é pintor, o sr. João Calixto, filho do sr. Siginando Calixto, e, pela sra. d.^a Pedrina Calixto Henriques, filha de Benedito Calixto, também laureada e premiada pintora, do rosto ensanguentado de Nosso Senhor Jesus Cristo, pintado por Benedito Calixto e que durante dezenas de anos foi apresentado na procissão do Senhor Morto, na Matriz de São Vicente, durante a execução de cantos litúrgicos pela Verônica. Aberta a sessão pelo Prof. Tito Livio Ferreira, Presidente em exercício, na

ausência do efetivo, que solicitou dispensa de seu comparecimento por necessitar ir à cidade do Pinhal, e servindo como 1.º Secretário, o Cel. Luiz Tenório de Brito, e como 2.º Secretário em exercício, Alvaro do Amaral, que passou a redigir esta Ata. O Sr. Presidente convidou a filha de Benedito Calixto, a laureada pintora, D.^a Pedrina Calixto para fazer parte da mesa. Dada a palavra ao mencionado secretário, êste, em rápidas palavras historiou o valor dos documentos e demais peças oferecidas e as expôs aos presentes. Terminando tal relatório o Sr. Presidente louvou com o maior entusiasmo o acervo que classificou do mais alto valor e que por isso mesmo transformou esta sessão numa das mais memoráveis realizadas pelo nosso Sodalício, — agradecendo a oferta da Família Calixto e se congratulando com os nossos consócios por esta doação que torna possível o manuseio de tais peças. A seguir foi dada a palavra ao Sr. João Calixto que agradeceu as palavras do Sr. Presidente, — o que também foi feito pelo Prof. Sr. Benedito Calixto de Jesus Neto. Terminando a sessão o Sr. presidente mais uma vez realçou o grande valor de Benedito Calixto quer como artista e quer como historiador, e prometeu promover em breve uma sessão solene, em homenagem ao inolvidável sócio benemérito dêste Instituto. — Por determinação expressa do sr. Presidente ficou constando desta Ata um voto de louvor ao secretário pelo trabalho realizado na catalogação dos documentos entregues neste ato ao dr. Álvaro da Veiga Coimbra, Diretor do Museu José Bonifácio, — determinando ainda que esta Ata depois de lida e aprovada fôsse assinada pelos membros da Mesa e por todos os presentes. (aa) Tito Livio Ferreira, Luiz Tenório de Brito, Pedrina Calixto de Jesus Henriques, assinatura ilegível, Benedito Calixto de Jesus Neto, Hilda J. P. Jesus, Fausto Rodrigues, Alvaro da Veiga Coimbra, Celestino Euzébio Fazzio, Edson Telles de Azevedo e Alvaro do Amaral.

ATA DO DIA 4 DE MAIO DE 1968

Aos quatro de maio de mil novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de São Paulo, à rua Benjamin Constant, 158, às catorze horas e trinta minutos, reuniu-se em sessão ordinária o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, presentes os seguintes consócios: Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos, Gabriel Marques, Lúcia De Tomasi, Alvaro da Veiga Coimbra, Alberto Prado Guimarães, José Leandro de Barros Pimentel, Alfredo Gomes, Paulo d'Alessandro, Alexandre d'Alessandro, Ibrahim Nobre, Geraldo Goulart, Jacob Penteadó, Tito Livio Ferreira, Henrique L. Alves, Lycurgo de Castro Santos Filho, Mario Leite e David Antunes. A mesa diretora esteve constituída como determinam os estatutos pelo Presidente Aureliano Leite, o sr. 1.º Secretário

Luiz Tenório de Brito e o 2.º Secretário Vinício Stein Campos. Verificada a presença de número legal de sócios, abriu-se a sessão. O sr. Presidente procedeu à entrega da Medalha Imperatriz Leopoldina ao consócio Paulo Emílio d'Alessandro. Em solenidade à parte o sr. Presidente procedeu à outorga da Medalha Alexandre de Gusmão ao Presidente da Câmara de São Paulo, Vereador Manoel de Figueiredo Ferraz, que a seguir proferiu uma oração alusiva à vida e obra de Alexandre de Gusmão e agradeceu a distinção que lhe foi conferida pelo sodalício. O sr. Presidente, a seguir, acompanhou o homenageado a uma visita ao Museu José Bonifácio, assumindo a direção dos trabalhos o Vice-Presidente Tito Livio Ferreira. Lidas as Efemérides e o Expediente, que constou de algumas comunicações e agradecimentos. Dada a palavra ao orador inscrito para falar nesta sessão, sr. Paulo Emílio d'Alessandro, discorreu êle sôbre a vida e obra do historiador de Pindamonhangaba — Atayde Marcondes, sendo sua palestra ouvida com agrado e muito aplaudida pela casa. Terminada essa conferência reassume a direção dos trabalhos o Presidente Aureliano Leite. O sr. David Antunes leu um substancioso ensaio crítico e biográfico focalizando a personalidade de Américo de Moura. O sr. Alfredo Gomes, como orador oficial em exercício, propõe um voto de pesar pelo falecimento do poeta Cleómenes de Campos, o que foi aprovado, inclusive comunicação da homenagem à família do extinto e à Academia Paulista de Letras. O sr. Ibrahim Nobre, com a palavra, tributa igual preito de saudade ao poeta recentemente falecido, congratula-se com o Cardeal D. Agnelo Rossi pelo transcurso de seu aniversário natalício e propõe prorrogação do prazo de entrega dos trabalhos sôbre Pedro de Toledo para 9 de julho vindouro e entrega dos prêmios no dia do encerramento da Revolução Constitucionalista de 1932, isto é, 2 de outubro. Foram aprovadas. O sr. Mário Leite comunica à casa que a cidade de Paraguaçu, contrariamente ao que se ventilara em sessão anterior do sodalício, nunca tivera a denominação de Washington Luís. Informa ainda que o Museu Ferroviário, instalado pela Estrada de Ferro Santos—Judiaí, em 1967 estava ameaçado de extinção, pelo que propunha uma representação ao Senhor Governador para impedir tal fato, oferecendo minuta do ofício a ser enviada ao Chefe do Executivo. O sr. Leandro de Barros Pimentel ofereceu exemplares dos selos do 5.º centenário de Pedro Álvares Cabral e do centenário do Colégio São Luiz, encaminhados ao diretor do Museu, sr. Álvaro da Veiga Coimbra. O sr. Presidente encerrando a sessão, comunicou haver representado o Instituto no banquete ao General Meira Matos, propôs um voto de congratulações com o sr. Henrique L. Alves pela publicação de seu ensaio histórico — literário — Sua Excelência o Samba — e um voto de congratulações com o Diretor dos Institutos Penais do Estado pela instalação do 1.º Museu Penitenciário Brasileiro

dia 30 de abril último. Nada mais havendo a tratar encerrou-se a sessão. Para constar lavrou-se a presente ata que lida e achada conforme será devidamente assinada. Eu, Vinício Stein Campos, 2.º secretário, escrevi. (aa) Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos, Alvaro do Amaral.

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 18 DE MAIO DE 1968

Aos dezoito dias do mês de maio de mil novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de São Paulo, sede do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, às catorze horas e trinta minutos, à rua Benjamin Constant, 158, realizou o sodalício a 2.ª sessão ordinária do mês presentes os seguintes consócios: Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos, D. Agnelo Rossi, Lycurgo de Castro Santos Filho, Alfredo Gomes, Tito Lívio Ferreira, Gofredo da Silva Teles, Guilherme de Almeida, José Leandro de Barros Pimentel, Mário Leite, Pe. Hélio Viotti, Divaldo Gaspar de Freitas, Teodoro de Souza Campos, Agostinho Ramos, Celso de Melo Pupo, Carlos Henrique Liberalli, Ibrahim Nobre, Pedro Brasil Bandecchi, Geraldo Goulart, Antonio Barreto do Amaral, Paulo Romano, Domingos Laurito, Reynaldo Kuntz Busch, Henrique L. Alves, Alberto Prado Guimarães, Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo, Raul Votta, Cássio Vidigal. A mesa constituída pelo Presidente Aureliano Leite, 1.º Secretário Luiz Tenório de Brito e 2.º Secretário Vinício Stein Campos, aberta a sessão, procedeu a inversão da ordem do dia, sendo logo examinadas as propostas de admissão de novos sócios com o seguinte resultado: Em 2.ª votação, aprovada a proposta de D. Antonio de Almeida Moraes Júnior e do Pe. Eliseu Murari, para sócio honorário, ainda em 2.ª votação, para titular, o escritor Menotti Del Picchia, a seguir proclamados eleitos pelo sr. Presidente. Em 1.ª votação — sócio correspondente estrangeiro, da Alemanha, Percy Ernst Schram, aprovado; sócio honorário José Antonio Gonçalves de Melo, aprovado; sócio honorário jornalista Rosalvo Florentino de Souza, aprovado. Passando-se ao Expediente, o sr. 1.º Secretário procedeu à leitura de ofícios de agradecimentos recebidos pela Secretaria. Moções: O sr. Presidente convida a todos para a sessão solene de 31 do corrente, à noite, em homenagem a Pedro Álvares Cabral e para a solenidade de premiação dos vencedores do concurso — biografia do Pe. Bartolomeu Lourenço de Gusmão, dia 23, às 20 horas, no Palácio Mauá, quando serão galardoados três ilustres consócios Divaldo Gaspar de Freitas, medalha de ouro, José Eugênio de Paula Assis, medalha de bronze e José de Oliveira Orlandi, medalha de bronze. O dr. Lycurgo de Castro Santos Filho propõe que o Instituto se manifeste publicamente a favor da candidatura de Aureliano Leite, à sucessão

do Embaixador José Carlos de Macedo Soares na Academia Brasileira de Letras, e que se transcreva nesta ata o expressivo comentário publicado pelo jornal "O Estado de S. Paulo" em sua edição de hoje, o que foi aprovado: "Candidatura do historiador Aureliano Leite à Academia Brasileira de Letras". Logo após o falecimento do embaixador José Carlos de Macedo Soares esboçou-se nos meios literários do País, na Guanabara principalmente, um movimento tendente à escôlha de um paulista para o preenchimento da vaga aberta na Academia Brasileira de Letras, pelo desaparecimento daquele ilustre brasileiro. Era uma homenagem que se pretendia render à intelectualidade bandeirante. Vários nomes para tal se cogitaram, até que se aventou o lançamento da candidatura do sr. Aureliano Leite, que, embora mineiro de nascimento, é tão paulista de coração, que os seus amigos daqui acabaram por batizá-lo com água do Tietê, nas comemorações do seu octogésimo aniversário natalício. Encontrou essa candidatura grande receptividade e ainda recentemente, em pesquisa de opinião realizada no Rio de Janeiro, entre acadêmicos, o nome da preferência da maioria foi o dêle. Grandes são, assim, as suas possibilidades, fato com que se rejubila tôda intelectualidade paulista, que reconhece o valor de quem tanto vem distinguindo quer com as suas pesquisas históricas, quer com os numerosos livros que já publicou, dentre os quais se destaca a sua autobiografia, recentemente editada e calorosamente acolhida pelo público leitor e pela crítica. ("O Estado de S. Paulo", Suplemento Literário, 18-5-1968). O sr. Presidente Aureliano Leite agradece a manifestação do orador e os aplausos do plenário. O sr. Vinício Stein Campos, diretor do Serviço de Museus Históricos do Estado, comunica a iniciativa tomada da instalação, no Museu Histórico das Monções, de Pôrto Feliz, da Sala da Expedição, Langsdorff, a famosa expedição científica patrocinada pelo Imperador da Rússia, Alexandre I, em 1825, ao interior do Brasil e que partiu de Pôrto Feliz em 22 de junho de 1826; informou que espera inaugurá-la na Semana das Monções, em outubro do corrente ano, e que deverá reunir nessa sala completo documentário da mencionada expedição, desconhecido no país, graças sobretudo à colaboração do Museu da Academia de Ciências de Lenigrado, onde êsse material se acha conservado e foi recentemente visto por d. Clemente Maria da Silva Nigre, ilustre e culto diretor do Museu de Arte Sacra de Salvador. O sr. Pe. Viotti comunica haver visitado recentemente o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e oferece à biblioteca o livro Implantação da Grande Siderúrgica em Minas Gerais, de Demerval Pimenta. O sr. Presidente agradece a todos e nada mais havendo a tratar declara encerrada a sessão. Para constar lavrou-se a presente ata que lida e achada conforme será devidamente assinada. (aa) Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos, Alvaro do Amaral.

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 31 DE MAIO DE 1968

Aos 31 de maio de 1968, na sede dêste Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, às 20 horas e trinta minutos, presentes os sócios Aureliano Leite, Tito Lívio Ferreira, Luiz Tenório de Brito, Lycurgo de Castro Santos Filho, Divaldo Gaspar de Freitas, Reynaldo Kuntz Busch e Álvaro do Amaral, realizou-se a Sessão Extraordinária comemorativa do IV Centenário do Nascimento de Pedro Álvares Cabral. Assumindo a presidência o dr. Aureliano Leite, acompanhado pelo 1.º Secretário, o Cel. Luiz Tenório de Brito e como 2.º Secretário dr. Alvaro do Amaral, — convidou para tomarem assento à Mesa, o Cônsul Geral de Portugal em São Paulo, Sr. Luiz Soares de Oliveira, o Presidente do Conselho da Comunidade Portuguesa, Comendador Pereira de Queirós, o Presidente da Casa de Portugal, Sr. Frederico Maria Cabral de Sampaio, o Presidente da Câmara Portuguesa de Comércio, Comendador Valentim dos Santos Diniz, o Presidente do Centro do Beirão, Sr. Isidro Marques Rosa, o representante da Ala da Fraternidade Luso-Brasileira, Sr. Antonio Rodrigues, o representante da Sociedade Beneficência Portuguesa, Comendador Joaquim Monteiro, o representante do Centro Trasmontano, Sr. Waldemar Conçalves, o representante do Pen Clube de São Paulo, dr. Divaldo Gaspar de Freitas, o Diretor do Grupo Folclórico Lusitano, Sr. José Augusto Cardoso, o Presidente da Ordem Nacional dos Bandeirantes, Prof. Tito Lívio Ferreira, e o Presidente da Academia Campinense de Letras, dr. Lycurgo de Castro Santos Filho. O Sr. Presidente declarou aberta a sessão, convidando os Srs. membros da mesa a tomarem assento nas cadeiras da primeira fila do Auditório a fim de que tomassem seus lugares na frente do salão e atrás e aos lados da mesa, os membros do Coral e dos Jograis do Centro Acadêmico "Pereira Barreto", da Escola Paulista de Medicina, dirigidos pelo Dr. David Reis que a seguir, cantaram os Hinos do Brasil e de Portugal, acompanhados pela assistência. A seguir os mencionados Jograis leram uma brilhante descrição dos fatos relacionados com a epopéia do Descobrimento do Brasil, de autoria dos eminentes historiadores e literatos Prof. Dr. Tito Lívio Ferreira e Dr. Lycurgo de Castro Santos Filho e de maneira realmente magistral e que emocionou profundamente a assistência que ao final os saudou com prolongada salva de palmas. Iniciaram-se os números de canto do magnífico Coral que deliciou a assistência com a execução de belas canções do seu repertório, com acompanhamento de bela execução ao piano por alguns de seus membros e sob a regência do Maestro Dr. David Reis. A assistência acolheu tais números de elevado cunho artístico com vibrantes salvas de palmas, exigindo a execução de números extras. Finalmente a renomada poetisa D. Ida Laura recitou bela, vibrante e patriótica poesia alusiva

ao Brasil e seu destino no mundo Português, que causou enorme entusiasmo no auditório que a brindou com prolongadas palmas. Encerrando tão memorável Sessão, falou o sr. Presidente Aureliano Leite tecendo os maiores encômios aos jovens artistas do mencionado Coral e dos Jograis do Centro Acadêmico "Pereira Barreto" e ao seu ilustre maestro, bem como à extraordinária poetisa Dra. Ida Laura, — e tecendo eloqüentes comentários à memória do grande almirante português Pedro Alvares Cabral, cuja memória se reverencia neste ano, tanto em Portugal como no Brasil que tanto o admira e estima, — e agradecendo a presença de todos, deu por encerrada a Sessão. E, para constar nos anais deste Sodalício a realização de tão magnífica Sessão Cívica e Artística, lavrou-se esta ata que, depois de lida e aprovada será assinada na forma dos Estatutos. (aa) Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos.

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 1.º DE JUNHO DE 1968

Em primeiro de junho de mil novecentos e sessenta e oito, realizou-se a primeira Sessão Ordinária do mês de junho, na sede deste Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, às catorze horas e trinta minutos, com a presença dos seguintes sócios: Monsenhor Victor Rodrigues de Assis, Luiz Tenório de Brito, Antonio Barreto do Amaral, Alvaro da Veiga Coimbra, Ruy Martins Ferreira, Tito Livio Ferreira, Leão Machado, José Leandro de Barros Pimentel, Aureliano Leite, Lauro Monteiro de Carvalho e Silva, Tsuneso Sato, Cel. Arrisson de Souza Ferraz, Antonio Roberto de Paula Leite, João Gualberto de Oliveira, Gabriel Marques, Henrique L. Alves, Wilson Maia Fina, José Romeu Ferraz, Reynaldo Kuntz Busch e Alvaro do Amaral. Assumindo a presidência o dr. Aureliano Leite, acompanhado pelo 1.º Secretário Luiz Tenório de Brito e servindo como 2.º Secretário o dr. Alvaro do Amaral, — convidou para tomarem assento à Mesa, o Prof. Tito Livio Ferreira, Presidente da Ordem Nacional dos Bandeirantes, o Acadêmico Leão Machado e o Ministro do Tribunal de Contas, Prof. Romeu Ferraz. Iniciando os trabalhos o sr. Presidente nomeou uma Comissão para introduzir no auditório o novo sócio honorário, dr. Lauro Monteiro de Carvalho e Silva que depois de ler e assinar o respectivo termo regimental, foi declarado empossado, sob uma salva de palmas dos assistentes. Dada a palavra ao Prof. dr. Tito Livio Ferreira, este saudou o novo sócio em eloqüentes palavras, declarando-o como o historiador ilustre e competente de Moji Mirim. Foi a seguir dada a palavra ao Dr. Lauro Monteiro de Carvalho e Silva que agradeceu a sua investidura como sócio deste sodalício e passou o elogio do seu patrono, o Bispo Dom Joaquim Mamede da Silva Leite, em brilhantes palavras constantes de páginas que entregou e que serão publicadas na

Revista do Instituto, tendo o sr. Presidente elogiado tal trabalho e se congratulando com o seu autor, cujos méritos ressaltou, bem como com seu patrono ilustre a quem se referiu com palavras encomiásticas. A seguir o Sr. Presidente declarou não haver Atas a serem lidas porque não se achava presente o 2.º Secretário efetivo, Prof. Vinício Stein Campos, que justificou sua ausência. O sr. 1.º Secretário passou a ler o longo Expediente, constante do Relatório que seria arquivado. O sr. Presidente a seguir passou a ler como habitualmente, as Efemérides Brasileiras e as Efemérides Paulistas relativas à data de hoje. No Expediente ainda o dr. Coriolano Francisco Caldas Filho ofertou uma coleção de jornais que ficam constando dos arquivos e foram remetidas à Hemeroteca, com votos de agradecimentos por tal dádiva.

O sr. Presidente apresentou em plenário o Volume LXIV da Revista do Instituto, do qual contam as "Efemérides Paulistas" relativas aos 2.º semestre, de julho a dezembro de cada ano. O sr. Presidente declarou que, tratando-se de trabalho de grande envergadura reconhece a necessidade de futuramente virem a ser sanadas possíveis falhas e incorreções porventura existentes. Para a 2.ª parte da Sessão, foi dada a palavra ao sócio Monsenhor Victor Rodrigues de Assis que discorreu brilhantemente sobre a vida e a obra do seu ilustre Patrono neste sodalício, Monsenhor José Paulino de Andrade, terminando por qualificá-lo como o herói do progresso sul-mineiro, quer no sentido espiritual, quer no material. Terminando sua bela e erudita oração foi saudado por uma salva de palmas de todos os presentes, tendo o sr. Presidente proferido palavras de elogio, e pedindo os originais para oportuna publicação na Revista do Instituto. — A seguir fez uso da palavra o sócio, Prof. Antonio Roberto de Paula Leite que discorreu longamente e com grande brilho sobre o seu patrono "Dr. Alberto Sales" — o Historiador e Filósofo, o que causou a melhor das impressões e mesmo entusiasmo a todo o auditório que o aplaudiu longamente. O sr. Presidente disse do excepcional valor do trabalho e pediu os originais para serem publicados na Revista do Instituto. — Teve então a palavra o sócio Prof. Ruy Martins Ferreira que leu seu interessante e valioso trabalho "Da Toponímia Brasileira" que revela os seus estudos e observações pessoais sobre inúmeros nomes de cidades, localidades e acidentes geográficos do Brasil. O auditório manifestou sua aprovação aos conceitos do orador com vibrantes palmas, tendo o sr. Presidente elogiado fortemente tal trabalho, prometendo publicá-lo no próximo número da Revista. — Passou-se então à terceira parte da Sessão, dedicada às moções apresentadas por diversos sócios. O dr. Alberto Prado Guimarães pediu um voto de pesar pelo falecimento do prestante, erudito e grande amigo do Brasil, sr. Thomas Draper, — o que foi aprovado, devendo ser enviada

uma comunicação a tal respeito, à família enlutada. O sócio Prof. Dr. Antonio Roberto de Paula Leite solicitou fôsse lançado em Ata um voto de louvor aos Professores Dr. Zerbine e Campos Freire — congratulando-se pelos transplantes realizados pelos mesmos, de coração e de rins em pessoas desta Capital, operações essas que foram efetuadas com caráter pioniero em todo o mundo. O plenário aprovou essa moção, inclusive para que se envie congratulações aos mencionados Professores e suas equipes, como também ao Hospital das Clínicas. — Em seguida o Acadêmico Leão Machado apresentou moção relativa aos meios de comunicação entre pessoas e as massas, ressaltando o brilho da sessão realizada em homenagem ao Centenário do Nascimento de Pedro Álvares Cabral, onde os Jograis do “Centro Acadêmico Pereira Barreto” deram magnífico brilho à declamação do trabalho sôbre a epopéia do Descobrimento do Brasil, ouvido com grande atenção pelo público presente naquela ocasião. Lembrou que já o Pe. José de Anchieta lançava mão dos “Autos” que escrevia para ser melhor compreendido pelos indígenas que o ouviam com grande satisfação. Terminou solicitando que o Instituto procurasse realizar outras sessões em que comparecessem aquêles Jograis e que assim pudesse despertar maior atenção, principalmente da mocidade para assuntos históricos e patrióticos em geral. O sr. Presidente, depois de aplausos da assistência, prometeu tomar as medidas que lhe fossem possíveis para atingir o objetivo almejado pelo orador Dr. Leão Machado. — A seguir, o sócio Dr. Álvaro da Veiga Coimbra ofereceu para o Museu do Instituto, duas medalhas, uma de prata e outra de bronze, feitas em comemoração ao Centenário da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, digo medalhas que acompanhavam o “Prêmio Edmundo Navarro de Andrade”, que era concedido por aquela Companhia a estudantes de Agronomia. Pediu o Dr. Mário Leite para fazer uma retificação contrária à proposta do Prof. Pupo para se alterar o nome da Estação de “Paraguassu” para o de “Washington Luís”, eis que na Estrada de Ferro Sorocabana já existe a Estação de “Presidente Washington”, a qual, esta sim, deveria ser mudada para o nome mais completo e expressivo de “Presidente Washington Luís”. — O mesmo consócio solicitou uma moção congratulatória com o sócio Dr. João Gualberto de Oliveira pela publicação de mais um de seus valiosos livros, agora o denominado “História dos Órgãos de Classe dos Advogados”, que demonstra os elevados dotes culturais do seu autor. Os presentes manifestaram seu apoio, com uma salva de palmas, — tendo o homenageado, que se encontrava presente, agradecido tal homenagem. — Também o Dr. Leandro de Barros Pimentel solicitou fosse enviada moção de homenagem ao Museu Nacional existente na Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro, pelo trans-

curso de seu Centenário, — oferecendo para a coleção filatélica do nosso Instituto, um exemplar do selo comemorativo de tal acontecimento. — O dr. Alceu de Toledo Pontes ofereceu para o “Museu José Bonifácio” uma medalha mandada cunhar pela Prefeitura de Jundiaí. — O Dr. Reynaldo Kuntz Busch propôs fosse enviada pelo Instituto uma mensagem de congratulações com o nosso ilustre consócio Dr. José Maria Whitaker que acaba de completar 90 anos de idade, razão pela qual tem recebido inúmeras e justas homenagens — o que foi aprovado unânime-mente. — O Dr. Alvaro do Amaral entregou para figurar no “Museu José Bonifácio” um exemplar de machado de pedra, com reentrâncias feitas para nelas serem aplicadas as corpas e cipós que o ligassem ao respectivo cabo, e ainda dois outros machados de pedras menores, que foram enviadas por seu intermédio, pelo Agrônomo Victor Martins de Almeida Júnior, que os encontrou em escavações que executou em terras de sua Fazenda, situada no Município de São Manoel, neste Estado. — Também o Prof. Alfredo Gomes fêz uso da palavra para apoiar a proposta já feita, para apresentação de congratulações com os Professores Zerbini e Campos Freire, pelas magníficas operações pioneiras de transplantes de órgãos do corpo humano, realizadas no Hospital das Clínicas desta Capital. A seguir, o sr. Presidente congratulou-se com os profícuos trabalhos realizados nesta Sessão e a declarou encerrada, determinando a lavratura desta Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada na forma regimental. — Em tempo: O sr. Alvaro do Amaral, 3.º Secretário, substituiu nas sessões de 31 de maio e 1.º de junho últimos o titular da 2.ª Secretaria sr. Vinicio Stein Campos que se encontrava em funções de seu cargo de Diretor do Serviço de Museus Históricos do Estado ministrando cursos de museologia nas Faculdades de Filosofia de São Leopoldo e Bagé no Estado do Rio Grande do Sul. Nada mais. (aa) Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinicio Stein Campos.

ATA DA SESSÃO DE 15 DE JUNHO DE 1968

Aos quinze dias do mês de junho de mil novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de São Paulo, à rua Benjamin Constant, 158, às catorze horas e trinta minutos, reuniu-se em sessão ordinária na forma regimental, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, presentes os seguintes consócios: Luiz Tenório de Brito, Vinicio Stein Campos, Alvaro do Amaral, Alfredo Gomes, Reynaldo Kuntz Busch, Arrison de Souza Ferraz, Wilson Maia Fina, Henrique L. Alves, José de Assis, Lycurgo de Castro Santos Filho, Ruy Martins Ferreira, Alvaro Coimbra, Lucia De Tomasi, Raul Votta, José Leandro de Barros Pimentel, Paul Donovan Kigar,

Heliodoro Marques, Célio Salomão Debes, Alberto Prado Guimarães, e Pedro Brasil Bandecchi.

Lidas as Efemérides Brasileiras e Paulistas, na forma do costume o sr. Luiz Tenório de Brito, 1.º Secretário, informou à casa que em razão da ausência do Presidente Aureliano Leite, que se encontrava no Rio de Janeiro e na ausência de todos os vice-presidentes, assumia a presidência da sessão, funcionando o sr. Vinício Stein Campos como 1.º Secretário e o dr. Álvaro do Amaral como 2.º. Abertos os trabalhos, lidas e aprovadas as atas das sessões anteriores, foram discutidas e aprovadas as seguintes moções: Álvaro do Amaral propôs constituição de comissão para tratar do centenário de Afonso de Freitas: Ficou então designada a seguinte comissão — Álvaro do Amaral, Tito Livio Ferreira e Antonio Barreto do Amaral. Propõe igualmente o mesmo consócio um voto de congratulações com o sr. Henrique L. Alves que pela segunda vez obteve o prêmio Carlos de Laet da Academia Brasileira de Letras com o seu novo livro — Sua Excelência o Samba. O sr. Célio Salomão Debes propôs um voto de pesar pelo falecimento de d. Olga Bourroul Ribeiro. O sr. Alfredo Gomes congratula-se com a casa pela passagem do tricentenário de Camões. Lê a seguir uma longa moção de solidariedade ao jornal “O Estado de São Paulo” e de repúdio à atitude dos artistas que devolveram ao citado matutino os prêmios — Saci — recebidos da fôlha em aprêço. Propõe ainda o sr. Alfredo Gomes homenagem do sodalício aos poetas Guilherme de Almeida e Menotti Del Picchia, ficando o mesmo consócio proponente incumbido dessa promoção. O dr. Reynaldo Kuntz Busch e Wilson Maia Fina secundaram as palavras do sr. Alfredo Gomes no tocante às censuras aos artistas defensores do baixo nível moral dos teatros nacionais e causadores do incidente com o jornal “O Estado de São Paulo”. Propõe ainda o sr. Maia Fina protestos do sodalício às alterações que consta estarem sendo feitas no plano de construção da Catedral de São Paulo, a título de economia, insistindo na conveniência de ser mantido integralmente o projeto de D. Duarte Leopoldo e Silva, não importa o tempo que levar essa conclusão. O dr. Alberto Prado Guimarães dá seu testemunho pessoal do repúdio de D. Duarte à modificação que pretendeu fazer certa ocasião nessa obra, substituindo a cantaria por cimento armado. O dr. Mário Leite propõe se averigüe o que realmente está ocorrendo com as obras da Catedral, sendo êle próprio designado para êsse esclarecimento. O dr. Reynaldo Kuntz Busch propõe um voto de pesar pelo falecimento de Mário de Souza Queiroz em cujo sepultamento representou o sodalício. O sr. Vinício Stein Campos propõe se consigne em ata o pesar da casa pelo falecimento, em Capivari, de duas venerandas professoras, com notáveis serviços à causa do ensino neste Estado, donas Paula Stein e Sin-

forosa Stein. Relatou a seguir os resultados de sua viagem ao Rio Grande do Sul, a serviço da museologia histórica brasileira. O sr. Pedro Brasil Bandecchi propõe um voto de pesar pelo falecimento do dr. João Rodrigues Miranda Júnior, o que foi aprovado inclusive com esclarecimentos do Presidente Luiz Tenório de Brito a respeito da patriótica conduta do homenageado na revolução de 1932. O sr. Paul Donovan Kigar solicita inscrição em ata do pesar pelo trágico assassinio, nos Estados Unidos da América do Norte, de Roberto Kennedy. O sr. Henrique L. Alves propõe: Comemoração em setembro, do cinquentenário do lançamento do 1.º livro de Luís da Câmara Cascudo; congratulações com Pedro Ribeiro Neto pelo lançamento de seu livro Arco Triunfal; congratulações com o Correio da Manhã, pelo aniversário do jornal e comemoração do Centenário do historiador Oliveira Lima. Votação: foram a seguir votados e aprovados os novos sócios propostos: em 2.ª votação, para sócio correspondente nacional — José Antonio Gonçalves de Mello. Em 1.ª votação — para sócio honorário — João Domingues Sampaio — Octávio Marcondes Ferraz. Todos aprovados. Nada mais. (aa) Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos.

ATA DA SESSÃO DE 6 DE JULHO DE 1968

Aos seis dias do mês de julho de mil novecentos e sessenta e oito, à rua Benjamin Constant, 158, às catorze horas e trinta minutos, na forma regimental, realizou-se no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, presentes os seguintes consócios; Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos, Alfredo Gomes, Ernesto Leme, Agostinho Ramos, Tito Livio Ferreira, Alberto Prado Guimarães, Jacob Penteado, Arrisson de Sousa Ferraz, Ruy Martins Ferreira, Helio Abranches Viotti, Célio Salomão Debes, Paulo Romano, Alceu de Toledo Pontes, Mário Leite, Reynaldo Kuntz Busch, Gabriel Marques, D. Agnelo Rossi, José Leandro de Barros Pimentel, além de numerosa comitiva de autoridades municipais e pessoas gradadas de cidades do Vale do Paraíba. Instalados os trabalhos, o Presidente Aureliano Leite, 1.º Secretário Luiz Tenório de Brito, 2.º Secretário Vinício Stein Campos, foram lidas e aprovadas as atas anteriores. A seguir o sr. Presidente leu as Efemérides Brasileiras e Paulistas, com é do costume. Devendo tomar posse, no ato, o nôvo consócio D. Antonio de Almeida o sr. Presidente designou a seguinte comissão para introduzi-lo no recinto: Álvaro Coimbra, Sebastião Pagano, Ernesto Leme, Benedito Machado Florence e Agostinho Ramos. Recebido com as solenidades do estilo D. Antonio de Almeida Moraes Júnior, arcebispo de Niterói e que por vários anos foi estimada autoridade eclesiástica em Taubaté, daí o grande número de amigos seus

presentes à sessão, foi Sua Eminência saudado pelo Presidente e pelo Orador Oficial Alfredo Gomes. Comparece neste ato o Presidente Honorário do Instituto, Dr. Ernesto de Sousa Campos, que toma lugar à mesa. O nôvo consócio declara haver escolhido para seu patrono a personalidade de D. Epaminondas Nunes de Ávila e Silva, saudoso Bispo de Taubaté, e com os recursos de sua oratória primorosa traça o perfil biográfico do venerando sacerdote, cujas virtudes culturais e religiosas acentua em confronto com as desinteligências que hoje trazem a desorientação e a perplexidade à sofrida sociedade brasileira. Encerrada a brilhante oração do nôvo consócio o sr. Presidente, após felicitá-lo, dá a palavra ao sr. Vinício Stein Campos o qual propôs à aprovação da casa de um voto de congratulações com a cidade de Capivari, pela passagem de mais um aniversário do município, a 10 de julho e oferece ao Instituto, para o Museu Histórico José Bonifácio, uma coleção de 300 moedas brasileiras do período republicano, desde as duas peças de prata de 1889 até as moedas cunhadas pelo Presidente Castelo Branco, com exclusão apenas das moedas de 2\$000 de 1891, 1896 e 1897, as comemorativas de 1900, e \$500 de 1911 e as duas peças de níquel de 1935, raridade que o ofertante não conseguiu obter. O sr. Presidente agradece a doação e faz entrega das moedas ao diretor do Museu, dr. Álvaro Coimbra. O sr. Alfredo Gomes propõe um voto de congratulações com D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta pelo seu jubileu sacerdotal e um voto de pesar pela morte do soldado sacrificado no atentado ao Quartel General do II Exército, o que foi aprovado. O sr. Jacob Penteado justificou um voto de saudades à memória de d. Maria Amélia Rezende Martins, personalidade de projeção nos meios artísticos do País. Procedeu-se em seguida à outorga da medalha Alexandre de Gusmão ao benemérito cidadão Engenheiro João Batista Meiller. Dizendo das razões dessa homenagem o consócio Alberto Prado Guimarães explicou que o dr. Meiller, engenheiro siderúrgico pela afamada Escola Central de Artes e Manufaturas de Paris, é o construtor de importantes edifícios de Marília, como a Catedral e Santa Casa, ali exerceu a vereança e a vice-presidência da 1.^a legislatura, em 1932 organizou o serviço de têmpera dos obuses, e, como expressão de seu maior merecimento a contribuição pessoal que deu para a inauguração, naquela cidade, da placa comemorativa da Retirada da Laguna em seu 1.^o centenário, artístico trabalho de Ruy Martins Ferreira. O homenageado em rápido improvisado que a todos comoveu, agradeceu a láurea recebida e explicou a origem de seu interesse em cultivar o glorioso episódio de Laguna, magistral feito militar que tanto ilustra o valor da gente do Brasil. E ofertou ao sodalício um exemplar do 1.^o número do "Correio Paulistano". Neste ato compareceu o Sr. Plínio Salgado, escalado para saudar o nôvo

consócio, D. Antonio de Almeida Moraes Júnior, o qual explicou as razões de seu atraso e dirigiu em rápido improviso uma carinhosa saudação ao sr. Arcebispo de Niteroi. Nada mais havendo a tratar o sr. Presidente encerrou a sessão, convidando todos os presentes para a solenidade da bênção e inauguração das novas dependências do Museu, a seguir realizadas por Dr. Agnelo Rossi, Cardeal de São Paulo. Nada mais.

ATA DA SESSÃO DE 20 DE JULHO DE 1968

Aos vinte dias do mês de julho de mil novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de São Paulo, à rua Benjamin Constant, 158, às catorze horas e trinta minutos, reuniu-se em sessão ordinária o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, presentes os seguintes consócios: Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos, Alfredo Gomes, Lycurgo de Castro Santos Filho, Tito Livio Ferreira, Henrique L. Alves, Wilson Maia Fina, Mário Leite, Arrison de Souza Ferraz, Ruy Martins Ferreira, Álvaro da Veiga Coimbra, José Leandro de Barros Pimentel, Alberto Prado Guimarães, Alexandre de Melo, Paulo Romano, Jacob Penteado, Heliodoro Rocha Marques. Presidente Aureliano Leite, 1.º Secretário Luiz Tenório de Brito, 2.º Secretário Vinício Stein Campos. Abertos os trabalhos, o sr. Presidente procedeu à leitura das Efemérides Brasileiras e Paulistas, depois de lidas e aprovadas as atas das sessões anteriores. Seguiu-se com a palavra o consócio Mário Leite, que propôs à casa um voto de congratulações com o sr. Cardeal D. Agnelo Rossi pela sua expressiva reeleição, por grande votação, Presidente da IX Assembléia de Bispos, o que foi aprovado. O sr. Alfredo Gomes esclareceu que, tendo se afastado da Presidência do Pen Club, por algum tempo, o dr. Ernesto de Souza Campos, assumiu a investidura o dr. Aureliano Leite, cujo espírito empreendedor e atuante é de todos conhecido, pelo que se rejubilava com essa posse, sem dúvida auspiciosa para o Pen Club. Solicitou mais, o sr. Alfredo Gomes, a designação de data ou providência para a celebração das homenagens a Guilherme de Almeida, ou seja, o livro de versos NÓS. Comunicou por fim o falecimento do professor Fernando Mendes de Almeida, pedindo inscrição em ata de um voto de pesar. O sr. Presidente agradeceu as referências a êle feitas pelo orador, aprovou o voto em memória do prof. Mendes de Almeida e para homenagem a Guilherme de Almeida designou a seguinte comissão: Alfredo Gomes e Lycurgo de Castro Santos Filho, pelo Pen Club e Alexandre de Melo e Wilson Maia Fina, pelo Instituto. O prof. Vinício Stein Campos discorreu sobre distorções que tem havido com relação à história de Capivari e o malefício que causam os livros de história escritos sem base em documentação idônea, com os fatos explicados à base de pura imaginação, sem nenhuma correlação com os aconteci-

mentos que procuram interpretar. Em abono de sua tese manifestou-se o consócio Arrisson de Souza Ferraz aludindo a erros dessa natureza registrados pela Enciclopédia dos Municípios, publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O sr. Henrique L. Alves propõe um voto de congratulações com o sr. Jerônimo Monteiro pelo seu trabalho no jornal a "Fôlha de São Paulo", o que foi aprovado. O dr. Alberto Prado Guimarães justifica um voto de pesar pelo falecimento de dona Darcy Vargas, viúva do Presidente Getúlio Vargas, igualmente acolhido pela casa. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão. Para constar lavrou-se a presente ata que lida e achada conforme será devidamente assinada. (aa) Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos.

ATA DA SESSÃO DE 3 DE AGÓSTO DE 1968

Aos três de agosto de mil novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de São Paulo, à rua Benjamin Constant, 158, às catorze horas e trinta minutos, reuniu-se em sessão ordinária o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, presentes os seguintes consócios: Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos, Alfredo Gomes, Lycurgo de Castro Santos Filho, Ernesto de Moraes Leme, Ibrahim Nobre, Wilson Maia Fina, Ruy Martins Ferreira, Gabriel Marques, João Domingues Sampaio, Paulo Romano, Paulo Emílio de Andrade Vilhena, Arrisson de Souza Ferraz, José Leandro de Barros Pimentel, Álvaro da Veiga Coimbra, Reynaldo Kuntz Busch, Mário Leite, Alexandre de Melo, José Gomes de Moraes Filho, Alberto Prado Guimarães, João Gualberto de Oliveira, Tsuneso Sato, Henrique L. Alves e d. Lúcia De Tomasi. A mesa da sessão foi assim constituída: Presidente Aureliano Leite, 1.º Secretário — Luiz Tenório de Brito, 2.º Secretário — Vinício Stein Campos. Abertos os trabalhos, o sr. Presidente comunicou à casa a presença, na sala da Presidência, de dois novos consócios recém-eleitos e que deverão a seguir tomar posse — os srs. drs. João Domingues Sampaio, e Paulo Emílio de Andrade Vilhena, pelo que designava os consócios Ibrahim Nobre, José Gomes de Moraes Filho e Reynaldo Kuntz Busch para introduzi-los no recinto. Recebidos com as palmas do auditório, integrado inclusive por elementos da sociedade paulistana, leram e assinaram o respectivo termo de compromisso, ficando investidos nas funções de sócios honorários deste sodalício. Saudados em calorosa oração pelo orador oficial em exercício sr. Alfredo Gomes, responderam, o sr. João Sampaio declarando haver escolhido o seu patrono na pessoa do ilustre vulto desta casa, dr. Altino Arantes, e o sr. Paulo Emílio de Andrade Vilhena declarou haver escolhido para seu patrono João Pedro da Veiga Filho, concluindo ambos por agradecer a saudação eloqüente e carinhosa do sr. Alfredo Gomes,

que ressaltou também no seu improviso a solidariedade de São Paulo ao grande defensor de sua causa, dr. Aureliano Leite, que ainda uma vez cumpriu galhardamente no cenário nacional o mandato que Piratininga lhe confiou. O sr. Presidente agradeceu ao sr. Alfredo Gomes as palavras com que o surpreendeu no início de sua oração e reiterou as homenagens da casa aos novos consócios. Lidas e aprovadas as atas das sessões anteriores, foi a seguir apresentada na forma do costume, a leitura das Efemérides brasileiras e paulistas. O Expediente, lido pelo sr. Secretário Luiz Tenório de Brito, constou do seguinte: Agradecimento de Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo pelo tratamento recebido quando da enfermidade que o acometera; programa do Congresso Internacional de História na Universidade Laval, do Canadá, sobre os problemas da América Latina; agradecimento do dr. João Sampaio, pela sua eleição para o quadro social do Instituto; programa do ensino ministrado pela Sociedade de Cultura Inglesa; convite da Prefeitura de Lorena para as homenagens prestadas a Arnolfo Azevedo no centenário de seu nascimento; para representar o sodalício nessas solenidades foram designados pelo sr. Presidente os srs. Aroldo de Azevedo, Vicente de Azevedo, José Bueno de Azevedo Filho, Luiz de Azevedo Castro e Péricles Eugênio da Silva Ramos; ofício do Diretor do Arquivo Nacional, do Diretor do Museu Paulo Setubal no corrente ano, agradecimento do diretor do Museu Visconde de São Leopoldo, da cidade dêste nome no Rio Grande do Sul; oferta do livro — Asclépio Historiador — do sr. Ivolino de Vasconcelos. Entregue ao escultor Alfredo Oliani a Medalha Imperatriz Leopoldina, com que foi galardoado pelo sodalício, foi dada a palavra ao sr. Renato Cardoso de Melo Tucunduva, que leu interessante estudo sobre a vida e a obra do prof. João Braz Arruda. O sr. Wilson Maia Fina leu, depois, o seu estudo sobre a cidade de São Paulo, primórdios das ligações viárias do bairro da Luz com o bairro dos Campos Elíseos, ouvido com interesse e agrado, e discorrendo sobre os problemas urbanísticos dessa área com suas implicações administrativas, sociais, políticas e que conduziram à atual fisionomia urbana dessa região da Capital. O escultor Luiz Morrone fez a entrega ao sr. Presidente de duas medalhas comemorativas de autoria dêsse artista e em seguida encaminhadas ao Museu Histórico José Bonifácio por intermédio do seu diretor Álvaro Coimbra. O cel. Arrisson de Souza Ferraz, presta homenagem à data de fundação de sua cidade natal de Pernambuco — Cabrobó, propondo um voto de congratulações com o município pelas datas de 29 de agosto e 11 de setembro. O pedido do orador justificado em mimoso improviso, que a todos os presentes encantou e comoveu, foi aprovado por calorosa salva de palmas. O sr. José Leandro de Barros Pimentel discorreu sobre a instituição do selo postal adesivo no Brasil, ressaltando a honrosa posição de nossa pátria na criação do serviço

postal, imediatamente após a Inglaterra. E ofereceu ao final, para o Museu, sua capa ou abrigo da revolução, e o primeiro conjunto de moedas nestes dias postas em circulação. O sr. Vinício Stein Campos propõe se represente ao Governador Abreu Sodré no sentido de ser entregue ao Museu Histórico e Pedagógico Prudente de Moraes, de Piracicaba, a totalidade da casa de Prudente, removendo-se dali a Delegacia Regional de Ensino para outro local, a fim de que o Museu possa dar o conveniente destino àquele precioso edifício histórico do Brasil. O dr. Alberto Prado Guimarães fez um apêlo no sentido de ser reconduzido por mais um mandato, à presidência do sodalício, o sr. Aureliano Leite, destacando o muito que o Instituto tem lucrado com a sua criteriosa e fecunda administração. Concluindo apela ao sr. Aureliano Leite para que aceite a renovação de seu mandato, o que foi por todos aprovado sob palmas. O Presidente Aureliano Leite, em resposta, agradece ao dr. Prado Guimarães a sua intervenção, e, muito embora tenha sempre sido contrário à continuidade das pessoas em cargos preenchidos por eleição, vê-se compelido a aceitar a proposta de seu nome à nova escôlha da assembléia de outubro vindouro pela razão de desejar concluir duas realizações que reputa de enorme interêsse para o Instituto, ou seja, a reorganização da biblioteca e da hemeroteca, secções do maior interêsse desta casa, postas em têrmos funcionais à altura de seu imenso valor. E pedindo a Deus luzes para corresponder à comovente confiança da casa, agradece a todos a solidariedade do apoio recebido. O sr. Presidente foi muito aplaudido ao encerrar a sua breve manifestação. O cel. Luiz Tenório de Brito falou a seguir aplaudindo a proposta do dr. Alberto Prado Guimarães e acrescentando-lhe novos subsidios, em reforço de sua oportunidade e procedência. O sr. Alfredo Gomes apresentou informações sôbre os trabalhos da Comissão Pró-Homenagem a Guilherme de Almeida e felicitou o sr. Wilson Maia Fina pelo seu trabalho, acentuando a contribuição do Presidente João Teodoro. Encerrando suas considerações o sr. Alfredo Gomes disse, em nome de seus companheiros de diretoria, do merecimento de Aureliano Leite pela obra realizada e a necessidade de sua permanência na direção do sodalício. O sr. Presidente agradece a todos as confortadoras demonstrações de aplauso e afeto e nada mais havendo a tratar, declara encerrada a sessão. Nada mais. Para constar lavrou-se a presente ata, que lida e achada conforme será devidamente assinada. (aa) Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos.

ATA DA SESSÃO DE 17 DE AGOSTO DE 1968

Aos dezessete dias do mês de agosto de mil novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de São Paulo, às catorze horas e trinta minutos, à rua Benjamin Constant, 158, reuniu-se em sessão or-

dinária o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, presentes os seguintes consócios: Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos, Ernesto de Moraes Leme, Alfredo Gomes, Lycurgo de Castro Santos Filho, Tito Livio Ferreira, Octávio Marcondes Ferraz, Eurico Branco Ribeiro, Paulo Romano, Antonio Barreto do Amaral, Jacob Penteado, Wilson Maia Fina, Arrisson de Souza Ferraz, Mário Leite, Raul Votta, Reynaldo Kuntz Busch, Antonio Cardoso, Célio S. Debes, Henrique L. Alves, Alberto Prado Guimarães, Geraldo Goulart, Paulo D'Alessandro, Heliodoro da Rocha Marques, A. da Silva Barreto, José Furtado Cavalcanti. Inicialmente, pelo sr. Presidente foi comunicado ao plenário que se encontrava na casa, para posse, o sr. Ministro Octávio Marcondes Ferraz, recentemente eleito sócio honorário do Instituto. Recebido com as solenidades do estilo, leu e assinou o respectivo compromisso, sendo a seguir saudado pelo orador oficial, em exercício, sr. Alfredo Gomes, que pôs em relêvo o notável merecimento do nôvo consócio. O sr. Marcondes Ferraz agradeceu as saudações do sr. Presidente e do sr. Alfredo Gomes e informou que escolheu Vivaldo Coaracy para seu patrono, sôbre o qual falará oportunamente. Lidas e aprovadas as atas das sessões anteriores, o sr. Presidente, na forma do costume, leu as Efemérides Brasileiras e as Efemérides Paulistas relativas ao 17 de agosto. Expediente: O sr. 1.º Secretário, Luiz Tenório de Brito, deu conhecimento à casa dos seguintes officios e comunicados: Balancete da Biblioteca relativo ao mês de julho; officio da Associação Paulista dos Municípios, sôbre suas atividades; officio da Comissão Organizadora das comemorações do Centenário de Arnolfo Azevedo, a verificar-se em 1.º de novembro vindouro; telegrama dos deputados Antonio Sylvio da Cunha Bueno e Ulisses Guimarães sôbre trabalhos que estão sendo desenvolvidos para obter verbas da União para o Instituto Histórico; officio da Biblioteca de Lisboa agradecendo a oferta de exemplares da Revista; comunicação do sr. 1.º Secretário sôbre conferência do Dr. Aureliano Leite a respeito de Pedro Álvares Cabral na Sociedade Geográfica Brasileira e outorga ao mesmo da primeira Medalha do Almirante, instituída por aquela sociedade; comunicação da visita da Comissão Estadual de Literatura, da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo; officio do Prefeito Faria Lima convidando o Instituto para a inauguração da Escola Municipal Antonio Carlos de Abreu Sodré; convite do Centro de Formação e Aperfeiçoamento dos Officiais da Fôrça Pública para a solenidade da entrega de espadins; convite do Círculo Militar para a solenidade de inauguração da Herma do Marechal Rondon, às 20 horas, dia 25 do corrente; o sr. Rudolf Hinner ofertou ao Instituto um mapa atualizado do Brasil e um conjunto de moedas de prata, bronze, cobre, níquel e alumínio, austríacas e brasileiras, encaminhadas no ato ao sr. diretor do Museu José Bonifácio pelo Presidente Aureliano

Leite, que ressaltou o nobre gesto do ofertante, de quem o sodalício tem recebido constantes e valiosas doações. O Presidente propôs um voto de saudade à memória de João Batista Pereira de Almeida cujo centenário de nascimento ora transcorre, e um voto de pesar pelo falecimento do decano do quadro social do Instituto, prof. Tomás Oscar Marcondes de Souza, em cujo sepultamento representaram o Instituto o Presidente Aureliano Leite, Vinício Stein Campos, Alfredo Gomes e Álvaro da Veiga Coimbra. O sr. Presidente deu a palavra ao orador oficial Alfredo Gomes para o necrológico do ilustre extinto, tendo o sr. Alfredo Gomes recordado a ação do venerando consócio no estudo dos descobrimentos marítimos dos séculos XV e XVI, destacando o seu zêlo por esta casa, da qual, além de decano de seu corpo de sócios, foi também galardoado com a láurea de Grande Benemérito. Com relação ao julgamento do concurso sôbre Pedro de Toledo, sua vida e sua obra, o sr. Alfredo Gomes leu o parecer subscrito pela comissão julgadora, Alfredo Gomes, Ibrahim Nobre e Ernesto de Moraes Leme, o qual concluiu pela desclassificação de todos os concorrentes. O sr. Alfredo Gomes apresentou, em separado, bem elaborado e desenvolvido voto, em abono do decidido pela ilustre Comissão. O sr. Presidente agradeceu aos srs. membros da Comissão o desempenho dado à incumbência e a seguir designa para comporem a nova Comissão Julgadora do concurso a ser reaberto os srs. Lycurgo Castro Santos Filho, Antonio Augusto de Menezes Drumond, Álvaro da Veiga Coimbra e Vinício Stein Campos; o sr. Presidente declarou a seguir que os prêmios do mencionado concurso ficam elevados na seguinte base: três mil cruzeiros para o 1.º classificado e hum mil e quinhentos para o segundo; o sr. Vinício Stein Campos ofereceu ao Museu do Instituto uma coleção de cédulas que deverão ser recolhidas: 2 de 1.000,00, 2 de 500,00, 2 de 200,00, 2 de 50,00, 2 de 20,00 e 2 de 10,00 cruzeiros antigos, tôdas em perfeito estado, sem marcas de circulação. O sr. Rodolf Hinner ofereceu ao mesmo Museu uma coleção de moedas austriacas e brasileiras. O sr. Wilson Maia Fina, Tesoureiro, leu o balancete do 1.º semestre, do seguinte teor: Balancete do 1.º semestre de 1968. Deve: Banco Itamarati S.A. — 13.600,76. Banco Auxiliar de São Paulo — 18.722,58. Aluguéis — 9.181,18. Conservação — 3.530,51. Medalhas, diplomas e distintivos, 395,00. Revistas e jornais, 135,00. Bonus Rotativos, 59.180,00. Eventual (retôrno, telefonema, interurbano, 8,60. Saldo de 31 de dezembro de 1967 — 206,86. Total — NCr\$ 104.960,49. Haver — Despesas Gerais — 17.453,42. Salários — 8.172,19. Banco Auxiliar de São Paulo S.A. — 11.755,94. Elevadores — 506,42. Telefônica — 225,78. Light — 842,57. Edifício Social Caixa Econômica Federal — 290,10 Gás — 94,42. INPS — 559,96. Bônus Rotativos — 61.122,38. Prefeitura — Impostos — Conservação e Limpeza — 3.073,84. Água e Esgôto — 224,42. Seguro Elevadores — 52,95. Seguro dos fun-

cionários — 42,84. Seguro contra incêndio — 355,40. Imposto Sindical — 38-72. Saldo para julho de 1968 — 149,14. Total — 104.960,49. São Paulo, 30 de junho de 1968. O Presidente Aureliano Leite. O Tesoureiro Wilson Maia Fina. As disponibilidades montaram em 63.244,47. O sr. Tesoureiro foi elogiado pelo excelente trabalho feito. Procedendo-se à votação de candidatos ao ingresso no Sodalício, apurou-se o seguinte resultado: Em 1.^a votação aprovados para sócios honorários. General Langleberto Ribeiro Soares e Oswaldo Barbosa Guisard. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão, agradecendo o sr. Presidente o comparecimento dos presentes. Para constar lavrou-se a presente ata (aa) Aureliano Leite — Luiz Tenório de Brito — Vinício Stein Campos.

ATA DA SESSÃO DO DIA 14 DE SETEMBRO DE 1968

Aos catorze dias do mês de setembro de mil novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de São Paulo, à rua Benjamin Constant, 158, às catorze horas e trinta minutos, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a sessão ordinária do mês destinada a palestras e conferências, presentes os sócios Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos, Alfredo Gomes, Célio S. Debes, Raul Votta, Mário Leite, Álvaro da Veiga Coimbra, Alberto Prado Guimarães, Roberto de Paula Leite, Antonio Barreto do Amaral, Pedro Brasil Bandecchi, Wilson Maia Fina, Hélio Damante. A mesa diretora dos trabalhos, como dispõem os Estatutos, esteve constituída pelo Presidente Aureliano Leite, 1.^o Secretário Luiz Tenório de Brito e 2.^o Secretário Vinício Stein Campos, orador oficial Alfredo Gomes. Lida e aprovada a ata da sessão anterior, o sr. Presidente procedeu à leitura das Efemérides Brasileiras e Paulistas, na forma do costume. A seguir o sr. Vinício Stein Campos, em seu nome e dos demais companheiros da Comissão Julgadora do Concurso sôbre a Vida e Obra de Pedro de Toledo, Lycurgo Castro Santos Filho, Álvaro da Veiga Coimbra e Tito Lívio Ferreira, êste substituindo o Dr. Antonio Augusto de Menezes Drumond, recentemente falecido, procedeu à apresentação do ante-projeto do Regime do mencionado concurso, o qual, com emendas propostas pelo Prof. Alfredo Gomes e sr. Antonio Barreto do Amaral, ficou assim redigido: Regimento do Concurso sôbre a Vida e a obra de Pedro de Toledo — Governador de São Paulo e chefe civil da Revolução Constitucionalista de 1932 — instituído pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Artigo 1.^o — Fica aberto no Instituto e Geográfico de São Paulo, à rua Benjamin Constant, 158, a partir da publicação do presente Regimento, um concurso de monografias sôbre a vida e a obra de Pedro de Toledo e ao qual poderão concorrer escritores nacionais e estran-

geiros. Artigo 2.º — Os trabalhos a que alude o artigo antecedente deverão conter, no mínimo, cento e cinquenta laudas, datilografadas numa única fase, em espaço duplo, acompanhados de uma sobrecarta fechada, com o nome do autor e o pseudônimo usado na composição apresentada ao concurso. Parágrafo único — A identificação da autoria, por citações no texto ou inobservância do sigilo estabelecido neste artigo, importará na desclassificação do concorrente. Artigo 3.º — Os trabalhos deverão dar entrada na secretaria do Instituto até o dia 9 de julho de 1969, às 17 horas, em 3 vias, autenticadas pelo autor com o pseudônimo adotado e entregues contra recibo. Artigo 4.º — A Comissão Julgadora terá o prazo de 90 dias para exame e julgamento dos trabalhos. Parágrafo 1.º — Findo esse prazo o sr. Presidente convocará os membros da Comissão para a sessão final de classificação dos trabalhos, lavrando-se ata circunstanciada dos resultados obtidos e das identificações a seguir efetuadas, com a proclamação dos vencedores. Parágrafo 2.º — Se o número de concorrentes fôr de tal vulto que impossibilite à Comissão o desempenho de seus encargos dentro do prazo aqui estabelecido, a Diretoria do Instituto poderá prorrogá-lo na medida do necessário. Parágrafo 3.º — Não havendo classificação de nenhum dos concorrentes, não se procederá à classificação dos trabalhos apresentados. Artigos 5.º — Aos candidatos classificados em 1.º e 2.º lugares serão atribuídos os prêmios criados pelo Instituto para esse efeito, de NCr\$ 3.000,00 e NCr\$ 1.500,00, respectivamente, entregues em solenidade pública. Parágrafo único. — A comissão Julgadora poderá também conceder menções honrosas. Artigos 6.º — Os trabalhos premiados, com exceção dos classificados apenas com menções honrosas, passarão a ser propriedade do Instituto, que os fará publicar, oportunamente, em volume, na forma usual do sodalício. Parágrafo único — O autor dos trabalhos publicados na forma deste artigo terá direito a 50 (cincoenta) exemplares por milheiro dessas edições. Artigo 7.º — Os trabalhos não classificados serão restituídos aos seus autores, que os poderão recolher na secretaria do Instituto onde estarão à disposição dos interessados no horário normal do expediente. Artigo 8.º — A Comissão Julgadora poderá optar pela desclassificação total dos trabalhos apresentados, ou atribuir apenas um único prêmio, conforme o merecimento, a seu ver, dos estatutos oferecidos ao seu exame. Artigo 9.º — As decisões da Comissão Julgadora, quanto ao mérito dos trabalhos, serão definitas e irrecorríveis. Artigo 10.º — Serão desclassificadas, não fazendo juz à premiação, as obras que não se ativerem à disciplina gramatical, tanto na grafia como na sintaxe. Artigo 11.º — As ilustrações, fotocópias de documentos e retratos que acompanharem o texto, não serão comportadas para perfazer o número de cento e cinquenta laudas exigidas

na redação do trabalho. Artigo 12.º — Este regimento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Sala das sessões, 14 de setembro de 1968. Aprovado o Regimento na forma acima, o sr. Presidente procedeu então à outorga da Medalha Alexandre de Gusmão à Companhia Paulista de Estradas de Ferro na pessoa de seu diretor-superintendente dr. Walfrido de Carvalho, que falou agradecendo a homenagem. O Coronel Luiz Tenório de Brito apresentou o expediente da Secretaria, ofício e comunicações, e o sr. Presidente consignou em nome do Instituto, para constar da presente ata e ser comunicado às excelentíssimas famílias, um sentido voto de pesar pelo falecimento do dr. Antonio Augusto de Menezes Drummond, ilustre e benquisto sócio desta casa, e o Ministro Frederico Marques, falecido em Ribeirão Preto. O dr. Alberto Prado Guimarães, justificou a seguir um voto de pesar pelo falecimento de Vicente Maurino, benemérito diretor da Revista da Sociedade Rural e do sr. Sebastião e Silva, pai do saudoso Arcebispo de São Paulo D. José Gaspar da Afonseca e Silva. Dada a palavra ao professor Alfredo Gomes, lembrou s.s. a sessão solene do dia 21 do corrente, da homenagem ao poeta Guilherme de Almeida. Assumiu então a tribuna o 1.º conferencista inscrito para a sessão desta tarde, Roberto de Paula Leite, que discorreu com muito brilho e propriedade sobre Aristides Lobo e os primeiros tempos republicanos. Sua substanciosa palestra foi muito apreciada e aplaudida por todos os presentes, tendo o sr. Presidente enaltecido o valor de seu estudo. O orador justificou igualmente um voto de pesar pela morte do dr. José Itúrbide Bolívar de Almeida Serra. Foi dada então a palavra ao consócio sr. Hélio Damante que apresentou notável reconstituição histórica do bairro da Penha de França, cujo centenário ora transcorre, estudo copiosamente alicerçado em rica documentação dos estudiosos do passado paulista. O orador foi calorosamente aplaudido ao findar a leitura de seu trabalho. Estiveram presentes, representando a Associação do 3.º Centenário da Penha, os srs. Adhemar Schalch, seu presidente, e Hademir Lingutle, coordenador. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão e para constar lavrou-se a presente ata devidamente assinada depois de lida e achada conforme. (aa) Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos.

ATA DA SESSÃO DO DIA 21 DE SETEMBRO DE 1968

Aos vinte e um dias de setembro de mil novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de São Paulo, à rua Benjamin Constant, 158, às catorze horas e trinta minutos, presentes os consócios Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos, Alfredo

Gomes, Ernesto de Moraes Leme, Tito Lívio Ferreira, Lycurgo Castro Santos Filho, Ibrahim Nobre, Paulo Nogueira Filho, Guilherme de Almeida, Lúcia De Tomasi, José Leandro de Barros Pimentel, Mário Leite, Ruy Martins Ferreira, Alvaro da Veiga Coimbra, Wilson Maia Fina, Agostinho Ramos, Alberto Prado Guimarães, Teodoro de Sousa Campos, Célio S. Debes, Heliodoro da Rocha Marques, Gabriel Marques, Jacob Penteado, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo a sua segunda sessão ordinária do mês na forma adiante relatada. A mesa que presidiu a 1.ª parte da sessão esteve assim constituída: Presidente — Aureliano Leite, 1.º Secretário — Luiz Tenório de Brito, 2.º Secretário — Vinício Stein de Campos. — Orador Oficial — Alfredo Gomes, Vices-Presidentes — Ernesto de Moraes Leme e Tito Lívio Ferreira, Guilherme de Almeida e senhora, Ibrahim Nobre, Lycurgo Castro Santos Filho, Pedro de Oliveira Ribeiro Neto, Paulo Nogueira Filho, representantes da Casa do Poeta — Benedito Aianha, Raimundo de Menezes, Presidente da União Brasileira de Escritores, e o Presidente da Companhia de Estradas de Ferro Paulista. Destinou-se esta primeira parte da sessão à homenagem ao Poeta Guilherme de Almeida, pelo transcurso do 50.º aniversário da publicação de seu consagrado livro de versos. Nós. Além dos sócios referidos nesta ata, estiveram presentes ao ato elementos de destaque, senhoras e cavalheiros da sociedade paulistana, solidários com a homenagem do Instituto ao querido poeta paulista. Abertos os trabalhos o sr. Presidente comunicou inicialmente que em dias da semana ora encerrada esteve em companhia do diretor do IV distrito do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sr. Luís Sáia, em Araçariguama, em visita ao local onde existiu, em eras passadas, a fazenda do famoso Poeta Dr. Guilherme Pompeu de Almeida, o celebrado creso paulista das crônicas coloniais. Disse o sr. Presidente que desta vez, como da anterior, quando em companhia de Vinício Stein Campos e Antonio Augusto de Menezes Drumond, localizou no terreno fragmentos da antiga capela da fazenda, identificou o local histórico e se convencionou a ereção, ali, de um obelisco comemorativo. Adentrando o recinto o homenageado da tarde, Guilherme de Almeida, acolhido sob palmas, foi tributada ao imortal cantor das glórias bandeirantes e nacionais a homenagem prevista, com observância do seguinte programa: Inicialmente falou em magistral oração literária o Presidente da Academia Paulista de Letras — Pedro de Oliveira Ribeiro Neto, que discorreu sobre o tema: Guilherme de Almeida e as suas musas. Falou em seguida, em mimosa oração, em nome de Campinas, terra natal do Poeta, o dr. Lycurgo de Castro Santos Filho, Presidente da Academia Campinense de Letras. Seguiu-se com a palavra o inflamado patriota Geraldo Goulart, que disse do civismo de Guilherme de Almeida. O sr. Raymundo de Menezes, Presidente da Academia

digo Presidente da União Brasileira de Escritores, que com fluência e graça, discorreu sobre a figura de Guilherme de Almeida como escritor. O dr. Ernesto Leme, falando em nome do Instituto, passou em revista os ocupantes da cadeira n.º 15 da Academia Brasileira de Letras, atualmente ocupada por Guilherme, para concluir com aplaudido elogio da poética do homenageado. O sr. Alfredo Gomes, com a versatilidade que lhe é peculiar, proferiu eloqüente oração em nome do Pen-Club, lendo inicialmente uma homenagem do dr. Ernesto de Souza Campos, impossibilitado de comparecer pessoalmente e examinando na obra poética do criador de tantos versos maravilhosos a multiplicidade de seu engenho. Encerrando falou o tribuno Ibrahim Nobre, evocativo, sentimental, eloqüente, como sempre, encantando a todos com a narrativa de episódios de seus tempos de moço, das páginas heróicas de 32 e concluindo sua formosa saudação com uma carinhosa homenagem à esposa do poeta, dona Baby de Almeida. O sr. Guilherme de Almeida proferiu então, emocionado, um poema de agradecimento calorosamente aplaudido. A exma. senhora Tenório de Brito, a convite do sr. Presidente, fez entrega a dona Baby de Almeida, de um belo ramalhete de flores. O sr. Presidente a seguir suspendeu a sessão por cinco minutos para que os visitantes deixassem o recinto do plenário, onde iria ter prosseguimento a sessão ordinária do sodalício, inclusive com votação de propostas de novos sócios, assunto de natureza secreta por imposição estatutária. Reabertos os trabalhos, procedeu-se à leitura do compromisso e posse do novo honorário Padre Eliseu Murari, que, saudado pelo sr. Presidente, respondeu agradecendo e informou que escolheu o general Milton de Freitas Almeida para seu patrão neste sodalício. Informou ainda o novo consócio que foi designado pelo sr. Cardeal D. Agnelo Rossi, para exercer as funções de capelão do Mausoleu de 32, no Ibirapuera. Passando-se às votações de novos candidatos ao ingresso no quadro social, foram aprovados: Em 2.ª votação, para sócio honorário, o sr. General Langleberto Ribeiro Soares, e Oswaldo Barbosa Guisard, ambos eleitos para o quadro social nessa qualidade e categoria. Em 1.ª votação, para sócio honorário, José Luiz Pasin, professor, aprovada. Idem, com relação ao sr. Bernardo Pedroso, proposto em 1.ª votação, para sócio honorário, aprovado. O sr. Presidente lembrou aos presentes a realização, a 5 de outubro vindouro, da reunião extraordinária para eleição da diretoria para o triênio — 1969-1971. O sr. Alfredo Gomes fez a justificação das seguintes propostas: de congratulações com Ernesto de Moraes Leme e Júlio de Mesquita Filho, pela merecida promoção na Ordem do Mérito do Trabalho. Foram aprovadas. Nada mais para constar lavrou-se a presente ata, a seguir lida, aprovada e assinada. (aa) Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos.

ATA DO DIA 19 DE OUTUBRO DE 1968

Aos dezanove dias do mês de outubro de mil novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de São Paulo, às catorze horas e trinta minutos, à rua Benjamin Constant 158, sua sede social, reuniu-se em sessão especial, na forma preconizada pelos Estatutos, para homenagem aos sócios falecidos no decurso do ano, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, presentes exmas. famílias dos homenageados e mais os seguintes consócios: Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos, Alfredo Gomes, Carlos Henrique Robertson Liberalli, Jacob Penteado, Paulo Romano, Antonio Barreto do Amaral, Alvaro da Veiga Coimbra, Mário Leite, José Pedro Leite Cordeiro, Nicolau Duarte e Silva, Luiz Wanderley Torres. A mesa foi constituída pelo Presidente Aureliano Leite, 1.º Secretário Luiz Tenório de Brito, 2.º Secretário Vinício Stein Campos, Orador Oficial Alfredo Gomes. Lidas e aprovadas as atas das sessões anteriores, bem como as Efemérides Paulistas e Brasileiras, na forma do costume, e lido pelo sr. 1.º Secretário o Expediente, foi dada a palavra ao orador oficial Sr. Alfredo Gomes, que em sentidas palavras, referindo-se especialmente a cada um dos saudosos e ilustres sócios falecidos, prestou a todos êles a reverente homenagem do sodalício. Foram tributadas homenagens aos seguintes companheiros e cujo elogio será oportunamente publicado nas páginas da Revista: 1 — José Wanderley de Araujo Pinho, sócio honorário, natural da Bahia, radicado na Guanabara, autor de várias obras entre as quais a conhecida e apreciada — Damas e Salões — de indiscutível valor histórico, além de estudos sôbre a Sabinada, as Cartas do Imperador, etc. 2 — Francisco de Paula Cidade, militar e professor, com excepcionais serviços ao país, no comando de regiões militares e no magistério das cadeiras de História e Geografia, colaborou na fundação da Biblioteca do Exército, atuou com bravura na revolução de 1924, fêz parte da Academia de Letras do Rio Grande do Sul, de onde era natural, e integrou no sodalício de São Paulo o quadro de seus sócios honorários. 3 — Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, da Paraíba, advogado, professor, jornalista, criador da rêde de Diários Associados, das Emissôras de Rádio e Televisão, fundador do Museu de Arte de São Paulo e patrocinador de Campanhas em favor da aeronáutica civil e da criança. Foi embaixador do Brasil na Inglaterra e sócio honorário do Instituto. 4 — Monsenhor Emílio José Salim, natural de Arraial de Souza, em Campinas, cursou o Colégio Pio Latino, de Roma, Reitor da Universidade Católica de Campinas, por êle próprio fundada em anos de acurado e infatigável labor, destacando-se entre suas obras o valioso volume "Ciência e Religião", onde condensou seus estudos de apologetica católica. Foi sócio honorário do Instituto. 5 — Salvador Rocco,

assíduo companheiro das sessões do sodalício, diretor-tesoureiro dos mais integros e operosos, entusiasta das comemorações cívicas de 23 de maio e 9 de julho de 1932, a que jamais faltou, professor primário pela antiga Escola Modelo, médico, estudioso de bio-tipologia, da história da medicina, de sítios e monumentos históricos de São Paulo. Foi sócio titular. 6 — Antônio Augusto de Menezes Drummond, natural de Santa Cruz das Palmeiras, descendente de nobre estirpe irlandesa, e de família vinculada ao processo de formação do país na Capital do Império, dedicou-se especialmente à Genealogia e à Heráldica, ciências em que se tornou uma das maiores autoridades entre nós, advogado de nomeada, estudioso da história, foi Menezes Drummond um dos sócios mais eminentes desta casa. Foi sócio titular. 7 — Frei Thimotheo Van Den Broek — carmelitano, notável pesquisador dos arquivos da ordem, notadamente em Santos e Mogi das Cruzes, reuniu magnífica documentação sobre os primeiros tempos vicentinos. Foi sócio correspondente nacional. 8 — General João Pereira de Oliveira, sócio correspondente nacional, foi igualmente ilustre, no serviço das armas e das letras, colaborando com seu espírito cívico e sua cultura histórica, na obra patriótica da educação da mocidade. Foi, assim, o venerando militar, em sua longa vida, um exemplo de soldado e de patriota, que sobretudo enaltece esta casa e seu país. 9 — Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Grande Benemérito deste sodalício, e membro da Academia Paulista de Letras, foi brasileiro dos mais ilustres, historiador com notabilíssimos trabalhos de pesquisa, divulgação e explicação de fatos históricos entesouradas em vasta e escolhida bibliografia; foi o Embaixador Macedo Soares estadista dos mais eminentes, com serviços de relevância não apenas a São Paulo e ao seu país, como à própria causa da paz continental, como magistralmente ficou documentado no acôrdo do Chaco, onde o seu espírito pacificador mereceu a alcunha de Embaixador da Paz. Macedo Soares foi um inesquecível companheiro cuja morte enlutou tôda nação. 10 — Thomaz Oscar Marcondes de Souza — o decano dos consócios do Instituto, do qual também foi grande Benemérito, era um estudioso do período histórico dos descobrimentos marítimos, assunto em que se tornou indiscutível autoridade. Possui o saudoso mestre uma apreciável bagagem de obras, estudos, monografias e debates focalizando os problemas históricos tão de seu agrado e sobre os quais tinha pontos de vista bem definidos, hauridos em estudos pacientemente desenvolvidos, com aquela probidade e energia de caráter que o tornaram tão estimável entre os seus companheiros desta casa. O orador, ao concluir seu belo e eloqüente discurso, foi calorosamente aplaudido. O sr. Presidente propõe, em seguida, em homenagem aos mortos do sodalício, um minuto de silêncio, o que foi cumprido

pelos presentes, de pé. O sr. Presidente justifica, ainda, para registro nesta ata, dois votos de pesar: um, pelo falecimento de d. Herti Hoepner Ferreira, filha do estimado vice-Presidente Tito Lívio Ferreira e outro em memória do escritor Manuel Bandeira. Falou, agradecendo, o Major Cranger Cavalheiro de Oliveira, filho do General João Pereira de Oliveira. Encerrada esta primeira parte da sessão, o sr. Presidente procedeu a entrega ao Diretor do Museu José Bonifácio, sr. Alvaro da Veiga Coimbra, de relíquias do dr. Luiz Pereira Barreto e oferecidas ao sodalício pelo consócio Barros Pimentel. O sr. Presidente procedeu ainda à entrega, ao consócio Paulo Romano, da Medalha Comemorativa Alexandre de Gusmão. O sr. Alfredo Gomes justificou ainda um voto de pesar pelo falecimento do General Maurício José Cardoso, o que foi aprovado, inclusive oficiando-se ao Prefeito Faria Lima para dar o seu nome a uma das ruas da Capital. O sr. Nicolau Duarte e Silva ofereceu dois jornais com trabalhos de interesse histórico, inclusive sôbre a pretensa estada de fenícios no Brasil. O sr. Presidente agradeceu a oferta e o comparecimento de todos os presentes. Nada mais para constar lavrou-se a presente ata que lida e aprovada vai assinada na forma do costume. (aa) Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Vinício Stein Campos.

ÍNDICE ALFABÉTICO

- AMARAL, Alvaro — *A retirada da Laguna* — 167
- AMARAL, Antônio Barreto — *José de Anchieta Poeta* — 213
- ALMEIDA, Antônio Rocha — *O Barão de Caxias e a Revolução Farroupilha* — 18
- ANTUNES, David — *Professor Américo Brasiliense* — 208
- BALESTRINI FILHO, Jorge — *O caminho de Luiz Pedroso de Barros* — 79
- BANDECCHI, Brasil — *Gregório de Matos* — 234
- BUSCH, Reynaldo Kuntz — *Oswaldo Gonçalves Cruz* — 110
- CAIUBY, Amando — *Uma família Paulista* — 137
- CAMARGO, Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira — *Dom Duarte Leopoldo e Silva* — 46
- CAMPOS, Vinício Stein — *Campinas na magia do meu sonho e da minha saudade* — 253
- CASTRO, Luiz Azevedo — *Arnolfo Rodrigues de Azevedo* — 159
- COIMBRA, Alvaro da Veiga — *Relação de objetos da Exposição da Vida e Obra de José Bonifácio de Andrade e Silva inaugurada no I. H. G. S. P. dia 7 de junho de 1963* — 260
- CORREIA, Paulo Henrique Rocha — *Lysias Augusto Rodrigues* — 191
- FERRAZ, Octávio Marcondes — *Vivaldo de Vivaldi Coaracy* — 218
- FERREIRA, Ruy Martins — *Hans Staden* — 225
- FERREIRA, Tito Lívio — *Aureliano Leite O Historiador* — 122
- FINA, Wilson Maia — *O Solar da Marquesa* — 3
- GOMES, Alfredo — { *Em Memória (Oração Oficial)* — 8
25 de janeiro de 1554 — 150
- GUIMARÃES, Alberto Prado — *Antonio Queiroz Telles* — 147
- LEITE, Aureliano — { *Fundação de São Paulo* — 132
Jorge Americano — 227
Pedro de Toledo — 242
- MAGALHÃES, Erasmo d'Almeida — *Notas sobre Toponímia Brasileira* — 203
- MARTINS, Geraldo de Rezende — *Quem nasceu no Brasil, é Brasileiro* — 24

MORAES JÚNIOR, Dom Antônio de Almeida — *Dom Epaminondas Nunes D'Avila e Silva* — 30

OLIVEIRA, Luiz Soares — *Alexandre de Gusmão* — 193

PENTEADO, Fausto de Almeida Prado — *O pintor Joaquim da Rocha Ferreira* — 142

QUADRO SOCIAL DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO — 270

a) *Comissão Orgânica e Permanentes* — 278

b) *Conselho da Medalha "Imperatriz Leopoldina"* — 281

c) *Conselho da Medalha Alexandre de Gusmão* — 281

d) *Relatório da Diretoria* — 282

e) *Balancete financeiro de 1968* — 298

f) *Atas das sessões plenárias do Sodalício desde 14 de janeiro a 21 de outubro de 1967.* — 299.

REIS, Lauro Celidonio Gomes — *Homenagens à memória do Presidente Wenceslau Braz Pereira Gomes* — 104.

TUCUNDUVA, Raul Renato Cardozo de Mello — *Prof. João Arruda* — 229

VIOTTI, Padre Hélio Abranches — *As relíquias de Anchieta* — 221